JOSIANNE FRANCIA CERASOLI

MODERNIZAÇÃO NO PLURAL:
obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX.

Fevereiro de 2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

JOSIANNE FRANCIA CERASOLI

Modernização no Plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX.

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação da Profª. Drª. Maria Stella Martins Bresciani.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e Aprovada pela Comissão Julgadora em 30/03/2004.

BANCA:

Profª. Drª. Maria Stella Martins Bresciani (orientadora)

Profª. Drª. Cristina Meneguello

Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira

Profª. Drª. Maria Lúcia Caira Gitahy

Profª. Drª. Marisa Varanda Teixeira Carpintéro

Profª. Drª. Maria Clementina Pereira Cunha (suplente)

Profª. Drª. Denise Bernuzzi de Sant'Anna (suplente)

Fevereiro de 2004

UNIDADE IFCH
Nº CHAMADA T/UNICAMP
C334m
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 538090
PROC 16-227-04
C ____ D ____
PREÇO 11,00
DATA 28/05/04
Nº CPD ____

CM00198124-0
Bibid: 317502

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C334m

Cerasoli, Josianne Francia
Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX / Josianne Francia Cerasoli. - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cidadania. 2. São Paulo (cidade) - História. 3. Cidades e Vilas - História. 4. Obras públicas. 5. Urbanização - História. 6. Modernização. 7. Leis - Brasil. 8. Espaço (Arquitetura) - Aspectos sociais. I. Bresciani, Maria Stella Martins. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Resumo

Neste trabalho focalizo as intensas mudanças nas formas de gestão da cidade de São Paulo e na participação política de seus habitantes entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Com especial atenção às obras públicas, entendidas como ponto nodal nesse processo em que o urbano é posto em questão, são desveladas neste estudo as relações entre distintos agentes: os engenheiros e os saberes especializados, as autoridades públicas da municipalidade e os habitantes, na condição de cidadãos. De uma cidade que é redimensionada materialmente e em suas relações políticas e sociais emerge um cenário de modernização, plural, tensa e negociada, envolvendo diferentes interesses e projetos.

Abstract

This work emphasizes intense modifications at the city of São Paulo management styles and at the political participation from its citizens between the last decades of the 19th century and the beginnings of the 20th. With special attention to the public works, understood as nodal point of this process where the urban is questioned, at this study are analyzed the relationships between distinct agents: engineers and specialized knowledge, public authorities of municipality and the inhabitants, in the condition of citizens. From a city that is re-dimensioned materially and in its political and social interconnections emerges a setting of plural, tense and negotiated modernization which involves different projects and political interests.

À memória de Joana, minha mãe.

Agradecimentos

Sou grata a todos que se fizeram presentes, de variadas formas, durante todo o percurso de elaboração desta tese, em cada circunstância em que o empenho individual necessário ao trabalho pôde encontrar apoio precioso. Desde as definições acerca do projeto de pesquisa as contribuições foram tão numerosas quanto valiosas nesse percurso, e espero com convicção ter podido agradecer a cada um especialmente, a cada momento. Se agora registro estas notas de agradecimento é para tornar públicas minha gratidão e meus débitos com todos eles, fazendo justiça ao apoio que tive.

Nos acervos de arquivos e bibliotecas consultados tive a alegria de me deparar com funcionários cuja experiência, disposição e gentileza facilitaram meus percursos. Agradecendo nomeadamente a Celso Ohno – arquiteto do Departamento de Patrimônio Histórico da capital, incansável incentivador do meu escarafunchar de papéis e dos indícios junto ao Arquivo Municipal – estendo minha gratidão a todos eles. É lamentável que o trabalho de funcionários e pesquisadores interessados seja por vezes dificultado pela carência de condições adequadas para a guarda e consulta dos acervos, ou ainda pelo estabelecimento de critérios questionáveis para o uso dos mesmos. A reprodução de imagens do AHMWL nesta tese, por exemplo, só foi possível pelos esforços de voluntariosos funcionários, e também da pesquisadora, na improvisação de condições de trabalho, e mesmo assim só foi autorizada mediante recolhimento prévio de taxas municipais que supostamente deveriam atenuar as condições adversas lamentavelmente existentes nos acervos. Também em tempos de parcos recursos governamentais direcionados às universidades e de políticas educacionais lacunares, perceber o apoio recebido ao longo do trabalho é também reconhecer a urgência de uma reflexão profunda sobre as prioridades das políticas públicas no país. Assim, ao agradecer à FAPESP pelo suporte financeiro nos últimos

quatro anos devo lamentar o arrocho e as dificuldades enfrentadas por colegas de pós-graduação ingressantes, que não mais podem contar com condições similares às que viabilizaram grande parte deste trabalho.

Para concluir este projeto, o cuidado e o afeto de familiares e amigos tem sido imprescindível. Agradeço por terem podido acolher as incompreensíveis ausências que se repetiram por esses anos, e pela constante prontidão, tão cara nesse percurso: a minhas irmãs e a meu irmão, a meu pai João Roberto, a minha avó Lady e a todos eles. Ao Jeancarlo Cerasoli devo agradecer pontualmente pelo cuidado artesanal dedicado à parte iconográfica da tese, e já assim indicar o crédito para a edição das imagens; à Joyce Cerasoli, pela incondicional confiança renovada em todo momento, e à Julianne Cerasoli sou grata em especial também pela criteriosa e carinhosa ajuda na revisão de apontamentos e notas. Aos atenciosos companheiros e amigos que solidariamente souberam entender as dificuldades e os desafios enfrentados nesse tempo, devo parte da energia empenhada neste trabalho. Sou grata profundamente, e espero poder retribuir a cada um com a mesma dedicação.

Aos amigos e colegas da pós-graduação, cujo companheirismo vai além do convívio acadêmico e das atenciosas sugestões bibliográficas. Lembro, em especial, cada um dos membros do Conselho Editorial da Revista História Social, Amílcar Torrão Filho, Orivaldo Leme Biagi, Cláudio Hiro Arasawa, pelo apoio, ajuda e estímulo constante no enfrentamento das dificuldades e na viabilização dos projetos. Aos Ceballos – Viviane, Rodrigo e Morgana – agradeço pontualmente por uma ajuda tão abrangente que seguramente jamais poderei retribuir à altura. Aos professores Ítalo Tronca, Cristina Meneguello, e Jefferson Cano, agradeço pela gentileza e dedicação com que acolheram minhas questões e proposições, de diferentes maneiras, e à Marisa Carpintéro e Clementina P. Cunha, pela leitura cuidadosa e pelas sugestões atentas que fizeram no exame de qualificação. Devo referir-me ainda aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, convertidos em interlocutores interessados e estimulantes enquanto viabilizavam meu trabalho de estágio docente. Ao lembrar todas essas situações de troca a apoio

acadêmico, ressalto também sua significativa importância para o desenvolvimento de projetos como este.

Importância, aliás, ampliada enormemente quando se pode contar no mesmo encontro com esse apoio acadêmico e outros tantos que se ligam à vida e a sentimentos profundos e experiências singulares. Talvez por essa abrangência seja inevitável a sensação de que agradecer por esses encontros seja sempre insuficiente. Arrisco-me.

Ao Tiago, que foi meu companheiro ao longo desses anos de estudo aprofundado, e tem partilhado muito mais que nossas duas dissertações e nossas duas teses, muito mais que esses projetos, livros e papéis – hoje espalhados pela casa. Reconheço que minha caminhada seguramente teria sido outra sem sua presença e assim sou grata por toda a história.

A amizade de Virgínia Camilotti coloca em xeque a linearidade do tempo. Recentemente tornamo-nos amigas de longa data, e o apoio mútuo, solidário, profundo e sincero rendeu-nos uma força extraordinária em momentos decisivos de elaboração dos nossos trabalhos. Ver os dois trabalhos concluídos é o melhor modo que tenho para agradecer.

Não imagino poder em palavras expressar minha gratidão à Stella Bresciani. Tem sido um privilégio e uma experiência ímpar contar com sua orientação nessa trajetória. Sua competência e sabedoria generosas, seu apoio preciso, sua confiança abrangente e dedicação afetuosa, tudo isso tem feito deste projeto algo partilhado e a se partilhar. Meu agradecimento só poderá ser completo se puder continuar essa parceria – assim também dissipo uma saudade que já vem se antecipando à conclusão deste trabalho.

A José Roberto do Amaral Lapa, que participou em todas as bancas dos meus trabalhos acadêmicos enquanto esteve conosco, contribuindo sempre generosamente para minhas reflexões, e a Alcir Lenharo, que acompanhou as primeiras questões que originaram meus estudos em história, antecipando-se à minha própria percepção de sua abrangência. Este trabalho é também uma homenagem à

memória desses dois professores. Quero crer que um e outro, a seu modo, teriam apreciado os caminhos tortuosos que escolhi para resolver minhas indagações iniciais sobre as engenharias, chegando à cidade e à política.

E quando me vejo aproximar da alegria de concluir um trabalho ao qual venho me dedicando nos últimos anos e no qual por certo ainda me debruçarei com muito afinco, sinto que devo fazer ainda outro agradecimento. Tudo que tenho aprendido sobre perseverança e coragem – sobre entender a adversidade como uma ferramenta para ainda assim persistir – começou em sua afetuosa presença, e por isso e por muito mais, dedico este trabalho à memória de Joana Cerasoli.

Índice

Índice de tabelas **XII**

Abreviaturas utilizadas **XIII**

Introdução **01**

I. São Paulo: cidade aberta **35**

1 Cidade como direito: forças sociais e intervenções na cidade 38

1.1 Poderes públicos, ações notórias 38

1.2 Arrabaldes longínquos, cidade próxima 62

1.3 Além da Meia Légua 73

2 Cidades plurais: interesses e saberes sobre a cidade 91

2.1 "Por motivo de interesse geral" 91

Planta Geral da Capital de São Paulo **108**

II. Questão urbana: salubridade e cidadania **109**

1. Problemas urbanos: pelas condições vitais da cidade 113

1.1 Mobilizações em torno das águas 113

1.2 Ato ou efeito de sanear 132

1.3 Emanações das sepulturas 139

2. Salubridade e civilidade: habitações e limpeza urbana 161

2.1 Cidade salubre, habitação moral 161

2.2 "Trambolho incômodo" 173

III. Urbanidade: tensa experiência coletiva **193**
1. Apreensão técnica, questão estética e política 197
1.1 Verear, debater, ordenar 197
1.2 Aferir, alinhar, desobstruir 219
1.3 Obras de uso, "obras d'arte" 240
2. Cidade em obras: "Quem construiu Tebas das sete portas?" 263
2.1 Saberes e prática(o)s 263

Epílogo: modernização no plural **307**
Ações e paradigmas modernizadores: perspectiva e prospectiva 318
Polissemia e dissonância: Concórdia em uso 325
Cortinas entreabertas: cidade e política 334

Questão urbana em foco: projeto e experiência **343**

Fontes e bibliografia **397**

Índice de tabelas

Tabela 1.1 - Requerimentos de moradores nas leis municipais: assuntos 70

Tabela 3.1 - Termos de contratos: distribuição por períodos 241

Tabela 3.2 - Contratos de obras: distribuição por áreas da cidade 248

Tabela 3.3 - Requerimentos de moradores nas leis municipais: áreas 251

Abreviaturas utilizadas

AEL: Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

AHMWL-FCMSP: Arquivo Histórico Municipal Washington Luis – Fundo Câmara Municipal de São Paulo.

AHMWL-FPMSP: Arquivo Histórico Municipal Washington Luis – Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

AHMWL-FDOP: Arquivo Histórico Municipal Washington Luis – Fundo Diretoria de Obras Públicas.

A função urbana, como a chamamos, pode ser facilmente comparada com o discurso, com sua concatenação linear; o que chamamos de espaço visual, o senso espacial da cidade, é feito de relações associativas e constitui aquele 'tesouro interior' que é o pensamento da cidade e que nos permite chamar-nos de seus citadinos, da mesma forma que o 'tesouro interior da língua' e de uma determinada língua nos permite chamar-nos de homens e homens de determinado país.

As duas esferas, também no campo urbanístico, são distintas, mas igualmente necessárias. Uma língua que funcionasse apenas por relações associativas não permitiria fazer um discurso coerente; uma língua que funcionasse só por relações sintagmáticas seria lógica, mas de uma extrema pobreza. assim, um contexto urbano que fosse apenas um conjunto das imagens urbanas de cada indivíduo seria um caos; um contexto urbano que fosse apenas o mecanismo de uma função, não comunicaria nada que não possa ser comunicado por fórmulas.

"A cidade", dizia Marsílio Ficino, "não é feita de pedras, mas de homens". São os homens que atribuem um valor às pedras e todos os homens, não apenas arqueólogos ou literatos.

Giulio Carlo Argan

"O espaço visual da cidade"

INTRODUÇÃO

> Quando eu tinha dez anos, papai me levou ao centro da cidade. Naquela época estavam fazendo a Catedral da praça da Sé: vi quatro, seis operários carregando um bloco de pedra para a igreja. A praça da Sé tinha alguns sobrados: só em 1915 é que começou a construção dos edifícios em São Paulo. Nas ruas do centro as pessoas se cumprimentavam. Faz uns vinte anos que São Paulo ficou desse jeito.[...] Tomávamos, para ir lá [bairro da Penha] um bonde que saía da Vila Mariana e ia até a Quarta Parada, na Penha. O motorneiro parava o bonde onde as famílias pediam: segurava as crianças no colo e punha no chão. A Penha não era calçada, tinha poucas casas, só o trilho dos bondes, árvores, rios. E antes os bondes eram puxados a burro. Quando chovia muito os bondes não saíam: os burros não podiam transitar porque escorregavam.[1]

Como se retomasse seus caminhos pela cidade, Sr. Ariosto rememora impressões de seus percursos em São Paulo no início do século XX. As lembranças desse morador da capital, nos apontamentos tomados por Ecléa Bosi em seu clássico estudo sobre memória e sociedade, permitem uma aproximação singular em relação aos espaços, às experiências e aos significados ligados à cidade naquele momento. Por um lado, esses caminhos da memória apresentam dados que poderiam ser entendidos como imprecisos, marcados por atalhos próprios do recordar e esquecer, e alterados pelas possibilidades plurais de apreensão da experiência vivenciada. Por

---

[1] "Sr. Ariosto" In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 9ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.157-158.

outro, reúnem com rara concisão indícios de uma ampla transformação então em curso, apontando para repercussões presumivelmente percebidas entre outros habitantes da cidade. As imagens abarcadas por suas recordações informam sobre algo que poderia impressionar, causar impacto ou uma sensação de mudança ao morador da capital, evocando um momento especialmente pontuado por alterações e novidades. A construção da nova catedral, a verticalização das edificações, os novos equipamentos e confortos urbanos, os meios de transporte que alteravam distâncias e paisagens, cada um desses elementos aparece traduzido em sua experiência, por meio da lembrança.

Os mesmos caminhos sugerem também a observação de oposições entre "novos" e "velhos" aspectos e situações da vida urbana, percepção atrelada ainda à vivência das transformações, naquilo que simultânea e dialeticamente lhe confere noções de permanência e mudança, ganhos e perdas. Alguma tensão é revelada de imediato nessas impressões tomadas da memória, ao apontarem diferenças: entre as construções vigorosas da região central e a esvaziada Penha – esta lembrada como lugar de predomínio da natureza, com casas esparsas e um ritmo rural, interrompido apenas pelos trilhos do bonde; entre o limitado transporte puxado a burro e os bondes elétricos, destacados em sua percepção como elementos indiferentes às dificuldades do ambiente – às chuvas, aos espaços vazios e às distâncias; entre as lembranças de locais em que a sociabilidade era reconhecida como amistosa e a noção implícita de perdas ao longo do tempo – localizadas, aliás, de forma imprecisa nas evocações. Reforçam, pois, por um viés subjetivo, a percepção da mudança, do movimento, das transformações na experiência de vida na cidade, ora apreendidas com uma aura positiva de avanço ou "progresso", ora com um lamento ligado ao desaparecimento de algo. As apreensões reveladas na rememoração do Sr. Ariosto não eram unânimes e não podem ser tomadas como coletivamente dadas, mas seguramente são representativas de uma experiência partilhada naquele momento: a(s) percepção(ões) da cidade *em obras*.

A experiência de viver nessa transformação, percebendo o movimento de mudança e, em várias instâncias, participando dele, foi marcante na cidade de São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Atuava decisivamente sobre as relações que nela se estabeleciam: relações com os novos espaços e suas novas dimensões, entre os sujeitos e grupos sociais distintos, entre as instâncias do poder público, dos saberes envolvidos na gestão da cidade, dos princípios ligados à participação da população e ao estabelecimento da autoridade pública. Todo esse processo engendrava, no conjunto, uma experiência *plural* de *modernização*, da qual as impressões pontuadas nas recordações desse morador da capital constituem apenas uma abertura para desvelar-se um amplo panorama. Inspiram, portanto, algumas questões tomadas como instigadoras neste trabalho: como foram mobilizadas as experiências e expectativas dos habitantes da cidade em meio ao processo agudo de transformação em curso naquele momento? Como foram vivenciadas as novidades e as alterações no ambiente da capital então em mudança? Quais foram as transições percebidas na experiência urbana – reais, planejadas, imaginadas ou desejadas – e como atuaram na constituição da cidade? Que papéis teriam os diferentes sujeitos – administradores públicos, legisladores, profissionais especializados, habitantes da cidade – nesse amplo processo de transformação? Tendo sempre em mente a noção da intensidade dessas mudanças na experiência urbana, sugerida também nessas recordações enunciadas, volto minha atenção para a complexidade desse processo, com especial atenção às dinâmicas que envolviam a administração municipal e suas ligações com os citadinos.[2]

---

[2] As reflexões de Argan, ao problematizar as distâncias entre a experiência de vida na cidade e os preceitos e iniciativas do urbanismo no século XX, são inspiradoras destas indicações, notadamente aquelas presentes nos textos: "Urbanismo, espaço e ambiente" e "O espaço visual da cidade". Neste último, ao refletir sobre a idéia de função urbana, Argan pontua a necessidade de inserção do citadino em um sistema de relações e não meramente em um conjunto de imagens urbanas, pois para ele a função constitui a expressão da intencionalidade que deve acompanhar o planejamento urbano, mas não deve ser estabelecida de maneira arbitrária; a função "deve ser a resultante de um sistema de forças." (p. 241) Ambos os textos encontram-se em:

Assim, este estudo parte de uma preocupação pontual: compreender a relação da gestão das obras públicas com a transformação da cidade de São Paulo, focalizando um período caracterizado por mudanças abrangentes entre as últimas décadas do século XIX e os inícios do XX. Proponho analisar a complexa trajetória de *modernização* da capital paulista, tendo como eixo do estudo as obras públicas na cidade de São Paulo. Desde os primeiros momentos da pesquisa tornava-se cada vez mais evidente a complexidade do objeto proposto e a necessidade de estender minhas preocupações para os movimentos plurais que norteavam essa relação administração-cidade, abarcando seus conflitos e negociações. Aos poucos se mostrou indispensável dar visibilidade aos meandros de tal relação, com atenção especial aos movimentos que convertiam os habitantes da capital em sujeitos de tal processo, e não meros observadores das ações implementadas pelos grupos dominantes, ou ainda capazes de mobilizações circunscritas a grupos estritamente políticos.

Uma das primeiras questões suscitadas neste trabalho converteu-se em um ponto crucial das reflexões: como era então entendida pelos setores da sociedade paulistana a ampla e difusa noção de *público*. Essa noção está na base do objeto estudado, definido pelas *obras públicas*, e se estende pelas relações então estabelecidas entre a cidade – espaço concreto, se pensado em sua materialidade, e entidade abstrata, considerando-a como coletividade ou ainda comunidade – e seu próprio processo de mudanças, através de ações práticas pontuais e diversas dos citadinos. Ao aprofundar a pesquisa e a reflexão proposta, deparei-me com um universo conceitual intricado e abrangente que precisou ser observado minuciosamente para que as noções e ações implícitas nas tais *obras públicas* fossem compreendidas. Esclarecer esse universo levou-me a uma rede de noções que será explicitada no curso do trabalho, dada sua complexidade e suas imbricações na experiência urbana. Refiro-me a noções como a de participação, cidadania, interesse, direito, entendidas historicamente nas situações vivenciadas na capital paulista naquele momento.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte Como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp.211-241.

Trata-se de um momento singular nesse sentido, diante da intensificação das discussões sobre a idéia de *público* que antecedeu a instauração do governo republicano, e se estendeu pelos seus primeiros anos de implantação. Devo lembrar que não me proponho a uma investigação teórica ou filosófica, ou ainda a uma análise política em termos abstratos; minha atenção está voltada, sim, para ações e sujeitos concretos no espaço da cidade, e foram precisamente essas ações que me conduziram ao campo político e aos embates vivenciados na sociedade. A noção de *público*, definida no léxico português como algo pertencente ao povo, que serve para o uso de todos, comum a todos, ou ainda como concernente ao governo geral do país e suas relações com o cidadão, na experiência urbana em São Paulo na passagem do século XIX para o XX indica relações claras com as expectativas geradas em torno do governo republicano recém instaurado.[3] Sem considerar esse contexto específico, a enumeração linear dessas definições poderia ocultar uma série de divergências e antíteses no significado dessa noção para os contemporâneos. Certamente não se trata de uma noção implantada com a República, mas as propostas dos novos governantes, desde o período da propaganda, acabaram por mobilizar ainda mais os debates relativos às responsabilidades e competências públicas, ao poder e liberdade pública.

É possível perceber nessas noções – diria, nesse domínio do público – a persistência das incertezas acerca dos direitos e das formas de participação então viáveis nas instâncias governamentais. Embora não se possa dizer que a mudança da forma de governo provocou uma alteração completa nas formas de participação da população, certamente é possível localizar numerosos indícios sobre dúvidas, expectativas e pressões postas em curso diante da nova situação, implicando em certa

---

[3] Definições do verbete "público" nos dicionários Michaelis e Britannica da língua portuguesa. A importância do conceito é acentuada por Goyard-Fabre ao analisar os princípios do poder no espaço político moderno. Para ela, todos os conceitos do direito político moderno têm suas raízes na idéia de *público*, e tal relevância se revela também no vocabulário correspondente: vida pública, poder público, responsabilidade pública, liberdades públicas, entre outras expressões ligadas à mais abrangente idéia de "domínio público". GOYARD-FABRE, Simone. *Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, primeira parte.

medida numa revisão dos vínculos da sociedade com os setores do poder público naquele momento. Práticas e relações políticas anteriores precisavam dialogar com novas perspectivas e projetos ligados à organização republicana. Talvez a noção de democracia – em sentido geral, modo de vida em que se acredita que cada indivíduo tem direito a participar livremente dos valores de uma sociedade[4] – fosse então a mais polêmica, visto que poucos se referiam diretamente a ela no cotidiano, mas constantemente muitos discutiam de forma pontual seus princípios. Também a noção de cidadania era constantemente colocada em debate através de questões pontuais e cotidianas, e dessa maneira a transformação intensa da cidade, material e simbólica, foi atravessada pelos embates em torno da participação dos citadinos. Notadamente a noção de interesse, norteando um conjunto diverso de reivindicações e pressões de vários setores da sociedade, esteve em pauta ao longo de todo o período, em especial nas décadas finais do XIX. Tal noção ligava-se à percepção então amplamente difundida de que uma reivindicação pode ser legal e válida se for entendida como um direito, ou seja, o interesse em uma questão consiste em ter o direito de ser ouvido por aqueles que têm o direito de decidir.

Assim, quando diversos setores da sociedade se colocavam diante dos poderes públicos municipais para reivindicar a atenção dos governantes para seus problemas – muitas vezes ligados a questões cotidianas na experiência vivenciada na cidade –, freqüentemente apelavam para essa noção política de interesse: falavam em interesse geral, em direito de serem reconhecidos igualmente, e com isso expressavam em atitudes práticas uma clara percepção de suas possibilidades de participação, de seus direitos como moradores da cidade e como atuantes também na esfera decisória e política.[5] Em última instância, a noção de interesse está diretamente

---

[4] *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986 (coordenação geral: Benedicto Silva).

[5] É significativo observar a constância com que alguns setores da sociedade se utilizavam dos tratados de direito público da época para encaminhar uma série de reivindicações às autoridades municipais, sublinhando com isso noções como o interesse coletivo e o direito individual, em relação ao público. Alguns desses usos

ligada à idéia de uma democracia liberal, ou seja, implica em uma relação supostamente harmoniosa entre os interesses privados e aqueles reconhecidos como públicos, e pressupõe a igualdade entre os citadinos, entendida como ausência de privilégios, ao menos em princípio. Ao longo deste trabalho, devo esclarecer quais as dinâmicas e quais os sujeitos envolvidos nesses embates em torno da participação, como possibilidade e prática efetiva, esclarecendo ainda quais as questões capazes de mobilizá-los mais intensamente naquele momento. Por ora, enfatizo a relevância das ações e pressões percebidas de modo insistente ao longo das pesquisas nos arquivos da administração municipal da capital, e procuro destacar a relação direta de tais ações com a participação dos habitantes – a rigor, com a noção cidadania.

Devo situar essa questão, pela importância que tem para o desenvolvimento deste trabalho, em relação a uma visão largamente difundida acerca da noção de cidadania, principalmente referente ao período aqui estudado. As análises de José Murilo de Carvalho em grande parte estão afastadas das reflexões que faço, principalmente considerando-se a primazia da organização oficial da participação dos cidadãos nos inícios da República. Para esse autor, os republicanos teriam identificado o Império com o atraso, o privilégio e a corrupção, mas teriam tido sérias dificuldades em operacionalizar "os apelos abstratos em favor da liberdade, igualdade e participação." Para ele, isso colocaria os republicanos no campo das abstrações de difícil ligação com o povo, com o real, originando um arsenal teórico que pudesse interpretar, no campo das idéias, as ausências da população nas questões decisórias.[6] Ao dar ênfase às formas de participação política

---

serão expostos ao longo do trabalho, mas é possível antecipar que o tratado mais utilizado com esse fim (WODON, Léon. *Traité Théorique et Pratique de la Possession et des Actions Possessoires.* 2a éd., Bruxelles: F. Larcier, 1877) de perfil filosófico e prático, está sempre relacionado a tentativas de se diferenciar o papel do Estado na gestão dos direitos comuns, públicos e privados. Sou grata ao pesquisador Amílcar Torrão Filho pela verificação atenta dos exemplares de Léon Wodon (1823-1887) arquivados na Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

[6] CARVALHO, José Murilo de. "Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil" *Revista de Ciências Sociais*, 32:3, 1989, pp. 265-280.

oficiais – como o processo eleitoral, o exercício de funções jurídicas e a atuação no exército – o autor acaba focalizando as ausências da população nesse campo, e por fim valoriza as formas de participação negativas, não oficiais ou contra-oficiais, como as revoltas. A cidadania se define então, para ele, pela negativa de inserção nos meios oficiais, diante da suposta incompetência da estrutura estatal, e pela presumida recusa da população em reconhecer a legitimidade ou validade dos poderes instituídos e das vias legais de participação: "o povo sabia que o formal não era sério", nas palavras do autor, e por isso buscaria caminhos alternativos para se manifestar.[7]

Carvalho destaca, além da cidadania na negativa, uma visão abstrata do povo e do cidadão, também porque analisa a documentação anotada pelos intelectuais, pelos políticos em exercício de cargos (nos partidos ou no governo), pelos literatos e jornalistas. Enfim, busca supostas evidências da inexistência de cidadania oficial/real no campo das abstrações, e não na vivência cotidiana – exceto no caso das revoltas, o que reforça a idéia da cidadania negativa, ao lado da noção de uma participação restrita. Assim, acaba concluindo com os políticos que analisa: nem brasileiros havia, já que a idéia de povo era abstrata. Seguindo sua argumentação em relação à cidade do Rio de Janeiro, afirma que a participação social ampla só se dava, então, em círculos restritos, como irmandades, associações, festas, cortiços e maltas de capoeiras.[8] Para ele, a relação da República com a cidade agravava a separação entre ambas e a cidadania, na medida em que acentuava as necessidades de repressão do autogoverno e da mobilização política da população, por parte do governo republicano restritivo e repressor: "a castração política da cidade e sua transformação em vitrina, esta última efetivada nas reformas de Rodrigues Alves e na grande

---

[7] CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 1991, p.160.

[8] CARVALHO, *Op. Cit.*, 1991, p. 163.

exposição de 1908, inviabilizaram a incorporação do povo na vida política e cultural. (...) Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos".[9]

Essa avaliação sobre a inadequação ou o caráter incompleto das propostas republicanas não é exclusiva do autor citado, e encontra concordâncias em outros trabalhos sobre o período, mesmo que indiretamente, seja naqueles direcionados para questões políticas, seja naqueles voltados para as transformações urbanas – como devo apontar ao longo deste estudo. Destaco as análises de Carvalho diante da repercussão significativa das mesmas, ainda que todos os trabalhos do autor se voltem para a cidade do Rio de Janeiro, considerando também que as conclusões que apresenta sobre a organização do poder republicano são pressupostas em estudos sobre outras situações, inclusive ligadas à cidade de São Paulo.[10] No caso das análises que faz do governo municipal, aponta constantemente as limitações das ações dos administradores, enfatiza o caráter autoritário das medidas e a participação restrita dos habitantes da cidade nas decisões – e tais aspectos vêm sendo repetidos em outras análises. O trabalho de Rolnik sobre a capital paulista, por exemplo,

---

[9] CARVALHO, *Op. Cit.*, 1991, p. 162. Tratando de saberes e poderes no Rio de Janeiro no mesmo período analisado por Carvalho, Cunha coloca em outra perspectiva a participação dos cidadãos na cidade, concordando com seu presumido distanciamento em relação aos canais institucionais da política (como partidos e sindicatos), mas destacando a presença ativa dos mesmos, atentos aos valores considerados mais eficazes para suas reivindicações aos poderes públicos. Uma tese recém defendida na Universidade Federal Fluminense, analisando as relações entre os intendentes municipais, os prefeitos e os habitantes da cidade também indica outros caminhos para exercício da cidadania (que o autor denomina "fazer política") cotidiano no Rio de Janeiro, assim também se distanciando das interpretações negativas da participação na República. CUNHA, Maria Clementina Pereira. "Os Bacamertes da República: saberes e poderes no Brasil na virada do século". In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.). *República, Liberalismo e Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003, pp. 119-137. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da Política: a capital federal, 1892-1902*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004 (por tratar-se de tese recentemente defendida, pude consultar apenas os resumos e algumas indicações obtidas com o autor).

[10] Não tomo a visão de Carvalho como única, devo lembrar, mas como amplamente difundida. Para outras visões sobre o século XIX, ver o verbete "cidadania" (e outros a que remete), onde há indicações sobre as análises de Hebe Mattos e Keila Grinberg, por exemplo, em VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

embora procure evidenciar o caráter supostamente legítimo da experiência urbana fora do âmbito oficial da cidade, enfatiza uma nítida separação entre o nível legal e o real do urbano, tanto na administração quanto na dimensão espacial. Nesse sentido, também acaba se aproximando dos pressupostos de Carvalho em relação à participação, trazendo como pano de fundo para suas análises uma concepção restritiva de cidadania.[11]

Ao limitar a noção de participação às possibilidades de inclusão eleitoral, a autora reforça a visão da supressão da maior parte dos habitantes no processo decisório, e sem apontar eventuais alternativas para encaminhamento das pressões da população na capital paulista, percebe como restritos e até segregados espaços de atuação dos citadinos, supostamente excluídos. Desconsidera a aproximação a princípio existente entre as formas de organização política no Brasil e aquelas empregadas nos demais países tidos como democracias liberais na época, e com isso também avalia negativamente as possibilidades de participação oficial, à semelhança de Carvalho. Assim, conclui que as instituições políticas estavam longe de ser representativas: "A maior parte dos debates e dos projetos examinados pela Câmara Municipal durante a República Velha raramente envolvia a população, que era extremamente mal representada no processo eleitoral".[12] Aponto tal aspecto, fundamental para a análise da autora, para também enfatizar uma diferença essencial em relação a este trabalho: a extensa pesquisa documental nos registros da mesma Câmara e também da Prefeitura da capital paulista testemunha com veemência o contrário, ou seja, a intensa e constante atuação de amplos setores da sociedade no processo decisório e nos debates a respeito dos projetos para a cidade, mesmo sem poder contar com uma extensa participação em termos oficiais ou eleitorais. A própria noção de participação, como parecia ser entendida pelos citadinos naquele momento, ligava-se fortemente à atuação cotidiana nesses debates.

---

[11] ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Col. Cidade Aberta. São Paulo: Studio Nobel-Fapesp, 1997.

[12] ROLNIK. *Op. Cit.*, p. 20.

Algumas possibilidades de inclusão nesse processo existiam, eram percebidas e utilizadas por amplos setores da população, e permitiam o emprego efetivo de elementos da própria gestão pública da cidade nas pressões dos habitantes. Suas negociações, discussões e reivindicações revelavam apropriações significativas não apenas das noções de interesse e direito, expressas na abrangência do *público*, mas também do amplo aparato de saberes norteadores das ações das autoridades municipais. Parece-me, neste ponto, importante esclarecer parte da trajetória da pesquisa feita, tanto pela necessidade de se explicitar como as fontes possibilitam tais afirmações, quanto pela importância dos percursos para o próprio desenvolvimento do trabalho.[13] Assim, na análise da documentação do AHMWL, buscava inicialmente material que me permitisse interpretar as ações e proposições – técnicas e políticas – daqueles diretamente envolvidos nas intervenções na cidade, com especial atenção ao poder público e àqueles norteados por saberes especializados, reconhecidos como objetivos – os *especialistas da cidade*.[14] O foco de atenção estava na articulação entre o setor de obras públicas e a administração geral do município de São Paulo, e buscava informações nos contratos com empreiteiros, nos registros de execução e fiscalização das obras, nos projetos apresentados pela edilidade, nas anotações dos funcionários municipais ligados aos empreendimentos públicos.

Todavia, ao tentar compreender a organização da administração municipal e as funções exercidas pelos profissionais na gestão da cidade por meio de tal base documental, uma dificuldade adicional e anterior foi percebida, ligada também ao contexto de transformações em questão. A própria estrutura da

---

[13] Explicito, aqui, os caminhos da pesquisa em termos gerais, pois os esclarecimentos acerca das particularidades dos documentos pesquisados serão indicados ao longo dos capítulos, à medida que me parecem relevantes para o entendimento das questões propostas.

[14] A expressão "especialistas da cidade" indica um conceito histórico; chamo *especialistas* os engenheiros (com destaque para os civis), os arquitetos e os engenheiros-arquitetos, considerando a especificidade da formação profissional nas escolas paulistas (e nacionais) nesse período, além dos empreiteiros de obras atuantes na execução dos projetos então apresentados (conceito ampliado de acordo com a pesquisa feita, conforme será explicitado ao longo do trabalho).

administração municipal foi alterada inúmeras vezes entre as décadas finais do século XIX e iniciais do XX, notadamente nos primeiros anos de institucionalização efetiva do governo republicano. Para decifrar os registros e sua ordenação tornou-se então clara a necessidade de se verificar as determinações das leis municipais que alteraram sucessivas vezes a distribuição das funções das repartições públicas de São Paulo, bem como aquelas referentes à organização da forma de arquivamento dos documentos.

Desvio dos planos iniciais, por um lado, desvelar de novos sentidos na documentação, por outro. Esse percurso sugeriu uma série de alterações na pesquisa, e revelou uma documentação extremamente instigante, abrindo novas possibilidades de reflexão e de entendimento do complexo processo estudado. Além dos contratos, a pesquisa da legislação no período de implantação do governo republicano possibilitou localizar documentos de importância singular para a compreensão das transformações em curso no final do século XIX e início do XX, referentes aos projetos do legislativo e seus encaminhamentos. Trata-se de uma série de volumes e caixas contendo os processos que deram origem a cada instrumento legal da municipalidade (posturas municipais entre 1862 e 1886, leis, resoluções e atos, entre 1890 e 1914), em manuscritos originais nos quais estão reunidos pareceres das comissões da Câmara e de profissionais, requerimentos coletivos de moradores de diversas localidades da cidade, pedidos e processos de concessões de serviços públicos, projetos de edifícios públicos e de planos de alinhamento de ruas, reivindicações de setores da população sobre o orçamento de receita e despesa da capital, discussões sobre a criação de impostos e taxas, regulamentação das mais diversas atividades dos moradores da cidade (de construções a festas, horário de funcionamento de cafés, colocação de placas de anúncio e fiscalização das amas de leite, por exemplo), alterações na organização interna da administração municipal, etc. Assim, acompanhando esse material reunido pela Câmara no exercício de suas funções, pude reconstituir em parte o emaranhado de funções e ações que estruturavam e reestruturavam a administração municipal – dessa forma refazendo parte do percurso da formação do

setor de obras públicas, junto com o conjunto da administração – além de conhecer um conjunto significativo de ações dos habitantes da cidade, ativos em sua transformação. Por esses caminhos, as possibilidades de inclusão no processo decisório e de atuação nos debates sobre a cidade ganharam novo relevo.

O que inicialmente parecia apenas uma ferramenta para a pesquisa, acabou se tornando parte essencial da mesma, dada a relevância do material para se entender as obras, a administração e principalmente algumas demandas e pressões sociais então em debate na capital paulista. Mesmo em relação aos contratos, essa documentação referente aos processos das leis municipais mostrou-se esclarecedora, notadamente quando registra alguma polêmica em torno dos projetos envolvidos. Assim, partindo da pesquisa junto aos registros deixados por setores das elites paulistas, principalmente aqueles referentes aos planos e projetos para obras urbanas, no Arquivo Municipal (AHMWL), deparei-me com outra(s) cidade(s), outros citadinos, outros cidadãos – estes também amplamente mobilizados em torno de seus projetos e expectativas para a capital. Dessa forma, o percurso desta pesquisa possibilitou visualizar, a partir das obras públicas, o domínio do *público* ao qual me referi inicialmente, e assim me proponho a esclarecer através deste trabalho as dinâmicas envolvidas nesse processo de transformação da cidade – e da cidadania.

A idéia de que a cidade – na abrangência deste trabalho, a cidade de São Paulo – cresceu materialmente às custas da miséria da maioria, aliada à interpretação dos planos urbanísticos como idealizações das elites letradas e informadas por preceitos reconhecidos como científicos tende a criar uma imagem dualista do processo e do urbano que dificulta em grande parte a percepção da mesma como uma realidade histórica em movimento, em transformação e, principalmente, em debate. Parece-me pouco provável que toda a população da capital apenas observasse extasiada as transformações – ou de modo limitado apenas resistisse ao diálogo –, assim como também é pouco esclarecedora a hipótese de predomínio da imposição de uma ordem pelos grupos dominantes, meramente incorporada pela maioria. As formas de gestão do urbano foram paulatinamente abarcadas por saberes

especializados voltados a propostas de maior eficiência na ordenação do espaço, durante a segunda metade do século XIX de modo mais sistemático. Nesse processo, também as preocupações sociais, então fortemente marcadas por discursos sobre higiene e por medidas saneadoras, encontraram na administração pública significativo espaço para articulação de intervenções – e em certo sentido esses aspectos nortearam uma forma de lidar com a própria cidade, com a diversidade urbana. Entretanto, parece-me limitador para estudos sobre realidades tão complexas como o ambiente urbano pressupor que a objetividade característica dos saberes especializados poderia colocar a gestão da cidade acima dos conflitos e desigualdades sociais aí existentes. Nem mesmo a aura de neutralidade que poderia envolver os saberes reconhecidos como científicos no campo da administração pública possibilitaria alguma imparcialidade ou indiferença em relação aos conflitos de interesses vivenciados na cidade, em geral, e assim inibiria o exercício da cidadania.[15] Ao contrário, esses mesmos saberes e os próprios mecanismos de gestão das questões urbanas podiam ser convertidos em instrumentos políticos e temas ou motivos para se contestar as desigualdades socialmente percebidas, alterando e ampliando em

[15] Refiro-me às análises que tendem a perceber a realidade urbana como um espaço dual, decisivamente marcado por tentativas de estabelecimento de formas de gestão racionais e objetivas da cidade (apreendidas como "neutras" por parte dos contemporâneos às análises), em oposição às estratégias de sobrevivência e/ou resistência da maioria desprivilegiada social e materialmente. Embora analisando os processos históricos envolvendo as tensões sociais e políticas no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, indico as reflexões de Chalhoub expressiva de tal perspectiva, tendo em vista o amplo reconhecimento de suas análises e alguns aspectos de seu *Cidade Febril* que tangenciam este trabalho ao tratar da administração da cidade. O autor afirma ser preocupante na trajetória das intervenções promovidas pela gestão da cidade "que a alegação de 'cientificidade', de neutralidade nas decisões administrativas traz sempre em seu cerne uma violência contra a cidadania", visto que os próprios governantes são norteados por "imperativos ditos 'científicos'", e sendo assim "não há o que negociar com os cidadãos." A meu ver, a partir de tensões e conflitos semelhantes aos observados em locais como a capital do país, como Recife, Salvador ou São Paulo, entre outras, é possível apreender uma ampliação dos instrumentos de negociação e pressão política com base nos mesmos saberes especializados que norteiam a gestão pública, abrangendo-se variados setores da população e modificando, mas não suprimindo, a própria cidadania. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, primeiro capítulo em especial (citação na p.58).

certo sentido as possibilidades de atuação da população – e por isso busco esclarecer os pontos de contato entre os diferentes interesses envolvidos, através da análise dos meios de participação e mobilização, das pressões possíveis, dos conflitos e divergências partindo das ações da própria administração municipal.

Proponho, portanto, abordar a temática urbana partindo dos inúmeros sujeitos envolvidos nas negociações e conflitos na cidade de São Paulo na passagem do século XIX ao XX. Recusando-me a apresentar um trabalho apenas descritivo das transformações na capital, busco esclarecer como minhas preocupações acabaram convergindo para a idéia do "fazer-se" da cidade, evitando a delimitação das análises por aspectos ligados a sua materialidade apenas.[16] Pontuo, assim, alguns estudos que têm sido apreendidos como inspiradores das reflexões encaminhadas neste trabalho, sobretudo aqueles que problematizam a cidade por meio da questão urbana – lugar de tensão –, analisando-a como um fenômeno intricado e abrangente, assim revelando faces ao mesmo tempo distintas e interligadas das transformações em curso nos últimos dois séculos na cidade moderna.[17] Em vez de explicações lineares e/ou duais, volto-me para aquelas que dão conta das dimensões complexas e plurais desse processo, do entendimento da cidade como um espaço político por definição. As pesquisas realizadas principalmente no AHMWL têm conferido força significativa

---

[16] Tomo de empréstimo as reflexões de E. P. Thompson ao conferir conteúdo subjetivo e processual ao "fazer-se" nos estudos sobre a classe operária inglesa. Devo lembrar que este trabalho não pretende estudar classes operárias, mas partilha com esse autor o entendimento do movimento de "autofazer-se" dos grupos sociais ao longo da história, bastante estimulante para a compreensão das transformações estudadas na capital paulista. Ou seja, procuro demonstrar, parafraseando o historiador inglês, como a cidade não surgiu transformada como uma alvorada, mas "estava presente ao seu próprio fazer-se". (cf: THOMPSON, Edward. P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 Vol. (vol. 1 - 3ª edição, 1997, p.9).

[17] A expressão "cidade moderna", assim como o temo "especialistas", remete a uma conceituação histórica, que implica a mediação de saberes específicos na percepção e resolução de problemas da cidade, a priorização de aspectos funcionais na estruturação de seu espaço(como salubridade e circulação), a alteração profunda na percepção da experiência urbana, bem como nas demandas sociais e políticas. Dessa forma, tais expressões não são tomadas aqui como referência a aspectos formais ou urbanísticos em sentido estrito mas quer remetem à cidade historicamente constituída no Ocidente nos últimos dois séculos, a partir de tais mudanças.

à afirmação de que a cidade se estrutura no e pelo debate político, e nesse sentido essa assertiva, tomada inicialmente como inspiração para a sistematização do material, tem se revelado fundamental para as reflexões que venho realizando – como as indicações anteriormente feitas sobre cidadania também atestam.[18] Assim, a maneira pela qual o tema é problematizado guarda relações estreitas com a complexidade da experiência urbana, com a pluralidade e a densidade da própria questão urbana, e com as bases interdisciplinares que constituíram os saberes sobre a cidade.[19]

Outras indagações que presidem este trabalho e que também perpassam a questão urbana relacionam-se ao campo filosófico. Trata-se das instigantes formulações de Ansay e Schoonbrodt, que buscam sistematicamente reflexões sobre a

---

[18] O amplo conjunto de textos, produzidos a partir de meados da década de 1980 pela professora Stella Bresciani sobre a questão urbana, refere-se ao arrebatamento com que antigas cidades européias, como Londres e Paris, e a própria capital paulista no final do século XIX, foram lançadas em novas dimensões espaciais, sociais e políticas a partir de tais transformações. A percepção da autora sobre a dimensão plural e a relevância da questão política na estruturação da cidade moderna constitui elemento amplamente analisado na formulação deste trabalho, e me permitiu em grande parte compreender a complexa rede de relações na qual a cidade de São Paulo se estruturou. Entre os textos trabalhados, destaco: BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Cidade e História". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 16-35. "Melhoramentos entre Intervenções e Projetos Estéticos São Paulo – 1850-1950". In: BRESCIANI (Org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990, entre os demais indicados ao longo deste. As interpretações de Choay sobre a constituição dos saberes do urbanismo e sua dimensão de projeto político também têm papel importante em minhas reflexões, principalmente no campo das idéias que fornecem suas bases ao urbanismo – termo para ela carregado de ambigüidades. CHOAY, Françoise. *Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1998, e da mesma autora *The Modern City: planning in the 19th century*. London: Studio Vista, s/d.

[19] Abrange, portanto, uma questão política, técnica, social e cultural, visto estarem todas essas dimensões na própria essência da questão urbana. Lembro que a intenção de reduzir os problemas da cidade a questões técnicas, naturalizando-os, é relativizada ao se perceber sua dimensão de artifício, de cultura, confrontando o caráter produtor de cultura das soluções propostas para o urbano. "Essa tensão desvenda de forma brutal que mesmo a técnica, apresentada como saber objetivo, daí neutro, em busca de melhores soluções a partir de dados e ferramentas disponíveis, encontra sua justificativa de neutralidade no próprio pensamento político." BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit*, 2002, p. 30.

cidade no pensamento filosófico, e com isso apontam uma ampla coleção de escritos e questionamentos ligados direta e indiretamente ao tema.[20] Para os autores, a cidade é ao mesmo tempo produtora e produto das formas mais significativas da sociedade civil, constituindo-se pois como condição espacial para a realização de valores como a liberdade e a igualdade. Preocupados em esclarecer o sentido do "direito à cidade", remetem à reivindicação legítima do indivíduo que reclama do pacto social os recursos institucionais necessários a seu próprio desenvolvimento. Foi a cidade moderna – européia, pare eles – que forneceu, através de seu novo poder econômico, militar e jurídico, a garantia contra a arbitrariedade da onipotência. Nessa perspectiva, o direito à cidade significa a legítima manifestação de cada indivíduo, e a própria cidade pode ser entendida como fonte concreta de emancipação. Ao lado da percepção do campo tenso e conflituoso em que se constitui o urbano, a leitura dessas formulações reforça certo sentido político de minha abordagem.[21]

*

Os estudos das transformações processadas entre os séculos XIX e início do XX nas cidades brasileiras têm destacado largamente a inegável influência dos poderes públicos no gerenciamento e implementação de benfeitorias e equipamentos urbanos e na coordenação das chamadas obras públicas.[22] Notadamente aquelas

---

[20] Os autores reúnem principalmente trechos de reflexões e críticas relativas ao urbano, procurando articulá-las para pontuar o papel da cidade no pensamento filosófico. Claramente preocupados com a dimensão política tanto da cidade quanto do pensamento sobre ela, em especial o filosófico, Ansay e Schoonbrodt acabam situando a questão urbana em relação a direções diversas tomadas pela filosofia ao longo da história. ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. *Penser la Ville. Choix de textes philosophiques.* Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989.

[21] Certamente não pretendo acompanhar as implicações para o pensamento filosófico dos apontamentos de Ansay e Schoonbrodt, que me levaria a um outro projeto, mas procuro apreender nesses apontamentos alguns caminhos para compreender mais profundamente as transformações da cidade.

[22] Lembrando exemplos de trabalhos sobre as cidades brasileiras nessa perspectiva, indico Benchimol, para o Rio de Janeiro, Simões Jr., Janice T. Silva e Candido M. Campos, para São Paulo, entre vários outros que serão indicados ao longo do trabalho. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX.* Rio de Janeiro: SMC,

cidades que passaram por agudas transformações, em seu espaço e modo de vida, têm visto a regulamentação das construções, a ordenação da ocupação do território e a instalação de equipamentos e redes urbanas – de água, esgoto, iluminação e energia, vias – serem reconhecidas nos estudos como a própria história da cidade. Como fenômenos complexos, as intensas transformações ocorridas em cidades como São Paulo naquele momento possibilitam diferentes leituras em relação aos aspectos envolvidos nessas mudanças aceleradas e não se limitam ao incremento da população e dos equipamentos urbanos. Mesmo quando focalizados apenas os aspectos materiais e espaciais desse processo evidencia-se a necessidade de se analisar essas transformações considerando-se as diferentes forças envolvidas – sejam relações econômicas, sociais, culturais ou políticas.

Sem relevar a importância de estudos baseados nos aspectos materiais, principalmente aqueles que apontam os elementos influentes na formação de uma certa fisionomia *moderna* das cidades naquele momento, proponho aqui uma outra reflexão. Focalizando a capital paulista, procuro evidenciar as interferências e negociações sociais e políticas presentes nesse complexo processo de mudanças. Devo indicar, entretanto, a significativa herança dos estudos sobre a capital com a qual não deixo de dialogar ao longo do trabalho, destacadamente voltados para esse período de aceleradas mudanças. Talvez a percepção da intensidade e complexidade dessas transformações tenha motivado a atenção privilegiada da bibliografia acadêmica sobre a capital para o período em questão. O clássico estudo de Eurípedes Simões de Paula denominado "A segunda fundação de São Paulo", parece-me emblemático nesse sentido.[23] Colocando como marco o ano de 1872, o autor reúne dados

---

1992. CAMPOS, Candido Malta. *Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002. SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1880*. São Paulo: Moderna, 1984. SIMÕES Jr., José Geraldo. *Anhangabaú: história e urbanismo*. Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1995, 2 vols.

[23] PAULA, E. S. "A Segunda Fundação de São Paulo (da pequena cidade à grande metrópole de hoje)", *Revista de História*, vol. VIII, 1954 (originalmente publicado no jornal *Folha da Manhã* em 25/01/1939, conforme nota do autor).

demográficos, administrativos e econômicos para "por em relevo quando São Paulo se tornou uma grande metrópole", e em certo sentido vem servindo de inspiração para estudos sobre a capital paulista, que ampliam, verificam e aprofundam suas proposições.

A assertiva de Simões de Paula é taxativa, e parece se coadunar com os apontamentos registrados por Eugenio Egas por ocasião do falecimento do então ex-presidente da Província de São Paulo, João Theodoro Xavier de Mattos, em 1878, repetidos largamente nos estudos sobre a história da cidade: "coube a glória de haver iniciado, no seu patriótico governo, a transformação desta grande capital..."[24] João Theodoro presidira a então província de São Paulo entre dezembro de 1872 e maio de 1875, mas a presença desse advogado e político do Partido Conservador seria mais duradoura na bibliografia sobre a cidade, visto que as menções a sua administração são constantes em trabalhos de natureza diversa: geógrafos, sociólogos, arquitetos, historiadores, muito se referem a ele como positivamente responsável pelos primeiros melhoramentos sistemáticos efetivados na cidade de São Paulo na década de 1870.[25] Em vários estudos são usuais referências aos esforços despendidos pelo presidente

---

[24] Afirmação de Antonio Egydio Martins citada em TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um* século. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p. 70. Uma origem possível dessas referências, renovadas constantemente nos estudos sobre a capital, pode estar nas descrições de Eugênio Egas em seus volumes sobre os presidentes de São Paulo, quando retoma e valoriza os elogios publicados por ele mesmo em necrológio do ex-presidente em 1878. Segundo Egas, João Theodoro teria sido digno "dos mais merecidos elogios" tecidos sobre ele nos jornais por ocasião de sua morte, em 1878 (o próprio Egas faz referência a tais observações em outros trabalhos). Sem dúvidas as indicações desse autor tem tido grande repercussão e reforçam as avaliações positivas sobre as ações do administrador, visto que se trata de uma obra de referência. EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. São Paulo: Seção de Obras d' O Estado de São Paulo, 1927, vol. 1, pp. 477-510.

[25] Entre esses trabalhos, encontramos YÁZIGI, Eduardo. *O Mundo das Calçadas: por uma política de espaços públicos em São Paulo*. Tese (Livre Docência em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1997. BACELLI, Ronei. *A Presença da Companhia City em São Paulo e a Implantação do Primeiro Bairro-Jardim*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: FFLCH-USP, 1982. TOLEDO, B. L, *Op. Cit*; BARROS, Edgard Luiz de. "Desenvolvimento e Planejamento Urbano em São Paulo Durante a República Velha". In: Revista do Arquivo Municipal – DPH-SMSP, Vol. 195 – jan. a dez de 1982, pp. 35-49, para citar alguns.

nos melhoramentos da cidade, por exemplo, indicando que "quase metade das receitas provinciais foram gastas no embelezamento da capital". Entre as obras atribuídas às iniciativas dele, sempre indicadas como representativas do "grande surto de expansão" e "maior desenvolvimento de São Paulo", duas têm merecido destaque em relação ao período: melhoramentos na Várzea do Carmo e no Jardim Público da Luz.[26] Desperta interesse nesse caso a ausência de referências a administradores anteriores e posteriores a ele no período monárquico – fato relevante, considerando a comparação como pressuposto que permitira o emprego do recorrente superlativo "maior desenvolvimento" para designar a administração João Theodoro. Em relação às margens inundáveis do rio Tamanduateí, por exemplo, mesmo com poder reduzido durante o Império, as gestões municipais da capital renovavam diferentes contratos com empreiteiros para garantir a manutenção do local, adotando medidas como a construção de pontes, a limpeza dos terrenos e a manutenção da Várzea, além das constantes discussões do assunto entre os vereadores desde a década de 1870, pelo menos – iniciativas que deveriam conferir outra dimensão às ações do presidente da província.[27]

---

[26] A indicação do "surto de desenvolvimento" está em Telles, e aquela relativa ao orçamento em Barros, mas exemplificam aqui muitas referências semelhantes em incontáveis outros trabalhos. Entre as obras atribuídas a João Theodoro citadas, estão: a substituição dos terrenos miasmáticos em frente ao antigo Mercado da rua 25 de Março no passeio chamado Ilha dos Amores, abertura de rua ligando o bairro da Luz ao Brás e outra ligando a Consolação à praça da República, obras de segurança e embelezamento do morro do Carmo, abertura da rua do Hospício, organização de exposição provincial agrícola e industrial preparatória para a Exposição Internacional de Filadélfia de 1876. TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da Engenharia no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, 2o volume, p 149. BARROS, *Op. Cit.*, p. 37.

[27] Vários contratos foram assinados com a municipalidade entre 1871 e 1897 (e serão citados ao longo do trabalho). As intervenções no local foram executadas predominantemente pelo poder provincial. Mesmo após a primeira obra de retificação, em meados do século, várias gestões provinciais indicam em seus relatórios claras preocupações com o estado da região: os presidentes Francisco de Carvalho Soares Brandão, José Luís de Almeida Couto, João Alfredo Correa de Oliveira e Antonio Queiroz Telles, também investiram em melhorias nas margens do Tamanduateí, entre 1875 e 1887, além de Theodoro. De maneira geral, referem-se aos terrenos "paludosos" e miasmáticos, indicam a necessidade de desobstruir, canalizar e regularizar o leito do rio, e mencionam ainda o interesse do governo em embelezar

O aparente isolamento das ações de Theodoro acaba favorecendo a construção de uma imagem do administrador como visionário, alguém balizado à frente das preocupações de seu tempo. São, por exemplo, abstraídas dos comentários sobre o período referências a dificuldades de Theodoro ao realizar as obras listadas, embora exista uma breve menção à "tremenda oposição" da Assembléia Provincial, que chegou a nomear uma comissão para verificar os gastos do administrador com as obras na capital.[28] Há uma série de circunstâncias contemporâneas na sua administração que podem ter contribuído de modo decisivo para a efetivação das transformações então em curso, ligadas a obras de infra-estrutura que vinham sendo projetadas, ao âmbito decisório municipal ou ainda a questões de amplitude nacional, que poderiam escapar ao gerenciamento de um governo provincial. Entretanto, o que tem sido pontuado na bibliografia é a proeminência das ações do administrador, vistas como momentos de lucidez singular, à semelhança de um ato fundador – daí também a força retórica da idéia da segunda fundação da capital. As referências às ações do administrador são numerosas e praticamente unânimes em indicá-lo como viabilizador dos primórdios da *modernização* da cidade e, nesse sentido, o texto

---

e sanear a Várzea, para livrar a cidade do "espetáculo" das enchentes na estação chuvosa. Acompanhando os relatórios recolhidos por Eugenio Egas, não se pode afirmar com certeza que tais obras foram feitas. Na verdade, a partir da década de 1870, cada relatório parece apoiar-se nas informações levantadas pelo anterior, destacando sempre a necessidade das obras, mas sem precisar o que fora executado. EGAS, Eugênio. *Op. Cit.*, vol. 2, pp. 499-667.

[28] EGAS, *Op. Cit.*, vol 2, p. 479. Eudes Campos expõe, ao apresentar dados sobre as instâncias administrativas atuantes na cidade de São Paulo durante o século XIX, uma série de tensões de caráter político partidário que envolveu a administração de João Theodoro. Também o jornal *A Província de São Paulo*, em março de 1875, questiona "os esbanjamentos materiais do governo provincial" e faz severas críticas ao governo, observando o assunto com larga ironia. Refere-se, por exemplo, às "ruas *maclameadas*" da cidade e ao "mato virgem nos arrabaldes", em oposição aos jardins implantados pelo governo provincial ("Treslencias" em *A Província de São Paulo*. 14/2/1875. AEL-MR/0324). Constituem alguns indícios de distanciamentos patentes entre as polêmicas que presumivelmente envolviam administradores como Theodoro e os discursos lineares e unânimes presentes em análises posteriores. CAMPOS, Eudes. *Arquitetura Paulista sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1997, primeiro volume.

inaugural não poderia ter sido mais preciso em seu prognóstico, quando é encerrado em tom bem humorado: "ficamos com a convicção de que contribuímos com uma pequena pá de terra para o imenso Jaraguá que será o futuro estudo da Cidade de São Paulo".[29]

Também são destacadas na bibliografia as ações de Antonio Prado, três décadas depois de Theodoro. Depois de longa carreira política e ativa participação no Partido Conservador, o advogado e empresário Antonio Prado foi eleito vereador na capital (1898) e em seguida escolhido para administrar a cidade quando foi criado o cargo, permanecendo como prefeito até 1910. Nos estudos sobre a cidade, todavia, também permanecera por mais tempo, sendo constantemente identificado aos ideais de renovação urbana levados a cabo pelos republicanos recém empossados. Gerenciando a cidade naquele período de intenso crescimento, o prefeito acabou por ter seu nome ligado a uma grande quantidade de iniciativas de caráter reformador ou inovador na capital, o que em parte poderia explicar certas relações diretas entre seu nome e os projetos ditos *modernizadores*.[30]

Os estudos que mencionam as reformulações feitas no centro da cidade de São Paulo nos anos 1910, por exemplo, freqüentemente destacam os melhoramentos da administração de Prado e, a despeito das primeiras grandes obras no Vale do Anhangabaú terem tido início apenas na gestão posterior, do Barão Raymundo Duprat, é comum estabelecerem algum tipo de ligação com Antonio

---

[29] PAULA, E. S. *Op. Cit.*, p. 178. Em relação aos trabalhos que problematizam a cidade de São Paulo por uma perspectiva histórica, há um breve balanço, feito há cerca de uma década, dos estudos voltados para a história da capital em GLEZER, Raquel. "O Campo da História". *Cadernos de História de São Paulo, São Paulo: Museu Paulista da USP*, nº 1, 1992, pp. 9-14, ou ainda a bibliografia comentada: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Org.). *Bibliografia Comentada: industrialização, urbanização e migrações, São Paulo, séculos XIX e XX*. São Paulo: DH-USP, 1995. Outras obras serão indicadas ao longo do texto.

[30] Entre os ofícios localizados nos processos da legislação municipal, no setor de Manuscritos do AHMWL, é possível selecionar várias de passagens em que engenheiros e/ou empresários oferecem obras tidas como inovadoras para serem contatados pelo prefeito, recorrendo invariavelmente ao "ímpeto progressista" ou às "atitudes modernizadoras" da administração Prado, algumas mencionadas ao longo do trabalho.

Prado.[31] Várias outras obras na cidade estão relacionadas à longa administração Prado, e entre elas, têm merecido repetido destaque na bibliografia sobre a capital: a construção do Teatro Municipal (entre 1903 e 1911) e a reforma do espaço que era considerado o "coração e o cérebro de São Paulo": largo do Rosário – que sugestivamente passou a ser denominado Praça Antonio Prado depois da remoção da Igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do local.[32] Pelo relevo que assumiu para a cidade, do ponto de vista da materialidade e da representação, o Teatro Municipal converteu-se em referência obrigatória quando o assunto é o amplo desenvolvimento da capital, em densidade populacional e prestígio.[33] As iniciativas para construção do Municipal começaram cerca de dez anos antes do início das obras coordenadas por Prado, com reiterados esforços para atrair investimentos, sem que

---

[31] Entre as obras que tratam das intervenções no vale do Anhangabaú no início do século estão: GOMES, Denise Maria Saliba Dias. *O Desvairar da Paulicéia: as propostas urbanísticas para a cidade de São Paulo no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Geografia), São Paulo: FFLCH- USP, 1996., Marcos Antonio. *Planejamento Urbano em São Paulo (1899-1961): introdução ao estudo dos planos e realizações*. Dissertação (Mestrado em Administração), São Paulo: FGV, 1983. SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do Século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. SIMÕES Jr. *Op. Cit.* TOLEDO, Benedito Lima de. *Anhangabaú*. São Paulo: FIESP, 1989.

[32] Entre as obras ligadas à administração Prado: a reforma do alinhamento e ajardinamento de diversas ruas e largos na capital, a abertura de novas ruas e bairros, novas reformas na Várzea do Carmo, etc. PORTO, Antônio Rodrigues. *História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554 a 1988)*. São Paulo: Carthago e Forte Editores, 1992, nomeia dezenas de obras, detalhadamente. A referência à importância para a cidade, mencionando a partida de bondes para vários bairros, é de PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900, impressões de viagem*. 2ª. edição fac-similar, Col. Paulística, vol. XIV, São Paulo: Governo do Estado, 1979 (1ª. edição pela Imprensa Nacional, 1900).

[33] Um indício expressivo do relevo com que são apreendidas as iniciativas contemporâneas a Prado, lembro a obra de Sevcenko sobre a cidade de São Paulo. Mesmo tendo abordado especialmente os anos 1920 em seu estudo, o autor se refere amplamente à administração de Prado ao dimensionar os impactos culturais vivenciados na metrópole, gerados "da noite para o dia". Entre os sinais emblemáticos dessa mudança o autor destaca também o Teatro Municipal: "êmulo fáustico do Ópera de Paris" que teria assinalado "uma súbita reformulação do panorama, refletindo mudança radical na identidade da capital". SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, especialmente o segundo capítulo (citação na p. 116).

fosse concretizada qualquer proposta apresentada.[34] Foi preciso elevado investimento governamental para a realização da obra "por administração", e não por contrato ou licença, como pretendia a municipalidade para que o Teatro fosse menos oneroso para os cofres da Prefeitura. O investimento político e financeiro, bem como a insistência no projeto e o vulto da iniciativa, remetem a preocupações plurais de vários setores da sociedade, inclusive a manifestações de outros administradores anteriores a Prado, revelando relações mais amplas que a vontade política individual.[35]

Nem Theodoro, nem Prado. A despeito da constância dessas menções aos atos inaugurais de ambos, parece-me necessário analisar suas iniciativas considerando-se esse contexto mais amplo antes de concordar com os atributos de *modernizadores*. Nesse sentido constitui uma possibilidade significativa para estas reflexões, reveladora das imagens atribuídas à própria capital, acompanhar algumas referências diretas a suas obras, ou ainda o modo como as constantes e diferentes referências ao "antepassado comum" *modernizador*, personificado em Theodoro e Prado, possibilitam uma apreensão homogênea e convergente de um processo marcadamente heterogêneo e, afirmo, conflituoso. Neste ponto cumpre assinalar um dos campos de interesse deste trabalho, focado justamente na compreensão das dinâmicas envolvidas na constituição de uma certa imagem *moderna* de São Paulo no

---

[34] A primeira lei do governo republicano a incentivar a construção de um teatro é de 1895 (lei 159 de 02/05/1895), e não teve sucesso, assim como os contratos assinados em 1898 (AHMWL-FCMSP, Vol.478). As insistentes tentativas do poder público em auxiliar essa iniciativa através de largas concessões e privilégios, ao lado de alguns estudos e sugestões de local para sua construção, denotam o empenho do governo.

[35] Devo lembrar que alguns assuntos pontuais, como os polêmicos contratos de transportes e energia firmados pela municipalidade com a empresa anglo-canadense Light, no mesmo período, mereceram atenção crítica de parte da bibliografia sobre as transformações urbanas na capital, mas isso não tem evitado a consolidação da relação do prefeito com certa interpretação *modernizadora*.

final do século XIX, pela qual busco colocar em evidência as ambivalências e discordâncias presentes no processo.[36]

Uma parte substantiva dos estudos sobre a capital paulista, principalmente os que seguem o prognóstico de Simões de Paula quanto à temática, vem se apoiando amplamente em narrativas históricas da cidade caracterizadas pelo registro de memórias e relatos de circunstâncias supostamente vivenciadas por seus narradores. São registros ricos em informações e detalhes da experiência na cidade, e também marcados pelas impressões subjetivas e julgamentos de valor totalmente vinculados às percepções de cada autor. Remetem, portanto, muito mais a universos mentais que aos eventos que narram, e quando não se apóiam em suas memórias propriamente ditas mas em descrições de viajantes estrangeiros e nacionais acabam por trazer à tona ainda outras impressões e outros valores.[37] É bastante significativo nesse sentido que as narrativas de memorialistas, conforme analisa Brefe, tenham se fixado sobretudo nas últimas décadas do século XIX, quando a imagem da cidade descrita por eles é semelhante a um turbilhão febril de mudanças. As narrativas testemunham o desaparecimento de características seculares, dos traços culturais considerados tradicionais na cidade, de espaços e formas de convivência trocados por

---

[36] A leitura dos documentos e dos estudos a respeito sugere que essa permanência dos dois políticos nas narrativas pode estar relacionada às polêmicas nas quais estiveram marcadamente envolvidos, visto que os constantes debates a respeito de suas iniciativas acabaram por constituir um vasto material de referência – tanto como informação como quanto memória dos mesmos. Trata-se de uma hipótese tomada apenas como possibilidade de reflexão sobre a temática, mas mesmo assim instigante por se ligar diretamente à percepção das tensões envolvidas no processo de transformação da cidade, essenciais neste estudo.

[37] Um dos mais citados memorialistas da capital também é o que mais se apóia em relatos de viajantes para tecer sua narrativa: BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991, 3 vol. Vol. I: *Arraial de Sertanistas (1554-1828)*; Vol. II: *Burgo de Estudantes (1828-1872)*; Vol. III: *Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*. Um trabalho recente analisou pontualmente a obra de Bruno: LOFEGO, Silvio Luiz. *Memória de uma Metrópole: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2001.

outro. Nas palavras de Brefe, os registros apontam como "rapidamente se troca o definitivo pelo provisório, o certo pelo incerto".[38]

É interessante notar como essas narrativas em que o novo se sobrepõe ao velho, o caráter de renovação confere uma certa linearidade ao discurso. Assim como na apreensão do "antepassado comum", essa característica dos relatos dos memorialistas atribui ao novo e à *modernização* um papel homogenizador, à medida que constitui um cenário harmônico, coeso e pouco perpassado pelo conflito e à divergência. A linearidade estaria, paradoxalmente, na reiteração feita por essas narrativas da mudança contínua implícita na renovação – interpretação apropriada pelos estudos que se norteiam pelas narrativas de memorialistas, devo pontuar. Ao descrever uma linha evolutiva marcada por uma ruptura, as narrativas reservam ao passado anterior às mudanças um lugar particular na história da cidade: o que resta do mundo "antigo" é interpretado como um ciclo histórico já encerrado, incapaz de interferir no devir inerente ao "novo".[39] Aliás, a consciência do momento vivido como algo novo tem sido lembrada como uma das marcas do caráter *moderno* de uma sociedade – entre outros apontamentos que permitem perceber as imbricações dessas noções e sua força discursiva.

Creio ser relevante nesse ponto uma breve referência a outra narrativa, também muito presente nos estudos sobre a cidade de São Paulo, embora nem sempre explicitada. Trata-se do estudo de Richard M. Morse sobre a capital, publicado pela primeira vez por ocasião das comemorações do quarto centenário da

---

[38] BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A Cidade Inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920).* Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.

[39] Analisando a importância da arte na constituição das cidades, e avaliando as maneiras de se perceber o diálogo entre o passado e a atualidade no urbano, Argan sugere instigantes interpretações sobre a relação antigo-novo, e a experiência nas cidades (em que me baseio para tecer essas observações sobre a linearidade do discurso sobre o novo). ARGAN, Giulio Carlo. "Cidade Ideal e Cidade Real". In: _____. *História da Arte Como História da Cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 75-84.

fundação da capital – neste caso, a "primeira fundação".[40] É o próprio autor que faz uma advertência ao iniciar sua narrativa, afirmando ser uma obra interpretativa, por ser seletiva, e biográfica, por privilegiar análises humanas em detrimento de científicas. As aproximações que faz em relação à história da cidade a definem antes como um estado de espírito do que como uma entidade física, embora esteja atento às transformações espaciais e busque até mesmo classificá-las – caso explícito da análise final significativamente denominada "anatomia da metrópole". A proposição essencial do autor é mostrar como a comunidade agrária se transforma em uma cidade, e quais as implicações dessa transformação no estado mental de sua população, especialmente de seus dirigentes. O próprio autor enuncia a tentativa de interpretar essa mudança por um prisma de continuidade, ou seja, sem considerar previamente que teriam ocorrido perdas, mas ao contrário indícios de noções que teriam passado do organismo da comunidade à metrópole.

> Atingindo o século XX, chegamos a uma cidade em fluxo, que apenas começa a definir-se, uma cidade cujo passado não é mais sentido e cujo presente e futuro imediato adquirem uma premência que parece aguda e tangível. A cidade nos oprime com questões implacáveis. [...] [Na cidade] a configuração torna-se fluxo. A forma torna-se função. A arquitetura torna-se geometria. As classes da sociedade tornam-se massas. A seqüência torna-se simultaneidade. Os deuses tornam-se forças. A comunhão torna-se comunicação. E indagamos: é necessário que a cidade-mente e a cidade-alma destruam, ou podem elas redimir?[41]

De modo diferente dos memorialistas, as interpretações de Morse também acabam se voltando para uma certa linearidade ou mesmo continuidade,

---

[40] MORSE, Richard M. *De Comunidade à Metrópole: biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

[41] MORSE, *Op. Cit.* p. 216.

nesse caso, particularmente ao enfatizar a necessidade imposta pela cidade moderna de se tomar os problemas e os projetos urbanos em termos abstratos, racionais. Em resumo, Morse não narra a desintegração da vida paulistana anterior às intensas transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, mas procura esclarecer as mudanças processadas nas bases da sociedade e que a impeliram a tomar decisões e fazer novas avaliações das questões urbanas a partir de referenciais intelectuais. O encadeamento dos momentos distinguidos pelo autor na história da cidade é revelador dessa linearidade intelectual: de "cidade-mente" à "cidade-organismo" e por fim, "metrópole moderna". Trata-se de uma explanação interessante, sem dúvidas, mas ainda assim uma interpretação, como pontua o autor ao longo do texto – e com tal dimensão deveria ser referida nos estudos sobre a capital.[42]

A recorrência da caracterização dos três momentos que supostamente sintetizariam a trajetória histórica da capital é significativa e chama atenção por remeter freqüentemente a esquemas de análise previamente postulados, nos quais a tensa trajetória da cidade deveria adquirir sentido – diria, sentido abstratamente constituído. Além de Morse e de Simões de Paula – que apoiou o ensaio já citado na explicação de fundo sociológico de Pirenne e Braudel, buscando evidências de "três estádios de desenvolvimento da cidade" –, Toledo também sintetizou uma interpretação desses três momentos da história de São Paulo, amplamente difundido na bibliografia através da sugestiva idéia da cidade como palimpsesto.[43] Esse

---

[42] Munhoz, por exemplo, elaborando uma análise crítica da "marcha do progresso" da capital paulista na passagem do século XIX para o XX, utiliza-se largamente das observações de Morse, tomando-as com status documental, não raramente sem contextualizar as interpretações do estudo. MUNHOZ, Sidnei, *A Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: FFLCH-USP, 1997. Entre outros trabalhos que utilizam Morse recentemente: KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do Imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na "metrópole do café", 1890-1920*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2001.

[43] TOLEDO, B. *Op. Cit.*, 1983. Também Candido M. Campos observa a recorrência dessa tipologia em narrativas históricas sobre a capital e faz ressalvas ao risco de alimentarem uma "ilusão de totalidades coesas sucedendo-se sobre o mesmo espaço",

pergaminho que teria sua escrita raspada de tempos em tempos também faz referência a três momentos e é indicado aqui como outro exemplo da permanência dessa imagem na bibliografia. Entretanto, a fim de apresentar o viés metodológico deste trabalho, deixando em aberto, por sua vez, a abordagem proposta para essa problemática, registro a imagem anotada em um almanaque paulistano da década de 1870, indicativa da existência de uma percepção dos contemporâneos em relação às mesmas mudanças exploradas pela bibliografia:

> Não é ainda cidade de primeira ordem a São Paulo atual, mas é já uma grande cidade, populosa, florescente, a transbordar de vida e progresso. Três grandes fases, três idades bem distintas estão desenhadas na lenta evolução de sua história, superpostas umas às outras como camadas geológicas: a cidade dos padres jesuítas e capitães-mores; a cidade acadêmica, a Coimbra americana; e finalmente a cidade da civilização, a nova cidade que transfigura-se e

---

ocultando assim "direções divergentes nos caminhos que poderiam pautar a evolução da cidade". Em oposição ao suposto consenso e coesão de cada "fase", implícito nos três momentos recorrentes – "como se não existissem fraturas e conflitos" –, Campos propõe uma visão das descontinuidades, conflitos, disputas e crises subjacentes a essa trajetória, destacando as divergências nas propostas e realizações do urbanismo paulista. É certamente relevante para os estudos sobre a capital essa proposição que relativiza as apreensões hegemônicas do processo em questão, mas devo observar a permanência de uma certa linearidade nas análises do autor sobre a "evolução urbana" e os "rumos do urbanismo" –implícita em sua abordagem acerca da "modernização urbana" que para ele assume "um caráter ambíguo, hesitante e parcial". Ao situar seu estudo como tentativa de entender os aspectos frustrantes da presumida "modernização incompleta" da capital e esclarecer os "impasses da modernização periférica" – visão claramente filiada à insistente interpretação que situa os projetos nacionais como mimetismo limitado e inadequado de modelos estrangeiros –, Campos acaba também imprimindo ao seu discurso uma essência ou "traço de continuidade", notadamente percebendo como limitados os projetos modernizadores. Nas palavras do autor, os impasses desse processo teriam estabelecido um limite que "nos condenaria a perseguir o moderno sem nunca atingir a modernidade." Em sentido diverso, as indagações e abordagens que proponho neste estudo não indicam as disputas e os conflitos como desvios ou impedimentos à direção idealizada para o urbanismo ou a modernização, mas como expressões de um processo moderno/de modernização definido intrinsecamente por tensões e pluralidades. CAMPOS, Candido Malta. *Op. Cit.* (todas as citações estão na introdução, pp. 17-36).

> cresce a nossos olhos, erguendo-se e emancipando-se a pouco e pouco das feias antigualhas do passado.[44]

Há também aí uma tentativa de abarcar por meio do discurso toda o percurso histórico da cidade e a partir disso imprimir-lhe uma direção, um rumo também marcado pela aceleração e pela intensificação dos ritmos. A intenção de emancipar-se de uma imagem lenta do passado é explícita, assim como a perspectiva positiva na qual o presente é inscrito – "cresce a nossos olhos, erguendo-se". Parece-me que o texto de 1877, que figura discretamente entre poemas, calendários, tarifas de transporte e os assuntos variados em um almanaque do Oitocentos, antecipava em certo sentido algumas estratégias de interpretação da história da cidade como "uma pequena pá de terra para o imenso Jaraguá", notoriamente ao percebê-la também a partir da culminância do "estágio moderno" ou "civilizado". Ao longo deste trabalho, dialogando com a documentação analisada no Arquivo Municipal da capital, procuro analisar detidamente a constituição dessas matrizes interpretativas, e acredito que a menção desse documento ajuda a evidenciar a necessidade de também se acompanhar a constituição das imagens recorrentes de São Paulo. Continua a mesma descrição sobre a cidade em 1877:

> Aí temos o rápido esboço da tríplice cidade – colonial, acadêmica e moderna – hoje recalcada em uma só, amalgamando em um só plano o velho e o novo, o belo e o grotesco, o imponente e o pequeno, como acontece nas convulsões geológicas. O monstruoso embrolho das três idades é o traço característico do São Paulo atual, e mostra-se bem visível nos costumes do povo, nos hábitos domésticos, nos tipos da população, nos edifícios, nos divertimentos públicos, em tudo e por tudo.

---

[44] CAMPOS, Américo de. "A Cidade de S. Paulo em 1877". In: *Almanach Litterario de S. Paulo para 1878, acompanhado de uma carta da provincia de S. Paulo e uma walsa de Elias Lobo – publicado por José Maria Lisboa.* São Paulo: Typographia da Provincia de São Paulo, 1877, anno III.

A imagem da capital no texto, nesse ponto, deixa entrever uma percepção menos uniforme e lógica da história da cidade. Parece distanciar-se em parte daquelas registradas pelos memorialistas, que reforçam uma certa homogeneidade no quadro da *modernização*, na medida em que faz alusão a alguns embates e conflitos. O sentido que o discurso tentava construir, portanto, não estava dado e não era percebido naquele momento com a clareza que a linguagem – do discurso dos memorialistas ou de uma historiografia solidamente apoiada nessas fontes – tentara lhe imprimir. Assim, em sentido oposto, este trabalho propõe voltar-se para o heterogêneo, para o "embrolho" indicado no documento. Lembro que alguns estudos recentes têm procurado discutir e/ou contestar a preponderância de certa imagem "progressista" da cidade de São Paulo no campo social e cultural, problematizando a substituição de costumes e imagens antigas por outras ditas "modernas".[45] Trabalhos com esse viés têm sido importantes na percepção de outras experiências e formas de interação com as transformações processadas desde meados do século XIX, ao mesmo tempo em que contribuem para relativizar certas visões da capital paulista no período, principalmente do ponto de vista de análises sociais e culturais. No que se refere às transformações materiais, tem prevalecido o estudo das ações dos poderes públicos e de grupos sociais privilegiados econômica e socialmente. É precisamente neste ponto que se inscreve este estudo, não para descrever ações de um ou outro grupo, mas para percebê-los em debate, sob tensão, posto que o próprio processo de modernização se define intrinsecamente como tenso, conflituoso e plural.

Um espaço em transformação coincidindo com instituições políticas reformadas, alterações econômicas impactantes, chegada intensa de estrangeiros,

---

[45] FREHSE, Fraya. *Entre o Passado e o Presente, Entre a Casa e a Rua: tempos e espaços na cidade de São Paulo de fins do Império*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo: FFLCH-USP, 1999, ou ainda evidenciando a atuação de grupos sociais usualmente ocultados na imagem da cidade, como os pobres não estrangeiros da capital. SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 1998.

vivência de novas experiências urbanas, entre outras transformações, talvez tenha acelerado certa percepção de uma cidade presumivelmente promissora, aberta a um futuro de possibilidades, mas que, num primeiro momento, seguramente não forjou a noção de um ambiente urbano "velho" oposto ao "novo" ao qual se lançava. Assim, procuro destacar as ambigüidades nas análises dos projetos de/para a cidade, mas não me detenho em seus aspectos formais ou de um certo planejamento urbano. Por mais interessante que pareça essa perspectiva, minhas reflexões neste trabalho não se direcionam para uma história do urbanismo, do urbano, das reformas e intervenções urbanísticas, mas para a questão urbana na cidade de São Paulo. Contudo, buscando compreender a complexidade e as nuances desse processo histórico através do qual se deu uma ampla transformação, detenho minha atenção também no campo dos saberes envolvidos na gestão da cidade. Nesse sentido, há um lugar específico neste trabalho reservado para a compreensão da relevância dos conhecimentos científicos desenvolvidos pelas/nas escolas de engenharia, em particular pela Escola Politécnica de São Paulo, e para a importante constituição de um campo de saberes e práticas dos *especialistas da cidade* naquele momento. Importa ainda observar que essa apreensão da cidade por esses profissionais constituiu nesta pesquisa o percurso de entrada no espaço da cidade, também por essa perspectiva percebida como um campo tenso e conflituoso. Mesmo através da lente supostamente objetiva dos engenheiros, armada de ferramentas racionais para analisar e propor soluções, a cidade percebida neste trabalho é um espaço em que predominam as negociações e os embates.

Uma análise dos conflitos e relações entre as forças sociais que compõem a cidade adquire assim maior relevo, à medida que também pode apontar indícios da constituição desses discursos sobre a capital. A trajetória escolhida para efetivar esta análise, portanto, parte dos sujeitos envolvidos nas transformações, para chegar por fim às imagens da cidade. Os dois capítulos iniciais buscam esclarecer essas relações, sendo o primeiro deles voltado para a compreensão da atuação das forças sociais na estruturação da cidade, e o segundo para o aprofundamento da questão da salubridade urbana, como elemento mobilizador de importância singular

no período estudado. Ambos estão imbricados e constituem uma certa unidade na tese, visto que focalizam especialmente a questão da cidadania e da atuação dos citadinos no âmbito das decisões, das discussões e das repercussões de assuntos ligados à gestão da cidade. Quanto ao terceiro capítulo e ao epílogo, voltam-se mais detidamente para os aspectos que constituíram os começos das preocupações deste projeto de pesquisa, quando busco esclarecer as dinâmicas envolvidas na gestão da cidade, acompanhando as obras, a administração e os agentes ligados às iniciativas dos poderes públicos. Assim, volto a atenção para as obras projetadas e discutidas para a cidade, ampliando tanto a noção de *especialistas da cidade* quanto as implicações de uma certa apreensão técnica da cidade, para, por fim, poder rever a própria idéia de uma cidade *modernizada, modernizando-se*. As obras, a participação e os projetos para a cidade são repensados, então, a partir da articulação dos documentos, analisando criticamente certas imagens positivas relacionadas à capital paulista, atreladas às noções de "prosperidade" e *modernização*. "Quem construiu Tebas das sete portas?" A clássica pergunta do operário de Bertold Brecht, como lembrara Carlo Ginzburg a propósito do moleiro Menochio, continua a ser uma pergunta válida, que não perdeu sua força política.[46] Também o mesmo poema, quando evoca as reconstruções sucessivas de Babilônia, permite aludir a outra preocupação que neste trabalho sugere a construção/reconstrução da cidade, em sua materialidade e nas

---

[46] No contexto deste estudo, a pergunta é também uma alusão à análise propositiva das "sete portas da cidade", apontada nas reflexões de Bresciani, à medida que são também aqui colocadas em relevo as "entradas conceituais" para compreensão da cidade moderna. "Entradas" ou "começos no plural", na versão recentemente reelaborada pela autora, indicam um processo em que a cidade é problematiza, atravessado pela questão técnica e pela questão social, além da formação de novas sociabilidadades e sensibilidades, e da percepção da cidade como lugar da cidadania/da história e possibilidade de apreensão intersubjetiva do urbano. Refiro-me a: BRESCIANI, M. S. M. "As sete portas da cidade". In: *Espaço e Debates*, n.34. São Paulo: NERU, 1991, pp. 10-15, e da mesma autora "Cidade e História", *Op. Cit.* A indicação sobre Brecht está em: GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, introdução.

narrativas sobre a história de São Paulo: "tantas vezes destruída. Quem outras tantas a reconstruiu?"

Devo ainda observar alguns procedimentos e escolhas formais utilizados ao longo do trabalho. Adoto a grafia atual da língua, mesmo quando se trata de documento manuscrito e/ou publicado sob outro regime ortográfico. Procuro com isso viabilizar uma leitura mais fluida, e ao mesmo tempo evitar prováveis confusões e incompreensões, tendo em vista a falta de uniformidade gramatical e ortográfica das fontes pesquisadas. Resisto assim ao charme da transcrição de um "abaixo-assignado", mas preservo a grafia original sempre que houver referência a nomes próprios, de pessoas e lugares, além de títulos de documentos manuscritos ou editados na época, para que possam ser localizados nos registros referentes ao período. Os logradouros constituem exceção: estão registrados na grafia atual, quando possível, para facilitar também a localização dos mesmos, quando a nomenclatura corresponde à corrente. De um ou de outro modo são todas traduções, e constituem escolhas pelas quais me responsabilizo inteiramente e como tal não poderiam prescindir desses esclarecimentos para não serem confundidas ou dificultarem a compreensão das reflexões que encaminho.

As discussões tecidas ao longo dos capítulos constituem metaforicamente fios puxados de um emaranhado de transformações e relações. Foi como elaborei a estratégia de reflexão sobre a temática e a própria narrativa histórica, pela impossibilidade de apresentar uma argumentação clara e inteligível transcrevendo a simultaneidade dos eventos que estudo nesse processo. Como a experiência urbana, não é possível apreender estas reflexões linearmente, e os sentidos vão sendo revelados de várias formas, por percursos também diversos. Procuro, assim, acompanhar alguns fios desse emaranhado urbano, desembaraçando alguns, buscando os pontos intricados em outros. Mas precisamente por acompanhá-los, por vezes o percurso passa novamente por ambientes percorridos. Não são, na medida da intenção da narrativa, enganos obtusos, mas conseqüências mesmo dos caminhos desta reflexão e deste texto, para os quais espero a paciência do leitor.

"A cidade, o recinto sagrado onde existem os deuses, os sacerdotes e os magistrados, é o arcabouço primitivo de toda a estrutura política. Centro da resistência às invasões do inimigo, fortaleza edificada nos montes, a cidade é ao mesmo tempo um núcleo de uma futura organização social e política, que mais tarde se há de acentuar por admiráveis metamorfoses." Alberto Salles.[1]

I. SÃO PAULO: CIDADE ABERTA

Viver na cidade de São Paulo no último quartel do século XIX significava, entre outras coisas, estar envolvido em um processo complexo e amplo de intensas transformações. Naquele momento crucial da sua história, a cidade se redimensionou materialmente, refez sua rede de relações e de representações e reformulou seus papéis políticos e sociais, interna e externamente. Não se trata, é bom lembrar, de tomar aqui a cidade como sujeito histórico, em sentido estrito, mas de considerar aquele agrupamento humano com suas amplas potencialidades – e suas relações sociais e políticas como fatores singulares nessas transformações então engendradas. Em um ambiente marcado por apressado desenvolvimento, a cidade poderia ser vislumbrada como um espaço aberto a infinitas possibilidades, presentes e futuras, e assim tomada como lugar privilegiado de projeções e engajamentos.

A cidade não surgiu transformada como uma alvorada, mas "estava presente ao seu próprio fazer-se".[2] Acompanhando esse "fazer-se" da cidade é

---

[1] SALLES, Alberto. *Sciencia Política*. Brasília: Senado Federal, 1997, Fac-símile de São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891, p. 271 (grifo no original).

[2] A frase do historiador inglês E. P. Thompson em relação à classe operária, parafraseada aqui para pensar a experiência urbana em São Paulo, refere-se à

possível entrever os incontáveis sujeitos e projetos presentes em múltiplas esferas nesse intricado processo de transformações, e de tal percepção provêm diversas inquietações. Entre elas, a preocupação originária refere-se à atuação das forças sociais nesse "fazer-se" urbano: de que forma diferentes grupos da sociedade participavam dos projetos e das transformações urbanas? De que maneira as escolhas feitas e os encaminhamentos dados na solução de problemas da cidade se ligam às demandas da população? Em que medida as fortes demandas sociais devem ser consideradas no estudo de intensas transformações ocorridas na capital paulista no início do século XX? Teriam essas demandas alguma relação, direta ou não, com os projetos de reforma ou intervenção urbana efetivados?

Responder a tal problematização me levou a uma detida leitura de registros de projetos para a cidade, seja no âmbito da discussão, planejamento, execução ou repercussão dos mesmos. Os arquivos que documentam as ações da administração municipal são fundamentais nesse trabalho, considerando-se a apreensão que faço do espaço do poder público como campo privilegiado para reivindicações, debates e sistematização dos projetos. Assim, buscando apontamentos que esclarecessem as escolhas feitas nesse processo de transformação do urbano, localizei um número expressivo de reclamações e requerimentos da população, ao lado dos projetos dos *especialistas*, legisladores e administradores – todos debatidos pelos representantes do poder público ao resolverem questões relativas à administração da cidade.

Grande parte dos documentos aqui analisados relaciona-se a determinações legislativas municipais, entre leis, atos e resoluções, apreendidas a partir dos processos que deram origem a cada instrumento legal e os encaminhamentos gerados por ele na municipalidade. O dinamismo implícito nesses manuscritos, que reúnem para cada lei desde as indicações para debate até a

---

perspectiva de reflexão de um espaço transformado em meio a várias tensões sociais, conforme apontei na introdução deste trabalho. THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, Vol. 1, p. 9.

fiscalização das obras ou ações planejadas, é essencial para a compreensão da cidade como uma realidade constituída de modo complexo e tenso, e atuante em seu "fazer-se". Também acompanho os contratos firmados entre os poderes públicos municipais e os empreiteiros e *especialistas* para execução de obras na capital. São lidos como um dos indícios significativos desse mesmo dinamismo percebido nas leis, e nesse sentido são tomados em parte nesse momento do trabalho – aparecem aqui em suas imbricações com os processos legais, e são retomados em sentido mais amplo e mais detidamente em outro momento deste estudo.

Além dos instigantes registros localizados nessa documentação, o interesse pelos processos legais é justificado não pela ação normatizadora em si – efeito freqüentemente menor que o esperado – mas pela possibilidade de identificar tensões e interesses nesse campo do político, por vezes conflituoso e em outras, congruente. Nestas análises, percebe-se que os espaços institucionais da administração municipal poderiam ser compreendidos de maneiras diversas por variados grupos da sociedade, mas por outro lado não há dúvida de que tais espaços eram percebidos por muitos como acessíveis a reivindicações, debates e mediações. Acompanhando algumas situações vivenciadas na capital paulista, procuro esclarecer as dinâmicas significativas na constituição da cidade naquele momento.

1 Cidade como direito: forças sociais e intervenções na cidade

Poderes públicos, ações notórias

Em maio de 1894 a Câmara Municipal da capital paulista parece ter sido surpreendida por um pedido incomum, feito por um grupo de pessoas de modo também pouco usual. Compareceram em conjunto diante das autoridades governamentais municipais: Donato del Pozza, Gaetano Caputo, Antonio Bartholo, Antonio Coelho, João Gentili, Francisco Fannini, Luigi Barone, Antonio Bloise, Geanuario Chiopette, Luigi Larocca, Faustino Alves, Francisco de Lucca, Giacobe Paterno, Antonio Coelho F. da Costa, José Desimoni, Alfredo Sabeira, Januário Pascoal, José Andrade, Natal Forte, Magdalena de Jesus, Antonio Hortencio, Thereza de Jesus Souza, Fortunato Escobar, Francisco Maria, Luiz Candido, Miguel Elyseo, Domenica Ferchinito, Vicente Lardosia, Luiz Pereira Maia, Montoro Francisco, Miguel Cretela, Thomaz Natal, Rosaria Merente e Antonio Affonso. Solicitavam autorização para comerciar ao lado do Mercado de Verduras, inaugurado havia três anos, sendo nestas palavras anotado pelo funcionário encarregado no livro usado para lavrar contratos com a Intendência Municipal:

> Por eles foi dito que pretendendo estabelecerem-se na área disponível dos lados do Mercado da rua de São João, esquina da do Seminário, para dentro do alinhamento da rua, não havendo perturbação para o trânsito público, necessitam erigir ligeiras construções para abrigo e acondicionamento dos gêneros de comércio que cada um adotar, obrigando-se e comprometendo-se todos a aceitar e cumprir as condições e cláusulas do presente contrato.[3]

---

[3] Contrato sem numeração, transcrito entre o de número 576 e o 577. AHMWL-FCMSP – Vol. 475, Fls.37v e 38. Em relação à localização dos documentos no Arquivo Municipal da capital, existem três anotações diferentes dos volumes, feitas em momentos diversos da organização do acervo e com critérios também desiguais. Buscando maior agilidade na leitura das notas, adoto aqui apenas a indicação dos

O contrato então firmado entre a Câmara e os solicitantes destaca-se entre os outros cinqüenta e cinco assinados naquele ano. Não se diferencia pelo caráter das obras que indicava, considerando-se a significativa atenção do poder público municipal aos mercados durante toda a década de 1890, quando são objeto de reformas, ampliações, reconstruções, benfeitorias e constante discussão. Diferencia-se mais pelas ações que deram origem ao contrato, pelos signatários e pela maneira como são definidos os critérios e condições do mesmo. As cláusulas referidas pelo secretário estabelecem a necessidade, por parte dos requerentes, de concordância com condições previamente acordadas que, em certa medida, geravam uma relação desproporcional entre as obrigações dos contratantes e os direitos ou vantagens das quais desfrutariam – especialmente na declaração prévia de desistência sobre direitos de propriedade e restrição dos direitos de uso das obras. Os outros contratos firmados no período, tratando dos mais diversos empreendimentos na capital, previam prazos para realização e conservação, valores de multas e depósitos-caução, garantias e fiadores, além de detalharem aspectos técnicos das obras e da fiscalização correspondente; em suma, voltavam-se mais para esclarecimentos quanto às responsabilidades envolvidas nas obras acordadas. Além de não indicar qualquer dessas cláusulas, o contrato referido chama a atenção por seu caráter prescritivo e normativo. Pelas cláusulas, os signatários concordavam em sujeitar-se ao "regulamento existente e aos que de futuro se expedirem para o Mercado", abdicavam de "qualquer direito sobre as obras que fizerem para colocação de seus gêneres" – estas pertenceriam à municipalidade desde a construção –, e obrigava-os a "cercar as obras com gradil, no alinhamento da rua", próximo do edifício destinado ao açougue, na saída para a rua de São João. Determina, enfaticamente, também os limites impostos aos signatários:

---

volumes correspondente à classificação mais atualizada (corrente em 2001), com respectiva indicação do fundo em que está ordenado. No caso dos contratos, essa documentação reúne termos assinados com a Câmara Municipal e as Intendências (de Obras, de Justiça e Polícia, de Finanças e Municipal), e abarcam o período entre 1862 e 1903 (são analisados detidamente no terceiro capítulo).

> Os contratantes aceitam, de modo expresso, a exclusão a qualquer idéia de detenção e menos ainda de posse, que não seja limitada por simples ocupação como inquilinos, nas formas das Leis e regulamentos não podendo alienar troca, sucessão, ou qualquer outra forma, o uso por aluguel que lhes fica reservado temporariamente como compensação dos serviços materiais e trabalhos com que concorrerem para as obras de que se trata.[grifos no documento] [4]

Revela, portanto, inequívoca preocupação da edilidade quanto ao destino das obras e sugere certa inquietação dos governantes quanto aos interesses envolvidos no pedido dos contratantes – aspectos que me parecem impelir o observador a uma aproximação mais detida no sentido das peculiaridades do registro. Assim como não é possível identificar nesse acordo para realização de obras de adaptação do mercado da São João os padrões de contratos anteriores ou contemporâneos a ele, também era raro que um contrato tivesse origem em mobilizações tão diretas, exteriores à administração, ainda mais por um conjunto numeroso de pessoas.[5] A prática corrente constituía primeiramente na decisão legal sobre o mérito da obra, em seguida a elaboração de um orçamento com as especificações técnicas, feita pelos órgãos competentes da Câmara, a convocação de concorrentes por edital, assinatura do contrato feito em concordância com as especificações legais e por fim a publicação do mesmo. Nenhum passo desses procedimentos foi observado no contrato em questão, indicando um certo improviso diante da situação aparentemente inesperada. Também é significativa a composição

---

[4] Cláusula 3ª , do mesmo contrato (entre o de número 576 e o 577). AHMWL-FCMSP – Vol. 475, Fls.37v e 38. Devo agradecer ao pesquisador Amílcar Torrão Filho pela revisão das anotações sobre esse documento no acervo do AHMWL.

[5] Martins refere-se ao local como "mercadinho da São João", apoiando-se também nas indicações de Jorge Americano (*São Paulo Naquele Tempo*) para afirmar que se praticava no local o comércio de frutas, cereais, legumes, verduras, lingüiças, peixes e todo tipo de produto comestível produzido nas chácaras da cidade. Foi demolido no final da década de 1910, depois de várias reformas. MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (1ª edição 1011/1912), pp. 137 e 200.

do grupo, formado principalmente de estrangeiros e por pessoas certamente pouco familiarizadas com a língua escrita. Apenas quatorze entre os contratantes assinam de próprio punho o documento (quase todas as assinaturas revelam pouca firmeza e nitidez no traço), e pelos outros assina o tenente Benedicto José Fernandes Piloto, a pedido, "por não saberem ler e nem escrever".[6] Não era raro que se assinasse a rogo de alguém declarado iletrado em vários documentos da administração, mas posso dizer que a assinatura por um grupo tão numeroso quanto esse era singular.

Ao lado do presumível tumulto causado pelo comparecimento do numeroso grupo de pessoas, pode-se imaginar uma certa dificuldade de comunicação, perceptível na desordem do contrato ao identificar os signatários (prenomes e sobrenomes invertidos, difícil de serem decifrados ou confrontados com as assinaturas). Mesmo breve, o registro deixa indícios de um certo estranhamento diante da situação, em relação ao pedido e à presença do grupo. Muito provavelmente gerou dúvidas sobre os procedimentos a serem tomados pelos funcionários da Câmara Municipal – fatos que justificariam a improvisação patente e as indicações pouco usuais nos termos acordados, em comparação com os outros contratos de obras do período.[7] Esse conjunto de elementos pode revelar aspectos interessantes das relações de certos grupos sociais com a municipalidade, sobretudo ao considerar que o grupo dirigiu-se diretamente à edilidade para oficializar um tipo de comércio que então merecia ampla atenção dos governantes. Mercados ambulantes e provisórios vinham sendo percebidos com certa desconfiança por outros grupos de comerciantes na época, o que poderia implicar em algumas

---

6. AHMWL-FCMSP, Vol.475, Fl. 38.

7 Estas anotações são, neste ponto, tomadas como maneira de instigar as reflexões que proponho. Ao longo de todo este trabalho serão apontadas características das obras correspondentes aos assuntos tratados. Visto tratar-se de parte substancial da pesquisa, e por não constituírem o foco central deste capítulo, o assunto dos contratos de obras será retomado adiante, no terceiro capítulo, esclarecendo vários procedimentos e padrões utilizados. Por ora, indico de forma indireta tais padrões, na medida em que esclareço as diferenças desse contrato selecionado por sua exepcionalidade.

discordâncias em relação ao assunto, tanto entre os edis quanto em outros setores da sociedade.[8] Assim, para além das peculiaridades e curiosidades envolvidas na situação descrita, tomo os indícios desse contrato para sugerir algumas indagações sobre tais relações em curso na capital.

É muito provável que o estranhamento da Câmara se ligasse também a outros elementos mais abrangentes, além das dificuldades lingüísticas ou logísticas da circunstância presumivelmente inesperada. A ocorrência deixa pistas de alguns deles, primeiramente indicando uma via de participação de grupos da sociedade junto ao poder público. O contato virtualmente direto de habitantes da cidade com o poder municipal era uma prática usual durante todo o século XIX, feito normalmente por meio de requerimentos, cartas e reclamações. Muitos desses contatos percorriam caminhos internos na administração e jamais chegaram ao conhecimento dos vereadores (a grande maioria deles hoje agrupados como "Papéis Avulsos" no Arquivo Municipal).[9] Mas, entre aqueles que foram referenciados nos anais da

---

[8] Há registros de reclamações de comerciantes junto à Câmara a respeito de ambulantes e mercados ditos precários, ou por serem vistos como provisórios ou por se colocarem em posição quase anexa a outras atividades comerciais estabelecidas regular e tradicionalmente (localizadas nos processos das leis, como no volume AHMWL-FCMSP, Vol. 2180, referente à lei 189 de 1895), além de diversas leis regulando as atividades comerciais na cidade (como as resoluções de 1891 e as leis 450 de 1900, 607 e 656 de 1903). O próprio regulamento do mercado da São João tinha acabado de ser estabelecido pela resolução da intendência número 4, de 1890 (AHMWL-FCMSP, Vol. 1467).

[9] A coleção "Papéis Avulsos" do AHMWL reúne uma miscelânea de documentos administrativos, não catalogada, encadernada e classificada apenas de acordo com a ordem cronológica dos papéis. A consulta sistemática desse material, assim, tem se mostrado bastante difícil, e nessas circunstâncias optei por ora por deixar de lado as anotações correspondentes. O conjunto dessa coleção tem 2086 volumes, nos quais estão agrupados e encadernados inúmeros documentos, entre petições, orçamentos, despachos, ofícios, todos semelhantes àqueles encontrados nas leis, mas que não fizeram parte de nenhum outro processo classificado e organizado no acervo – por isso são considerados "avulsos". Afirmo, porém, a partir de um levantamento feito por amostragem nesse material, a importância incontestável dessa documentação para o estudo de amplos e diversos aspectos da sociedade paulistana, baseado em registros originais das dinâmicas que envolviam a relação cidade-poderes públicos. A coleção mereceria, pois, investimentos em termos de recursos técnicos, financeiros e de pessoal qualificado a fim de tornar viável sua consulta e com isso um alargamento

Câmara e nos processos das leis municipais, pude identificar certa constância de pedidos desde a década de 1870, quando há uma média entre quatro a cinco pedidos anuais. A maior parte deles reivindica obras e melhorias materiais em regiões da cidade, e sempre têm a forma de "abaixo-assinado" quando se referem a interesses de grupos de pessoas mobilizadas para tal fim. Certamente nesse sentido a Câmara foi surpreendida pelo grupo de comerciantes, não por requerem algo diretamente ao poder público, mas por fazê-lo pessoalmente. Para entender essas dinâmicas e a suposta surpresa da circunstância certamente é preciso analisar com maior atenção o funcionamento da administração municipal, suas relações com diversos grupos da sociedade e as demandas envolvidas nesses contatos da população. Em outras palavras, analiso nessas relações uma forma de participação direta, para além da representação política e mais próxima a uma cidadania ativa – precisamente o que este capítulo propõe.

Pedido inesperado pela presença física, provavelmente não surpreendia pelos sujeitos envolvidos, dada a relativa constância de assinaturas de pessoas que se identificavam unicamente como moradores da cidade ou pequenos comerciantes, nacionais ou não, em requerimentos e outros documentos ligados à administração. Além da observação da grafia dos signatários e da assinatura "a rogo", que deixam indícios expressivos sobre a relação dessas pessoas com a língua escrita, então marcada fortemente pela pouca familiaridade que aparentam ter com a mesma, outros elementos podem também indicar os lugares desses sujeitos na sociedade. Em vários documentos localizados em que são anotadas assinaturas de requerentes ou contratantes há indicações de endereços das moradias ou dos locais de trabalho, permitindo assim algumas inferências acerca do provável espaço – territorial e social – ocupado por eles. Outros signatários procuram distinguir-se indicando uma profissão ou ocupação, normalmente relacionada a um certo prestígio ou reconhecimento social – como engenheiros, médicos, padres ou ainda juiz de paz – ou

---

expressivo das possibilidades de pesquisa e entendimento das transformações na capital.

apenas inscrevendo o anteposto "Dr." em um aparente esforço de assinalar uma diferença e atribuir-lhe importância distinta. São indícios e elementos que permitem uma aproximação em relação àqueles sujeitos, mas não possibilitam afirmações taxativas quanto aos interesses, às procedências, à instrução formal que pudessem ter, ou quanto aos lugares sociais ocupados. Todavia, no caso desse contrato sobre as obras no mercado de São João, tais elementos estão ausentes, obrigando o observador distante temporalmente do documento a se aproximar daqueles signatários justamente pelas lacunas, comparando-o a outros registros. Nesse sentido, assinalo a inexistência de indicações de endereço, profissão, ocupação ou algum sinal de distinção desse grupo de contratantes como um indício de sua condição de sujeitos – são sujeitos de direito, são provavelmente habitantes da cidade e aceitam submeter-se a regras contratuais, ou seja, deixam sinais de que reconheciam a si mesmos como membros ativos de uma sociedade contratual. Além disso, somada às observações feitas sobre as assinaturas "a rogo" e uma certa dificuldade de comunicação, a única caracterização que pode ser feita desse grupo a partir do registro lido é a respeito de sua condição de proveniência estrangeira.

Os estrangeiros, sobretudo aqueles identificados como de origem italiana, aparecem com um certo relevo nesse documento e em muitos outros na administração municipal, entre contratos, legalização de obras, requerimentos e queixas apresentadas à edilidade. Sua atuação na cidade tem sido freqüentemente analisada na bibliografia especializada, sendo destacada por sua importância na constituição da mão-de-obra após a Abolição, pelos aspectos de sua cultura que passaram a integrar a vida da cidade, pelas ações dos mestres-de-obras na construção material paulistana, pela iniciativa individual bem sucedida de alguns industriais e arquitetos na passagem para o século XX, por sua suposta relevância junto a movimentos de trabalhadores ou ainda por sua presença material e simbólica em

bairros da cidade, como o Brás.[10] A despeito de não focar neste trabalho especialmente a atuação dos estrangeiros, sua presença é abordada de modo tangencial no entendimento das relações características da sociedade em questão. Pelos registros dessa presença na constituição da cidade, como os comerciantes requerentes na Câmara, focalizo ações específicas e visíveis, esquivando-me de apreensões pré-concebidas ou generalizantes de suas ações. Mesmo apreendida tangencialmente, a observação da atuação dos estrangeiros na capital me permite aproximações bastante significativas, em especial pelas fissuras e tensões que pode desvelar. Sua condição de participação na sociedade, em certo sentido incompleta – considerando-se as restrições inerentes ao seu estatuto de não-nacional, que garantia uma série de direitos mas não permitia a qualidade plena de cidadão oficialmente constituído no país –, ao lado da necessária sujeição ou desejável adaptação de suas atitudes às normas e costumes do espaço em que vive conduz a um panorama de notório interesse. Implica em contrastes e mesmo dissonâncias em relação à experiência e às expectativas gerais ou provavelmente mais próximas de um entendimento consensual da sociedade – em termos abstratos e amplos, devo

---

[10] Os estudos sobre movimentos de trabalhadores e sobre conflitos sociais em São Paulo já vêm demonstrando a variedade ocultada na imagem do imigrante trabalhador operário ou ainda sobre a presença de não-estrangeiros em diversas atividades econômicas desde as últimas décadas do século XIX. Embora não seja o foco da discussão que trago para este trabalho, lembro as importantes contribuições de estudos que buscam compreender a pluralidade daquela sociedade, para além de imagens tradicionais como a do "italiano anarquista" (nesse caso, demonstrando por exemplo as frágeis identidades existentes entre vênetos, lombardos, calabreses, napolitanos, etc., e o desconhecimento da grande maioria deles quanto a qualquer idéia anarquista). Vários desses trabalhos estão apontados em BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, 78 p.; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano e vida operária em São Paulo (1920-1934).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1983; MUNHOZ, Sidnei, *A Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX.* Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: FFLCH-USP, 1997, 291 p.; TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século.* Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.

assinalar –, e nesse sentido indica uma possibilidade instigante de compreensão aspectos plurais e tensos daquele momento.

Com isso devo aproximar-me ainda do documento relativo ao mercado de São João e notar a significativa inexistência de pistas dos sujeitos em questão. Aquele que assina "a rogo de", Benedicto José Fernandes Piloto, é o único que pude localizar em outro documento, quando esteve presente na Secretaria da Câmara para assinar outro contrato, na mesma época.[11] Aparentemente ele não estava ligado de modo direto aos interesses das obras solicitadas para o Mercado da São João, e assinara o contrato a pedido dos iletrados por motivos circunstanciais. Além de Piloto, pude identificar apenas um Paterno, legalizando a construção de uma cocheira no bairro Bela Vista naquele mesmo ano, e um Pereira Maia que fora empregado da Câmara em 1896, mas apenas seus sobrenomes correspondem aos de signatários.[12] Apesar da frustração por não encontrar informações sobre esses sujeitos em diversas fontes – vários conjuntos documentais do AHMWL, periódicos e referências bibliográficas – o registro não perde a importância. Aliás, adquire outro relevo, permitindo que se vislumbre relações menos conhecidas que se estabeleciam no espaço da cidade. Assim, recorro a algumas conjecturas sugestivas acerca das relações estabelecidas nesse contexto: o que buscariam essas pessoas junto ao poder público, que expectativas e experiências poderiam mobilizá-los – ou os teria então mobilizado – para efetivarem tal iniciativa; de outro lado, o que as instâncias administrativas ofereceriam a elas, como teriam sido entendidos e negociados os interesses envolvidos, ou ainda o que ambos poderiam esperar e supor sobre o alcance de suas ações.

---

[11] Trata-se do contrato de número 605, para servir como depositário municipal, recebendo animais e veículos detidos por infração. AHMWL-FCMSP, Vol. 363.

[12] Era Giacomo, e não Geacobe Paterno, construindo na rua Major Diogo, n. 47, em junho de 1895. O sobrenome Pereira Maia localizado refere-se a Antonio, e não Luiz, e atuou como ajudante de campo no setor de obras públicas da Intendência Municipal da Câmara entre 1896 e 1897. AHMWL-FCMSP, volumes 485 e 759, respectivamente.

Outros indícios nesse documento referem-se às preocupações e ações do poder institucional. No início da década de 1890 a organização administrativa do município da capital tinha acabado de passar por uma ampla reformulação (tratarei especificamente das reordenações em outro momento, no terceiro capítulo). As ações do governo, e por conseguinte seus registros, tinham permanecido pouco organizados entre dezembro de 1889 e setembro de 1892, no compasso da espera de definições estritas sobre competências e dinâmicas administrativas alteradas com a instauração do governo republicano.[13] Embora não tenham sido interrompidas as atividades administrativas na transição para a organização dada pelo novo governo, nos dois primeiros anos da República as decisões do poder municipal tiveram um caráter relativamente provisório. Enquanto esperava a nova ordenação institucional e burocrática, a Câmara Municipal deliberava por meio de resoluções pontuais assinadas por seu presidente, e tratava das obras públicas diretamente com os envolvidos, muitas vezes por meio de contrato verbal.[14] Assim, é possível supor a

---

[13] Durante quase todo o século XIX, desde o estabelecimento da Lei Imperial n.1 em 1828, o poder municipal compreendia as funções das Câmaras, responsáveis pelo "governo econômico e municipal das cidades e vilas", e delegava aos vereadores a função de elaborar as posturas policiais. A citação é um trecho da constituição de 1824, transcrita por MEDEIROS, Océlio de. *O governo municipal no Brasil: introdução ao estudo do municipalismo através das constituições*. RJ: IBGE, s/d. Outras informações também sobre a administração imperial em BARROS, Liliane Schrank Lehmann e MOIZO, Rosana Pires Azanha. "Formação Administrativa da Cidade de São Paulo, 1554-1954". *Revista do Arquivo Municipal*, nº 199, 1991. A administração da capital paulista no período republicano começou a ser organizada a partir do Decreto Estadual n.13, de 15/01/1890, que dispunha provisoriamente sobre a organização das Câmaras e Intendências dos municípios, até que ficasse constitucionalmente instituída a República dos Estados Unidos do Brasil. A lei estadual 16, de 13/11/1891, posterior à aprovação da Constituição, organizou os municípios do Estado, redefinindo as funções dos intendentes estabelecidas nesse decreto, deixando para as Câmaras Municipais a função de regulamentar as deliberações legais. A Câmara paulistana efetivou essa regulamentação apenas com a lei n.2, que especifica as competências dos intendentes, em 29/10/1892, finalizando esse período transitório para a administração.

[14] O empreiteiro João Corrêa dos Santos, por exemplo, reclamava em 1896 o pagamento de serviços de calçamento da ponte sobre o rio Tamanduateí, determinados verbalmente pelo intendente Clementino de Souza e Castro quando presidente da Intendência Municipal, em 1891. Sem comprovação do contrato ou da execução da obra, a Câmara Municipal solicita informação ao secretário da Câmara

permanência logo após o estabelecimento da nova ordem gestora de algumas dessas práticas transitórias ainda em 1894, quando fora assinado o contrato sobre a adaptação do Mercado de São João – fato que também ajudaria a compreender suas características formais diferentes dos outros contratos de obras do período. Além disso, a aparente concepção dos requerentes quanto à acessibilidade do poder público, ao lado da dificuldade em se identificar os sujeitos envolvidos no pedido, sugere a existência de uma via direta de participação política de setores mais amplos daquela sociedade, que não a eleitoral.[15]

Mesmo reconhecendo a impossibilidade de uma afirmação categórica quanto às motivações da improvisação do documento e da visibilidade da participação da população, dois aspectos relativos ao contrato do mercado merecem atenção ainda no âmbito administrativo. Primeiramente, não parece ter havido alteração radical na percepção de alguns grupos da sociedade sobre a acessibilidade do governo municipal aos moradores – alteração que pudesse ligar-se às percepções desses em relação às novas instituições republicanas. Talvez até sem suporem uma eventual necessidade de trâmites burocráticos na efetivação de seus pedidos à Câmara, em princípio, continuaram requerendo-os sem muita formalidade. Os pedidos dirigidos à edilidade anteriormente, por exemplo na década de 1870, são característicos desse tipo de relação com o governo municipal. Pedidos eram

---

examina as atas das sessões do antigo Conselho de Intendências mas só encontra uma proposta feita pelo intendente em 12/08/1891 para execução do serviço alegado; informa ainda que o cidadão João Corrêa dos Santos fora encarregado de diversos serviços "por administração", autorizados por ordens verbais pelo engenheiro da Câmara ou pelo Presidente da Intendência, e muitas vezes a Secretaria era informada apenas no momento do pagamento. Depois de apresentar as informações solicitadas, o secretário da Câmara lembra que apenas a Câmara poderia autorizar a despesa, mesmo tratando-se de valor pequeno, o que acaba sendo feito quatro anos após a execução da obra por meio de uma lei (lei 242, de 25/05/1896). AHMWL-FCMSP, Vol. 2181.

[15] Rolnik, por exemplo, aborda a possibilidade de atuação dos moradores junto ao processo decisório oficial, no âmbito da legislação, valorizando a questão eleitoral e, desse modo, restringindo as possibilidades de participação do citadino. ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* Col. Cidade Aberta. São Paulo: Studio Nobel-Fapesp, 1997.

enviados por escrito e normalmente obtinham resposta assim que os edis se reunissem ordinariamente para deliberarem e encaminharem as providências administrativas. Exemplo disso é a consulta de um morador do Brás que pretendia "edificar uns quartos aquém do Marco da Meia Légua na estrada da Penha", cujo terreno havia sido alinhado, questionando a edilidade em 1871 sobre a necessidade de novo alinhamento. Os vereadores determinam as providências necessárias e encaminham a deliberação ao engenheiro da Câmara, e sem outros embaraços burocráticos indicam simplesmente: "que lhe dê novo alinhamento com as formalidades do estilo."[16] Mesmo as correspondências que tinham caráter mais formal, como circulares, ofícios e pareceres encaminhados pelo Governo ou pela Assembléia Provincial, pelas autoridades do Bispado ou pelas Comissões da Câmara, recebiam deliberação direta, sem seguir por trâmites burocráticos que posteriormente passaram a ocupar parte significativa dos empregados da Câmara.

Com isso, indico outro aspecto a ser notado em relação ao governo municipal: as mudanças institucionais e administrativas também se constituíram ao longo de um processo de adaptação e reformulação especialmente complexo, sobretudo em função da simultânea expansão espacial e demográfica da cidade – circunstância, aliás, concomitante, mas não necessariamente imbricada, visto que as preocupações acerca da questão urbana e a modificação das formas de gestão da cidade tiveram origem em campos plurais, e não se explicam meramente a partir da mudança material da cidade. Há indícios nos próprios documentos da Câmara, a partir da década de 1870, do aumento da preocupação com o "incremento que de dia-a-dia e de um modo extraordinário vai tomando a população da capital", resultando aos poucos em propostas de alterações na administração, principalmente com a criação de novos cargos e com a normatização de vários aspectos do cotidiano na

---

[16] *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1871. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LVII, 1947, p. 14. O engenheiro em questão é Carlos Rath, que segundo Ernani S. Bruno seria formado em geologia e geografia.

cidade.[17] A regulamentação de atividades da vida urbana começa a extrapolar as indicações das posturas municipais e as resoluções que respondiam a consultas pontuais, e paulatinamente são ampliados o alcance espacial e temporal das deliberações – aos poucos se aproximando de uma certa antecipação a futuros problemas, com uma perspectiva projetiva mais evidente. Tal ampliação engendrava novas mobilizações da população, que também parecia perceber nessa alteração gradual das formas de gestão da cidade outras possibilidades e novos instrumentos para suas reivindicações e pressões. As negociações, os embates e as tensões vivenciados nessa dupla percepção – dos poderes públicos e do próprio *público*, como compreensão da população – estabeleceram dialeticamente as bases das transformações em curso. Algumas mudanças intensas nas expectativas e na experiência urbana se processavam nesse campo, mas naquele momento eram apenas vislumbradas ou percebidas de modo oblíquo.[18]

Cabe afirmar, entretanto, que no momento da assinatura do acordo com aquele grupo de comerciantes essa atenção para o futuro já deixava marcas significativas na gestão municipal. Seguramente as mudanças políticas em andamento colocavam em pauta as formas de gestão que se queria implementar na cidade, mas não me parece indiscutível a vinculação do novo governo republicano a uma total renovação das ações implementadas pelo poder público na última década do século XIX. Aponto, por outro lado, a possibilidade de se notar alterações nas perspectivas políticas, idéias de urbanidade e participação, que podem ser lidas e sugeridas nas entrelinhas desse curioso registro das obras de adaptação no Mercado

---

[17] *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1875. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LXI, 1948, Seção Extraordinária de 30/03/1875. Trecho extraído de indicação do vereador José Homem Guedes Portilho, sobre a necessidade de se construir habitações, aprovada por unanimidade.

[18] Neste ponto deste trabalho ainda é difícil esclarecer a amplitude de tal transformação, diante da impossibilidade do próprio discurso de apresentação simultânea dos eventos e análises. Procuro por ora registrar apenas sua complexidade, e ao longo das análises poderei colocar em debate mais indícios convincentes de tal processo.

da rua São João, de 1894, e em outros documentos como esse, ligados ao poder público municipal. Ao analisá-los, pode-se vislumbrar um encadeamento intricado de relações políticas e sociais naquele momento, e trazer os estudos sobre a cidade para o campo dos embates, também políticos e sociais. Nesse sentido, o registro do contrato com o grupo de comerciantes ajuda a entrever desde já a presença de forças sociais diferentes daquelas usualmente lembradas nas análises de transformações urbanas, e torna significativo tal documento. Nele, a presença direta dos saberes dos *especialistas da cidade*, bem como a própria ação normatizadora do poder público acabam cedendo espaço para a mobilização dos moradores praticamente anônimos.

Naquele momento, a regulamentação urbana ditada pelo poder municipal já havia ampliado sua gama de preocupações e ações, e alterava aos poucos as relações na cidade. Lembro aqui a observação anotada no contrato assinado pelos comerciantes para que as construções autorizadas não causassem "perturbação para o trânsito público". Embora não fosse novidade esse tipo de precaução, é significativo que o escrivão se lembrasse dessa observação diante da situação pouco usual com que lidava. Mesmo assuntos tratados constantemente pelo poder público vinham adquirindo destaque e atenção sistemática – como era o caso dos alinhamentos, lembrado pelo funcionário, e que será detalhado ao longo deste trabalho. Questões relativas aos mercados, ao abastecimento de gêneros e à salubridade também estavam com freqüência na pauta das discussões da edilidade, na listagem das obras contratadas, nos regulamentos de atividades profissionais e na discussão da imprensa paulistana. O principal mercado da cidade, na rua 25 de Março, foi edificado no final da década de 1860 para substituir as chamadas Casinhas que serviram durante mais da metade do século como espaço para comercialização de gêneros na cidade.[19] Em resposta às constantes reclamações sobre o funcionamento

[19] Segundo afirmações de Bruno, "os antigos vendedores das Casinhas não tiveram dúvida em transportar sua desordem e sua sujeira" para o Mercado inaugurado em 1867. Constantemente apontado como inadequado e pouco ordenado, o Mercado da 25 de Março foi demolido para dar lugar a outro, em 1907 (igualmente criticado desde seus primeiros anos, foi substituído em 1933 pelo Mercado atual). BRUNO, Ernani

do mercado, foram elaborados vários regulamentos, além do assunto ser freqüentemente colocado na pauta de discussão dos vereadores. Isso é notável, por exemplo, na extensa lista de contratos estabelecidos nas décadas de 1880 e 1890 pelo legislativo municipal tratando do assunto.

Entre eles, a construção de barracas no mercado da 25 de Março, em 1884, a construção do mercado de verduras (pelo engenheiro Aureliano Villanova & Cia., em 1888), a edificação de um Mercado de Peixes no terreno junto à antiga Ilha dos Amores (pelo arquiteto Florimond Colpaert, dois contratos em 1894) e obras de aumento do Mercado dos Tropeiros, em 1895.[20] Há também sete contratos assinados pelo empreiteiro major José Maragliano entre junho de 1895 e maio de 1896 tratando da construção de um mercado na praça São Paulo e de reparos ou obras de aumento neste e no Mercado da 25 de Março.[21] Ainda é possível localizar outros prevendo a construção de dois mercados, sendo um no Largo da Concórdia, no Brás, e outro em substituição ao da São João, em 1897.[22] No final da década de 1890 outras obras nos

---

Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991, Vol. II: *Burgo de Estudantes (1828-1872)*, p. 672.

[20] O Mercado de Peixes foi autorizado pela lei 69, de 10/11/1893, AHMWL-FCMSP, Vol. 2176. Na ordem em que aparecem no texto, os contratos referidos estão nos seguintes volumes 362 (contrato 230), 474 (para o 349), 475 (para os contratos que cumprem a lei 69, de número 571 e 586) e 477 (para o 641).

[21] Os contratos de número 646, 659, 665, 666 e 695 referem-se ao Mercado da rua 25 de Março, e os contratos 652 e 673 tratam da construção de um Mercado do Largo de São Paulo (em 18/07/1895). Em um dos termos tratando dos melhoramentos gerais no Mercado da rua 25 de Março há especificações interessantes sobre as obras, que incluíam construção e colocação de pavilhões destinados à venda de frutas, construção de *chalet* de asseio, construção de pavimentos em cimento, além de obras hidráulicas (galeria de esgoto, de águas pluviais, de bocas de lobo e "prolongamento da galeria de esgoto existente fora do Mercado, até desaguar no rio Tamanduateí"), além da reconstrução do muro do Mercado, de passeios em cimento, e obras variadas de reparos (portão de entrada, cobertura do edifício, calhas, etc.), e indicava ainda a necessidade de emprego de materiais de qualidade. (contrato 666, p. 43v.). Sem dúvida o grau de detalhamento das obras é um indício da importância dada ao mercado naquele momento e da amplitude das questões técnicas, sanitárias e estéticas que preocupavam as autoridades . AHMWL-FCMSP, Vol. 477.

[22] Contratos 747, 768, 829, assinados pelos empreiteiros Jesuíno de Mattos e Raphael Ficondo. AHMWL-FCMSP, Vol. 478 (para os dois primeiros) e Vol. 479 (para o contrato 829).

mercados existentes continuaram sendo contratadas, como a adaptação do tendal do Mercado da 25 de Março, reformas no Mercado de Peixe, transferência do Mercado da rua Riachuelo para a 25 de Março, entre outras.[23]

Mesmo durante o período transitório do governo municipal, ainda em 1890, o regulamento do principal Mercado da cidade foi alterado, junto com aquele do mercado mais novo, o da rua São João.[24] Isso indica certa urgência na solução de eventuais problemas existentes nesses estabelecimentos, além de deixar indícios claros sobre o poder de gerenciamento da edilidade sobre os mercados – poder, aliás, exercido não apenas por meio de regulamentos mas principalmente pela presença de funcionários municipais trabalhando regularmente nesse comércio.[25] A primeira lei aprovada pela Câmara após a nova ordenação dos poderes dada pela Constituição republicana organizou as funções executivas da Câmara Municipal, estabelecendo como parte das funções do Intendente de Higiene e Saúde Pública assuntos referentes a alimentação, socorros, hospitais, recolhimentos, limpeza e asseio, lavanderias, chafarizes, abastecimento de água e esgotos, jardins, imigração, alojamentos, cemitérios e matadouros, mercados ou feiras. Regulamentada em seguida, sintetizava as competências dessa Intendência: "tudo quanto possa interessar à higiene e

---

[23] Tratam de obras então denominadas "melhoramentos" (como colocação e limpeza de mictórios, reparos em canalizações, soalhos e telhados, fechamento de muros, reformas das praças dos mercados, entre outras) os seguintes contratos: 843, 855, 868, 920, 1021, 1098, 1147 e 1148, assinados entre 1896 e 1899, e os de número 1183, 1238 e 1282 para 1900. AHMWL-FCMSP, Vol. 479 (para o contrato 843) e Vol. 367 (para os demais).

[24] Resolução n.4, explicita no regulamento que depois de instalada a nova praça de mercado na São João, "fica expressamente proibida, salvo aos quitandeiros ambulantes, a venda de hortaliças, frutas, flores e aves, nas ruas da cidade." AHMWL-FCMSP, Vol 1467.

[25] São administradores, varredores, serventes, escrivães, ajudantes, porteiros. Os primeiros faziam um balancete semanal das atividades dos respectivos mercados, recebendo uma comissão que variava entre 10 e 13% sobre as rendas geradas ao município. É possível localizar esses funcionários, suas funções e locais de trabalho em diversos volumes de registro de empregados municipais no arquivo, embora não seja regular e sistemática a anotação: AHMWL-FCMSP, Vol. 1445, 432, 433, 434, 435, 464, 735, 754, para o período de 1869 a 1899.

salubridade do município ou prejudicar a saúde dos habitantes".[26] Na discussão dessa primeira lei pelos vereadores, a leitura de um memorando sobre "a necessidade de melhoramentos na praça do Mercado da 25 de Março", encaminhado por José Augusto de Souza Lima, administrador do estabelecimento, enfatiza as necessidades materiais iminentes dos mercados paulistanos e outorga autoridade às preocupações da Câmara. Ele justifica as obras solicitadas mencionando uma série de dificuldades quotidianas, como a lotação excessiva provocada pela chegada dos tropeiros ao Mercado, e lembra a necessidade imperiosa de "acompanhar a grandeza e embelezamento da capital."[27]

Nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao pedido do grupo de comerciantes para adaptação do Mercado de Verduras, os legisladores e administradores municipais pareciam muito atentos ao imperativo das medidas indicadas. Os contratos mencionados indicam pelo menos outras duas obras significativas em mercados naquele mesmo ano, e pelo menos sete obras no referido estabelecimento da rua São João naquela década. Além dos contratos, também testemunha tal atenção a freqüência com que a legislação do período aborda assuntos correlatos, e os constantes pedidos de grupos da população nesse mesmo sentido. Entre 1894 e 1899 são pelo menos oito leis com determinações diretas a respeito dos mercados da cidade, sem contar aquelas que regulamentam aspectos

---

[26] Lei n.1, de 29/9/1892, criou os quatro lugares de intendentes correspondentes às quatro comissões da Câmara (as Intendências correspondiam ao poder executivo, em que ficavam distribuídos os serviços de execução municipal até a unificação dessas funções quando foi criado o cargo de Prefeito, em 1898, pela lei n.334). Foi regulamentada pela lei n.9, de 03/12/1892, que tratava do regimento interno da Câmara, explicitando as funções das Intendências. AHMWL-FCMSP, Vol.2174.

[27] Afirma que, embora bem dispendiosos, os gastos seriam logo atenuados pelo rendimento da praça. 3ª sessão ordinária da Câmara, 17/10/1892; processo no Vol. 2174. Lembro, a partir das indicações de Bresciani, que os debates sobre os mercados, e as ações resultantes das preocupações dos edis, estenderam-se por um longo período, até finalmente ser concluído o Mercado Central ainda existente na rua 25 de Março. [citar datas] BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Sanitarismo e Preocupações Estéticas. O mercado central de São Paulo", *Seminário Internacional do Programa de Investigaciones sobre el Campo Urbano y lãs Condiciones Históricas de Mergencia de las Competencias Urbanísticas*. Vaquerias-Argentina, 1992, 22 p. (mimeo).

administrativos.[28] Autorizam a construção de novos mercados e a reforma dos existentes, com especial atenção às obras de comodidade, asseio e higiene, como eram chamadas. Ao justificar um empréstimo de 300 mil libras, o vereador Dr. Henrique Schaumann argumenta a respeito da construção de um novo mercado: "pretendemos dotar esta capital de um estabelecimento desta ordem, que reúna em si a utilidade, a comodidade e a higiene, elevando um edifício que seja um ornamento da Capital e um monumento arquitetônico da atividade de seus habitantes."[29] O cumprimento da lei que autorizara a substituição do mercado da São João, menos de dez anos depois de sua inauguração, foi adiado pela Câmara Municipal por três vezes, em 1900, 1901 e 1902, sob alegação do contratante acerca da dificuldade de se obter capitais.[30] Ao

---

[28] Pelos números, são as seguintes leis: 95 (de 1894), 131, 176 (de 1895), 263 (de 1896), 303, 305, 316 (de 1897), 425 (de 1899). Esta última autoriza o Prefeito a mandar fazer o seguro dos mercados da capital, e foi discutida a partir da informação de que alguns negociantes dos mercados seguraram seus produtos, fato que aumentou a preocupação da Prefeitura com suas rendas nesses estabelecimentos. AHMWL-FCMSP, Vol. 1964.

[29] No mesmo comentário, deixa algumas indicações das condições do principal mercado da cidade: "parece não ser preciso ventilar a urgência desta obra quem conhece bem o nosso antigo mercado com as suas inúmeras barracas cobertas de telhas de zinco, não duvidará da imperiosa necessidade de uma reforma deste estabelecimento público tão útil debaixo de todos os pontos de vista." Processo da lei 95 de 30/4/1894, AHMWL-FCMSP, Vol. 2177.

[30] A lei n.494 de 14/11/1900 (volume 1969) autoriza o Prefeito a prorrogar o prazo do contrato assinado em 03/12/1897 por mais um ano, referente a essa concessão. A lei n.554 de 14/11/1901 (volume 1973) autoriza o Prefeito a prorrogar o prazo do contrato por mais seis meses. Prorrogação renovada pela lei 576, de 07/05/1902 (volume 1974). No processo desta há uma petição do engenheiro Jesuino de Mattos (de 16/04/1902), encarregado das obras (contrato 747 citado), justificando o pedido de adiamento pela dificuldade de se encontrar os avultados capitais necessários no estrangeiro, e recorre a garantias do representante da empresa *Rio de Janeiro City Improvements Company Limited*, Percy Murly Gotto, sobre a viabilidade do empréstimo, que estaria dependendo somente de detalhes. Segawa cita a mesma iniciativa e as prorrogações dos pagamentos para construção do novo Mercado da São João, e apresenta também uma cópia do projeto assinado pelos arquitetos Dubugras & Heuszler; menciona a "falta de perspectivas da nova dinâmica urbana que então se impunha" como motivo para o fracasso da obra, diante de certo "imediatismo" que identifica nos poderes públicos, e mesmo assim deixa indícios de tensões e conflitos políticos, e ainda da presumida inviabilidade econômica das obras. SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, pp. 34-36.

mesmo tempo em que tal fato atesta certa incapacidade de por em prática medidas programadas pela administração para a cidade, em cada prorrogação renovavam-se as discussões a respeito do caráter imperioso das obras. No processo há o pedido do engenheiro da Câmara argumentando contra o mercado de ferro a ser demolido:

> [...] tem pouco ar e pouca luz, já muito pequeno para as necessidades desta grande capital. A insuficiência deste mercado se evidencia pela construção de pequenos casebres de madeira, cobertos de zinco que se acham encostados não só ao referido mercado como à toda a muralha da ladeira de São João.[31]

Esses contratos que tratam dos mercados, em sua maioria, são lavrados pela Intendência de Polícia e Higiene, embora seja usual aí a presença de pareceres, observações técnicas e mesmo orçamentos redigidos pela Intendência de Obras, por meio de seus engenheiros.[32] Ao longo da segunda metade do século XIX, além desses profissionais, também o médico seria chamado a emitir pareceres técnicos sobre projetos da administração, mas não parecia dispor de espaço significativo no governo até então, e o setor de polícia e higiene, na prática cotidiana, freqüentemente estava bem próximo ao setor de obras. Entretanto, isso não impedia que o médico e a Intendência de Polícia e Higiene se voltassem com energia cada vez maior para

---

[31] Processo da lei n. 305, de 18/6/1897. AHMWL-FCMSP, Vol. 1958.

[32] Durante grande parte do século XIX o exercício das funções de engenheiro da Câmara era pouco regular, às vezes estabelecidas por meio de contrato, como no caso do engenheiro civil José Nabor Pacheco Jordão, em 02/05/1881 (Contrato n.189, volume 362). O primeiro registrado como empregado regular, a partir de 1886, é o engenheiro Luiz Cesar do Amaral Gama, como Engenheiro da Câmara Municipal pelo menos até 1898. Na década de 1870 há menção nas Atas da Câmara a dois engenheiros que exerciam essa função, Carlos Rath e José Porfírio de Lima, mas não há informações seguras sobre a regularidade da atividade. Sobre a atuação dos engenheiros na administração em São Paulo no decorrer do século XIX, o trabalho de Eudes Campos oferece uma série de dados interessantes (principalmente o capítulo 2), apoiados em vasta pesquisa, centrado no século XIX. Tratarei também a atuação dos engenheiros no terceiro capítulo. CAMPOS, Eudes. *Arquitetura Paulista sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo.* Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1997, 4 vol.

questões sanitárias, atentos ao que pudesse "interessar à higiene e salubridade do município ou prejudicar a saúde dos habitantes" – função determinada, como mencionei anteriormente, para esta Intendência no seu início, então chamada: Higiene e Saúde Pública. Aliás, durante grande parte do Oitocentos as competências da engenharia e da medicina estiveram bastante próximas na solução de questões sanitárias principalmente nas cidades, e em São Paulo no final do século é possível acompanhar diversas ações nesse sentido.[33]

Mercados e matadouros eram vistos como locais de comércio e fornecimento de gêneros, sem dúvida, mas também eram percebidos pelo poder público e por alguns profissionais como espaços potenciais para uma higiene preventiva, permitindo a verificação de aspectos da saúde pública.[34] Além de medidas administrativas que atestam essa preocupação com a profilaxia, há indicações em tratados de higiene pública do século XIX sobre a questão. Como

---

[33] A bibliografia que trata das questões de saúde e saneamento para o período em questão tem estado atenta a esses contatos dos dois campos dos saberes, mesmo que geralmente não tenha esta questão como foco. Já os estudos voltados às cidades, embora pareçam perceber tal contato, atribuem a ele importância menor, pois muitas vezes estão ocupados destacadamente da apreensão técnica feita por engenheiros e urbanistas. Sobre cidades, a referência mais constante das análises que priorizam a questão técnica está em BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Presença, 1995. Uma abordagem que problematiza as conclusões e o emprego da técnica, atentando para os usos dos saberes por meio de uma perspectiva próxima à abordagem foucaultiana: BÉGUIM, François. "As Maquinarias Inglesas do Conforto". *Espaço e Debates*, nº 34. São Paulo: 1991. Problematizando a questão urbana, com especial atenção para os contatos entre os saberes da engenharia e da medicina ou higiene: ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1992.

[34] Questões relativas à saúde pública e os equipamentos e instituições criados no final do século XIX e início do XX para se efetivarem medidas de saneamento são analisadas, por exemplo, nos trabalhos de Bertucci, Ribeiro e Telarolli. Embora em perspectivas diversas e com preocupações também diferentes, os três estudos buscam as relações dessas medidas com as formas de organização e atuação dos poderes públicos. BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891-1925*. Coleção Tempo & Memória-3, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História Sem Fim... inventário da saúde pública, São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993; TELAROLLI Jr., Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos Serviços de Saúde em São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

exemplo, entre alguns tratados citados na época, inclusive em documentos da administração paulista, há uma enciclopédia de higiene e medicina pública que reserva um capítulo do volume sobre higiene urbana para prescrever cuidados com estabelecimentos públicos, tratando de teatros, banhos públicos, matadouros e mercados.[35] Dirigida por um médico então alto funcionário na área de higiene pública na França, o presidente do *Conseil Supérieur de Santé de la Marine* e da *Société de Médicine Publique et d'Hygiène Professionelle*, Jules Rochard, a enciclopédia informa sobre critérios de localização dos abatedouros e mercados, cuidados construtivos e de saneamento, além de tratar da legislação sanitária e aspectos relativos à fiscalização. O capítulo é escrito pelo próprio Rochard, e em todo o tratado há participação de vários profissionais, principalmente médicos, que atuavam em órgãos públicos relacionados à saúde ou em associações correlatas.[36] Trabalhos semelhantes, teóricos e práticos, constituíam no século XIX tentativas plurais de se encontrar soluções para a problemática cada vez mais complexa que cercava as grandes cidades. Não se tratava de uma especificidade de Paris ou de São Paulo, mas de um conjunto de preocupações relativas às intensas transformações urbanas naquele momento, envolvendo os poderes públicos e grupos ligados aos saberes científicos (notadamente do campo da engenharia e da medicina) e constituía a chamada "questão urbana".[37]

---

[35] ROCHARD, Jules (Org.). *Encyclopédie D'Hygiène et de Médecine Publique.Livro III: Hygiène Urbaine*. Paris: Lecrosnier et Babé, 1891. O capítulo mencionado é o último do volume, sendo os anteriores sobre as cidades em geral, a via pública, a cidade subterrânea e as habitações.

[36] Participam da obra Arnould, Bertillon, Drouineau, por exemplo, todos atuantes no campo da higiene pública na França no século XIX. Informações sobre esse campo, esses profissionais e o próprio Rochard estão em: MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. *L'Hygiène dans la Republique: la santé publique em France, ou l'utopie contrariée (1870-1918)*. Paris: Fayard, 1996, principalmente o item: "La cité savante", pp. 42-54.

[37] Além de Béguim e Choay, citados anteriormente, a formulação da questão urbana é amplamente problematizada na bibliografia que aborda o século XIX e início do XX. Em estudos com limites temporais de análise mais dilatados, o mesmo período é destacado ao problematizarem a cidade, e a temática urbana aparece então como uma questão complexa e crucial, envolvendo questões políticas, sociais, culturais e impactos na sociabilidade e sensibilidade culturalmente apreendida. Alguns

A vinculação entre assuntos de salubridade e a administração dos estabelecimentos que lidam com gêneros alimentícios não era novidade na Câmara na década de 1890, e também não seria abandonada nos anos seguintes. Tão expressiva no período quanto as preocupações com epidemias e higiene das habitações, a atenção dada ao provimento de víveres se manteve constante no século XIX, e teve destaque pelo menos em dois momentos importantes, no período estudado: em 1871, com as discussões sobre a mudança do matadouro, e em 1904, com a criação da Escola Prática de Pomologia e Horticultura.[38] Interessa neste ponto do trabalho a questão do matadouro, por atrelar-se intimamente às funções da administração relacionadas à saúde e abastecimento, e por permitir que se situe melhor os pedidos que analisarei em seguida sobre abate de animais. Assim como os mercados, os açougues e abatedouros foram alvo de muita reclamação por parte da população, e

---

exemplos expressivos, além desses, podem ser acompanhados em: Bresciani, indicada anteriormente, assinalo os estudos abrangentes de Benévolo e Mumford (com perspectivas diversas, mas destacando de modo especial a problemática urbana da cidade industrial, no século XIX), Topalov e Roncayolo (o primeiro com especial atenção para as relações entre os saberes técnicos e as dinâmicas sociais, e o segundo apontando também os impactos espaciais das transformações). A questão urbana entendida na perspectiva das mudanças culturais, melhor dizendo, nas formas de apreensão culturalmente alteradas na cidade moderna é problematizada de modo incisivo em Simmel e Benjamin. BÉGUIM, F. *Op. Cit.*; BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Presença, 1995; BENJAMIN, Walter. "Paris, Capital do Século XIX". *Espaço e Debates*, nº 11, NERU, 1984, pp. 5-13; BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. Col. Tudo é História, SP: Brasiliense, 1982; CHOAY, Françoise. *Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1998; MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes, 4ª edição, 1998; RONCAYOLO, Marcel. "Cidade". In: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, vol. 8, pp. 396-487; SIMMEL, Georg. "A Metrópole e a Vida Mental" In VELHO, Otávio Guilherme (Org.) *O fenômeno urbano*. RJ: Zahar, 1976, 3ª edição; TOPALOV, Christian. "Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX". PECHMAN, Robert Moses e RIBEIRO, Luís César de Queiroz (orgs.). *Cidade, Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno*. RJ: Civilização Brasileira, 1996, entre outros.

[38] Instituição municipal criada pela lei n.730 na Água Branca, justificada pela necessidade de se aproveitar os terrenos incultos que circundavam a cidade. A escola funcionou entre 1904 e 1911 e seus terrenos originais constituem uma das porções iniciais do atual Parque da Água Branca. AHMWL-FCMSP, Vol. 1984.

exigiram atenção detida da edilidade para garantir o asseio e a comodidade necessários à atividade, conforme vocabulário utilizado na época.[39] No início da década de 1870, depois de projetada a mudança do matadouro municipal que funcionava na rua Humaitá, a Comissão de Obras da Câmara solicitou a nomeação de uma Comissão de Médicos para, examinando os arrabaldes da capital, declarar o local mais apropriado para se fazer o abate de reses, dando margem a uma série de debates.[40]

Na verdade, tal Comissão foi formada por três médicos e um engenheiro, e trabalhou por cerca de três anos, sempre buscando um local "distante da cidade, livre dos ventos reinantes e com água abundante, que não percorre por lugar algum povoado nem incomoda vizinhos".[41] Apresentou diversas sugestões de local, emitiu pareceres sobre outros tantos projetos de particulares apresentados para execução da empreitada, tendo sido decidida a transferência para o Pacaembu. No entanto, o novo matadouro só foi edificado, nos moldes em que foi idealizado e proposto, na década seguinte, no Rincão do Sapateiro, na Vila Mariana, por meio de contrato assinado com a Companhia Carris de Ferro a Santo Amaro – mesma companhia encarregada de viabilizar o transporte de carnes para o barracão da praça São Paulo, no centro da cidade.[42] Além do debate sobre a localização do matadouro, a

---

[39] É possível localizar nos documentos do município regulamentos sobre matadouros desde 1830, determinados pelas Posturas aprovadas pelo Conselho Geral da Província; há registros anuais dessas posturas reunidos no manuscrito "Collecção de Posturas, resoluções da Assembléia Provincial, Editaes e Regulamentos da Camara Municipal de São Paulo que estão em vigor". AHMWL-FCMSP, Vol. 310.

[40] *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1871. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LVII, 1947, sessão ordinária de 7/10/1871.

[41] Compunham a Comissão do Matadouro: Dr. Francisco Honorato de Moura (médico da Câmara), Dr. Theodoro Reichert, Dr. Carvalhal e o engenheiro João Martins da Silva Coutinho. *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1872. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LVIII, 1948, p. 93.

[42] O matadouro do Pacaembu acabou tendo caráter provisório, e não correspondeu às expectativas dessas discussões. O contrato 254, de 27/05/1885, firmado pelo presidente da Companhia, Francisco Antonio Dutra Rodrigues, recebendo pela construção 150:000$000, comprometendo-se a executar fielmente a planta apresentada em concurso pela mesma companhia. Indica o contrato que toda a obra seria feita com

mobilização de *especialistas* e legisladores na década de 1870 também gerou debates sobre a forma de abate do gado. De acordo com anotações da Câmara, foi elaborado um processo especial de abate pelo seu engenheiro, norteado por pareceres da Comissão Médica – registrado como "sistema de matança de gado" e esmiuçado em detalhados desenhos dos mecanismos e instrumentos a serem empregados.[43] Os debates sobre o novo edifício e as formas de abate são simultâneos e ambos apelam para saberes tidos como especializados a fim de encontrar as soluções mais adequadas. Nesse sentido, também assinalam a presença de aspectos significativos na gestão da cidade naquela época, para os quais venho chamando a atenção: a indicação do interesse em se reformular antigas práticas, a percepção de uma certa expansão da cidade colocada ao lado de necessidades de novas regulamentações, e a compreensão do abastecimento de gêneros como questão de salubridade, atrelado a definições de critérios tidos como técnicos – com os saberes da engenharia e da medicina cada vez mais expressivos nessas discussões.

A despeito do investimento de somas elevadas pela Câmara, as providências tomadas nas décadas de 1870 e 1880 não colocariam fim às questões que envolviam o abastecimento de carne da capital. Permaneceria ainda nas discussões da edilidade, que contratou diversas benfeitorias para o matadouro, para seus arredores e para viabilizar as formas de acesso ao local, então distante. Além disso, na década de 1890, a Câmara continuava legislando a respeito, tratando do abastecimento de carnes e da higiene, por meio de duas leis consecutivas: uma regulamentando a

---

materiais de 1ª qualidade e feitas com a solidez necessária, além de fiscalizadas pelo engenheiro da Câmara, devendo ser entregue em 30/09/1886. Sobre o transporte de carnes trata o contrato 758 de 24/08/1898. É interessante notar que Dutra Rodrigues era vereador em São Paulo na época em que começaram as discussões sobre a mudança do matadouro, e o engenheiro responsável pela construção do novo edifício foi Alberto Kuhlmann, também construtor da linha de carris de São Paulo a Santo Amaro. AHMWL-FCMSP, Vol. 362 e 478, para o segundo contrato.

[43] Os desenhos de Carlos Rath, com data de 1873, estão entre os microfilmes do AHMWL, junto ao Projeto de Matadouro Público Municipal apresentado pela Companhia Carris de Ferro Santo Amaro (por Alberto Kulhmann), ambos identificados como OBRAS PÚBLICAS: MATADOUROS.

questão do transporte, outra autorizando o emprego de elevadas somas em obras no Matadouro da Vila Mariana – quase metade do investimento feito para a construção. O assunto do fornecimento de carnes foi então abordado como de "incontestável complexidade", e gerou uma série de debates que apontam para a impossibilidade de se tomar medidas definitivas naquele momento.[44] Logo em seguida, a Câmara busca solucionar simultaneamente o problema do abastecimento, da fiscalização e da higiene pública, e cria novos cargos na administração visando preencher essas funções: um médico para o Serviço Sanitário Municipal, outro nomeado sem concurso público especialmente para a inspeção da carne no Matadouro e fiscalização dos veterinários do estabelecimento e um veterinário para a Intendência de Polícia e Higiene, este encarregado da fiscalização das vacas de leite e dos estábulos.[45] Tal deliberação reforça a idéia da vinculação imbricada das questões de saúde pública, de salubridade urbana e de provimento de gêneros, além de indicar um alargamento da mobilização dos poderes públicos no sentido de gerenciar aspectos da cidade, apoiando-se também em saberes e práticas especializados. Tal mobilização se estendia, de forma análoga embora com expectativas diferentes, para os habitantes da cidade, implicando assim em novas relações entre a gestão urbana e a própria cidade.

Arrabaldes longínquos, cidade próxima

Em 1899 um grupo de cerca de vinte pessoas, identificados como moradores da Freguesia da Penha de França, encaminhou um requerimento à Prefeitura solicitando uma autorização para o abate das reses que seriam consumidas no povoado. Nesse abaixo-assinado, também aparecem algumas recomendações

---

[44] Eduardo Aguiar Ballard e o engenheiro Dr. Guilherme Fore apresentam uma proposta para fornecimento de câmaras frias para transportar carnes para a cidade, e argumentam ser tal forma de conservação a "única solução para o problema". Citam a experiência feita em 1890 por M. Lioré, presidente da Câmara Sindical do Talho de Matança de Paris., que teria conservado inalterados por 60 dias 84 quilos de uma rês e 3 carneiros em câmaras resfriadas. Processo da lei n.206. A outra lei autoriza melhoramentos no matadouro (n.207 de 03/1896). AHMWL-FCMSP, Vol. 2182.

[45] Lei n.344, de 12/03/1898, AHMWL-FCMSP, Vol. 1960.

semelhantes àquelas da comissão de *especialistas* da década de 1870, quando são apresentados os cuidados com o lugar que serviria para o abate: distância prevista para o local (seiscentos metros distante do povoado) e existência de "água em largueza para os misteres".[46] Os requerentes demonstram atenção para os aspectos sanitários da atividade, ou ao menos julgaram ser adequado – ou talvez útil – mostrar tal preocupação como uma estratégia para o convencimento das autoridades em relação à solicitação encaminhada. Na exposição dos argumentos, deixam claro que compreendem as precauções da Prefeitura ao restringir o abate exclusivamente ao matadouro público, fundamentadas em preocupações relativas à saúde da população. Mostram-se informados, nesse sentido, sobre a iniciativa da administração municipal de tirar o matadouro do centro, "o que realmente prova o interesse que a ilustrada Prefeitura toma pelo bem geral do povo", conforme pontuam. O encadeamento das afirmações no requerimento é claro e lógico nesse ponto: partilham a preocupação com questões de saúde pública, entendem o zelo do governo com o "bem geral do povo", e diante da necessidade por eles trazida colocam-se como solicitantes desse cuidado. Apresentando-se como parte do povo atendido pela zelosa administração, argumentam em prol dos interesses do distante povoado da Penha. Segundo afirmam, o péssimo estado da estrada geral – da Penha à Capital – e a "enorme distância de duas léguas" tornava o transporte de carnes grandemente difícil e dispendioso, podendo mesmo prejudicar a qualidade do produto, e assim ameaçaria a saúde do povoado.[47]

---

[46] Requerimento arquivado no processo da lei n.420, de 28/9/1899, autorizando o abate de reses na Penha de França. AHMWL-FCMSP, Vol. 1963.

[47] Seguem vinte e duas assinaturas (algumas são de difícil leitura e estão apontados os casos em que houve dúvida ao decifrar a caligrafia): Brazilio Marques, José Pedro Ferreira, Ignacio Cezario de Alves, Ernesto Goulart Penteado, José Antonio de S (?), Francisco José Rodrigues, Manoel Gonçalves de Macedo, Ignacio B. de Siqueira, Antonio Benedicto de Camargo, Pedro Beichet, Francisco Schmidt, Pedro Alves Corrêa do Amaral, Germano Dehaye, Luiz Dehaye, Lindolpho Francisco de Souza Rosa, Joaquim S. E. (?), Salin G. Baptista, José Bandeira da Rocha, Pedro Giovanni, Moochegiani Bonece (?), Estevam Ribeiro. AHMWL-FCMSP, Vol. 1963.

Mostrando-se cientes das necessidades e principalmente das dificuldades práticas efetivas para o estabelecimento de um eficiente transporte de carnes para povoados distantes como a Penha, as autoridades municipais deliberam a favor do pedido e autorizam o abate de reses duas vezes por semana naquela freguesia, apontando apenas duas restrições: que se fizesse examinar a carne pelo veterinário, e que a mercadoria fosse destinada exclusivamente aos açougues daquele distrito. A autorização abria então um precedente prontamente percebido por outros moradores do município da capital. A lei sobre o abate na Penha não tinha sido sequer publicada quando cerca de oitenta pessoas, identificadas como moradores da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, encaminham à Prefeitura requerimento semelhante, sobre a necessidade de ser concedida licença para o abate, nessa localidade, de reses destinadas ao consumo público.[48] Não repetem os argumentos ligados à salubridade, mas reforçam a idéia da necessidade de alimento "de boa qualidade para a população", e enfatizam a percepção da dificuldade gerada pela distância em relação à capital, que no caso da Freguesia do Ó era agravada pelo obstáculo natural do rio Tietê.

> Funda-se esta petição no fato de ser aquele gênero de primeira necessidade e indispensável à população cada vez mais crescente da Freguesia, e esta, distando da Capital onde se abastece, não poucos quilômetros, se vê na contingência de receber a carne menos fresca do que a vendida em S. Paulo, ou que é mais grave na contingência de se ver privada desse alimento, quando entrar a estação chuvosa, pois as comunicações se tornam difíceis como é notoriamente sabido.

Além desta ênfase no aspecto logístico, o requerimento reforçou a idéia de privação, apresentando-a como uma ameaça que poderia sensibilizar as

---

[48] Requerimento arquivado no processo da lei n.470, de 22/06/1900, estendendo a autorização para o abate de reses à Freguesia de Nossa Senhora do Ó. AHMWL-FCMSP, Vol. 1967.

autoridades, e apresentou ainda outra estratégia de convencimento, mais próxima de uma pressão política: os primeiros a assinar identificam com destaque suas funções públicas, sendo arroladas assinaturas de três juizes de paz, um escrivão de paz, dois subdelegados e o padre da Freguesia.[49] Nos moldes do pedido anterior, o requerimento encaminhado pelos moradores da Freguesia do Ó também foi deferido pela Câmara. A julgar pela discussão do projeto, para se manter o caráter equânime que se supõe de uma legislação justa, mantêm-se as mesmas restrições e recomendações indicadas para os moradores da Penha. Entretanto, as duas leis seriam revogadas cerca de um ano depois, por indicação do Prefeito, sob alegação de caráter prático: dificuldade para realizar a fiscalização prevista nessas normas. Além disso, argumenta que as autorizações concedidas pelas leis 420 e 470 constituíam importante exceção ao que estabelecia o Código de Posturas Municipal, e estaria provocando uma série de pedidos de outros arrabaldes mais populosos e distantes do matadouro, também reclamando participação na exceção.[50] Os motivos eram aparentemente incontestáveis para os edis, e considerando-se a insistência com que o assunto do abate de reses esteve na pauta da Câmara naquele momento, é possível

---

[49] Entre as cerca de oitenta assinaturas, estão: Tristão Alves de Siqueira (1º juiz de Paz), Luiz Pinto de Moraes (2º juiz de Paz), Lourenço Rodrigues de Siqueira (3º juiz de "Pais") Francisco Maria dos Santos (escrivão de Paz, é quem redigiu o documento) João Vicent de Moraes (subdelegado), Vicente Ferrer Ribeiro (2º subdelegado em exercício), Padre João de F. M. Vasconcellos (estes são os primeiros a assinar); entre os nomes há sobrenomes como Siqueira, Oliveira, Carvalho, Guedes, Moraes, Leitão, Silveira, Silvam Santos, Domingues, Simões, Pinto, Machado, Flores, Brito, Feliciano, Alves, Barbosa, Franco, Gaetano, Ribeiro, Barros (todos esses se repetem várias vezes), Monfredini e Pieroni. AHMWL-FCMSP, Vol. 1967.

[50] Ofício do Prefeito Antonio Prado no processo da lei n.497, de 06/12/1900, que retomou as determinações do Código de Posturas, no artigo 133. AHMWL-FCMSP, Vol. 1969. Essa providência parece estar em sintonia com o conjunto de ações da administração municipal em relação aos matadouros, na medida em que enfatiza o controle do abate. Tais ações indicam uma coerência não só em relação às Posturas, como reivindicava o Prefeito, mas também em relação a outras medidas, como a resolução n.12 da Câmara, de 1891, que tinha determinado que a marcação do gado seria permitida apenas no Matadouro (Vol. 1467).

supor que teria havido espaço para uma discussão aprofundada sobre o assunto antes de revogaram as autorizações para as freguesias.[51]

As ações da administração nesse assunto revelam um conjunto de preocupações que, mesmo não sendo novas, indicam um aumento acentuado dos problemas da cidade. Certamente houve na década de 1890 uma intensificação dessas ações, provavelmente também ligada a um acréscimo das demandas. A rapidez com que os grupos requerentes se mobilizaram em torno dos poderes públicos sem dúvida exigiu grande prontidão nas respostas. Tal dinamismo, entretanto, não implicava uma abordagem apressada ou descuidada das questões, principalmente considerando-se a complexidade dos problemas enfrentados. Ao examinar a série de argumentos encaminhados pelos moradores, os edis provavelmente tinham em mente não apenas as normas legais então existentes, mas uma série de outros pontos: a estrutura de fiscalização administrativa, o fundamento dos pedidos feitos, a adequação em relação a outras medidas adotadas e entendidas como necessárias na cidade, as possibilidades reconhecidas como inerentes aos saberes científicos naquele momento, os projetos para a cidade em grande parte apoiados na validade atribuída a esses saberes, entre outras. Para legislar sem prejuízo da cidade e de sua própria legitimidade política, as autoridades públicas deveriam considerar a complexidade da questão urbana, mesmo ao tratar de uma deliberação aparentemente simples sobre abate de reses. Além de nortear-se por preocupações sanitárias, o esforço normatizador deveria permitir a realização dos projetos de cidade que estavam em curso – e a leitura da documentação do arquivo municipal indica, por registros numerosos, que são plurais, material e politicamente.

---

[51] Além das leis mencionadas, também foram aprovadas entre 1899 e 1901 outras duas leis relativas ao matadouro (n.440, de 18/12/1899, e n.547, de 19/10/1901). A primeira, autorizando o Prefeito a mandar organizar o serviço de preparação e limpeza no Matadouro das sobras do gado abatido, como tripa, fígados, cabeças, etc, "em geral a tudo que naquele estabelecimento se dão o nome de fatos", e do refino do sebo. A outra contratando mais um veterinário para fiscalização no matadouro.(AHMWL-FCMSP, Vol. 1966 e 1972).

Os dois requerimentos encaminhados pelos moradores, referentes à Penha e à Freguesia do Ó, mesmo sem resultarem em medidas de longa duração, são representativos de um tipo de relação dos citadinos com a própria cidade, mediada pela legislação. Na argumentação e no modo de se dirigirem ao poder municipal, é possível notar como pessoas de arrabaldes tão distantes pareciam compreender a Câmara Municipal como um poder legítimo e legitimador ao qual tinham franco acesso – percebiam-se como parte da cidade e participantes da cidadania implícita nessas relações. Partindo de uma necessidade percebida pelo povoado ou parte dele, escolheram a via legal – pedido de autorização – para realizarem aquilo que julgavam ser um direito, e o fato de serem suscitadas a partir de problemas pontuais não diminuía sua carga política e sua vinculação estreita com amplas questões então em debate.[52] Há nesse caminho noções de cidadania, de governo, de direito e a idéia de pertencimento que parecem legitimar o pedido feito. Mais uma vez é difícil identificar os signatários dos documentos, mesmo esgotando-se os recursos de pesquisa e bibliografia – salvo aqueles da Freguesia do Ó que indicam sua ocupação pública – e mais uma vez tomo essa ausência como algo significativo. Embora reconheça a impossibilidade de qualquer afirmação categórica quanto às origens ou características sociais e econômicas também desses grupos de signatários, posso contar com os indícios para dizer que poucos aparentam familiaridade com a língua escrita e que representavam os interesses de dois núcleos urbanos distantes – alguns deles assinam inclusive outros pedidos correspondentes a esses povoados.

O que percebo, pois, é que mesmo estando distantes e vivendo em espaços que dispunham de certa autonomia, considerando-se a vida cotidiana, em relação à parte central da cidade (ou à capital, como diziam), essas pessoas se

---

[52] Destaco, nesse sentido, a importância na experiência cotidiana das noções de direito – e de direito de participação – que eram pressupostos de ações dos citadinos, mesmo aqueles de arrabaldes distantes. Nesse sentido, procuro dar relevo ao significado ativo da cidadania tida como "local" ou "paroquial", preteridas em análises que privilegiam as formas oficiais de participação, como CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: tipos e percursos". Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, n. 18, 1996.

reconheciam como integrantes dessa vida urbana e participantes dela. Politicamente, reconheciam a jurisdição daquela Câmara e percebiam meios legítimos de conseguir dela a atenção para suas necessidades. A noção de pertencimento é ampla e constitui-se por dois caminhos: os habitantes reconhecem-se como parte dos projetos da capital e portanto com direito a desfrutar de tais projetos, e por outro lado percebem-se como sujeitos ao poder que reconhecem como legítimo – ou seja, reconhecem-se claramente como sujeitos de direito, noção diretamente vinculada à cidadania. As necessidades ou as expectativas dos moradores eram apresentadas por eles às autoridades nos termos em que os próprios poderes constituídos as reconheceriam, que talvez não fossem os mesmos da vivência diária dos problemas que levantavam. Constituindo-se, como pareciam, argumentos representativos de interesses locais ou paroquiais, foram transcritos na argumentação dos pedidos para serem entendidos como interesses gerais, expostos em termos politicamente aceitos, cientificamente conhecidos, socialmente respeitados. A administração municipal, de acordo com suas prioridades e possibilidades, poderia julgar improcedentes os pedidos ou ainda retroceder do deferimento dado, como ocorrera no caso dos abates, mas não poderia deixar de ouvi-los.[53]

A ampliação das ações e pressões de variados grupos sociais nas negociações sobre o espaço urbano parece deixar em evidência as dissonâncias. Nesse sentido, destaca-se a existência de objetivos e abordagens diversas e até divergentes

---

[53] Analisando brevemente alguns casos exemplares de reivindicações de moradores do Rio de Janeiro junto aos poderes públicos naquela cidade, Cunha assinala com clareza a forma como pessoas de diferentes espaços e lugares sociais utilizam-se dos saberes científicos como estratégia de convencimento. Para ela, a associação feita nesse contexto entre o discurso científico e o discurso político identificava o regime republicano recém-instaurado, e sendo dessa forma percebido por setores da população, alterava a percepção da noção de direitos. Para o caso de São Paulo não me parece ser possível perceber uma identificação semelhante imbricada à mudança do regime, mas seguramente houve um processo de associação entre discursos científicos e políticos, também atrelado à noção de direito. CUNHA, Maria Clementina Pereira. "Os Bacamertes da República: saberes e poderes no Brasil na virada do século". In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.). *República, Liberalismo e Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003, pp. 119-137.

dos problemas da cidade, principalmente se considerando os interesses envolvidos – aspecto importante na leitura das discussões sobre a autorização do abate, por exemplo. Essas mesmas pressões também indicam pontos de convergência importantes, quando se nota como variados setores da sociedade recorrem constantemente a direitos e conhecimentos reconhecidos, implicadas nas noções de urbanidade e civilidade então em pauta. Essa suposta convergência para um núcleo comum dessas discussões, é intermediada pelos poderes públicos, através do qual o diálogo a respeito das questões urbanas parece ser viabilizado. Aparentemente certa compreensão comum das linguagens dos *especialistas da cidade* – linguagens técnicas dos engenheiros, arquitetos, médicos, sanitaristas, aqui denominados *especialistas*, dadas a relevância desses profissionais na longa constituição dos saberes sobre a cidade e a imprecisão histórica da terminologia *urbanista* – tornava-se ferramenta importante no diálogo sobre os projetos para a cidade. Essas linguagens serviam ora como instrumentos importantes nas pressões dos grupos sociais por seus interesses, ora como parte das estratégias de exercício da cidadania, ora como meio de se legitimar as ações do poder público e mesmo da iniciativa privada.

Considerando-se as inter-relações desses diferentes usos, centralizo aqui a atenção nas pressões dos grupos sociais, exercidas por meio de solicitações ao poder público. Na leitura da documentação do AHMWL, tornou-se impossível deixar de "ouvir" as vozes na cidade reclamando junto ao poder público. Solicitam providências administrativas ligadas a questões de abastecimento e em relação a toda sorte de medidas: sobre a regulamentação do espaço e da vida urbana (verificação de edifícios "ruinosos", alinhamentos, autorização para abate de reses, regulamentação do comércio de ambulantes, revisão de impostos e pagamento de taxas), sobre obras e medidas sanitárias (desobstrução de galerias pluviais e bocas de lobo, limpeza das ruas, nivelamento de terrenos alagadiços), sobre obras viárias (denominação de ruas, colocação de balsas de travessia nos rios, prolongamento e calçamento de ruas, reparos diversos em vias públicas, principalmente na época das chuvas), ou ainda sobre novos equipamentos e obras urbanas (construção e reforma de cemitérios,

instalação de iluminação pública, verificação de trilhos e serviços de bondes, construção de mercados), entre outras solicitações. Todos esses pedidos e queixas, a exemplo dos requerimentos sobre o abate de reses, foram localizados nos processos das leis municipais aprovadas pelos vereadores, sendo cada um deles incorporado às informações e discussões das respectivas leis. A rigor, por meio dessas pressões se constitui o urbano: como questão, como espaço, como experiência e projeto, particularmente marcado por sua dimensão tensa e negociada.

TABELA 1.1 – Requerimentos de moradores nas leis municipais: assuntos

Períodos	Obras	Impostos	Fiscalização ou autorização	Queixas e reivindicações	Outro assunto	Número de pedidos
1871-1875	09	0	05	04	04	22
1892-1899	14	01	06	08	02	31
1900-1909	12	04	10	14	08	48
1910-1914	03	01	01	02	02	08
Subtotal	**38**	**06**	**22**	**27**	**16**	**109**

Fontes: SÃO PAULO (Cidade). *Ementário da Legislação Municipal: Resoluções, Actos, Decretos e Leis do Município de São Paulo – 1892-1947*. São Paulo: DAMU, 1971; CAMARGO, Bento de (org.). *Indice alphabetico das leis, resoluções e actos executivos do Municipio da Capital do Estado de São Paulo até 31 de dezembro de 1919*. SP: Typographia Piratininga, CMSP, 1920; AHMWL- FCMSP, Processos de Leis do Município, volumes 1467, 2174-2184, 1958-1992, caixas 49-79. Elaborada por Josianne F. Cerasoli.[54]

A documentação reunida em cada processo pode incluir interferências de moradores da cidade (expressando-se coletiva ou individualmente), mas em todos os casos se caracteriza como um processo oficial, e não deixa dúvidas sobre a influência da edilidade na discussão e encaminhamento das propostas. Esse material intermediado pelos vereadores tem sempre, portanto, essa conotação oficial, mesmo considerando a proveniência múltipla dos papéis direcionados na Câmara.[55] A maior

[54] Os abaixo-assinados propriamente ditos, com listagens extensas de assinaturas de moradores, correspondem a parte desses requerimentos, estando concentrado no período de 1900-1909 (pelo menos 37 abaixo-assinados foram incorporados aos processos das leis municipais).

[55] Ainda um esclarecimento sobre a coleção de leis: os volumes e as caixas contêm pareceres e projetos de lei, propostas de concessões e outros documentos referentes a cada lei aprovada, analisados pela Câmara entre 1892 e 1914, e posteriormente organizados pelo Protocolo Geral e Arquivo, na década de 1930. As datas indicadas nos processos das leis nem sempre coincidem com o registro oficial, da promulgação, pois nem sempre a ordenação feita pelo Protocolo Geral seguiu essa orientação. Para

parte dessas reivindicações chegava ao poder municipal por meio de requerimentos, representações e abaixo-assinados, mas também ocorria a mediação da imprensa, que publicava as reclamações, esperando sensibilizar os membros dos poderes públicos municipais. [56] Em geral, não acompanho os pedidos na imprensa, e não pretendo esgotar todos os meios disponíveis aos moradores para apresentar suas reclamações e pedidos, pois trabalho prioritariamente com as mediações do poder público municipal. Também não considero o conjunto de todas as reclamações e requerimentos encaminhados pelos moradores às autoridades municipais, pois minha atenção maior está direcionada às reivindicações que tiveram alguma repercussão direta na administração da cidade, visto que não me proponho mapear as reivindicações e necessidades dos moradores da capital paulista na passagem do século XIX para o XX, mas dar visibilidade às formas de participação de setores variados e amplos da sociedade. No entendimento dessas dinâmicas na cidade o poder público municipal é apreendido como aglutinador de certos interesses e viabilizador de escolhas determinantes do espaço urbano. No caso do abate de reses, por exemplo, parece-me que a exposição das demandas e das possibilidades gerou tensões que tornaram particularmente difícil para o poder público o encaminhamento de uma solução duradoura.

A problemática do abate e transporte de carnes persistiria ainda por mais de uma década sem uma resolução capaz de contemplar interesses locais ou

---

o período anterior à organização republicana, não foi possível localizar os processos das leis, e analisei as reclamações e pedidos anotados nas atas da Câmara.

[56] Entre os processos encontrei vários recortes de jornais – publicados no *Commercio de São Paulo*, n'*O Estado*, entre outros – encaminhados para as sessões da Câmara por funcionários das próprias repartições municipais, e anexados aos processos das leis. Certamente um outro campo bastante vasto de pesquisa se abriria ao direcionar minha atenção para publicações dessa natureza. Sobre a utilização da documentação de periódicos em sentido semelhante, ver a dissertação de Lier Ferreira Balcão, na qual mapeia as solicitações dos moradores da cidade através da imprensa no início do século, cf. BALCÃO, Lier Ferreira. "A Cidade das Reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)". In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História - PUC-SP, Série Pesquisa em História, São Paulo: Ed. Olho D'água, 1999, pp.225-256.

gerais, e ao mesmo tempo abarcar preceitos técnicos e políticos. Pelo menos até 1913, quando são autorizados os primeiros frigoríficos na cidade,[57] o Matadouro da Vila Mariana continuaria a monopolizar a lida com as reses, e as carnes seriam ainda transportadas para o depósito no centro da cidade, o tendal da praça São Paulo. Toda essa questão gerou por muito tempo discussões e contrariedades, e mesmo entre as autoridades municipais existiram discordâncias em relação a toda mudança proposta para o controle da atividade. As sobras resultantes do processo de abate, desde a década de 1880, eram arrematadas por comerciantes interessados em seu aproveitamento para outras atividades, mas continuaram incomodando a vizinhança do matadouro e preocupando os *especialistas* por causa das "emanações pestilentas".[58] Um engenheiro da Prefeitura, em 1910, expressara com clareza a problemática do abastecimento de carnes, queixando-se das indústrias próximas ao Matadouro que utilizavam toda sorte de detritos provenientes do abate: "exalam cheiros insuportáveis que impregnam o olfato e empestam a atmosfera de toda zona vizinha e tornam o local insalubre e anti-higiênico; além disso, o asseio é nulo e o estado de imundícies é a regra geral."[59] Não seriam os frigoríficos e o fechamento do tendal de carnes capazes de por fim a tais discussões, mas acompanhá-las aqui nos levaria a uma outra história.[60]

---

[57] Lei n.1676, de 11/4/1913, autoriza o Prefeito a conceder licença especial para matadouros frigoríficos (*packing houses*) no município. AHMWL-FPMSP, Caixa 1399.

[58] Assim como os regulamentos que tratam do abate de carnes, os contratos para compra de sobras (sangue, estrume, restos) do Matadouro são numerosos: número 392, 591, 732, 734, 737, 760.

[59] Informação assinada pelo engenheiro Eugenio Guilhem, em 6/8/1910, no processo da lei n.1393, de 20/3/1911, autorizando o Prefeito a arrendar o próprio municipal que serve de depósito de carne, sito à Praça São Paulo, para ser transformado em casa de diversões. AHMWL-FPMSP, Caixa 65.

[60] O assunto, assim como o mercado, permaneceu na pauta da edilidade por longo tempo, e deu margem para discussões técnicas a respeito, por exemplo, da impossibilidade de se garantir a sobrevida dos animais transportados em longas viagens para o abate, e posteriormente deu origem a experiências então polêmicas, como o uso de carnes resfriadas, congeladas, e novas formas de abate. Tais assuntos geraram também reações e modificações nos hábitos da população, certamente significativos, mas que neste ponto do trabalho mudariam o foco das reflexões.

Além da Meia Légua

Regiões como a Penha e a Freguesia do Ó, assim como Água Branca, São Miguel e Pinheiros eram distantes da área central da cidade na segunda metade do século XIX, principalmente considerando-se as condições das vias de circulação e de transporte então existentes. Como alertara o requerimento sobre as reses na Freguesia do Ó, as dificuldades de acesso à capital tornavam-se ainda maiores na época das chuvas. Todavia, tais contratempos não deixavam tão distantes essas povoações, na medida em que se faziam presentes pelos requerimentos enviados ao governo municipal – sem dúvida uma situação instigante no contexto das questões aqui tratadas. Desde a década de 1870, pelo menos, é possível acompanhar moradores dessas regiões informando sobre problemas e solicitando ações dos edis; há, por exemplo, pedidos de moradores da Barra Funda ou do Marco da Meia Légua ou ainda da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos discutidos pelos edis.[61] Nesse período, entre 1871 e 1875, a média de requerimentos processados (ou seja, encaminhados, discutidos e que geraram medidas administrativas) ficava entre cinco e seis por ano, e mais de um quarto dos pedidos julgados era proveniente de arrabaldes distantes como esses. Considerando-se os dados sobre o número de habitantes da Penha e do Ó em 1872 (os únicos arrabaldes com dados conhecidos), é possível estimar que contavam com cerca de dois mil habitantes cada, correspondendo a cerca de um sexto da população geral da cidade, que então era de 23.243 pessoas.[62] Mesmo sem considerar diferenças entre os escravos e os moradores livres, tais dados indicam uma significativa presença dos moradores desses arrabaldes nas discussões e decisões administrativas da capital.

---

[61] *Atas* 1871, 1872 e 1874, respectivamente

[62] Os dados de população citados estão organizados, por distrito, por MORSE, Richard M. *De Comunidade à Metrópole: biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954, p. 129 e 197. Os dados gerais estão baseados também em LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1982.

Uma comparação dos dados populacionais por distrito com os requerimentos discutidos pela Câmara, em outras regiões da cidade e em outros períodos, permite uma visão mais geral do significado desses pedidos na configuração da cidade. Entre 1872 e 1900 a população de São Paulo foi multiplicada em cerca de oito vezes – de 31.385 a 239.820 –, sendo o período de crescimento mais intenso aquele registrado após 1890. Os distritos centrais mantiveram um crescimento relativamente proporcional ao todo, exceto o distrito de Santa Efigênia que, entre 1890 e 1893, registrou um aumento mais acentuado de sua população, passando de um quinto a um terço dos habitantes. Mais expressivo ainda foi o distrito do Brás, que compreendia modestamente a décima parte do total da população da cidade em 1872 e passara a um quarto dos habitantes da capital, aumentando em quatorze vezes a sua população até 1893. Os requerimentos enviados pelos moradores do Brás e região sul da Sé (Liberdade, Cambuci, Bela Vista, incluindo parte do distrito da Consolação) correspondiam a porções bem diferentes do total de pedidos discutidos na Câmara: cerca de um quinto na década de 1870 e quase a terça parte na de 1890. Enquanto isso, a área central (o distrito de Santa Efigênia), onde habitava mais da metade da população da capital entre 1872 e 1893 (variando entre 58 e 55% do total), registrou um declínio dos requerimentos: de 45% a 25% nessas duas décadas, respectivamente.[63] Ou seja, considerando-se as regiões longínquas, as centrais e as próximas, é notável a existência de uma relação inversa dos pedidos e das distâncias: quanto mais distantes, estão mais insistentes na proporção dos habitantes. Fisicamente, regiões como o Centro e Santa Efigênia estão sem dúvida mais próximas aos espaços de centralidade urbana (das instituições administrativas, dos poderes instituídos e do núcleo urbano propriamente dito, no sentido comercial e de

[63] Os dados sobre os requerimentos na década de 1870 estão baseados na leitura das Atas da Câmara, e os dados sobre os requerimentos constituem uma síntese elaborada a partir da leitura do conjunto de cerca de mil processos das leis municipais, nos quais foram localizados pouco mais de uma centena de pedidos.

agrupamento social), mas esses indícios sugerem outras visões partindo dos arrabaldes.

Nesse sentido, parece-me significativo acompanhar o exemplo da Freguesia da Penha, mais ainda ao considerar algumas características do povoado. Formado a partir de uma sesmaria no século XVIII, o arraial manteve relativa autonomia em relação à capital, constituindo-se como produtor de alguns gêneros alimentícios e de materiais de construção, como pouso de tropas vindas da Corte e do Vale do Paraíba. Esteve por longo tempo de certa forma voltado para si. "A Penha... ficava lá onde ainda se acha! Para atingi-la, porém, faziam-se discutidos projetos de viagem e preparavam-se substanciosos farnéis." [64] A brincadeira com as distâncias na lembrança evocada é sugestiva, pois indica uma proximidade construída social e culturalmente em relação à região. A descrição segue esclarecendo os preparativos para a festa da Penha que mobilizava os habitantes da capital pelo menos até o final do século XIX, e assinala uma ligação importante da cidade com a localidade, principalmente em função da devoção a Nossa Senhora da Penha, tomada como uma espécie de protetora dos moradores. [65] Havia uma tradição de apego a essa Nossa Senhora para solucionar os problemas, e sua imagem era conduzida até a Igreja da Sé nos períodos de dificuldades, como ameaças de enchentes e epidemias – costume que se manteve durante os séculos XVIII e XIX. Em 1864 o governo providenciou a construção da estrada da Penha, provavelmente reformando e ampliando o caminho

---

[64] SOUZA, Everardo Vallim Pereira de. "A Paulicéia há 60 anos". In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura-DPH/PMSP, ano XIII, Vol. III, junho de 1946, p. 56.

[65] Bruno faz referência ao desaparecimento das festas da Penha em 1903 e ao fim das romarias ao povoado, mas não encontrei referências às motivações. BRUNO, Ernani Silva. *Op. Cit.*, Vol. III: *Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*, p.911. Sem dúvida desperta a curiosidade indicações como esta das Atas da Câmara de 1768, dando conta da autorização para mandar vir a imagem para a Sé, onde se fariam preces para a intercessão de Nossa Senhora da Penha a fim de aplacar as moléstias da cidade. TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O Bairro do Brás*. Série História dos Bairros de São Paulo, I, São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969, p. 53.

existente, revelando inegável interesse na ligação do povoado com a capital – interesse que alguns relatos atribuem à freqüência elevada no caminho em função da devoção dos fiéis.[66] Outro aspecto interessante é o contato constante da Penha com o distrito próximo do Brás, tanto por motivos religiosos, quando a Matriz do Brás recebia a imagem de Nossa Senhora no percurso de ida ou de volta dos "chamamentos" citados, quanto por questões de abastecimento e comércio. Essa ligação foi mantida, através do uso constante da estrada da Penha, mesmo após a construção do caminho ferroviário ligando diretamente a capital ao Rio de Janeiro.[67] Além da mencionada autonomia, esses aspectos do povoado relativizam uma suposta submissão da Penha à São Paulo, e ajudam a entender alguns sentidos das queixas e reivindicações dos moradores junto à Câmara.

Desde 1796, a Penha foi oficialmente considerada uma freguesia, mas até a década de 1880 estava quase ausente das ações da administração municipal da capital.[68] A região começou a aparecer nos contratos da Câmara para execução de

---

[66] A tradição religiosa foi registrada também no diário de viagem da Princesa Isabel em 1884, que afirmara ser a Penha um local de romaria para São Paulo. DAUNT, Ricardo Gumbleton. "Diário da Princesa Isabel. Excursão dos Condes d'Eu à Província de São Paulo em 1884", p.242 em MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX: memórias, depoimentos, evocações.* São Paulo: Ateliê Editorial-Imprensa Oficial do Estado-Ed. Unesp-Secretaria do Estado de Cultura, 1998. Em relação às benfeitorias na estrada, conforme compilação de Egas, o governo provincial teria investido em 1865 cerca de 60 contos de réis com obras na estrada da Penha, na gestão de João Crispiniano Soares. EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo.* São Paulo: Seção de Obras d' *O Estado de São Paulo*, 1927, Vol. I, p. 341.

[67] Em 1876 ficou pronto o trecho São Paulo-Jacareí da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligou a capital à Corte, passando pela Penha sem parada (o que rompeu uma dada tradição de descanso de tropas nessa localidade). O coronel Proost Rodovalho, influente político, empresário e proprietário na Penha, conseguiu uma concessão para construir um ramal na freguesia, evitando um maior isolamento da região. BONTEMPI, Silvio. *O Bairro da Penha (Penha de França – Sesmaria de Nossa Senhora).* Série História dos Bairros de São Paulo, III, São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969, pp. 103-104.

[68] Depois da criação do bispado de São Paulo em 1740, as primeiras freguesias a serem criadas, separando-se da Sé, foram a Penha e a Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Ó, no mesmo ato.

obras apenas em 1883, quando houve uma concessão para construção de uma linha de bondes até a freguesia, que não chegou a ser executada naquele momento.[69] Duas outras ações voltadas ao abastecimento de água são feitas na década de 1880, e o restante das obras está concentrado na década seguinte, sendo projetados entre 1895 e 1896 vários investimentos da administração municipal na região.[70] Talvez essa maior atenção dos gestores municipais para aquelas paragens tenha mobilizado demandas dos moradores, gerando uma maior freqüência dos pedidos provenientes da região, em 1896. O requerimento seguinte, assinado por cerca de quarenta pessoas, foi encaminhado à Câmara Municipal da Capital nesse mesmo ano. Dirige-se diretamente à edilidade identificando primeiramente o remetente – "os abaixo assinados, moradores na Freguesia da Penha de França" – e em seguida a motivação – "vêm solicitar-vos o [conserto] completo da rua do Meio desta Freguesia". Na seqüência, não deixam dúvidas sobre a relação do pedido com as ações da edilidade na região.[71]

A argumentação é simples e direta: primeiramente, destacam a importância das benfeitorias para um número significativo de pessoas, em seguida apontam a conveniência de tais obras em vista de outros melhoramentos que vinham sendo feitos na freguesia, e completam em tom pragmático, afirmando ser baixo o custo diante do caráter indispensável do serviço solicitado. Demonstram estarem sintonizados com as noções dos governantes, que investiam então vultosos recursos em obras pontuais e de infra-estrutura então denominadas amplamente como

---

[69] Trata-se do contrato n.222, de 06/08/1883, assinado por Guilherme Maxwel Rudge, que um mês antes tinha estabelecido contrato idêntico (n.219), recebendo uma concessão para construção, uso e gozo de uma linha de *bonds* até o Ipiranga, e esta até a freguesia de Nossa Senhora da Penha de França, por 30 anos. Os *bonds* só chegariam à freguesia em 1901, já eletrificados e administrados pela *S. Paulo Tramway, Light and Power Company*. AHMWL, FCMSP, Vol. 362.

[70] Contratos de obras na região: números 382, 400 (em 1889), 569 (em 1893), 633, 647, 658, 669, 670 (em 1895), 674, 879, 910, 924, 929, 939, 946, 971, 975 (em 1896), 733, 983, 1382 (em 1897), 751 (em 1898) e 1164 (em 1899).

[71] Processo da lei 246/1896. AHMWL-FCMSP, Vol. 2181.

"melhoramentos urbanos".[72] Demonstram, ainda, ciência das obras em execução na localidade, compreendendo parte da travessa da rua de Cima até a Capela de Santa Cruz, na travessa da rua Rudge, aparentemente para dar destaque a uma certa incoerência da ação administrativa: deixar de fora das obras então executadas "um pequeno trecho de mais ou menos duzentos metros de extensão". De fato, os registros dos contratos e dos pagamentos de empreiteiros feitos pela Câmara Municipal mostram as obras indicadas pelos moradores no requerimento, em andamento quando enviaram o pedido. As obras na rua do Meio da Penha (atual Amador Bueno) assemelhavam-se à maioria dos serviços da administração municipal então denominados melhoramentos, nesse caso aplicados à estrutura viária (nivelamentos, alinhamentos e calçamentos).[73] Pelas descrições dessas benfeitorias nos contratos assinados com os empreiteiros nota-se que não poderiam passar despercebidamente, ainda mais numa localidade pequena como era a Penha de então. Seguramente os requerentes percebiam essas relações, e encerram o pedido de modo incisivo:

> [...] pouco importará o seu custeio, e sendo de imprescindível necessidade esse serviço, não só porque até esse ponto é que finda-se a rua, como também porque nela existem muitos prédios edificados e ocupados; assim pois os recorrentes, confiando no interesse que tendes no ramo do serviço publico e no bem de vossos munícipes, confiam que tomareis em consideração o que vêm ora solicitar-vos.

---

[72] Os amplos usos da palavra melhoramentos, destacadamente referindo-se a obras pontuais, foram analisados em BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Melhoramentos Entre Intervenções e Projetos Estéticos: São Paulo (1850-1950)". In: _____. (Org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, pp. 343-366. O terceiro capítulo desta tese retomará o conceito, esclarecendo seus usos no setor de obras públicas.

[73] Os empreiteiros Manoel Nóbrega e Manoel Fernandes Araque foram contratados em 1895 e 1896 para execução de melhoramentos na rua do Meio na Penha, o primeiro executando apedregulhamento, assentamento de guias e construção de sarjetas (contrato número 633) e o segundo realizando nivelamento e apedregulhamento da mesma rua (contrato número 674). AHMWL-FCMSP, Vol. 477. Ambos foram pagos pelas obras executadas, conforme registro das Ordens de Pagamento da Câmara, respectivamente pelos seguintes valores: doze e seis contos de réis (AHMWL-FCMSP, Vol. 1384).

É significativa a forma como os signatários se posicionam em relação à cidade e aos poderes instituídos, percebendo-se como membros da municipalidade e na condição de participantes ativos. Três menções de confiança me parecem importantes nesse sentido: a certeza de que a Câmara perceberia a necessidade levantada, a existência de princípios que fundamentariam o exercício do poder público, e a expectativa certa na capacidade da administração de tomar as providências adequadas. Toda a mobilização implicada na elaboração do documento, reunião das assinaturas e envio para a edilidade só se justificaria se partissem de tais certezas – ou seja, se os reivindicantes se posicionassem como cidadãos com direitos reconhecidos. Mesmo aparentando tratar-se de um simples abaixo-assinado, o documento deixa indícios de relações e estruturas mais complexas que envolviam os munícipes e o interesse público. Somente na década de 1890 há pelo menos vinte e seis documentos discutidos e deliberados pela edilidade nos quais os citadinos se apresentam coletivamente diante do poder público, por meio de assinaturas.[74] Há certamente uma diferença aqui em relação ao registro dos comerciantes do mercado da São João mencionado no início deste capítulo, considerando-se uma manifestação direta em relação aos governantes e outra indireta, por meio de uma representação escrita. Parece-me que a mobilização feita através da assinatura de um documento coletivo – "por meio desta" – indica uma noção de representatividade e responsabilidade pública que estaria mais próxima das formas de organização e articulação política reconhecidas como vias formais de participação.

Entre as assinaturas reunidas nesse documento, alguns nomes são os mesmos daqueles que solicitavam autorização para o abate de reses e de registros presentes em outras solicitações da região da Penha, o que indica a existência de

---

[74] Lembro que estou me referindo apenas a abaixo-assinados anexados aos processos das leis e que, portanto, tiveram interferência direta na tomada de decisões em âmbito municipal. No decorrer das pesquisas, foi possível aguçar a curiosidade para buscar os demais requerimentos semelhantes que chegavam à Câmara e à Assembléia Legislativa, mas tal empreitada demandaria outra pesquisa. Não tenho dúvidas, todavia, do enorme interesse que teria para o entendimento das dinâmicas políticas e sociais da sociedade.

grupos mobilizados em torno dos interesses da localidade e capazes de gerar tais mobilizações.[75] Mais uma vez, grande parte dos signatários parecem anônimos, mas nesse documento foi possível localizar alguma atuação de cinco deles. As informações relativas a eles garantem alguma ligação com a freguesia, por propriedade ou atividade: Manoel Asson aparece na documentação legalizando uma construção na chamada Baixa Penha, em 1895; Carlos Boemer assina um contrato com a Câmara em 1889 para o fornecimento de água de sua propriedade para abastecimento do chafariz da Penha (e além disso esse sobrenome aparece em vários documentos referentes à região, como João Boemer que seria produtor de vinhos) e João Custodio Lyrio foi nomeado administrador do cemitério da Penha, em fevereiro de 1896. Há ainda Brazilio Marques, mencionado como empreiteiro (assina contrato para iluminação da freguesia de São Miguel com dez lampiões a querosene, em 1896) e como funcionário da Intendência de Obras (registro de almoxarife, no ano seguinte), e Angelo João Zanchi, que parece ser o mais prestigiado entre os signatários. Aparece como fiador em vários contratos de obras assinados na Câmara entre 1892 e 1895 e é identificado como juiz de paz e chefe político na Penha, denominado major supostamente por atuar na Guarda Nacional (foi homenageado com nome de rua na Penha), e ainda está ligado a investimentos em fábricas de móveis.[76]

---

[75] Das assinaturas: Antonio Joaquim Stevam Ribeiro, Pedro Alves Corrêa do Amaral, Pedro Antonio Benedicto de Camargo, Francisco de Carvalho Silva, Horacio Bueno de Lima, Antonio Marchettim João Bhormens (ou Rhormes), Manfran Jiacomo (letras minúsculas, quase desenhadas), Brunelli Luigi, Piva Giovanni, Guilhermina Maria do Espirito Santo, Caetano José de Oliveira Roza, Crone di Liessi Giovanni, Pedro Haimniey (?), José Ignacio da Gloria Sobrinho, Alberto d'Araujo, Manoel Gonçalves de Macedo, Olympio José Pinheiro, José Gesuino de Toledo, Manoel Dominguez Pedroso, Antonio Pedro de Siqueira, Augusto Boemer, José Jacob, Ignacio B. de Siqueira, João Custodio Lyrio, Drasio Berdinelli, Manoel Asson, Francisco Rodrigues Lagoa, Pedro Beichet, Fanardo Gulielmo (completamente ilegível), Clemente Vaqueiro Luis, Mayer Mendes, Aires Antonio da Costa, Angelo João Zanchi, Joaquim Ferreira dos Santos, Raphael Alves de Oliveira, Brazilio Marques, José João, Carlos Boemer, Gola Giovanni, João Bernardo da Silva, Antonio Lindorio da Silva.

[76] Informações no AHMWL-FCMSP, Vol. 485 para Asson, 474 para Boemer e 373 para Lyrio. Para Marques, o volume 478 mostra o contrato, e os volumes 433 e 759 o registram como funcionário. Informações sobre Zanchi: volume 475 para os contratos, sobre participação em fábricas de móveis e bilhares no volume 466 (identificado como

É possível imaginar a ocorrência de alguma facilidade em função da presença dessas pessoas que cultivavam diferentes contatos com órgãos administrativos. Poderiam eventualmente desfrutar de algum prestígio junto aos edis, ou quem sabe contar com auxílios dentro da própria estrutura burocrática dos poderes municipais, por intermédio de outros funcionários. No entanto, as conjecturas que me parecem mais interessantes neste estudo dizem respeito ao espaço exterior à administração pública. Alguém como Zanchi muito provavelmente era visto pelos habitantes da Penha como um morador de prestígio. Deveria ser alguém com reconhecidas possibilidades econômicas, considerando-se sua posição como fiador das obras públicas (para a qual havia uma série de exigências), ou ainda seus investimentos em fábricas de móveis – situações que possibilitariam vários contatos fora da freguesia.[77] Esse prestígio poderia servir para endossar os pedidos encaminhados para os vereadores, na visão dos moradores, e fortalecer a mobilização.

Outra hipótese interessante estaria na direção inversa: alguns requerentes poderiam perceber a mobilização como a abertura de novas oportunidades, na medida em que teriam possibilidade de contato com alguns setores da administração. Tanto Lyrio quando Marques, por exemplo, assinam contratos para execução de obras ou para trabalharem como empregados municipais após o envio da reivindicação. Certamente poderia haver inúmeras circunstâncias para explicar esse contato, mas não posso deixar de lado a hipótese de terem se beneficiado da aproximação permitida pelo requerimento. Nesse sentido, mesmo que o interesse coletivo comum fosse a motivação iniciadora do processo, é razoável supor a existência de interesses plurais também influentes e determinantes na

---

João Zanchi) e demais dados em AYROSA, Plínio. "Nomenclatura das ruas de São Paulo (letras M)". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura, ano IV, Vol. 42, dezembro de 1937, p. 160.

[77] Aparece no Almanaque de 1873 como proprietário de fábrica de bilhares na rua do Imperador, 30. *Almanak da Provincia de São Paulo para o anno de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, edição fac-similar da Imprensa Oficial do Estado de SP.

mobilização. Talvez o aspecto comum, em sentido estrito, fosse somente o fato de recorrerem à legalidade e aos poderes instituídos como possibilidade de resolução das questões.

Seja como for, esse pedido dos moradores da Penha não foi prontamente atendido pelos edis, e as benfeitorias na rua de Cima da Penha só foram contempladas no mês seguinte, pela lei n.256.[78] É interessante notar que parte do argumento dos requerentes, relativo à conveniência do aproveitamento das obras que a edilidade estava então executando na mesma rua, foi incorporada à deliberação da Câmara. Classificando os melhoramentos enfim autorizados para aquela rua como obras complementares, os governantes acabam aceitando no campo das práticas a necessidade de conclusão do trabalho, indicada pelos moradores no requerimento. Há várias leis posteriores que autorizam obras naquele arrabalde, sem haver registro de pedidos ou ações diretas dos moradores no processo decisório. Entretanto, não me parece exagerado, a partir da exposição feita, supor a permanência de níveis diferentes de pressão, como se fossem ecos das primeiras iniciativas dos moradores a garantir uma atenção contínua por parte dos poderes públicos. Assim, a partir de 1901, quando foi inaugurada a linha elétrica de *bonds* ligando o centro à Penha, é possível acompanhar algumas dessas leis referentes à freguesia, autoriznado o estabelecimento de serviços de água e esgotos naquela região (lei n.535) e o contrato da iluminação pública por eletricidade (lei n. 548), posteriormente estabelecido com a

---

[78] A lei n.246, em que está o requerimento analisado, na verdade, autorizou as seguintes obras de melhoramentos na rua Manoel Dutra, no morro de Santana, na rua Major Diogo, no cemitério da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, na rua Conselheiro Ramalho, na rua Coronel Mursa, obras urgentes nas ruas Amaral Gurgel e da Consolação, calçamento a paralelepípedos da rua Dutra Rodrigues, melhoramentos na rua d'Alegria, melhoramentos na rua Barão de Iguape, entre Glória e Glicério, construção de 4 bocas de lobo com sifão e reconstrução do calçamento no largo de Riachuelo, melhoramentos urgentes na rua Humaitá e na praça de São Paulo. A lei n.256, de 17/07/1896, autorizou despesas com obras de melhoramentos solicitados pelo governo do Estado na Vila Buarque, conclusão das obras de apedregulhamento da rua do meio e mais melhoramentos na rua de Cima na Freguesia da Penha de França, abaixamento dos alinhamentos dos alicerces e reconstrução dos degraus de acesso para as casas da travessa do Paredão e construção do calçamento. HMWL-FCMSP, Vol.2181 e 2182.

mesma concessionária dos *bonds*, a *S. Paulo Tramway, Light and Power Company*, em 1903 (lei n.650).[79] Ao estabelecer esses serviços os processos das leis indicam um outro campo de negociações gerador de muitas tensões naquele momento, pois essas concessões implicavam em autorizações do governo estadual e acordos sobre tributos e terrenos. Não tratarei especificamente de tal problemática, mas devo observar que são relações em que predomina a negociação, em sentido estrito, e não os conflitos. São freqüentes as menções na bibliografia sobre obras públicas e choques entre as instâncias municipais e estaduais do governo, mas esta pesquisa aponta a preponderância de ações complementares, principalmente na segunda metade do XIX, nos anos próximos à transição para o governo republicano.[80]

Essa particularidade observada no início do século XX poderia diminuir a importância das mobilizações dos moradores, uma vez que o foco das negociações estaria deslocado para as instâncias de poder municipais e estaduais, e toda a energia dos projetos seria consumida na resolução desses embates. Dessa forma, pode-se

---

[79] Das leis no AHMWL-FCMSP: lei n.535, de 09/09/1901, autoriza o Prefeito a entrar em acordo com o governo do Estado para o estabelecimento de serviços de água e esgotos nos distritos da Penha de França, Água Branca e Santana (Vol. 1971). Lei n.548, de 19/10/1901, autoriza o Prefeito a entrar em acordo com o governo do Estado para contratar parte da iluminação pública da cidade e arrabaldes por eletricidade, quer simultânea, quer substitutiva à de gás, mediante subvenção anual recebida do estado. A lei prevê o esforço do Prefeito para estabelecer uma iluminação igualmente aperfeiçoada para Santana e Penha, sem prejuízo da luz fornecida atualmente, sem entretanto assumir prestações maiores do que aquelas previstas no orçamento para iluminação (Vol. 1972). Lei n.650, de 18/05/1903, autoriza contratar a *Light and Power* para fornecimento de luz elétrica para a Voluntários da Pátria até o alto de Santana, para a Penha de França e para a Água Branca. (Vol. 1979).

[80] Autores como Rolnik e Osello, que delimitam áreas de atuação precisas para as instâncias municipais e estaduais, deixam de perceber tais negociações à medida que buscam uma visão estrutural das ações dos governantes. No caso das concessões, por exemplo, para estabelecimento de equipamentos urbanos, não há registro de iniciativa que tenha sido levada adiante apenas por uma das instâncias, constituindo-se o campo privilegiado de negociações entre ambos nessa época. Também as ações dos profissionais ligados à engenharia, ao sanitarismo e à medicina revelam, como mostrei pontualmente, o envolvimento de um mesmo profissional em diversas repartições e ações das duas instâncias ao longo da carreira, muitas vezes simultaneamente. OSELLO, Marcos Antonio. *Planejamento Urbano em São Paulo (1899-1961): introdução ao estudo dos planos e realizações*. Dissertação (Mestrado), São Paulo: FGV, 1983, ROLNIK, *Op. Cit.*

supor que o próprio registro dos processos pela Câmara acabasse priorizando as relações com as autoridades do estado; ao menos nesses registros, não há qualquer indício sobre a participação dos habitantes da Penha em tais negociações. O que é possível observar, e chama a atenção nessa primeira década do século XX, é uma certa correspondência entre a intensificação das pressões e das obras autorizadas pelo poder municipal em arrabaldes distantes. Considerando-se que as solicitações precedem as autorizações, isso indicaria uma certa maleabilidade das decisões administrativas, e ampliaria a importância da participação dos citadinos. Se, ao contrário, as obras contratadas apontam a disposição e a capacidade da administração e estimulam as pressões da população, essa participação se aproximaria mais de uma serie de sugestões de pauta para os edis. Tais conjecturas, de uma ou de outra forma, não deixam dúvidas sobre a existência de um campo político de tensões e negociações, e sugerem assim a possibilidade concreta de participação de grupos sociais mais amplos no processo decisório.

Em 1904, a distante Penha obteve autorização para receber calçamento a paralelepípedo de pedra, no prolongamento da rua Prudente de Moraes (atualmente rua Amador Bueno). Mesmo sendo utilizado desde a década de 1870 em São Paulo, esse tipo de calçamento continuava então reservado a regiões mais próximas ao centro da cidade – inicialmente os únicos a merecerem tal zelo. Por isso chama a atenção a autorização para a Penha, e ao mesmo tempo não surpreende que não fosse cumprida até 1907, quando a Câmara ratificou a deliberação.[81] Embora não tenha sido possível esclarecer os motivos desse atraso – e permanecem apenas como hipóteses as dificuldades orçamentárias, então constantes, e os eventuais entraves burocráticos ou administrativos –, parece-me significativo que tal processo tenha ocorrido

---

[81] A lei n.773, de 29/08/1904, autoriza despesas com obras na rua Anhangabaú, na av. Brigadeiro Luiz Antonio, na rua Wandencholk (calçamento a *macadam*), na rua Prudente de Moraes, na Penha de França (AHMWL-FCMSP, Vol.1986). Não sendo imediatamente cumprida, é re-estabelecida pela Lei 941, de 26/9/1906, na parte relativa ao calçamento da rua Prudente de Morais, na Penha de França, por indicação do vereador Asdrubal do Nascimento (AHMWL-FPMSP, Caixa 51).

simultaneamente com outras negociações dos moradores da Freguesia, ainda relativos à regularização de leitos carroçáveis. Também entre 1904 e 1907, retomando com força as estratégias dos requerimentos, a povoação da Penha insiste em um assunto que atravessaria toda a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX: a estrada da Penha.

São pelo menos dois requerimentos discutidos pela edilidade nesse processo legal, sendo um em 1904, com cerca de setenta assinaturas, e outro em 1907, com a reunião expressiva de mais de cento e vinte signatários.[82] O primeiro é encaminhado ao Prefeito pelos moradores da estrada do Belenzinho à Penha, bairro do Tatuapé, e enfatiza a urgência dos reparos necessários à via. O segundo, mais detalhado, foi redigido pelo mesmo Brazilio Marques que assinara os anteriores sobre o abate e a rua do Meio. Conta novamente com o apoio de Angelo João Zanchi, além de outros dois signatários de prestígio indiscutível: o padre da paróquia, Antonio de Lisboa, e o empresário Antonio Proost Rodovalho. Freqüentemente mencionado nos mais diversos documentos da municipalidade, entre contratos, pareceres, concessões, etc., Rodovalho foi presidente da Câmara Municipal da capital nas décadas de 1860 e 1870, era Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, e ocupou cargos gerenciais em importantes empreendimentos em São Paulo durante sua vida.[83] A

---

[82] Processo da lei n. 1047, de 30/9/1907, autoriza o Prefeito a mandar executar os melhoramentos da Penha de França, e declara de utilidade pública os prédios e terrenos necessários para a retificação da estrada da Penha (quantia: 172 contos). AHMWL-FPMSP, Caixa 54.

[83] Como presidente da Câmara, elaborou uma série de propostas de melhoramentos urbanos. Rodovalho (1838-1913) foi diretor da Companhia de Seguros União Paulista, presidente do Banco Comercial de São Paulo e da Caixa Econômica, administrador das obras da Estrada de Ferro Rio de Janeiro-São Paulo, diretor da Companhia Ituana e como um dos fundadores da Associação Comercial e Agrícola promoveu a 1ª Exposição Provincial. Comerciante, dono da segunda fábrica de cimento do Brasil em Caieiras (ativa de 1897-1918), além da primeira fábrica de celulose e papel (Companhia Melhoramentos, 1883), ambas em Caieiras. AYROSA, Plínio. "Nomenclatura das ruas de São Paulo – letra C". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura, ano III, Vol. 36, junho de 1937, p. 274; GUARALDO, Elaine. *São Paulo, Paisagem e Paisagismo na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1995, p. 44; *Almanak da Provincia de São Paulo para o anno de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, edição

numerosa e aparentemente prestigiada solicitação enviada à Câmara apresentava ainda uma expectativa em relação à edilidade, referindo-se a ela como "representante direta do povo" ao expor suas propostas de maneira enfática. Tal concepção não estivera antes nos requerimentos, nas reclamações ou mesmo nos documentos oficiais, e indica uma apreensão ao mesmo tempo abstrata e objetiva das funções dos poderes públicos.

Solicitam consertos, "mas consertos sólidos" na estrada que liga a capital à Freguesia da Penha de França – "estrada essa a mais transitada e importante de todo o município" – e apelam para a suposta compreensão da importância da via como bem público, destacando-a como um caminho a serviço de toda a coletividade. Nesse sentido, lembram "o movimento contínuo, durante o dia, de transeuntes pela referida via pública, de pedestres, de veículos e de animais", enfatizando na argumentação a importância da mesma para a capital, deixando em segundo plano os interesses da localidade. Na fundamentação da necessidade dos reparos solicitados, focalizam o uso da estrada para o "transporte de gêneros alimentícios para o abastecimento da população da cidade, de materiais para construções, que na sua maior parte são fabricados na Penha e nas suas imediações pertencentes ao Distrito de São José do Belém (bairro do Tatuapé)". Provavelmente como estratégia de convencimento ou como exposição da conveniência do grande investimento necessário às obras, os requerentes agregam aos argumentos vários interesses que estariam em jogo, além do abastecimento mencionado:

> No estado deplorável em que se acha a estrada, na parte compreendida do Instituto Correcional à estrada da Penha, até a parte fronteira á rua Dr. Lins de Vasconcellos, da Freguesia, cheia de grandes buracos, sem canais para o curso das águas nascentes no meio da mesma via publica e do transbordamento das várzeas e dos

---

fac-similar da Imprensa Oficial do Estado de SP; TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, Vol. I, 188, vol II, p.225.

> riachos marginais, é impossível inteiramente a continuação do trânsito, por conseguinte a paralisação completa de tudo que diz respeito aos interesses do público em geral. Assim é que todas as olarias, pelo estado ruinoso da estrada, ainda mais com essas grandes chuvas dos três meses passados, se vêem enormes depósitos de materiais que não podem ser transportados à Capital, notando-se por esse fato, infelizes indivíduos, ocupados na factura de tijolos e telhas, de braços cromados [sic], sem trabalho, com suas famílias na maior miséria; os patrões se arcando com grandes despesas com o trato de animais desocupados, com camaradas para os zelar; os fornecedores sem receberem o produto dos gêneros que [compram] a crédito; finalmente, tudo, tudo que vem trazer prejuízos incalculáveis a todas as classes que lutam pela existência!

Sem dúvida julgaram oportuno enunciar as supostas vinculações da melhoria da estrada a numerosos e significativos interesses, envolvendo questões importantes aos investimentos de capitais (mencionando prejuízos nos empreendimentos produtivos e comerciais) e às condições de vida de setores menos privilegiados economicamente (lembrando as implicações das dificuldades para trabalhadores, por exemplo) e também dos consumidores habituais. Chama atenção a habilidade retórica dos requerentes ao defenderem os interesses da localidade relacionando-os diretamente aos interesses da cidade, inclusive aqueles ligados aos negócios, optando pelo destaque dos aspectos notórios para o "interesse público geral". Ainda nesse sentido, nota-se um acréscimo importante na compreensão da noção de público, seja do ponto de vista do interesse ou ainda na representatividade. Não é possível, a partir das evidências aqui registradas, ter certeza a respeito da apreensão coletiva dessas noções. Mesmo com o numeroso apoio das assinaturas, muito provavelmente as escolhas argumentativas do documento recaem muito mais sobre o redator, e não deixam saber muito sobre as convicções dos signatários. Mesmo assim, considerando-se o apoio emprestado ao documento, parece-me

apropriado atribuir a tais requerentes a concordância em relação ao uso dos argumentos.

Nesse sentido, destaco a moderna noção de participação expressa no documento, ao indicarem a percepção de seu papel como cidadãos que sustentam o governo com o pagamento de impostos, principalmente na passagem seguinte: "também é conhecido de todos o rendimento relativamente grande de impostos que é arrecadado anualmente pela ilustre Edilidade, provenientes da mesma zona." Os debates em torno da questão na Câmara revelam grande envolvimento e atenção dos governantes para a questão. Mobilizaram as autoridades, talvez pela pressão dos moradores comuns e prestigiados, ou pela clareza que os documentos revelam sobre os direitos envolvidos, ou ainda pela veracidade e importância dos argumentos apresentados em relação aos interesses em jogo. Essas hipóteses permanecem como possibilidades, mas isso não diminui a relevância dos fatos registrados. No processo da lei há um longo parecer da Comissão de Obras da Câmara, de 1907, confirmando as observações sobre o abandono da estrada, que há muitos anos "não recebia melhoramentos", mesmo sendo uma das mais movimentadas da capital. Acrescenta outros dados relacionados à colocação dos trilhos de *bonds* da *Light and Power*, que estariam impedindo a passagem dos carroceiros e carreiros, além de terem danificado consideravelmente grande parte do caminho. "Daí para cá, nos tempos das águas, o trânsito torna-se impossível, em certos pontos baixos, tais como desde o Instituto Disciplinar até a chácara Quertim, e desde a chácara Serafim Cunha até a rua da Quinta Parada." Assim, embora suas observações tenham um aspecto mais descritivo e os argumentos pareçam mais pontuais, os vereadores ratificam a reivindicação dos moradores, e recomendam a execução das obras.

Outros documentos interessantes são recolhidos por funcionários da Secretaria da Câmara e acrescentados à pauta de discussão da edilidade, como recortes dos jornais *A Platéia*, *A Noticia*, *Commercio de São Paulo* e *Diario Popular*, com datas entre agosto de 1906 e maio de 1907. São reclamações levadas aos redatores por pessoas identificadas apenas como moradores, e todas reiteram as indicações do

parecer da Comissão de Obras e dos requerimentos. O que chama a atenção nesse caso é a diferença de tom nessas três abordagens, sendo a primeira mais técnica, a outra mais jurídica, e a dos periódicos mais direta e crítica em sua informalidade. Certamente são objetivos distintos que requerem linguagens adequadas a cada caso, e são interessantes por revelarem o alcance das discussões da problemática urbana em falas diversas. Destaco, pois, o trecho extraído de *A Platéia*, jornal formado em 1888 primeiramente como semanário humorístico que passou a diário matutino em 1891.[84] Publicou em 25/5/1907, a pedido de um leitor, a seguinte reclamação:

> O caminho da Penha, a que a Câmara dá o pomposo nome de Avenida Intendência, muito longe de ser uma avenida, já não é nem mais uma modesta estrada de rodagem, tal é o estado de deplorável decadência e abandono em que o deixaram os poderes públicos. O vocábulo "rodagem", Sr. redator, faz crer que os veículos *rodam* por ali afora, trazendo ao consumo da Paulicéia grande cópia de mercadorias, materiais, etc., mas, não tal acontece; infelizmente os veículos não *rodam*, devido à inumerável quantidade de enormes buracos, cheios de lodo, onde as ditas rodas desaparecem, devido talvez à atração do abismo.

Segue descrevendo a retirada das carroças do atoleiro, comparando tal empreitada com certa zombaria aos trabalhos de heróis lendários: "o próprio Hércules, se o fossem contratar para transportar os tijolos da Penha para São Paulo, garanto-lhe, recusaria, temendo um fiasco". Não era a primeira e não seria a última vez que a Avenida da Intendência (atual Celso Garcia) apareceria entre as mais severas reclamações da população, lembrada por moradores de regiões marginais a ela, desde o Brás até as proximidades de Guarulhos. Já as peregrinações para a Penha

---

[84] Foi inicialmente dirigido por Horácio de Carvalho e ilustrado por Araújo Guerra. Entre 1892 e 1898, o vereador Celso Garcia era um dos seus redatores (concomitantemente com "O Estado de São Paulo"). AMARAL, Pedro Ferraz do. *Celso Garcia*. São Paulo: Martins, s. d., p. 62-3.

e os deslocamentos da imagem de Nossa Senhora tinham estabelecido ligações importantes de identidade e utilidade da via com essas regiões. A crítica do leitor em relação ao estado físico da estrada, que afirma ser indigna da denominação "avenida", dada sua conservação precária, pode ser lida também como uma queixa importante sobre algum tratamento privilegiado que pudessem estar recebendo outros espaços da cidade. A imagem das avenidas que recebiam cuidadoso calçamento e arborização das regiões centrais da cidade e de novos bairros abertos poderia instigar a percepção de uma situação inapropriada e injusta. Assim como as denúncias quanto ao emprego inadequado e desigual dos impostos pagos pelo conjunto da população, as reclamações relativas aos critérios de determinação das prioridades nas obras públicas são destacadas nos documentos redigidos em regiões como estas.

Ainda em relação ao "interesse geral": a despeito do destaque dado aqui a documentos fortemente ligados a essa noção no entendimento da cidade e da gestão do urbano, no quotidiano da dinâmica administrativa as demandas da população ligavam-se freqüentemente a outros tipos de interesses, de caráter mais imediato e particular. Como exemplo desse aspecto corriqueiro, escolho, pela coerência, novamente a freguesia de Penha: em 1906, o morador Vicente Anacleto Motta encaminha um requerimento ao Prefeito, pedindo autorização para levantar alguns paralelepípedos a fim de colocar mastros de bandeiras no começo da rua Campos Salles (atual rua Penha de França), por desejar construir um coreto sobre o pasto na praça Coronel Rodovalho (chamada atualmente Nossa Senhora da Penha). Como era habitual nesse tipo de pedido de licença, o despacho da autoridade competente é feito no verso do documento, sem maiores entraves ou debates, sendo deferido o pedido e determinado o valor do depósito das taxas correspondentes.[85] Menos significativos para estes estudos, tais pedidos referem-se mais ao funcionamento da estrutura administrativa como instituição capacitada e

[85] AHMWL-FDOP, série Obras Públicas, Caixa 516.

encarregada de regulamentar vários aspectos da vida urbana, à qual deviam recorrer os habitantes da cidade sempre que quisessem inserir suas atividades nas redes da legalidade. São menos instigantes como estudo por seu caráter obrigatório, que lhes dá uma aparência de ato mecânico e desprovido de sentido fora dos trâmites burocráticos. Mas por outro lado, a mesma repetição desinteressante de recursos como esse corrobora a percepção dos espaços da administração municipal como lugares de aglutinação de poderes e possibilidades, para o qual convergiam interesses muitas vezes conflituosos.

2 Cidades plurais: interesses e saberes sobre a cidade

"Por motivo de interesse geral"

Com a atenção voltada para as negociações entre os diferentes grupos sociais no decorrer das transformações aqui apontadas, a leitura de requerimentos e reclamações denota a constância do uso de saberes considerados científicos por diferentes grupos sociais e em função de interesses distintos, e convertes novamente o poder público em espaço de embates. Entre as discussões mais persistentes no início da gestão municipal pelo governo republicano esteve a questão dos alinhamentos de ruas e passeios, que deram margem a uma coletânea de argumentos ligados a vários saberes.[86] Entre 1900 e 1905 a Câmara foi forçada a tomar posição diversas vezes a esse respeito, sendo com freqüência interrogada sobre a definição dos direitos e critérios envolvidos. Um extenso processo relativo a esse assunto está ligado novamente aos moradores da avenida da Intendência, dessa vez residentes em regiões mais próximas ao distrito do Brás, e alcança ampla repercussão.[87] A

---

[86] A questão dos alinhamentos vinha sendo tratada pelo menos desde a década de 1860, mas sem a mesma ênfase na fiscalização e sem gerar a quantidade de recursos e reclamações das décadas seguintes.

[87] Lei n.460, de 17/04/1900, determina que os passeios laterais das ruas da cidade, a cuja construção e conservação são obrigados os proprietários dor prédios, não poderão exceder da largura máxima de 3 metros. Embora esteja no processo dessa lei, o requerimento é anterior a ela, e foi anexado ao processo para aprofundar as

mobilização mais uma vez se dá em torno de um abaixo-assinado dos moradores da avenida, circunstanciado detalhadamente em um manuscrito de cinco páginas, no qual afirmam a necessidade de fazer uso desse direito (o requerimento) por ter sido ignorado um "pedido feito verbalmente a Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Prefeito Municipal". No documento assinado por cerca de oitenta moradores é criticado o modo como se planejava realizar o calçamento da referida avenida, cujo plano então delineado e iniciado pretendia realizar o revestimento misto: com paralelepípedos até a esquina da rua do Progresso (atual rua Dr. Costa Valente) e daí em diante a *macadam*.[88] Segundo os moradores, esse plano prejudicaria a circulação na avenida, visto que a deixaria com largura de quatorze metros (entre ruas e os seus espaços laterais, para as calçadas ou passeios). Revelam-se surpreendidos com os critérios técnicos que teriam alterado a largura dos passeios de dois para mais de quatro metros "chegando em alguns pontos à largura de sete metros!"

Uma comissão de moradores havia então solicitado verbalmente a extensão do calçamento a paralelepípedos até a esquina da rua Firmiano Pinto e que se conservasse a largura das calçadas, alegando ser o plano inicial prejudicial às propriedades e ao trânsito público. Segundo o mesmo documento, o Prefeito teria concordado com a justiça do pedido e, embora negasse a possibilidade de mudar o plano, garantira a proteção da propriedade dos interessados, comprometendo-se a lhes fornecer material gratuitamente para reparo das calçadas e passeios. De fato, o

---

discussões feitas pela edilidade. Essa responsabilidade da construção dos passeios, entretanto, já existia em algumas posturas do final do século XIX. AHMWL-FCMSP,Vol.1966.

[88] O *macadam* ou macadame é um sistema de calçamento criado pelo engenheiro escocês John L. Mac Adam e largamente empregado na Europa e Estados Unidos, devido a seu custo relativamente pequeno, consistindo basicamente na escavação, preparo do leito da via, seguida pela compressão do mesmo e colocação de pedras graníticas, complementando os espaços com outras miúdas. Segundo detalhada análise do engenheiro C. Valentini, trata-se de um sistema historicamente empregado e reconhecidamente econômico, mas que necessita de criteriosa preparação do leito das vias para ser eficiente; no artigo "O calçamento da cidade de Bello Horizonte" ele detalha cuidadosamente esses critérios, comparando-o a outros calçamentos em seus aspectos técnico, econômico, higiênico e estético (*Revista de Engenharia*, vol II, n.10, abril de 1913, pp. 248-254).

texto da lei n.460 trata especificamente dessa responsabilidade em relação aos passeios, mas obrigando os proprietários a fazerem por sua conta o calçamento dos mesmos. Os requerentes, todavia, "entendendo que essa solução não evita os prejuízos alegados, sentem não poder aceitá-la e cônscios de sua justiça, reiteram o pedido feito." Assim, aparecem entremeados dois níveis de argumentação relativa a direitos: de propriedade e de eqüidade. Tanto os requerentes quanto as autoridades percebem a possibilidade de prejuízo dos envolvidos, seja financeiro ou político. A hipótese da violação desses direitos mobiliza os moradores e seus interesses privados para conseguirem uma referência legal mais justa, e exige dos poderes públicos um esforço nesse sentido. Ambos os lados percebem de alguma forma como um direito a necessidade da estrutura legal ser ou parecer justa – daí tal espaço de discussão ser entendido como lugar de mediação.

Seguem, pois, esclarecendo por que julgam prejudicial o calçamento projetado, que implicaria a necessidade de refazer serviços já executados por alguns proprietários, de acordo com os regulamentos municipais anteriores. Isso obrigaria a um "dispêndio penoso, quer pelas críticas condições de nossa vida econômica e financeira, quer pela incontestável depreciação do valor dos prédios nesta capital". Afirmam que muitos seriam obrigados a dispor de suas propriedades pela impossibilidade de refazer os calçamentos, e que os encargos não seriam proporcionais ao valor dos prédios nessa avenida. A situação encarada por moradores e edis não parece ter fácil resolução, principalmente ao se considerar o caráter geral implicado na decisão. As regras que seriam definidas sobre o calçamento e os passeios não atingiriam somente os requerentes, mas o conjunto da municipalidade. Pela dificuldade que parecem ter encontrado nessa negociação, acabam propondo, a meu ver, duas metas diferentes a serem alcançadas: uma mais imediata, capaz de liberá-los do prejuízo alegado, e outra mais abrangente, que possibilitaria a continuidade desse tipo de negociação para outras questões. Assim, além de solicitarem como providência mínima o pagamento de indenização, repetem constantemente a necessidade de se observar critérios e relações equânimes.

Considerando que sofreriam as limitações da lei, afirmam com clareza que seriam prejudicados mas concordariam com os preceitos legais "por motivo de interesse geral" – e este deveria prevalecer sobre outros eventuais.

Aliás, demonstram outras faces desse "interesse geral", retomando a idéia expressa em outros requerimentos sobre a importância da circulação, ao observarem como a implantação do calçamento projetado prejudicaria o trânsito público: "a avenida da Intendência é incontestavelmente a rua de maior movimento da capital; a principal artéria de sua circulação". De acordo com os documentos e mapas do período, a avenida teria trânsito intenso, principalmente aquele relacionado ao transporte de gêneros para o comércio, constituindo então a única via de ligação entre o centro da cidade e as freguesias e agrupamentos localizados na região leste do município, além de atravessar o populoso bairro do Brás. Assim, destacam mais uma vez o trânsito incessante da avenida, com transporte destinado ao abastecimento dos mercados públicos durante a noite, e durante o dia seu constante tráfego de *bonds*, condutores de materiais para construção, dos produtos das fábricas vizinhas, e "os intermediários de todas as relações da Penha, Guarulhos, Nazareth, Santa Izabel, com a capital". Entretanto, para esse trânsito assim descrito, o plano de calçamento elaborado pela Prefeitura reservaria o espaço de cinco metros de largura apenas, deixando nove restantes para serem ocupados com as linhas de carris duplicadas da *Companhia Viação Paulista* e *S. Paulo Tramway, Light and Power Company*.[89] E detalham criticamente: "três metros para a *Viação* sendo dois entre trilhos e um da separação das linhas; quatro da *Light*, sendo três entre trilhos e um de separação; um entre as linhas das duas companhias e o restante nos respectivos lados, separando-as do trânsito comum." Em tais condições, indagam sobre a eficiência do trânsito nessa via, questionando os representantes da administração municipal sobre a possibilidade de

---

[89] Embora o documento explicite as linhas das duas companhias, é possível que houvesse alguma confusão em relação às mesmas, uma vez que a *Companhia Viação Paulista*, versão reorganizada na década de 1890 da pioneira *Companhia de Carris de Ferro de São Paulo*, unificara vários contratos das pequenas companhias até o final da década, e em seguida tinha sido incorporada pela *Light*.

se perceber essa difícil condição da circulação. Em vez de cuidar da circulação, de acordo com a crítica dos requerentes, o plano equivocadamente aumentaria a largura das calçadas.

> [...] por que não se há de reconhecer que esses embaraços trarão prejuízos, e mais que isso, que esse leito assim delineado será futuramente, um leito de freqüentes e lamentáveis desastres? Não será temerário dizê-lo; basta considerar a velocidade dos transportes, a quantidade de veículos e a imprevidência dos seus condutores. [...] As calçadas largas fazem-se em toda a parte no interesse da segurança e da liberdade da circulação, para comodidade, garantia e facilidade do trânsito pessoal. Na Avenida da Intendência, pode-se dizer que é nenhum o trânsito pessoal, conseguintemente para garanti-lo não havia necessidade desse aumento; este, a ser feito, deveria ser de leito de rua, em virtude das exigências sempre crescentes do trânsito público.[90]

Argumentam então com ênfase ser o trânsito de veículos o que necessita de cuidado e ruas largas, e justificam a afirmação recorrendo a pareceres do médico Jules Rochard, naquele mesmo tratado sobre higiene pública mencionado na questão dos matadouros. Citam vários trechos da *Encyclopédie d'Hygiène et de Médicine Publique* na língua original, procurando legitimar tecnicamente sua argumentação.[91] Apóiam-se em Rochard e Arnauld para lembrar aos poderes públicos a necessidade de proporção entre a dimensão das grandes vias e a circulação efetiva em seu leito. Ora, em tais condições os signatários do documento acreditam que têm razão ao julgarem como insuficiente para a Avenida da Intendência a largura de quatorze

---

[90] Continuando os protestos do requerimento, no processo da lei n.460.

[91] ROCHARD, Jules. *Op. Cit.* Jules Arnauld, que também será citado pelos requerentes, é um dos colaboradores da obra, autor de um capítulo sobre a via pública, no tomo que aborda a higiene urbana; nesse capítulo, Arnauld analisa detalhadamente a rua, comentando aspectos como as dimensões das ruas, o revestimento dos calçamentos e a circulação de veículos e pedestres.

metros, considerando o trânsito que nela se opera, e concluem: "longe de se alargar as calçadas, deverá se alargar o leito, para facilidade da circulação de todos os meios de transportes."[92]

Mencionam ainda a questão do embelezamento da rua – tocando a questão estética, tão cara aos poderes públicos naquele momento, não apenas em relação às construções, mas ampliando-se para questões de alinhamentos e nivelamentos de vias publicas. Os requerentes julgam inadequada a preocupação estética naquele local, dada a irregularidade da largura da avenida em toda a sua extensão. Criticam ainda as intenções do Prefeito em relação à economia de recursos, pois para eles seria esse o objetivo ao se alargar os passeios obrigando os proprietários a executarem o calçamento. Segundo o documento, a importância da rua em relação à vida e à economia da capital "e os grandes interesses que nela transitam" deveriam provocar outras iniciativas por parte do poder administrativo, e não essa "mal entendida economia!" Acusam a municipalidade, agora apoiados por tratados de direito público, de "ofender as tradições respeitadas no modo de fazer esse serviço" e de projetarem um "ataque aos direitos e interesses dos proprietários".[93] Criticam assim o prejuízo causado pela municipalidade ao direito alheio, sem indenização, repetindo a necessidade imperiosa de não silenciar diante dessa ameaça a seus direitos.

Nesse documento, os requerentes se apresentam com ampla consciência do espaço que ocupam. Embora mais uma vez seja difícil indicar com certeza a procedência e a posição social dos signatários, é possível supor que concordassem com a forma escolhida para o embate com os poderes públicos.[94] O redator do pedido

---

[92] Cumpre observar que a largura mínima estabelecida pelas Posturas Municipais era de 16 metros (rever).

[93] Citam Jousselin. *Traité de Servitudes d'Utilité Publique*, n.58§16, pg.484, e Léon Wodon. *Traité de la Possession*, pp. 29 e 110. Este último provavelmente trata-se do amplo tratado sobe o assunto *Traité Théorique et Pratique de la Possession et des Actions Possessoires*. 2a éd., Bruxelles: F. Larcier, 1877.

[94] Entre os que assinam o documento, estão: José Perrete, Golferi Luigi, Francisco Rossi, Benedicto Joze de Lima, Augusto João Boemer, Julio Boemer, Anna Boemer,

parece familiarizado com os procedimentos formais de argüição, e se mostra qualificado para discutir com as autoridades, munido de uma série de argumentos reconhecidos, como os pareceres constantes em tratadistas. Mesmo considerando a hipótese de se tratar de um representante legal, ou seja, um advogado contratado pelos moradores para auxiliá-los na defesa de seus direitos, é significativo notar o esforço de conciliação dos argumentos técnicos com os dados observados pela experiência quotidiana na cidade. Desse modo, o alcance da longa exposição de motivos me parece ampliado em relação aos anteriormente tratados, uma vez que o requerimento demonstra conhecimento de vários ângulos da questão. Seus signatários ao mesmo tempo legitimam sua reivindicação pela vivência diária, e reforçam a qualificação para o diálogo (ou o conflito) ao parecem familiarizados com a linguagem empregada por setores dos poderes públicos e outros *especialistas*, fosse em questões relativas à higiene e salubridade do espaço urbano, fosse ao tratar de discussões do direito como ciência política.

As citações foram certamente escolhidas para estabelecer os campos em que se dariam os embates junto ao poder público: o interlocutor obrigava-se novamente a empregar pareceres, linguagem e critérios reconhecidos como técnicos, em detrimento de impressões subjetivas ou decisões aparentemente arbitrárias. No debate sobre o tipo de calçamento a ser empregado na avenida, o requerimento continua com abordagem semelhante. Contra a proposta da Prefeitura de calçamento "misto", com *macadam* e paralelepípedos, apontam os inconvenientes e as despesas com conservação da macadamização, recorrendo novamente aos argumentos de

---

Jacob João Boemer, Estella Novaes Rebouças, Inacia Leopoldina de Jesus, Camillo Giannini, Lydia Maria Quartim dos Santos, Barreiros & Del Frate, Daniel Gottlieb Kruss, José Augusto Lopes Coutinho, Dr Arthur de Castro Lima, M. Bresser, José Monteiro Pinheiro. Segundo Silva Bruno, João Boemer era produtor de vinhos e proprietário de uma cervejaria na região do Belenzinho (também servida pela avenida em questão), Madame Bresser seria proprietária de uma grande chácara no Brás. BRUNO, *Op. Cit.*, Vol. III *Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*, pp. 1115, 1117 e 1134. Como era comum entre os requerimentos, há várias assinaturas demonstrando pouca familiaridade com a linguagem escrita, havendo também entre esses alguns munícipes que assinam "a rogo" de vários outros.

Arnould e de Rochard: para ambos, o *macadam* teria sido deixado de lado em todas as cidades que o empregaram anteriormente em função dos inconvenientes da poeira e da lama, na época das chuvas.[95] E concluem: "essas opiniões bastam para comprovar os nossos conceitos a tal respeito."

O diálogo com o poder público está indiretamente expresso no processo, por meio de um parecer de quinze páginas redigido e assinado pelo diretor da Seção de Obras, o engenheiro Victor da Silva Freire, com informações sobre todos os procedimentos relativos ao calçamento da avenida em questão. Nele, o diretor informa a existência de um contrato entre a ex-Intendência de Obras e "um Bernardo Morelli" para calçamento da avenida da Intendência a paralelepípedos até a rua Bresser e a *macadam* desta ao Belenzinho.[96] Afirma que o Prefeito havia autorizado o mesmo empreiteiro a calçar também a *macadam* o trecho entre as ruas Progresso e Bresser, a fim de apressar o calçamento, tendo sido expedidas as ordens de serviço, inclusive para dimensionar as calçadas de acordo com as proporções adotadas pela Prefeitura em todas as ruas que tem calçado na cidade. Lembra a apresentação de pedidos dos moradores, encaminhados à Câmara Municipal em forma de indicações para serem discutidas, e prossegue com os esclarecimentos sobre a avenida em questão. Destaca a existência de grandes irregularidades de alinhamento na via, justificando assim o estudo feito para que o projeto de calçamento permitisse a regularização da mesma, mas nega com veemência que tenham sido projetados passeios com sete metros, como afirmaram os requerentes.

Em relação ao trânsito público e à proporção passeio-rua, afirma ainda que a dimensão escolhida é a adotada em toda parte do mundo, e reúne

---

[95] Citam longos trechos desses autores para sustentar sua argumentação, sempre em francês. A obra de Rochard nessa passagem é indicada como *Hygiène Sociale*, pág. 108, sem outras referências. Quanto a Arnould, indicam apenas como *Des Villes*, mas não pude localizar tal obra, e imagino tratar-se de um capítulo ou extrato de periódico.

[96] Empreiteiro que assina vários contratos com a Câmara, entre eles um para fornecimento de guias (contrato n.1299, em 1900) e outro para calçamentos em várias ruas (contrato n.710, de 1896), além de participar freqüentemente de concorrências para execução de empreitadas junto à municipalidade.

argumentação técnica e legal em seu favor: cita o código inglês de higiene pública, indica um artigo do código de Buenos Aires "para não citar autores nem códigos de posturas municipais européias", e anexa vários cortes transversais de ruas de grande circulação.[97] Considera as ruas escolhidas como bons exemplos para sua explanação, uma vez "que ninguém [as] desconhece, ao menos de nome", e demonstra por meio dos desenhos dos cortes a proporção existente nas seguintes vias: Boulevard de Sebastopol, Rue de Rivoli, Rue de Lyon, King Willian Street, Regent's Street, Avenida Rangel Pestana, Avenida da Intendência.[98] Fica clara a preocupação do engenheiro em responder detalhadamente aos questionamentos apresentados pela população nos requerimentos, dada a atenção que dispensa à escolha de cada exemplo e considerando-se ainda o capricho das ilustrações (são belos traços em nanquim sobre linho, com as respectivas medidas dos passeios e rua). Analisa a questão em detalhes, retomando uma citação de Rochard utilizada no abaixo-assinado, sobre a proporção entre circulação e largura das vias, propondo o exame da capacidade de circulação de algumas ruas ilustradas acima.[99] Apoiando-se nessa argumentação, afirma ser a proporção escolhida "a normal" e suas dimensões proporcionais e suficientes ao fim a que se destinam. Dá exemplos de "cidades mais modestas", como Buenos Aires, e fornece os dados aproximados do número de veículos existentes em São Paulo (pois

---

[97] O código inglês determinaria 1/6 da largura total da rua para o passeio, e fora reproduzido no Código Sanitário do Estado de São Paulo, Art. 2º. Do código argentino, cita literalmente: "Art. 149. A largura dos passeios será de 1,5 a 1,75 nas ruas que não tenham mais de 9,52; de 2,80 nas que não tenham mais de 13,85; de 3,5 nas de 17,32; de 6 metros nas de 26 a 30 metros e de 8 metros nas de largura superior a 30 metros." Os cortes transversais são belos desenhos, demonstrando as proporções em diversas ruas.

[98] Boulevard de Sebastopol (proporção dos passeios de 1/3 e 1/4), Rue de Rivoli (1/4 e 1/5), Rue de Lyon (Paris, 1/5), King Willian Street (Londres, 1/5 e 1/6), Regent's Street (Londres, 1/5), Avenida Rangel Pestana (esquina com Hipódromo, 1/5), Avenida da Intendência (esquina com a rua Firmiano Pinto, 1/5).

[99] Analisa então detalhadamente as ruas ilustradas em seus perfis; em relação a Regent's Street afirma: "durante um mês desfilaria por esta rua a maior safra de café do Estado de São Paulo", e sobre a Rue de Rivoli diz não haver embaraços de circulação, "e por ela passam a maior parte dos caminhões que abastecem os Mercados Centrais".

não há, segundo ele, dados sobre a circulação na capital até o momento), depois afirma: "são necessários todos os veículos de São Paulo transitando pela Avenida da Intendência para atingir a circulação média da Rue de Rivoli".[100]

Ainda apoiado nos os argumentos de técnicos, dialoga com os moradores, expondo seus pareceres sobre os métodos de calçamento escolhidos. Segundo ele, em São Paulo o poder público é responsável pelo assentamento das guias e os particulares pela construção dos passeios, sempre respeitando a largura marcada pelo nivelamento da rua e pela colocação de guias da municipalidade, em conformidade com a legislação vigente. Lembra que o Padrão Municipal de 1886 já estabelecia a mesma disposição, indicada na determinação de que a largura e declividade dos passeios seriam marcadas pelo engenheiro da Câmara – assertiva confirmada pela lei n.208, de março de 1896, então em vigor. A despeito disso, reclama que o padrão tem sido ignorado e a municipalidade se vê obrigada a se encarregar também dos passeios. Considera a divisão de responsabilidades o regime ideal para os calçamentos, reservando aos proprietários a possibilidade de cuidar dos passeios, pois, segundo o engenheiro, estes se julgam donos também desse espaço. Nesse ponto, a argumentação é enfática e provocativa, já que Victor Freire legitima sua argumentação recorrendo ao mesmo *especialista* apresentado pelos moradores. Lembra com ironia que esse seria o regime considerado ideal, inclusive "por um autor predileto ao redator do abaixo-assinado, Rochard". Cita o "exemplar código municipal de Buenos Aires" para concluir ser esse "o regime das cidades modernas". A ironia com que se apropria dos saberes utilizados pelos requerentes e a energia com que refuta, um a um, os argumentos apresentados, deixa ao leitor indícios das tensões envolvidas nessas escolhas negociadas.[101]

---

[100] Afirma que tirou os dados oficiais de: *Londres pelo coronel Haywood*, de 1842, de Paris da estatística municipal de 1882 e de Buenos Aires das Obras municipais de 1896.

[101] Talvez uma provocação que pudesse estar implícita nessa retomada de Rochard esteja ligada à idéia de uma certa "exclusividade" da posse de tais saberes, uma vez que se formulavam intensamente naquele momento os conhecimentos que viriam a

Victor da Silva Freire vai além e contesta, ainda nesse mesmo sentido, a acusação feita pelos moradores da avenida quanto ao ataque aos seus direitos e interesses, afirmando que a municipalidade "pretende calçar essa rua de maneira a satisfazer os interesses justos da circulação". Segundo ele, felizmente esses moradores constituem exceção, pois em todas as outras ruas em que a Prefeitura tem posto em prática "a mesma norma da boa administração" os proprietários têm sido mais receptivos, demonstrando melhor a sua "solidariedade de munícipes" e compreendendo "de forma mais inteligente os seus próprios interesses". Seria, para ele, uma questão de ponto de vista, e não uma questão de direitos legais do citadino. Sobre a segunda parte do pedido (calçamento), afirma não restar dúvida sobre as vantagens do paralelepípedo, mas é enfático ao lembrar a principal qualidade do *macadam*: é econômico. Não abre qualquer possibilidade de alterar as decisões administrativas e não se esforça para arrolar argumentos esclarecedores quando apresenta peremptoriamente o custo econômico da comodidade solicitada: atender ao pedido dos moradores custaria aos cofres públicos 59:304$000 réis.[102] A discussão não se encerra com esses argumentos, e acaba ecoando em debates da edilidade e atos legislativos. Trata-se, sem dúvida, de uma situação explícita de negociação das ações dos governantes, diante de pressões de setores da sociedade que pareciam entender a noção de interesse em sentido político, ou seja, direito de ser ouvido por aqueles que têm o direito de decidir.

Entre os documentos analisados, outros pareceres e ponderações dos vereadores focalizam as questões envolvidas de diferentes maneiras, e acabam

---

compor o repertório dos *especialistas da cidade*, numa trajetória de intersecção e ao mesmo tempo especialização desses saberes. Ligavam-se esses saberes à autoridade reconhecida da medicina e da engenharia, e certamente não deixa de ser significativa a existência dos tratados de J. Rochard aqui indicados na biblioteca da então Escola Politécnica de São Paulo (hoje Poli-USP), na qual lecionava o engenheiro Victor S. Freire.

[102] Para se ter uma idéia do valor, correspondia a metade do que fora autorizado com melhoramentos no mercado da 25 de Março pela lei n.888, de 7/4/1906, e praticamente o mesmo que custou a reconstrução da ponte sobre o Tamanduateí na Várzea do Carmo, autorizado pela lei n.907, de 2/6/1906. AHMWL-FCMSP, Caixa 49.

concluindo pela apresentação de um projeto determinando de modo certo e invariável a dimensão dos passeios, bem como a responsabilidade por sua construção e conservação. Pelo menos duas leis municipais e um ato executivo foram elaborados a partir desses embates (a n.460, já citada e a n.570, de 1902, ato n.769, de 14/6/1915), sendo especialmente expressivo desses embates o ato de 1915, pelo qual o governo municipal efetivou uma ampla revisão das determinações legais que anteriormente trataram de vias públicas, possivelmente com o objetivo de solucionar as contradições e prováveis repetições existentes em mais de uma dezena de leis, editadas entre 1895 e 1915. A intenção de estabelecer um referencial único sobre o tema é patente nesse caso, tanto pela forma empregada na redação do regulamento, quanto na citação de toda a legislação anterior referente a vias públicas da capital.[103] Consiste numa determinação ampla e ordenada em consonância com tratados então reconhecidos como científicos, nos quais o assunto abarcado é sistematicamente analisado – aliás, a ordenação dos assuntos no texto do ato se assemelha a tais tratados, seja ao dispor os itens seguindo o caminho do geral para o particular, seja por sistematizá-los como em um raciocínio.[104] São sete capítulos organizando quase uma centena de artigos, nos quais são detalhados os seguintes temas: vias públicas em geral, abertura de novas vias públicas, do calçamento, dos passeios, emplacamento e numeração, arborização e por fim as disposições penais. As determinações têm caráter geral, e parecem prever todas as situações pontuais que poderiam originar – ou já ter originado – questionamentos e embates. Determina, por exemplo, para as novas vias a serem

---

[103] Na elaboração do ato 769 são citados: o Código de Posturas de 1886 e as leis n.189, 209, 322, 475, 570, 722, 862, 956, 1355, 1601, 1666 e 1912.

[104] A forma empregada lembra vários tratados de higiene urbana, como a enciclopédia de J. Rochard, os tratados de Fonssagrives e Juillerat, entre outros. O capítulo II do Livro III de Rochard, por exemplo, escrito por M. J.Arnauld, aborda a via pública seguindo caminho bastante semelhante ao ato 769(primeiramente trata a rua, depois variantes e acessórios da via pública, conservação da via pública, circulação urbana, e por fim a polícia ou fiscalização das ruas). FONSSAGRIVES, J. B. *Hygiène et Assainissement des Villes*. Paris: J.-B. Billière et Fils, 1874. JUILLERAT, Paul. *L'Hygiène Urbaine*. Collection Urbanismme. Paris: Éditions E. Leroux, 1921. ROCHARD, Jules (Org.). *Encyclopédie D'Hygiène et de Médecine Publique. Livro III: Hygiène Urbaine*. Paris: Lecrosnier et Babé, 1891.

abertas na cidade e outras povoações do município as larguras mínimas para o passeio e o leito, diferenciando ruas, avenidas e praças.[105] Obriga a sujeição do conjunto das vias ao plano geral de alinhamento, regulando, além da largura, a direção e o nivelamento respectivos.

A princípio, o "ato-revisor" não propõe ajustes em relação ao arruamento então existente, conservando assim sua ênfase em seu caráter projetivo, na medida em que destaca a normatização relativa à abertura de novas ruas, avenidas ou praças – só pode ser feita com expressa autorização do Prefeito. Na elaboração desse ato do executivo está implícito, portanto, entre outros apontamentos de interesse singular para este estudo, o propósito de se fixar as bases do debate com setores da sociedade, e ao mesmo tempo parece ajustar as ações administrativas a prováveis pendências advindas de embates como esse da avenida da Intendência. Diante do amplo debate estabelecido com aqueles signatários e considerando-se esforços que se propunham duradouros como esse de 1915, parece-me apropriado situar a relevância das pressões nesse processo. Diferentes daqueles definidos anteriormente como *especialistas da cidade* ou ainda separados dos membros diretos do poder público, outros grupos sociais merecem sem dúvida atenção nos estudos que buscam compreender as transformações do urbano. A mobilização de moradores e comerciantes da região leste da capital e a prontidão das reações dos gestores municipais aponta igualmente para a relevância das articulações e pressões de diferentes grupos sociais nas escolhas efetivadas, na proposição de soluções para os problemas urbanos e na própria constituição histórica da cidade.

---

[105] As ruas deverão ter no mínimo 16 metros de largura, as avenidas 25, as praças 70 de largura por 100 de cumprimento (as já existentes conservação a largura atuais). Toda administração das vias ficava por conta do setor de obras. Sempre que a Prefeitura tenha que realizar obras de calçamento tornará pública, por edital, sua deliberação (pela Diretoria de Obras e Viação). O Prefeito estabelecerá para cada rua um tipo uniforme de passeio, tendo em média 1/5 da largura da rua, não podendo ser inferior a 1,80m. ou superior a 3m. o serviço de emplacamento e numeração será feito pela Diretoria de Obras e Viação (detalha as dimensões e a colocação das placas). As vias públicas da capital serão arborizadas por conta da Municipalidade, sendo feito pela Secretaria Geral, pela Administração de Jardins (e ninguém poderá arrancar ou podar as árvores que não seja esse órgão).

Por fim, a observação da ampla discussão gerada pela aguda discordância de interesses e escolhas entre moradores e técnicos do poder municipal, aqui expressa concretamente na questão do calçamento da avenida da Intendência e nas reivindicações quanto ao uso dos mercados e abate de reses, e outras situações em que se aclaram divergências e tensões entre citadinos e poder público, apontam a necessidade de entendimento detido das possibilidades de utilização dos espaços desse poder instituído como foro de debates, ou seja, a nítida experiência de cidadania. Mesmo estabelecidos indiretamente, esses debates acabam exigindo das instâncias administrativas a tomada de posição e a expressão clara de suas escolhas por exemplo, por meio da legislação ou de declarações e pareceres. Assim, procuro trazer para o campo dos embates políticos e sociais a definição de critérios técnicos para a construção de edificações, o planejamento de serviços urbanos, a ocupação dos espaços, a solução dos problemas de circulação naquele momento, dando visibilidade para as diversas apropriações e ressignificações dos saberes e práticas então reconhecidas como técnicas ou científicas.

São plurais os usos dos saberes técnicos sobre a cidade, assim como as significações e apropriações dessa cidade que emerge das transformações. Um complexo processo de inter-relações, influências e interferências, envolve diversos grupos sociais e interesses variados, sublinhando as tensões definidoras do próprio espaço urbano. Os processos das leis analisados abrem assim a possibilidade de compreensão das próprias instâncias do poder público municipal como espaços de reunião e negociação, mas principalmente de conflitos de interesses, como foro privilegiado para o qual converge uma série de embates acerca de transformações efetivas no espaço e na dinâmica da cidade. Permite assim outras aproximações históricas em relação ao espaço da cidade: considerando-o não apenas em transformação, mas intrinsecamente marcado pela tensão e pela negociação. A capital se modernizava e era redefinida nesse processo marcado por embates. Atribuir caráter inadequado, caótico, incompleto ou desviante ao se perceber os conflitos inerentes a esse processo me parece pouco esclarecedor das dinâmicas que definem a

transformação então em curso. Parece-me estar subjacente à interpretação do espaço tenso da capital *em obras* como inadequação ou desvio a noção de *crise* da cidade, tão persistente nos estudos urbanos – noção ligada a expectativas e projetos que muito provavelmente não seriam entendidos pelos contemporâneos como coesos ou indiscutíveis. A constituição da moderna cidade de São Paulo definiu-se por meio de um processo plural e conflituoso, e nessa dimensão me parece ter sido apreendida por seus habitantes que em momento algum nos registros lidos indicam ter uma leitura negativa da cidade. Ao contrário, percebem-na como espaço aberto a possibilidades.[106]

Não apenas Penha de França, mas Tamburé, Osasco, Freguesia do Ó, Água Branca, Perdizes, Santana, Bom Retiro, Santa Cecília, Campos Elíseos, Vila Buarque, Bela Vista, Luz, Liberdade, Vila Mariana, Tatuapé, Belenzinho, Pari, Brás, região central: as ponderações, queixas e pedidos partiam de todo o município. Relacionam-se aos mais diversos interesses, reúnem e opõem grupos variados, e chamam a atenção pela constância e insistência das solicitações. Assinalam a ampliação das pressões de grupos sociais, apoiados em saberes e direitos reconhecidos socialmente. Essas diferentes forças localizadas no espaço da capital paulista mobilizam-se em torno do poder público – e também da imprensa local – e atuam na observação dos problemas urbanos, na projeção de soluções e mesmo na contestação das mesmas na passagem do século XIX para o XX. Nesse sentido, não há na participação de setores mais amplos os limites de uma cidadania restrita à possibilidade da participação eleitoral, à busca de evidentes revoltas, ou à estrita

---

[106] Nesse sentido, minha interpretação se opõe, por exemplo, interpretações como a de Regina Silva, que parte da leitura de projetos de engenheiros-urbanistas comparando-os aos projetos culturais dos modernistas para com isso mostrar a constituição de uma imagem de São Paulo Moderna. Para ela, as reformas urbanas são importações traduzidas, elitistas, "resultantes das relações de dominação estabelecidas no país, que deixam de levar em conta as reais necessidades dos habitantes como um todo, optando por organizar uma cidade para o avanço do capital e excluindo dos benefícios urbanos a ampla maioria da população." Assinala assim tratar-se de um país "sem povo" no qual os intelectuais se auto-designam organizadores da sociedade. SILVA, Regina Helena Alves da. *São Paulo, a Invenção da Metrópole*. Tese (Doutoramento em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

organização sindical; há espaços mais abrangentes para essa participação, à medida que os habitantes se percebem como parte da cidade. [107]

Dessa forma, busco recuperar a relação da população com a política e com o Estado, mesmo que não seja através de turbas urbanas, movimentos organizados ou, para usar uma expressão mais recentemente empregada, como sociedade civil organizada. A ausência de institucionalização ou de metas revolucionárias das reivindicações não diminui a importância das mobilizações e não retira seu caráter de conflito, bem como não as tornam invisíveis na dinâmica política daquela sociedade. Não são protestos populares urbanos propriamente ditos, ou multidão em barricadas, como talvez o pesquisador engajado tivesse desejos inconfessáveis de encontrar, mas constituem seguramente uma face importante da própria noção de cidadania para os contemporâneos e para os estudos sobre o período. Se hoje entendemos grupos de moradores do Brás ou da Penha como politicamente subalternos, creio que os indícios aqui apontados indicam certos limites em lhes atribuir essa autoconsciência. A cidade e as políticas urbanas abriam-lhes possibilidades, pelas quais lutavam. Não violavam leis, recorrendo a ações violentas, mas buscam vias legitimadoras para seus direitos. Percebem a dimensão do direito à cidade: ou seja, que viver na cidade não é outra coisa senão se inserir numa rede de práticas contratuais e relações formais, e assim ter direito à cidade significa a

---

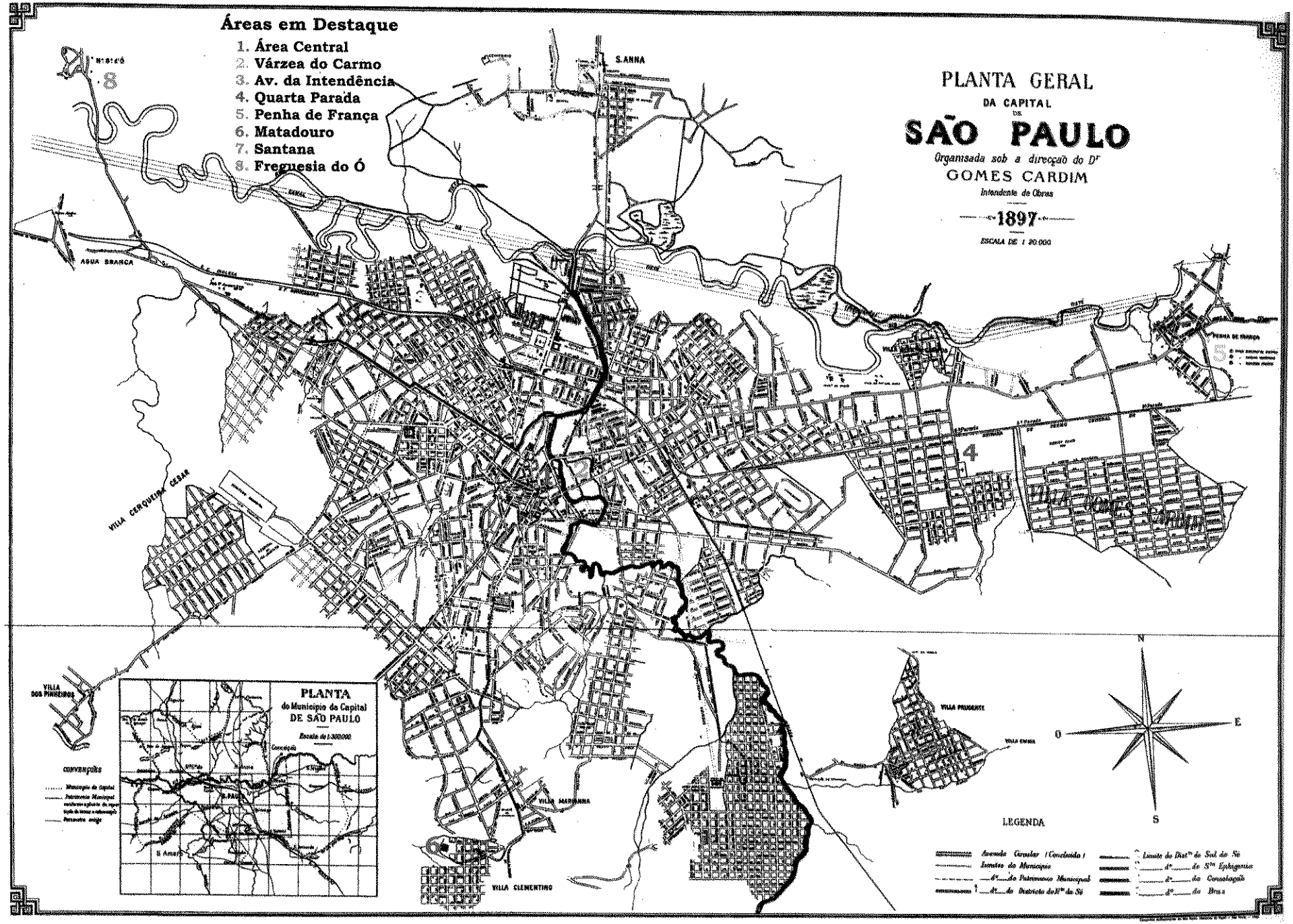
[107] A perspectiva de estudo da qual busco diferenciar-me está expressa em grande parte dos ensaios reunidos por Kowarick, em que os autores buscam, em geral, formas organizadas de reivindicação social como as maneiras legítimas de expressão e participação dos cidadãos. Também as concepções de cidadania de Carvalho, mencionadas ao longo do capítulo e indicadas principalmente em *Os Bestializados* são contestadas na abordagem que apresento, visto que esse autor analisa as ações do cidadão sempre em função do posicionamento oficial, concebendo como formas legítimas de participação aquelas organizadas e legalmente aceitas pelo Estado, ou de forma negativa, as revoltas populares. KOWARICK, Lúcio (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; _____ "Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil" *Revista de Ciências Sociais*, 32:3, 1989, pp. 265-280, além do texto citado do autor, de 1996.

reivindicação do direito ao direito, o acesso à participação em uma cidade contratual.[108]

Observação: o mapa a seguir está disposto entre dois capítulos que remetem o leitor ao espaço da cidade em diversas passagens, e visa assim situar as referências apresentadas, tendo como base um levantamento relativamente contemporâneo aos eventos narrados. Foi reproduzido a partir de: *Planta Geral da Capital de São Paulo.* Organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras, escala 1:20.000, 1897. In: SÃO PAULO (cidade), Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade* – Serviço de Comemoração Cultural, São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1954.

[108] A partir das reflexões de ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. *Penser la Ville. Choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE


Áreas em Destaque
1. Área Central
2. Várzea do Carmo
3. Av. da Intendência
4. Quarta Parada
5. Penha de França
6. Matadouro
7. Santana
8. Freguesia do Ó
PLANTA GERAL
DA CAPITAL
DE
SÃO PAULO
Organisada sob a direcção do Dr
GOMES CARDIM
Intendente de Obras
1897
ESCALA DE 1:20.000
S.ANNA
AGUA BRANCA
VILLA CERQUEIRA CESAR
VILLA MARIANNA
VILLA CLEMENTINO
VILLA PRUDENTE
PENHA DE FRANÇA
PLANTA
do Municipio da Capital
DE SÃO PAULO
Escala de 1:300.000
LEGENDA
N
S
E
O

"Qual é o fim da associação política? A conservação e a prosperidade de seus membros. E qual é o melhor sinal de que se conservam e prosperam? Seu número e população. Não é, pois preciso buscar tão longe esse signo tão discutido. O governo sob o qual, sem meios estranhos, sem naturalização, sem colônias, os cidadãos desenvolvem-se e multiplicam-se mais é infalivelmente melhor. Aquele sob o qual o povo diminui e perece, é pior. Calculistas, vossa missão se reduz a contar, medir e comparar." Jean-Jacques Rousseau[1]

II. QUESTÃO URBANA: SALUBRIDADE E CIDADANIA

O meio urbano modifica-se amplamente no século XIX. O espaço conhecido, apreendido conceitualmente por médicos e engenheiros ou pelos governos que procuram administrá-lo, a cidade percebida e vivenciada pelos habitantes, o meio social e político tenso e conflituoso, enfim, a experiência urbana transforma-se então intensamente. Nesse processo, tem papel destacado a percepção da influência profunda do ambiente físico da cidade sobre o bem estar individual, e também da dependência, em grande parte, da saúde em relação às condições sanitárias do meio urbano. Por outro lado, a demanda constante por saberes capazes de solucionar os novos problemas também aguça sensibilidades diferentes, não só ligadas a *especialistas*, mas à experiência na cidade de modo geral. Assim, tais

---

[1] ROUSSEAU, Jean-Jacques. O *Contrato Social: princípios de direito político*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. (trecho do Livro III, capítulo IX: Caracteres de um bom governo, p. 97).

percepções mobilizaram outras apreensões e motivações de grupos plurais no espaço da cidade, bem como alteraram a percepção objetiva e subjetiva da mesma.

A dimensão de cidade – terminologia duradoura, embora claramente limitada para prosseguir nomeando as complexas aglomerações urbanas que se expandiram também espacialmente, principalmente desde o século XIX – alterou-se sensivelmente, do ponto de vista da vivência cotidiana, e também como apreensão objetiva. Abarcar a experiência urbana tornou-se aos poucos uma tarefa mais complicada, em função de amplas alterações que foram sendo empreendidas nas formas de construir, gerir e observar a cidade, e também nas maneiras de intervir, atuar e viver nela. Dar conta de sua amplitude formal e simbólica, principalmente daquelas que adquirem grandes proporções, aos poucos passou a pressupor o conhecimento de um conjunto de saberes e práticas ligados a novas percepções do/no espaço, novas formas de gestão política e social do urbano, diferentes maneiras de apreender o passado e os projetos para a cidade. Em grande parte a percepção de um certo desconforto na vivência dessa complexidade contribui para a persistente percepção do urbano como espaço *em crise*, uma apreensão que perpassa as observações, as análises e os projetos de cidade pelo menos nos últimos dois séculos.[2]

---

[2] Não é recente, certamente, a constituição da idéia de crise em torno do urbano. A literatura talvez tenha sido a primeira área a registrá-la, já diante dos primeiros impactos das cidades industriais no século XIX, juntamente com os relatos sobre as condições de vida dos operários (como a narrativa emblemática de Engels, por exemplo, descrevendo cidades industriais inglesas) e os primeiros projetos de superação dos problemas urbanos com projetos "utópicos" (analisados, por exemplo, por Chaoy) ou ainda um projeto singular que levava em conta a tomada de consciência da abrangência dos problemas da cidade, com conseqüências mais significativas e duradouras na reflexão sobre a cidade do que propriamente nas intervenções práticas (Geddes e Mumford, por exemplo), além dos anteriormente citados Benjamin e Simmel, que se voltam para os impactos das grandes cidades para as sensibilidades, com uma percepção aguda dos efeitos da vida moderna nas cidades. Choay, percebendo-a em estudos de amplo alcance, assinala indícios de mudanças amplas na própria definição de cidade. Devo ainda lembrar a mesma noção presente em todo o projeto de Ansay e Schoonbrodt de busca da cidade nas reflexões da filosofia. ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. *Penser la Ville. Choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989; CHOAY, Françoise. "O Reino do Urbano e a Morte da Cidade". *Projeto História*, nº 18, 1999, pp.

Não pressuponho, é bom lembrar, que o crescimento demográfico e espacial da cidade, bem como o incremento dos equipamentos urbanos de infra-estrutura e serviços, possam ser causa das demais transformações das cidades, no campo dos conhecimentos, das políticas públicas, das relações sociais ou das sensibilidades. Tal concepção pouco contribuiria para o entendimento do processo em curso, à medida que naturaliza as transformações e explica suas conseqüências através de uma mera relação de causalidade pouco esclarecedora. Na verdade procuro dar relevo ao emaranhado complexo de questões que reformularam inteiramente o urbano, vinculando-o a novos saberes e experiências que lidavam com novas relações sociais, a novas práticas cotidianas, a diferentes possibilidades políticas, ou seja, a um conjunto de novas dinâmicas urbanas que constituem a *modernidade* das cidades.[3] Sem poderem desligar-se do debate político, essas "portas conceituais", conforme proposição de Bresciani, criam novas formas de entrada no urbano, permitindo que a cidade moderna mantenha sua função de controle, defesa e ordenação do espaço, anteriormente exercida pelas muralhas. Sua assertiva quanto às bases da temática urbana é inspiradora destas reflexões: "a questão urbana se

---

67-90 e da mesma autora *Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1998; ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975; GEDDES, Patrick. *Cidades em Evolução*. Campinas: Papirus, 1994; MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes, 4ª edição, 1998; SIMMEL, Georg. "A Metrópole e a Vida Mental" In VELHO, Otávio Guilherme (Org.) *O fenômeno urbano*. RJ: Zahar, 1976, 3ª edição; BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)". *Revista Brasileira de História*, nº 8/9, 1984/1985, pp. 35-68; TOPALOV, Christian. "Os Saberes Sobre a Cidade: tempos de crise?". *Espaço e Debates*, nº 34. São Paulo: NERU, 1991, pp. 28-38.

[3] Como indica Bresciani na sugestiva metáfora das portas conceituais, o momento em que a cidade se problematiza é atravessado pela questão técnica e pela questão social, além de ligar-se intimamente à formação de novas sociabilidadades e sensibilidades, e à percepção da cidade como lugar da cidadania, da história. BRESCIANI, Maria Stella Martins. "As sete portas da cidade". In: *Espaço e Debates*, n.34. São Paulo: NERU, 1991, pp. 10-15. As idéias que norteiam esse texto foram retomadas pela autora e ampliadas em outro, que reelabora a imagem das portas conceituais da cidade: "Cidade e História". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 16-35.

estrutura no e pelo debate político", em solo tenso e conflituoso. Procuro, pois, apreender a cidade sem restringir-me à observação da materialidade urbana, mas percebendo-a como um dos registros desse intenso processo de transformações – registro privilegiado, dadas as relações e interesses nele implicados.

Assim, no âmbito da complexa questão urbana, alguns problemas relativos às cidades parecem ter tido uma tendência a mobilizar mais e maiores grupos sociais, inclusive em certo sentido irmanados em prol de soluções de modo a prevalecer até mesmo convergências, em detrimento das dissonâncias, em certas circunstâncias. Tais mobilizações tendem a se tornar especialmente amplas e persistentes à medida que o crescimento e as transformações visíveis no espaço da cidade se intensificam, trazendo à tona aspectos destacados na problemática urbana. A discussão dessa temática toma corpo na cidade de São Paulo sobretudo na abordagem dos desconfortos percebidos na cidade no tempo das chuvas, da constante inquietação de vários grupos sociais a respeito da higiene urbana, pública ou particular, e ainda ao ser exposta certa vulnerabilidade daquele espaço através da precariedade física de habitações. Essas mobilizações constituem mais que preocupações sanitárias, na medida em que revelam mudanças profundas na apreensão e experiência urbana e deixam entrever o campo de tensões político e social em que se desenrolam.

1. Problemas urbanos: pelas condições vitais da cidade

Mobilizações em torno das águas

Em 1881, o conceituado jornal paulistano *O Estado de São Paulo* (naquela época, *A Província de São Paulo*) publicou uma série de artigos denominada "Melhoramentos Materiais - O novo abastecimento d'água da cidade de São Paulo", analisando sistematicamente os assuntos relativos à gestão da água, abordando seus benefícios e utilidades para a economia, higiene e salubridade da capital. A série tratou longamente a temática, esclarecendo os aspectos naturais e técnicas disponíveis, os cuidados necessários para o fornecimento de água, propondo critérios para a análise do regime pluvial da região e precauções em relação ao risco de infiltração de fossas e tubulações de gás, questionando a necessidade de cobrança pelo uso da água (por tratar-se de um recurso natural e principalmente pela nulidade das leis de mercado no caso de um monopólio), além de revelar certo pioneirismo ao reivindicar cuidados com a preservação da arborização na região dos mananciais.[4]

No decorrer daquela década e principalmente nas duas seguintes, temáticas relativas às obras e benfeitorias urbanas mereceram grande atenção de vários grupos, com significativo relevo nos veículos da imprensa paulistana. Por exemplo, menos de dez anos depois dessa série, em 1890, mais um jornal prestigiado da capital, o *Correio Paulistano*, publicou outro conjunto de artigos sobre os chamados melhoramentos, dessa vez assinado pelo engenheiro Adolpho Augusto Pinto. Ele destacava a importância de obras direcionadas às condições higiênicas da cidade,

---

[4] "Melhoramentos Materiais - O novo abastecimento d'água da cidade de São Paulo", série publicada entre março e dezembro de 1881 em *A Província de São Paulo* (AEL, MR/0330). Em relação à arborização, é interessante notar o pioneirismo da preocupação, quando o autor afirma ter analisado as qualidades naturais e carecer ainda de análises dos meios técnicos para o estabelecimento de um sistema que permitisse um elo natureza-homem. Por fim, lamenta com humor que os governantes releguem o assunto e deixem que o "sagrado ministério da Providência Divina cuide da preservação da arborização".(em 21/05/1881)

indicando critérios para a canalização de esgotos, recolhimento de lixo, alinhamento de ruas, drenagem e ajardinamento de praças, e também lembrava a importância da arborização para o saneamento urbano. Embora não haja identificação de autoria na série de 1881, há várias semelhanças, inclusive na ênfase de ambos à questão da gestão das águas ou mesmo ao se considerar o tipo de enfoque dado à temática. Ambos pretendem analisar objetivamente a questão, pressupõem interlocutores informados tecnicamente e possivelmente entendem os problemas urbanos sob a ótica de *especialistas* – e não seria surpreendente que também o primeiro texto fosse assinado por um engenheiro.[5] No caso da série de 1881, a análise do autor é abrangente e tangencia assuntos de importância singular na sociedade, e nesse sentido se destaca sobretudo pela tentativa, renovada a cada artigo, de manter a discussão sobre o abastecimento para o campo dos critérios científicos.

O provimento de água era uma questão de difícil resolução e foi muito debatida em São Paulo, principalmente no decorrer do século XIX, acentuando-se a partir de meados da década de 1860 após uma fracassada tentativa de estabelecimento do serviço regular de abastecimento na capital.[6] As primeiras obras de vulto nesse sentido foram efetivamente iniciadas apenas em 1880, e sofreram diversos atrasos devido às "contínuas chuvas que caíam na Serra", segundo exposição do engenheiro fiscal em 1883. A mesma informação indica que o

---

[5] A série "Melhoramentos Municipais", publicada nos meses iniciais de 1890 no *Correio Paulistano*, é analisada por Segawa, que considera pioneiras as preocupações ecológicas do engenheiro, além de chamar a atenção para as propostas de Adolpho Augusto Pinto como provável primeiro plano de melhoramentos urbanos para a capital. SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na Passagem do Século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, terceira parte.

[6] O primeiro contrato estabelecido pela Assembléia Provincial paulista é de 1854, pelo qual Felício Ribeiro dos Santos e Carlos Rath forneceriam 80.000 medidas de água diariamente e construiriam quatro chafarizes novos na capital, canalizando águas do morro Caguassu. Sem obter sucesso e arrastando uma disputa jurídica sobre indenizações até 1866, a empreitada acabou adiando as decisões sobre os mananciais disponíveis e a forma de se atrair investimentos para o setor. Há indicações sobre esses fatos nos trechos dos relatórios e mensagens dos presidentes da província selecionados por EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. São Paulo: Seção de Obras d' *O Estado de São Paulo*, 1927, volume I, p. 404, 437, 459.

abastecimento funcionava regularmente nessa época, contudo os moradores parecem continuar julgando o serviço como insatisfatório até meados da década, considerando frustrante que parte dele continuasse baseado principalmente no abastecimento de chafarizes, ou ainda porque os sistemas postos em prática para abastecimento domiciliar causassem dificuldades financeiras "aos menos favorecidos de recursos, por serem mui dispendiosos".[7] É possível supor, além de aspectos financeiros ou eventualmente questões técnicas relativas à distribuição domiciliar de água, que parte desse descontentamento se ligasse também a circunstâncias mais subjetivas, como as novas atitudes necessárias para o aproveitamento do benefício, e mesmo um certo desconforto contraditoriamente gerado por esse novo conforto que entrava nas casas.

Não há dúvidas, pelos registros de setores das elites paulistanas no período, como periódicos diários e relatórios administrativos, de que havia uma grande expectativa em torno do estabelecimento de um abastecimento de água regular, mas talvez essa mesma idéia não fosse partilhada como uma necessidade pelas maiorias, ou ainda que essa expectativa não correspondesse à vivência diária dos supostos benefícios de tais obras. É importante lembrar que o novo equipamento implicava certamente em significativas e permanentes alterações nos hábitos da população, nos usos de espaços de sociabilidade da cidade (como os chafarizes) e na própria compreensão da relação das pessoas com a água.[8] Outro aspecto relevante diz

---

[7] Os dois sistemas usados para distribuição de água aos domicílios eram o de penas e o hidrômetro, e as indicações estão na exposição informada à Assembléia Legislativa pelo presidente da Província Francisco de Carvalho Brandão, em 1883. O engenheiro Adolpho Augusto Pinto, comentando sua experiência com a questão do saneamento ao trabalhar na *Cantareira* na época de sua implantação, faz uma observação interessante acerca das alterações nos hábitos dos habitantes: "*Quanto a esgotos, o que havia não passava do primitivo sistema de fossa fixa aberta no quintal da casa. Nestas circunstâncias é fácil compreender quão radical foi a mudança a haver nos hábitos inveterados da população e quanto esforço foi preciso empregar para conseguir que fossem geralmente aceitos os dois importantes melhoramentos.*" PINTO, Adolfo Augusto. *Minha Vida (memórias de um engenheiro paulista)*. Coleção História. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1970, p. 26. EGAS, *Op. Cit.*, p. 576-590.

[8] Uma interessante análise da separação do gestual e das relações dos corpos com a água, diferente quando se trata de chafarizes e torneiras, é feita por SANT'ANNA,

respeito à percepção das possibilidades técnicas – como viabilizar a condução de água limpa e cristalina em abundância da serra à cidade – vistas como ferramentas de domínio sobre instabilidades da natureza: controle do regime das águas, dos hábitos dos homens, da higiene doméstica, da salubridade urbana. Pode-se notar, assim, o papel desse tipo de obra na separação racional e prática (concreta) das dimensões humanas e naturais, talvez sintetizada na apreensão técnica e objetiva do espaço proporcionada pelos mapas, por exemplo.[9]

Em meados do século, mesmo antes da difusão ampliada de teorias bacteriológicas, precauções sanitárias tinham colocado na ordem do dia a necessidade imperiosa da gestão dos fluidos nos centros urbanos. Na Inglaterra as pesquisas sobre as condições sanitárias e as leis resultantes de tais preocupações, com papel preponderante do advogado Edwin Chadwick, vinham apontando uma série de medidas reguladoras e saneadoras (principalmente direcionadas às moradias dos grupos mais pobres, relacionando saúde pública e reformas sociais), na década de 1840. Na década seguinte, as grandes obras de Paris empregaram altas somas e energias na projeção e construção de uma cidade subterrânea de canais para escoamento dos esgotos, ao lado de outras ações semelhantes em outras cidades francesas. Nos Estados Unidos as discussões sobre o abastecimento de água e a constituição de redes de esgotos tinham se intensificado desde a década de 1830, e até 1870 localidades como Chicago, Providence, Boston, Cincinnati e Indianápolis, além do Brooklyn e New Haven, já contavam com redes subterrâneas de esgoto, sendo o suprimento de água então bem difundido em várias cidades norte-americanas. No Rio de Janeiro a rede de esgotos foi implantada a partir dos investimentos da

---

Denise Bernuzzi. "O Corpo na Cidade das Águas: São Paulo (1840-1910)". *Projeto História*, nº 25, 2002, pp. 99-114.

[9] A Planta da cidade de São Paulo de 1881, por exemplo, foi elaborada pelo engenheiro londrino Henry Batson Joyner, que era responsável pelos trabalhos técnicos da *Companhia Cantareira e Exgottos* e fez esse levantamento em função das obras da empresa.

Companhia The Rio de Janeiro City Improvements Limited na década de 1860, e o sistema de abastecimento de água corrente em 1870.[10]

Nesse contexto, depois de insistentes discussões e pressões para solução do problema do abastecimento de água na capital paulista, a *Companhia Cantareira e Exgottos* assinara o primeiro contrato com a Assembléia Provincial em 1875, e parecia ainda envolvida em debates enquanto realizava suas atividades. A Companhia ainda não tinha concluído suas obras sequer na área central quando a série de artigos de *A Província* foi publicada questionando parte de seus projetos.[11] Além dos aspectos já indicados, o autor das críticas apresentou outras análises de caráter técnico, primeiramente acerca do volume de água necessário ao abastecimento de uma cidade, apontando exemplos de várias localidades e referências de *especialistas* europeus, levantando dúvida sobre os cálculos feitos pela Cantareira para a capital.[12] Aparentemente procurando desviar o centro do debate das políticas de interesses em

---

[10] Para Inglaterra, ver: BÉGUIN, François. "As maquinarias inglesas do conforto". *Espaço e Debates*, n.34. São Paulo: NERU, 1991, e FINER, Samuel Edward. *The Life and Times of Sir Edwin Chadwick*. London: Methen & Co. Ldta., 1980 (First Published in 1952). Para a França: PICON, Antoine. "Racionalização técnica e utopia: a gênese da haussmannização". In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.) *Cidades Capitais do Século XIX*. SP: Edusp, 2001. Para cidades americanas: MELOSI, Martin V. *The Sanitary City: urban infrastructure in America from colonial times to the present*. Baltimore-London: The Johns Hopkins University Press, 2000, cap. 5. Alguns apontamentos sobre as teorias mesológicas e bacterianas no campo do saneamento das cidades, ver: ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. "Projetos e Obras do Engenheiro Saturnino de Brito para Campinas em fins do século XIX".In *Oculum Ensaios – Revista de Arquitetura e Urbanismo*. 2, Campinas: FAU-PUC, jan. 2002, pp. 10-23. Para o Rio, ver o verbete Higiene de VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

[11] Em 1869 já se propunha o uso dos ribeirões da região da Serra da Cantareira, mas durante toda a década de 1870 há notícias de carências no abastecimento em toda a cidade, seguidas por observações do governo quanto ao andamento dos estudos para formação de uma empresa. A Companhia finalmente formada assinou três contratos antes de iniciar as obras (1875, 1877 e 1879), atrasando ainda mais a solução da questão, e a conclusão das obras se deu em etapas, sendo consideradas concluídas e recebidas pelo governo provincial apenas em 1887. EGAS, Eugênio. *Op. Cit.* p. 471, 486, 507. Sobre a *Companhia Cantareira e Exgottos*, ver as páginas: 547, 576, 590, 646, 677.

[12] Cita H. Darcy (*Les Fontaines Publiques de Dijon*) e Debauve (*Manuel de l'Ingenieur*), *A Província de São Paulo*, 30/03/1881.

que certamente se envolvia, mas sem ignorá-las, reúne citações de tratados de higiene estrangeiros e nacionais para propor critérios de análise das condições de salubridade da água e sua procedência, além de recorrer aos saberes médicos e às análises químicas para dar indicações da potabilidade da mesma.[13] Vale lembrar, contudo, que ao lado dos argumentos de fundo científico o autor também reserva autoridade à observação empírica, quando afirma ser indiscutível a qualidade da água pela simples verificação da sobrevivência dos habitantes ribeirinhos. Assim, mesmo sem constituir um rigoroso tratado sobre o assunto, e mesmo considerando-se a ausência de indicação de autoria da série, as observações não deixam dúvidas sobre o lugar em que pretendia se colocar: um debate norteado pelos saberes científicos, elevando a questão à posição de importância vital para a cidade.

> Trata-se, pois, de um agente de vida, asseio e conforto, quer em particular, quer em geral, em cada uma de suas aplicações, igualmente necessário ao bem estar material, claro é que [para] preencher convenientemente os fins variados a que se destina, diversas devem ser as condições a que tem de subordinar-se um sistema regular de abastecimento d'água a uma cidade.[14]

Procura, assim, vincular a argumentação longamente apresentada, praticamente sincronizada com a instalação da *Companhia Cantareira*, a dois campos de interesses que despertavam a atenção de numerosos grupos sociais naquele

---

[13] Sobre a higiene da água, cita Michel Levy (*Hygiène Public et Privée*) e Baptista dos Santos (presidente da Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro), em 24/02/1881. Comenta todos os procedimentos de análise química feitos por Augusto Telles na Escola Politécnica e pelo farmacêutico Schaumann (Henrique, foi vereador e membro da Comissão de Higiene da Câmara em 1892), pelos quais se verificam a qualidade da água, mas retoma Michel Levy para afirmar a insuficiência das as análises químicas, devido a reações envolvidas no consumo da água (em 30/04/1881). Sobre Schaumann, ver AYROSA, Plínio. "Nomenclatura das ruas de São Paulo – letras H e I". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura, ano IV, Vol. 39, setembro de 1937, p. 126.

[14] "Melhoramentos Materiais - O novo abastecimento d'água da cidade de São Paulo" - II. *A Província de São Paulo*, 22/03/1881. Na mesma edição, há uma nota referindo-se ao início das obras da *Companhia Cantareira e Exgottos*. (AEL, MR/0330)

momento: o bem estar da coletividade e as "conquistas da higiene pública", em suas palavras. Cita as obras gerenciadas pelo Barão de Haussmann na capital francesa para justificar o caráter imprescindível do escoamento e tratamento adequado dos esgotos da cidade, e propõe examinar as condições do programa esboçado pela citada companhia, acenando para uma certa carência dos projetos da empresa nesse aspecto. A menção às obras de infra-estrutura de Paris no século XIX é sintomática das estratégias dos artigos, considerando-se a recorrência a tratados especializados e a eventos amplamente conhecidos pelas elites letradas da capital. Por isso mesmo a referência é indicativa dos interlocutores que pretendia alcançar, mais uma vez focando os critérios reconhecidos pelos esses contemporâneos como gabaritos científicos para tratar a questão dos fluidos.

Apesar da urgência da discussão sobre o abastecimento, motivada pelas constantes crises no setor naquele momento e pela formação da empresa para este fim, o autor não desviou a atenção daquilo que parecia sintetizar a relevância do assunto, que era a questão do saneamento – temática central nos debates sobre gerenciamento urbano e um dos elementos instigadores da constituição de uma ciência urbana no século XIX ocidental. O fato de tentar claramente deixar em segundo plano as discussões reconhecidas diretamente como disputas políticas, em sentido estrito, poderia imprimir certa aura de neutralidade aos comentários. Sem manifestar posição política ou emitir opiniões passíveis de serem interpretadas como impressões subjetivas sobre os problemas tratados, o autor aparentemente deixa tais tarefas ao leitor desses artigos, permitindo-lhe a percepção das vinculações das opções descritas com suas vivências cotidianas. Assim, informado pelos argumentos apresentados e sensibilizado pelas mudanças cotidianamente percebidas, o leitor poderia, entre uma coluna e outra, relacionar aqueles elementos ligados a pensamentos abstratos – como a análise química do caráter potável da água – a outros problemas bastante concretos, como a escassez freqüente no abastecimento ou os desconfortos acarretados na época das chuvas, vivenciados e também noticiados criticamente pela imprensa.

Um edital de *A Província de São Paulo* de maio daquele mesmo ano, por exemplo, cumpria um papel crítico mais próximo às impressões subjetivas do leitor, denunciando com veemência as condições das ruas da capital: "Estamos outra vez com a cidade coberta de lama." Ainda direcionava a crítica ao poder público, simulando ironicamente a satisfação em partilhar as dificuldades então percebidas com as autoridades governamentais: os vereadores, deputados, ex-presidentes provinciais também receberiam os borrifos nas ruas. "É tempo de termos verdadeira administração municipal e provincial."[15] Tendo contato com essas posições críticas, tomadas a partir de perspectivas diferentes, os grupos letrados teriam a oportunidade de formar suas opiniões sobre a temática do abastecimento e saneamento da cidade, tendo como base, além dos comentários lidos, a própria situação vivenciada pelo conjunto da sociedade em relação às condições sanitárias da cidade. A análise do assunto, assim, escaparia ao controle dos *especialistas* e administradores, e o debate a respeito da situação e das soluções possíveis poderia aproximar-se de setores mais amplos da sociedade.

> Hoje vamos reclamar providências da Câmara e do Governo Estadual sobre o esgotamento das águas em diversos lugares do Brás. [...] Com as últimas chuvas que abundantemente têm caído nesta cidade, alagando lugares mais baixos, como a Várzea do Carmo, Cambuci e até muitas ruas centrais do Brás (não falando das mais afastadas), os habitantes desses mesmos lugares têm sofrido avultados prejuízos. O Tamanduateí, com seu transbordamento, tem concorrido imensamente para o alagamento de quase todo o Cambuci e uma grande parte das ruas Caetano Pinto e Carneiro Leão. Sendo imprescindível, pois, que o Governo dê providências para que as suas águas tenham a mais franca expedição.[16]

---

[15] *A Provincia de São Paulo*. Edital de 03/05/1881. (AEL - MR/0330)

[16] "Em prol do Braz", *Folha do Braz*, n.101, 10/2/1901, (AEL - MR/0195).

As águas aparecem mais uma vez gerando inquietações, agora em outra versão da problemática sanitária, lembrada por um periódico semanal preocupado com as conseqüências das chuvas na capital, na entrada do século XX. O quadro de danos materiais e ameaças à salubridade do ambiente urbano relaciona-se, nessa contundente reclamação, à polêmica Várzea do Carmo, nas terras baixas atravessadas pelo rio Tamanduateí com suas margens então inundáveis, e aos problemas de saneamento gerados pelo defeituoso calçamento das ruas do populoso bairro do Brás. As ruas Caetano Pinto e Carneiro Leão abrigavam então várias habitações consideradas insalubres – os cortiços – e freqüentes doenças, de acordo com os registros da estatística Demógrafo-Sanitária, que anotava mensalmente o movimento meteorológico e populacional (nascimentos, óbitos, casamentos) da cidade, buscando mensurar os dados para o controle sanitário da capital.[17] É curioso observar que a seção demográfica funcionava no edifício da Diretoria do Serviço Sanitário do Estado situado justamente em frente à Várzea do Carmo naquela época, certamente constituindo um local privilegiado para o exame detalhado do populoso bairro do Brás, contíguo às margens alagadiças, e para a observação dos danos causados pela "estação chuvosa", como diriam os contemporâneos.[18]

---

[17] As duas ruas, de acordo com documentos reproduzidos por Mota, concentravam grande parte dos registros de moléstias no bairro (MOTA, André. *Tropeços da Medicina Bandeirante. Medicina paulista entre 1892 e 1920*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH-USP, 2001). O próprio jornal cita a demografia sanitária para chamar a atenção das autoridades para a relação das moradias consideradas com as estatísticas de mortalidade de crianças. "Cortiços em S. Paulo I", *Folha do Braz*, publicados duas vezes: números 89 e 90, de 12 e 19/11/1899, respectivamente (AEL, MR/0195). Na mensagem de 1905 do governador Jorge Tibiriçá à Assembléia Legislativa, há menção à seção de estatística, afirmando terem sido iniciadas publicações de boletins hebdomadários da Capital, de Campinas e Santos, e a distribuição do Anuário Estatístico de 1904, que existiu pelo menos entre 1900 e 1909. EGAS, E. *Op. Cit.*, vol II, p. 178.

[18] A Diretoria do Serviço Sanitário funcionava na rua Florêncio de Abreu, em frente à Várzea do Carmo, na passagem do século XIX para o XX, conforme informa Alfredo Moreira Pinto em *A Cidade de São Paulo em 1900, impressões de viagem*. Coleção Paulística. 2ª. edição fac-similar. São Paulo: Governo do Estado, 1979 (1ª. edição pela Imprensa Nacional, 1900), vol. XIV, pp. 92-93.

De maneira geral, vários documentos referem-se aos terrenos "paludosos" e miasmáticos da Várzea desde meados do XIX, quando foi intensificada a percepção da região como um problema sanitário e estético.[19] O Tamanduateí estava então integrado à paisagem urbana e, contudo, perturbava severamente o cenário da capital por causa de seu leito sinuoso e descontrolado, sujeito às variações da natureza, vasto no espaço que ocupava – e alagava.[20] Tanto nos registros da administração quanto nos comentários da imprensa as regiões adjacentes ao rio aparecem como ameaça à salubridade e à ordem, entendida ora estética ora socialmente. O registro acima, intencionalmente tomado aqui a partir do ponto de vista de moradores externos à região central da cidade, destaca a necessidade de se evitar prejuízos e riscos aos habitantes do bairro do Brás e proximidades. Era usual que notas desse tipo atribuíssem menos relevo aos aspectos sociais, mas se aproximavam das indicações da imprensa diária e da administração por relacionar estética e saneamento, ligando-os quase que involuntariamente. Grande parte dos apontamentos da época indica a necessidade de controlar o rio: desobstruir, canalizar e regularizar, e menciona o interesse do governo e de vários grupos de moradores da

---

[19] Analisando as preocupações com a Várzea do Carmo e os mercados da capital, Bresciani indica as imbricações então existentes entre a "modernização higienizadora e estética", e aponta ainda a busca dessa modernização como "marca identificadora de São Paulo" no início do século XX. BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Sanitarismo e Preocupações Estéticas. O mercado central de São Paulo", *Seminário Internacional do Programa de Investigaciones sobre el Campo Urbano y lãs Condiciones Históricas de Mergencia de las Competencias Urbanísticas*. Vaquerias-Argentina, 1992, 22 p. (mimeo)

[20] A preocupação de setores da sociedade, e principalmente das autoridades governamentais, com o suposto "descontrole" sobre regiões como a Várzea também se direcionava fortemente para a área social, com indícios do desconforto desses setores em relação a freqüentadores daquela região, cujos hábitos eram entendidos como pouco civilizados e adequados à imagem da cidade. Embora não seja o foco das preocupações deste trabalho, devo indicar interessantes trabalhos que tratam desse assunto, como: SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 1998 e MOTA, André e SANTOS, Marco A. C. "Entre Algemas e Vacinas: medicina, política e resistência popular da cidade de São Paulo (1890 – 1920)". In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 65, 2003, pp. 152-168.

cidade em embelezar e sanear a Várzea, para livrar a capital do "espetáculo" das enchentes na "estação chuvosa".[21]

Enquanto aponta os problemas gerados pelo regime pluvial e hídrico da cidade e solicita medidas administrativas estaduais/provinciais e municipais, o comentário anterior se assemelha à crítica feita em *A Província* vinte anos antes. Entretanto, ao mostrar-se especialmente preocupado com os interesses de uma região específica da cidade, denota menos semelhanças na abordagem do tema e da própria cidade, e indica algumas características diferentes desse veículo. A *Folha do Braz* é uma das várias publicações da imprensa engajada no período estudado, marcada por forte viés crítico, e com significativa identidade com o bairro do Brás, não só pela extensa parte publicitária reservada na folha para anúncios relativos ao bairro, mas também pela abordagem dos temas.[22] Nos primeiros tempos do periódico a crítica aparecia de modo mais generalizado, ou direcionada amplamente ao governo republicano, assemelhando-se à análise do cotidiano da política. A maior parte das edições direcionava a censura aos gastos da administração julgados desnecessários, às

---

[21] A primeira retificação do rio Tamanduateí foi feita entre 1848 e 1851, mas a intervenção definitiva, que originou a avenida do Estado em homenagem às instâncias administrativas responsáveis pela obra, só foi concluída mais de cinqüenta anos depois. Em relação a suas margens inundáveis, mesmo com poder reduzido durante o Império, as gestões municipais da capital renovavam diferentes contratos com empreiteiros para garantir a manutenção do local, adotando medidas como a construção de pontes, a limpeza dos terrenos e a manutenção da Várzea, além das constantes discussões do assunto entre os vereadores desde a década de 1870, pelo menos. Contratos como: n.141 (25/07/1871) Francisco Schneider e Jacob Thut, construção de uma ponte de tijolos com grade de ferro sobre o rio Tamanduateí; n. 225 (06/09/1883), engenheiro Miguel Asnussen, construção de uma ponte de ferro sobre o rio Tamanduateí nos Lázaros (AHMWL – FCMSP, Vol. 392); n.323 (07/06/1887), firma Manoel Eugenio Reis & Cia. roçar e remover o lixo da Várzea do Carmo (Vol. 474); n.694 (21/07/1897), major Octaviano Augusto de Oliveira, construção de um pontilhão sobre o rio Tamanduateí (Vol. 477).

[22] Trata-se de um semanário normalmente impresso em quatro páginas, publicado entre 1897 e 1901, permanecendo alguns meses sem circular em 1898. Na primeira fase os proprietários do jornal eram Edgard Leuenroth e Cruz (não encontrei indicação mais completa), e na segunda junta-se ao primeiro Brazilio dos Santos Altro, sendo a folha sediada à rua Monsenhor Anacleto, n.4, no Brás (hoje próxima ao Parque Dom Pedro II). Os números analisados estão compreendidos entre o 70 e o 101, de 1899 a 1901, (AEL - MR/0195).

injustiças que teriam sido cometidas na escolha de prioridades pelo poder público, ou mesmo homenageando fatos e personagens ligados a acontecimentos internacionais tomados como exemplos significativos para indicar suas posições.[23]

A *Folha do Braz* esclarecia, então, sua não filiação a agremiações políticas, mas "compreendendo que a boa ou má política dos governos pode produzir o bem estar ou a discórdia da sociedade", afirmava estar cumprindo o papel crítico da imprensa, ao denunciar as falhas administrativas. Segundo a declaração, diante da indignação causada pela "má política", seria obrigação da folha "apontar o caminho mais certo a seguir, onde os direitos e interesses do povo sejam devidamente considerados".[24] Em vários momentos o periódico publica reclamações de moradores do bairro, permanecendo vigilante em relação às iniciativas do poder público municipal concernentes àquela região – ou à falta delas, como observa a seção: "Em prol do Braz", da qual selecionei o trecho sobre o Tamanduateí. É notável a ênfase ao aspecto eminentemente político do seu posicionamento, vinculando-se discursivamente a interesses mais amplos – ou "do povo", como afirmam – em detrimento de vantagens particulares, e chamando a atenção para eventos distantes como a Revolução Francesa, em vez de filiar-se a ideologias partidárias em disputa a sua volta. Tais posicionamentos denotam uma tentativa de conferir aos comentários publicados no periódico um caráter independente, no sentido partidário, e politicamente legítimo, pois estaria norteado por princípios democráticos. Direcionando a atenção a direitos coletivos e a preceitos políticos mais abrangentes, em relação às disputas ideológicas e partidárias do cotidiano governo da cidade, o periódico parece também marcar um lugar de fala supostamente objetivo, por apoiar-se em saberes científicos, e por isso mesmo um discurso de autoridade.

---

[23] É o caso de Émile Zola ou o aniversário da "derrubada da Bastilha a picaretas". "Homenagem à colônia francesa", *Folha do Braz*, n.72, 18/6/1899 e "14 de Julho", n.76, 9/7/1899, respectivamente (AEL, MR/0195).

[24] Benedicto Meirelles."Reparos", *Folha do Braz*, n.72, 18/6/1899, (AEL - MR/0195).

Essa presumida intenção de objetividade não impede que as opiniões veiculadas pela folha apontem para opções críticas e mesmo engajadas – o que faz pressupor o direcionamento do periódico a interlocutores igualmente informados politicamente – e por outro lado assinala outro campo de legitimação do discurso, diferente daquele estritamente relacionado aos preceitos considerados científicos. Não me parece que o uso de linguagens e referências técnicas relacionadas a esses saberes científicos pretendesse garantir um suposto reconhecimento de legitimidade ou mesmo neutralidade do discurso de competência no artigo da *Folha do Braz*, mas sim aparece como instrumento para convencimento dos leitores e estratégias de ampliação dos interlocutores. Certamente apóia-se na validade do discurso percebido como objetivo, mas com propósitos diferentes. Havia então vários outros periódicos semanais ou quinzenais, muitas vezes efêmeros, comumente ligados a grupos militantes, auto-identificados como de trabalhadores e operários, além daqueles propostos como representativos de bairros ou regiões da cidade menos favorecidas materialmente, muitas vezes autoconcebidos como uma outra voz, supostamente dissonante, a opor-se à imprensa diária.

De início pareceu-me incômoda a classificação de tais periódicos como jornais operários, mas mantenho aqui tal denominação tendo em vista a auto-identificação dos mesmos, embora reconhecendo ser uma escolha – não apenas minha mas primeiramente dos próprios órgãos dessa imprensa – e principalmente lembrando os limites tênues que podem separar os militantes quando vistos de perto, argumentando em favor de suas idéias. Na leitura desses periódicos é possível observar a existência de uma pauta própria em vários deles e em diversas situações, mas em outros momentos a abordagem dos problemas se assemelha àquela da imprensa diária, parecendo menos dissonante do que assumem em seus respectivos editais.[25] Mesmo com tal ressalva, julgo ser coerente teórica e metodologicamente

---

[25] Pesquisando as questões relativas à saúde e higiene em jornais operários na capital em período semelhante, Bertucci pôde notar, por exemplo, muitas coincidências e semelhanças entre as idéias defendidas por seus militantes e pelos representantes do

avaliar a grande imprensa como mais próxima dos poderes instituídos e dos grupos tidos como dominantes, não apenas considerando a abordagem dos temas, que daria espaço para interpretações mais subjetivas, mas principalmente observando que grande parte dos proprietários e profissionais ligados a tais veículos também podia ser encontrada no exercício de importantes posições na política e na economia; é possível considerar ainda as ligações comerciais existentes entre as instituições administrativas e tais jornais, que transformavam parte desses periódicos praticamente em veículos oficiais de divulgação do governo.[26]

Certamente há grupos de leitores diferentes para os quais tais meios de comunicação direcionavam suas notícias e opiniões, mas chamo a atenção aqui para estratégias, procedimentos e mesmo temáticas que poderiam colocar em contato amplitudes culturais e sociais distantes em outros campos da vivência citadina.[27] Os jornais operários e a imprensa diária refletiam uma experiência comum – o cotidiano vivido e percebido na capital em intensa transformação – que permitia muitas vezes a convergência de opiniões, o uso de argumentos semelhantes, ou o apelo a preceitos então entendidos como fundo comum para amplos setores da sociedade. Refiro-me à visão positiva das possibilidades técnicas e científicas, normalmente traduzida ou

---

poder público ou dos grupos dominantes. BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891-1925*. Coleção Tempo & Memória-3, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997, principalmente notado na introdução e no primeiro capítulo.

[26] Localizei, por exemplo, entre os contratos da Câmara Municipal, vários deles assinados com o jornal *Correio Paulistano* para impressão e/ou divulgação de documentos, além de coleções de documentos administrativos de órgãos municipais em que os registros oficiais eram recortes de publicações (atas, concorrências e todo tipo de informação oficial) tiradas do próprio *Correio*. Não há registro semelhante, por exemplo, em *A Plebe*, ou *O Grito dos Pobres*.

[27] Uma reflexão de Bresciani é também instigante para se pensar a temática da circulação das noções sanitárias e aquelas voltadas para a gestão das cidades, presentes em registros da linguagem culta dos *especialistas* e periódicos diários, e também nas falas de outros grupos da sociedade. A imagem sugestiva da "algaravia", como uma profusão de vozes, dá idéia do alcance das questões urbanas no período. BRESCIANI, Maria Stella Martins. "A Algaravia das Pequenas Memórias Encontra-se com as Linguagens Cultas em São Paulo, 1890-1940", 28 p., originalmente comunicação apresentada no Seminário Internacional "Les Mots de La Ville", 1998, (mimeo).

sintetizada na noção de progresso e de uma cidade "progressista"; refiro-me também às expectativas por mudanças nas relações políticas estabelecidas a partir das campanhas republicanas, percebidas por meio de cobranças intensas depois da instauração do novo regime e posteriormente por menções irônicas às permanências do mesmo; refiro-me ainda à própria experiência urbana em sua totalidade e em suas minúcias, reveladora de grandes problemas e motivadora de novas possibilidades de transformação. Nesse fundo comum poderiam se tocar os registros de natureza diversa.

Assim, mesmo sendo identificado com os interesses de uma região limitada da cidade, e estando ainda em uma área percebida pelo conjunto da sociedade como um distrito destacadamente de trabalhadores, a *Folha do Braz* busca ampliar o alcance de suas reivindicações e de seus posicionamentos, partindo de críticas à situação daquela região, e vinculando os problemas do bairro à totalidade da cidade, ou pelo menos à área central da qual estava separado apenas pela Várzea do Carmo. Depois de lembrar o problema das chuvas ainda nessa mesma seção em 1901, menciona a existência de uma solução para os entraves da Várzea: "com a construção do canal já projetado e iniciado que esse grande mal poderá ser sanado".[28] Ao lembrar a existência do projeto indica ao poderes públicos uma certa vigilância, manifestada na ciência dos planos para a canalização do rio, e demonstra ainda aos leitores novamente a objetividade com que a temática é tratada. Nesse sentido, chama a atenção para o significado prático das obras propostas para a cidade e não só para o bairro.

> Sem a conclusão desse importantíssimo melhoramento que interessa, aliás, a toda a população da nossa Capital, jamais nos poderemos ver livres de tão grande mal: enchentes, que nos tempos chuvosos ocasionam o alagamento de muitos lugares desta parte baixa da cidade. Fazendo, pois, um apelo ao digno Presidente do Estado, não

[28] "Em prol do Braz", *Folha do Braz*, n.101, 10/2/1901, (AEL - MR/0195).

> só juntamos o nosso clamor ao dos prejudicados deste arrabalde com também interpretamos as reclamações que os habitantes do Cambuci têm dirigido aos poderes competentes para livrá-los de tal enorme prejuízo.

O movimento do texto ora pende para a ênfase ao interesse do conjunto dos citadinos, ora para as necessidades dos moradores da "parte baixa" da cidade, mas o ponto central parece manter o objetivo do texto: que os poderes competentes impedissem o que os habitantes permanecessem vulneráveis à "estação chuvosa", ao descontrole. Em sentido prático, bem explicitado na crítica, a construção do canal possibilitaria a superação de dificuldades cotidianas vivenciadas pelos moradores do bairro e suas cercanias além da eliminação de dificuldades na comunicação com a região central da cidade. Mas há outro sentido visível na mesma fala, de fundo mais simbólico. Parece-me possível entender a abordagem da temática da insalubridade das margens do Tamanduateí como a proposta de superação de obstáculos ainda maiores que os naturais, presentes na sociedade e dividindo-a. A própria Várzea parecia sintetizar essa cidade dividida, pelo menos em nível discursivo, embora se estabelecesse cotidianamente um ir e vir incessante entre a "cidade" e o Brás, e apesar dos usos constantes daquelas margens em atividades que, em última instância, eram necessárias para toda a cidade: o limpar dos transportes, o lavar das roupas, etc.[29] Interessante pensar como os meandros do rio poderiam sugerir subjetivamente outras voltas do pensamento, ao notarmos como tais hábitos de limpeza estavam associados a atitudes insalubres e promíscuas que deveriam ser banidas daquelas margens.[30]

---

[29] Refletindo o cotidiano operário sobre um período posterior, Paoli comenta essa separação em nível prático e conceitual, entre a cidade e o bairro do Brás, percebido por seus habitantes. PAOLI, Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)". *Espaço e Debates*, n.33. São Paulo: 1991.

[30] Para uma análise detida dessa questão, com destaque para os usos e significados diversos desse espaço, ver DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Em outra passagem publicada no número posterior da *Folha do Braz*, ainda relativa às áreas alagadiças da Várzea do Carmo, há novamente especificação de obras e benfeitorias condicionadas à "construção de um canal de pedra e cimento para que as águas possam ter franca expedição" e ao aterramento do espaço adjacente. A insistência na temática deixa entrever outras estratégias do articulista, que apresenta agora dois níveis de justificativas para as reivindicações do distrito, relacionadas ao saneamento e às questões estéticas. Os melhoramentos referidos estariam, segundo a argumentação, relacionados diretamente ao saneamento das moradias, com conseqüências diretas para a saúde dos habitantes do distrito e cercanias – o que evidenciaria a necessidade de garantia "da salubridade das casas que se acham situadas nas ruas próximas". Em relação à estética, chama a atenção o apelo a aspectos que poderiam interessar ao conjunto da cidade, como as referências ao embelezamento e à imagem de São Paulo – tema a que se atribuía então importância singular. Seria, então, necessária para o entorno da Várzea "uma feitoria qualquer, que o torne pitoresco". As menções ao "aformoseamento" ou "embelezamento" da capital são incontáveis tanto nos documentos administrativos quanto em meios da imprensa desde meados do século XIX, avançando nos primeiros anos do XX. É significativo, pois, que tenha sido essa questão escolhida pelo autor para enfatizar a reivindicação do periódico em prol do Brás. Contam com o apelo estético que poderia ser percebido pela sociedade, e com a vontade política dos governantes em relação à imagem da cidade, afirmando serem as obras imprescindíveis "para tornar uma inteira realidade esse grande e importante melhoramento para a nossa Capital, que é, aliás, tida como uma das primeiras da América do Sul". [31] Também aqui os jornais operários, a imprensa diária e os pareceres administrativos refletiam uma experiência comum, dessa vez ligada a aspectos mais subjetivos, embora expressos concretamente nos melhoramentos propostos.

---

[31] "Em prol do Braz", *Folha do Braz*, n.102, 17/2/1901, (AEL - MR/0195).

> Uma cidade como esta, que desperta em todos os visitantes tanto interesse e admiração, torna-se sujeita a uma censura, ou melhor, a um comentário pouco, muito pouco lisonjeiro... E essa censura não deixa de ser deprimente para os nossos governos – Estadual e Municipal. Tudo isso devido unicamente a esse pedaço de terra inútil – a Várzea do Carmo – que tanto enfeia e prejudica o aformoseamento da cidade.

Ainda nesse sentido, lembro outro periódico em circulação em São Paulo, a *Folha do Povo*, também identificado como um jornal representativo do bairro do Brás, e que publica freqüentemente reclamações direcionadas à administração que são enviadas pelos moradores à redação do jornal. Na seção "Cartas e Reclamações", em que explicita, a exemplo dos textos da *Folha do Braz*, uma série de melhoramentos reivindicados para o bairro e outras regiões próximas, também tiveram grande destaque as questões relativas à problemática das águas. A maior parte das reclamações tem tom grave e reivindicatório, mais incisivos que aqueles do outro periódico do Brás, mas aparecem também curtos comentários irônicos sobre as condições sanitárias das imediações da Várzea, a exemplo daqueles apresentados pelo jornal *A Provincia de São Paulo*.[32] Assim *Folha do Povo* manifesta o descontentamento com a situação das áreas inundáveis do bairro do Brás, em breve nota:

> Consta no bairro
>
> ... que os habitantes da rua Piratininga vão convidar o sr. Prefeito e mais alguns vereadores para uma caçada de coelhos e tatus naquela rua, sendo tal caçada dirigida pelo vereador Goulart, que é prático nas moitas e tabuleiros daquela rua...

---

[32] Edital de 03/05/1881, mencionado anteriormente.

> ...que os mesmos habitantes vão requisitar do bispo uma lancha para poderem transitar naquela rua ou entrar em suas casas nos dias chuvosos...[33]

A rua Piratininga, paralela à Caetano Pinto, ligava então o Largo do Brás à rua da Mooca, e era uma das principais ruas do bairro. Alguns trechos dessa via também eram sujeitos às suas inundações periódicas, e possivelmente tais comentários jocosos seriam apreendidos com facilidade pelos leitores diante da experiência dos "tempos chuvosos". Sendo os jornais lidos por moradores das imediações, comentários como esses poderiam ser incorporados à oralidade cotidiana, constituindo certa parcela da opinião dos citadinos, e mesmo certo discurso crítico direcionado às ações do governo. A despeito da provável diversão dos leitores com a zombaria expressa na nota, não se pode supor que a observação conduzisse a distrações. O leitor, como o autor da nota, tinha os elementos advindos da vivência diária das dificuldades provocadas pelas inundações para compor o quadro, e poderiam assim ser simpáticos às reivindicações indicadas pela *Folha do Povo*. Mais que abordagens distintas pela linguagem e pelos interlocutores, as críticas dos jornais operários e da imprensa diária apontam a existência de uma problemática capaz de interessar a grupos distintos e por perspectivas também diferentes, mas que não deixavam de estar próximos em muitos aspectos, sobretudo nos pontos centrais da discussão, argumentando sobre as competências e responsabilidades das autoridades do governo, e sobre a salubridade urbana. E assim conclui a mesma nota da *Folha do Povo*:

> ...que os moradores da rua Müller e Oriente estão fazendo uma subscrição para elevar uma estátua para o Prefeito, no entroncamento dessas ruas, tendo tal estátua a legenda: amou a *ordem* para o povo e o *progresso* para si e para seus pares. [grifos no documento]

---

[33] *Folha do Povo*, n.2, 28/03/1908, p. 2 (AEL, MR/0010).

São ruas localizadas também na região do Brás, mais próximas ao contíguo bairro do Pari (a Muller e Oriente, estão, respectivamente, dispostas perpendicular e paralelamente à rua João Theodoro), e provavelmente também sujeitas às inundações do Tamanduateí. De acordo com os registros de pagamentos de obras, não recebiam na época atenção por parte da administração municipal – lacuna que seguramente servia como base para os comentários e para as interpretações dos leitores, e poderia reforçar a característica irônica e crítica do comentário. Devo lembrar que no momento da publicação da nota, a municipalidade já tinha executado muito das obras programadas para sanear a região da Várzea do Carmo e impedir alagamentos, mas a solução do problema continuava distante, e possivelmente a constante referência ao assunto em jornais e falas administrativas estivesse motivando a menção irônica da *Folha do Povo*.[34] Esse e outros periódicos de tom crítico, estavam constantemente censurando a "mania de grandezas" da Prefeitura, pelas obras e gastos monumentais, e essa conclusão da nota não deixa de repreender com sarcasmo essa característica, na sugestão da legenda bem pouco simpática aos preceitos da ordem e do progresso contemporâneos a eles.[35]

Ato ou efeito de sanear

O julgamento negativo das ausências e incoerências do poder público na resolução de problemas relativos à água – fossem ligados ao abastecimento ou às

---

[34] Como exemplo das ações praticamente contemporâneas à publicação de 1908, lembro o processo da lei n.706, de 26/01/1904, que autorizara a despesa de 100 contos de réis com melhoramentos então já iniciados na Várzea do Carmo. Em ofício de 04/12/1903 o Prefeito informava as condições das obras feitas por conta do crédito aberto por lei anterior, de 1903 (lei n.665): desvio das águas do Tamanduateí para canal central, limpeza e retificação do leito do canal do lado do mercado, construção de diques do lado direito para abrigar a várzea das enchentes (em cuja crista deve passar uma avenida longitudinal), nivelamento da várzea entre os dois aterrados, enlevamento dos aludes do canal do Tamanduateí. (AHMWL-FCMSP, Vol. 1983).

[35] Cumpre lembrar, em consonância com as observações do capítulo anterior, que essa percepção discordante em relação ao governo não implicava em recusa a participar ou reivindicar direitos junto à administração, uma vez que o Brás constituía um dos mais constates remetentes de pedidos, reclamações e abaixo-assinados à Câmara Municipal.

conseqüências das chuvas ou ainda, mais amplamente, vinculados às preocupações com o saneamento – era então bastante freqüente, e permanecera intenso por pelo menos três décadas. Assim como na questão dos matadouros e dos mercados, tais preocupações estavam intimamente ligadas às discussões sobre salubridade urbana, e quanto mais eram percebidas dessa forma, mais abrangentes eram os ecos das inquietações da sociedade: no âmbito dos debates considerados científicos, das decisões administrativas, das opiniões de *especialistas*, dos diversos meios de comunicação, das reclamações dos moradores e das opiniões de grupos variados na cidade. Desde meados do século XIX, várias ações da administração, como no caso descrito do abastecimento de água, tentavam responder a essas demandas e inquietações, e indicavam a atenção dos governantes com o tema do saneamento. As ações e discussões governamentais intensificaram-se na década de 1890, e mesmo considerando-se a relativa autonomia administrativa dos governos municipais, pretendida pela organização republicana, a mobilização em torno dessas questões abarcava também o governo federal e estadual, revelando a gravidade das mesmas no final do século.[36] Como se percebe nos registros da imprensa, as constantes reclamações sobre as condições sanitárias são direcionadas para as duas instâncias de poder, normalmente privilegiando o governo estadual para pedidos mais insistentes, como os casos mencionados da Várzea do Carmo.

---

[36] A fala do governador paulista à Assembléia Legislativa, de 1890, revela, por exemplo, a atenção detida que merecera o estabelecimento da salubridade na cidade de Campinas, que teria recebido ajuda do governo estadual para estabelecer um sistema regular de abastecimento de água e de canalização de esgotos a fim de eliminar os riscos de epidemia, e cuja intendência municipal teria conseguido auxílio do governo federal para o mesmo fim. Na fala de 1892, novamente tratando a questão da salubridade, o executivo estadual lembra a necessidade de auxílio a vários municípios para obras de saneamento, e destaca em particular a capital, afirmando ser urgente a ajuda do governo do estado diante da importância das obras, mesmo considerando ser o cuidado do saneamento uma obrigação do município. *Exposição apresentada ao Dr. Jorge Tibiriçá pelo Dr. Prudente J. de Moraes Barros. 1º governador do Estado de São Paulo, ao passar-lhe a administração no dia 18 de outubro de 1890.* São Paulo: Typographia Vanorden & Comp., 1890, pp. 8-11. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo de S. Paulo, pelo Vice-Presidente do Estado, Dr. José Alves de Cerqueira César, no dia 17 de Abril de 1892.* pp. 14-16.

Na leitura do expediente de uma sessão ordinária da Câmara de outubro de 1892 há referência a um ofício do engenheiro encarregado do Serviço Sanitário da cidade, encaminhado pelo secretário de Estado dos Negócios do Interior, indicando providências que acreditava poderem ser prontamente executadas para o melhoramento das condições sanitárias "antes da entrada do próximo verão". Novamente a parceria entre a Intendência de Higiene e Saúde Pública e a Intendência de Obras é encarregada de cuidar do assunto, por indicação da Comissão de Higiene da Câmara – que era formada pelos vereadores Henrique Schaumann, Guilherme Maxwel Rudge e João Antonio Julião.[37] Comunicados provenientes de instâncias estaduais de governo eram freqüentemente discutidos pelos legisladores municipais pelo menos desde meados do Oitocentos, aparentemente constituindo uma prática usual ainda nos tempos provinciais, destacando-se entre eles assuntos relativos à fiscalização sanitária e policial. No caso da questão do saneamento em particular, fica clara também a parceria entre as duas instâncias, considerando-se comunicados mútuos como esse, ou ainda as funções estabelecidas por ambos, através da criação de serviços sanitários na década de 1890.[38]

---

[37] Henrique Schaumann era o mesmo farmacêutico que teria feito análises químicas da água da Serra da Cantareira em 1881, referido na série "Melhoramentos Materiais", e Rudge recebeu uma concessão para construção de casas para operários, em 1897 (ver adiante, sobre moradias).

[38] Ao lado do Serviço Sanitário Estadual, criado em 1891 a partir da Inspetoria existente no período imperial, na mesma época em que o governo estadual monta seu "aparelho saneador" (Instituto Bacteriológico, Laboratório de Análises Químicas, Instituto Vacicogênico, Desinfectório Central, Hospital de Isolamento, todos entre 1892 e 1894), a Câmara Municipal estabelece também o Serviço Sanitário Municipal, para o qual são criados os lugares de médico e veterinário em 1898 (lei 344), além dos fiscais de higiene (lei 219, 1896) e posteriormente o Inspetor de Higiene Municipal (lei 1637, 1912). Ao contrário do que a bibliografia sobre administração costuma indicar, as evidências encontradas na documentação municipal e nos relatórios estaduais apontam menos ações conflituosas, e mais acomodações de funções no sentido de uma complementação de atividades, além de situações em que engenheiros e médicos, por exemplo, exercem funções simultaneamente nas duas instâncias (como os engenheiros Amaral Gama e Luiz Bianchi Betoldi). Entre as análises que enfatizam os conflitos entre as instâncias: MOTA, André. *Op. Cit.* ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* Col. Cidade Aberta. São Paulo: Studio Nobel-Fapesp, 1997, OSELLO, Marcos Antônio. *Planejamento Urbano em São Paulo (1899-1961).* Dissertação (Mestrado), São Paulo: EAESP/FGV, 1983,

Ao ofício lido na Câmara os edis da Comissão respondem com a exposição de vários pareceres, então concluindo com um interessante comentário justificando as providências a serem tomadas diante das observações do engenheiro. No comentário consideram os prejuízos causados "pelo mau estado em que se acham muitas ruas e algumas praças ainda não calçadas nos arrabaldes da capital", e apontam suas apreensões relativas aos períodos chuvosos, que levaria ao "empoçamento de águas estagnadas", e ao tempo da seca, em função da "acumulação de poeira, que pelo vento é espalhada por toda a cidade".[39] É possível notar como tais justificativas aproximam-se daquelas preocupações registradas nos jornais da época, considerando tanto os "incômodos que este estado defeituoso causa aos moradores" quanto os "inconvenientes [que] contribuem para originar e propagar certas moléstias". O documento consiste, na verdade, na enumeração de motivos que explicam a necessidade das obras – o que não deixaria muito espaço para detalhamentos – mas mesmo sendo breve, não evita que os edis demonstrem estar o comentário informado por preceitos tidos como científicos naquele momento. Talvez estivessem menos atentos ao detalhamento desses preceitos, mas não deixam de apontar todos os elementos que poderiam ser lidos como uma necessidade e assim ajudariam a elucidar suas motivações.

Refere-se ainda aos empecilhos percebidos pela própria gestão administrativa, que teria dificuldades para fazer a manutenção e a limpeza de tais ruas e praças em função do estado em que se encontravam, mas, por outro lado, também teria problemas em fazer as obras necessárias. A Comissão afirma "que o calçamento das mesmas ruas só poderá ser concluído depois de um prazo relativamente longo, já porque a execução deste trabalho é demorada, já porque as despesas oriundas do mesmo são avultadas." Nesse sentido, posiciona os

---

TELAROLLI Jr., Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

[39] Trata-se da terceira sessão depois da organização formal do governo republicano, dada pela Constituição de 1891. AHMWL-FCMSP, Vol. 2174.

comentários e ações em um campo intermediário, entre a percepção de setores da sociedade sobre a necessidade das obras e apresentação das possibilidades da administração – exatamente o espaço em que acabavam se inscrevendo as pressões e manifestações de outros setores da sociedade. Toda vez que uma das Comissões da Câmara emitia um parecer em circunstâncias como essa, ou seja, a partir de indicações (fossem de outros vereadores, de outras instâncias do poder público municipal ou estadual, de pessoas ligadas à imprensa, ou respondendo a outras solicitações), seus membros redigiam o documento depois de analisar o aspecto indicado por um certo período. Entre o pedido e o parecer geralmente havia consultas a *especialistas* e ao corpo administrativo municipal, e busca da situação do assunto na imprensa local, para se ponderar a partir das possibilidades e das demandas percebidas na sociedade. Nesse sentido, tais pereceres podem ser lidos como documentos de síntese e registros significativos das transformações percebidas e implantadas no meio urbano. Ainda o mesmo parecer indicava, então:

> [...] considerando finalmente, que o melhoramento a propor não será somente da maior utilidade, mas também contribuirá muito para o embelezamento da capital, a Comissão de Higiene propõe, que o Sr. Intendente de Obras Públicas seja autorizado: 1º, a chamar pela imprensa concorrentes para a macadamisação e a conservação do *macadam* no largo do Paissandu, largo dos Guaianazes, largo da Liberdade e nas ruas ainda não calçadas nos Campos Elíseos, nas imediações do largo do Arouche, na Liberdade, nos bairros de Santa Efigênia e da Luz e na freguesia do Brás. 2º, a chamar concorrentes para o ajardinamento ou a transformação em parques dos largos da Republica e do Arouche para a execução de uma drenagem suficiente deste último largo.

Chama atenção nessa fala dos gestores municipais a importância atribuída, mais uma vez, aos duplos objetivos da ação: sanear e embelezar. Tais preocupações norteadoras das observações da Comissão aparecem entrelaçadas, e a

problemática do saneamento, os cuidados com o funcionamento urbano e as questões estéticas parecem novamente ter sido colocadas no mesmo patamar de preocupação. É, assim, destacada a noção de "aformoseamento" ou "embelezamento", vinculada às obras e colocada como argumentação relevante na justificativa das ações administrativas. A construção retórica exemplificada no trecho acima era bastante comum também nesses registros administrativos, em que são colocadas em harmonia as questões utilitárias e estéticas, numa relação de complementaridade que parece legitimar duplamente a obra indicada. Mesmo quando o foco da questão claramente está posto nas preocupações sanitárias, os pareceres e registros dos governantes no período denotam atenção para outros aspectos e deixam transparecer a complexidade da questão. Eram considerados então serviços municipais ligados à salubridade, além da gestão dos fluidos (abastecimento de água, canalização de esgotos e águas pluviais), o asseio e conservação das ruas, a remoção e incineração do lixo e posturas regulamentando construções e os alinhamentos. Tais indicações aparecem em documentos administrativos dos setores de obras e higiene, e também estão nos pareceres de *especialistas* e nos comentários dos jornais, e em todos esses espaços aparecem fundidos a questões estéticas e utilitárias.[40]

O parecer acima tenta claramente tratar com abrangência a questão, possivelmente com a intenção de dar conta de todos os ângulos do problema perceptíveis aos contemporâneos, também presentes nos outros registros, com perfis e motivações diferentes, como os meios da imprensa já indicados ou os instigantes

---

[40] As mesmas indicações dos serviços municipais estão registradas, por exemplo, em documentos de médicos no período, notadamente das áreas ligadas ao saneamento urbano. A gestão do meio urbano estava bastante apoiada em saberes médicos e da engenharia, em última instância formadores do urbanismo. O relatório de 1905 do Dr. Emílio Ribas, diretor do Serviço Sanitário Estadual, deixa claras essas relações, no trecho citado por Mota: *"Vejamos, pois, os defeitos de que ressentem os serviços a cargo dos poderes locais, estudando as causas que têm entorpecido, muita vez, a ação do Estado na fiscalização que lhe cabe dos serviços municipais: abastecimento de água, canalização de esgotos, de águas pluviais, enxugo do solo, arborização das ruas e praças, calçamento, irrigação das vias públicas, asseio das ruas e logradouros públicos e sua conservação, remoção e incineração do lixo, posturas sobre construções, etc."* MOTA, André. *Op. Cit.*, p 52.

requerimentos coletivos, mencionados no primeiro capítulo. Apesar do aparente esforço, uma rápida observação da listagem das obras autorizadas possibilita a compreensão das limitações de tais ações diante dos problemas que buscavam sanear. Todas as indicações referem-se à região do centro e áreas contíguas, exceto uma vaga menção a ruas não calçadas do Brás, e autorizam três tipos de ações administrativas: conservação de calçamento, drenagem e arborização de largos. Dificilmente corresponderiam às expectativas dos moradores de bairros como o Brás, a Penha, o Bom Retiro, o Cambuci, enfáticos em suas queixas e inquietações relativas à "estação chuvosa". O esforço poderia, assim, ser percebido com maior ênfase no nível discursivo, deixando em aberto perspectivas de investimentos e obras vindouras, estimulando a mobilização de amplos setores da sociedade, intensificando o movimento de reivindicação.

Todas as informações e dados que pudessem ser conhecidos eram passíveis de nutrir tal movimento, e certamente eram percebidos pelo conjunto da sociedade a partir de suas experiências diante dos problemas da cidade. Mesmo considerando que as leituras de tais informações e experiências fossem diferentes para grupos distintos da sociedade, por exemplo em função de suas necessidades, prioridades e interesses, muitos habitantes da cidade poderiam apreender os sinais de uma dada vontade política, mobilizando energias e recursos para tornar o meio urbano um espaço sadio. Não era indispensável para tal apreensão que todos os citadinos tivessem acesso aos estudos produzidos pelos *especialistas*, como tratados de higiene e preceitos construtivos de engenheiros e médicos, ou registros das gestões administrativas, com pareceres técnicos e indicações de prioridades orçamentárias. As reflexões e idéias a respeito da salubridade urbana circulavam em meios mais amplos, como venho apontando. Nesse mesmo sentido, a percepção da vontade política poderia ficar bastante clara aos cidadãos ao saberem, por exemplo, das palavras do presidente do estado de São Paulo em mensagem de 1895 ao Congresso Legislativo Estadual. Ao fazer uma explanação sobre a situação do estado e mobilizar o Congresso em torno das questões de higiene Bernardino de Campos não deixa

dúvidas sobre as prioridades e os caminhos a serem perseguidos pelos poderes públicos, referindo-se à instância estadual e às municipais. A declaração é firme, positiva, clara:

> Têm funcionado regularmente todas as repartições destinadas à higiene, ao saneamento e correlatas, demonstrando a competência de seu pessoal. [...] As importantes obras de abastecimento de água, canalização de esgoto, drenagem do subsolo, derivação de águas e condições vitais da cidade continuam com a mesma regularidade.[41]

Diante das condições do meio urbano naquela época, é presumível a existência de uma certa comunhão de interesses em relação à salubridade da cidade. A ampla percepção da urgência das medidas higiênicas adequadas, sintetizada nessa declaração, era percebida por diversos grupos sociais na cidade, mas não evitava a ocorrência de intensos conflitos em torno da temática.

Emanações das sepulturas

Alguns indícios de dissonâncias vêm sendo apontados em relação ao abastecimento de água e à situação da Várzea do Carmo, mas perece-me que os debates relativos ao cemitério do distrito do Brás constituem um exemplo mais enfático desses conflitos, revelando tensões significativas também em relação a questões sanitárias e administrativas que envolviam. A discussão teve seu momento mais intenso no mesmo ano da declaração do governador, em 1895, quando os governos estadual e municipal ainda reorganizavam suas estruturas e competências.

Como era usual desde o período colonial no Brasil, o local de sepultamento dos mortos e o edifício da igreja compartilhavam espaços no Brás desde a construção da Igreja de Bom Jesus dos Matozinhos, no final do século XVIII. Entretanto, nas últimas décadas do século XIX começam a aparecer algumas pressões

---

[41] EGAS, E., *Op. Cit.*, vol. II, p. 63

para que fosse mudado para local mais distante do bairro, deixando os terrenos em que estava instalada a necrópole, atrás da Igreja. Na sessão ordinária da Câmara Municipal da capital de 26 de outubro de 1874 há um registro do ofício do Vigário Geral Governador do Bispado, dando sua opinião acerca da remoção do cemitério do Brás para outro lugar mais distante, indicando o terreno localizado no povoado próximo do Marco da Meia Légua. O parecer técnico sobre a mudança foi pedido ao médico da Câmara, que confirmou o uso do local, apesar de restarem divergências jurídicas e de ocorrerem sucessivos atrasos em relação às medições dos terrenos.[42] De fato, somente em 1892 há indícios de que a transferência do cemitério foi realmente efetivada, quando a Câmara indica o pagamento de obras no mesmo e nomeia o pessoal administrativo, mas não há indicações claras das motivações dessa demora de quase duas décadas desde a proposta e autorização inicial.[43]

Possivelmente a localização de outros documentos relativos a esse assunto, indicativos de ações projetadas no decorrer da espera, traria à tona polêmicas ou divergências esclarecedoras desse processo, inclusive no campo da cultura e práticas tradicionalmente aceitas ou não ao tratar-se de sepultamentos.

---

[42] Na sessão seguinte, de 9/11/1874, o médico oficia, concordando com o local. *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1874. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LX, 1948

[43] O momento coincide com a construção da nova matriz do Brás, entre 1896 e 1903, mas não foi possível localizar informações mais precisas acerca da transferência do cemitério para o Marco da Meia Légua. Mesmo estudos focados no bairro e nos documentos da Câmara e Intendências não parece ter localizado outras informações, a não ser a ocorrência de uma medição dos terrenos em 1886 e a reafirmação da necessidade de um cemitério público no bairro, feita pela Câmara, em 1890 e 1891. TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O Bairro do Brás*. Série História dos Bairros de São Paulo, I, São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969, pp. 97-105. Nos registros administrativos, a lei n.35, de maio de 1893, autoriza o pagamento a Bernardino Antonio Fernandes referente a obras no cemitério do Brás (AHMWL-FCMSP, Vol. 2175); há os seguintes contratos com Felisberto Marques da Rocha (aumento do cemitério do Brás, em 1895 e 1896, contrato números 657 e 676) e Roberto Hirsten (arborização do cemitério do Brás, 1896, contrato n.928), além dos registros da construção de outro necrotério na direção leste da cidade no mesmo período, na Penha, por Emilio Mori & Cia. (construção de um novo cemitério na Penha de França, em 1895, contrato números 658 e 669). Todos os contratos estão no volume 477, exceto o 928, que está no 367.

Todavia, só pude encontrar registros de pendências judiciais sobre a desapropriação dos terrenos necessários a outras obras no cemitério, previstas para sua ampliação já em 1895, que informam vagamente sobre certos entraves burocráticos.[44] É precisamente na concretização dessa obra, aproximadamente três anos após a transferência do cemitério, que estão os indícios mais significativos das discordâncias que poderiam estar envolvidas na busca da cidade salubre, quando um grupo de moradores exige a paralisação das reformas no cemitério do Brás. Alegando prejuízos à propriedade, à circulação e à saúde dos moradores vizinhos, aproximado-se nesse sentido de assuntos que naquele momento eram tratados como prioridades pelo poder público, os moradores recorrem às instâncias governamentais do município e do estado protestando contra as obras.[45]

Nos moldes dos requerimentos analisados no primeiro capítulo, seis meses após a aprovação da lei municipal que autorizara as obras de aumento do cemitério do Brás foi encaminhada aos vereadores, primeiramente, uma representação assinada por cerca de quarenta moradores da Quarta Parada, apelando para as preocupações sanitárias da edilidade. Situada entre o Brás e a Penha, às margens da Estrada de Ferro Central do Brasil, a localidade é apresentada aos poderes públicos por seus moradores como principal interessada da interrupção das obras de aumento do cemitério do Brás em 1895.[46] As questões levantadas por eles,

---

[44] No processo da lei n.186, sobre o mesmo cemitério, há um ofício do engenheiro municipal Floriano Ortiz para a Intendência de Justiça informando ter chamado concorrência para o aumento do cemitério do Brás (conforme previa a lei n.139), e que necessitava da ação da Intendência de Justiça para desapropriação das terras (19/07/1895). No mesmo processo está a resposta do secretário da Câmara a uma consulta feita pelos vereadores, dando conta da inexistência de registros sobre a autorização da construção do novo cemitério, que teria sido feita entre 1890 e 1892. Lembro que período coincide com a transição administrativa da organização imperial para a republicana, mencionada no primeiro capítulo, e que provavelmente teria dificultado a localização do registro ou mesmo sua efetivação em documentação escrita sobre a transferência, dada a prevalência de determinações orais naquele momento. AHMWL-FCMSP, Vol. 2180.

[45] Processo da lei n.186, de 05/12/1895, AHMWL-FCMSP, Vol. 2180.

[46] A lei n.139 autorizou o aumento do cemitério em janeiro daquele ano, e a primeira representação foi enviada em 28/08/1895, redigida por Antonio de Oliveira Santos,

buscando sensibilizar os edis, davam ênfase indiscutível aos aspectos sanitários, principalmente relativos à água. Chamam a atenção para o que apresentam como interesses dos moradores da região, e criticam pontual e diretamente os critérios das autoridades municipais para determinação das obras: "são por demais prejudiciais às propriedades particulares que ali existem, e mais tarde sofrerá também a saúde do núcleo populoso que ali se formou e cresceu de dia para dia".

Diferente dos jornais operários que buscavam, em vários momentos, atrelar suas preocupações a prioridades identificadas com interesses mais amplos daquela sociedade, os requerimentos revelam atenção especial a questões mais pontuais ou mesmo regionais da cidade. A representação dos moradores da Quarta Parada não deixa dúvidas sobre os prejuízos que tentava evitar, e mesmo quando recorria à questão sanitária – preocupação partilhada pelo conjunto da sociedade – buscava esclarecer sua relevância para a localidade, sem manifestar preocupação evidente com o meio urbano como um todo. Com essa estratégia, lembra as conseqüências do aumento do povoado, cujas "casas são em grande número" e que seriam prejudicadas pois ficariam "privadas de rua que dê comunicação para o lado da Mooca e São Caetano". Nesse ponto, o documento parece representar os interesses privados envolvidos, ou melhor, coloca-se como a soma dos interesses particulares supostamente lesados com a execução das obras, e em seguida o centro da argumentação voltava a questão para água:

---

tendo entre as assinaturas: Leonzio Cavaleri Ricci, José Coelho de Souza, Francisco de Paula Rodrigues, Antonio de Oliveira Santos, Francisco Augusto da Costa, Jorge Augusto Pereira da Silva, Filippe Juvencio Pereira da Silva, Antonio Augusto Pereira da Silva, Jacintho Furtado Vinhateiro, Manoel Lopes Cardozo, Joaquim Floriano de Lima, Antonio Marto Antonio, José Augusto Pereira da Silva, A. Montenegro, Manoel Simões Pião, Francisco Rodrigues da Silva, José Rodrigues de Campos, Francisco José Gonçalves, Thiebrant Weiss, Giovanni Marnnio (?), Luisi Tierno, Mellace (?) Raffaele, João Tierno, João Antonio Gonçalves, Luizi Luigi e Gallo Giuseppe, Manoel Figueiredo, José Loureiro, Joaquim Rodrigues Pitta, Anterio Joaquim Santiago, Manoel Ferreira da Silva, Antonio José P(?), Montanari Alfonso, Benedito Patricio, Cesario Galero, João Antonio Florencio, Saludore Cesario, Francisco Blois. AHMWL-FCMSP, Vol. 2180.

> [...] os seus proprietários e inquilinos ver-se-ão na necessidade de beber água, que correrá primeiro pelo terreno do cemitério, e cairá depois nas cisternas ou poços. Será uma calamidade Exmos. Srs. a obra ou as obras que ali se estão construindo. Na 4ª Parada ainda não há encanamento de água potável, até lá não chegou ainda a Cantareira, e não é necessário ser médico para se antever os prejuízos que traz á saúde dos habitantes a obra que se está fazendo e o fim a que se destina.

Preocupam-se com a qualidade da água, cuja garantia de potabilidade traria uma certa tranqüilidade no seu emprego diário pelos moradores, e também com a possibilidade do encanamento chegar até as casas, levando conforto para várias atividades cotidianas dos habitantes da região. Além de tais aspectos ligados a demandas particulares os requerentes chamam a atenção para o perigo do consumo da água que passaria pelo terreno do cemitério, enfatizando nesse problema as responsabilidades do poder público. É possível imaginar nesse ponto a existência de eventuais temores ou desconfortos de fundo subjetivo em relação à proximidade da necrópole, mas eles não parecem ter sido entendidos como parte de uma argumentação eficiente ou reconhecida como válida para sustentar o pedido. Nota-se, nesse sentido, a significativa ausência da temática do sepultamento nos documentos (periódicos, registros administrativos ou mesmo relatos sobre a cidade), aparentemente excluída dos apontamentos descritivos.

Narrativas de observadores ou aquelas que remetem à memória da cidade normalmente referem-se, com descrição interessada, aos rituais das irmandades que cultivavam a tradição dos sepultamentos nas igrejas, silenciando-se ao tratar períodos posteriores a 1850, aproximadamente.[47] É visível nas descrições a

---

[47] O extenso trabalho de Bruno, largamente apoiado em narrativas de viajantes e visitantes da capital, menciona os enterramentos em igrejas, os rituais das irmandades e o suposto temor dos vizinhos à Igreja do Rosário dos Homens Pretos em relação às "cantigas soturnas" de sepultamento. Além dessas referências, apenas cita cemitérios de protestantes, judeus e estrangeiros (BRUNO, Ernani Silva. *História*

estranheza em relação aos hábitos tradicionais atribuídos ao Setecentos e períodos anteriores na capital, bem como uma percepção dos costumes descritos como algo exótico – como apontam ao tratar da Irmandade do Rosário – e desse modo conservam uma dada distância e ao mesmo tempo impedem que se trate a morte como experiência subjetiva. Possivelmente os requerentes estivessem ligados aos mesmos motivos que norteiam esses silêncios dos registros citados, e percebessem uma aura dessacralizada e objetiva da morte naquele período.[48] Seria plausível, com isso, que não percebessem como oportuno ou adequado às circunstâncias tratar dos prováveis níveis subjetivos que a questão envolvia, considerando seu interlocutor no momento e a necessidade objetiva que pareciam querer destacar.

Mesmo esquivando-me de um aprofundamento sobre as atitudes e os discursos sobre a morte no final do XIX, parece-me importante deixar aqui esses indícios, uma vez que o pedido dos moradores poderia estar intimamente ligado a temores, manifestos ou não, da presença lúgubre na vizinhança. Assim, lembro outro fato contemporâneo ao protesto dos moradores da Quarta Parada que atesta uma

---

e Tradições da Cidade de São Paulo. 4ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991, Vol. II: *Burgo de Estudantes (1828-1872)*, cap. VIII). Na legenda explicativa à imagem 95, por exemplo, encontra-se a maior passagem sobre o assunto, indicando as Igrejas da Misericórdia, da Boa Morte e do Rosário como locais de sepultamentos, "enquanto não houve grandes cemitérios públicos". (BRUNO, *Op. Cit.*, Vol. III: *Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*, p. 1448). Outros relatos, como o de Junius e Moreira Pinto, contemporâneos aos documentos deste estudo, não registram uma referência aos cemitérios públicos ou outros. DINIZ, Firmo de Albuquerque (Junius). *Notas de Viagem*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, e PINTO, Alfredo Moreira. *Op. Cit.* Lembro que no mesmo período foram criados pelo menos sete cemitérios pelo poder municipal, o que certamente é um indício de demandas efetivas que se contrapõem a esse silêncio.

[48] O estimulante ensaio de Vovelle sobre o assunto indica várias possibilidades de estudo para a história da morte, distinguindo três níveis: a morte consumada, a morte vivida e o discurso sobre a morte. Demonstra em que medida o estudo da morte revela questões cruciais da vida das sociedades, indicando sobre a sociedade moderna a influência da idéia de progresso da ciência sobre a noção de morte (nomeando, a partir de Edgard Morin, a "amortalidade"). VOVELLE, Michel. "Sobre a Morte" Em *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 126-150. Sobre a secularização dos cemitérios e as disputas religiosas, políticas e sociais envolvidas, ver estudo instigante de REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

forma diferente de distanciamento em relação aos mortos, análogo na mediação dada pela objetividade dos saberes reconhecidos como científicos, quando a edilidade autoriza o estudo de cadáveres de criminosos pela *Sociedade de Anthropologia Criminal, Sciencias Penaes e Medicina Legal*, em 1896. O pedido para tal uso foi encaminhado à Câmara pela própria sociedade, sendo atendido e tornado lei com relativa rapidez – cerca de dois meses. No pedido, o afastamento em relação aos corpos de criminosos é patente, sendo a proximidade reservada ao olhar amparado em certa aura de objetividade: "medida em muito concorrerá para o desenvolvimento da ciência".[49] É presumível, nesse sentido, que o requerimento enviado à Câmara pelos moradores se aproximasse mais dessa sensibilidade pragmática, intencionalmente ou não.

Considerando esse ambiente, é possível perceber estarem os requerentes claramente atentos aos interesses individuais em jogo e, sem perder de vista o suporte prático do pedido – impedir a continuidade das obras –, utilizam argumentos ligados aos saberes tidos como científicos para sensibilizar os edis. Também parecem atentos ao que era entendido como prioridade pelos governantes, tratando a higiene doméstica como aspecto central da vivência e do pedido. Na mensagem do governador Rodrigues Alves ao Congresso Legislativo, em 1900, como exemplo dessa prioridade, é lembrada a necessidade de aperfeiçoamento do sistema de abastecimento de água e da rede de esgotos, na capital e nos demais municípios do estado, mas as questões sanitárias internas às moradias – "a reforma domiciliar", nas palavras dele – teriam sido "bem aceitas" e são apontadas como "verdadeira

---

[49] Trata-se da lei n.249, de 11/06/1896, determina que: "Art. 1º – As sepulturas dos criminosos celebres, nos cemitérios municipais, serão devidamente assinaladas pelas respectivas administrações, registrando-se os caracteristicos adotados em livro especial. Art. 2º – mediante autorização do Intendente de Polícia e Higiene, e desde que não haja oposição por parte das famílias dos exumados, poderá o exame destes ser feito como objeto de estudos científicos por parte da 'Sociedade de Anthropologia Criminal, Sciencias Penaes e Medicina Legal' com sede nesta cidade." AHMWL-FCMSP, Vol. 2181. Em 1912, outra lei semelhante (n 1513, de 25/3) autorizou a entrega de cadáveres para estudos das ciências médicas de indigentes não reclamados. CAMARGO, Bento de (org.). *Indice alphabetico das leis, resoluções e actos executivos do Municipio da Capital do Estado de São Paulo até 31 de dezembro de 1919*. SP: Typographia Piratininga, CMSP, 1920.

conquista" no documento.[50] Não deixam, pois, de destacar os aspectos mais abrangentes que estariam envolvidos na questão, como o abastecimento de água e a relevância dos saberes médicos. A menção à *Cantareira* lembra a persistência do problema do abastecimento cerca de dez anos após a aprovação das obras da Companhia pelo governo então provincial. As reclamações sobre o sistema de abastecimentos continuaram mesmo após a encampação da empresa pelo governo do estado – origem da Repartição de Águas e Esgotos em 1902.[51]

Embora existam esparsas informações sobre o redator da representação, com breves registros de ações ligadas à administração municipal, pode-se notar que ele se valia de uma boa noção das relações entre os confortos provenientes da água potável encanada, a saúde dos citadinos e os saberes da medicina, empregados na fiscalização sanitária da cidade.[52] Na redação do documento os argumentos se ligam intimamente a um certo universo mental amplamente difundido no decorrer do século XIX que abrira espaços para a medicalização dos espaços urbanos, ou seja, sua orientação por preceitos de higiene e saúde. É significativa nesse sentido a ausência de pareceres de autoridades religiosas em todo o processo amplamente discutido na Câmara a partir do pedido dos moradores. Já no primeiro registro acerca da transferência do cemitério para a Quarta Parada a opinião do bispado foi submetida à avaliação do médico, na década de 1870, como mencionara anteriormente. A dessacralização da autoridade parece assemelhada à relação com os mortos, nesse caso, à medida que os saberes considerados científicos ocupam espaços de influência

---

[50] EGAS, E., vol. II, p. 132-3.

[51] EGAS, E., vol. II, p. 154.

[52] Sobre Antonio de Oliveira Santos, é possível afirmar que assinara um contrato (817) com a Câmara em 1896, para realização de melhoramentos na ponte do Gasômetro (AHMWL-FCMSP, Vol. 479) e que assinara também o livro ponto dos empregados da Secretaria da Câmara em setembro de 1891, quando a média de assinaturas diária era de dez nomes (Vol. 435). É difícil ter certeza, porém, das funções que estava habilitado a executar e mesmo sobre sua identidade, sendo possível se tratar apenas de um homônimo. Mesmo sem esses dados, devo indicar que o nome parece ter sido digno de nota por parte dos edis, já que em um segundo abaixo-assinado sobre o assunto (que tratarei a seguir) o nome aparece com um asterisco no documento.

cada vez mais amplos no campo das decisões da gestão pública. Mesmo os requerentes, que apelaram para uma série de argumentos diante dos edis, sequer mencionam aspectos religiosos.[53] Continua o documento, dando a entender uma certa obviedade nas motivações, como se repetisse a cada argumento que "não é necessário ser médico" ou engenheiro para se perceber os riscos sanitários das obras.

> Em toda a parte do mundo civilizado procura-se os lugares despovoados para a construção de cemitérios, e será possível que nesta capital se construa um cemitério em lugar povoado onde se bebe água de poços? Exmos. Srs., os abaixo assinados pedem providências para que se não prossiga nas obras do aumento do cemitério do Brás, e pedem com urgência a aplicação de medidas tendentes a evitar os grandes prejuízos que virão a sofrer nas suas propriedades e saúde, e remoção do cemitério para lugar distante. [grifo no documento]

A preferência pela construção de cemitérios em locais distantes das áreas povoadas já vinha sendo manifestada, mesmo nos documentos administrativos da capital. Por um lado, parecia ligada a preceitos das teorias dos miasmas, por priorizar os ventos favoráveis e as eventuais dificuldades de transporte daqueles falecidos em arrabaldes mais distantes. Por outro, parecia uma exigência do crescimento urbano e dos princípios reconhecidos como objetivos, de fundo científico, proeminentes no final do século XIX. De fato, estava na pauta das preocupações da edilidade a formação de cemitérios públicos em regiões afastadas do centro, sendo

---

[53] Sobre tradições e conflitos ligados aos cemitérios baianos, Reis aponta como o "movimento de medicalização da morte", em suas palavras, é relacionado à higienização da vida urbana e às ligações entre urbano e civilidade. REIS, João José. *Op. Cit.*, principalmente capítulo 11. Tratando de marmoristas em Ribeirão Preto, Borges também indica interessantes dados sobre as medidas saneadoras ligadas aos cemitérios desde o final do século XVIII, quando teria havido ordens régias determinando a separação dos cemitérios das igrejas, entre outras observações. BORGES, Maria Elízia. *Arte Funerária no Brasil (1889-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002, principalmente o terceiro capítulo.

notável que entre 1890 e 1910 tivessem sido criados pelo menos sete deles.[54] Ao mesmo tempo em que se discutia na Câmara a situação do cemitério do Brás, por exemplo, as comissões internas de justiça e de finanças emitiam parecer contrário ao projeto de ampliação do Cemitério da Consolação, pois entendiam como prioridade cuidar da construção de um cemitério mais afastado do centro da cidade: o atual "muito pode concorrer para prejudicar a saúde pública".[55] O pedido dos moradores percorrera várias instâncias administrativas municipais, provocando diálogos entre as Intendências de Obras, de Justiça, de Polícia e Higiene, e o próprio corpo técnico do governo, dando origem a vários pareceres enquanto seguia os trâmites administrativos.

Dois engenheiros, Joaquim Octavio Nebias e José Floriano Ortiz, elaboram pareceres contrários aos requerentes, nos quais justificam a necessidade do aumento do cemitério e questionam a real existência de riscos para a saúde dos habitantes.[56] Segundo um longo comentário do engenheiro chefe interino, Eugenio

---

[54] Além do cemitério do Brás na Quarta Parada, foram criados os cemitérios da Penha, de Santo Amaro, de Santana, do Lageado, da Freguesia do Ó e do Araçá. Nos registros de pagamentos de empreiteiros há muitas anotações referentes a obras de manutenção e ampliação desses, além de benfeitorias no primeiro cemitério público da cidade, o da Consolação (este anterior, criado na década de 1850). As indicações de pagamentos de engenheiros e empreiteiros prestigiados na sociedade, executando obras e melhoramentos em cemitérios, pode dar uma idéia também da importância do assunto para os edis e a administração. Em livro de registro de Concorrência Pública para Fornecimento de Materiais e Execução de Obras (1899-1902): para construção de um pórtico de ingresso no Cemitério da Consolação, apresentaram propostas os empreiteiros Rossi & Brenni, H. Ribeiro, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, João Gullo, Augusto Fried, Julio Ploy (AHMWL-FCMSP, Vol. 1464, fl. 87v.), e o mesmo afamado engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo é o único a apresentar proposta para a construção de uma capela no Cemitério da Consolação, (fl. 91v., 10/07/1902). À exceção de Gullo e Ribeiro, sobre os quais não obtive referências a não ser em empreendimentos da própria administração municipal, todos os outros participam de obras de destaque na cidade, trabalhando destacadamente para grupos da elite econômica e social de São Paulo.

[55] Lei n.187, de 05/12/1895 trata do aumento do cemitério da Consolação, a partir da aquisição de terrenos de Joaquim Floriano Vanderley, oferecidos à Câmara por seu testamenteiro e inventariante, Joaquim Antonio Leal (área de 70 mil metros quadrados). AHMWL-FCMPS,Vol. 2180.

[56] Nebias era então engenheiro do 2º distrito, e trabalhara em funções semelhantes desde 1890 (iniciando como engenheiro ajudante) na Câmara, enquanto Ortiz era

Guilhem, elaborado a partir desses pareceres, as obras estariam sendo feitas de acordo com o projeto e orçamentos aprovados, e não haveria outro local para o cemitério. Para ele, qualquer alteração nas obras provocaria problemas, pois o projeto elaborado deixaria de "servir consideravelmente o interesse geral para atender a manifestações particulares". E justifica:

> A vistoria que fizemos juntos no lugar do aumento do Cemitério da 4ª Parada, no Brás, mostrou-nos sobremaneira que a reclamação dos moradores da 4ª Parada é excessiva. [...] A Diretoria de Obras, quando tratou-se do aumento do Cemitério, resolveu proceder de uma vez a um acréscimo de 30.000m² da área existente e tinha, para assim proceder, razões bastante poderosas, tanto no ponto de vista técnico e econômico como também pelas necessidades imprescindíveis e cada dia crescentes de um bairro bastante populoso para ser considerado verdadeira cidade, e pelos progressos diários que se nota no acréscimo da população.[57]

A opinião do engenheiro, supostamente de base técnica e calcada em análises objetivas que teriam determinado as obras, era corroborada pela opinião política do Intendente de Obras, Joaquim de Toledo Piza e Almeida, que reiterava sua ordem para a continuação das obras no Cemitério do Brás – que teriam sido suspensas sem o consentimento da Intendência, responsável pela fiscalização de sua execução. Ambos discursos, o técnico e o político, parecem associados na tentativa de extinguir ou mesmo desqualificar cada argumento do requerimento, afirmando que

---

engenheiro chefe, e havia sido nomeado engenheiro da Câmara em 1893; como ocorreram muitas alterações da organização da Intendência e depois Diretoria de Obras Públicas, as denominações dos cargos eram bastante instáveis, e mesmo os registros oficiais dos funcionários nos papéis da Secretaria da Câmara contêm uma série de enganos. AHMWL-FCMSP, Volumes 464, 759

[57] No processo citado da lei n.186, parecer do engenheiro Eugenio Guilhem; este era diretor de obras interino, no lugar de Ortiz em 1895, e ocupara desde o ano anterior o cargo de engenheiro de distrito, exercendo diversas funções como engenheiro na administração municipal a partir de então. (AHMWL-FCMSP, Volumes 464, 755, 759).

os motivos apresentados eram infundados. O Intendente lembrou ainda aos colegas vereadores um aspecto complicado da questão: o desperdício de recursos já aplicados nas obras, segundo ele, em vias de conclusão; reafirma o compromisso e a responsabilidade da Câmara por ter aprovado as obras, o local e o plano escolhido. E apela: "não é justo nem legal que o empreiteiro perca o seu trabalho e o erário Municipal não pode também ser onerado com a satisfação de interesse que não seja geral". Para ele, o pedido dos moradores não se refere a um melhoramento, mas sim "um benefício a particulares". Procurando conduzir a discussão da questão ao campo político – em sentido prático e ideológico – o intendente procura aliar-se aos argumentos técnicos, supostamente capazes de responder às críticas dos requerentes, e submete sua opinião apenas ao julgamento da Câmara.[58] Não discute com os moradores, tampouco com o engenheiro. Na verdade é este quem parece dialogar, embora indiretamente, com os argumentos dos requerentes:

> O que diz respeito à contaminação possível das águas pela filtração nas terras do cemitério, não me parece que com o acréscimo haja hoje mais perigo do que ontem quando só existia o cemitério primitivo, visto que todo o cemitério ficará locado sobre a mesma vertente que o atual. Porém se por acaso se der que as águas infiltradas contaminem os poços das hortas vizinhas, será fácil sanar o mal com drenos apropriados que isolem completamente o cemitério dos arredores.[59]

Enquanto o corpo técnico e o aparelho gestor da municipalidade se esforçavam para esclarecer a questão, tentando por fim às suspeitas levantadas pelos moradores a respeito da garantia de salubridade após a conclusão das obras, um novo requerimento fora encaminhado às autoridades administrativas, cerca de dois meses após o primeiro. O novo documento reunia cerca de sessenta assinaturas, entre as quais cerca de vinte arroladas também no anterior, e estava direcionado às

---

[58] Processo da lei 186 citado, parecer do Intendente de Obras.

[59] Ainda o processo da lei n.186, parecer de Eugenio Guilhem.

instâncias estaduais. Solicitavam ao Diretor do Serviço Sanitário do Estado "providências urgentes a bem da saúde dos mesmos abaixo assinados e de todos os mais moradores daquela paragem".[60] Depois de expor ao Diretor críticas semelhantes àquelas do primeiro requerimento, solicitam medidas que impeçam o "desenvolvimento de alguma epidemia", reclamando violentamente contra a Câmara Municipal: "[ela] não pode nem deve obrigá-los a beber água de lavagem dos corpos do Cemitério". Os signatários, pelas palavras do redator do documento, demonstram clareza acerca das competências exercidas pelo Serviço Sanitário, visto que reforçam os argumentos relativos ao risco à saúde e aos saberes da medicina. Enquanto no documento enviado à Câmara afirmam que "não é preciso ser médico" para atestar os problemas indicados, neste concluem: "é fácil V. Exa. verificar tudo por meio duma Comissão Médica".[61]

Dessa vez o acirramento dos debates acabou provocando disputas também entre instâncias municipais e estaduais desse poder, gerando várias

---

[60] Assinam o documento, entre outros: Antonio de Oliveira Santos* (está marcado com asterisco no original), Francisco de Toledo Barboza, Domingos Lapinacci, Antonio Theophilo dos Santos, Francisco Blois*, Francesco Lacreca, João dos Santos, Adelino Montenegro*, José Gregorio, Benedicto Antonio Pedrozo, Leonzio Cavalere Ricci*, Francisco José Gonçalves, José Loureiro*, Manoel Figueiredo*, João Ferreira de Abreu, Alechandre Fernandes, José de Figueiredo, Francisco M. de Castro, João Cardoso, Manoel Lopes Cardozo*, Francisco Augusto da Costa*, Amancio da Fonseca, Jorge Ferreira de Abreu, Jorge Ferreira de Abreu, Joaquim Rodrigues Pitta*, Domingos Nunes, Ernesto Pugnetti Cavalheiro, Manoel Pinto da Fonseca, Alfredo Augusto Tavares, Dr. Carlos Autran da Costa Albuquerque, Feltrin Giovanni, João Franco de Camargo, Benedicto Bueno de Moraes Veiga, Julio Pinto Cardoso Pimentel, Aristobalo Garcia Passos, Serafim Garcia Passos, João Baptista Ebecken (?), Augusto Garcia Passos, Antonio Garcia Passos, J. Toledo, Benedicto Rodrigues Passos, João de Moraes Veiga, João Antonio G. Alves, Ferreira da Silva, Luis Luigi*, Gallo Giuseppe*, Raffaele Mellace*, João Tierno*, José Augusto Pereira da Silva*, Jorge Augusto Pereira da Silva* (marcado com asterisco no original), Alfredo Augusto Pereira da Silva, Antonio Augusto Pereira da Silva*, Filippe Juvencio Pereira da Silva*, Constant Tonolla, Adão Lorenzini, Francisco de Asis Razen, Maria Angelica Ferreira, Marcelino Jozé, José Coelho de Souza*, Francisco de Paula Rodrigues Coquitto*, João Antonio Florencio*; os nomes indicados com asterisco assinam as duas representações.

[61] Requerimento enviado em outubro de 1895 ao Diretor do Serviço Sanitário, arquivado no processo da lei n.186. É interessante notar que os moradores encaminham a representação utilizando a nomenclatura imperial do Serviço Sanitário, indicando como destinatário: "Dr. Diretor da Junta de Higiene".

discussões na Câmara Municipal e o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. O Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado, Joaquim José da Silva Pinto Junior, transmitiu prontamente ao Intendente de Justiça, Polícia e Higiene a representação recebida dos moradores da Quarta Parada, colocando-se ao lado dos requerentes e expressando grande preocupação com a influência das obras no cemitério para a salubridade da região. Queixa-se diante do desconhecimento da Diretoria sobre o cemitério ali existente e solicita que se tome consciência das "justas observações" dos moradores e cessem as obras. O Diretor do Serviço Sanitário entende que "o prolongamento do Cemitério para o lado da Estrada de Ferro," como projetou a Câmara, constitui um "atentado à saúde dos moradores" das imediações, e norteia o protesto da Diretoria pelas seguintes considerações do inspetor sanitário:

> considerando que os preceitos da boa higiene, impõem o afastamento das necrópoles dos pontos habitados, não só pelas emanações resultantes da abertura de sepulturas, como ainda pela infecção do subsolo e das águas; considerando que é regra serem os cemitérios colocados na contra-vertente das habitações, prevalecendo as razões alegadas acima; considerando que o Cemitério do Brás, pelas obras que estão procedendo, não só se aproxima da zona habitada na 4ª Parada; como ainda se dirige para a vertente da mesma zona (...); considerando que nem justifica esta deliberação de natureza do terreno, pois que todo ele é da mesma formação geológica; considerando que a Câmara possui terrenos na contra-vertente, para onde o Cemitério pode ser prolongado, sem prejudicar aos moradores circunvizinhos, porquanto, para esse lado, apenas existe uma casa, já prejudicada pelo antigo cemitério.[62]

---

[62] Parecer do inspetor sanitário Balthazar Vieira de Mello, enviado em Ofício do Diretor do Serviço Sanitário para o Intendente de Justiça, Polícia e Higiene, em novembro de 1895 (processo da mesma lei n.186).

À indicação de uma "possibilidade remota" de contaminação expressa no parecer de Guilhem, o Diretor do Serviço Sanitário responde com indicações que denomina como regras, concluindo taxativamente contra a continuidade das obras. O médico Balthazar Vieira de Mello, autor do parecer pedido pelo diretor, faz menções mais ou menos vagas a preceitos de "boa higiene" e necessidade de afastamento entre habitações e cemitérios, mas não apresenta argumentos mais claros ou firmes que aqueles trazidos pelo engenheiro. Percebe-se uma certa complementaridade nessas duas falas técnicas, a meu ver, ambas apoiadas no discurso de autoridade que as norteia. Enquanto o Guilhem deixa entrever uma probabilidade, mesmo que remota, de contaminação das águas ao analisar a questão a partir de preceitos técnicos, Mello está atento aos habitantes – diria, aos corpos – da região, mostrando-se então mais enérgico em relação ao caráter inadmissível dessa hipótese: se existe a possibilidade, o poder público deve agir para eliminar eventuais riscos. Aparentemente os dois saberes são postos assim em diálogo em função do ambiente urbano – nesse caso, por meio do engenheiro e do médico acerca do cemitério – e as tensões e contatos entre eles acaba originando um terceiro campo de saber ligado à cidade.

Fora algumas citações técnicas referentes ao solo, o último parecer guarda muitas semelhanças em relação ao parecer do engenheiro, mas a determinação que prevalece é a do médico. Parece-me que a suposição de uma ameaça sanitária, violando as ações administrativas que vinham priorizando o saneamento, teve importância singular nesse caso. Também pode ter contribuído nesse sentido o fato do poder estadual ser uma instância superior de decisão e, na situação específica das repartições ligadas ao saneamento naquele momento, ocupar um espaço privilegiado como uma das principais frentes de ação dos governantes. Ainda reforçando a autoridade do documento do Serviço Sanitário, o ofício contava com a rubrica do presidente da Câmara, Pedro Vicente de Azevedo, determinando o cumprimento da solicitação do Diretor. Somadas tais evidências de autoridade ao presumível temor dos vereadores incitado pela dúvida sobre o risco das obras, após

longas discussões a Câmara determina a interrupção do aumento do cemitério, além da demolição dos muros já feitos e remoção do material para o novo prolongamento.

Pelo movimento descrito, envolvendo munícipes, edis, engenheiros municipais e autoridades sanitárias estaduais, fica clara a importância da ação dos moradores nas decisões governamentais. Fica também claro o papel significativo dos saberes ligados ao saneamento nas reivindicações e nas mesmas decisões, embora o movimento não permita uma afirmação categórica quanto à origem estrita desses saberes – vinculados a tradições, a práticas construtivas, a teorias mesológicas, a conhecimentos da engenharia e da medicina. É possível uma leitura daquele momento como uma transição entre os saberes, partindo por vezes de observações empíricas, e em outras de preceitos e conhecimentos de base científica, ou ainda pode-se atestar a convivência de saberes e tradições diversas, ao contrário de uma hegemonia científica, por exemplo. Na exposição de *A Província de São Paulo* de 1881, citada no início deste capítulo, é notável esse movimento de convivência, quando o autor indica as possibilidades de análise química da água e em seguida conclui se tratar de líquido potável pela simples observação da sobrevivência dos ribeirinhos da serra da Cantareira. Outra indicação desses contatos está no início das discussões sobre o cemitério do Brás na década de 1870, quando são solicitados simultaneamente os pareceres religiosos e médicos para nortear a decisão, ou ainda no parecer da Diretoria do Serviço Sanitário, quando citam "preceitos da boa higiene" como principal justificativa contrária às obras. Em vez de apresentar, por exemplo, indicações de uma análise objetiva, de bases científicas, conduzem a discussão para uma objetividade mais empírica, com base em observações e impressões ligadas às teorias dos miasmas. Naquele momento tais preceitos tinham status científico, sem dúvida, mas chamo a atenção aqui para as relações desses saberes com a experiência cotidiana, muito mais facilitadas do que no caso das abstrações científicas das teorias pasteurianas que estavam a caminho.

Outras observações significativas relativas aos encaminhamentos dados à questão sanitária a partir das discussões sobre o cemitério da Quarta Parada dizem

respeito a uma regulamentação geral. A mesma Câmara, nas sessões seguintes a esses debates, discutiu e aprovou uma lei regulamentando a criação e funcionamento dos cemitérios municipais, baseando-se em um longo e interessante relatório manuscrito, transcrito para leitura pela edilidade, com o título: "Cemiterios Municipaes da Cidade de S. Paulo".[63] Grande parte do relatório teve origem em pontos debatidos pelos edis e *especialistas* a partir dos requerimentos dos moradores, e a redação do mesmo coube aos médicos do Serviço Sanitário estadual.[64] Para esclarecer e situar a extensão da discussão, indico os assuntos listados no sumário desse relatório: depois de notas preliminares, segue descrevendo a situação do Cemitério Municipal da Consolação, apresenta uma visão técnica sobre a nocividade dos cemitérios, compara as condições então existentes, comenta as demandas percebidas (esclarecendo os usos ou o "movimento do cemitério" da Consolação e depois do Brás), descreve o cemitério Municipal do Brás, informa critérios para a área dos cemitérios, seu alargamento (da Consolação e o novo do Araçá) e sua legislação, tece considerações higiênicas, parâmetros para drenagem e de construção de necrotério e, por fim, apresenta suas conclusões sobre o assunto. Todo o documento pontua procedimentos julgados adequados e parece pretender o estabelecimento de padrões a serem seguidos,

---

[63] "Cemiterios Municipaes da Cidade de S. Paulo. Relatorio apresentado ao Dr. Joaquim José da Silva Pinto Junior – Director Geral do Serviço Sanitario – pelo Dr. Evaristo da Veiga – Inspetor Sanitario, 02/1/1896". Totaliza cerca de 30 páginas, constituindo parte da documentação do processo da lei n.196, AHMWL-FCMSP, Vol. 2180.

[64] Em 1895 o único serviço sanitário existente era o estadual, sendo o municipal exercido prioritariamente pela Intendência de Polícia e Higiene. No ano seguinte a lei n.219, de 18/03, determina que o cargo de Fiscal de Higiene desta intendência deveria ser exercido por obrigatoriamente por um médico, e dois anos depois a Câmara organizara o Serviço Sanitário Municipal. Parece-me possível uma leitura dessas ações da municipalidade como indícios de uma tentativa de equilibrar o poder nos níveis estadual e municipal, ou ainda respostas às intensas discussões sobre saneamento e sobre os cemitérios – afirmação que se baseia também nas características dos governos do período, em fase de reestruturação e, no caso da instância municipal, passando por sucessivas reestruturações. (sobre as leis, volume 2182).

evitando-se assim discordâncias tão numerosas quanto as percebidas sobre o caso do Brás.

É significativo notar o destaque dado às observações de cunho prático em detrimento de análises genéricas, mesmo se tratando de um documento com objetivos voltados à generalização. Exercendo funções administrativas ou respondendo às demandas dos gestores públicos, os *especialistas* parecem mais pragmáticos e políticos do que se pudesse supor a partir da aura de neutralidade atribuída aos saberes científicos e seu discurso de competência. As pautas das reivindicações dos moradores, das prioridades administrativas, das elaborações dos profisionais, parecem bem próximas na questão sanitária, sendo possível que permanecessem em parte harmônicas e convergentes. Mesmo expressando interesses divergentes através de retóricas por vezes dissonantes, as pautas se encontram no entendimento de necessidades sanitárias. Lembro ainda que além da questão da localização, mereceu destaque no relatório a relação da água com os cemitérios, quando trata da drenagem e das condições higiênicas – precisamente o ponto do qual partiram as reivindicações. É, na verdade, o centro da discussão dado pelos dois requerimentos, e estava ainda no centro da questão do saneamento. Sendo percebido como assunto de inegável importância na sociedade, também poderia ser usado como instrumento político, inclusive por grupos distintos. Tal percepção está presente nos requerimentos do Brás, no relatório, nos discursos administrativos, como o seguinte, do governo do estado, e reafirmam constantemente a gravidade do assunto.

> Continuava a ser um dos mais sérios problemas da administração. As municipalidades iam-se compenetrando da importância do assunto e foi de eficácia o auxílio que o governo lhes deu para os serviços de água e esgotos. [...] Na capital houve alguns casos da mesma moléstia [febre amarela], notadamente no Brás e Santa Efigênia, desaparecendo

> logo devido a medidas higiênicas de fiscalização, limpeza domiciliária e lotação das habitações.[65]

Não era apenas o Brás ou as Várzeas, como o Carmo, que preocupavam as autoridades e os munícipes, mobilizando-os em torno da questão sanitária e do direito de participação nas decisões sobre a cidade. Bairros novos e regiões consideradas mais equipadas materialmente também geravam preocupações e mobilizavam setores da população. O requerimento de 1902 dos moradores da Vila Buarque – bairro "tão novo", segundo afirmam – também demonstra inquietações com as questões sanitárias, tais como o "entulho dos terrenos baixios e alagadiços que constituíam focos paludosos." [66] Partem da idéia de que "a salubridade de uma cidade não depende exclusivamente do meio interior, higiene e saneamento, mas também do meio exterior, clima e topografia." E questionam o traçado das ruas do bairro, afirmando que as regiões baixas (o perímetro delimitado pelas ruas Vila Nova, Cesário Mota, Marquês de Itu e Major Sertório) teriam uma topografia pouco favorável à saúde de seus habitantes, pois não asseguraria condições de salubridade externas às moradias. Segundo o documento, tais regiões receberiam todas as águas de drenagem natural dos terrenos mais altos do bairro que, sendo habitados, gerariam detritos diversos que seriam transportados pelas águas. Os detritos em decomposição estariam tornando o solo "um poderoso fator de nocividade ou antes, sem hipérbole um verdadeiro solo patogênico". Por tais motivos, "e outros que a alta competência da Câmara suprir", solicitam a ligação das ruas Vila Nova e Maria Antonia, "como medida de relevância sanitária", esclarecendo a preocupação dos moradores que seriam zelosos nos quesitos de higiene doméstica e merecedores da atenção dos administradores nos aspectos exteriores.

---

[65] Mensagem ao Congresso Legislativo, por Rodrigues Alves em 1900. EGAS, II, 132

[66] Processo da lei 605 de 06/10/1902, que autorizara o Prefeito a entrar em acordo com os proprietários dos terrenos necessários para o prolongamento da rua Vila Nova, na Vila Buarque. Há pareceres das comissões de vereadores de Obras, Justiça, Finanças, além do documento assinado pelos moradores, solicitando a ligação daquela rua à Maria Antonia. (AHMWL-FCMSP, Vol. 1975).

> E contra a influência especial e nociva deste meio exterior, que valem as condições de salubridade de uma habitação e a mais rigorosa higiene domiciliar? Rico, próspero, com uma população bastante densa, o bairro Vila Buarque merece dos senhores Edis da Municipalidade, a sua consideração, o seu apoio, o seu esforço mesmo em ordem a ser completamente sanificado. Não desconheceis que a sua sanificação dependa primordialmente da circulação franca, larga e enérgica do ar, porque como bem define abalizado higienista, as ruas e praças de uma povoação têm funções semelhantes às artérias e pulmões, são canais de circulação e órgãos de respiração.

Chama atenção a clareza com que relacionam preceitos de higiene de abrangência doméstica e pública, a retórica com que articulam interesses particulares e gerais, e a propriedade com que usam as metáforas biológicas para os problemas urbanos – imagens empregadas desde o final do século XVIII, a partir das descobertas sobre circulação sanguínea, e bastante duradouras nas teorias urbanísticas.[67] Os solicitantes também revelam clareza nas metas ao apresentarem a solução para o problema apontado, abarcando questões jurídicas e técnicas. Além de um croqui mostrando as modificações propostas no arruamento do bairro, indicam os procedimentos para as desapropriações previstas no plano – e mesmo não se tratando dos proprietários dos terrenos a desapropriar, afirmam a disposição destes a aceitar uma avaliação da Câmara Municipal. Documento assim claro e bem situado, foi assinado por um grupo distinto, entre os quais estavam magistrados, deputados, médicos, devidamente identificados.[68]

---

[67] Sobre as metáforas biológicas, ver Béguim (citado) e um interessante ensaio que descreve suas várias relações com o urbanismo: GUNN, Philip e CORREIA, Telma de Barros. "O Urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade". In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, pp. 227-260.

[68] Assinam: Dr. Francisco Maria de Mello Oliveira (clínico), Rodolpho Miranda (deputado federal, sócio da Empresa Obras do Brasil com o engenheiro Manuel Buarque de Macedo, que adquirira a área do bairro para arruamento em 1893), Remigio de C. Leite, Eugenio Rocha (magistrado), Francisco Malta (lançador) e

Trata-se, na verdade, de um segundo requerimento proveniente daquele bairro com o mesmo pedido, sendo o primeiro de dois anos antes, assinado por um grupo maior de pessoas, e menos enfático que esse na argumentação.[69] Pela planta levantada pelo corpo técnico da Câmara fica assinalado que o prolongamento passava por algumas propriedades de pessoas com certo prestígio social, como de Juvenal Parada, Antonio Pepe, Eugenio Luiz Guilhem e Ernesto Rudge Ramos, resultando em investimento elevado para desapropriá-las. Apesar do alto custo das desapropriações e do parecer contrário do engenheiro municipal Victor da Silva Freire, que julgava essa medida pouco urgente diante de outras reclamadas pela cidade e inteiramente desproporcional ao benefício que geraria, o projeto teve prosseguimento.[70] É interessante nesse processo a prevalência da vontade política, aqui entendida em sentido estrito da política de pressões e interesses privados cotidianos, visto que uma série de indicações pareciam atestar contra as obras solicitadas, mas elas acabaram sendo realizadas. Não se trata de pressão numerosa, mas intensa, visto que o segundo requerimento conta apenas com seis assinaturas e parece ter sido decisivo no processo – pode-se dizer, sem dúvida, que abarcavam

---

Raymundo Duprat (que viria a ser Prefeito da cidade, de 1911 a 1914). AHMWL-FCMSP, Vol. 1975.

[69] O abaixo-assinado anterior, solicitando o mesmo prolongamento, foca sua argumentação na questão do trânsito e da possibilidade de ligar bairros importantes (Vila Buarque, Consolação e Higienópolis); e conta com cerca de trinta assinaturas: Evaristo C. Engelberg, Pedro A. Engelberg, Eugenio Rocha, R. C. Leite, J. C. Corrêa, Basilio M. R. da Cunha, Julio B (?), Augusto M. de Freitas, Antonio da Costa Aguiar, Celestino Azevedo, Leonardo Marques, José Jacintho Ribeiro, Isaias Vieira, Americo C. de Sá, Antonio A. Gonçalves, Manoel Nobrega d'Almeida, Joaquim Franco de Mello, Benevides da Rocha Trigo, José Maria de Toledo, Romão Piuggari, J. G. Barreto, Agricio Camargo, Raymundo Duprat, Carlos Azambuja, Rodolpho Miranda, Julio Cesar da Silva, Miguel Lemos de Sá (não decifrei 4 assinaturas, o requerimento anterior é escrito com mais rigor). AHMWL-FCMSP, Vol. 1975.

[70] Segundo informação da diretoria de obras, assinada por Freire em 03/03/1902, os interessados deveriam mostrar-se menos exigentes quanto ao valor, para que o referido prolongamento pudesse ser feito em condições razoáveis. Freire foi nomeado Diretor da Seção de Obras da Prefeitura de São Paulo pelo Ato Executivo número 1 (primeiro ato do primeiro Prefeito da cidade, Antonio da Silva Prado), em janeiro de 1899. (AHMWL-FCMSP, Volumes 754 e 760).

interesses de pessoas das elites da capital.[71] As prioridades gerais da ação reivindicada – ligadas às medidas sanitárias do meio urbano – eram partilhadas pelos administradores e pelos moradores, mas analisada detidamente, a obra estava ligada muito mais a preocupações bastante pontuais.[72]

Lembro ainda, comparando outros documentos apresentados em relação ao bairro do Brás, a ausência de qualquer observação que confrontasse interesses gerais e particulares, como ocorrera em diversas situações levadas à Câmara por habitantes de arrabaldes distantes ou menos favorecidos materialmente. Seriam, assim, os instrumentos da administração urbana passíveis de reprodução de contradições e privilégios sociais e econômicos naquele momento. Mesmo com essa dimensão pouco equânime, o poder público permanece constantemente como recurso de setores amplos da população, que continuavam buscando as autoridades administrativas para discussão de problemas e proposição de soluções – e tal fato não pode ser relevado à custa da perda de uma oportunidade de compreensão das relações complexas que estavam sendo estabelecidas.

---

[71] A lei 618, de 10/12/1902, retoma o assunto (AHMWL-FCMSP, Vol. 1976), autorizando uso de verba para aquisição dos terrenos necessários para o prolongamento da rua Vilanova, pela quantia máxima de 62 contos de réis. Há listagem relacionando as quantias pagas a Antonio Ferreira da Fonseca (menor, seu credor é José Marianno), Eugenio Luiz Guilhem, Antonio Pepe (representado por Gaetano Pepe), Athur Rudge Ramos e Juvenal Parada. Guilhem seguramente é parente do engenheiro municipal de mesmo nome. Há nova planta identificando as propriedades de cada um. A lei 707, de 26/01/1904 autoriza o gasto de cerca de 14 contos com o calçamento com paralelepípedo de pedra da rua Dr. Villanova entre as ruas D. Maria Antonio e Major Sertório (volume 1983). Despesa de 13 contos é autorizada pela lei 870, de 23/01/1905, para execução da obra (Vol. 1993).

[72] Conforme Simoni, o loteamento da Vila Buarque foi lançado em 1891, mas o sucesso do empreendimento só começou a ser viabilizado cinco anos mais tarde, quando a Câmara Municipal, por indicação do vereador Toledo Piza, autorizou uma série de obras, como a construção de muros de fecho dos terrenos (SIMONI, Lúcia Noemia. *O Arruamento de Terras e o Processo de Formação do Espaço Urbano no Município de São Paulo. 1840-1930.* Tese (Doutorado em Arquitetura). São Paulo: FAU-USP, 2003, capítulo 3, item 8).

2. *Salubridade e civilidade: habitações e higiene urbana*

Cidade salubre, habitação moral

Quando os moradores da Vila Buarque questionavam a validade das "condições de salubridade de uma habitação e a mais rigorosa higiene domiciliar" sem a contrapartida dos cuidados sanitários dos espaços exteriores, ou seja, do próprio meio urbano, evidenciavam a abrangência de suas inquietações relativas ao saneamento doméstico.[73] Embora não quisessem focar esse aspecto da questão, utilizavam-se da argumentação para colocar em evidência uma suposta contradição entre cuidados sanitários internos e externos, possivelmente buscando indicar para a edilidade a necessidade de se manter um equilíbrio entre esses vetores de insalubridade, ou ainda, como estratégia retórica, revelando às autoridades sua ciência em relação à apreensões governamentais com a higiene dos domicílios. Independente da motivação, a referência deixa indícios de uma preocupação que atravessaria várias décadas, não só na capital paulista, e que já perpassara pelo menos meio século até esse registro dos moradores: a salubridade das habitações. Problemática diretamente ligada às grandes aglomerações urbanas, principalmente nas áreas industriais, está igualmente vinculada a novas experiências, sensibilidades, possibilidades, precauções e temores gerados nesse contexto.

A atenção relativa ao saneamento teve importância singular no entendimento e tratamento dessa problemática, mas estava longe de encerrá-la, dada sua complexidade e as mobilizações que gerava.[74] A problemática urbana no século

---

[73] A Vila Buarque, arruada e loteada na última década do século XIX, era considerado um bairro salubre, com ruas e construções que seguiam os padrões construtivos ligados às preocupações higiênicas do período. A reclamação aqui referida, tratada anteriormente, reforça essa noção de espaço salubre à medida que exigia dos poderes púbicos a abertura de uma rua que o tornaria "completamente sanificado". AHMWL-FCMSP, Vol. 1976.

[74] O contexto da industrialização acelerada na Europa, principalmente na Inglaterra, tem sido largamente debatido academicamente em vários aspectos. Por exemplo, seus impactos tecnológicos, foram analisados por Landes e Munford, entre outros, as questões sociais têm merecido grande atenção dos historiadores, como Hobsbawn e

XIX foi abordada sob pontos de vista diversos, passando pelas críticas engajadas de Engels sobre as graves conseqüências da experiência industrial sobre a vida dos trabalhadores ingleses nas grandes aglomerações urbanas, pelas pesquisas de base estatística e sociológica feitas por Charles Booth sobre as condições de vida e trabalho dos londrinos (incluindo registro detalhado, por meio da representação abstrata em um mapa da distribuição da pobreza nas áreas da cidade), e as análises críticas feitas pelo engenheiro Ildefons Cerdà sobre a situação dos trabalhadores que viviam em Barcelona em meados do século, antes de propor seu tratado inovador de urbanismo. A essas abordagens de base sociológica ou ligada a saberes específicos, acrescenta-se ainda o rico e numeroso registro que a literatura produzira a partir da percepção dos impactos da vida nas grandes cidades.[75]

Perrot, e as modificações culturais percebidas em sua força desde dos estudos de Benjamim, além dos impactos nas sensibilidades, notórios nas reflexões que partem da literatura ou ainda na abrangente obra de Gay. Os impactos urbanos da industrialização têm sido freqüentemente debatidos por historiadores, sociólogos e urbanistas, constituindo até mesmo o ponto de partida de muitos deles. Nessa vasta bibliografia, indico alguns dos mais influentes, procurando indicar apenas a proeminência dos estudos relacionados aos impactos da industrialização: LANDES, David S. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até nossa época.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: mulheres, operários, prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, MUMFORD, Lewis. *Arte e Técnica.* Porto: Edições 70, 1986, GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud.* 5 vol., São Paulo: Companhia das Letras, 1988-2002, BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade na História da Europa.* Lisboa: Presença, 1995, BENJAMIN, Walter. "A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica". In: *Obras Escolhidas, Vol I: magia e técnica, arte e política.* 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, s/d., BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza.* 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

[75] ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra.* Porto: Afrontamento, 1975. A pesquisa de Charles Booth, realizada entre 1886 e 1903, em um mapa (*Descriptive Map of London Poverty- 1889*) e um amplo relatório (*Life and Labor of the People in London.* 10 vol. London: Macmillan, 1894-1903); verificar em: BOOTH, Charles. *On the City: physical pattern and social structure; selected writings.* Chicago: Phoenix Books, 1967. Sobre Cerdà, as referências biográficas do autor indicam suas observações relativas aos operários de Barcelona: CERDÀ, Ildefonso. *La théorie générale de l'urbanization.* (adaptada por Antonio Lopez Aberasturi). Paris: Seuil, 1979. Sobre as impressões anotadas pela literatura: BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Século XIX: a elaboração de um mito literário". *História: questões & debates,* nº 13, 1986, pp. 209-244.

No início do século XX em São Paulo, quando é redigido o requerimento da Vila Buarque, a questão da salubridade das habitações voltava-se especialmente para a situação das moradias de classes desfavorecidas materialmente, com atenção aos chamados cortiços e casas de cômodo. Os documentos administrativos e os periódicos de São Paulo naquela época referem-se a essas moradias com linguagem imprecisa, ora como habitações operárias ou para operários, sem sentido estrito da terminologia, ora como habitações populares, genericamente abarcando as casas de grupos economicamente desfavorecidos. Questão complexa naquela época e ainda hoje, a problemática da habitação operária – optando aqui pela denominação empregada pelos contemporâneos, assim como no caso dos jornais operários – estava intimamente ligada às precauções higiênicas, como também envolvia preocupações sociais, econômicas, políticas e estéticas, que pretendo esclarecer.[76] Essa questão é pontuada de diferentes formas nas discussões da gestão municipal desde a década de 1870, e permaneceria intensamente debatida como preocupação de outras organizações ao longo da primeira metade do século XX, como o Instituto de Engenharia e o IDORT, por exemplo, além de constituir parte da pauta de movimentos de trabalhadores.[77]

O primeiro registro que localizei revelando preocupação dos edis com habitações na capital paulista é de 1875, em uma indicação do vereador José Homem Guedes Portilho sobre a necessidade de se incentivar a criação de companhias

---

[76] Uma abrangente análise dos projetos de moradia popular na capital na primeira metade do século XX, está em CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A Construção de um Sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo - 1917/1940)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. Além de estudos históricos, há uma série de outros trabalhos de perspectiva sociológica e urbanística que aprofundam o estudo dessa temática em com outras abordagens, com interesse para estas reflexões *

[77] Na década de 1940, por exemplo, o Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo (IDORT) coordenou uma série de conferências na Escola de Comércio Álvares Penteado, reunindo cerca de trinta conferências de diferentes áreas para debater a questão da moradia operária na chamada "Jornada da Habitação Econômica". O conjunto das palestras e conferências foi publicado em número especial da *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura, ano VII, Vol. 82, junho de 1942.

edificadoras, a exemplo de outras cidades, tendo sido aprovada unanimemente, mas sem apontamento posterior relativo a providências.[78] Não passara então despercebido na Câmara que no mesmo ano de 1875 era concedida na Corte a isenção do pagamento da décima urbana (equivalente no século XIX ao imposto predial) para aqueles que quisessem substituir as habitações insalubres por outras aprovadas pelas autoridades municipais e imperiais, embora a medida não tivesse alcançado resultados práticos imediatos. Isso só foi viabilizado economicamente com benefícios e incentivos do próprio império a partir de 1882, por meio de outra lei, e mesmo assim até 1890 o governo só tinha conseguido distribuir doze concessões na Corte, sem que os empresários tivessem conseguido capitalizar os recursos necessários.[79]

Na verdade as menções ao problema das moradias na década de 1870 na capital paulista pareciam estar norteadas por critérios distintos daqueles em destaque na passagem para o século XX, pois o assunto era discutido esporadicamente, e as resoluções revelavam predomínio de julgamentos subjetivos, como no caso da indicação, em 1871, de desapropriação de duas casas junto à Igreja

---

[78] Cita a Companhia Predial da Corte, a Associação Predial do Recife, a Companhia Predial Edificadora da Cidade de Porto Alegre, indicando as datas de criação respectivas, todas na década de 1870. Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 30/3/1875. *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1875, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LXI, 1948, pp. 40-41.

[79] PECHMAN, Robert Moses e RIBEIRO, Luís César de Queiroz. "A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro: contribuição à história do capital imobiliário" *Revista Rio de Janeiro*, nº 1, 1985, pp. 105-113. O Relatório sobre habitações populares apresentado pelo engenheiro Backheuser ao ministro da Justiça e Interior em 1906, além de avaliar os aspectos técnicos envolvidos na questão, apresenta também uma longa descrição das iniciativas anteriores, no Rio de Janeiro, em Niterói, em Pernambuco e mesmo em São Paulo (para a qual comenta o Padrão Municipal das Construções, de 1886). Apontando que diante de "copiosa legislação" os resultados obtidos foram "a bem dizer, nulos", o engenheiro, membro da Comissão encarregada de estudar o assunto, descreve iniciativas tomadas em outros países e busca, a partir da avaliação geral do problema, apontar caminhos para a administração. BACKHEUSER, Everardo. *Habitações Populares. Relatorio Apresentado ao Exmo. Sr. J. J. Seabra Ministro da Justiça e Negocios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

dos Remédios, que estariam "bastante velhas", nas palavras do vereador.[80] A inquietação do governo municipal sobre o assunto reaparece com freqüência no período do limiar XIX-XX, sendo destacados os momentos seguintes: 1893, 1897, 1900, 1901, 1902 e 1908, quando o tema volta à pauta da edilidade como deliberação legislativa voltada especificamente para as habitações operárias – foram aprovadas quatro leis que pretendiam promover a construção de casas baratas e higiênicas.[81]

O conjunto de ações dos governantes era amplo e talvez essas tentativas de estimular a construção de moradias operárias em grande número constituíssem a frente menos bem-sucedida entre elas. Certamente eram mais intensas as ações normatizadoras e fiscalizadoras das construções e moradias, passando também pelas ações dos visitadores sanitários norteadas por saberes e competências médicas e voltadas à higiene domiciliar.[82] Grande parte das normas e parâmetros passíveis de fiscalização a partir do final do século XIX teve origem nas conclusões do detalhado relatório sobre habitações operárias e cortiços no bairro de Santa Efigênia, feito por uma Comissão de Inspeção em 1893. Essas inspeções constituem uma resposta às intensas preocupações dos poderes públicos e de setores da sociedade em relação à salubridade e risco dessas habitações servirem como focos de epidemias, em especial

---

[80] Indicação de Joaquim Cantinho, aprovada pela Comissão Permanente (na sessão de 24/8). *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1871. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LVII, 1947, p. 72.

[81] Lei n.315, de 14/08/1897, autorizando a Intendência de Polícia e Higiene a contratar com Guilherme Maxwel Rudge a construção de vilas operárias (AHMWL-FCMSP, Vol. 1958). Lei n.553, de 14/11/1901, autorizando o Prefeito a contratar a construção de casas, vilas operárias e núcleos coloniais com o Dr. Arthur Pio Dechamps Montmorency, tendo sido o contrato renovado nos três anos seguintes, pelo menos. (volume 1973), e a mesma autorização reeditada através da lei n.604, 13/9/1902 (volume 1975). Por fim a lei n.1098, de 30/6/1908, concede favores para a construção de casas operárias – e nessa há um longo relatório sobre a questão. (AHMWL-FPMSP, Caixa 55).

[82] Os conflitos gerados e as prioridades verificadas nas ações fiscalizadoras dos médicos e agentes do Serviço Sanitário, foram apontados em: MOTA, André e SANTOS, Marco A. C. *Op. Cit.*

a febre amarela.[83] Reunindo visões de *especialistas* – três médicos e dois engenheiros – e ordenando a análise da temática por critérios entendidos como racionais, o relatório claramente deveria exprimir um diagnóstico científico e em seguida uma fundamentada orientação técnica que garantisse a construção de moradias salubres.

Para os relatores a vistoria detalhada das casas era uma necessidade imposta ao poder público como parte de um amplo plano de saneamento da cidade, visando converter esse ponto vulnerável que constituía a habitação insalubre – "chaga oculta no coração da cidade", segundo o relatório – em boa higiene urbana. Nesse sentido, lembram a insuficiência da melhoria das condições de abastecimento de água e do serviço de esgoto para garantia da salubridade. Citavam uma série medidas de maior alcance, como a drenagem profunda e superficial do solo, a limpeza dos terrenos baldios e quintais, a retificação do curso de rios urbanos, a regulamentação das construções novas, a arborização das praças e logradouros públicos e o calçamento e asseio das ruas. Nas palavras desses relatores, era necessário "tomar enfim todas as medidas para manter em nível elevado a higiene de uma cidade que cresce rapidamente e cuja população triplicou em dez anos". Apesar da abrangência, esse conjunto de providências era considerado por eles insatisfatório, e abria possibilidade para situarem a questão da habitação com elevado grau de importância no contexto do saneamento urbano.

> [...] é preciso cuidar da *unidade urbana*, a habitação, não já da habitação privada, mas daquela em que se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o *cortiço* como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas

[83] A comissão era formada pelo engenheiro-chefe municipal Luiz Cesar do Amaral Gama, o engenheiro-chefe da Repartição de Águas do Estado Theodoro Sampaio e os Delegados de Higiene Dr. Candido Espinheira, Dr. Cunha Vasconcelos e Dr. Marcondes Machado. *RELATÓRIO Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva, 1893*. São Paulo: Typographia á Vapor de Espindola, Siqueira & Comp., 1894. O relatório é comentado por Bresciani, em texto sobre sanitarismo e questões estéticas, e Rolnik, ambos citados anteriormente.

> pela dificuldade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele.[84]

É significativo que naquele mesmo ano uma proposta dos vereadores para a construção de habitações econômicas e higiênicas para operários tenha sido discutida ao longo de quatro meses na Câmara, levando em conta destacadamente a situação das habitações de Santa Efigênia – mesmo considerando ter sido a proposta rejeitada por falta de consenso sobre a participação efetiva do governo municipal na empreitada. Seguramente o enfoque da questão habitacional em relação com o meio urbano modificou a forma de apreensão do tema do saneamento, voltando a atenção das autoridades e *especialistas* para a *unidade*, entendida por meio da metáfora da cidade-organismo como célula urbana. O estudo do relatório, que se detém na mesma região da cidade, percorre racionalmente as moradias em seus oito capítulos, guiando o olhar do leitor de forma organizada e coerente. A primeira parte nitidamente mapeia a questão, partindo das justificativas sanitárias para as inspeções, passando pelas descrições detalhadas das áreas que teriam sido afetadas pela epidemia de febre amarela e por fim estabelecendo uma tipologia das habitações (estalagens, cortiços, habitações operárias) com sua respectiva distribuição espacial pela área pesquisada. A partir dessa apreensão, o documento propõe e analisa medidas de prevenção, regulamentação e intervenção em cada tipo de moradia, de acordo com as características levantadas e os preceitos higiênicos norteadores de todo o estudo, e por fim indicam as medidas a serem adotadas na projeção de futuras vilas operárias. O diagnóstico e a terapêutica indicada para a *unidade urbana* teria o papel primordial de sanear a totalidade da cidade.

Tomando o relatório por essa visão geral é possível entrever a força retórica que deve ter tido diante da problemática cada vez mais urgente, considerando-se o crescimento demográfico e a expansão da cidade na época, além da importância que foi dada à questão. O relatório conduz o olhar do leitor pelas ruas de

---

[84] *Idem Ibidem* (grifo no documento).

Santa Efigênia, guiando-o enfaticamente na direção das inadequações do meio natural (observando aspectos como: topografia, drenagem do solo, umidade e infiltrações) e impropriedades construtivas (basicamente apontando insuficiências: de luminosidade, de ventilação interna e do soalho, de área livre, de forro, de altura das paredes, de caiação e reboco, de torneiras e latrinas, etc.). Assim, os dados forneciam, além de uma visão eminentemente prática da questão, a caracterização necessária para que se estabelecessem as normas de construção de moradias capazes de eliminar e impedir essa "chaga" da cidade. A atenção estrita ao nível celular da cidade – células doentes, cumpre lembrar, pontos vulneráveis do "sistema de defesa" – de fato produziu diversos atos de regulamentação do uso do espaço na capital, originando uma frente de trabalhos do urbanismo em formação especialmente voltada para a *unidade urbana*.[85]

A aparente objetividade do relatório e, conseqüentemente, das medidas tomadas pelos edis e pela administração municipal – e estadual – a partir de suas indicações, torna-se um pouco difusa a partir de uma leitura detalhada do documento. É patente o distanciamento em relação ao quadro descrito pelos *especialistas* e notório que tal separação não se dê pelo olhar supostamente afastado pela análise racional do objeto, que seria pressuposto do conjunto do estudo. Na

---

[85] A legislação municipal que trata das construções, iniciada com as codificações das posturas municipais feitas desde a década de 1860, é bastante extensa. Inicialmente regulamenta aspectos exteriores, como a questão do alinhamento e necessidade de caiação das fachadas das habitações, mas em meados da década de 1890 já tinha sido estabelecida uma série de medidas legais para a regularização das construções. Por exemplo, a lei n.38, de 24/5/1893, determinava a aprovação de plantas para novas edificações, e o cumprimento da lei implicava no registro da obra em livro impresso pela Câmara, no qual o empreiteiro e/ou o proprietário assinavam um termo de compromisso e obrigação. Na leitura desses termos, revela-se uma diversidade surpreendente de anônimos construtores da cidade em suas *unidades*, muitos deles inábeis para assinar seus nomes ou pouco adaptados à cultura do país para deixar de datar o termo na língua materna, quando estrangeiros, todos postos lado a lado com construtores de prestígio ao legalizarem sua empreitada (há dezoito volumes com tais registros no AHMWL, entre 1894 e 1905, pelo menos). O Código Sanitário Estadual, aprovado no ano seguinte ao relatório de Santa Efigênia, reservara também um capítulo especialmente para as habitações coletivas, conforme analisa CARPINTÉRO, *Op. Cit.*, capitulo II.

verdade é significativo notar o quanto desse afastamento pensado com bases objetivas, por apoiar-se em saberes de caráter científico, está presente principalmente onde o documento parece mais subjetivo. Descrevendo detalhes dos sessenta e cinco cortiços visitados, totalizando 965 indivíduos habitando 281 cubículos, "esses espaços insalubres", os profissionais acabaram informando outros pressupostos que estariam norteando sua observação. Em última instância, revelaram conjecturas bem menos objetivas que as atribuídas aos saberes científicos legitimadores do relato feito. Assim, apresentaram no relatório variados comentários que expressavam julgamentos morais e estéticos, mesclados às observações com intenção mais objetiva, e constituíram/consolidaram um repertório moralmente carregado. São exemplos desses julgamentos os registros: "paredes com quadros de mau gosto", "móveis desagradavelmente dispostos", cortiço "abandonado à incúria de seus habitantes", reiteradas observações sobre o "pouco asseio" das habitações e dos habitantes, e a anotação do "desprezo das mais comezinhas regras de higiene doméstica".[86]

Acredito ser importante pontuar tais imagens anotadas pelos *especialistas* para buscar esclarecer, mais uma vez, o peso destacado dos pressupostos sociais e morais na constituição dos saberes sobre a cidade no século XIX.[87] Observadores sociais como Chadwick, em seus relatórios sobre a salubridade das habitações dos pobres, também revelaram forte conteúdo moral em seus relatos sistemáticos e oficialmente objetivos, sobretudo à medida que se preocupavam com a manutenção das capacidades produtivas dos trabalhadores e a preservação de seu capital moral e social. Mesmo Engels, em sua clássica descrição marcadamente crítica sobre as condições do operariado inglês na primeira metade do século XIX, não

---

[86] *RELATORIO*, 1894, capítulos II e III. É notável o juízo franco dessa passagem sobre os pisos dos cortiços: "O soalho jamais se lava, com exceção daquelas habitações ocupadas por famílias alemãs, ou de gente do norte da Europa, onde o asseio é quase sempre irrepreensível." (capítulo III). Sobre a relação entre salubridade e moral, é possível perceber nexos fortes analisando-se a questão social e técnica na cidade em contextos diferentes, mas certamente foi agudizada a partir da problematização da cidade ou configuração da questão urbana.

[87] BRESCIANI. "Cidade e História", *Op. Cit.*

escapa aos julgamentos morais, por exemplo, ao analisar o "Ninho de Corvos", como era conhecido o populoso bairro de Londres St. Giles:

> É aí que habitam os mais pobres dos pobres, os trabalhadores mal pagos, com os ladrões, os escroques e as vítimas da prostituição, todos misturados. A maior parte são irlandeses ou descendentes de irlandeses, e os que ainda não submergiram no turbilhão desta degradação moral que os rodeia, mergulham nela cada vez mais, perdem todos os dias um pouco mais da força de resistir aos efeitos desmoralizantes da miséria, da sujidade, do meio.[88]

No caso do Relatório de Santa Efigênia, não se trata do único documento do período produzido sistematicamente por profissionais da cidade sobre a questão das habitações, tampouco o único produzido a partir de demandas dos poderes públicos. Mas sem dúvida é o único no período a se voltar a uma análise sistemática de uma situação concreta e bastante próxima. Em vez de aproximar, entretanto, o documento afasta-se da realidade das moradias de grupos desfavorecidos, principalmente por meio desse olhar envolto pela carga moral que repele o "cubículo nojento", por um lado, e por outro uma apreensão voltada à proposição de soluções de caráter técnico. A apreensão exterior chega ao estranhamento análogo à clássica comparação de Disraeli ao comentar a realidade londrina em meados do XIX: são "duas nações" formadas pelos trabalhadores e pelas classes médias/altas que pouco contato humano mantêm.[89] Nesse sentido, diante dos propósitos da descrição reconhecidos como objetivos e dessa dificuldade de aproximação em função do olhar armado pelos preceitos sanitaristas com que efetivaram o estudo, não seria admirável localizar também na legislação e regulamentação do meio urbano – através de sua célula – os mesmos estranhamentos e as mesmas visões distorcidas – que certamente seriam visíveis aos citadinos,

---

[88] Verificar FINER, S.E. *Op. Cit.* e ENGELS, Friedrich. *Op. Cit.*

[89] Comentário sobre Disraeli em Hobsbawn, *Op. Cit.*, p. 258.

principalmente quando em conflito com seus interesses. Apesar de não ser o único documento sobre o assunto, portanto, sem dúvida é o mais incisivo e objetivo quanto ao diagnóstico, medidas propostas e prognósticos, sendo por isso tudo o mais influente.[90]

As conclusões do relatório apresentam uma série de medidas que deveriam nortear a regulamentação das construções, como abertura de ventiladores nas bandeiras e alcovas, a colocação de clarabóias, a regularização do reboco, o levantamento do soalho, etc., além de indicar instruções de base prática para a construção posterior de vilas operárias com três tipos diferentes de habitações mínimas.[91] Outra frente de ação sugerida pelo relatório tem caráter de intervenção direta, à medida que se mostram favoráveis a adoção do "Interdito" e da demolição como soluções para espaços com níveis intoleráveis de insalubridade. Zelosos dos direitos particulares, sugerem a interdição, desocupação do espaço, demolição, mas

---

[90] Outros estudos de *especialistas* no período são mais voltados a comparações de situações e soluções dadas ao problema das habitações em outros países, como o relatório "Casas Operárias", anexo ao processo da lei n.1098, de 30/6/1908 (que concede favores para a construção de casas operárias), foi elaborado pelo relator Bernardo de Campos, da Comissão de Finanças, totalizando 49 páginas manuscritas, citando autores, exemplos de países, com análises sociais, riquíssimo. Há ainda o artigo publicado em dois volumes da *Revista de Engenharia* em 1912 e 1913, em que comenta as características das habitações operárias adequadas ao clima de cada país, e descreve os auxílios legislativos, morais e pecuniários dados pelos respectivos governos. VALENTINI, C. "Villas Operarias na Europa e nos Estados Unidos do Norte-parte I e II" in *Revista de Engenharia- publicação mensal de Engenharia Civil e Industrial, Architectura e Agronomia*. Vol. II, n.6, dez. 1912, pp. 150-153, n.9, mar. 1913, pp. 228-232.

[91] É interessante pontuar a permanência dessa tipologia nas leis posteriores e nos contratos que autorizaram a construção de casas operárias em forma de vilas, com características semelhantes para cada tipo e apenas acrescentando um quarto modelo padronizado de construção voltado para o comércio e os serviços. O contrato n.741, firmado por Guilherme Maxwel Rudge, para construção de casas para proletários (em cumprimento à lei n.315 de 14/08/1897), obrigava o concessionário a construir duas mil casas de quatro tipos diversos para proletários, sendo o 1º tipo com três cômodos e latrina, o 2º com quatro cômodos e latrina e área mínima construída de 37,5 metros quadrados, o 3º tipo com cinco cômodos e latrina e área mínima edificada de 45 metros quadrados, e o 4º tipo refere-se a habitações necessárias para casas de comércio, como farmácias, médicos,etc. (AHMWL-FCMSP, Vol. 478). Os projetos apresentados no início do século XX, analisados por Segawa, também preservam essa tipologia (SEGAWA, *Op. Cit*)

não recomendam a desapropriação, que deveria ser tratada administrativamente. Talvez nesse ponto do relatório esteja a situação em que parecem estar mais próximos ao objeto analisado, aparentemente sensibilizados com a vulnerabilidade dos bens e a ameaça de prejuízo aos interesses particulares.

Tais conclusões apontam ainda uma clara tentativa de controle dos espaços insalubres analisados. Nomear e analisar racionalmente as habitações de Santa Efigênia implica uma forma de domínio desses espaços pela autoridade, administrativa ou do próprio saber científico. De maneira indireta, a apreensão sistemática e objetiva da questão da habitação salubre define uma perspectiva de controle presente mesmo na concepção dos trabalhos da comissão de inspeção. De forma direta, tal tentativa é visível, por exemplo, na proposta de numeração de todas as casas, para viabilizar a inscrição das moradias em livro policial – mesmo considerando que tal proposta da comissão provavelmente não tenha sido efetivada. O principal objetivo do relatório, do ponto de vista prático e administrativo, parece ter sido entendido como uma normatização das edificações da cidade com vistas a maiores garantias de saneamento do meio urbano, e nesse sentido as tentativas de controle assumem uma dimensão projetiva. Em decorrência dessa característica normativa e projetiva, os mesmos preceitos tomados como reguladores de construções, no contexto das ações saneadoras das habitações, também puderam servir como justificativa e conjunto de parâmetros para uma série de demolições na cidade. É possível notar, ao se acompanhar as inúmeras discussões a respeito dos cortiços propriamente ditos e da necessidade de demolição de várias construções na cidade, a referência constante, direta ou não, às normas e critérios de avaliação estabelecidos pela Comissão. A situação da *unidade urbana* foi lembrada freqüentemente pelo poder público na passagem do século, e em diferentes situações essa lembrança poderia estar pautada por questões sanitárias – morais, estéticas e higiênicas –, funcionais ou de civilidade. Possivelmente as indicações afirmadas no relatório mais empregado na questão das demolições, usadas diretamente ou como

referência de fundo ao serem justificadas as ações ou as defesas dos administradores municipais, foram aquelas ligadas aos direitos dos citadinos.

> A higiene pública pode e deve em certos casos suprimir garantias, com a condição, porém, de ser judiciosa, sincera e eficaz. Com as leis da higiene na mão o poder público manda demolir, retocar e reformar o que não pode permanecer sem corretivo; faz desaparecer utilidades, cria outras e nem sempre é obrigado a indenizar o que houver de condenar muita vez.[92]

"Trambolho incômodo"

Um dos pressupostos que atribui legitimidade e eficiência ao domínio das leis é a preservação do sentido de justiça, conservando certa igualdade e imparcialidade diante dos indivíduos. Uma legislação deve parecer justa e conservar, mesmo que somente em algumas situações, uma relação equânime entre os envolvidos, à custa de se tornar contraproducente.[93] Considerando que as relações econômicas podem distribuir desigualmente as condições materiais de vida dos habitantes da cidade, é possível perceber que o conhecimento dos direitos legais, relativos aos preceitos liberais, constitui um aspecto vital também no meio urbano.

---

[92] *RELATÓRIO*, 1894, capítulo I.

[93] As instigantes conclusões de Thompson sobre o domínio da lei, examinando o contexto da Lei Negra na Inglaterra no século XVIII norteiam algumas dessas reflexões. Embora voltadas àquela realidade, como explicita o próprio autor, as noções de imparcialidade e justiça como pressupostos para as mediações legais e mesmo como possibilidade para pressões e interferências dos indivíduos nas leis, ajudam a compreender as relações que ocorriam no processo de formulação, aplicação e questionamentos das leis sobre construções em São Paulo na passagem par ao século XX. Nas palavras do autor: "É inerente ao caráter específico da lei, como corpo de regras e procedimentos, que aplique critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade. (...) Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa." THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 353-354.

Nesse sentido, o domínio da lei remete a noções e direitos abrangentes, mesmo que não possam ser considerados democráticos e igualitários como definem seus princípios.[94] De modo semelhante, também remetem a preceitos abrangentes as referências a saberes científicos, por seu alcance universal – ou percebidos socialmente como tal. Ambos são complementares na mediação das relações e tensões sociais na cidade, e sendo reconhecidos por sua abrangência (universalidade de preceitos), poderiam ser mediadores justos. No caso do relatório dos *especialistas* sobre as habitações a salvaguarda do direito de propriedade particular e do direito de vida dos habitantes da cidade, simultaneamente preservados em meio às precauções com a salubridade urbana, conferem autoridade elevada às suas disposições. Sabedores da relevância de tais relações para o funcionamento da cidade os administradores e citadinos mobilizam-se intensamente em torno das questões de saneamento, através da discussão de interesses particulares e gerais.

Nos embates sobre moradias insalubres profissionais e governantes enfocaram com atenção especial as construções encontradas em bairros ocupados por grupos sociais menos favorecidos economicamente. A resolução dessa problemática é constantemente revestida de tensões, expressas nas relações dos moradores com o poder público, empenhado em regulamentar e regularizar os prédios e atender às demandas higiênicas na cidade. O cortiço – terminologia então corrente para designar, com significativa força retórica, a habitação considerada não higiênica, ou ainda a habitação popular e coletiva – sofre constante interferência em nome da salubridade, sintetizada no relatório sobre o distrito de Santa Efigênia, gerando intensos conflitos em meio às negociações acerca da ocupação do espaço da cidade. No campo dessas tensões, mais uma vez as representações dos moradores que

---

[94] No processo de escolha dos representantes, por exemplo, a legislação permitia exclusão de mulheres e iletrados no século XIX, e ainda se pode considerar a dificuldade de certos grupos em relação ao conhecimento das possibilidades e limites da burocracia administrativa, mas isso não elimina os princípios liberais que norteiam o domínio legal.

reivindicam ações ou protestam contra determinações do governo têm papel destacado.

As mobilizações relativas a alinhamentos e demolições chamam atenção por provocar embates veementes acerca da adequação da legislação sobre a cidade e do seu espaço. Indicam como os habitantes se apropriam juridicamente do espaço – físico, social, legal – e fazem dos saberes dos *especialistas da cidade* seu instrumental de luta a favor de suas posições. Isso ocorre, por exemplo, nos casos do uso de direitos legais para questionar intimações de demolição de cortiços, nos quais os moradores apelam para os mesmos dispositivos utilizados pelo poder público para garantir condutas e direitos legalmente estabelecidos. A polêmica em torno da demolição de habitações na rua da Assembléia, na região sul da Sé, é significativa desse processo. A rua próxima ao largo da Liberdade, nas imediações da região central, antiga rua Detrás da Cadeia, chamou atenção dos governantes municipais a partir de pedidos dos próprios moradores que buscavam a regulamentação da construção. O proprietário José Leandro de Oliveira enviou dois requerimentos à Câmara nos primeiros meses de 1899 solicitando vistoria para reforma em prédios de sua propriedade nessa rua, encaminhando-os ao poder público com as respectivas plantas. A partir desse pedido, o corpo técnico da Câmara volta o olhar para as características construtivas do prédio e tem início uma série de divergências, a primeira delas com o indeferimento do pedido de reforma, baseado em parecer da Seção de Obras. A discordância do proprietário em relação ao parecer, que avaliava como inadequado o alinhamento dos prédios, exige nova vistoria e uma ampla discussão, além da determinação legal do alinhamento e a conversão de parte da propriedade em terreno de utilidade pública, para ser dado novo alinhamento àquela rua e à Carlos Gomes.[95]

Até chegar-se à decisão legal – e mesmo depois dela – o proprietário e os poderes municipais negociam de várias formas uma solução para o impasse,

[95] Documentação do longo processo da lei n.428, de 14/10/1899 (AHMWL-FCMSP, Vol. 1964).

apesar de interesses conflitantes quanto à conservação do patrimônio privado e o estabelecimento de padrões de salubridade e alinhamento das habitações. José Leandro de Oliveira pede novo prazo e nova vistoria, apostando na possibilidade de reconstruir os prédios, após ter recebido uma intimação para demoli-los em 48 horas, conforme indicação do auxiliar de engenheiro Mário Brandão.[96] O caso permanece sem resolução por vários meses, enquanto o suplicante se dizia impossibilitado de cumprir qualquer determinação da administração municipal por não dispor das plantas dos prédios, que afirma estarem arquivadas na Seção de Obras. Outros proprietários da mesma rua recebem igual intimação, assinadas pelo mesmo guarda fiscal e com vistorias feitas pelo mesmo auxiliar de engenheiro, condenando à demolição pelo menos quatro prédios no mesmo lado daquela rua: números 56, 66, 68 e 70 (posteriormente também o 64). O instrumento legal em que se apóiam as intimações é a lei n.220, de 18/03/1896, que determina a demolição pelo proprietário de edifício, de muro ou obra de qualquer natureza que ameaçar ruína, dano ao vizinho ou perigo aos que passam, ou estiver fora do alinhamento ou do padrão adotado pela Câmara.[97]

A vistoria de Mario Brandão nesses outros prédios é detalhada. Afirma estarem os prédios em idênticas circunstâncias: paredes fora do prumo, construídas em taipa, fora do alinhamento, com ameaça do telhado sobre o passeio, pé direito irregular (com cerca de três metros, quando a lei determina pelo menos cinco) e aberturas fora das dimensões legalmente exigidas, divisões internas feitas em madeira, soalhos em mau estado, paredes divisórias construídas em pau-a-pique,

---

[96] Segundo o livro de cargos e nomeações, Mário Brandão, que fundamenta tecnicamente as intimações e o primeiro parecer técnico, fora funcionário da Seção de Obras Públicas da Prefeitura Municipal entre fevereiro de 1899 e setembro de 1900, como auxiliar de engenheiro (AHMWL-FCMSP, Vol. 759).

[97] O aviso para demolição do prédio, de conformidade com a lei n.220, está devidamente assinado pelo proprietário e pelo guarda fiscal Albino Antonio Rodrigues em 14/04/1899. A demolição deveria ser acompanhada por dois peritos, seguindo ordem do Intendente de Polícia e Higiene (Art. 1º da lei citada). A vistoria e as intimações por escrito ficariam a cargo do mesmo intendente, e a decisão deveria ser executada em 48 horas, conforme texto da lei (AHMWL-FCMSP, Vol. 2182).

além de estarem todas podres. E, atestando a impropriedade dos prédios, arremata: "são de antiqüíssima construção, sendo de grande utilidade o seu desaparecimento do perímetro central de uma cidade como São Paulo". É significativo notar novamente a ligação estreita entre preocupações higiênicas (tecnicamente expressas nos detalhes construtivos) e estéticas, que nessa conclusão aparece com reveladora conveniência: seria útil eliminar da região central os edifícios desagradáveis. Nos meses seguintes, os despachos indicam que foram tomadas as providências administrativas para a demolição, mas os prédios resistiam ao veredicto, conforme informa o guarda fiscal, por meio do questionamento dos proprietários. Mobilizavam-se com auxílio jurídico, representados por Antonio Mercado, enquanto a municipalidade apresentava seus argumentos, munidos do mesmo aparato legal que orientara as avaliações do poder público.[98]

Por meio de uma representação enviada diretamente ao Prefeito, questionam a legalidade e a justiça das ordens de demolição recebidas.[99] Afirmam que o desmoronamento de parte dos muros de duas das casas pertencentes a seus clientes se deu em virtude da estagnação das águas pluviais na rua Carlos Gomes, contígua à rua da Assembléia. O escoamento natural das águas teria sido obstruído, segundo a representação, por várias construções novas autorizadas pela Câmara sem nenhuma providência. A legalidade das intimações é questionada, novamente recorrendo à lei n.220, no artigo que determinava que dois peritos (e um terceiro para desempate) formulassem parecer para que uma casa que ameace ruína fosse demolida. Além disso o advogado argumenta ter sido injustamente ignorado o pedido de licença para reconstrução dos muros: não foi respondida e em lugar dela

---

[98] O Advogado da firma Adolpho A. da Silva Gordo e Antonio Mercado advogados, apresenta-se como procurador dos irmãos Sampaio (Camillo José Sampaio Júnior, Antonio Rodovalho Sampaio e Delphica Rodovalho Sampaio), proprietários da casa em que residia o pai Camillo José Sampaio.

[99] O cargo de Prefeito centralizou as funções das Intendências, depois de uma série de modificações na estrutura administrativa entre 1892 e 1898, até a definitiva extinção das atribuições dos intendentes (Lei n.374, de 29/11/1898). O primeiro eleito para o cargo o vereador conselheiro Antonio da Silva Prado.

receberam intimação para demolição de todos os prédios. Solicita não apenas o julgamento do mérito, mas a realização da tripla perícia garantida por lei. Amparados legalmente e mediados por preceitos técnicos, os dois lados se encontram, respondendo aos quesitos elaborados por parte da Prefeitura e dos proprietários, em papel oficial da municipalidade, por meio dos três peritos: os engenheiros Eduardo Loschi, indicado pelos proprietários, Luiz Bianchi Betoldi, da Seção de Obras da Prefeitura, e Theodoro Sampaio, indicado como desempatador.[100]

A estratégia do poder público parece direta, buscando uma resolução rápida para o embate. Ele não poderia negar o direito legal às perícias técnicas, embora outros documentos indiquem a eventualidade do uso desse recurso em casos semelhantes. Negar o acesso ao instrumento legal, nesse caso, colocava em risco a própria utilidade da lei e os princípios contratuais da sociedade – fato que desobrigaria os moradores do cumprimento das demais deliberações da administração. Assim, o poder municipal evita discutir a necessidade das demolições ou debater as decisões técnicas e políticas envolvidas, e resume a questão

---

[100] Eduardo Loschi era engenheiro e assinara diversos projetos de construções na cidade, possuindo escritório de engenharia à rua Moreira Cezar, conforme indicam papéis com timbre de seu escritório. Luiz Bianchi Betoldi tinha sido nomeado poucos meses antes como 1º engenheiro da Seção de Obras da Prefeitura, na qual permaneceu durante anos, além de ter sido encarregado pelo governo do Estado de estudo das obras de saneamento das várzeas do Carmo e do Anhangabaú, em 1887 (segundo informações bibliográficas constantes na Seção de Logradouros do AHMWL, e, para a administração estadual, ver EGAS, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 650). Certamente o engenheiro que desfrutava de maior reconhecimento entre os três peritos era Theodoro Sampaio (1855-1937), então Chefe da Repartição de Águas e Esgotos do Estado de São Paulo; fora chamado outras vezes para elaborar pareceres técnicos, tanto por particulares como pela administração municipal – fez parte, por exemplo, da comissão julgadora dos projetos para o Teatro Municipal da capital em 1896, ao lado de Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Georg Krug, Pedro Mello de Souza Jr e Eduardo Mendes Gonçalves (conforme *RELATÓRIO apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Intendente de Policia e Hygiene dr. João Alvares de Siqueira Bueno, 1898.* São Paulo: Imprensa da Casa Ecletica, 1898.) Talvez o fato que mais qualificasse o engenheiro a avaliar as demolições então propostas fosse sua participação recente na Comissão de Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Efigênia comentada, de 1893. A atuação de Sampaio em várias instâncias dos poderes públicos na capital é amplamente estudada por COSTA, Luiz Augusto Maia. *O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903).* São Paulo: RiMa Ed./FAPESP, 2003.

apresentando sinteticamente apenas dois questionamentos para perícia: pergunta se os prédios ameaçam ruína e, no caso afirmativo, se devem ser demolidos no todo ou em parte. Nesse aspecto, os critérios do poder municipal não guardam qualquer semelhança em relação às detalhadas vistorias feitas no distrito de Santa Efigênia, em circunstâncias diferentes, mas direcionadas a espaços com várias características próximas. Por sua vez, os doze quesitos apresentados pelos proprietários por meio do advogado propõem analisar detidamente a questão, esclarecer as responsabilidades sobre a situação dos prédios, e ampliar as possibilidades de observação das questões subjacentes, tentando assim talvez evitar julgamentos subjetivos ou arbitrários que levassem às demolições.

Os quesitos dos proprietários são francos, pontuais e analíticos: pedem detalhamento acerca dos materiais utilizados na construção dos telhados, do madeiramento e das paredes internas e externas (com indicações sobre sua resistência e estado de conservação); solicitam esclarecimentos quando à influência dos alagamentos em ruas próximas sobre o desmoronamento dos muros; pedem detalhes sobre a situação dos terrenos (antes e depois dos desmoronamentos), e comparam o estado e a antigüidade dos prédios edificados nas proximidades.[101] Considerada como vistoria técnica, a análise proposta pelos proprietários é detida especialmente em aspectos construtivos, da mesma forma como a observação do relatório de Santa

---

[101] Quesitos apresentados pelo advogado: 1º de que material são construídas as paredes externas? 2º apresentam indícios de ameaça de desabamento? Quais? 3º têm elas fendas profundas ou superficiais na parte externa? Quantas e de que extensão e largura? Constituem perigo? 4º qual parede desabou e qual sua posição em relação aos outros prédios? 5º podem os peritos determinar se foi ou não o alagamento (mencionado anteriormente) que determinou o desmoronamento (ouvindo os moradores)? 6º apesar de estarem abertos por não ter a Câmara autorizado a reconstrução solicitada em março, os prédios se acham em mau estado tal que merecem demolição? 7º não se acham o madeiramento e o telhado em bom estado, de modo a se poder reconstruir as paredes sem tocar neles? 8º os prédios contíguos a esses acham-se em mau estado para serem demolidos? 9º qual a largura dos terrenos em que se acham construídos os prédios de n.64 ao 70? 10º com a demolição e recuo, com que largura ficaria esse terreno? 11º assim reduzida a largura do terreno, presta-se ele a alguma edificação ou fica completamente inutilizado para esse fim? 12ª no quarteirão em que se encontram na rua da Assembléia e Carlos Gomes, há construções novas? Ou são todas antigas como aqueles prédios?

Efigênia quando determina as condições necessárias para a construção e manutenção dos cortiços. A ênfase em aspectos subjetivos no relatório podia ser atestada em trechos voltados às informações sobre higiene e salubridade, mas não nas indicações técnicas de construção, e apenas registra indicação de demolição para cortiços "condenados" pelas condições de higiene insuficientes. [102] É possível supor que a representação dos proprietários estivesse recorrendo a essa mesma lógica de análise, e assim priorizasse as condições construtivas da edificação.

O detalhamento exigido pelos quesitos dos proprietários parece, assim, tentar dissuadir qualquer argumento favorável ao desaparecimento dos prédios da região central da capital, como havia sugerido o auxiliar de engenheiro da Prefeitura. A indeterminação dos quesitos oficiais, ao contrário, deixa espaço justamente para conclusões subjetivas – ou conclusões informadas por outra objetividade, mais vinculada às preocupações dos poderes públicos com as habitações populares e com certas imagens da capital com as quais estava em desacordo a permanência de tais construções.[103] Em duas semanas as perícias estão prontas e sintetizadas em um único documento que analisa cada um dos quesitos apresentados pelas duas partes. Primeiramente Eduardo Loschi responde aos questionamentos com uma série de assertivas: as paredes externas de taipa apresentam muita estabilidade, sem ameaça de desabamento, exceto a parede do fundo, face da rua Carlos Gomes, desabada parcialmente; os prédios têm pequenas fendas nas paredes externas (maiores, porém, na parede desabada), mas o alcance e a importância delas não influencia a

---

[102] O capítulo V do Relatório de Santa Efigênia lista vinte e duas medidas para garantir o funcionamento de cortiços, cubículos e casas de alugar, todas voltadas a características construtivas.

[103] Os critérios estéticos indubitavelmente envolvidos nessas discussões geralmente aparecem na documentação administrativa com menor clareza, em comparação com os valores considerados sanitários. Conforme o relatório de 1893 sobre as habitações pobres, este tipo de moradia era considerado o ponto vulnerável da higiene e da saúde urbana, cabendo ao poder municipal a missão de salvar a cidade ameaçada. Além do Relatório, as análises de RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História Sem Fim... inventário da saúde pública, São Paulo – 1880-1930.* São Paulo: Ed. Unesp, 1993, também apontam nesse sentido, em relação à saúde pública, principalmente no segundo capítulo sobre a capital.

estabilidade dos prédios, pois a parede que desabou representa menos da quarta parte das paredes do fundo. Segundo o engenheiro as condições de drenagem superficial da rua Carlos Gomes foram muito alteradas pela construção dos prédios 20 e 26, encaminhando as águas no sentido longitudinal, que antes era transversal, e provocando sua estagnação em depressão adjacente à parede desabada. Sugere uma sarjeta para diminuir o problema.

A maneira como conduz as respostas, tentando indicar um percurso lógico de raciocínio e análise, revela uma estratégia precisa, deixando o dilema proposto para o final, depois de supostamente sustentar os argumentos pela apreensão técnica, em vez de uma apreciação sensível. Assim prossegue Loschi, afirmando ter sido aberta uma ou outra fenda na parede de fundo dos prédios após o desabamento parcial, sem perigo para sua segurança. Confirma o bom estado do telhado e a firmeza dos prédios, analisa a questão da largura dos terrenos e do alinhamento, concluindo ser desnecessária a demolição. Destaca a antigüidade das construções ao redor, todas inadequadas tecnicamente ao padrão municipal então vigente, e conclui: se forem decididas baseando-se não em segurança, as demolições deverão estender-se por 3/4 dos prédios da capital! [104]

Aparentemente a resposta aos quesitos foi elaborada em conjunto, pois o engenheiro da Prefeitura, Bianchi Betoldi, responde o mesmo a vários deles, apresentando discordância apenas nos seguintes pontos: embora aprove o estado do madeiramento do telhado faz ressalvas às vigotas apodrecidas do soalho, à insuficiente altura do forro, às inadequadas dimensões das janelas, que estariam fora do padrão municipal. Discordando de Loschi, entende como prejudicial ao número de prédios o recuo dado pelo novo alinhamento, que afetaria a largura das

---

[104] Quanto à largura, a maior é de 10,30m. e a menor de 7,30 (terreno de forma trapezoidal), e altura de 34,70 e 33 metros; não é necessária a demolição, pois para ele a parede que desabou poderia seguir o alinhamento do prédio 66 e esclarece as metragens que teriam as ruas nas imediações; o recuo causaria a perda de em média 1,20 m., mas os cômodos ficariam ainda bem espaçosos. Anexa croquis com prédios em estado atual e com recuo assinalado a lápis.

construções. Aparentemente também responde o mesmo o engenheiro Theodoro Sampaio, indicado como desempatador no dilema, mas a documentação é lacunar nesse registro. Em relação aos quesitos levantados pelo poder público (que também parecem ter sido respondidas conjuntamente) comentam as características das construções antigas de taipa (como irregularidades de linhas, desvios da vertical, saliências e fendas), ressaltando tratarem-se de "construções feias, sem estética, mas no geral resistentes, ou capazes de resistir por muitos anos com pequenas obras de reparos."

São contrários à derrubada do prédio 64 "se a proposta de demolição baseia-se somente em considerações de ordem técnica relativas à estabilidade deste prédio", afirmando estar ele apenas fora do alinhamento. Segundo os pareceres os outros prédios (66, 68 e 70) apresentam defeitos que não podem ficar sem corretivo do ponto de vista do padrão municipal e da higiene domiciliar: soalho sem ventilação com vigotas pousadas sobre o solo e apodrecidas, paredes internas de simples tabique, instalações sanitárias não convenientes, altura fora do padrão. Em relação a esses, pois, decidem pela demolição de acordo com o disposto nos regulamentos em vigor. É interessante precisar aqui a constância de certos critérios de avaliação da adequação das construções a partir de preceitos sanitários. As observações acerca dos assoalhos, umidade, circulação de ar, altura das casas e condição das moradias em relação aos terrenos, são encontradas amplamente na documentação analisada, seja ela produzida pelos vereadores, pelos engenheiros, pelos médicos, e caracteriza a parte propositiva do relatório de Santa Efigênia. Notadamente a altura das construções e o levantamento do soalho em relação ao solo são consideradas medidas construtivas imprescindíveis à salubridade das habitações no século XIX, inseparáveis que estavam das necessidades de ventilação e combate a focos de umidade determinadas pelas preocupações com emanações pútridas no solo e no ar. Os três peritos assinam o documento, mas Loschi se empenha em assinalar suas restrições ao final da análise. Concorda com o trecho em que os outros engenheiros

limitam-se a confirmar a estabilidade dos prédios, conforme questionava o primeiro quesito apresentado pela administração municipal, e continua:

> [...] *discordo* porém na parte final, não só porque saindo fora da matéria do quesito os Srs. Peritos Drs. Luiz Bianchi Betoldi e Theodoro Sampaio tratam de assunto estranho ao quesito da Prefeitura, ocupando-se de defeitos de construção já existentes nos prédios examinados que nada têm que ver com o atual Padrão da Câmara Municipal que regula somente as construções novas, como ainda porque entendo que se pode reconstruir a parte desabada do muro, apresentando todas as garantias de estabilidade e de acordo com o Padrão Municipal, sem tocar nas demais paredes. [grifo no original]

O registro de Loschi evidencia motivações diferentes no enfoque na questão, e parece-me que o próprio engenheiro tinha isso em mente ao escrever essas observações. Estão à parte no documento, abaixo das assinaturas e despachos, com certa conotação de protesto diante de um suposto reconhecimento da derrota numérica em relação às perícias. Mais que isso, parece indicar um desajuste de prioridades entre os poderes municipais instituídos e parte da população que os legitima: opõe questões técnicas a estéticas, critérios de habitabilidade a conceitos se salubridade, aqui lidos como abstratos e até arbitrários.

Nos dias seguintes os documentos são encaminhados da Prefeitura aos vereadores para apreciações e pareceres, inclusive das comissões de Justiça e Finanças da Câmara, seguindo depois disso para outro engenheiro da Seção de Obras, Lucio Martins Rodrigues para indicar a desapropriação das casas. O parecer deste, de julho de 1899, descreve a situação dos prédios e comenta as vistorias dos peritos, destacando delas que as construções são antigas e estão fora do padrão municipal,

além de afirmar que têm "aspecto geral acanhadíssimo".[105] Certamente nesse ponto do parecer o engenheiro Loschi lamentaria todo o seu esforço incompreendido para se evitar um julgamento de valor de tal natureza, indicando detalhados critérios técnicos para a formulação de um juízo, mas não teria sido em vão toda a discussão provocada pelo embate. Os debates deveriam resultar em dispositivos capazes de garantir, mesmo inclinadas a certa fragilidade, condições mínimas para o atendimento de certos interesses públicos ou gerais. Sem o instrumento legal em debate na sociedade, as noções de urbanidade e cidadania implicadas na idéia de direito legal não sobreviveriam sequer para justificar as ações saneadoras que eram tidas como prioridade. Na verdade, em relação aos debates aqui analisados, as determinações do poder público acabaram sendo diferenciadas para cada um dos prédios, sendo alguns desapropriados com direito a indenização e outros intimados a fazer as obras de segurança indicadas pelos peritos, sob fiscalização da Intendência de Polícia e Higiene.[106]

A despeito das preocupações de setores do poder público em relação ao "aspecto acanhadíssimo" e à "insalubridade dos casebres" da região descrita e de outras próximas ao centro da cidade, aparentemente as discussões em torno dos destinos de habitações como aquelas continuaram intensas na capital. Considerando-se ao menos os debates intermediados pela edilidade, é possível acompanhar a persistência das discussões em relação aos prédios daquela mesma rua (e adjacentes),

---

[105] Lúcio Martins Rodrigues era engenheiro da seção de Obras da Intendência, em 1895, e passou a 2º engenheiro a partir da reforma administrativa de 1898 (AHMWL-FCMSP, Vol. 754 e 760), permanecendo pelo menos até novembro de 1912 nos quadros municipais, quando assina um projeto da praça Buenos Aires em Higienópolis (processo da lei n.1626, AHMWL-FPMSP, Caixa 75).

[106] Parte desses encaminhamentos são estabelecidos na lei n.428, que declara de utilidade pública para desapropriação, sob indenização, os prédios da rua da Assembléia n.56, 66 e 68. Segundo indicações dos valores a serem pagos como indenização aos proprietários: a José Leandro de Oliveira 8:127$000 e a Delphica Rodovalho Sampaio 6:235$000. AHMWL-FCMSP, Vol. 1964.

patente na criação de novos dispositivos legais no decorrer dos anos seguintes.[107] Há um conjunto de leis tratando do assunto e decidindo sobre direitos legais na mesma região da cidade. De fato, trata-se de uma região que vinha chamando a atenção do poder público, constantemente preocupado com "cortiços", "casebres pobres" e "casas antigas" das redondezas. A argumentação constante na autorização legal para a construção de casas operárias em 1897 já citada, por exemplo, fazia menção às áreas adjacentes à rua Assembléia e Riachuelo quando condena fortemente o cortiço que supõe poder "avassalar a cidade" dominando ruas e bairros inteiros, com "construções sem ar, sem luz, sem higiene, verdadeiros focos de epidemias, em constante ameaça à salubridade pública."[108]

Apesar de expressar essa preocupação, tão cara aos poderes públicos e a muitos grupos na capital naquele momento, com a saúde pública no meio urbano, a análise da documentação da administração aponta que esse tipo de ação do governo municipal, desapropriando e demolindo casas, era bastante comum, e não raramente estava menos vinculado diretamente a questões de salubridade, e mais ligado à desobstrução dos espaços em função de planos de alinhamento e alargamento de ruas. Por outro lado, tais argumentos supostamente objetivos poderiam ocultar outros objetivos menos claros de tais ações, relacionados a uma atitude normativa que interferia propositalmente em espaços julgados impróprios para a imagem progressista que pretendiam dar à cidade, fossem estética ou socialmente. Não era a região sul da Sé, em que está a rua da Assembléia, a única a preocupar os poderes públicos nesse sentido. Em geral, as regiões contíguas ao centro mereceram maiores

---

[107] Entre as determinações legais: a lei n.455, de 23/03/1900, declarando de utilidade pública o prédio n.70, a lei n.565, de 7/03/1902 desapropriando os prédios n.58, 60, 62, 64, (volume 1974), a lei n.581 autorizando a compra do n.64 por 10:000$000 (volume 1977), a lei n.678 revigorando a 565 em 22/10/1903. (volume 1980), a lei n.701 de 28/12/1903, aprovando o acordo com o proprietário dos prédios n.58, 60 e 62 da rua Rodrigo Silva, para dar continuidade ao plano de alargamento da mesma (volume 1983).

[108] no processo da lei n.315 de 1897. AHMWL-FCMSP, Vol. 1958, no qual se faz referência ao citado Relatório do distrito de Santa Efigênia, de 1893.

cuidados da administração em relação a essa suposta imagem progressista que buscavam, e as áreas próximas ao bairro dos Campos Elíseos, por exemplo, também receberam constantes cobranças por parte das autoridades sanitárias e por parte dos moradores do bairro relativas à limpeza e à higiene das habitações. Como argumenta outro engenheiro municipal, F. Santos Rodrigues, em relação a uma moradia popular nessa região, em outro processo de desapropriação: trata-se de "um trambolho incômodo à vista e a interceptar o trânsito e os melhoramentos de uma rua e que já de há muito devia daí ter sido removido."[109]

Seria possível reunir uma extensa listagem dessas ações governamentais, ao lado das respectivas reações e questionamentos de outros grupos sociais, cada qual definindo seus modos de apropriação dos espaços da capital, todos intensamente marcados, como esses, pelos preceitos sanitários, pelas preocupações estéticas e principalmente pela noção de direito, também no âmbito legal, à própria cidade.[110] Em cada processo discutido pelas autoridades municipais e pelos citadinos

---

[109] A lei n.465, de 19/05/1900, declarou de utilidade pública o terreno e as casas n.38, 40 E 40A da rua Carvalho (Dr. Carvalho de Mendonça) para alargamento da rua Victorino Carmillo, próximo à esquina desta com a alameda Nothmann, no bairro de Campos Elíseos. Segundo o engenheiro "os casebres" a serem desapropriados são construções "velhíssimas, muito baixas, de uma só água, sem cimalhas nem platibandas, nem beiral, com paredes de meio tijolo desrebocadas, cobertas com telha vã e partes com folhas de zinco, e sendo de tabuado quase todas as divisões internas". E acrescenta: "além disto são o que há de mais desgracioso e anti-higiênico e contrariam a todas as prescrições regulamentares de sanidade e estética". Francisco de Paula Santos Rodrigues começou a trabalhar em 1897 como auxiliar técnico da Intendência de Obras (da seção técnica, substituindo inicialmente a Edgard Ter Brugen, exonerado em 1897, e Emílio Almeida Pedroso, falecido em 1898) e foi em seguida 2º engenheiro da Prefeitura, responsável pela região sul da Sé e adjacências, pelo menos entre 1899 e 1901 (AHMWL-FCMSP, Volumes 754, 755 e 759).

[110] Uma outra lei aprovada no mesmo ano, por exemplo, ataca pontualmente cortiços na rua Voluntários da Pátria, determinando sua demolição e limpeza do terreno a partir de indicações do fiscal de higiene e da vistoria do engenheiro (lei n.413, de 08/08/1899. Trata de três desapropriações de terrenos (à rua Major Diogo, Leite de Moraes com junção com a Voluntários da Pátria e rua Araújo, esquina com Consolação). O processo dessa lei contém pareceres detalhados dos engenheiros sobre os terrenos e planta da Voluntários (nessa planta fica claro como o traço racional e geométrico do engenheiro obriga a destruição e o deslocamento daquela ocupação inicial). A vistoria na Leite de Moraes foi feita pelo engenheiro Luiz Bianchi Betoldi e

nesse sentido, evidencia-se a percepção de um ambiente urbano intensamente marcado por forças sociais que constituíram a própria cidade: a relevância destacada dos saberes científicos, pontuada na ação normatizadora, fiscalizadora e contestadora dos *especialistas*; o impacto dos temores relativos à saúde urbana e as precauções higiênicas e sanitárias dele decorrentes; a identificação dos espaços legais e políticos, constituídos pelos poderes públicos, como campos de conflitos, diretos ou mediados pelo domínio legal. Na junção e entrelaçamento dessas forças, a cidade era transformada também intensamente, e embora o nível material dessa mudança fosse o mais evidente para a percepção exterior, a meu ver não constituía o mais significativo, considerando-se no nível da experiência urbana a transformação dos citadinos em cidadãos determinados a deixar claro seu espaço contratual na cidade.[111]

Lembro mais uma vez o periódico semanal, *Folha do Braz*, trazendo um exemplo significativo de seu posicionamento em relação às preocupações de higiene, insistentemente comentada no que diz respeito às habitações coletivas ou cortiços. Inicia uma série sobre o assunto, em 1899, congratulando-se com algumas iniciativas da Câmara Municipal e pela atenção despendida ao assunto. Segundo afirma, a Câmara Municipal "não podia proceder com maior acerto e com medida de maior alcance higiênico do que atender com particular cuidado esses incalculáveis antros de infecção."[112] Além de reiterar os alertas a respeito das ameaça que poderia

---

abrangia terrenos, rancho e cortiço; aparentemente esse cortiço teria sido a origem da ação da administração. (AHMWL-FCMSP, Vol. 1963).

[111] O direito ao direito à cidade, conforme Ansay e Schoonbrodt, remete à idéia da cidade como lugar da sociedade contratual protegendo a existência do indivíduo contra a realidade social e arbitrariedades dos grupos hegemônicos. (ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. *Penser la Ville. Choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989.)

[112] Cumpre lembrar as análises estimulantes de Bertucci, citada anteriormente, ao fazer uma leitura de periódicos como a *Folha do Braz* evidenciando os usos dos preceitos sanitários e preocupações com higiene como forma de reivindicação crítica por parte de trabalhadores. Para ela, a ocorrência de epidemias questionava não a salubridade mas a organização da cidade e a própria validade dos conhecimentos científicos ligados ao saneamento, e justificava a intervenção na vida dos habitantes, e por outro lado não deixa de destacar a atuação desses habitantes na forma de reivindicações nesse processo: "na luta pela sobrevivência os trabalhadores urbanos

representar a insalubridade das *unidades urbanas* para o conjunto da cidade, evidenciando uma certa identidade com apreensões de outros grupos da sociedade e áreas da cidade, a *Folha do Braz*, como outras folhas operárias, apresenta soluções atentas a preceitos higiênicos e legais e até medidas normatizadoras. A série é incisiva ao indicar a necessidade de que "o poder competente que é a Câmara Municipal lance mão de toda energia e da lei" para evitar as condições insalubres das habitações. As soluções do periódico, entretanto, acrescentam novos elementos que poderiam sensibilizar os governos e os leitores, referindo-se aos prejuízos que estariam sendo causados às crianças, ameaçadas em sua saúde e sobrevivência quando inseridas no meio insalubre do cortiço, que se avizinha a todos na cidade.

> Em todos os bairros da grande cidade são as casas de habitação coletiva que constituem a regra geral, porquanto mesmo arrabaldes mais ricos e luxuosos encontram-se a cada passo casas com quatro ou mais famílias. E difícil compreender-se como, no meio de tão grave descuido na construção de prédios, que são destinados a tais fins, não houvesse uma medida proibitiva, que opusesse um forte paradeiro a essa ambição culposa dos seus proprietários. É contristador ver-se freqüentemente que os espaços que ficam por baixo de uma escada ou por cima do madeiramento do forro de salas ou quartos são divididos a lonas ou taboas transformadas em habitações ocupadas por varias pessoas principalmente anêmicas crianças que por longas noites respiram ar mefítico que as envenena. Na infância quando o organismo mais precisa de um ar puro e oxigenado, encontram essas

---

fazem da ciência sua aliada".(p. 216). Bertucci está especialmente atenta às ações de trabalhadores e sua suposta crítica à sociedade capitalista a partir de posições burguesas. Devo observar, porém, que as reflexões que venho apontando focalizam muito mais as tensões que as lutas de grupos distintos socialmente, seja pela dificuldade em se determinar com precisão a representatividade dos trabalhadores (por exemplo, em jornais semanais identificados com bairros, mesmo os operários como o Brás), seja pelo entendimento de relações mais amplas nesse campo das tensões urbanas (não ignoro a existência de conflitos de classes na sociedade, mas meu enfoque não está posto a partir desse matiz, e busco interpretar os embates políticos então existentes).

> míseras criaturinhas no acanhado espaço que ocupam o veneno que vai minando-lhe a existência mediante infecções principalmente brônquio pulmonares freqüentes.[113]

É significativo notar que o alerta, e toda a série do jornal, não enfatiza questões particulares do próprio distrito. Traz à discussão um desdobramento do tema da higiene na cidade, em suas *unidades*, possivelmente bastante relevante para o populoso bairro habitado por muitos trabalhadores, mas procura dar relevo ao interesse da questão para a totalidade da cidade. Não se trata de estabelecer um tipo de ligação entre o Brás e outras regiões, como o caso das reivindicações em prol do saneamento da Várzea do Carmo, e também a posição da folha não se assemelha à dos *especialistas* que formularam o relatório sobre as habitações de Santa Efigênia, estes preocupados explicitamente com a vulnerabilidade de "uma cidade tão nova, onde a vida, de modo algum, pode descer às condições misérrimas das velhas populações da Europa".[114] As preocupações com os cortiços publicadas no periódico não eram reivindicações espacializadas, regionalizadas. Mais que isso, denotam um agudo questionamento – com certa indignação até – em relação à omissão dos poderes públicos frente à "ambição culposa dos proprietários". Exigem, nesse sentido, medidas normativas e proibitivas, pois as ações em curso não pareciam ser então percebidas por eles como adequadas ou eficientes no campo das pressões em torno da higiene urbana. Em relação aos equipamentos e benfeitorias urbanas, como calçamento de vias e aspectos ligados aos transportes, as reivindicações guardam motivações mais ligadas a interesses locais, mas a salubridade era, sem dúvida, uma questão entendida amplamente como um tema da coletividade urbana.[115]

---

[113] "Cortiços em S. Paulo I", *Folha do Braz*, publicados duas vezes: números 89 e 90, de 12 e 19/11/1899, respectivamente (AEL, MR/0195).

[114] Relatório de 1893, capitulo I.

[115] Ao trabalhar com moradias e cidades francesas no século XIX, Michelle Perrot deixa uma observação estimulante em relação aos usos do espaço da cidade, do qual destaco a passagem: "Esse povo do século XIX tem o sentimento muito forte de que o espaço público lhe pertence. Tudo o que ele pede é poder utiliza-lo à sua vontade, de

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Assim, as mobilizações em torno da cidade salubre parecem ter tido uma força política singular naquele momento, e por isso seu entendimento me parece fundamental para se compreender o campo de tensões em que se formou a questão urbana, o próprio urbanismo, por um lado, e por outro a cidade e as relações políticas dos citadinos-cidadãos. As motivações imediatas dos comentários do periódico, acima, podem relacionar-se às tentativas da Câmara no período de limitar o número de habitantes por cortiço – medida que contava com o apoio da folha – mas também se ligavam a um conjunto mais geral de ações visando a salubridade da cidade. Percebe-se que o propósito definido pelos próprios editores, de "defesa desse populoso bairro", ao tocar a temática da vulnerabilidade da saúde dos habitantes, mesmo em questões pontuais como esta das habitações coletivas, forçosamente integrava os interesses da região ao bairro. Politicamente poderiam posicionar-se de modos diversos, eticamente poderiam discordar e criticar – como faziam com veemência – as prioridades administrativas municipais no campo dos "embelezamentos" da área central da cidade, mas do ponto de vista da saúde era necessário estabelecer-se um diálogo mais próximo. As discordâncias eram discutidas no campo da lei – mediadora dos interesses e conflitos numa sociedade contratual – mas não atingiam a negação das ações saneadoras *a priori.*

Acredito que interpretar as intervenções administrativas, seja no campo das obras públicas, seja no campo da fiscalização e policiamento dito sanitário, como ação ordenadora hegemônica de elites dirigentes pode limitar a apreensão desse

---

modo indiferenciado, capaz de aceitar uma certa desordem. Pois essa desordem que tanto incomoda os higienistas, esses primeiros urbanistas, é favorável a uma flexibilidade, a uma variedade de usos incontrolados. É por isso que a noção de *equipamentos coletivos* – apropriação pública do espaço, certamente, mas para um uso bem definido – não é necessariamente popular. (...) No entanto, pela circulação dos fluxos e especialização dos espaços, o urbanismo canaliza progressivamente a multidão (a multidão: de Malthus a Gustave Le Bom, ela é uma das obsessões do século) e a disciplina. A reivindicação popular e operária é progressivamente forçada a se espacializar". PERROT, M. "Os operários, a moradia e a cidade no século XIX", _____.*Op. Cit.*. pp. 124-125

quadro de relações complexas.[116] Entender as reformas urbanas como forma de inscrição da "classe vitoriosa" no espaço físico da cidade pode impedir que se perceba as tensões e possibilidades políticas em jogo naquele momento, e pode ainda fazer com que toda a atividade urbana seja entendida como disputas entre vitoriosos e derrotados, como luta polarizada e não política.[117] No cotidiano da cidade, as relações não se estabelecem de forma dual, mas através de uma rede de relações na qual a cidadania e a cidade se constituem. Parece-me que o caso da formulação da questão urbana e as ações processadas em São Paulo na passagem do século XIX para o XX se dá em solo mais tenso e por relações mais complexas – daí meu interesse especial pelas operações que se dão no espaço urbano, em detrimento dos produtos urbanos. Aqui, as maneiras de se fazer a cidade interessam mais que a análise de seu produto, e nesse sentido também busco me afastar das noções negativas de fracasso,

---

[116] Analisando a remodelação de algumas capitais brasileiras na passagem do século XIX para o XX, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, Marins observa as ações técnicas na gestão urbana e as intenções das elites nessas reformas como iniciativas obstinadas de controle da sociedade a partir de modelos estrangeiros rígidos. Destaca, assim, iniciativas que interpreta como "profilaxia" autoritária, legislações impostas por "tirania", expansão do "aparelho oficial de fiscalização sanitária", reservando papeis menos ativos aos setores da população excluídos dessas decisões. A meu ver, interpretações com essa caracterização bipolar do processo acabam dificultando a compreensão da importância das ações do próprio governo para instrumentalizar as lutas e reivindicações dos grupos menos favorecidos. MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.), *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3 - República: da Bélle Epoque à Era do Rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 131-214.

[117] Refiro-me a Rolnik, destacando a passagem seguinte, que esclarece grande parte da avaliação da autora sobre o assunto: "O ataque era simultaneamente real e imaginário; como em toda operação urbanística, tratava-se de associar um conjunto de intervenções físicas a uma rede de significados culturais e políticos. No caso especifico de São Paulo, importava politicamente aos novos dirigentes da nação – banqueiros, industriais, comerciantes e cafeicultores – inscreverem-se como classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transforma-lo em fonte de lucro nos novos tempos definidos pela economia urbana." (*Op. Cit.*, 66). Lembro também Munhoz, que ao estudar os protestos urbanos na cidade de São Paulo no mesmo período aqui analisado, destaca com grande ênfase conflitos como novo-velho, ordem-desordem, liberdade e normatização, apresentando como explicação para produto urbano resultante a dissimulação e ocultamento dos conflitos implicados nessas polarizações. MUNHOZ, *Op. Cit.*

incompletude, imperfeição ou inadequação, todas inscritas fortemente na apreensão da materialidade urbana. Dar visibilidade à cidade que se constitui de forma tensa e intensa no campo das relações políticas – em sentido amplo – permite outra aproximação em relação a tais apreensões negativas, e um deslocamento na percepção da suposta crise urbana – crise que estaria nos paradigmas que vêm norteando as visões da cidade.

"Mas ainda não é tudo, além de alguns antiquários e de grande número de homens mais práticos, interessados no presente e no passado, uma terceira classe de pessoas se apresenta, pequena, mas importante: aqueles que estão começando a sonhar com o futuro. Desejam ver mais progresso na cidade, alguma melhoria real, a limpeza dos bairros pobres, a construção de novos edifícios e instituições, o aproveitamento de espaços abertos, e o planejamento de sua futura expansão – sua Utopia praticável – na verdade, Eutopia." Patrick Geddes [1]

III. URBANIDADE: TENSA EXPERIÊNCIA COLETIVA

Uma cidade *em obras*. Certamente essa imagem está muito próxima da experiência cotidiana em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. As ações do poder público na capital foram então numerosas e abrangentes, assim como foram intensas as transformações ligadas a tais iniciativas. Por meio de atividades diretas da administração, ou por meio de concessões e contratos com particulares, as iniciativas da municipalidade tiveram grande impacto na capital, tanto em relação aos aspectos materiais quanto à experiência de seus habitantes. Essas ações denominadas genericamente como *obras públicas* não envolveram somente planos e projetos definidos em bases racionais – nos quais se pode reconhecer elementos de um

---

[1] GEDDES, Patrick. *Cidades em Evolução*. Campinas: Papirus, 1994, p. 154; o neologismo "eutopia" refere-se ao melhor aproveitamento das energias em benefício do homem e do meio-ambiente, para o autor.

incipiente urbanismo, no sentido da disciplina então em formação.[2] Tiveram, de modo mais amplo, significativa repercussão nas relações políticas e sociais, envolvendo assim negociações e disputas em torno, também neste campo, das noções de participação, interesse, direito dos citadinos na capital.

Considerando esse alcance amplo, parece-me insatisfatório, de acordo com os objetivos deste trabalho, pensar a temática das obras em termos de funcionalidade e planos objetivamente traçados para a cidade – abordagem que dificilmente escapa a interpretações negativas acerca da ordenação urbana. Com especial atenção aos embates e negociações em torno da cidade, analiso as obras e projetos como produtos e produtores de relações políticas e sociais, capazes de suscitar transformações bastante significativas no meio urbano, não apenas materialmente. Não se trata, neste ponto do trabalho, de retomar as formas de reivindicação e pressão de setores da sociedade paulista que venho discutindo – o entendimento da relevância dessa participação nas dinâmicas ligadas à administração da capital é pressuposto desta análise. Procuro aqui compreender, além da repercussão expressiva dessas pressões junto ao setor de obras públicas da capital, as inter-relações que se estabeleciam entre a administração e os habitantes, mediadas pelos saberes técnicos em expansão e pela esfera legal que se reorganizava e transformava.

Certamente a ampliação das possibilidades de emprego dos saberes das ciências no espaço urbano, destacadamente das engenharias, modificou amplamente a forma de atuação da administração municipal ao longo do século XIX, abrindo caminho no período para a intensificação da atuação de profissionais *especializados*, responsáveis por inúmeras obras na cidade, voltadas ao aperfeiçoamento dos

---

[2] Estudos voltados ao entendimento das origens do pensamento urbanístico, numa abordagem disciplinar, podem ser acompanhados em: SIMÕES Jr., José Geraldo. "O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo na Cidade de São Paulo". *Espaço e Debates*, nº 34. São Paulo:NERU, 1991, pp. 71-74 e LEME, Maria Cristina da Silva. "A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965" In _____ (coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. SP: Studio Nobel, FUPAM, FAU-USP, 1999, pp. 20-38.

equipamentos urbanos, aos aspectos de infra-estrutura e intervenções espaciais. Seria, entretanto, suficiente supor a prevalência de auxiliares técnicos e engenheiros – sobretudo aqueles vinculados à Politécnica paulista, cuja análise motivou o início destas pesquisas – na condução dessas obras municipais? Ou ainda, como teria sido percebido o suposto predomínio dos saberes desses profissionais na gestão dos assuntos urbanos? Pode-se notar outras implicações desse processo, voltando a atenção aos usos de práticas e saberes científicos na transformação da capital paulista naquele período, acompanhando as obras projetadas. As dinâmicas que envolvem o setor de obras públicas contribuem para difusão dos saberes técnicos sobre a cidade e para um processo complexo de inter-relações e influências, modificando mesmo o conceito de *especialistas da cidade*. Embora grande parte do ampliado grupo de empreiteiros atuante no cotidiano das ações da administração permaneça praticamente incógnita e sua formação técnica seja desconhecida, é possível analisar as relações que estabelecem com a administração, com a cidade e com as práticas e saberes científicos. Aproximo-me desses "ilustres desconhecidos" ao longo desse capítulo e, buscando esclarecer suas relações com a municipalidade, norteio-me por algumas indagações que acompanham essas reflexões: que conseqüências teria tido, por exemplo, tal atuação para a administração municipal e suas relações com a cidade? A circularidade desses saberes teria modificado as formas de participação, implicando em mudanças também na noção de cidadania? Em que medida a apreensão técnica do espaço da cidade teria implicado em transformações nas relações sociais e políticas na capital? De que maneiras a urbanidade – entendida como qualidade do urbano, possibilidade de gerar maior autonomia e novas funções na cidade, ou ainda no sentido mais corrente de civilidade – teria sido influenciada e alterada nesse processo? O uso político de noções ligadas às obras públicas – como os saberes *especializados*, a urbanidade, o progresso e a então recorrente idéia de *melhoramentos* urbanos – tomados por vezes com sentidos conflitantes e em outras convergentes por diferentes grupos sociais, pode ser analisado de modo privilegiado no campo dos embates mediados pelos poderes públicos, dado ser esse um espaço de

disputas e pressões. Indico, com isso, a interpretação que norteia este capítulo, de que uma cidade *em obras* sugere ligações complexas entre suas formas físicas e as relações de forças e conflitos que a atravessam.

1. Apreensão técnica, questão política

Verear, debater, ordenar

Em janeiro de 1890 dois periódicos sediados na capital, *O Estado de São Paulo* e o *Correio Paulistano*, colocam a administração municipal na pauta de debates, ocupando suas colunas de maior destaque. O primeiro noticia a posse dos nove membros da Intendência Municipal, instância que substituiu a Câmara organizada sob o Império, e parece ter entendido como propício o momento de início do novo governo para apresentar várias reivindicações para execução de obras na capital. A opinião manifesta na coluna é direta no diagnóstico e taxativa na exigência: "a cidade está suja! É necessária, é indispensável e urgente [a] organização do serviço de limpeza."[3] A reclamação e a reivindicação não eram então novas em São Paulo, mas o vigor enfático do pedido parece exprimir expectativas renovadas em relação à solução da questão. Entre 1869 e 1912 foram firmados pelo menos uma dezena de contratos com empresas ou empreiteiros para a execução do serviço de limpeza pública e particular da cidade, alguns deles incluindo também o trabalho de irrigação diária das ruas nas épocas de estiagem. O resultado, porém, tendia a ser questionado por amplos setores da sociedade, prolongando-se assim as discussões sobre o assunto e as insatisfações relativas ao problema. [4] A queixa do jornal, que sintetiza tal situação, pode ser lida como uma advertência sobre a atenção a ser dada para as necessidades que já vinham sendo apontadas pelos citadinos: governo novo, velhos problemas.

---

[3] "A Intendencia Municipal". *O Estado de São Paulo*, 14/01/1890 (AEL, MR/0339).

[4] Os contratos estão nos volumes 362 a 369, 474 a 479 e 878 do AHMWL-FCMSP, e as discussões encaminhadas à Câmara sobre o assunto estão nos processos das leis municipais.

Também seguindo uma perspectiva crítica, o *Correio* tematiza um aspecto mais abrangente da questão da administração – tema talvez presente nas entrelinhas da sentença d'*O Estado*. Comenta o decreto do recém instaurado governo estadual de reforma da administração dos municípios, supostamente inspirado, segundo a folha, "no pensamento de estabelecer a autonomia municipal". Observa com certa reserva a possibilidade de "cassar ou anular as posturas municipais que forem prejudiciais ao interesse do município", prevista na determinação, mas justifica o que julga ser uma exceção à autonomia, diante das "condições especiais do governo de ditadura, em um período de reconstrução política da nação". Entretanto, o jornal não deixa de relativizar a legitimidade da medida, afirmando ser aceitável apenas pela excepcionalidade das circunstâncias, por entender como preceito fundamental da autonomia municipal a garantia de igualdade entre os poderes, e de autonomia do município, em última instância dos habitantes. E acrescenta: "o prejuízo do interesse do município deveria ser avaliado e acautelado pelo munícipe".[5] O decreto em questão, emitido apenas dois dias antes da publicação de tais comentários, dispunha sobre as Câmaras e Intendências dos Municípios paulistas, reorganizando provisoriamente a administração também da capital até que ficasse constitucionalmente instituída a República dos Estados Unidos do Brasil.[6]

As discussões subjacentes aos dois comentários estão ligadas àquele momento, passados apenas poucos meses da desestruturação do governo imperial, inclusive com a dissolução das Câmaras. Embora registrem abordagens distintas – o *Correio* indicando estar atento aos princípios norteadores daquelas mudanças e *O Estado* voltado a questões práticas e pontuais, já diante da posse do novo governo – os dois periódicos parecem sintonizados com uma percepção ao mesmo tempo moderada e renovadora da questão. Diante da determinação legal da mudança, ambos apressam-se em lembrar o que deveria ser prontamente transformado,

---

[5] "A Reforma Municipal". *Correio Paulistano*, 17/01/1890 (AEL, MR/2823).

[6] Decreto Estadual n.13, de 15/01/1890.

aproveitando a circunstância, e no mesmo momento pontuam com clareza o que deveria permanecer entre as preocupações dos governantes. Articulam seus respectivos debates a partir do mesmo referencial de governo da cidade: o interesse do município deveria prevalecer e sua fonte e justificativa deveria continuar a ser o munícipe. Pode-se perguntar, assim, o que estariam entendendo como interesse do município e do munícipe, e que experiências poderiam estar orientando as visões desses articulistas da imprensa da capital sobre as permanências e rupturas que observavam ou ainda as que percebiam como desejáveis. Em sentido mais amplo, como estariam percebendo as relações entre o governo e os citadinos, existentes e esperadas? Que compreensão teriam das mudanças em curso e a quais transformações estariam se referindo? Que amplitude poderiam esperar delas?

Essas indagações, bem como as reflexões dos dois jornais, são tomadas aqui como questões motivadoras, para buscar compreender que experiências e expectativas poderiam estar em jogo em relação à gestão da cidade naquele momento e de que modo se processaram as mudanças – e as permanências – no limiar do século. Devo afirmar que não tomo os registros dos jornais como representativos da percepção da totalidade da sociedade paulista no final do século XIX, mas como indícios significativos das opiniões e impressões então correntes, e a partir delas, procuro entender as conjunturas que poderiam parecer decisivas para alguns grupos na sociedade. As ações da municipalidade ao longo da segunda metade do século XIX não se diferenciavam, de modo geral, daquelas indicadas na primeira Constituição brasileira e nas leis posteriores que a regulamentaram no curso das primeiras décadas do século. Essas indicações responsabilizavam genericamente as câmaras das cidades e vilas pelo "governo econômico e municipal das mesmas", determinando aos vereadores a aplicação das rendas e "todas as suas particulares e úteis atribuições", entre as quais a elaboração e verificação das posturas municipais.[7] Tais posturas eram

[7] Trechos transcritos da constituição de 1824 (Art. 167 e 169), em NOGUEIRA, Octaciano, *Constituições Brasileiras: 1824*. Coleção Constituições Brasileiras, volume 1 Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos

debatidas constantemente pelos vereadores ao buscarem soluções para as demandas e questões do cotidiano da cidade, resultando em normas que corrigiam e adequavam aspectos da vida urbana. Conforme previam as regulamentações correspondentes, as câmaras deveriam submetê-las regularmente à aprovação da Assembléia Provincial, que constituía a instância decisória do ponto de vista da autoridade política e das possibilidades financeiras. Nos documentos da Câmara de São Paulo durante o século XIX é reservado um espaço destacado para os ofícios, deliberações e circulares do governo provincial, além de ser freqüente a indicação para se "fazer subir" um pedido ou norma para aprovação das autoridades provinciais – um indício claro da autonomia relativa da municipalidade sob o Império.[8] As atas das reuniões dos vereadores eram sempre iniciadas com referências a essas comunicações provinciais, que respondiam a questionamentos dos edis ou encaminhavam informes e orientações. Na vigência da administração imperial, os contratos para serviços públicos, como limpeza urbana, serviços de carris, iluminação, etc. deveriam ser aprovados e regulamentados pelas leis provinciais, mesmo quando firmados pelas câmaras. Por outro lado, a concessão de datas era inteiramente de responsabilidade dos edis, sendo inclusive usual que as autoridades provinciais encaminhassem à municipalidade pedidos de moradores nesse sentido. Embora relativo, o poder

---

Estratégicos, 1999, p. 101. O mesmo autor (pp. 31-35) comenta as leis que complementaram e regulamentaram as funções municipais a partir do texto constitucional: lei de 1/10/1828, conhecida como "Regimento das Câmaras", Ato Adicional de 12/08/1834 (lei 16), lei de interpretação do Ato, de 1841, este um Código de Organização Municipal (tratando da forma de eleição, posturas, aplicação das rendas e empregos municipais). Sobre a administração, ver também MEDEIROS, Océlio de. *O governo municipal no Brasil: introdução ao estudo do municipalismo através das constituições*. RJ: IBGE, s/d.

[8] O manuscrito "Collecção de Posturas, resoluções da Assembléia Provincial, Editaes e Regulamentos da Camara Municipal de São Paulo que estão em vigor" exemplifica essa relação município-província. Contém a compilação dessas posturas, regularmente revisadas pelos vereadores e aprovadas pela autoridade provincial, para os anos de 1830 a 1835, 1839, 1842, 1846, 1847, 1850, 1852, 1853, 1855, 1869, 1861, 1863, e indica a existência de documento semelhante para os anos de 1869-1871 e 1873. AHMWL-FCMSP, Vol. 310.

decisório das câmaras durante o século XIX favorecia sua participação nas relações políticas e sociais como uma instância de autoridade.[9]

Pelas funções de governo e relações políticas, pois, a Câmara se definia como uma instância administrativa mediadora, sendo o seu principal recurso de ação, nesse sentido, a discussão e o encaminhamento de posturas. Essa característica não a destitui de importância em relação à gestão da cidade, principalmente ao se entender a função destacada que exercia como foro de debates sobre questões que poderiam preocupar os habitantes. O fato de não possuir propriamente funções executivas, como terão as intendências e prefeituras no decorrer na estruturação administrativa republicana, limitava as ações mas não as orientações provenientes da Câmara. Era essa instância, por exemplo, que decidia sobre a adequação de um pedido para obras de encanamento de águas pluviais, considerando o potencial prejuízo "à saúde pública da cidade", e suas orientações garantiam a conviviabilidade urbana.[10] Elas eram observadas, indicadas na forma de pareceres ou de posturas, como regras de proceder, ou como preceitos que ordenavam as condutas, atividades e relações na

---

[9] Estudando as formas de organização espacial da cidade utilizando a "análise do discurso ideológico" através das Atas da Câmara da capital, Silva aponta sinais significativos dessas relações, destacando o estabelecimento da autoridade dos edis na cidade ao longo do XIX. A autora identifica algumas mudanças nessas relações no final do século, destacadamente nas formas de se legitimar tal autoridade, e nesse ponto, com o qual finaliza sua análise, estão inseridas minhas reflexões sobre os poderes públicos na passagem do século. As alterações nas relações entre esses poderes e a cidade interessam-se particularmente aqui. SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1880*. São Paulo: Moderna, 1984.

[10] Esse exemplo refere-se ao parecer negativo emitido pela Câmara sobre o pedido do senador Francisco Antonio de Souza Queirós e do imigrante João Adolfo Schritsmeyer, que pretendiam canalizar as águas pluviais e servidas de suas propriedades na rua do Ouvidor até o córrego Anhangabaú, no centro da cidade. Baseando seu parecer na opinião da comissão médica composta por Theodor Reichart, Luis Lopes Baptista dos Anjos e Francisco Honorato de Moura, os vereadores atestam sua preocupação com o estado do riacho, procurando evitar o risco de torná-lo "mais imundo e infecto". *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1874. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LX, 1948, sessão ordinária de 23/04/1874. Segundo Siriani, Schritzmeyer era de origem germânica, fabricante de chapéus na capital, no país desde 1853. SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã: vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 318.

cidade, intermediando interesses particulares e coletivos. Assim, a despeito da limitada autonomia e do relativo poder decisório, estavam em consonância com a expectativa de intermediação de interesses na cidade.

Por meio das posturas eram apresentadas soluções pontuais, direcionadas prioritariamente para pormenores da vida cotidiana, implicando o entendimento imediato das regras propostas e sua incorporação às práticas dos habitantes. Em 1871, por exemplo, os debates dos edis em torno da limpeza urbana voltaram-se para a necessidade de se "conservar com asseio as ruas da cidade", diante da suposta relação entre a sujeira das vias na capital e o aumento do número de corvos nos quintais e espaços de uso coletivo. Julgando insuficientes os meios empregados pela Câmara nessa conservação, cerca de duas décadas antes da manifestação pública d'*O Estado* diante da sujidade urbana, o vereador Pacheco de Toledo lembrou as dificuldades existentes fora da esfera de ação estrita dos governantes. Os recursos da edilidade, que então acabara de firmar um contrato com um empreiteiro para limpeza das ruas da cidade, pareciam ineficientes diante da dificuldade de se garantir a atenção de cada habitante para a questão da sujeira dos espaços coletivos.[11] Depois de apontar as circunstâncias que depreciavam a aparência e a limpeza da cidade – "porque indivíduos há que, de propósito, deitam na rua o lixo de suas casas" – o vereador apresentou sua proposta de postura: "Todo proprietário ou inquilino é obrigado a conservar limpa a frente de sua casa até além do esgoto, e isto todos os dias, e remover o lixo que for encontrado, não para o centro da rua".[12]

---

[11] O primeiro contrato firmado pela Câmara para limpeza das ruas da cidade, de acordo com os registros localizados no AHMWL, parece não ter sido oficializado, em 1869 (termo redigido e não assinado com Antonio Francisco Dias Pacotilha, em 30/07/1869). O primeiro efetivamente assinado, com o tenente Francisco Antonio Nogueira de Bausman, foi firmado meses antes dessa discussão na Câmara, em 24/03/1871 (contrato n.138). AHMWL-FCMSP, Vol 362.

[12] Postura aprovada "para fazer subir aos poderes competentes", ou seja, para a Assembléia Provincial. *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1871. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LVII, 1947, sessão ordinária de 06/07/1871.

Descumprindo tal postura, o habitante seria multado ou preso por três dias, como era indicação usual nesse tipo de norma, mediante fiscalização de empregados municipais – sem mediação judiciária, portanto. Era então freqüente a referência a multas por infração de posturas municipais nas atas da Câmara, e seu propósito parecia menos ligado à previsão de uma penalidade e mais à indicação de um meio capaz de sujeitar os habitantes da cidade a seguir determinados hábitos.[13] A normatização tem então caráter coletivo – garantir o asseio da cidade, nesse exemplo – e seu cumprimento passa necessariamente pelo entendimento da noção de costume, e não exatamente de controle legal sobre a população. Como uma forma de regulamentação das condutas e relações entre os habitantes, as posturas estavam vinculadas mais aos sentidos que poderiam ter para os citadinos e menos a leis de caráter geral e coercitivo – do que decorre também sua constante revisão, prática periódica para os edis. Assim, a ênfase de uma postura como essa não recaía sobre a penalidade, mas sobre aquilo que a ligasse a hábitos, estabelecidos ou a serem aprendidos. Mesmo que o tema tratado por uma postura pareça isolado ou separado da totalidade das questões da cidade, sua ligação necessária em relação a costumes e hábitos lhe imprimia uma certa coesão, portanto. Apesar de muitas diferenças na forma do texto e no processo de elaboração que podem ser notadas, a legislação municipal posterior conservou muito desse caráter normativo da vida urbana, relacionado a costumes e particularidades dos habitantes. É a proximidade em relação à cidade que se destaca, em detrimento de um domínio ou controle estrito sobre os citadinos.

A leitura das atas da Câmara da capital deixa transparecer, sob a aparente insuficiência de autoridade da administração municipal, a prevalência de

---

[13] O médico Candido Barata, da Comissão Vacinadora Provincial, por exemplo, remete ao fiscal do distrito norte um auto de infração referente a vacinados contra a varíola que não teriam comparecido para as verificações determinadas, na mesma sessão em que foi apresentada uma relação de multados por não terem substituído as rótulas das casas. *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1874. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LX, 1948, sessão ordinária de 8/1/1874.

outra forma de organização do poder político, e outro modo de relação com a cidade. A intenção de controle efetivo da vida urbana não constituía um esforço expressivo e, nesse sentido, seria pouco esclarecedor buscar nos registros alguma evidência desse tipo de autoridade. O fato de existirem finalidades normativas é tão significativo quanto o fato da Câmara se constituir como um foro constante de debates sobre as questões urbanas, uma vez que as relações implícitas em tal organização poderiam originar importantes mudanças nas dinâmicas da cidade, mesmo que as medidas discutidas não fossem implantadas integralmente.[14] Assim, observando as ações da municipalidade nas últimas décadas do Império, chamo atenção para estas características das posturas, relevantes para compreender o processo de transformação no qual estão inseridas na passagem para o século XX: seu dinamismo e flexibilidade formais, a proximidade das determinações em relação à cidade e a sua relativa longevidade. Tais aspectos ajudam desvelar o lugar ocupado pela administração municipal na sociedade, bem como compreender as permanências e

---

[14] A administração municipal sob o império é constantemente analisada pelo viés funcional, sendo percebida em termos de fracasso e sucesso das medidas planejadas; Glezer, por exemplo: "A administração municipal no Império não conseguira regulamentar e controlar a vida urbana por carência de autoridade e de recursos financeiros, pela dependência legal e orçamentária da Assembléia Provincial. A constante reiteração das posturas municipais, as dificuldades de fazer cumprir as determinações legais estão nas Atas da Câmara Municipal. As intenções normativas e reguladoras existiram, foram discutidas e votadas, mas raramente foram implementadas." A meu ver, os reflexos das discussões dessas medidas, seja no governo imperial, seja no republicano, tiveram conseqüências abrangentes em relação às questões urbanas, em sentido amplo, e menos em relação à efetivação das mesmas. GLEZER, Raquel. "São Paulo, Cem Anos de Perímetro Urbano". *História*, nº 13, 1994, pp. 155-166. Trata-se de uma avaliação recorrente em análises que focalizam a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do XX, nas quais a ênfase dada à suposta precariedade dos poderes municipais no Oitocentos possibilita atribuir-se um papel destacado aos poderes municipais nos períodos subseqüentes, quando a capital passa por uma intensa transformação. De um modo oblíquo, porém relevante pela recorrência, a destituição de importância das câmaras imperiais nas análises do processo histórico da cidade pode impedir a percepção das permanências e do próprio poder efetivo da municipalidade no período. Em última instância, tal destituição e sua contrapartida, a valorização das funções e dos poderes municipais no período republicano, acabam por atribuir importância ímpar às iniciativas individuais e decisões centralizadas, como no caso do freqüente destaque dado à administração de Antonio da Silva Prado, tornando opaca a presença da população nos processos decisórios.

mudanças processadas nesse espaço – perspectiva que me parece mais esclarecedora que a indagação sobre medidas bem sucedidas, de acordo com os objetivos deste trabalho.[15]

As posturas, reunidas e organizadas na forma de códigos ou apresentadas separadamente, tratavam de assuntos como higiene municipal, infrações contra a segurança pública, cuidados com ruas e caminhos, danos ao bem público ou particular, normas para festejos e espetáculos, entre outros. Embora vários estudos se refiram aos Códigos de Posturas, no caso de São Paulo com especial atenção àqueles editados em 1875 e 1886, a leitura dos documentos indica que a Câmara atribuía importância maior ao processo de elaboração, às dinâmicas que envolviam essa regulamentação, reservando espaço secundário para os códigos propriamente ditos.[16] A codificação das posturas constituía uma forma de organização das mesmas com o objetivo explícito de facilitar a verificação das normas a serem fiscalizadas, sendo, portanto, imprecisa uma inferência acerca da articulação ou unidade dos códigos. Trata-se de uma compilação de regras em uso, cuja

---

[15] Estudando os usos e as formas de regulamentação das rótulas nas casas de cidades brasileiras entre o século XVII e XX, Marins optou por analisar o quadro legal em oposição clara às iniciativas dos habitantes, resultando em observações por vezes contraditórias ao atestar a suposta perda de autoridade das câmaras a partir do regimento de 1828 (lei que reforçava a submissão municipal às autoridades provinciais). Afirma que "o poder das câmaras foi bruscamente refreado", mas ressalta em seguida os "subterfúgios dos moradores" para fugir ao cumprimento das posturas municipais, deixando, assim, indícios de que essa autoridade municipal supostamente esvaziada pelas leis imperiais teria ainda respaldo relevante na sociedade. Refiro-me aqui às análises sobre o Rio de Janeiro, no capítulo VI, em: MARINS, Paulo César Garcez. *Através da Rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas-Edusp, 2001.

[16] Campos, Osello, Rolnik, Simões Jr., entre outros, mencionam os códigos de 1875 e 1886, buscando, em certa medida, um caráter de unidade nos documentos, aparentemente esperando dessas deliberações pontuais sobre a cidade um conjunto articulado de preceitos. CAMPOS, Candido Malta. *Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002. OSELLO, Marcos Antonio. *Planejamento Urbano em São Paulo (1899-1961): introdução ao estudo dos planos e realizações*. Dissertação (Mestrado), São Paulo: FGV, 1983. ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Col. Cidade Aberta. São Paulo: Studio Nobel-Fapesp, 1997. SIMÕES Jr., José Geraldo. *O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo na Cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Planejamento Urbano), São Paulo: EAESP-FGV, 1990.

organização era necessária para consulta corrente, conforme faz supor, por exemplo, o comunicado do secretário da Câmara em 1881, informando estarem esgotados os exemplares do Código de 1875, necessários para uso dos munícipes. Em outros registros da administração é possível notar que essa unidade era característica de outro tipo de deliberação da própria Câmara, referenciado como Padrão Municipal, documento que regulamentava as construções, estabelecido em 1886.[17] Assim, não era plausível garantir um caráter coeso e rígido aos códigos por meio da compilação e organização das normas, principalmente por estarem as orientações da Câmara em permanente elaboração.

Além disso, devo indicar a existência de codificações anteriores à de 1875 – ao qual tem sido atribuída a condição de primeiro código, considerado uma versão mais completa daquele elaborado em 1873 – e a continuidade dessa prática ao longo da administração republicana, sempre parecendo tal organização um modo funcional de viabilizar o uso das posturas e sua adequação. No manuscrito redigido para a codificação das posturas municipais em 1862, por exemplo, esse caráter flexível da normatização dirigida pela municipalidade evidencia-se já no termo de abertura do livro, ao indicar a necessidade de revisão daquelas então em uso, informando a grafia em "tinta encarnada" para as novas normas, em destaque "para se saber quais se deve aprovar", a fim de adequá-las às maneiras efetivas de sua aplicação.[18] Nesses

---

[17] Fica evidente pelas referências ao código e ao Padrão nos documentos da Câmara serem recursos da administração de natureza diversa, ainda mais quando se verifica que uma versão de ambos no mesmo ano de 1886 foi aprovada e editada. A referência à publicação esgotada está nas *Atas*, 1881, Vol. LXVIII, 1950, sessão ordinária de 17/01/1881. Sobre o Padrão Municipal, a lei n.38 de 24/05/1893, por exemplo, refere-se a ele como um documento norteador das regras de construção oficiais da cidade. O mesmo Padrão de 1886 serve como base para a lei n.1580, de 22/8/1912, proibindo qualquer obra de acréscimo ou adaptação dos prédios urbanos construídos fora das proporções e medidas estatuídas no artigo 11 do Código de Posturas e no cap. 5º do Padrão Municipal de 1886. (AHMWL-FCMSP, Vol. 2175 e Caixa 72, respectivamente). Conforme documentos da Câmara, a organização do Código de 1886 foi contratada a Estevan Augusto Oliveira Junior (contrato n.290, 06/09/1886, AHMWL-FCMSP, Vol. 474).

[18] Também o subtítulo do projeto para o Código de Posturas de 1862 é significativo, à medida que deixa indícios desse dinamismo das normas, além de indicar a

trechos destacados há várias notas e correções, que indicam ter sido o texto lido e discutido pelos vereadores, partindo de observações diretas do uso e fiscalização da normatização ao longo do tempo. Dessa maneira, os códigos não poderiam apresentar uma orientação única e coerente, que em momento algum pode ser lida como propósito das compilações. Essa codificação continua a ser vista como uma necessidade após as mudanças na organização administrativa, implementadas pelo governo republicano, de modo a incorporar às compilações feitas os novos instrumentos legais então elaborados.[19]

A relativa flexibilidade e o dinamismo das orientações, ao lado de sua proximidade em relação à experiência cotidiana na cidade, parece ter contribuído para a longevidade das posturas e sua mudança gradual entre as décadas finais do século XIX e iniciais do XX. Há continuidades e, ao mesmo tempo, transformações significativas nesse processo, e embora não me proponha a analisar detidamente as características da estrutura jurídica e administrativa imperial e republicana, comparativamente, a percepção desse processo imbricado de mudanças direciona minha atenção para essas passagens. Ademais, as precauções anotadas em 1890 no *Correio Paulistano* e n'*O Estado de São Paulo*, como indícios de hesitações então percebidas e vivenciadas por outros grupos da sociedade, são significativas para atestar a importância de uma aproximação em relação a tal processo. Nesse mesmo

---

observação de exemplos de outras localidades pela edilidade: "Codigo de Posturas, mandado organisar pela Camara Municipal de S. Paulo, para o seo Municipio, contendo a legislação vigente, mais modificações impreteriveis e as disposições novas, que as circunstancias requerem, extrahidas dos codigos civilizados, como da Côrte do Rio de Janeiro." AHMWL-FCMSP, Vol. 311. Eudes Campos acompanha detidamente a formulação das posturas municipais ao longo do século XIX em São Paulo, buscando informações acerca da regulamentação dos padrões de edificação, e traz uma série de esclarecimentos sobre as tentativas de codificação, como essa de 1862, e os códigos de 1873, 1875 e 1886 (esse último uma recodificação, segundo ele). CAMPOS, Eudes. *Arquitetura Paulista sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo.* Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1997, especialmente o capítulo 6, terceiro volume.

[19] A lei n.278 (7/10/1896) autoriza o Intendente de Justiça a contratar a codificação das posturas e também das leis e resoluções que estavam em vigor. (AHMWL-FCMSP, Vol.2183).

sentido, é relevante para este estudo buscar esclarecer em que medida as alterações formais das leis municipais a partir de 1890 poderiam modificar as relações entre as normas e a experiências urbana, entre os citadinos e as ações dos governos, e como esse processo foi então percebido. Não julgo ser apropriado analisar as deliberações previstas pelas posturas municipais em oposição ao aparato legal formulado a partir da reorganização dos poderes públicos pelos governos republicanos, tampouco como um recurso administrativo inferior a este. As normas que viabilizavam o governo das vilas e cidades imperiais não se diferenciavam, essencialmente, das leis republicanas, tanto considerando as preocupações que revelavam sobre a cidade, quanto a relação que estabeleciam com os habitantes. Suas distâncias estavam mais nas dinâmicas envolvidas em sua elaboração, formalização e aplicação, e foram sendo constituídas gradualmente, enquanto a estrutura administrativa se tornava mais complexa.

A organização do governo republicano em nível municipal não foi prontamente efetivada após o decreto de 1890, mencionado, tampouco se constituiu por meio de um percurso tranqüilo. Na prática esse decreto apenas viabilizou uma estruturação provisória, por cerca de dois anos, entre a desestruturação do governo monárquico e a organização oficial dos municípios dada pela constituição republicana de 1891.[20] Nesse período, foi conferida autoridade ao intendente municipal, escolhido entre os vereadores, para *resolver* as ações administrativas, assim estabelecendo as chamadas resoluções municipais.[21] Uma leitura dos assuntos abordados nas quatorze resoluções desse período revela a permanência de uma caracterização da administração municipal imperial norteando essas primeiras determinações, quando deixa destacada certa função de polícia administrativa nas

---

[20] A lei estadual 16, de 13/11/1891 organizou os municípios do Estado (redefinindo as funções dos intendentes estabelecidas no decreto estadual n.13 de 1890), deixando para as Câmaras Municipais a função de regulamentar as deliberações legais.

[21] Em São Paulo o Intendente Clementino de Souza e Castro passa a registrar suas resoluções a partir de 19/02/1890; o volume existente no AHMWL compreende as resoluções desse período transitório (registros entre 28/01/1890 e 10/06/1892) AHMWL-FCMSP, Vol.1467.

determinações do intendente. As resoluções saltam de um assunto a outro, passado por impostos e fiscalização de regulamentos para questões ligadas a saneamento e obras. Há, por exemplo, uma orientação expressa sobre limpeza da cidade, nos padrões da postura da década de 1870 vista anteriormente: os proprietários e inquilinos de prédios urbanos são obrigados a colocar o lixo em vasilhas adequadas, em frente às edificações, entre 22 e 24h., para ser removido. Nesses moldes, os assuntos se sucedem nas primeiras normatizações da vida urbana dadas pelo governo republicano: proibindo a extração de barro e areia da Várzea do Bom Retiro nas proximidades do valo coletor de esgotos, cassando licenças concedidas a hotéis, cafés e restaurantes convertidos em casas de prostituição, determinando a iluminação dos pátios dos cortiços, proibindo a mendicidade, proibindo o uso de animais magros, doentes ou feridos nos serviços de transporte, restringindo a exibição de objetos fúnebres em locais visíveis ao público ao dia e véspera de finados ou ainda tratando de obras, como a execução e conservação de caminhos de "mão comum".[22]

Tais resoluções resultavam, por certo, de demandas que exigiam certa urgência nas decisões dos poderes municipais, e mesmo em caráter provisório e apoiado em dinâmicas próprias dos governos anteriores, o intendente deveria *resolver* sobre as questões prontamente, antes que se concluíssem os trabalhos de organização do novo governo. Esse período transitório, todavia, estendeu-se mesmo depois de promulgada a Constituição Republicana por cerca de uma década. Além de constituir um período marcado fortemente por divergências entre grupos políticos que procuravam impor suas convicções – incluindo disputas entre monarquistas e republicanos – e seus projetos, que por vezes alteravam as direções definidas pelos edis, há indícios de que a organização do novo governo era uma questão que se resolvia na prática.[23] As ações voltadas para sua estruturação foram ora titubeantes,

---

[22] AHMWL-FCMSP, Vol.1467.

[23] Iokoi, analisando a estrutura legislativa republicana, destaca as tensões verificadas entre os grupos políticos em sentido estrito, deixando indícios da existência de vertentes diversas e programas divergentes para o plano da política local. Acompanha, por exemplo, os debates ocorridos na constituinte estadual de 1891 em

ora contraditórias, sendo assim a municipalidade configurada como um espaço de experimentação, em certo sentido. As soluções apresentadas para a separação, ordenação e classificação das funções do poder municipal se sucederam entre setembro de 1892 e novembro de 1898. Foram pelo menos dezoito leis municipais aprovadas para criar, suprimir ou reorganizar as repartições públicas da capital, e pelo menos seis delas reestruturaram radical e amplamente as funções, os cargos e as hierarquias dos empregados municipais – entre essas, quatro no curto espaço de três anos. Na prática as reformas sucessivas prolongaram esse período de transição da organização imperial para a republicana.[24]

Nesse período, a autoridade da Câmara tendeu a prevalecer, colocando-se à frente dos órgãos administrativos e executivos e suas deliberações passam a ser diretamente discutidas, votadas, aprovadas e editadas pelos vereadores na forma de

---

torno da municipalidade, destacando as divergências em relação às eleições, funções, divisão dos poderes, centralização das decisões, autonomia administrativa, denotando as expectativas e as pressões no período. Indica o momento das eleições da edilidade de 1892 como especialmente tenso, principalmente pelas disputas entre monarquistas e republicanos (segundo ela, o vereador mais votado teria recusado a participação no governo por defender a monarquia e julgar ser "transitório o governo da república", por exemplo). Minhas análises não se assentam nos debates dessa política partidária, mas não deixam de considerar as instabilidades políticas do período. IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *O Legislativo na Construção da República*. Série República. São Paulo: Contexto, Brasília: CNPq, 1990, capítulo 3.

[24] Os processos das leis municipais referentes à administração municipal no período contêm debates e projetos interessantes para se entender os caminhos titubeantes e as certezas envolvidas nessa transição. Entre eles estão (segue o número da lei, uma breve ementa, a data e o volume em que se encontra no AHMWL-FCMSP): n.1 e n.2 (29/10/1892, Vol.2174), estabelecem e especificam as competências dos intendentes; n.21 (22/02/1893, Vol.2175), centraliza funções com um intendente e reorganiza as repartições da Câmara; n.129, (03/01/1895, Vol.2182) modifica as funções executivas, que passam a ser exercidas pelo Presidente da Câmara e dois Intendentes (Justiça e Polícia e outro de Obras); n.203 (27/02/1896, Vol.2182); reforma de várias repartições e volta das quatro intendências (Polícia e Higiene, Justiça, Obras e Finanças); n.374 (29/11/1898, Vol.1961) reorganiza o poder executivo, suprime definitivamente as intendências e cria o cargo de Prefeito municipal. Importa ressaltar que somente em 1906 a lei estadual n.1038 (lei orgânica) reformou a administração dos municípios, separando distintamente os dois órgãos da administração – executivo e legislativo – e a autoridade do Prefeito passou a ser a única da qual emanam todas as providências e ordens para a boa execução das leis.

leis, segundo a norma jurídica.[25] Ao mesmo tempo, porém, as constantes reorganizações da estrutura de governo municipal ao longo da década de 1890 sinalizam uma tendência contrária, de gradual ampliação da autoridade administrativa exterior às funções legislativas. Grande parte dos debates travados em torno da organização dos poderes públicos na cidade, no interior da própria Câmara, partia da percepção ou da suposição da necessidade de fortalecimento das funções executivas da edilidade. Várias alterações na forma de exercício do poder pelos intendentes atestam esse movimento até os próprios vereadores aprovarem a centralização dos poderes executivos municipais nas funções do Prefeito – inicialmente denominado intendente geral.[26] Ainda em relação à organização administrativa no período inicial da República deve-se lembrar a existência de outras ferramentas legais, com as quais de deliberava sobre a vida urbana: os atos da Câmara, iniciados a partir de 1893, eram semelhantes às resoluções dos intendentes municipais, e como elas, detalhavam indicações dessas leis (na vigência do sistema de intendências, entre 1892 e 1898); os atos executivos, geralmente voltados a esclarecimentos, detalhamentos e regulamentações das determinações do legislativo, eram determinados pelo Prefeito. A partir de 1899, cada ato era iniciado com a afirmação auto-explicativa: "o Prefeito do Município de São Paulo, usando das

---

[25] O formato das leis republicanas era orientado então segundo os preceitos do direito, com a exposição da determinação ou deliberação, a explicitação das competências envolvidas em seu cumprimento (fiscalização, responsabilidade e origem das verbas, de acordo com a questão abordada), o posicionamento em relação a normas anteriores (com a declaração usual, por exemplo, de revogação das disposições em contrário) e a orientação para entrada em vigor. Trata-se, sem dúvida, de uma ordenação nas bases de uma lógica jurídica, com explicitação clara da posição da determinação legal em relação às leis anteriores, a sua execução e verificação, bastante diversa, portanto, das determinações descritivas das posturas e das resoluções.

[26] Importa lembrar que os intendentes e o Prefeito eram escolhidos, pelo menos até o início do século XX, entre os vereadores eleitos, embora as regras dessa escolha tenham variado ao longo do tempo. A lei n.374, de 29/11/1898, que reorganizou o poder executivo e criou o cargo de Prefeito municipal, determinava que este seria exercido por um único vereador, além do vice-prefeito, para suprir faltas do Prefeito; a eleição desses e do presidente e vice da Câmara seria feita, de acordo com a lei, na época regimental pela Câmara. AHMWL-FCMSP, Vol. 1961.

atribuições que lhe são conferidas por lei, *resolve* (...)", guardando ainda na forma alguma semelhança com as resoluções descritivas, tanto das primeiras deliberações das intendências como das posturas.[27]

A legislação republicana não era submetida à aprovação das assembléias estaduais como ocorria com as posturas, e isso poderia, teoricamente, viabilizar uma maior autonomia administrativa para a municipalidade. Por outro lado, seu processo de elaboração, iniciado por meio da formalização de um projeto de lei apresentado por um vereador (ou também pelo Prefeito, a partir de 1899), parece ter dificultado as interferências dos citadinos nesse processo.[28] Embora as evidências da participação da população, como venho apontando por meio dos requerimentos e outras formas de pressão de setores da sociedade, indiquem a existência de pontos importantes de diálogo entre governantes e os habitantes da capital, intriga-me observar nessas mediações ou interferências a constituição paulatina de obstáculos a tal participação e atuação. A formalização do processo legislativo, simultâneo ao aumento espacial e demográfico da cidade, e ainda a ampliação da importância dos saberes especializados na ordenação da vida urbana, parecem ter criado empecilhos sucessivos ao diálogo com a população, distanciando a cidade dos cidadãos.[29] Nesse

---

[27] Além da documentação administrativa utilizada ao longo da pesquisa, os esclarecimentos acima se baseiam em SÃO PAULO (cidade). *Ementário da Legislação Municipal. Leis 1892-1929 – vol. 1.* SP: Departamento Administrativo do Município, Divisão de Documentação, 1971 e SÃO PAULO (cidade). *Leis do Municipio de São Paulo do Anno de 1906.* São Paulo: Typographia e Papelaria Vanorden & Comp., 1907.

[28] Os projetos de lei passaram a ser apresentados sistematicamente pelos edis a partir de 1892, e apenas em 1896 eles são constituídos de forma padronizada, assim como os selos de impostos de documentos e os papéis oficiais impressos para uso da Câmara e suas secretarias. O primeiro projeto em formato padrão foi assinado pelos vereadores Firmiano Pinto e Gomes Cardim, apresentado em formulário previamente impresso para ser preenchido (data, assinatura, sessão em que foi lido), numerado, classificado e encaminhado às comissões da Câmara. Uma aparente formalidade que me parece sintomática do tipo de controle que o novo governo tentava implementar, e que sem dúvida representava uma alteração significativa em relação às dinâmicas anteriores. (processo da lei 246, de 11/06/1896, autorizando uma serie de obras) AHMWL-FCMSP, Vol.2181.

[29] Refiro-me a alterações na organização da municipalidade, entendida como governo e como agrupamento urbano, empreendidas e percebidas gradualmente, mas não por

sentido, possivelmente a recorrência às posturas na legislação republicana buscasse, de modo intencional ou não, amenizar alguma percepção negativa de tais alterações na administração. A permanência das posturas também sugere que tinham respaldo na experiência urbana, além de certo sentido de existência para os governantes e habitantes da capital.

Nas instâncias administrativas de São Paulo nas primeiras décadas do século XX as referências a posturas estavam no léxico e nas determinações efetivas de governo, permanecendo com papel ativo, portanto, embora sem sua função preponderante de recurso legal. Dialogam com as novas leis e resoluções procedentes dos poderes legislativos e executivos republicanos, também conservando muito de seu papel original, principalmente na sua proximidade em relação às práticas cotidianas. Em 1912, por exemplo, a Câmara criou o lugar de "inspetor de quarteirão", com a função de verificar as condutas dos moradores no espaço da cidade. Segundo o texto da lei, para cada quarteirão da capital deveria haver um inspetor auxiliar da fiscalização municipal, escolhido entre os moradores brasileiros, de idoneidade notória, para velar "pela fiel observância das posturas municipais, especialmente no que diz respeito à limpeza pública e particular e à polícia das construções".[30] Embora não haja outras observações indicando que tal lei tenha sido

---

isso menos importantes: as exigências burocráticas para apresentação de documentos à Câmara, como o pagamento de selos, o estabelecimento de um registro protocolar, a previsão de vias legais formais para o diálogo com os edis, a padronização dos documentos internos e externos, o próprio formato jurídico das leis, enfim, todo um conjunto de modificações de caráter prático e de amplitudes variadas, seguramente perceptíveis àqueles envolvidos no cotidiano dessas ações.

[30] Trata-se da lei n.1576 (31/7/1912), que determinava ainda que inspetores deveriam lavrar autos de infração na forma da legislação vigente, tendo direito a 20% da multa aplicada. AHMWL-FCMSP, Caixa 72. Um paralelo me parece interessante aqui, retrocedendo ainda mais no tempo, em relação às práticas do governo no Setecentos, quando os oficiais da Câmara utilizaram-se de capitães de bairros para manter a ordem nas estradas da vila e notificar as fugas de índios. Não há dúvidas de que se trata de uma questão diferente e que envolvia outras motivações, mas pensando a apreensão do espaço da cidade na perspectiva da longa duração é possível perceber pontos de contato entre os capitães e os inspetores. As indicações sobre o século XVII estão em SILVA, Janice Theodoro da. "São Paulo: quatro séculos de história" In:

efetivada dessa maneira, parece-me significativo notar o modo como as práticas e noções relativas às posturas das câmaras imperiais estão inteiramente presentes nesse documento elaborado em plena organização administrativa republicana. Relacionadas a hábitos cotidianos passíveis de verificação, as posturas tiveram vida mais longa do que se costuma supor, e aparecem nos registros da municipalidade até mesmo no vocabulário empregado.

As novas necessidades e prioridades apontadas na organização administrativa por certo contribuem para alterar as formas de aplicação e verificação da normatização urbana, mas não se pode afirmar a existência de um rompimento decisivo em relação às práticas anteriores. Entre outras transições que venho apontando, o uso das posturas municipais atesta essa passagem gradual. As referências às posturas permanecem relacionadas à experiência cotidiana dos habitantes – não como uma espécie de teimosia do Oitocentos, "ainda existentes" na administração republicana, anacrônica até, mas mantida por seus significados.[31] É possível relacionar numerosas menções a posturas localizadas entre os documentos administrativos da capital, e destaco entre elas um ato do poder executivo municipal de 1915, que regulamentava atividades nas vias públicas, redefinindo algumas determinações das posturas codificadas em 1886.[32] O longo ato estabelecendo um

---

Cadernos de História de São Paulo, nº 3/4, São Paulo: Museu Paulista da USP, 1994/1995, pp. 43-56.

[31] Na interessante abordagem dos usos da terminologia ligada a questões urbanas, com atenção também para a palavra *postura*, Murillo Marx afirma que as posturas ainda podiam ser localizadas em atas de câmaras de diversas localidades no período republicano, mas sua análise acentuando a timidez das iniciativas a ela vinculadas diante das novas necessidades urbanísticas acaba frisando a idéia de que esse tipo de legislação permanecia como um anacronismo nos primeiros anos da República. MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999, pp. 41-46.

[32] Trata-se do Ato n.769, de 14/6/1915, que regulamenta a lei 1666 de 26/3/1913 (sobre abertura de novas ruas) e as disposições legais referentes às vias públicas. (AHMWL-FPMSP, Caixa 1547). Outras referências podem ser localizadas, por exemplo, nas leis n.278 (de 7/10/1896, já mencionada), n.324 (22/9/1897) que regula infração de leis ou posturas municipais, n.777 (3/10/1904) modifica o artigo 192 do Código de Posturas e lei n.1580, de 22/8/1912, proibindo qualquer obra de acréscimo ou adaptação dos prédios urbanos que estivessem construídos fora do padrão

minucioso regulamento sobre as vias públicas da capital recorre ao detalhamento das ações e hábitos a que se refere, não apenas se assemelhando ao modo descritivo das posturas mas também se utilizando delas. Constitui uma retomada de várias outras normas da Câmara sobre o assunto, revisando-as e reformulando aquelas avaliadas como ineficientes ou inadequadas na prática.[33] O tipo de debate e de revisão proposto é muito próximo daqueles feitos pelos edis ao reunirem as posturas em códigos durante o século XIX, constituindo uma reordenação que acabava implicando também em reformulações. Ao mesmo tempo, liga-se decisivamente aos procedimentos legais apoiados em preceitos gerais entendidos como racionais, adotados largamente pela administração republicana, e nesse sentido deixando significativos indícios das transições – mudanças e permanências – relativas à administração municipal no período estudado.

Acompanhar os usos das posturas na organização do governo republicano permite indicar, mais uma vez, a limitação de interpretações que buscam no momento de instauração da nova forma de governo sinais de rupturas profundas.[34] Nos dicionários portugueses do Setecentos a terminologia *postura* era reconhecida igualmente como jeito ou ato do corpo e como decreto ou lei da Câmara em sua jurisdição, e no século subseqüente fundiam-se por vezes ambos os sentidos, aparecendo como jeito do corpo jurídico da cidade. O vocábulo permanece na língua portuguesa no uso coloquial como "modo de ser" e em sentido técnico como "decreto

---

municipal estatuído no artigo 11 do Código de Posturas e no cap. 5º do ato de 11/8/1886. AHMWL-FCMSP, Volumes: 2183, 1958, 1986, e Caixa 72, respectivamente.

[33] O ato-revisor se aproxima do dinamismo das posturas, por exemplo, ao retomar e atualizar os temas debatidos em outras leis, tais como: n.189 e 862 (sobre impostos discutidos nos orçamentos, de 1896 e de 1906, respectivamente), n.209 (tratando da regulamentação de construções, de 1896), n.475 (sobre levantamento de ruas, de 1900), n.570 (sobre passeios, de 1902), n.722 (tratando de alinhamentos de ruas, de 1904), n.1601 (sobre largura dos passeios e ruas, de 1912), n.1355 (regulamentando os registros da planta cadastral, de 1915). Processo do Ato n.769, de 14/6/1915, AHMWL-FPMSP, Caixa 1547.

[34] Simões, Rolnik, Osello e Campos, já citados, destacam, de formas diferentes, as rupturas nas gestões municipais do império e da república.

ou lei da Câmara". Segundo o dicionário de Cretella Jr., nas Ordenações Filipinas o termo aparecia ligado a hábitos: "proverão as posturas, vereações e costumes antigos da cidade ou vila e as que virem que são boas, segundo o tempo, façam guardar, e as outras emendar". Explica ainda que o Código Civil brasileiro de 1916-1917 se referia à palavra como disposição de caráter normativo geral, editada pelo município, e ao longo do século XX continuaria a ter essa mesma acepção técnica.[35]

Em certa medida os usos do léxico *postura* parecem afastar os dois núcleos de sentido registrados nos dicionários contemporâneos, por um lado consolidando a noção de fundo legal ligada a deliberações obrigatórias das câmaras, e por outro conduzindo à idéia de atitude corporal ou posicionamento diante da vida, diante de questões – acepção presente em expressões como "mudar de postura", por exemplo. Tornou-se coloquial a referência ao segundo sentido, ao qual se recorre de modo mais direto, e me parece significativo notar o quanto da noção de atitude interfere também nas menções à acepção técnica. Quando se pensa em posturas do município parece haver um atrelamento indireto com a idéia de jeito do corpo. Esclarecendo melhor: entendida como qualidade ou força normativa, a postura não se desliga dos sentidos relativos a teor de vida ou a atitude, permitindo que seja freqüentemente lida como jeito do corpo político, como regra ligada a costumes e hábitos – significados próximos àqueles das Ordenações já mencionadas.

Não proponho uma análise etimológica do termo ou mesmo uma arqueologia dos usos das posturas na administração municipal, mas chamo a atenção para uma questão que me parece importante ao indicar uma chave de leitura de algumas relações sociais e políticas no período estudado, permitindo perceber a duração estendida de determinadas práticas, a despeito das determinações legais – ou

---

[35] CRETELLA Jr., J. *Dicionário de Direito Administrativo.* 3ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Forense, 1978 (1ª edição 1970); MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados.* Editorial Confluência, 1954; NUNES, Pedro. *Dicionário de Tecnologia Jurídica.* 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1952.

mesmo em função delas. Parece-me que os sentidos na linguagem podem ser vistos como indicativos da permanência dessa maneira de ordenar o urbano, na medida em que essa forma de exercício da vereança não fora abandonada, de acordo com esta pesquisa, pelo menos até às vésperas dos anos 1920. O modo direto das posturas – na linguagem, formulação e aplicação das normas – resultava também em uma certa aproximação dos atos dos edis em relação às questões que preocupavam os citadinos, e possivelmente essa característica tenha favorecido algumas permanências na maneira de se tratar as demandas da cidade ao longo do século XX, mesmo diante das alterações formais e práticas processadas. A meu ver, essa proximidade constituiu uma das características da estrutura legal anterior à republicana que motivou maiores esforços para se preservar algumas dinâmicas inerentes às posturas municipais. De fato, exceto o aspecto formal da estrutura legal e administrativa municipal que sofreu uma alteração brusca nos primeiros anos do governo republicano, as mudanças foram lentas e graduais.[36] Dinâmicas na formulação, as posturas se alteraram muito lentamente nos seus usos – ou pelo menos no seu reconhecimento como um instrumento válido de governo – até depois do término do século XIX nas cidades brasileiras.

Ao retomar aqui na etimologia do léxico postura uma ligação com a idéia de corpo político, busco uma outra relação com a noção ampla de urbanidade. A percepção da cidade, ou melhor, de fazer parte da cidade, de poder ler seus significados me parece importante para entender essas nuances das relações políticas que, provenientes dessas dinâmicas do século XIX, são fortemente alteradas em seguida. Para além de uma ruptura, é possível desvelar alguns atrelamentos complexos dessas *passagens* do XIX para o XX de modo mais amplo – da monarquia para a república, das câmaras para as prefeituras, das obras pontuais para os projetos.

---

[36] Murillo Marx considera que essa mudança gradual e lenta foi motivada por outras permanências, como o predomínio da propriedade rural fortemente vinculada às elites e o fato de ser a esfera provincial/estadual a encarregada das mais altas decisões – o que reservava para as câmaras um papel de menor destaque e por isso mesmo menos sujeito a pressões para mudanças. MARX, Murillo, pp. 41-53.

No documento seguinte, por exemplo, é possível notar outra passagem, outra mudança inscrita naquele momento. Circunstanciando as motivações que justificavam um empréstimo elevado em libras a ser feito pela Câmara de São Paulo, o vereador Henrique Schaumann faz uma série de ponderações sobre as condições materiais da capital. Posiciona-se favoravelmente ao recurso financeiro externo, "depois de ter refletido maduramente sobre o assunto", afirmando tratar-se de uma solução "natural e abonável" em vista das condições excepcionais em que se encontrava a cidade e considerando "o grande acréscimo que a capital tem tido no espaço de poucos anos e a área relativamente grande já mais ou menos preparada para edificações".[37]

> São Paulo com seu número enorme de ruas novas e quase sem habitações [sic] é, para assim dizer, uma cidade do futuro e pode-se acrescentar de um futuro provavelmente próspero. É natural pois, que contando com este grande desenvolvimento, o governo municipal adapte-se a estas condições e que não tenha acanhamento em sacar em letra de crédito sobre este próspero futuro do município, que com certeza merece esta confiança. [grifo no documento]

A avaliação feita pelo vereador, e corroborada pela maioria dos edis considerando-se a aprovação da medida, deixa entrever alguns pressupostos que pareciam nortear as visões de vários contemporâneos sobre aquele momento de transições, de *passagens*. A apreensão negativa em relação às condições então vivenciadas no espaço urbano tornava-se mais constante nos debates, mas a identificação de sinais de um suposto desenvolvimento na cidade permitia outra percepção dos problemas enfrentados. Ao levantamento dos problemas segue-se uma atitude propositiva: trata-se de uma aposta no futuro.[38] Nesse sentido, as questões

---

[37] Processo da lei n.95, de 30/04/1894. AHMWL-FCMSP, Vol. 2177.

[38] Como exemplo dos problemas discutidos pelos vereadores, tomo o mesmo registro de Schaumann, em um trecho sobre a carência de calçamentos: "em certos pontos da cidade tem originado uma verdadeira calamidade e é característico disso que a maior

que sugeri inicialmente a respeito das relações entre o governo e os citadinos podem adquirir outro relevo. Poderiam ser expressas numa questão de síntese, considerando-se as relações existentes e esperadas, e buscando compreender as impressões e possibilidades plurais então percebidas: que futuro(s) era(m) então projetado(s) para a cidade? Parece-me que as mudanças em curso poderiam suscitar nos contemporâneos uma apreensão otimista do próprio processo, como se percebessem suas projeções numa perspectiva praticamente ilimitada. Acredito não ser preciso, neste ponto do estudo, reafirmar a idéia de pluralidade, considerando que as mudanças em curso não eram percebidas da mesma forma por diferentes grupos na cidade. Mas no sentido das análises que venho fazendo, parece-me relevante pontuar certa especificidade dessa percepção otimista, visto que alguns setores na sociedade estavam mais atentos e sintonizados com os projetos e problemas em pauta. A apreensão objetiva e técnica da questão urbana, nesse sentido, teve um papel proeminente nos debates e encaminhamento de soluções para a cidade.

Aferir, alinhar e desobstruir

"É que não se faz a felicidade de um povo só reformando-lhe as leis e as instituições políticas", pontuava um articulista do *Correio Paulistano* no início de 1890, em uma série de artigos publicada no jornal, praticamente simultânea ao alerta sobre o decreto estadual, citado anteriormente.[39] O engenheiro Adolpho Augusto Pinto, então atuante no campo das obras públicas no estado de São Paulo, destacando-se em trabalhos ligados a saneamento e transporte ferroviário, ampliava os debates em

---

parte das reclamações na imprensa versam sobre a falta de calçamento ou defeitos originados pela ausência ou má conservação do mesmo. Alem da utilidade e comodidade do calçamento deve-se atribuir ao mesmo uma importância higiênica muito alta." Processo da lei n.95, de 30/04/1894. AHMWL-FCMSP, Vol. 2177.

[39] "Melhoramentos Municipais". *Correio Paulistano*, 31/01/1890 (AEL, MR/2823).

torno de "assuntos de interesse municipal".[40] Tornou públicos seus apontamentos críticos e propositivos sobre a forma de gestão urbana, com especial atenção para as obras entendidas por ele como "medidas indispensáveis" para a capital. Relacionou um conjunto de providências que poderiam ser levadas em consideração pelos governos e pela população da cidade – pelos leitores do periódico, em certo sentido – e propôs uma revisão ampla das prioridades da administração, norteando-se por uma abordagem projetiva que ressalta a necessidade de organização de um plano prévio das obras.[41]

Aponta obras e iniciativas julgadas importantes para a melhoria das condições materiais e sociais da cidade, como a execução de planos de calçamento e alinhamento de vias, a conservação e a ampliação das áreas arborizadas da capital e o encaminhamento de medidas saneadoras e de infra-estrutura urbana. Especificamente nesse artigo citado, discorre sobre a necessidade de atender "a classe menos favorecida pela fortuna" com a construção de estabelecimentos de higiene: piscinas, lavanderias e ginásios. Ao possibilitarem o cuidado com a saúde e a higiene, por meio da "introdução de hábitos saudáveis", os estabelecimentos propostos

---

[40] O engenheiro civil (formado no Rio de Janeiro, em 1879) atuou em várias iniciativas ligadas às obras, como na implantação da *Companhia Cantareira e Exgottos* na capital, na São Paulo Railway Company, na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, trabalhou na Comissão Central de Estatística de São Paulo (quando foi responsável pela elaboração da obra *A Província de SP*, em 1887), entre outras. Menciona os artigos em sua autobiografia, comparando-os a outra série publicada em 1912, agora em *O Estado de São Paulo*, tratando também de obras para a cidade. A série de 1890, citada anteriormente no segundo capítulo, foi publicada em janeiro e fevereiro com o título de "Melhoramentos Municipais" (a expressão usada no texto está na edição de 24/01/1890). PINTO, Adolpho Augusto. *Minha Vida (memórias de um engenheiro paulista)*. Coleção História. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1970. Os artigos foram consultados no periódico, conforme a seguinte referência: AEL, MR/2823.

[41] Segawa também se refere a essa série de artigos, destacando seu pioneirismo na abordagem de questões urbanas, partindo das afirmações do próprio engenheiro quanto ao caráter de novidade de suas propostas. Nesta análise, procuro apreender as observações de Adolpho A. Pinto no contexto de sua formulação, comparando-a às impressões e discussões contemporâneas a ele. SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na Passagem do Século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, em especial o capítulo 3.

completariam os projetos das reformas municipais a serem implementadas pelo governo, segundo afirma tornando harmonioso não somente o espaço urbano, mas também a convivência de seus habitantes.[42] Sugere usar para isso o rio Tamanduateí, procurando sintonizar sua proposta com as preocupações relativas ao melhor aproveitamento das margens alagadiças próximas ao centro da cidade, e com as medidas sanitárias então priorizadas pelos poderes públicos, que mobilizavam as expectativas de transformação dos espaços coletivos da capital.[43] Ao lado dessa preocupação sanitária e pedagógica, sem as quais, para ele, as leis perderiam a eficácia, destaco outros dois aspectos que também tornam o registro significativo para este trabalho: primeiramente, o momento político em que a série foi publicada, cerca de dois meses apenas depois da instauração do regime republicano.

"É tempo de mudar de rumo", opinava o engenheiro ao justificar suas propostas. Mesmo considerando excessivo avaliar aquele momento como uma abrangente ruptura em relação às políticas anteriores, por meio de indícios expressivos é possível notar – e também presumir – a importância atribuída à idéia de transformação, em especial para alguns setores envolvidos com as instituições públicas ou também ligados a saberes científicos. A mudança na forma de governo foi percebida por vários grupos da sociedade como uma situação propícia para se analisar as ações que vinham sendo encaminhadas pelos poderes públicos, e principalmente para se propor novas abordagens dos problemas então vivenciados.

---

[42] Para ele, as reformas das instituições políticas e os "projetos de melhorias" seriam falhos e incompletos "enquanto o grande edifício das instituições pátrias não assentar sobre a terra firme a boa e sã educação popular." "Melhoramentos Municipais". *Correio Paulistano*, 31/01/1890 (AEL, MR/2823).

[43] Na mesma série, dia 08/02/1890, defende a arboricultura, sugerindo a arborização da Praça da República e da Várzea do Carmo para serem transformados em "pulmões da cidade", mais uma vez apresentando como base dos argumentos a questão do saneamento: "arborizar é sanear". A sintonia com a "idéia sanitária", analisada no capítulo anterior, é clara, especialmente o conteúdo moral e social subjacente à introdução de hábitos de higiene. Sobre a questão do ajardinamento e arborização da capital e suas relações com questões técnicas e políticas, a tese ricamente ilustrada de Guaraldo oferece alguns apontamentos: GUARALDO, Elaine. *Repertório e Identidade: espaços públicos em São Paulo, 1890-1930*. Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 2002.

Provavelmente a assertiva do engenheiro encontrou ressonância entre aqueles predispostos a perceber esse processo como ligado a mudanças. Para esses grupos, em certo sentido, as expectativas das transformações parecem ter sido então mais mobilizadoras que as próprias mudanças viabilizadas pelo novo regime. A leitura dos registros da Câmara da capital no período permite observar esse contexto, seja na organização geral do governo, como venho apontando, seja na dinâmica cotidiana da administração.

Uma curiosa nota localizada entre os documentos da Câmara em 1889 permite uma aproximação em relação a esse contexto, em detalhe. Um livro do setor de finanças do município – freqüentemente a área administrativa com anotações mais regulares e uniformizadas, independentemente das mudanças na organização do governo – testemunha uma breve interrupção no rotineiro ordenamento dos valores devidos e pagos aos fornecedores de materiais e empreiteiros de obras a serviço da Câmara. O empregado municipal responsável pelo controle diário desses dados anotou em destaque a data de 15 de Novembro utilizando um recorte provavelmente proveniente de um calendário impresso, e em seguida anunciou: "Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil". Se anotado por iniciativa pessoal, se feito por cumprimento a alguma ordem, se o empregado tinha convicções políticas próximas às daqueles republicanos envolvidos na proclamação, é difícil deduzir. Mas, a despeito de ser pouco possível eliminar as dúvidas em relação a essas conjecturas hoje, esse registro sinaliza uma expectativa então existente. A pausa na tomada de notas continua no dia posterior, e no manuscrito encontra-se em destaque um esclarecimento formal sobre os acontecimentos envolvidos:

> Novembro 16. O Governo Provisório do Estado de São Paulo. Representado pelos Governadores Dr. Francisco Rangel Pestana e Dr. Prudente José de Moraes Barros, foi empossado [o] Governo Provisório do Estado de São Paulo. Esta solenidade deu-se no edifício da Câmara Municipal perante alguns vereadores e o povo em massa. Em seguida os novos Governadores do Estado dirigiram-se ao Palácio

> da Presidência da Província, onde, pelo Sr. Ex-Presidente Geral Couto de Magalhães foi-lhes transmitido o governo do Novo Estado de São Paulo. Paço da Câmara Municipal de São Paulo, 16 de Novembro de 1889. Jesuino da Silva Mello. Contador da Câmara. [grifos no documento] [44]

Esse tipo de observação sobre a mudança de regime político não foi localizado nos outros documentos da administração analisados, sendo restrito às Atas da Câmara, que registram tais acontecimentos em caráter oficial – mencionando, inclusive, a presença do "povo em massa", acompanhado por Martinho Prado Junior.[45] Se por um lado essa interrupção nas anotações pode indicar uma leitura favorável do momento de mudança de governo então em curso, o registro denota também uma visão acautelada das permanências percebidas, como parece indicar o caráter pacífico explicitado na narrativa, principalmente na menção à transmissão da presidência da Província para o novo Estado de São Paulo, numa transição amena. Por certo há uma aura de formalidade no anúncio da mudança, e me parece inevitável ao leitor distante no tempo a percepção de um sentimento contido, como se a manifestação estivesse recoberta de certa prevenção em relação aos acontecimentos.

Após sua breve narrativa, destacada de modo evidente do restante dos registros, o contador retoma as anotações rotineiras. Tanto pela pausa, quanto pelo retorno ao trabalho diário, a anotação do empregado municipal é merecedora de nota, mesmo que no campo das conjecturas apenas. Comparada a manifestações de republicanos e monarquistas, em discursos políticos e artigos apaixonados em defesa do novo regime, a anotação pode aproximar-se mais de uma formalidade oficial, na

---

[44] O livro registra ordens de pagamento da Câmara (fornecimento de materiais e execução de obras de 29/08/1889 a 28/10/1890). AHMWL-FCMSP, Vol. 1313.

[45] No registro oficial: "entrou no recinto grande massa de povo com a Bandeira da República e música à frente", apresentando em seguida um pedido para mudança do nome de algumas ruas da cidade em homenagem ao governo republicano, entre elas a alteração da rua do Imperador para Marechal Deodoro, e a da Imperatriz para 15 de Novembro. *Atas*, 1889, Vol. LXXV, Sessão de 19/11/1889.

qual dificilmente se poderia perceber algum posicionamento ou expectativa em relação à mudança anunciada. Mas comparada às afirmações de Adolpho Augusto Pinto – "é tempo de mudar de rumo" – a indicação do contador deixa transparecer em certa medida um voto de confiança em relação às novas possibilidades de organização administrativa e política. Considerando-se ainda o destaque dado ao registro, que ocupa uma página inteira do volume, é plausível a suposição da existência, mesmo que contida, de uma expectativa de mudança. Outros volumes da Câmara usados para anotações rotineiras – livros-ponto, termos de contratos de obras, controle de orçamentos, entre outros – não indicam com tal ênfase "o 15 de Novembro", nem mesmo para explicitar as mudanças de caráter organizacional.[46] Esse registro estaria, assim, em sintonia com manifestações de outros profissionais, destacadamente voltados a campos técnicos de atuação, como os da engenharia, que mobilizaram seus saberes e sua percepção dos acontecimentos para pensar novos projetos para a cidade, para a sociedade, para o país.[47]

Outro aspecto que torna os comentários do engenheiro sobre a administração municipal significativos é seu olhar informado, armado previamente por uma percepção de fundo técnico. Seus argumentos são claros e contundentes, e suas preocupações são expostas de modo objetivo, como que concluindo um diagnóstico irrefutável: "(...) tanto há que fazer em [uma] cidade que expande-se

---

[46] As alterações nas formas dos registros, inclusive com a substituição ou ainda a interrupção de alguns deles, foram comuns entre os documentos localizados no AHMWL, mas notas explicativas foram raras, e em muitos deles, principalmente os financeiros, qualquer alteração permaneceu imperceptível. Por esse motivo também o trabalho de pesquisa dos dados teve que passar, às custas de impossibilitar a compreensão dos registros documentais, pelo entendimento prévio das formas de funcionamento das instâncias administrativas da Câmara paulista, durante o governo imperial e no decorrer das sucessivas reformas implementadas pelo governo republicano a partir de 1890.

[47] Sobre as ações e expectativas de engenheiros em São Paulo, analisei detidamente as iniciativas ligadas aos projetos republicanos e à formação de uma escola de engenharia no estado em *A Grande Cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.

como São Paulo e cujas necessidades se multiplicam em progresso crescente."[48] As preocupações e prioridades apresentadas por Adolpho Pinto em sua reflexão podem parecer logicamente presumíveis e justificáveis quando se pensa no processo de transformação da cidade em franca expansão no final do século XIX. Porém, uma aproximação cuidadosa em relação aos comentários pode revelar um papel ordenador em sua avaliação e argumentação, fundado nas diretrizes objetivas e funcionais de seu olhar especializado, armado. Seu discurso, nesse sentido próximo ao de outros engenheiros no período, assemelha-se a uma tentativa de apropriação do real, diagnosticando e analisando as defasagens percebidas no espaço urbano em relação a sua percepção previamente informada a partir dos saberes e práticas ligados a sua formação e atuação profissional.

O mesmo engenheiro esteve em 1893 em algumas localidades estadunidenses como representante do governo de São Paulo na Exposição Colombiana de Chicago, e suas impressões da viagem, publicadas em *O Estado de São Paulo*, evidenciam também esse olhar informado, sensível aos enquadramentos objetivos. Sua atenção está claramente voltada para as obras executadas e para uma apreensão de caráter técnico do espaço, deixando-se raramente surpreender por aspectos do ambiente natural nas descrições feitas. É notável, por exemplo, a diferença de percepção diante das cataratas do Niágara, que chama de "horrível precipício", e ante a ponte pênsil do Brooklyn em Nova Iorque, para ele "verdadeira maravilha no seu gênero, o mais grandioso monumento da engenharia moderna". Sua atenção está direcionada, nesse sentido, para as obras no espaço, notadamente das cidades, onde observa em minúcias as vias públicas e o movimento e limpeza das ruas e passeios. Observa a perfeição do calçamento com paralelepípedos, cuja técnica anota como se pretendesse aprender o método de execução com o olhar: "enchem os

[48] "Melhoramentos Municipais". *Correio Paulistano*, 24/01/1890 (AEL, MR/2823).

interstícios com seixos e sobre eles se derrama alcatrão" e assim obtém-se melhor resultado que no Brasil, afirma.[49]

A mesma apreensão que o induz a perceber uma lógica de eficiência no traçado das ruas de Nova Iorque e Chicago – segundo ele, uma planta simples que se delineia através de vias largas e direitas, cortadas perpendicularmente por outras de menor largura, de acordo com a importância de cada uma para a cidade – norteava as sugestões do engenheiro para São Paulo em 1890. Noções de funcionalidade e convicções ligadas à necessidade de ordenação previamente concebida em bases racionais permeiam seu discurso sobre o espaço urbano. Nessas bases, reconhece a dificuldade de se instaurar uma forma de gestão planejada da cidade – "não é fácil tarefa a organização de um completo plano de obras e melhoramentos, sistematizado conforme as necessidades e conveniências atuais da capital" – e aponta o que acredita ser empecilho.[50]

> É corrente que um dos vícios de nosso sistema administrativo, filho talvez do nosso temperamento impressionista, afeito a considerar e resolver as questões pela face que de momento se nos apresenta, sacrificando não raro o conjunto pelo detalhe, tem sido o empreendimento de obras sem método, sem sistema, principalmente no ramo dos melhoramentos materiais.[51]

Adolpho Pinto provavelmente tinha em mente ao fazer essa crítica os padrões de atuação da administração municipal dos últimos anos do governo imperial, e embora não seja possível reconstituir precisamente a apreensão do

---

[49] Posteriormente, o material foi reunido em um volume, em que descreve toda a viagem, desde o Rio de Janeiro, passando por Salvador, ilha de Santa Lúcia, detalhando sua estadia em Nova Iorque e Chicago. PINTO, Adolpho Augusto. *Viajando*. São Paulo: Vanordem e Co., 1901.

[50] Acrescenta: Com o rápido crescimento das edificações, muitos são os bairros novos e numerosas as ruas que se têm aberto, já por deliberação da extinta câmara, já por iniciativa particular. Esse serviço não tem corrido com a desejável regularidade." In: "Melhoramentos Municipais". *Correio Paulistano*, 24/01/1890 (AEL, MR/2823).

[51] "Melhoramentos Municipais". *Correio Paulistano*, 24/01/1890 (AEL, MR/2823).

engenheiro em relação a tal atuação, uma aproximação em relação às obras públicas pode oferecer apontamentos esclarecedores a esse respeito, não somente os termos de contrato firmados entre empreiteiros e a Câmara no período, mas também as considerações que venho fazendo sobre a administração municipal em geral. Nos contratos de obras das décadas de 1860 e 1870, em consonância com a sugestão do engenheiro, prevalecem as obras pontuais, a maior parte voltada a reparos em ruas e outros espaços coletivos, como a praça do Mercado e alguns chafarizes, além de ações de conservação, como a reconstrução de pontes danificadas em época de chuvas e a manutenção do calçamento de vias públicas, sobretudo as centrais.[52] Por exemplo, dos onze contratos assinados no ano de 1878, excetuando-se dois de natureza exclusivamente burocrática, quase a totalidade tratava de obras pontuais, principalmente consertos em ruas e passeios. As obras indicadas são descritas predominantemente como manutenção ou reparo, e mesmo quando se usa um termo como *melhoramentos*, que poderia ter significados mais abrangentes, são enumeradas ações localizadas e limitadas espacialmente.[53] É possível perceber um aumento gradual do número de contratos ao longo desse período e mesmo uma diversificação crescente das obras indicadas, mas a ênfase em questões localizadas permanece clara, sendo nesse sentido notável a existência então de apenas dois tipos de contratos de alcance espacial mais ampliado: a extinção de formigueiros e a limpeza da cidade.[54]

---

[52] Refiro-me ao volume que abrange o período de 1865 a 1886, sendo os seguintes os contratos citados: reparo de chafarizes (n.136) e Mercados (n.116 e 134), reconstrução de pontes (n.143) e calçamento (n.116, 145, 158 e161). AHMWL-FCMSP, Vol. 262.

[53] Classifiquei como burocráticos os contratos para publicação de Atas da Câmara no *Correio Paulistano* (n.173) e o acordo com um depositário municipal (n.172), sendo os outros referentes a obras de reparo (n.166, 167, 168, 169, 170, 175), construção de linha de ferro carris (n.165) e as primeiras aparições da terminologia *melhoramentos* entre os contratos se referem à rua Barão de Itapetininga e Campo do Chá (n.171) e rua 25 de Março (n.174). Nos dois casos, a denominação aparece designando obras que deveriam ser verificadas pelo engenheiro da Câmara. AHMWL-FCMSP, Vol. 262.

[54] O contrato n.125, de 1867, previa a extinção de todos os formigueiros da capital por um ano, e os contratos de limpeza, já mencionados, foram firmados em 1869 (com Dias Pacotilha) e 1871 (n.138). AHMWL-FCMSP, Vol. 262.

Em relação à década de 1880 pode-se reunir alguns indícios de modificações nesse quadro das obras no âmbito da administração municipal, precisamente nos anos antecedentes às críticas do engenheiro. É possível perceber algumas mudanças significativas, mesmo que sutis, tanto considerando os dados quantitativos – em dez anos, entre 1878 e 1888, o número de termos assinados foi triplicado – quanto observando o teor dos contratos e sua abrangência. O calçamento das vias, por exemplo, é expandido para áreas próximas ao centro da cidade e se especializa, tornando-se gradualmente sistemática a execução de obras complementares – construção de sarjetas e colocação de guias, anteriormente ausentes – e adotando-se técnicas diferentes de acordo com a área da cidade: o apedregulhamento para a maior parte, o calçamento a alvenaria e o paralelepípedo para as ruas centrais.[55] O paralelepípedo de pedra já vinha se mostrando como tipo preferido de calçamento, por ser considerado o mais resistente e duradouro, embora seus custos elevados e a necessidade de mão-de-obra bem treinada para sua execução constituíssem, segundo administradores e engenheiros, impedimentos ao seu emprego generalizado. As discussões sobre os tipos de calçamento mais adequados para cada tipo de via se intensificaram também em outras cidades brasileiras e se estenderam pelas décadas posteriores. Em São Paulo estas pesquisas indicam que a questão viária passou a ser problematizada de modo intenso já na década de 1880, em

[55] Entre os contratos ligados ao calçamento das vias na década de 1880: colocação de guias de cantaria (n.181, 199, 209, 259, 357, 380, 411), construção de sarjetas (248, 250, 264, 272, 311, 357), calçamento (n.181, 182, 211, 213, 214. 215, 216, 217, 223, 231, 232, 238, 244, 247, 251, 252, 256, 261, 266, 269, 270, 273, 274, 275, 2855, 286, 287, 288, 291, 292, 300, 301, 305, 319, 320, 322, 325, 326, 327, 335, 336, 339, 340, 342, 344, 345, 346, 348, 350, 351, 355, 356, 358, 366, 371, 372, 374, 383, 384, 388, 390, 391, 394, 395, 397, 404, 408, 409, 410, 412). O apedregulhamento foi empregado, por exemplo, na rua Ipiranga (n.213), a alvenaria na ladeira de Santa Efigênia (n.273) enquanto o paralelepípedo foi usado em locais como a rua do Ouvidor e Largo São Francisco (n.292). O calçamento conhecido como macadamização ou empedramento passou a ser usado somente na década de 1890. AHMWL-FCMSP, Vol. 262 e 474 (a partir do contrato n.272).

proporção ao aumento da área arruada e da complexidade envolvida na administração da cidade.[56]

Possivelmente atento às discussões em pauta nos meios profissionais em que atuava, Adolpho Pinto se detém também no tema do calçamento das ruas da cidade – atenção que denota também sua observação detida sobre o plano e o calçamento das cidades estrangeiras que visitou por ocasião da Exposição de Chicago. Em sua avaliação crítica da administração municipal paulista afirma haver muito a "corrigir e endireitar" em relação à questão viária. Propõe diretrizes para o nivelamento, alinhamento, calçamento e assentamento de guias nas vias públicas, detalhando as obras julgadas necessárias "não apenas por uma questão de regularidade e embelezamento" e "conveniência para a edificação predial", mas acima de tudo como "uma medida de higiene", considerando a necessidade de escoamento de "águas estagnadas". Propõe um plano a ser realizado por partes, inicialmente por meio de um estudo comparativo das condições de trânsito nas vias para depois se elaborar um projeto geral que, estudado e aprovado, deveria ser executado progressivamente, em proporção com os recursos financeiros da Câmara. Dessa forma, se por um lado demonstra sintonia com as preocupações dos profissionais ligados à gestão das cidades naquele momento, tanto no aspecto viário quanto sanitário, por outro parece estar distante das ações ordenadas pela edilidade paulista no período, e expõe suas propostas como se as considerasse inexistentes, ou então como se as julgasse sem efeito. Assim, propõe a elaboração de um complexo plano de obras, apresentando sistematicamente alguns aspectos que julgava

---

[56] Os debates nos meios técnicos sobre calçamentos se intensificam até pelo menos a década de 1920. Uma "apreciação sobre os diferentes tipos de calçamento", escrita pelos engenheiros Roberto Cokcrane Simonsen e Alberto Monteiro de Carvalho, a propósito de obras executadas em Santos, apresenta esclarecimentos sobre os tipos de calçamento e sobre os critérios empregados para a escolha: "considerações sobre o custo, natureza do trânsito, insonoridade, produção de poeira e facilidade na limpeza, escorregamento dos cavalos e declividade da rua, facilidade das reparações, presença dos trilhos, higiene, facilidade de rolamento e circunstâncias locais". "Serviços Municipaes: apreciações sobre os differentes systemas de calçamento". *Revista de Engenharia*. Vol.II, n.1, 1912, pp. 44-48.

imprescindíveis para superar as dificuldades advindas do que classificou como "empreendimentos sem método", ou ainda uma coleção de obras efetivadas "fragmentariamente, sem conexão de qualquer espécie, como se se tratasse de pulverizar orçamentos antes de aplicá-los com sábia economia e proveito real".[57]

É certo que as obras viárias e sanitárias em andamento na capital no decorrer da década de 1880 não apresentavam uma ordenação sistemática como essa proposta pelo engenheiro, mas me parece excessivo tomá-las como "empirismo" ou como ações "sem plano", como afirma. A observação das obras contratadas indica um padrão na execução de calçamentos de vias, com critérios ligados aos usos dos espaços e circulação, além de iniciativas mais abrangentes, quando comparadas às da década de 1870, como apontei acima. Embora entre os contratos e as posturas municipais até o final da década de 1880 não se possa verificar um conjunto ordenado de ações voltadas ao alinhamento das ruas – que na década subseqüente constituirá uma questão de grande importância e repercussão – é incontestável a existência de articulações ligando as várias ações e intervenções propostas no âmbito das obras viárias nos anos antecedentes à organização republicana da administração. Acompanhando-se detidamente as prioridades da municipalidade visíveis nas deliberações de obras, modificadas gradualmente, não é possível perceber indicações de um plano geral em sentido estrito, mas é notável a prevalência de linhas claras de ação.

As preocupações com o escoamento das águas estagnadas, por exemplo, tornam regular a construção de "galerias para águas pluviais" – conforme denominação descritiva encontrada nos contratos – em complemento às obras de calçamento, e também a regularização das vias passa a ocupar as previsões de obras da administração municipal, com ações voltadas ao nivelamento, terraplenagem, abaulamento e o prolongamento de ruas a partir de levantamentos prévios,

---

[57] "Melhoramentos Municipais". *Correio Paulistano*, 24/01/1890 (AEL, MR/2823).

anteriormente ausentes.[58] São iniciativas significativas que definiam os contornos básicos das obras públicas naquele momento, ainda considerando os limites financeiros e mesmo o caráter predominantemente normativo, e não projetivo, das iniciativas da Câmara no período. A ausência de projetos sistemáticos de intervenção na cidade, nas bases incipientes de um planejamento urbano, não impedia que se delineassem as balizas norteadoras da administração. Parece-me, assim, rigorosa a crítica de Adolpho Pinto ao lamentar o sacrifício do "conjunto pelo detalhe" em relações às práticas administrativas.[59] Não julgo ser possível falar em obra ou ações de conjunto para a cidade para o período final do Império, tampouco ser improcedente apontar a ênfase então dada pela municipalidade às obras pontuais. Mas certamente os indícios de mudanças então em curso são significativos, especialmente a introdução gradual na pauta de debates das autoridades públicas de temáticas gerais ou de maior abrangência.[60]

Além dessas questões viárias apontadas, outras ações da administração passam a merecer atenção detida, como a limpeza e irrigação de ruas, cujos contratos

---

[58] Contratos da década de 1880: sobre construção de "galerias para águas pluviais" (n.180, 205, 233, 293, 331, 379), sobre nivelamento (n.206, 207, 223, 229, 232, 244, 260, 261, 267, 284, 298, 299, 304, 308, 316, 320, 324, 325, 326, 343, 345, 348. 360, 369, 377, 405; há apenas um registro de nivelamento anterior, em 1879, contrato n.178), prolongamento (n.197, 294, 314, 318, 362, 370, 385, e um registro em 1870, n.132), abaulamento (n.260, 262, 264), alargamento (n.276, 135 em 1870) e sobre abertura de uma rua entre o bairro do Brás e a Mooca até encontrar se com a rua Carneiro Leão, o contrato n.227, de 1883. AHMWL-FCMSP, Vol. 362 e 474 (a partir do contrato n.272).

[59] Sobre a ausência de determinações da Câmara tratando especificamente de alinhamentos, acompanhar os estudos de Eudes Campos, precisamente em suas análises sobre o papel da legislação nas construções sob o Império, em obra citada (capítulo 6, volume 3). O mesmo autor chama atenção para algumas obras públicas no período imperial que puderam "aumentar a eficiência da cidade", com destaque para obras viárias projetadas desde a década de 1850. Referindo-se ao primeiro "anel perimetral da cidade", idealizado em 1855, afirma: "esse plano reveste-se de uma significação especial por demonstrar que, ao contrário do que comumente se afirma, ocorreram no Império intervenções, embora de nível técnico bastante limitado, que para a sua concretização tiveram de levar em conta a visão de conjunto da cidade". (pp. 28-29).

[60] Lembro novamente como Simões, Osello e Campos, citados, tendem a ressaltar as rupturas nesse processo.

são minuciosos nas determinações e nas formas de fiscalização dos trabalhos. Alguns novos meios de domínio sobre o espaço urbano são implementados, como a numeração e nomenclatura das ruas pelo sistema de placas, que denuncia uma tentativa de classificação desse espaço, e a formulação de planos de arruamento a partir de levantamentos topográficos, a aponta para uma forma de apreensão planejada do ambiente da cidade.[61] Um deles, por exemplo, previa a elaboração de uma planta com indicações das direções das águas pluviais, estudo dos níveis pluviométricos máximos na área e avaliação da capacidade dos bueiros então existentes, implicando num levantamento técnico de uma área da cidade. A rigor, esse contrato não indica execução de obra concreta, mas de um trabalho abstrato anterior, um estudo prévio do espaço, que naqueles anos finais da década passa gradualmente a compor os orçamentos e as ações da administração municipal.[62] Não seria esse um exemplo em total consonância com as propostas que Adolpho Pinto faria em 1890?

---

[61] Foram quatro contratos para execução da limpeza das ruas da capital assinados no período final do governo imperial, entre 1883 e 1887 (n.221, 240, 317 e outro sem numeração, com Francisco Antonio Pedroso, em 1885). O contrato n.240 detalhava em dezessete cláusulas o serviço contratado, e o 317 estabelecia mais que o dobro delas, indicando multas, sanções, e formas de reclamação sobre o serviço, além de perímetros de abrangência do trabalho diário de limpeza. O contrato (n.249) para colocação de placas apresentava uma listagem de todas as ruas a serem emplacadas (aproximadamente 180 ruas, nas quais seriam colocadas de duas a nove placas de nomenclatura). AHMWL-FCMSP, Vol. 262 e 474. Sobre a numeração das casas, Janice T. Silva observa a indicação nas Atas do início do XIX de uma atividade semelhante, embora com o objetivo de separar os prédios urbanos para a cobrança da décima (versão inicial do imposto predial), em 1809. SILVA, J.T. *Op. Cit.*,1984, p. 130.

[62] O estudo topográfico contratado deveria ser feito para o levantamento da planta das ruas do Bom Retiro, dos Protestantes, do Triunfo, dos Andradas, Santa Efigênia, dos Bambus, Aurora, Vitória, dos Gusmões, Duque de Caxias, General Osório e Campos Elíseos, em 1886 (contrato 271). É significativo nesse contrato também a presença de algumas preocupações que serão marcantes nas iniciativas dos poderes públicos nos anos posteriores, além do plano prévio, as obras hidráulicas e a adequação dos alinhamentos e nivelamentos (pede, por exemplo, que empreiteiro indique as altitudes das ruas e soleiras das portas para cálculo de nivelamento). AHMWL-FCMSP, Vol. 262. Segundo Eudes Campos, Domingos Correa de Moraes, que assina o contrato, era engenheiro e teria atuado como vereador em São Paulo em 1888. CAMPOS, Eudes. *Op. Cit.* p. 595.

Os apontamentos críticos do engenheiro, em sintonia com as avaliações de outros engenheiros e especialistas no período, tendem a realçar sinais eminentes de precariedade e deficiência nas iniciativas implementadas pelo governo imperial, pontuando as carências a partir de uma percepção especializada, portanto, armada. Muito provavelmente as ações da Câmara interpretadas por ele como desordenadas, esparsas e escassas, eram diferentemente percebidas por outros grupos e habitantes da cidade. Um morador do Brás, por exemplo, que vivenciava ao mesmo tempo a expectativa de construção da ligação do principal largo do bairro ao centro através de uma linha de carris urbanos, e a abertura de uma via comunicando a mesma região com o vizinho bairro da Mooca, entre outros projetos da edilidade na década de 1880, deveria ter impressões diferentes acerca das iniciativas em curso.[63] Ao recorrer aos apontamentos críticos de Adolpho Pinto, tomando-os como representativos de um certo julgamento das ações da municipalidade nos anos finais do governo imperial, busco um contraponto sintético a uma análise atenta que se faz necessária para compreensão dos limites e dos avanços da administração municipal. Também do ponto de vista político, a ênfase dada às renovações necessárias ou desejadas informa outras características da avaliação do engenheiro, mais voltado à expectativa de mudança por meio de uma renovação que parece fundar antecipadamente no nível discursivo.

Todavia, a partir das pesquisas feitas, percebo essas transformações ocorridas no final do século XIX por uma perspectiva processual, em termos de continuidades e mudanças graduais, e nesse sentido retomo a temática da questão viária, por me parecer relevante para pensar essas passagens, de tensões entre permanências e rupturas. Focalizo, assim, um momento imediatamente posterior à instauração da República, em 1895. Os vereadores da capital, então com as funções legislativas formalizadas pela nova Constituição e as executivas viabilizadas pela atuação de alguns deles como intendentes, de acordo com os regulamentos da

---

[63] Contratos n.220 e 227, ambos de 1883. AHMWL-FCMSP, Vol.362.

Câmara Municipal, estabeleceram as diretrizes para o calçamento geral da cidade. Vários contratos vinham sendo assinados para esse tipo de obra desde as décadas anteriores, como destaquei, e tal iniciativa intensificada durante a primeira metade da década. Mas essa autorização para se a contratar a empreitada "com quem melhores vantagens oferecer" para a execução do calçamento de forma planejada, com a prévia delimitação e caracterização de algumas áreas da cidade, era uma ação nova.[64] Um memorial descritivo das obras, elaborado pelo setor técnico da Câmara, especificamente pela Diretoria de Obras, estabelecia um plano para cinco tipos de calçamento projetados de acordo com uma classificação das vias em termos de uso e localização, contendo várias orientações detalhadas sobre tais obras.[65] O "plano geral de calçamento," como era denominado nos documentos internos da Câmara, determinava ainda que as obras deveriam partir do centro para os arrabaldes, e os contratos, diferenciados em cinco grupos os tipos de calçamento planejados, tratariam em pormenores das obrigações de execução e conservação dessas obras, dos materiais empregados, das técnicas adequadas, das multas e garantias, além da exigência da presença e da orientação de um engenheiro fiscal para obras de nivelamento e abaulamento das ruas.[66]

---

[64] Processo da lei n.142, de 29/01/1895. AHMWL-FCMSP, Vol.2179

[65] Definia, por exemplo, as formas de colocação de guias, de construção de sarjetas, do calçamento de ladeiras (que poderia ser feito de alvenaria faceada), construção de bocas de lobo e bueiros, etc. Processo da lei n.142, de 29/01/1895. AHMWL-FCMSP, Vol.2179.

[66] Contratos assinados com Beneducci & Malfatti (n.634), Thomaz de Aquino e Castro (635), Giacomo Giglio e Co. (640; a Companhia formada por Giacomo Giglio, Pedro Gallo e Paulo Giraldo), Angelo Negri (643) e João da Silva Loureiro (644), todos no primeiro semestre de 1895. Os termos de contratos, então padronizados pela administração, estabeleciam as condições para a execução da obra, abrangendo uma série detalhada de especificações técnicas relativas à espessura das camadas de areia, pedregulho e outros materiais necessários ao calçamento, tamanho e posição das pedras, proporções de mistura de areia, saibro e cal, volume de terra, precisão nas escavações para fundação de bueiros, tamanhos dos pés-direitos e abóbadas dos bueiros, material e forma de muros dos mesmos, por exemplo. Há preocupação com a procedência do material: por exemplo no contrato 685 há a seguinte especificação: "os paralelepípedos serão feitos de pedra das melhores qualidades de diversas pedreiras do Estado, precedendo sempre exame e aprovação da Intendência quando se tiver de

Apesar de todo o controle técnico do plano geral, do projeto e execução à fiscalização e conservação, e de todas as especificações detalhadas e acompanhadas por engenheiros da Câmara, em 1896 havia uma série de reclamações sobre a condução das obras, formuladas por moradores, empreiteiros contratados e a própria administração. Alguns empreiteiros alegaram insuficiência de recursos para dar continuidade ao trabalho, e vários contratos foram rescindidos.[67] Dois anos depois, havia várias obras interrompidas na cidade, e a Câmara realizava uma ampla discussão sobre o assunto, revendo prioridades e formas possíveis de se concluir a execução do "plano geral" e efetuar os pagamentos devidos aos empreiteiros.[68] A exposição do intendente municipal Pedro Vicente de Azevedo é esclarecedora dessas circunstâncias, afirmando a dificuldade em coagir os contratados ao compromisso assumido devido à falta de pagamento regular: "nunca se deveria ter deixado as cousas chegarem a este estado", desabafa.

> [...] O que está feito, está feito, porém. Agora, o que é preciso é a apreensão de quantos serviços possam ser adiados, ou esperados, para que se resolva o problema do calçamento da cidade, serviço que se impõe por sua urgência e necessidade, e que, além disso, por estar contratado, é uma obrigação para a Câmara, de que esta não pode se eximir. [...] Passou-se o tempo da abundancia, das autorizações para

---

mudar a aplicação das pedras duma para outra pedreira." (fl. 62v.). AHMWL-FCMSP, Vol.477.

[67] Os contratos com Negri (n.684, alega falta de recursos; fl 61 e 61v), Giglio (675) foram rescindidos e unificados em novo termo com o engenheiro Julio Micheli (685). AHMWL-FCMSP,Vol.477.

[68] Processo da lei n.351, de 17/05/1898, autoriza a Intendência de Finanças a satisfazer o pagamento das despesas com os contratos de 24/03/1896 para calçamento de várias ruas da cidade, e concede todos os poderes que precisar para as operações de crédito e outros atos equivalentes. O projeto tem uma longa explanação localizando as questões legais e historiando os procedimentos tomados. AHMWL-FCMSP, Vol 1960.

> despesas ilimitadas e extra-orçamentárias; é preciso entrarmos francamente no regime das restrições.[69]

As sinalizações dos poderes públicos podem parecer, em relação às obras na cidade na passagem para o século XX, pouco claras e em parte contraditórias. Se por um lado registram um impulso inequívoco de implementação de novos empreendimentos no espaço urbano, não deixam de apontar, como denota o lamento do intendente, certa ausência de fôlego que resulta em ações concretizadas de modo lacunar como no caso do plano de pavimentação da cidade. Sem desprezar os impactos das obras públicas efetivamente implementadas em São Paulo no final do século XIX, devo ressaltar a importância dos debates sobre tais ações naquele contexto. Parece-me ter sido então mais eficaz o nível discursivo que o objetivo no campo das obras públicas na capital, por sua possibilidade de aglutinar forças e interesses até mesmo antagônicos. A mobilização em torno dos projetos foi assim mais ampla que a de recursos. Nesse sentido, os comentários de Adolpho Pinto nos primeiros meses do governo republicano são mais uma vez significativos para estas reflexões, principalmente pelas posições que parece demarcar no âmbito político e técnico. Há nos registros do engenheiro uma perspectiva crítica firmada em bases políticas e uma dimensão projetiva claramente pontuada pela técnica, como se pudessem ser desmembradas – ao menos quando colocadas em separado no campo da retórica.

Assim, do mesmo modo que fazia comentários pouco elogiosos às ações da municipalidade no período imperial, deixava de apontar nelas iniciativas com as quais poderia se coadunar do ponto de vista dos preceitos técnicos, parecendo

---

[69] Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 16/03/1898. Direciona sua crítica ao antecessor, provavelmente o intendente de obras João Toledo Pisa e Almeida, pela situação precária das finanças da Câmara, analisando: "depois da encampação do Viaduto [do Chá] e seu embelezamento, das vilas operárias, dos grandes cemitérios, e das grandes avenidas, etc., etc., é o próprio a deixar em meio o seu programa das generosas idéias, como lhe chamou o *Correio Paulistano*, para exclamar que já ninguém sabe de onde nos há de vir o dinheiro, e que a situação financeira da Câmara não comporta mais empreendimentos." Processo da lei n.351. AHMWL-FCMSP, Vol 1960.

decididamente voltado a introduzir propostas novas ou, noutros termos, agregar maior importância às novas escolhas, diferenciando-as das anteriores. Em nível discursivo, na série de artigos sobre os "melhoramentos municipais" citada, o engenheiro parece ter um duplo alvo: por um lado, desqualificar as ações da administração imperial na cidade, sem nomear responsáveis ou apontar iniciativas específicas que pudessem conduzir a posicionamentos diretamente polêmicos, e assim abrir espaço para distanciar-se com certa aura de neutralidade do debate político estrito; por outro, investir argumentos na perspectiva de uma atuação renovada da administração pública, apoiada em projetos de caráter técnico que poderiam ser apreendidos também como independentes, como neutros. Assim, da mesma forma que outros engenheiros no período, parecia norteado pela percepção do momento político como uma possibilidade de ruptura e inauguração de uma nova forma de gestão de cidade, e de projeção política, favorável a sua própria atuação profissional. Não me refiro aqui às posturas político-partidárias do engenheiro, que possivelmente trariam outros embates para essa questão.[70] Refiro-me às bases em que se estruturava o argumento de Adolpho Pinto, supondo como o olhar do engenheiro apreenderia o contexto em que se inseria, buscando formas de controlá-lo por meio de uma formulação projetiva. Ao mesmo tempo, o olhar do engenheiro parece imbuído da tarefa de adequar a realidade vivenciada às prováveis idealizações constituídas como fundadoras de novas práticas, como denota, por exemplo, sua proposta de um novo roteiro de gestão para a capital, administrativo e espacial. E arremata: "O contrário é simplesmente governar sem leme, administrar sem rédeas."[71]

---

[70] Em suas memórias o engenheiro faz menção a algumas boas relações de amizade e profissionais que manteria com figuras destacadas da política paulista, (como o Conselheiro Antonio Prado), sugerindo até mesmo de um certo favorecimento na apresentação de oportunidades e uma abertura constante para suas ações. Todavia, não me parece uma abordagem promissora para este estudo a busca de justificativas das opiniões e iniciativas dos profissionais no campo dessas relações, visto que implicaria em outra pesquisa e outras abordagens.

[71] "Melhoramentos Municipais". *Correio Paulistano*, 24/01/1890 (AEL, MR/2823).

Essa perspectiva permite uma percepção mais próxima em relação às sinalizações contraditórias dos poderes públicos sobre as obras na capital, afastando a perspectiva limitada de uma interpretação norteada pelas noções negativas de fracasso e insuficiência das ações implementadas. Preceitos técnicos, classificação objetiva, previsão orçamentária, agrupamento ordenado e detalhamento sistemático das obras, fiscalização e acompanhamento dos trabalhos por profissionais autorizados e especializados, toda essa organização, enfim, que cercava por exemplo o "plano geral de calçamentos" mostrou-se pouco eficiente na prática. Presumivelmente, tomando conhecimento desse projeto amplo Adolpho Pinto teria percebido aproximações significativas em relação a suas propostas de 1890, e teria também encarado um certo desapontamento diante dos resultados, visto que várias dificuldades permaneceram, sob tensões e discussões talvez ampliadas, obstruindo a efetivação dos "melhoramentos municipais" idealizados. A pavimentação das vias da cidade continuou mobilizando grupos diversos – moradores apresentavam seus requerimentos, os periódicos registravam críticas e sugestões, profissionais discutiam soluções nos foros especializados, o poder público debatia acerca da necessidade e viabilidade das obras – e, a rigor, a prática das "obras pontuais" e das "ações sem plano" preponderava, agora travestida na expressão então largamente empregada nos documentos da administração nas referências às ações projetadas: "realizar oportunamente".

Em 1899, por exemplo, quando várias ruas do bairro do Brás deveriam estar calçadas de acordo com as previsões do "plano geral", a Câmara Municipal analisava dois pedidos para execução de calçamento na região, o primeiro para a rua Francisco Caquito, encaminhado por meio de requerimento de um grupo de moradores, e o segundo para as ruas Paulo Afonso e Joaquim Nabuco, indicado pelo vereador José Oswald Nogueira de Andrade.[72] Os dois pedidos mencionavam o

[72] Processo da lei n.546, de 08/10/1901, autoriza o Prefeito a executar melhoramentos na rua Joaquim Nabuco e avenida Rangel Pestana e rua Paulo Affonso. No processo

"estado lastimável" das ruas que se tornavam "intransitáveis com as chuvas", e as mesmas condições eram percebidas pelo engenheiro municipal F. Santos Rodrigues ao analisar tecnicamente a situação das ruas e os pedidos – segundo ele, numerosos quando se trata das ruas do Brás. Mas o parecer do vice-diretor de obras, o engenheiro Eugenio Guilhem, também ligado a ponderações entendidas como de caráter técnico, encerra peremptoriamente uma decisão política: "embora muito justo o abaixo-assinado dos moradores da rua Francisco Caquito, sou de opinião entretanto que não deve presentemente ser tomado em consideração". Cita obras necessárias em outras regiões, "como a do Paredão [da rua Xavier de Toledo], cujos melhoramentos me parecem mais urgentes", e indica que se façam as obras "oportunamente". Talvez a justificativa orçamentária apresentada pudesse relativizar o peso da decisão política implícita nesses trâmites administrativos, mas o deferimento, no mesmo processo legislativo, da indicação do vereador José Oswald torna desconfortável a apresentação de "razões econômicas, independentes da prefeitura."[73] Mais que um conjunto de planos e decisões norteados por uma apreensão técnica dos espaços, as obras públicas na cidade, como tais iniciativas para o calçamento das vias, guardam uma significativa dimensão política. Inclui, certamente, uma prática de favorecimentos e "politicagem" ou política ordinária, que fica sugerida ao se perceber, por exemplo, outro tipo de argumentos na justificativa do vereador para o caso da rua Joaquim Nabuco: "é completamente habitada por médicos, advogados, engenheiros, capitalistas, jornalistas e negociantes".[74] Entretanto, nos termos em que venho refletindo ao longo deste trabalho, esses planos, decisões e obras revelam em

---

há um abaixo-assinado dos moradores das ruas Paulo Affonso e Francisco Caquito, no Brás, de 26/02/1899. AHMWL-FCMSP, Vol. 1972.

[73] Parecer de Eugenio Guilhem ao diretor de obras, em 18/03/1899. Processo da lei n.546, de 08/10/1901. AHMWL-FCMSP, Vol. 1972.

[74] A comissão de obras, na sessão de 3/11/1900, dá parecer favorável e elabora projeto de lei (Olavo Egydio e João Penteado). Há novo orçamento e projeto detalhado assinado por Santos Rodrigues, com visto do vice-diretor Guilhem e do diretor Freire, em 23/07/1900: "Projecto de calçamento da rua Joaquim Nabuco (entre o Largo da Concordia e a rua Paulo Affonso)", extensão 207 m.

sua dinâmica outra dimensão política: pontuada, fragmentada até, mas de grande vulto, quando pensados como negociações cotidianas sobre o espaço da cidade. O conjunto das decisões é significativo pelo vulto e pelas tensões que envolve, e quanto mais se busca compreender seus meandros, mais se depara com relações complexas e densas. Os lugares e os espaços de negociação são diversos: as pressões dos habitantes, norteados por noções de salubridade e conforto então em pauta em diferentes setores da sociedade; os instrumentos políticos reformulados em sua dimensão prática, e renovados do ponto de vista das expectativas; os capitais políticos, técnicos e financeiros mobilizados em prol das obras consideradas necessárias à cidade; as possibilidades técnicas de amplo alcance, reais ou imaginadas. Nessa perspectiva, as obras públicas não podem ser encaradas negativamente como um campo de tentativas fracassadas, mas sim, ativamente em movimento na passagem do século XIX para o XX, constituindo em sentido amplio uma *cidade em obras.*

Obras de uso, "obras d'arte"

Em que consistiam, afinal, as obras públicas na cidade de São Paulo nesse contexto de passagens? Entre os anos de 1865 e 1903 a administração municipal de São Paulo firmou mais de mil contratos com centenas de empreiteiros para execução de obras na capital, abarcando questões de infra-estrutura e equipamentos urbanos (como construção e reparo de galerias de água pluviais, bueiros e bocas de lobo, de cemitérios e mercados, instalação de iluminação, bondes, serviços de água e esgotos, arborização, limpeza urbana), questões de circulação (regularização, nivelamento, abaulamento, apedregulhamento, calçamento de vias e largos, assentamento de guias, construção de sarjetas e passeios), entre outros aspectos ligados ao espaço da cidade.[75] Diante do volume, variedade e abrangência desses

[75] Há registros desses contratos desde 1819, mas nessa pesquisa tomei apenas aqueles firmados a partir da década de 1860. Os contratos posteriores a 1903 estão ordenados de outra forma no próprio acervo do AHMWL, dificultando sua localização. Foram

contratos, que constituem apenas uma parte das ações administrativas no campo das obras, é possível afirmar a existência de um esforço até então incomum do poder público municipal no sentido de interferir diretamente na materialidade da cidade, de certo modo reordenando espaços e reorganizando a experiência urbana, sobretudo na última década do século XIX.[76]

O aumento expressivo do número de contratos estabelecidos ao longo do período é notável: de 1865 a 1880 foram assinados a cada ano em média quatro contratos para execução de obras, envolvendo a Câmara e os empreiteiros. Entre 1880 e 1885 essa média é acrescida mais de cinco vezes, nos últimos anos da década de 1880 passa para trinta e cinco contratos firmados por ano e entre 1895 e 1900 a mesma média salta para mais de cento e quarenta contratos. Para se avaliar a dimensão quantitativa do esforço envolvido nessas ações do poder público municipal, comparo o crescimento demográfico de dois momentos da formação histórica da capital com o aumento dos contratos e obras. Tomo os dados populacionais referentes a 1872 e 1900 em comparação aos dados dos contratos assinados nos anos que antecedem tais anos. Enquanto o crescimento demográfico foi de cerca de 284%, a quantidade de contratos teve um aumento de mais de 1600% no mesmo período.[77] Considerando que nas décadas de 1870 e 1880 as instâncias administrativas municipais eram mais

---

consultados os seguintes volumes referentes a obras, diretamente: 362 a 369, 474 a 479 (todos do FCMSP).

[76] Os contratos regulamentavam as relações dos órgãos públicos municipais com os empreiteiros que efetivamente realizavam tais obras, mas ainda havia as obras realizadas "por administração", conforme denominação da documentação localizada, que compreendiam iniciativas concretizadas integralmente pelos funcionários da Câmara ou Prefeitura.

[77] Para cada momento, tomo os dados dos contratos pela média registrada em três anos, partindo dos dois anos anteriores, a fim de dar uma noção mais clara sobre o contexto dos números e evitar o risco de selecionar números de um ano atípico (como é o caso de 1872, por exemplo, quando apenas um contrato foi assinado pela municipalidade, enquanto muitas das obras efetivadas na capital foram realizadas pelo então governo provincial). As médias, portanto, referem-se aos anos: 1870-1872 (3 contratos por ano) e 1898-1900 (99). Os dados da população estão em LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1982, p. 44, que aponta os seguintes dados demográficos para o período: 31.385 para 1872, 64.934 para 1890 e 239.820 para 1900.

dependentes da administração provincial no âmbito das competências e recursos, e que o governo da Província voltava também sua atenção e investimentos para a cidade de São Paulo, a diferença quantitativa em relação às décadas posteriores é ainda mais expressiva. Além dos recursos provinciais, os orçamentos da Câmara, que até a década de 1860 eram disciplinados e conservadores, passam a prever anualmente despesas superiores às receitas em pelo menos 50%, a partir de 1873.[78]

Os primeiros anos do século XX, que coincidem com uma ampla reestruturação do poder executivo municipal, confirmam essa tendência, embora as substantivas alterações ocorridas também na forma desses registros não permitam acompanhar diretamente as anotações dos contratos.[79] Para o período foram encontrados apenas alguns desses dados, ao lado de constantes citações em outros documentos da administração que indicam a existência de cópias dos contratos em

---

[78] Um livro da Contadoria da Câmara registra em 1890 um quadro comparativo de receita e despesa, abarcando de 1868 a 1889, em que se percebe que até 1872 a despesa nunca fora superior a receita, e chama a atenção que em 1873 esta última tenha ultrapassado em aproximadamente três vezes e meia a receita; a partir daí, apenas em 1878 a despesa foi inferior à receita, e em 89 ela chegou a o dobro da receita. Segundo observações que seguem ao quadro organizado, o contador teria excluído das verbas os recursos oriundos de empréstimos e auxílios recebidos do governo provincial e de particulares, donativos, suprimentos de outros exercícios, e empréstimo municipal recebido do Banco Internacional do Rio, o que alteraria essas proporções. AHMWL-FCMSP,Vol.1313, fl. 70. De fato, há diferenças numéricas entre alguns orçamentos que pude consultar no acervo e tais anotações, mas não alteram essa tendência de aumento maior das despesas, além de também apontarem a década de 1870 como um momento de significativo investimento. Também Aguirra, que lista todos os orçamentos municipais de 1838 a 1934, deixa transparecer tal tendência – no caso desse autor, o propósito expresso por ele para o levantamento me parece digno de nota: mostrar pelos números "a obra de iniciativa e realizações dos novos bandeirantes do século XX". AGUIRRA, João B. C. "A vida orçamentária de São Paulo durante um século". In: *Revista do Arquivo Municipal*, n.2, 1934, pp. 29-34.

[79] Refiro-me à última reformulação da estrutura administrativa municipal no XIX, unificando as funções das intendências sob a autoridade do Prefeito, a partir da qual cada função das demais instâncias de governo foi revista, permanecendo relativamente estáveis entre 1899 e 1914 (quando foi efetivada outra grande reformulação nas instâncias administrativas, discutida ao longo de dois anos pelo menos, conforme indicam os processos das leis 1540, de 21/05/1912, e 1760, de 6/12/1913, AHMWL-FPMSP, Caixa 71).

outros volumes, principalmente daqueles do setor de finanças municipal.[80] Mesmo com essa limitação, a análise da documentação selecionada permite uma aproximação em relação às dinâmicas que envolviam os empreiteiros e as instâncias administrativas no período. Além dos contratos e anotações dos pagamentos feitos pela municipalidade, os processos das leis – entre os projetos, as discussões, as alterações e os encaminhamentos gerados por elas – possibilitam essa aproximação de forma indireta.[81]

É possível perceber o elevado esforço dos poderes públicos no gerenciamento do espaço urbano tomando-se o conjunto das ações desses governos – a tabela a seguir permite essa visão ampla. Parece-me que na medida em que a estrutura administrativa do governo republicano encontrou formas de organização mais adequadas aos seus ideais projetivos os governantes procuraram submeter ao seu controle as transformações em curso, numa tentativa de antecipar-se ao próprio futuro da cidade. A mudança mais profunda não está, pois, na enumeração das intervenções, apesar da eloqüência da quantificação nesse caso, mas nesse domínio projetado. A transformação mais intensa e complexa me parece estar nos pressupostos das intervenções e nas tensões que passa a envolver. O espaço de debates e (des)entendimento que em certa medida estava próximo dos costumes dos habitantes da cidade na segunda metade do XIX sofreu uma interferência decisiva entre a década de 1880 e 1890, implícita tanto nessas quantificações das ações do

---

[80] Entre os contratos pesquisados há algumas lacunas resultantes tanto da descontinuidade dos registros quanto do lamentável extravio de volumes do Arquivo (faltam, por exemplo, os 113 primeiros registros e cerca de 120 deles entre 1890 e 1891). Como há inúmeros volumes com materiais produzidos pelas repartições do Tesouro Municipal, e eles estão discriminados e identificados de modo bastante genérico, optei por não enfrentar tal documentação, e situar as lacunas dos registros referentes estritamente aos contratos, oportunamente.

[81] Trata-se dos processos que venho utilizando ao longo de todo o trabalho, arquivados como Leis Municipais no AHMWL, FCMSP, nos volumes 1467, 2174 a 2184, 1958 a 1992 e as Caixas 49 a 79, compreendendo o período de 1890 a 1914. Por esses documentos, é possível acompanhar as discussões sobre as intervenções na cidade em temos de obras, seja qualitativamente, no caso das discussões das leis, seja quantitativamente.

poder público quanto no entendimento do progressivo papel atribuído aos saberes e práticas científicos nesse período.

TABELA 3.1 – Termos de contratos: distribuição por períodos

Períodos	Contratos sobre obras	Contratos de arrendamento	Aditamento de contratos	Outros tipos de contratos	Total de contratos	Média por ano
1865-1869	17	02	01	02	22	4,4
1870-1879	33	02	03	07	45	4,5
1880-1889	194	06	03	37	240	24
1892-1899	642	09	36	73	760	95
1900-1903	115	0	0	12	127	31,8*
Subtotal	**1001**	**19**	**43**	**131**	**1194**	**32,3**

Fonte: AHMWL-FCMSP, Termos de Contratos de Obras anotados pela Câmara Municipal e Intendências (de Obras, de Justiça e Polícia, de Finanças e Municipal), volumes 362 a 369, 474 a 479. Elaborada por Josianne F. Cerasoli.[82]

*Em 1901 e 1902 há apenas seis registros de contratos disponíveis no Arquivo (relativos a expediente), sendo quase a totalidade dos outros 99 contratos de 1900.

O impacto quantitativo é notável, e sem dúvida representativo das transformações intensas que envolviam a materialidade e a experiência urbana em São Paulo. As mudanças na escala e no volume das obras são perceptíveis tanto ao se acompanhar o conjunto quanto o detalhe das ações. Quando se toma comparativamente, por exemplo, os anos de 1866 e 1896, a alteração fica patente: há um salto de seis para duzentos e cinqüenta contratos firmados com empreiteiros na capital em cada ano. Para além do âmbito quantitativo, procurando apreender tais impactos na abrangência da experiência urbana, é importante perceber a forma como essas obras foram distribuídas no espaço da cidade e como se ligavam às demandas e pressões de vários setores da sociedade, incluindo habitantes de diferentes áreas da capital. Não me parece suficiente ou esclarecedor pressupor a primazia das obras na

[82] Nota: em função de alterações nos registros dos contratos ao longo do período analisado, os intervalos indicados apresentam alguma irregularidade, em especial nos primeiros anos do governo republicado, quando os registros seqüenciais foram aparentemente feitos provisoriamente em outros volumes até a organização constitucional da administração (a seqüência numérica dos contratos salta 123 registros no período, o que leva a crer que foram assinados tais contratos nos dois anos faltantes). Após 1903, deixou de existir um controle unificado de todos os contratos.

região do centro comercial ou ainda daquelas voltadas ao embelezamento no período, considerando-se os objetivos e os indícios desta pesquisa.[83] A leitura de tais indícios aponta a existência de dinâmicas urbanas menos tangíveis à primeira vista, pelos movimentos plurais e pela complexidade que envolvem. Portanto, acompanhando os tipos de obras projetadas para a cidade, sua distribuição no espaço e a maneira como eram debatidas no âmbito dos poderes públicos municipais ao longo do período estudado, procurei entender como se ligavam, mediados pelas obras, os governos, os citadinos e o município, este tomado a partir de seus diferentes territórios e sentidos que poderiam ter para a experiência urbana. Nesse sentido, a divisão do espaço da capital em três áreas, como aparece nas tabelas das próximas páginas, resulta da interpretação da própria documentação e busca uma aproximação em relação a percepção da cidade por seus habitantes e governantes no final do século XIX.

Os critérios dessa separação foram definidos a partir do centro da cidade, em função das maneiras como aparece em vários documentos, e assim esclarecem, em parte, as dinâmicas desse conjunto urbano. A parte central tomada como referência é o triângulo original – formado pelas ruas Direita, São Bento e Imperatriz, denominada 15 de Novembro a partir do final de 1889 – e constitui a primeira área, e na década final do século XIX passa a incorporar também as regiões próximas à estação da Luz – região dos bairros de Santa Efigênia e Campos Elíseos, que constituem espaços fronteiriços, a rigor – e próximas ao início da avenida Consolação. Em parte, o espaço central considerado pelos contemporâneos coincidia com os perímetros estabelecidos pela administração, sendo entendido em contigüidade em relação ao centro estrito.[84]

---

[83] Autoras como Rolnik e Glezer, citadas, situando as obras na cidade, tendem a partir desse pressuposto.

[84] As deduções não são diretas, mas formuladas pela interpretação de indícios nos documentos pesquisados. Sendo assim, as notas seguintes justificam a divisão adotada do ponto de vista das discussões das leis municipais, localizando tais deduções. No processo da lei n.64, de 25/09/1893, sobre novas tabelas de impostos, há uma divisão da cidade em perímetros para cobrança e fiscalização que indica a atenção da administração para os mesmos. No processo da lei n.187, de 05/12/1895,

Embora os perímetros administrativos sejam indicados com freqüência nos documentos da Câmara Municipal, e de forma sistemática a partir do início da década de 1890, os espaços inscritos nessa ordenação não eram tão precisos quanto os gestores da municipalidade pareciam esperar. Os perímetros administrativos definidos em função de determinada ação dos poderes públicos – como a limpeza urbana ou a cobrança de impostos – acabavam servindo como referência a outras iniciativas, com demandas diferentes que pressionavam sua flexibilização. Há, por exemplo, um memorial detalhado diferenciando os espaços de atuação da empresa encarregada da limpeza da cidade, estabelecido em 1892, alterado diversas vezes pelas autoridades municipais ao longo da década, e que passa a priorizar aspectos de fiscalização e cobrança de impostos – dos três distritos iniciais, na virada do século já eram cinco.[85] Tal delimitação de marcos ficou restrita às instâncias oficiais de

---

sobre o aumento do cemitério da Consolação, há um parecer do engenheiro municipal J. Floriano Ortiz indicando ser talvez mais oportuno o momento para mudar de lugar o cemitério por questões sanitárias, "para fora do perímetro da cidade". A lei n.415, de 28/08/1899 proíbe a abertura das barbearias e cabeleireiros aos domingos no 1º perímetro da cidade, avaliando terem esses profissionais direito a descanso nesse dia, nessa área. A lei n.493, de dezembro de 1900, sobre orçamento para 1901, define a isenção de impostos municipais até 31/12/1909 para as vilas operárias e cortiços em acordo com o padrão estabelecido pela Prefeitura, fora de determinado perímetro (começa no largo do Jardim acompanhando a linha da estrada inglesa até a alameda Antonio Prado, seguindo por esta e pelas ruas dos Pirineus, Palmeiras, D. Veridiana, Maria Antonia, Consolação, largo e rua Riachuelo, ruas da Assembléia, da Liberdade, Barão de Iguape, Glicério, do Hospício (Frederico Alvarenga), 25 de Março e Florêncio de Abreu até fechar o perímetro). Trata-se do mesmo perímetro definido para construção de casas para famílias de operários pela lei n.498, de 14/12/1900. A divisão do município segundo uma classificação abstrata, definindo o perímetro urbano, suburbano e rural, se dá apenas com a lei n.1788, de 28/5/1914 (determina as condições para a construção de estábulos e cocheiras em cada um desses espaços). AHMWL-FCMSP, nos volumes, respectivamente: 2176, 2180, 1963, 1969 (as duas de 1900) e Caixa 76. Além dessa documentação administrativa que pode ser apontada com maior precisão, considerei também as percepções implícitas e explícitas em periódicos da cidade a respeito da inclusão-exclusão nos espaços centrais e distantes da capital.

[85] O contrato n.536, de 09/05/1892, com Mirtil Deutch e Fernand Dreyfus, regulamentava o serviço de limpeza pública e remoção do lixo das casas do município, demarcando também os perímetros de atuação. Dividia a cidade em três distritos para execução e fiscalização dos serviços, indicando um conjunto de ruas próximas ao centro e centrais, além de três vias localizadas "fora desse perímetro: rua

governo, visto que tanto as práticas administrativas quanto as vivências cotidianas na capital evidenciam certas continuidades de usos e sentidos de espaços contíguos ao centro original. Principalmente após a abertura do Viaduto do Chá, a ligação da região central com os espaços ao norte e a noroeste tornou-se mais dinâmica e permitiu, sem dúvida, mais continuidades do que em relação às regiões sul, sudeste e leste, que permaneceram ainda mais ligadas por caminhos do que por ocupações efetivas.[86] Assim, as áreas que estabeleciam uma relação de continuidade com a área central, territorialmente ou por nexos econômicos e sociais, como o Brás e a Mooca, são tomadas como áreas fronteiriças ou áreas de contato com o centro: Pari, Luz, Bom Retiro, Campos Elíseos, Santa Cecília, Vila Buarque, Consolação, Liberdade, Bela Vista, Várzea do Glicério, Glória, Cambuci, Vila Mariana.

Além dessas, outras regiões ligadas territorialmente à área central por meio de caminhos, não são consideradas como áreas diferentes nestes estudos, e apesar de serem distantes entre si e não constituírem um todo geográfica ou historicamente, considero-os aqui como arrabaldes distantes: Penha, Santana, Freguesia do Ó, Perdizes, Pinheiros, Lapa, Água Branca, Barra Funda, Vila Clementino, São Miguel, Quarta Parada (Belém). Entre esses arrabaldes, destaca-se a Penha por sua importância como pouso antes da ligação ferroviária com a Corte, por sua constante conexão comercial com a capital e o Brás no período em questão, e pela importância simbólica que a ligou à vida da cidade no decorrer do Oitocentos. Assim, para efeitos deste estudo, tomo a cidade em três agrupamentos: área central, áreas de contato, arrabaldes distantes. Lembro que os perímetros indicados abaixo apontam limites menos rígidos do que pode aparentar, pois procuro salientar a noção de

---

Santo Antonio e da Abolição (no Bela Vista) e a av. Paulista".AHMWL-FCMSP,Vol. 475.

[86] Nos registros de memorialistas, literatos e viajantes, a cidade comumente aparece "dividida", notadamente pela separação geograficamente percebida entre as colinas e as várzeas, e pela forte oposição que paulatinamente foi registrada na paisagem entre a área central e os bairros populares do Brás, Mooca e Cambuci (separação visualmente reforçada pela Várzea do Carmo). Ver, por exemplo, PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época)*. São Paulo: Martins, 1962, pp. 57-61.

espaços limítrofes em vez de logradouros fronteiriços, principalmente por tratar-se da análise de um processo de transformações também espacial. Não me apoio, assim, em categorias prévias ou na suposição apriorística de uma segregação na cidade, mas proponho uma classificação com fronteiras mais tênue e assim mais próxima da experiência dos habitantes.

TABELA 3.2 – Contratos de obras: distribuição por áreas da cidade

Períodos	Área Central	Área de Contato	Arrabalde distante	Ampla abrangência	Total dos contratos de obras
1865-1869	09	04	0	04	17
1870-1879	17	12	0	04	33
1880-1889	105	60	13	16	194
1892-1899	223	274	110	35	642
1900-1903	41	53	17	04	115
Subtotal	**395**	**403**	**140**	**63**	**1001**

Fonte: AHMWL-FCMSP, Termos de Contratos de Obras anotados pela Câmara Municipal e Intendências (de Obras, de Justiça e Polícia, de Finanças e Municipal), volumes 362 a 369, 474 a 479. Elaborada por Josianne F. Cerasoli.[87]

A ordenação e classificação dessas informações revela algumas características do campo das obras municipais nas décadas finais do XIX. De início, é notável a ausência dos arrabaldes distantes entre as obras da municipalidade nos dois primeiros períodos abarcados, além da inequívoca prioridade dada à área central, se considerarmos a quantidade das obras sempre superior à soma daquelas empreendidas no restante da cidade. Constituem exceções apenas as obras realizadas na Mooca, principalmente após a construção do Hipódromo, em meados da década de 1870, e as ações gerais, como a extinção de formigueiros e a limpeza das ruas da cidade.[88] As regiões próximas às várzeas (do Glicério, do Gasômetro, do Tietê no Bom Retiro, além do Carmo) foram regiões que também sofreram intervenções com obras

[87] Entre os arrabaldes distantes, destaca-se no período a Penha (24 contratos), Nossa Senhora do Ó e Água Branca (8 cada), São Miguel (5) e Pinheiros (3).

[88] O Hipódromo Paulistano, localizado na Mooca, foi construído em terrenos aforados pela Câmara para uso do Clube de Corridas, sendo inaugurado em 1876 Contratos n.177 e 227. AHMWL-FCMSP, Vol.362.

contratadas pela Câmara até o final da década de 1870, mas ações na área de contato com o centro só foram intensificadas no período subseqüente.

Na década de 1880, além do aumento das obras nessa área fronteiriça, observa-se que essas iniciativas começam a se voltar para outras regiões, direcionadas para o leste e o norte, predominantemente.[89] Percebe-se pelo quadro que as ações se tornam mais abrangentes em relação ao espaço da cidade, embora não sejam distribuídas uniformemente entre as áreas. Outro apontamento interessante no período, que não fica tão evidente através da síntese quantitativa, é a intensificação das comunicações viárias entre a área central e as demais, incluindo as distantes, por meio de várias novas concessões para linhas de bondes. Brás, Vila Mariana, Ipiranga, Penha, Freguesia do Ó, Santana, Bela Vista, todas essas regiões receberam projetos para construção de linhas de bondes no decorrer dos anos 1880.[90] Certamente as pressões demográficas e econômicas, decorrentes do acelerado aumento da população e da ampliação das atividades econômicas, constituíram impulsos importantes para a ampliação das comunicações, a fim de facilitar os deslocamentos de pessoas e mercadorias pela cidade.[91] Por outro lado, a ampliação das áreas de ingerência dos poderes públicos através das obras e a atenção patente ao movimento das pessoas na cidade sugerem, em conjunto, a dilatação das fronteiras urbanas. Ainda em termos de vias, a concessão da linha de bondes para a Penha constitui o primeiro empreendimento do poder público a alcançar a região por meio de obras de

---

[89] Predominam obras na região da Luz e Bom Retiro, e nas áreas próximas ao Brás e Mooca, dessa área de contato.

[90] Concessões de linhas de bondes no período (segue numeração dos contratos): do centro ao Ipiranga (n.219 e 280), ligando os largos do Rosário (atual praça Antonio Prado) ao da Concórdia, no Brás (220), do centro à Penha (222), à Freguesia do Ó (281), à Santana (289 e 354, este partindo da Ponte Grande até a raiz do morro), ligando o Bom Retiro ao Bela Vista (303), do centro à Vila Mariana e Santo Amaro, para servir o novo matadouro (312). AHMWL-FCMSP, Vol. 362 e 474.

[91] São, afinal, condições intimamente ligadas ao próprio incremento da economia de bases capitalistas, calcada na dinamização dos fluxos.

infra-estrutura de tal porte, em 1883, pelo menos no âmbito municipal.[92] Na década de 1890 essa tendência de ampliação das fronteiras da cidade por meio da abrangência das obras é intensificada não apenas na rede viária, ao se incluir gradualmente outras áreas da cidade na forma de gestão e organização dos espaços empregada em São Paulo.

Ainda assim, a observação da distribuição das obras no espaço da cidade na última década do século revela a predominância das intervenções do poder público municipal na área central da capital. Todavia, quando se apreende tal destaque levando-se em conta as iniciativas engendradas nas décadas anteriores, primordialmente as ações direcionadas aos arrabaldes distantes, essa centralidade adquire outra proporção e outra relação com o conjunto da cidade. Tomando-se outro tipo de obras, convertidas em marcos para certa imagem "progressista" da cidade, a percepção das ações da administração pode ser alterada. Obras como grandes edifícios públicos (as secretarias de governo, a Escola Normal ou o Teatro municipal, por exemplo) e intervenções urbanísticas ou viárias (reformas no Anhangabaú, alargamento da rua 15 de Novembro e do Largo do Rosário, depois praça Antonio Prado, entre outras), não sintetizam as ações dos poderes públicos no período, e nesse sentido tomá-las como representativas das principais iniciativas dos governos leva, no mínimo, a percepções parciais do processo e a uma excessiva valorização da atenção dada à área central. A despeito de constituírem ações de vulto e de considerável repercussão para os contemporâneos, ao manifestarem satisfação ou crítica em relação aos investimentos feitos, tais obras não revelam a abrangência e a

---

[92] O caminho para a Penha, anterior às vias férreas, passou por periódicas obras de conservação e benfeitorias pontuais, efetivadas destacadamente pelo governo provincial no decorrer do XIX. Depois da passagem da ferrovia para a Corte em seus arredores, a primeira obra viária de impacto para a região foi a construção do ramal que interligava a freguesia à ferrovia, inaugurado em 1886. BONTEMPI, Silvio. *O Bairro da Penha (Penha de França – Sesmaria de Nossa Senhora)*. Série História dos Bairros de São Paulo, III, São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969; MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 550p. (1ª edição 1011/1912), livro II, cap. XIV.

dinâmica implicadas na gestão da cidade, tampouco permitem uma aproximação em relação às tensões geradas nessas transformações. Há, sem dúvida, evidências de uma ação ou um conjunto de ações de grande visibilidade no centro, como os dados sintetizados deixam perceber, mas não hesito em afirmar que as obras de maior impacto naquele momento foram as que, mesmo de modo limitado, integraram outras área da cidade às dinâmicas desse centro. Assim como o "plano geral" de calçamentos, projetado para expandir-se do centro aos arrabaldes, metaforicamente as ações do poder público votadas à ordenação do espaço em bases racionais viabilizaram sua irradiação também para os espaços longínquos, em planos não materiais da cidade, até: as ações eram ampliadas de modo a incluir toda a cidade na mesma leitura do espaço, baseada em noções assemelhadas de ordenamento, de melhoramento, de urbanidade – esta entendida como apreensão da cidade e vivência urbana, ao mesmo tempo.[93]

TABELA 3.3 – Requerimentos de moradores nas leis municipais: áreas

Períodos	Área Central	Área de Contato	Arrabalde distante	Abrangência ampla (ou outro)	Total de pedidos	Média anual
1871-1875	10	04	06	02	22	5,5
1892-1899	08	09	06	08	31	4,4
1900-1909	20	12	04	12	48	5
1910-1914	03	01	0	04	08	4
Subtotal	**41**	**26**	**16**	**26**	**109**	**3,3**

Fontes: SÃO PAULO (Cidade). *Ementário da Legislação Municipal: Resoluções, Actos, Decretos e Leis do Município de São Paulo – 1892-1947*. São Paulo: DAMU, 1971; CAMARGO, Bento de (org.). *Indice alphabetico das leis, resoluções e actos executivos do Municipio da Capital do Estado de São Paulo até 31 de dezembro de 1919*. SP: Typographia Piratininga, CMSP, 1920; AHMWL-FCMSP, Processos de Leis do Município, volumes 1467, 2174-2184, 1958-1992, Caixas 49-79. Elaborada por Josianne F. Cerasoli.

[93] Ferreira dos Santos, Mota e Munhoz oferecem contribuições importantes para se pensar, por um viés de interpretação mais social, os conflitos e dissonâncias gerados nesse processo. MOTA, André. *Tropeços da Medicina Bandeirante. Medicina paulista entre 1892 e 1920*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH-USP, 2001; MUNHOZ, Sidnei. *A Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: FFLCH-USP, 1997; SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 1998.

A observação detida desses três quadros-resumo, que sistematizam dados importantes sobre obras e requerimentos da população da capital (distribuição das obras por períodos, por áreas e os requerimentos da população nas leis municipais), permite uma alusão a outro panorama de síntese: a imagem da cidade sob tensão, em ampla negociação. Não há indício de simetria ou harmonia na observação dos quadros, principalmente quando comparadas a localização das obras contratadas e as áreas de origem dos pedidos e reclamações da população, relacionados às leis e decisões das autoridades públicas. A percepção de tal descompasso presumivelmente mobilizava disputas, interesses e conflitos. Como porção territorial do município, localidades distantes puderam ser percebidas como parte integrante da cidade na medida em que as relações políticas, as obras e os interesses locais se entrecruzaram. Integrar o território quando ele passa a fazer parte dos planos de obras dos administradores e mesmo pressionar para que tal participação fosse respaldada e ampliada, passa a constituir efetivamente a idéia do pertencimento à cidade. A dimensão política da participação dos habitantes e do aumento das obras projetadas conduz de forma decisiva às percepções da noção de cidadania – etimologicamente vinculada ao conceito de cidade.[94] É inevitável imaginar o descontentamento dos moradores das imediações da Quarta Parada, por

---

[94] Para além da noção de introjeção da disciplina doce e gradual, parece tratar-se de uma apropriação do espaço e do lugar na cidade, que também se revela na idéia de melhoramento urbano, como apontarei em seguida. Importa destacar os estudos de Perrot e Bertucci, cada qual tratando de questões sociais na cidade – especificamente nos casos de Paris e São Paulo – e ambas com atenção às maiorias excluídas. Para Perrot, as tensões que envolveram os locais de lazer e de moradia dos operários parisienses na segunda metade do XIX revelavam, para além das lutas reivindicatórias propriamente ditas, um conjunto de estratégias de uso e ocupação dos espaços voltadas a escapar das ações de disciplinares ou de fiscalização, ou ainda utilizá-las em seu benefício. No estudo de Bertucci, os argumentos médico-sanitários voltados ao controle das condições de salubridade da cidade eram também empregados pelos operários em favor da melhoria de suas condições cotidianas, nas palavras da autora, como "arma revolucionária". BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891-1925.* Coleção Tempo & Memória-3, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997; PERROT, Michelle. "Os operários, a moradia e a cidade no século XIX". In: _____. *Os Excluídos da História: mulheres, operários, prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 115-116.

exemplo, que mais de uma vez se mobilizaram para encaminhar pedidos aos edis na década de 1870 sem resultado efetivo, e nesse mesmo período não conheceram uma obra sequer nos arredores. Entre 1895 e 1896, por outro lado, a municipalidade contrata algumas obras de *melhoramentos* para a região, e os requerimentos não diminuem. Em vez disso, aumentam, o que leva a supor a importância das próprias intervenções na mobilização dos moradores, considerando-se os canais de comunicação possivelmente mais amplos a partir da presença estendida dos poderes públicos em direção à região. Talvez a mobilização desses moradores nesse período tenha sido motivada, em suma, por estarem entrevendo a concretização das benfeitorias desejadas ou necessárias, como algo viável, afinal.

Ao propor esta leitura das ações da municipalidade a partir de um quadro geral, dado pela quantificação, e pontualmente por meio de uma apreensão dos focos de tensão e negociação, procuro dar visibilidade às dimensões das transformações então em curso na cidade: dimensão extensa e intensa, perceptível na experiência coletiva urbana. Assim, as obras públicas, tomadas como ponto nevrálgico nesse processo, são compreendidas como lugar de entrecruzamento de projetos, expectativas e interesses que tornam a cidade de São Paulo um espaço de contendas, convertendo-a em problema, em questão – questão urbana. O vultoso esforço de intervenção e apreensão do espaço da cidade levado a efeito no final do século XIX e intensificado na década de 1890 pode ser lido, nesse sentido, não apenas como uma significativa ampliação das ações dos poderes públicos, mas principalmente como um intenso debate sobre a cidade, na cidade, pela cidade. Colocando-se lado a lado os assuntos discutidos pela edilidade, as obras projetadas e as queixas e reivindicações da população, essa questão urbana transfigura-se em espaço de tensão, ou seja, em algo que equaciona elementos diversos, movendo-os, impulsionando transformações. As obras públicas mobilizaram significativos recursos municipais, sem dúvida, mas para a *obra* da cidade foi fundamental a mobilização de *interesses*.

Entre os "assuntos palpitantes" – para usar uma expressão então recorrente – ligados às obras públicas na capital, algumas mereceram considerável destaque, e sua abrangência e importância para o governo da cidade podem ser atestadas, como venho analisando, pelos elevados orçamentos anuais direcionados ao setor de obras, pelos constantes debates em torno da questão, e principalmente pela mobilização que as envolvia na cidade. Debater a temática das obras públicas em São Paulo significava então, especialmente na última década do XIX, algo mais que cuidar da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos. Entre as últimas décadas do século XIX e princípios do XX essa questão ligava-se fortemente a uma noção crucial para as intervenções urbanas no período, expressa na idéia de *melhoramentos*.[95] Venho indicando alguns usos do termo, pontualmente, localizados entre os contratos e os debates das leis municipais, sem me deter nos significados que pudessem referenciar, mas para compreender as transformações em curso em São Paulo é importante voltar a atenção para as dinâmicas envolvidas nessa idéia de melhoramento urbano, ligadas a noções mais amplas que aquelas de benfeitoria material e mesmo da idéia mais abrangente de progresso.[96]

---

[95] Contextualizando o urbanismo do engenheiro Saturnino de Brito, Andrade chama a atenção para a importância da noção de melhoramento urbano para a urbanística na passagem do século XIX para o XX, situando-a na tradição do pinturesco que a associa a "melhora visual da paisagem" e, permitindo um certo entrecruzamento das idéias de embelezamento e projetos de intervenção urbana. Com ele, lembro a necessidade de atenção para a dimensão estética dos melhoramentos e obras públicas no período estudado. ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1992, capítulo 2.

[96] Acompanho e busco ampliar as proposições de Bresciani relativas aos usos da palavra *melhoramentos* em São Paulo, em trabalho já mencionado nos capítulos anteriores. Refiro-me neste ponto às observações quanto à permanência do termo para designar benefícios feitos na cidade, ao indagar se não estaria associado a um lugar-comum (no qual representações das experiências variadas se acumulariam e se entrecruzariam) ou ainda seria entendido como metáfora (articulando sentidos, uma representação ou realização mental sob a forma de uma imagem). BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Melhoramentos Entre Intervenções e Projetos Estéticos: São Paulo (1850-1950)". In: _____ (Org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, pp. 343-366.

Ao se vasculhar minuciosamente as iniciativas no campo das obras públicas na capital, paulatinamente vão se desdobrando vários sentidos que podiam então ser atribuídos às intervenções urbanas. Embora o presente trabalho não trate da recorrência desse conceito – *melhoramentos* – então largamente empregado, apóia-se na compreensão de sua importância e certo caráter de positividade na composição da imagem da cidade na passagem do século XIX para o XX. Se por um lado a palavra *melhoramento* possibilitava uma compreensão direta, ligada ao senso comum, "auto-explicativa" até, quando empregada em meios especializados, acadêmicos ou cultos, envolvidos em discussões e debates de idéias e projetos – especialistas dirigindo-se ao público, periódicos especializados, assembléias e câmaras, requerimentos dirigidos ao poder público, ofícios e circulares entre autoridades – por outro tinha um significado objetivo e pontual, quando empregada pelo "pessoal técnico" da administração.[97] Funde-se em certo sentido ao léxico generalizante "obras", pois parecem empregados de modo indiscriminado para indicar iniciativas de caráter viário – retificação e/ou regularização do leito de ruas e passeios, movimento de terra e nivelamento de vias, construção e reparos de sarjetas rebaixamento ou levantamento de guias –, sanitário – como a colocação de bocas de lobo e/ou bueiros, desobstrução de bueiro, entupimento de poços, escoamento de águas, colocação de grades de ferro batido e construção de caixas para boca de lobo – e instalação de equipamentos urbanos – como a colocação e remoção de lampiões e combustores de gás, instalação de bancos em jardins ou ainda equipamentos mais complexos de infra-estrutura, como água, esgoto, iluminação.[98]

---

[97] Chamo de "argumentativos" os usos em textos como o de Adolpho Pinto, citado anteriormente ("Melhoramentos Municipais"). A expressão empregada por especialistas ou articulistas, nos periódicos técnicos ou de circulação ampla, ou nos documentos de autoridades públicas e requerimentos da população, citados amplamente no capítulo 2, podia indicar um conjunto de obras e intervenções no espaço da cidade, ou ações mais pontuais, tendo como basilar a noção positiva de benfeitoria.

[98] As especificações sobre obras e melhoramentos foram acompanhadas, nesses exemplos, nos volumes contendo termos de contratos entre os anos de 1896 e 1899, em que se nota a maior freqüência do seu emprego. AHMWL-FCMSP, Vol.368.

"Melhoramento provisório", "melhoramentos urgentes", "pequenos melhoramentos" ou simplesmente "melhoramentos". No conjunto dos contratos de obras na capital paulista nas quatro últimas décadas do século XIX a terminologia podia aparecer discriminando vários tipos de ações, como deixam entrever os qualificativos "provisório" e "pequeno", por exemplo. Podia referir-se a aterros e regularizações de depressões na rua, abertura e desobstrução de sarjetas, construção de passeios, calçamento com paralelepípedos, sendo usual também o seu emprego como se fosse uma generalização das obras, sem o detalhamento das mesmas.[99] Da mesma forma que parecia um conceito de entendimento cotidiano, quando se lê os indicativos técnicos nos contratos fica patente a amplitude e diversidade das obras ligadas à palavra. Por exemplo, ao indicar melhoramentos a serem executados na rua do Meio, na Penha, um contrato assinado em 1895 especifica as ações: apedregulhamento, assentamento de guias e construção de sarjetas; outro do ano seguinte, tratando também de melhoramentos, estes no Largo do Arouche, define as obras como: apedregulhamento, plantação de grama, arborização, calçamento, fornecimento e assentamento de guias e construção de passeios; no largo da Liberdade, no mesmo ano, melhoramentos referem-se a movimento de terra,

---

Importa ainda observar os entrecruzamentos dessa separação das categorias das obras, visto que a maior parte delas poderia ser compreendida como empreendimento sanitário, cujas noções mais duradouras parecem estar na base de todas as iniciativas na área da infra-estrutura. Ao se acompanhar as discussões dos projetos e das leis na Câmara, a recorrência das preocupações sanitárias chama atenção, sobretudo nos debates sobre "habitações insalubres" e áreas alagadiças, mencionadas no capítulo anterior, além da limpeza pública e da fiscalização do comércio de gêneros alimentícios – como atesta, por exemplo, o processo da lei n.731, de 18/04/1904, sobre a higiene dos alimentos, cuja argumentação baseada em correspondência do Instituto Pasteur, dedica-se especialmente às condições sanitárias das vacas de leite da cidade. AHMWL-FCMSP, Vol.1984.

[99] Os seguintes contratos referem-se diretamente a melhoramentos, empregando o termo específico e detalhando as obras nesse sentido (apenas três deles não foram assinados na década de 1890): números 171, 174, 368, 633, 636, 664, 666, 669, 674, 681, 682, 683, 689, 692, 695, 696, 698, 699, 700, 706, 712, 802, 803, 805, 814, 840, 841, 850, 851, 853, 854, 868, 670, s/n (17/06/1896), 878, 907, 908, s/n (21/08/1896), 927, 983, 993, 995, 1007, 1012, 1016, 1030, 1031, 1036, 1037, 1040, 1048, 1099, 1110, 1112, 1113, 1120, 1125, 1129, 1137, 1169, 1185, 1221, 1259. AHMWL-FCMSP, Volumes 362 a 369, 474 a 479.

construção de canteiros, plantação de grama, arborização, fornecimento de bancos, assentamento de guias, construção de passeios, apedregulhamento, calçamento e reconstrução de passeios.[100]

Outro exemplo interessante, rico no detalhamento das obras e interessante por tratar de uma iniciativa que aglutinava várias prioridades da administração no período – como o abastecimento de gêneros, a saúde dos habitantes, a salubridade da cidade, a regularização do comércio e a ordenação dos espaços de uso coletivo – aborda um conjunto de ações chamadas "melhoramentos gerais", no Mercado da rua 25 de Março.[101] Neste, a ênfase dada às obras hidráulicas (galerias de esgoto e águas pluviais, bocas de lobo, "aparelhos higiênicos", calhas e condutores de águas pluviais, etc.) deixa indícios claros da prevalência das noções de salubridade norteando tais escolhas. O caráter estético desse espaço coletivo, critério recorrente nas observações feitas por viajantes ou mesmo entre os edis e os articulistas dos periódicos da capital, certamente tem grande importância na definição e na compreensão desses *melhoramentos*, mas do ponto de vista estrito das obras indicadas pelos poderes públicos, aparece em destaque apenas no cuidado com a qualidade dos materiais a serem empregados.[102]

---

[100] Contratos número 633, de 1895, 699 e 700, de 1896, respectivamente. AHMWL-FCMSP, Vol.477.

[101] Contrato n.666, de 23/10/1895. AHMWL-FCMSP, Vol.477.

[102] O contrato estabelece as seguintes obras: "construção e colocação de nove pavilhões destinados à exposição de frutas à venda, construção de pavimentos em cimento, sobre camada de concreto, construção de galeria de esgoto das águas pluviais no interior do Mercado, com três bocas de lobo do sistema *syphon*, reconstrução e prolongamento da galeria de esgoto existente fora do Mercado, até desaguar no rio Tamanduateí, reconstrução do muro de fachada do Mercado, ao lado da rua João Alfredo; construção de passeios em cimento, sobre concreto, com respectivas guias de cantaria, concerto do portão de entrada; retalhamento e emboco da cobertura do edifício do Mercado, colocação de calhas e condutores de cobre para águas pluviais; aumento do muro de lado do beco do Grecco; construção de forros em gradeamento de sarrafos; construção de *chalet* de asseio, provido dos respectivos aparelhos higiênicos; construção de compartimento para sala de descanso, com necessárias dependências e fornecimento de respectiva mobília; tudo, em suma, especificamente do orçamento e desenhos que serviram de base à 'concorrência', e mais os trabalhos suplementares mencionados em sua proposta e que

O emprego do conceito implica usualmente em obras de três naturezas – viária, sanitária e equipamentos urbanos –, sendo destacadas, em termos de prioridades administrativas, as viárias e de saneamento.[103] Entendidas estritamente, como ações concretas intervindo no ambiente, constituíam um investimento bastante elevado de capitais e saberes, exigindo certo grau de especialização, visível por exemplo nas instruções detalhadas a respeito da feitura das mesmas. O nível de detalhamento de uma "obra d'arte" – como eram também chamadas as galerias de água pluviais e as bocas de lobo – é admirável, e os levantamentos e indicações necessários ao seu plano e execução, sintetizados na expressão *melhoramentos*, não deixam dúvidas acerca da importância prioritária de tais obras – prioridade reforçada numericamente pelos recursos financeiros mobilizados e pelas ações projetadas na cidade. Em 1894, por exemplo, ao autorizar uma série de obras desse tipo, o intendente municipal justifica os cálculos apresentados afirmando estarem entre as obras mais avultadas "a substituição das bocas de lobo do sistema antigo para o *syphon*".[104] Também os contratos para limpeza pública indicam a importância das

---

espontaneamente se comprometeu executar o contratante. Os materiais a empregar serão de qualidade, dimensões e em quantidade perfeitamente iguais aos que estão estipulados em referido orçamento que, juntamente com os desenhos, fica constituindo parte integrante do presente contrato." (Contrato n.666). AHMWL-FCMSP, Vol.477.

[103] Importa perceber a permanência do conceito *melhoramento* por outro viés, mais próximo da idéia de intervenções urbanísticas, de certo modo influente na lacuna existente para se compreender os usos da palavra naquele momento.

[104] Processo da lei n.98, 26/04/1894: autoriza o pagamento de várias obras em bocas de lobo e galerias pluviais. Há vários contratos abordando "obras d'arte" sempre muito detalhados, e alguns empreiteiros parecem ter se especializado em executar esse tipo de obra, como Alfredo Luiz Flacquer (por exemplo, o contrato 1055/621 era específico de uma parte da obra: construção de parte da abóbada de um bueiro na rua Visconde de Parnaíba, 15/04/1897) AHMWL-FCMSP, Vol.367. No processo da lei 93 há solicitação de verbas para a substituição de bocas de lobo, uma vez que já se encontravam esgotadas as mesmas da lei 23 de 28/02/1893, o argumento deixa uma pista interessante sobre outras tensões também nesse campo, na justificativa do engenheiro para o pedido de verbas: "as grades existentes nas bocas de lobo desaparecendo constantemente ora inutilizadas pelo atrito dos veículos ora tiradas por malfeitores, constituem motivo de constantes despesas para a Câmara além de serem tais bocas de lobo do sistema primitivo e por isso mesmo pernicioso a higiene, assim tenho ordenado a substituição pelas de sistema *syphon*, dentro da verba

obras hidráulicas, obrigando os contratantes a limpar logo depois de qualquer chuva as sarjetas, as bocas de lobo e as galerias pluviais. A obrigação acompanha no mesmo nível as exigências relativas ao serviço de limpeza propriamente dito, indicando a importância do serviço para os habitantes – cumpre lembrar, nesse ponto, o quanto a questão da sujidade das ruas mobilizava os debates sobre a cidade, como vem sendo indicado ao longo do texto.[105] Os registros poderiam ser perfilados por uma recorrência duradoura: a necessidade de tais *melhoramentos* aparece como se fosse dada e percebida naturalmente, e uma noção quase auto-explicativa – como sugere o engenheiro F. P. Santos Rodrigues ao descrever, detalhadamente, as "obras d'arte" que projetara para o Bom Retiro: "Não me cabe aqui nos estreitos limites desta memória, alegar as grandes vantagens e benefícios gerais e locais conseqüentes deste importante melhoramento (...) e o que julgo bastante para se avaliar bem das vantagens d'esta obra que passo a descrever".[106]

Tomo, como síntese dessa análise, o exemplo do processo de uma lei em 1896, que direcionava verbas para a execução de mais de uma dezena de obras na cidade, denominando-as *melhoramentos*.[107] Entre vários documentos de justificativa

---

consignada pela lei n.23 de 28 de fevereiro de 1893. (...)" No mesmo processo há um memorial do engenheiro J. Floriano Ortiz, da seção de Obras Municipais (30/12/1893) sobre a grade do sistema de charneira para boca de lobo. Descreve tecnicamente todo o sistema e depois conclui que, todavia, o único sistema capaz de oferecer todas as garantias de eficácia e prolongada conservação e o de *syphon*, que deveria ser adotado tão logo se possa. Acompanha o memorial um projeto com desenho detalhado do sistema de charneira. AHMWL-FCMSP, Vol.2177.

[105] Contrato 536, tratando da empresa de "Hygiene Publica", obriga os contratantes a executarem os serviços de limpeza e irrigação das ruas da capital, compreendendo a lavagem e desinfecção de mictórios, bocas de lobo e galerias de águas pluviais, além da remoção de lixo das casas particulares. AHMWL-FCMSP, Vol.475.

[106] Trata-se de bueiros e canos, que julga desnecessários antes da construção das casas na rua a ser aberta. Processo da lei 502, de 14/12/1900, declara de utilidade pública os terrenos necessários para abertura de uma rua no alinhamento da rua Prates, entre a Ribeiro de Lima e a Imigrantes.

[107] Processo da lei n.246, de 11/06/1896, que autoriza a contratação pela Câmara de treze obras, todas tratando de melhoramentos na rua Manoel Dutra, no morro de Santana, na rua Major Diogo, no cemitério da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, na rua Conselheiro Ramalho, na rua Coronel Mursa, na rua d'Alegria, na rua Barão de Iguape, entre Glória e Glicério, na praça de São Paulo, além de melhoramentos

das obras, memoriais descritivos e projetos técnicos, o processo da lei registra um diálogo entre os setores de obras públicas municipal e estadual, esclarecedor de alguns contatos nos sentidos das obras. Os argumentos do chefe da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo acerca da necessidade de saneamento da Vila Buarque são esclarecedores por se direcionarem diretamente a dois pontos-chave dos *melhoramentos*, entendidos tecnicamente: as obras viárias e as obras sanitárias. O calçamento seria, segundo afirma, necessário para se evitarem obstruções nas galerias de drenagem, provocadas por acúmulo de areias e outros resíduos transportados das vias publicas pelas águas de enxurradas, além da adaptação das caixas de ralo, os sifões, "aliás considerados indispensáveis ao funcionamento das referidas galerias em condições sanitárias".[108]

> Acontece, porém, que na Vila Buarque onde o valiosíssimo serviço de drenagem, em largas proporções executado, está a concluir-se, todas as ruas carecem de revestimento; e desse modo nem os moradores daquele importante bairro se acham privados, durante a estação das águas, das facilidades de circulação, mas ainda vêem completamente neutralizados os benéficos efeitos auferidos daqueles melhoramentos. [...] Nestas condições me parece que a Câmara Municipal, executando serviços de sua exclusiva competência, deveria providenciar de modo a auxiliar o Governo em seus grandes cometimentos, relativos ao

---

urgentes na rua Humaitá, calçamento a paralelepípedos da rua Dutra Rodrigues, obras urgentes nas ruas Amaral Gurgel e da Consolação, construção de quatro bocas de lobo com *syphon* e reconstrução do calçamento no largo de Riachuelo. AHMWL-FCMSP, Vol.2181.

[108] Ofício do Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Theodoro Dias de Carvalho, solicitando o calçamento de ruas da Vila Buarque em 08/02/1896, sob justificativas expressas na representação do Dr. Chefe da Comissão de Saneamento em ofício 1512 de 04/02/1896, no processo da lei n.246. AHMWL-FCMSP, Vol.2181.

> saneamento, ou, pelo menos impedir a neutralização de seus ingentes e patrióticos esforços. [109]

O chefe da Comissão de Saneamento, envolvido em outras preocupações na cidade, estabelece aqui uma articulação, uma ligação entre o que o saber especializado entendia como *melhoramento* e como os citadinos, em âmbito geral, percebiam a mesma noção. Recomenda o calçamento dos cruzamentos das ruas do bairro, "de modo a ficarem resguardados os poços de infecção e as caixas de ralo, facilitando, ao mesmo tempo, a circulação enquanto não for possível realizar o calçamento total das mesmas ruas", segundo ele, uma medida de pequena dificuldade e grande interesse para os moradores, visto que implicaria ao mesmo tempo em comodidade e saúde pública. A idéia que me parece aglutinadora desses sentidos está precisamente nesse ponto: a utilidade e funcionalidade da pavimentação do leito das vias entendidas como parte do mesmo sistema capaz de garantir salubridade e higiene. A articulação desses sentidos em torno das noções de comodidade e saúde, estas entendidas como condições desejáveis e necessárias para os citadinos, permite a prontidão do entendimento da noção de *melhoramento* – são articulações implícitas quando se trata de calçar e construir obras hidráulicas. Liga-se a uma idéia positiva, projetiva, de benfeitoria – de *melhoramento*, enfim – e sintetiza a percepção do ambiente urbano por meio dos mecanismos que canalizam os fluxos – de pessoas, de mercadorias, de fluídos para uso e dos "servidos". Ultrapassa os

---

[109] O Chefe da Comissão de Saneamento Ignacio Wallace da Gama Cochrane era também presidente do Conselho Diretor da União Internacional Protectora dos Animaes de S. Paulo, e presidente do Instituto Pasteur, conforme ofícios constantes nos processos das leis n.731, de 18/04/1904 (AHMWL-FCMSP, Vol.1984). Bastos o identifica também como engenheiro responsável pela planta para a construção de um hospital nas proximidades do cemitério municipal, na estrada dos Pinheiros, e considerando a constância com que assina pedidos, ofícios e outros documentos encaminhados à Câmara no período, parecem-me significativas suas ações, a serem abordadas em estudos similares a este, para entendimento das relações estabelecidas entre as várias instâncias normatizadoras, de caráter público ou particular, então existentes na cidade. BASTOS, Sênia. *Na Paulicéia por conta própria, 1870-1896*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: PUC-SP, 1996.

limites de um lugar habitável em termos naturais, projetando as possibilidades da cidade em termos de limites econômicos, técnicos e políticos.[110]

Quando aparece nos requerimentos e debates, é nesse sentido que a palavra se une a uma expectativa positiva, permitindo contatos, diálogos e traduções nesse processo. Também a compreensão dos lugares e dizeres, que formam a opinião e as discussões acerca dos temas indicados por meio desse conceito pareciam mobilizar diferentes grupos sociais na proposição de soluções e na crítica das ações/omissões do poder público.[111] Importa ressaltar a operação simbólica desse diálogo: a partir de noções destituídas de conteúdo estritamente técnico pode ser entendida e discutida por meio do saber especializado, ou seja, a noção permite várias aproximações, pelo especialista, pelo habitante, pelo vereador, pelo articulista nos jornais diários. Nesse processo, para além das possibilidades de encontro de leituras e usos diferentes da idéia de *melhoramentos*, cumpre pontuar o quanto era possível mobilizar ao se recorrer a essa noção: movimentava-se recursos, técnicas, expectativas, e gerenciavam-se as tensões. O melhoramento seria, assim, um conceito aglutinador, uma idéia-força, gerador de interesse, poder simbólico, na medida em que se aproxima da ação política. Desse modo, quando se discute a questão dos

---

[110] BÉGUIN, François. "As Maquinarias Inglesas do Conforto". *Espaço e Debates*, n.34. São Paulo: NERU, 1991, pp. 42-43. Apesar das idéias implícitas na organização salubre da casa serem simples e razoavelmente conhecidas (drenar a água estagnada, distribuir água pura a domicílio, evacuar as águas servidas, organizar a coleta de lixo e garantir a circulação livre de ar e luz), o que faz a originalidade das ações do XIX é o investimento em grandes obras de salubridade. Não é mais o arquiteto que deve orientar as construções, nem os habitantes orientados a certos hábitos de limpeza, mas sim os engenheiros e médicos inspirados nas teorias sobre circulação e nos progressos da tecnologia. Os novos dispositivos de gestão do espaço assumem grande importância no pensamento urbano da primeira metade do XIX. (42)

[111] No artigo citado de Bresciani "Melhoramentos Entre Intervenções e Projetos Estéticos: São Paulo (1850-1950)", a noção de *melhoramentos* é abordada de modo bastante abrangente, como lugar-comum e como metáfora (ver nota 96). Nessa segunda abordagem acrescenta uma idéia que me parece bastante significativa para se compreender a força do conceito no contexto estudado: a relação positiva estabelecida entre a explicação racional e persuasiva, de fundo emocional. Parece-me que essa dimensão intensifica ainda mais a capacidade de mobilização em torno dos *melhoramentos* no período, atribuindo maior "positividade" à idéia correlata de "progresso" implícita nessa idéia-força.

melhoramentos não se recobre apenas um campo de atuação, pautado pelos saberes técnicos e especializados, mas um campo político, de tensões. Assim, trata-se de uma idéia posta em relação historicamente. Nas primeiras leituras da documentação concernente aos contratos de obras, logo de início me chamou a atenção a recorrência dessa terminologia para a década de 1890.

2. *Cidade* em obras: *"Quem construiu Tebas das sete portas?"*

Saberes e Prática(o)s

Intensificam-se as intervenções dos poderes públicos no espaço urbano; amplia-se a importância dos saberes especializados em diversas instituições na capital; estabelecem-se locais de ensino superior e também técnico profissional, com largo apoio e prestígio desde seus inícios; tal contexto específico nas duas últimas décadas do século XIX pode sugerir ao observador a imediata vinculação dessa ambiência favorável a mudanças na gestão da cidade à atuação de profissionais da área de engenharia e arquitetura em São Paulo. À primeira vista, parece razoável presumir-se como espaço privilegiado dos engenheiros e arquitetos os setores técnicos da administração municipal, voltados para obras públicas na capital na passagem para o século XX.[112] As especificidades dos saberes e práticas desses *especialistas*, somadas às particularidades de um contexto de maior receptividade para

---

[112] Percepção, aliás, que parece nortear a interpretação de Candido M. Campos em seu estudo sobre a trajetória do urbanismo na capital paulista entre 1870 e 1940. Sobre o período próximo à implantação do governo republicano Campos estabelece uma seqüência clara, à semelhança de uma linha evolutiva: iniciativas governamentais interpretadas como precursoras da especialização das intervenções e do urbanismo no final do século XIX, viabilização de quadros técnicos para o governo provincial e depois estadual a partir da organização da Escola Politécnica e afins, constituição do campo de atuação para os engenheiros nos setores de obras estadual e municipal. Sintética e significativamente o capítulo que expõe essa "evolução" foi denominado "Construindo a Capital" – escolha que denota a ênfase dessa análise nas intervenções dos poderes públicos e na atuação dos profissionais reconhecidos com distinção. CAMPOS, Candido M. *Op. Cit.*, capítulo 1.

os conhecimentos científicos, seguramente oferecem elementos para se imaginar o predomínio desses profissionais, especialmente em uma área de atuação pautada crescentemente por preceitos de eficiência e funcionalidade.[113] Porém, em vista das tensões e dos campos plurais que venho pontuando no processo de transformação da capital no período estudado, proponho uma aproximação desarmada, mais precavida, que evite pressupostos sobre a atuação dos profissionais e possa assim desvelar suas relações com as ações dos poderes públicos, com a cidade, com a política. Nesse sentido, algumas questões me parecem pertinentes: como teria sido percebido o suposto predomínio dos saberes desses profissionais na gestão dos assuntos urbanos? Em que medida e de que forma teriam interferido nas formas de gestão da cidade? Como teriam sido afetadas as formas de participação dos setores da sociedade nesse contexto? Tornaram-se, esses saberes e práticas, mediações tão destacadas que passariam a alterar e talvez perturbar ou mesmo inibir as relações citadinos-cidade-governo?

Indiretamente, os apontamentos ao longo deste capítulo sobre as modificações percebidas na forma de gestão e de distribuição das obras na cidade permitem algumas aproximações em relação aos agentes envolvidos nessas iniciativas, notadamente do ponto de vista dos profissionais ou *especialistas da cidade*, tendo os engenheiros em primeiro plano. Contudo, a relevância dos saberes e práticas

---

[113] Há uma abrangente bibliografia que reflete sobre os conhecimentos científicos, em abordagens amplas ou locais. Pontuo aqueles que vêm me ajudando a contextualizar as dinâmicas da formação desse campo de saber, como Kuhn e Stangers, outros que percebem criticamente os papéis da ciência na sociedade, destacadamente Mumford, e aqueles que estudam especificamente o contexto brasileiro, como Figueroa e Schwarcz. Também relembro meu estudo sobre a Escola Politécnica, no qual analiso especificamente os debates, divergências e expectativas em torno da fundação de uma instituição de ensino de engenharia em São Paulo, refletindo acerca do ambiente de difusão, emprego e acolhimento dos saberes científicos no final do século XIX. KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Coleção Debates, 6ª edição.São Paulo: Perspectiva, 2001; STENGERS, Isabelle. *As Políticas da Razão: dimensão social e autonomia da ciência*. Lisboa: Edições 70, s.d.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; MUMFORD, Lewis. *Arte e Técnica*. Porto: Edições 70, 1986; CERASOLI, Josianne F. *Op. Cit.*

desses profissionais desvelada no percurso merece ainda outra abordagem, a fim de se evidenciar as tensões, os projetos e os usos – também políticos – desses saberes. No sentido das reflexões que venho tecendo, tanto os saberes, institucionalizados por meio do ensino da engenharia e áreas afins, quanto as práticas a eles relacionadas são indispensáveis para a conformação da noção de *especialista*. Conceito histórico sintetizado na expressão articulada ao longo deste trabalho, a noção de *especialista da cidade* dilata-se a partir dos desdobramentos desta pesquisa e das ponderações nela imbricadas; implicando nos saberes e práticas que tangenciam as ações de engenheiros (com destaque para os civis), arquitetos e os engenheiros-arquitetos, os profissionais técnicos ligados à atividade construtiva (marceneiros e áreas afins ligadas às "artes e ofícios", mestres-de-obras e pedreiros, etc.), e os empreiteiros de obras atuantes na execução dos projetos dos poderes públicos.[114] A atuação dos profissionais, que nas décadas finais do XIX passaram a se especializar na apreensão de problemas urbanos, estava intimamente relacionada a suas funções e campos de atuação viáveis naquele momento.[115] Compreender os papéis e articulações dos

---

[114] Para se pensar de modo abrangente o conceito de especialista da cidade, embora em sentido mais estrito que o indicado neste trabalho, visto que considera o caráter científico do mesmo, as ponderações de Topalov ao discutir a idéia de crise dos saberes sobre a cidade me parece apropriada. O autor percebe, à semelhança "de outras ciências sociais", a existência de duas faces do que denomina "ciência urbana", cuja produção e aplicação confere aos especialistas: de um lado, essa ciência "reivindica enunciar os saberes produzidos por procedimentos de objetivação do método científico", que seriam separados da atividade prática; de outro lado, "seu estatuto social e os recursos a sua disposição dependem também do reconhecimento que a sociedade confere a sua produção", atribuindo-lhe sentido pragmático. Assim, para ele "o *expert* é um profissional cuja legitimidade se apóia em um 'saber fazer' e em uma capacidade de resilver problemas", perspectiva que me permite pensar o conceito de especialista nos termos que proponho neste trabalho, ampliando-a para perspectivas profissionais em sentido prático. TOPALOV, Christian. "Os Saberes Sobre a Cidade: tempos de crise?". *Espaço e Debates*, nº 34. São Paulo: NERU, 1991, pp. 28-38.

[115] Janice T. Silva percebe da entrada dos engenheiros na administração municipal no decorrer do século XIX como um impacto nos referenciais de autoridade da edilidade na manutenção da ordem, que teria sido substituída pelos princípios de objetividade e eficiência da engenharia. Para ela, a busca da racionalidade na política urbanizadora teria então alterado o "sistema ideológico" à medida que a utilização da *neutralidade* e da *objetividade* do domínio técnico poderia "transformar a ordem

saberes especializados em São Paulo no final do século XIX passa necessariamente pelo entendimento de como os profissionais ligados a tais conhecimentos se posicionavam no meio social e dialogavam nele, ou ainda dos caminhos adotados para a ampliação de seus espaços de atuação e discussão.

São indícios interessantes da constituição gradual desses espaços – campos de atuação, de interesse e de poder, simultaneamente – as tentativas repetidas de fundação de uma associação que aglutinasse os esforços dos engenheiros em São Paulo nas últimas décadas do XIX. Em 1876, foi constituído o Instituto Politécnico de São Paulo, que chegou a organizar e publicar uma revista técnica pelo menos até 1879. Seus estatutos o definiam como uma associação científica a propor "o aperfeiçoamento e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos da engenharia, e das ciências e artes acessórias", visando a aplicação efetiva desses saberes.[116] Com objetivos semelhantes, houve outra tentativa em 1882 com o Clube de Engenharia e Indústria de São Paulo, instalado na 15 de Novembro (então rua da Imperatriz), apontado indevidamente por Adolpho Augusto Pinto como a primeira associação de engenheiros de São Paulo, teve também duração efêmera, segundo afirma em suas memórias.[117] Em 1890 o jornal *O Estado de São Paulo* divulga várias notas sobre a formação de uma associação homônima, noticiando a reunião de

---

vigente em *legítima*". (grifos da autora). Parece-me, entretanto, significativo colocar as modificações na estrutura da administração municipal na perspectiva das transformações que ocorriam em outros setores da sociedade, a fim de se perceber com maiôs abrangência as dimensões dessa suposta mudança de lugar da autoridade municipal. SILVA, J.Theodoro da. *Op. Cit.*,1984, Capítulo 4.

[116] INSTITUTO POLYTECHNICO DE SÃO PAULO. *Estatutos e regulamento geral aprovados por carta de 15 de maio de 1876*. S. Paulo, Typographia do Correio Paulistano de J. R. de A Marques, 1876. Era presidido pelo engenheiro Elias Fausto Pacheco Jordão, e tinha entre seus fundadores Antonio Francisco de Paula Souza, quase duas décadas mais tarde seria o primeiro diretor da Escola Politécnica paulista. Eudes Campos, citado, utiliza trechos da primeira revista do Instituto, de 1876, em tese citada, pp. 112-4, e também Telles menciona a existência da publicação até 1879. TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, vol. 1, p. 593.

[117] Por iniciativa de Henrique Hargreaou, Antonio Candido Rodrigues, Adolpho Augusto Pinto, de acordo com Pinto na obra citada *Minha Vida*, p. 122.

fundação por iniciativa de "alguns engenheiros e industriais desta capital", e o envio de circulares "para todos os engenheiros e industriais do Estado", convidando-os para uma nova reunião. De acordo com a nota sobre a fundação do Clube de Engenharia e Indústria, seu objetivo era "traçar uma direção segura e vantajosa aos negócios deste Estado, relativos às suas profissões."[118]

Há ainda referências a outras duas iniciativas no início do século XX, mas igualmente breves e de amplitude modesta. A associação que permaneceria, o Instituto de Engenharia, foi fundada três décadas depois da primeira iniciativa, e teria um papel proeminente nos debates e encaminhamentos de questões ligadas ao grupo dos engenheiros (como a regulamentação da profissão) e aos vários desdobramentos da problemática urbana, a partir de 1917.[119] Para os propósitos deste trabalho, tanto as iniciativas quanto os insucessos constituem indicativos significativos, principalmente no sentido de relativizar eventuais certezas acerca do prestígio desses profissionais nos meios em que atuavam no século XIX. É provável que as associações de 1876, 1882 e 1890 tenham sido originárias de iniciativas individuais talvez pontuais, ou ainda de um grupo restrito, gerando as dificuldades na ampliação e permanências dessas iniciativas. A despeito desse suposto desinteresse, social e possivelmente econômico e político, importa sublinhar o potencial de mobilização

---

[118] Segundo o periódico, foi denominado "*Club de Engenharia e Industria do Estado de São Paulo*" e presidido por Osorio de Almeida. A reunião de fundação teria sido na casa de José Maria Diniz, em que um grupo de engenheiros e industriais teria formado uma Comissão para apresentar as bases do estatuto. Notas de 04, 07 e 27/01/1890, *O Estado de São Paulo* (AEL, MR/0339).

[119] Ficher aponta ainda as seguintes associações de engenheiros paulistas: Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros de São Paulo, fundada em 6/5/1911 e provavelmente extinta em menos de um ano e o Instituto Politécnico de São Paulo, fundado em 13/5/1916. Carpintéro analisa alguns debates sobre urbanismo, questão profissional e importância do Instituto de Engenharia fundado em 1917 em: CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira: "O urbanismo do Instituto de Engenharia: São Paulo, 1920-1940". In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 227-244. FICHER, Sylvia. *Ensino e Profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 1989.

que implicaram em termos de projetos, conhecimentos e expectativas, mesmo que provisoriamente. São ensaios dessa mobilização, em certo sentido. Não me parece que fossem insuficientes para organizarem naquele momento uma associação "profissional e industrial", como sugere Adolpho Pinto ao afirmar ser "ainda muito reduzido o número de profissionais das duas classes [engenheiros e industriais] residentes na Capital", mas sim que os campos de ação e de interesse estavam sendo negociados, apreendidos, e ao longo desse processo as relações se punham de modo complexo.[120] Não foi breve, ou simples ou mesmo destituído de tensões o percurso da engenharia – dos engenheiros – para tornar-se uma área reconhecida socialmente pela possibilidade de aliar a autoridade científica dos saberes do ponto de vista teórico e a funcionalidade da aplicação desse conhecimento em atividades práticas.[121]

Certamente a constituição dos campos de atuação e interesse da engenharia indica uma problemática intrigante que merece ser abordada minuciosamente, mas diante dos objetivos desta reflexão, interessa-me aqui dar relevo ao caráter processual e principalmente não consensual da trajetória. Sugiro tais indicações de um processo prolongado de institucionalização da atuação dos especialistas e focalizo as relações estabelecidas então no âmbito das obras públicas

---

[120] Coelho analisa as formas de organização de profissionais como engenheiros, advogados e médicos no Brasil ao longo do século XIX e, indica as tensões então percebidas entre as associações de caráter liberal, apoiadas nos estatutos próprios desses profissionais, e as reivindicações para se estabelecer o reconhecimento governamental e institucional para o exercício de suas respectivas atividades. Nesse sentido, deixa apontamentos interessantes para se pensar também o processo longo e conflituoso de estabelecimento de campos de legitimidade e reconhecimento das atividades dos profissionais da engenharia, especialmente no sexto capítulo. COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

[121] O esforço implicado nesse percurso pode ser traduzido nas solenidades de formatura de turmas de engenheiros na Politécnica paulista, por exemplo, no início do século XX, quando as preocupações em ampliar os campos de ação dos engenheiros pareciam severas. O então Diretor da escola, Paula Souza, por exemplo, preocupava-se em reverter uma suposta "mentalidade brasileira" que cultivaria a tradição das "indagações vagas e incertas" em vez da mobilização para a ação. SOUZA, A.F.P. "Discurso pronunciado na sessão solenne de collação de grau aos engenheirandos da turma de 1899-1900" In: *Revista Polytechnica*, n.extraordinário, 1918. Cf. CERASOLI, J.F., *Op. Cit.*, capítulo 2.

na capital como uma das possibilidades dos poderes públicos e dos profissionais mobilizarem amplas energias para seus projetos. Uma parcela do contexto que levou aos fracassos das associações no final do século XIX pode ser apreendida nas dinâmicas do setor, particularmente a partir das relações entre empreiteiros e engenheiros. A criação da Sociedade dos Engenheiros Municipais de São Paulo em 1936, tomada como contraponto significativo para se pensar o processo dinâmico implicado na constituição e ampliação dos campos de interesse da engenharia na municipalidade, permite perceber continuidades e decorrências desse processo. A Sociedade se propunha a "defender os interesses e ampliar as atividades da classe", visando ainda a "disseminação das práticas em métodos aperfeiçoados de administração municipal", assim direcionando aspectos já indicados pelas associações propostas no XIX às iniciativas dos poderes públicos. Apresentam uma proposta para solucionar os problemas cada vez mais "complexos e difíceis" de uma "metrópole moderna", evocando princípios semelhantes àqueles das primeiras associações, ou seja, fundamentar a prática em preceitos científicos, organizando-a nessas bases.[122] Por certo não estou tomando esses dois momentos, década de 1930 e décadas finais do XIX, como idênticos, mas identificados, na forma de mobilização e nos indícios de movimento, de um processo de constituição desses campos de poder e interesse. Lembro, nesse sentido, a presença tímida dos engenheiros na administração municipal ao longo do Oitocentos, pelo menos até a década de 1880, quando algumas mudanças graduais começam a tornar tal atuação mais decisiva. Inicialmente com maior ênfase em funções fiscalizadoras, percebe-se uma alteração sensível na atuação desses profissionais nos setores de obras na década de 1890. Suas funções aos poucos são envolvidas em áreas de gestão e planejamento, ampliando as possibilidades de apreensão e execução de atividades na cidade por intermédio dos saberes

---

[122] ZAGOTTIS, Alberto de (engenheiro). "Estudos da Organização dos Serviços do Cadastro Geral, da Estatística Municipal e dum Orgão Coordenador, apresentado ao Sr. Prefeito pela Sociedade dos Engenheiros Municipais" *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura, anos IV, Vol. 40, outubro de 1937, pp. 239-266.

especializados. Destaco o caráter gradual desse processo resultante da passagem de práticas de fiscalização para projeções norteadas pelos saberes científicos, lembrando ainda tratar-se de um terreno negociado e não linear. Assim, cumpre registrar, entre as primeiras determinações do governo republicano, uma deliberação da Camada norteando as ações do engenheiro municipal pelas funções fiscais, em 1892.

> [...] para serviço externo da Intendência haverá: 1º Um engenheiro a cargo de quem estará, alem de todo serviço desta Intendência inerente a sua profissão, também a fiscalização de toda viação publica, segundo a distribuição de trabalho, inclusive observar e fazer observar as posturas municipais sobre os veículos, providenciando sobre a comodidade e segurança dos passageiros e transeuntes.[123]

A primeira reorganização das funções administrativas da Câmara na capital efetivada pelo governo republicano, então estruturado a partir das quatro intendências, sinaliza um aspecto importante para a compreensão da municipalidade: o papel destacado dado para o "pessoal técnico" naquele momento.[124] Havia no setor de obras um engenheiro chefe, três de distrito, outro servindo "para funções externas", como inspetor de veículos e vias na repartição de Justiça e Polícia, além do engenheiro arruador com dois ajudantes e um desenhista.[125] No período monárquico

---

[123] Na mesma 3ª sessão ordinária. AHMWL-FCMSP, Vol.2174.

[124] Devo lembrar, para melhor localizar tais indicações, pontos essenciais das transformações na municipalidade, anteriormente detalhados: entre 1890 e 1892 esteve constituído provisoriamente o Conselho de Intendências, entre 1892 e 1898 esse conselho composto a partir da edilidade foi reorganizado numerosas vezes e assim gradativamente ampliou suas funções executivas (compondo-se com quatro ou duas intendências, nesse período) até a centralização dessas funções pelo intendente geral ou Prefeito, efetivamente iniciada em 1899.

[125] Lei n.12, de 17/01/1893, estabelece vencimentos dos empregados municipais. No dia seguinte essa lei é alterada pela lei n.14, mantendo os cargos da repartição de Obras, exceto o engenheiro arruador e seus ajudantes (AHNWL-FCMSP, Vol.2174). Os engenheiros, nomeados em 1892, eram Luiz Cesar do Amaral Gama (remanescente dos quadros anteriores da Câmara, pelo menos desde 1886, conforme registro de funcionários, volume 753), Titto Martins Ferreira, Arthur Silva, Eugenio da Silva, Joaquim Octavio Nebias, o desenhista Eugenio Raisin, os arruadores Amaro Antonio Alves e Eurico Bueno de Aguiar (esses dois desde 1884 como arruadores, são

raramente seria encontrado tal número de empregados técnicos, voltados ao setor de obras. Normalmente um arruador, escolhido entre mestres de ofícios mecânicos, como os carpinteiros, cumpria funções relativas ao alinhamento de ruas e construções, fiscalização e orientação de obras municipais, tanto na capital quanto em outras localidades do estado.[126] Entre os termos de contratos para execução de obras era usual a exigência de "fiscalização por engenheiro da Câmara" desde a década de 1860, embora, o primeiro registro de um engenheiro civil, José Nabor Pacheco Jordão, contratado para "prestar os serviços de sua profissão quando solicitado pela Câmara", seja da década de 1880.[127] A presença de poucos engenheiros até a década de 1890, porém, não implica em uma aproximação intencional entre a organização republicana que se estruturava e os saberes da engenharia, mas sim na continuidade de um processo de entrelaçamento de interesses e projetos, aqui posto no âmbito da municipalidade.

O que as nomeações de técnicos em 1892 sinalizam é a agudização da tendência de maior presença de profissionais da área de engenharia na administração

---

renomeados para a função) e o engenheiro fiscal da linha de bondes Antonio Lopes de Leão. Para comparação com outra função especializada na administração, no mesmo ano foram nomeados nove médicos, juntando-se ao único até então atuante, Antonio B. Marques Cantinho, desde 1887. Observo ainda que os vencimentos dos médicos permanecem durante toda a década inferiores aos dos engenheiros, correspondendo em 1892 à metade deste. (AHMWL-FCMSP, Vol.757, 373).

[126] A partir de uma sondagem feita no Almanaque Provincial de 1873, que reúne informações não oficiais sobre certa de cem municípios da então Província de São Paulo, verifiquei a existência de arruadores em dezenove deles, e apenas Campinas indicava a existência do cargo de engenheiro, apesar de estar vago naquele momento. *Almanak da Provincia de São Paulo para o anno de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, edição fac-similar da Imprensa Oficial do Estado de SP.

[127] Os contratos n.127 e128 de 1866 apresentam tal exigência, e aquele referente a Pacheco Jordão é o contrato n.189, em 1881 (AHMWL-FCMSP, Vol.362). Sobre a atuação dos engenheiros na administração em São Paulo no decorrer do século XIX, o trabalho de Eudes Campos oferece uma série de dados interessantes (principalmente o capítulo 2), apoiados em vasta pesquisa, ocupando-se também do material do AHMWL, sobre esses profissionais. Segundo ele, a contratação de engenheiros municipais fora considerada ousadia pioneira entre 1849 e 1853, e os primeiros engenheiros com trabalhos regulares na Câmara começaram a ser contratados em 1881. CAMPOS, Eudes. *Op. Cit.*

municipal. As funções desses *especialistas* e a importância de sua atuação vão sendo alteradas gradualmente a partir dessa presença, e ao mesmo tempo seus campos de interesse e participação são ampliados e modificados em outros setores de trabalho, diretamente como empregados municipais, ou pela assinatura de contratos e pareceres técnicos. Essas outras atividades da administração municipal também reservavam lugares de destaque para o "pessoal técnico", que em parte acompanham esse movimento atuando como empreiteiros. Nos contratos firmados entre 1866 e 1889 há uma dezena de profissionais identificados como engenheiros ou agrimensores – número reduzido, considerando terem sido contratados mais de 150 empreiteiros no período;[128] entre 1892 e 1903 há cerca de quinze engenheiros identificados em meio a cerca de 280 empreiteiros.[129] Tomando como referência não os contratos mas os registros de pagamentos de empreiteiros entre 1890 e 1892, devido à lacuna documental nesse momento de transição da organização administrativa, percebe-se uma certa constância nessa participação dos engenheiros, conservando-se uma média de um para cada quinze empreiteiros no período anterior,

---

[128] João Rudin, auto-identificado como agrimensor em 1866 (n.118), e os seguintes como engenheiros: Miguel Asnussem em 1883 (225), Fernand Dumonlin em 1886 (303), Antonio Manuel Bueno de Andrade e João Borges Ferraz em 1887 (338), Alberto Kuhlmann em 1886, 1888 e 1889 (310, 373 e 189) e Anthero Pereira de Magalhães, para servir como auxiliar de engenheiro da Câmara em 1889 (407). Pelos dados biográficos de outros empreiteiros, é possível identificar também outros engenheiros: Aurelio Lopes Baptista dos Anjos e Trajano Ignácio Villanova Machado (contratos 316, 349, 381), Manoel Ferreira Garcia Redondo (272, 274, 278, 286, 311, 322, 352, 366), Willian Speers (297, 386). AHMWL-FCMSP, Vol.362 e 474.

[129] Identificam-se ou são reconhecidos como engenheiros nos contratos no período (1892-1903): Francisco de Paula Ramos de Azevedo em 1892 (contrato n.543), Florimond Colpaert em 1894, (571, 575), Luis Pucci & Julio Michelli em 1895 (647) e Julio Michelli em 1900 (1265), José Scutari em 1895 e 1896 (723 e 818), Saturnino da Veiga em 1897 (1019 e 1048), Eduardo Mendes Gonçalves em 1900 (1252), Alberto de San Juan em 1899 (1152, 1172, 1211), Jesuíno de Mattos em 1897 e 98 (747, 768, 770), José Nabor Pacheco Jordão em 1898 (763), Rodolpho Baptista de Santiago em 1899 (1177). Samuel das Neves em 1889 (1232), Urbano de Vasconcellos (contrato sem numeração, em 26/02/1896). AHMWL-FCMSP, Volumes 365, 367, 475, 477, 478, 479.

e um para cada dezoito entre 1892 e 1903.[130] Embora a participação dos profissionais da engenharia como empreiteiros de obras nos contratos municipais indique um aumento paulatino desse campo, chama atenção, principalmente na década de 1890, sua importância relativa nesse papel, considerando estarem ausentes na maior parte das obras e ainda não figurarem como os mais ativos contratados da municipalidade. Ao mesmo tempo, sua atuação direta no setor de obras torna-se cada vez mais destacada, expressa em números e perceptível no prestígio de sua participação. Para além de uma divisão social do trabalho supostamente hierarquizada em termos de projeção e planejamento de um lado, e execução das obras de outro, esse quadro sugere indícios de mais um campo de tensões e transformações no âmbito das obras públicas na capital. Proponho analisá-lo mais detidamente, primeiramente acompanhando os profissionais no setor de obras, depois aqueles que se *especializaram* na execução por contrato.

Nesse sentido, tomo duas iniciativas das autoridades municipais, uma dos anos finais do Império e outra dos inícios da República, pela força de ambas em termos de discurso, projeto e conteúdo político. A confecção de uma planta cadastral da cidade, solicitada pela Câmara Municipal em 1887, não foi a primeira iniciativa pensada pelos poderes públicos paulistas nessa direção, mas foi singular pela abrangência da proposta e pelos resultados que alcançou.[131] O detalhamento do

---

[130] Os dados de 1890 a 1892 foram anotados por amostragem, do registro de pagamento da Câmara, e entre os engenheiros estão: Amaral Gama e Ramos de Azevedo, já mencionados. AHMWL-FCMSP, Vol. 813.

[131] O contrato para o levantamento da Planta Cadastral foi assinado com os engenheiros Antonio Manuel Bueno de Andrade e João Borges Ferraz em novembro de 1887 (n.338, AHMWL-FCMSP, Vol.474). Em 1874, o engenheiro civil Antonio Chardon ofereceu à Câmara uma proposta de feitura "de um plano cadastral desta capital e seus subúrbios." Os edis remetem o pedido para julgamento de uma comissão de engenheiros, formada pelos engenheiros: João Pedro de Almeida, Inspetor Geral de Obras Públicas da Província, Antonio Cavalcante de Souza Raposo, fiscal de carris, e Raimundo de Macedo Pimentel, fiscal de calçamentos. *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, 1874. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, Vol. LX, 1948, sessão ordinária de 24/05/1874. Outras indicações sobre previsões de levantamentos de plantas da cidade, estão em Simões, Eudes Campos e Janice T. Silva, relativas a meados do século XIX. (citados).

contrato pode dar uma idéia das pretensões e dos preceitos que envolviam a iniciativa, certamente consoante com as propostas de outros engenheiros que, como Adolpho Augusto Pinto na série sobre os "melhoramentos municipais" anteriormente mencionada, reivindicavam a necessidade de um levantamento prévio do espaço da cidade, técnico e minucioso. Os dois engenheiros encarregados da execução da obra deveriam levantar a planta da cidade compreendendo a área do rocio e os terrenos municipais existentes entre esta e as denominadas terras devolutas – na qual fossem mencionados: linhas telegráficas, telefônicas, de *tramways*, de encanamentos de gás, água e esgotos –, plantas e elevações de todos os edifícios públicos e "das obras de arte mais importantes", a carta topográfica da cidade, perfis longitudinais e transversais de todas as ruas da cidade e estradas que dela partirem, plantas especiais de cada uma das freguesias da cidade (todas as pranchas padronizadas em escala 1:1000). O levantamento contratado diferenciava-se de outros elaborados, alguns em épocas próximas a ele – o mapa realizado a pedido da *Companhia Cantareira e Exgottos* pelo engenheiro Boyner em 1881 e o mapeamento das ruas centrais e seu entorno editado pelo litógrafo Jules Martin em 1890 – pelos objetivos, pela abrangência, pelo grau de detalhamento e pelos encarregados da obra.[132] A empreitada em questão exigia seguramente uma apreensão e aferição técnica do espaço, implicando em saberes e instrumentos específicos (de campo, em sentido prático, e de elaboração, pela abstração e conhecimentos implicados) certamente em consonância com a prática dos engenheiros.[133]

---

[132] *Planta da Cidade de São Paulo*. Companhia Cantareira e Exgottos, Henry Batson Joyner, engenheiro chefe, 1881 e *Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus Arrabaldes*, Desenhada e publicada por Jules Martin, 1890. In: SÃO PAULO (cidade) Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade*. – Serviço de Comemoração Cultural, 1954.

[133] O engenheiro Antonio Manoel Bueno de Andrade nasceu em São Paulo em 1857, formou-se pela Politécnica do Rio, foi propagandista da república e da abolição e fez parte da redação de vários jornais (como *A Província de São Paulo*, o *Diário Popular*, *A Redenção*); foi deputado por SP em várias legislaturas; foi engenheiro das estradas de ferro Central do Brasil, Araraquarense, Bragantina, e chefiou a Comissão de Melhoramentos do Território do Acre (segundo informações bibliográficas constantes na Seção de Logradouros do AHMWL, complementadas por Telles, *Op. Cit.* p. 63).

Além de esmiuçar ampla e tecnicamente o espaço da capital, deveriam organizar uma espécie de esboço estatístico, com a listagem de todos os proprietários de terrenos edificados ou não, e a descrição completa das fábricas existentes, seus maquinismos, força motriz, produção e operários.[134] Sem dúvida a iniciativa constituiu um projeto de dimensões grandiosas e explicita uma determinação inequívoca de domínio sobre o espaço da cidade e suas atividades, ao menos no nível da apreensão abstrata dessa totalidade, tomada em cada aspecto passível de mensuração e objetivação. Esse anseio de apreender objetivamente a cidade para conhecê-la e interferir em seu ordenamento introduz no âmbito municipal preocupações então emergentes nos poderes públicos. Embora sejam iniciativas com objetivos diferentes e ligadas a projetos igualmente distintos, outros dois levantamentos de grande porte no mesmo período revelam-se similares em relação à apreensão técnica do espaço: os trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a Comissão Central de Estatística da Província – ambos iniciados no ano antecedente à contratação da planta cadastral. Mesmo sem poder avançar além do campo das conjecturas sobre as relações e tensões existentes entre os projetos, a observação me parece pertinente como sinalização de um movimento amplo no sentido da apreensão técnica e da constituição desse tipo de ferramenta para a ação e

---

Sobre o outro engenheiro, João Borges Ferraz, não foi possível localizar informações. Os primeiros levantamentos feitos em São Paulo que evidenciam preocupações técnicas similares às da planta cadastral de 1887 correspondem ao trabalho empreendido pelo Gabinete Topográfico nas décadas de 1830 e 1840 – instituição de ensino técnico que foi vinculada à Diretoria de Obras da então província de São Paulo e que forneceu quadros profissionais também para o município. Sobre as relações do Gabinete com as iniciativas da municipalidade e da província, ver Eudes Campos, citado, em especial os capítulos 2 e 3.

134 Para esse esboço estatístico deveriam indicar a extensão total dos terrenos, data da última aquisição e extensão cultivada (e a sua natureza), e em relação às fábricas, deveriam considerar aquelas cujo capital for superior a 10 contos de réis. Para a execução de todo o levantamento tinham o prazo de dois anos, sujeitos a multas por atraso, e receberiam 55 contos de réis em parcelas mensais pelo trabalho. Contrato n.338, AHMWL-FCMSP, Vol.474.

a viabilização de investimentos – de recursos, de empreendimentos privados e públicos, de saberes.[135]

Pelos documentos localizados fica evidente que a planta cadastral estava sendo levantada no final do século, e gerava algumas inquietações diante das mudanças rápidas ocorridas no espaço urbano. Em 1893 os dois engenheiros solicitam aos vereadores uma indenização por acréscimos de serviços previstos, apresentando os resultados parciais do trabalho, detidamente avaliados pelo engenheiro da Câmara que verificava os "cadernos de campo", conforme previa o contrato. Tanto os solicitantes quanto o avaliador justificam a necessidade de revisão dos termos acordados, dos valores e dos prazos, levando em consideração principalmente o crescimento da cidade, responsabilizado pela profunda alteração nas bases do acordo inicial. O engenheiro da Câmara, Luiz Cesar do Amaral Gama,[136] encaminha aos edis um parecer informando existirem algumas diferenças no trabalho em relação ao que tinha sido previsto, e apresenta sua avaliação técnica descrevendo em detalhes a situação dos levantamentos então executados e entregues: a planta

---

[135] No caso da Comissão Geológica e Geográfica, há entre os objetivos prioridades econômicas explícitas, visando o levantamento das condições das terras para a cultura do café. Certamente não se pode reduzir a Comissão a esse objetivo, mas ele pode ser relacionado como um motor político importante nesse caso. Estudos como o de Costa sobre a atuação do engenheiro Theodoro Sampaio em São Paulo apontam interessantes indícios das tensões políticas e econômicas envolvidas nesse projeto, principalmente a partir das relações pessoais e profissionais então estabelecidas, por exemplo com os apontamentos obtidos nos diários do engenheiro. Em relação à Comissão Central de Estatística, seus trabalhos focalizavam especialmente as estatísticas de população, registrando dados demográficos, sanitários, econômicos, familiares, etc., e os levantamentos foram organizados pelo engenheiro Adolpho Pinto (conforme comenta também em suas memórias, já citadas). Para a primeira Comissão, ver FIGUEIROA, Silvia. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997 e COSTA, Luiz Augusto Maia. *O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Paulo: RiMa Ed./FAPESP, 2003, e para a Central, ver BASSANEZZI, Maria Silvia C. Beozzo e BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Levantamento de População publicados na Província de São Paulo no século XIX". Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, MG, 2002, 36p. (mimeo).

[136] Amaral Gama é o primeiro empregado municipal regularmente registrado como engenheiro, com vencimentos mensais a partir de 1886, conforme livro de cargos e nomeações. HMWL-FCMSP, Vol.753.

topográfica, incluindo cinco freguesias urbanas e todos os edifícios públicos e particulares, dividida em treze folhas (quatro da Consolação, quatro da Santa Efigênia, três do Norte e do Sul da Sé, duas do Brás, totalizando 23,52m²); a planta da cidade com linhas telegráficas e telefônicas, representada por 28 folhas, das quais apenas três teriam sido entregues (com total de 77,15m²). Informa ainda que a planta topográfica já constituía importante ferramenta para a gestão da cidade, sendo então utilizada há mais de um ano pelo Município e pelo governo do Estado – segundo ele, fez parte do relatório do Secretário do Interior uma cópia da planta cadastral da parte relativa à Freguesia de Santa Efigênia, com indicação dos prédios em que se deram os casos de febre amarela em 1893.[137]

Além do parecer de Amaral Gama, a edilidade buscou outra avaliação da questão e sugeriu a formação de uma "Comissão de Profissionais" – essa prática de ouvir uma comissão especializada, aliás, era empregada largamente pela Câmara desde meados do século XIX – para avaliar o pedido de indenização, considerando tecnicamente a relação do crescimento da cidade com os trabalhos executados e por realizar. Além do próprio Amaral Gama, outros dois engenheiros, Theodoro Sampaio e A. Tertuliano Gonçalves, avaliaram a questão, ponderando sobre as discrepâncias notadas entre as condições previstas no contrato e a situação do conjunto urbano: em 1889, quando deveria ficar pronta, a planta cobriria uma cidade com menos de 9.000 prédios sujeitos ao imposto predial, e por isso havia menor exigência de pessoal técnico e remuneração para o trabalho.[138] Quando foi renovado o contrato em 1890,

---

[137] As plantas topográficas da cidade e das freguesias teriam sido feita em escala diferente da prevista (de 1:2000 e de 1:5000, respectivamente, em vez de 1:1000), as costas teriam sido tomadas a cada metro em vez de o serem a cada cinco metros e estariam mencionados os prédios na planta (embora o contrato não exigisse). As linhas telefônicas e telegráficas estariam desenhadas a lápis, segundo o engenheiro. Esses pareceres e pedidos estão arquivados no processo da lei n.128, de 03/01/1895, que indeniza os engenheiros responsáveis pela planta cadastral. (AHMWL-FCMSP, Vol. 2179).

[138] Lembram que o contrato foi suspenso pela Câmara três meses após iniciados os trabalhos sob o fundamento de não atender à lei de 01/10/1828, e que tal interrupção levou os engenheiros a discutirem judicialmente o contrato sem continuarem os trabalhos; considerando que os contratantes só conseguiram retomar os trabalhos em

conforme o parecer, "esta capital apresentava um desenvolvimento verdadeiramente assombroso, no tocante a construções e formação de novos bairros" e o quadro se modificara significativamente, na avaliação dos profissionais; em 1893 havia 18.300 prédios, além das edificações antigas que teriam sido reconstruídas em cerca de um terço em três anos. A Comissão reserva atenção especial aos critérios técnicos de execução dos trabalhos, afirmando terem sido realizados "de modo completo e de perfeito acordo com o contrato e o termo de novação", e avaliam que de acordo com as novas condições existentes os engenheiros deveriam receber uma indenização e um acréscimo pelo serviço excedente.[139]

A percepção de que a cidade escapava ao domínio técnico desejado permeia os pareceres e os debates na Câmara, mas a determinação em aferir o espaço urbano não estava por isso abalada. Conferir as "medidas" da capital e apurar com precisão seus recursos e sua extensão eram condições indispensáveis para a gestão da cidade no final do século XIX, de acordo com os pressupostos desse diálogo entre a edilidade e os *especialistas*. É interessante notar a presença oblíqua – ausência, até – dos vereadores nos debates, como se delegassem àqueles que conheciam tecnicamente a cidade certo poder de decisão, e não somente de avaliação e aferição. Nem mesmo considerando a relativa constância com que comissões de profissionais eram chamadas pela Câmara desde meados do século XIX para elaboração de pareceres técnicos, principalmente sobre assuntos relativos à saúde dos habitantes e à salubridade da cidade, chama atenção a fala lacunar dos edis nesse caso. São os engenheiros que apresentam os argumentos e as soluções, e de certo modo mantêm o tema da apreensão técnica nas pautas da Câmara. Não me parece pertinente relacionar tais aspectos – os pressupostos do diálogo e a proeminência dos *especialistas* em detrimento dos edis – como indicativos de um incipiente urbanismo

---

março de 1890 depois de firmado com o primeiro Conselho de Intendências o termo de novação a 15/02.

[139] Indenização de 65:000$000 réis, tomando como base o salário da época para fazer o cálculo Processo da lei n.128. AHMWL-FCMSP, Vol. 2179.

nas práticas da administração municipal paulista, no sentido estrito de um campo de saber e de intervenção sobre a cidade, mas sim como parte do processo de constituição desses saberes e práticas, mediado por um debate intenso entre as propostas novas de apreensão do urbano e as formas anteriores de se perceber a cidade, entre a gestão ou administração da cidade como um corpo político (lembro aqui as posturas municipais) e como um espaço problematizado. A percepção sensível da cidade aos poucos é transformada em apreensão técnica, como ambiente urbano mensurável e sujeito às intervenções *especializadas*, e os levantamentos e pressupostos indicados pela planta cadastral de 1887 são fortemente retóricos nesse sentido.[140] Por outro lado, os obstáculos à constituição de tal mapeamento da cidade podem levar a pensar em dificuldades na constituição do grupo de profissionais necessários a sua execução, nas relações políticas entre os envolvidos, ou mesmo nas mudanças de interesses imediatos dos contratados, visto ter sido esse projeto interrompido repetidas vezes até meados da década de 1890. A ausência de outras informações sobre a finalização do projeto dessa planta permite apenas algumas conjecturas, mas sugere, mais uma vez, a inexistência de um processo linear, destituído de conflitos, universal e indiscutível. Revela, sim, um processo negociado e tenso, que não se encerra mesmo quando, deixado de lado, imediatamente mobiliza os setores técnicos da administração para dar continuidade aos trabalhos de outra forma, a partir de novas tentativas de viabilizar a empreitada.

A preocupação com os registros cadastrais permanece, assim, após a presumível desmobilização dos dois engenheiros responsáveis por esse levantamento, como atesta, por exemplo, a argumentação sobre a contratação de um profissional – engenheiro ou desenhista especial – "no ocaso de ser preciso para

---

140 Lembro aqui novamente as indicações de Béguin (citado) para aludir às transformações na percepção do ambiente urbano como mecanismo de saneamento e o desenvolvimento de um saber e uma tecnologia sobre a cidade no século XIX, a partir de dados técnicos e escolhas racionais. O autor percebe a transcrição da própria materialidade da cidade na representação conceitual do mapa em escala como parte desse processo, em que são redefinidos os modos de apreensão do espaço e do desenho urbano.

continuação da planta cadastral e outros serviços de sua repartição."[141] Há várias menções à planta nos documentos municipais, há trechos dela entre os processos das leis, quando usada para definir alinhamentos ou outras obras, mas lamentavelmente o levantamento iniciado em 1887, que deveria detalhar a ocupação precisa dos terrenos e lotes no município da capital no momento de sua primeira grande transformação também em termos espaciais, encontra-se extraviada. Apesar das evidências documentais de sua existência, não pode ser consultada para os estudos da transformação de São Paulo em fins do XIX.[142]

É possível que o próprio descompasso entre o ritmo de ocupação concreta do espaço da cidade e de seu domínio conceitual, por meio da apreensão técnica, tenha tornado o levantamento obsoleto tão rapidamente que os argumentos acerca da apreensão prévia para o planejamento do futuro da capital tenham se esmorecido. Na verdade, alguns anos após esses debates, a Intendência de Obras apresentou uma planta geral da cidade, sem o detalhamento minucioso do projeto de 1887, que foi divulgada amplamente fora dos espaços estritos da administração, como uma espécie de mapeamento das possibilidades de investimentos na cidade "em progresso".[143] É significativo notar a ausência desse levantamento oficial de 1897 nos

---

[141] Lei n.134, de 23/01/1895 e lei n.145, de 28/01/1895. Essa última autorizou a contratação do desenhista Desiré Costes para repartição de Obras. AHMWL-FCMSP, Vol. 2179. Sobre a planta cadastral tratarei mais adiante.

[142] Os livros de pagamentos da Câmara registram com destaque incomum em documentos desse tipo (com grifos nas referências à planta) o pagamento das parcelas aos engenheiros contratados para o levantamento da planta cadastral, pelo menos em 1890. Além disso, no processo da lei 128 citada, o contador da Câmara apresenta a relação de todos os pagamentos efetuados entre 1888 e 1893, a pedido da edilidade, para avaliação da indenização a ser paga. AHMWL-FCMSP, Volumes 1629 e 1313 para os registros de pagamento, e 2179 para a lei.

[143] A planta de 1897 foi analisada por Rolnik e detalhadamente por Lucia Simoni, ambas apontando algumas incorreções e desproporções. Na documentação da Câmara, há registros de pagamentos da impressão de centenas de cópias para divulgação da planta. ROLNIK, R. *Op. Cit e* SIMONI, Lúcia Noemia. *O Arruamento de Terras e o Processo de Formação do Espaço Urbano no Município de São Paulo. 1840-1930.* Tese (Doutorado em Arquitetura). São Paulo: FAU-USP, 2003. A planta foi publicada pela primeira vez por iniciativa da Câmara, conforme registra o contrato n.845 (fl. 53, 06/07/1898): "Termo de contrato que faz a Câmara Municipal de S. Paulo com os

documentos técnicos da municipalidade, indicativo de objetivos diferentes e talvez formas de gestão divergentes da cidade, considerando-se que tal planta não constituía uma ferramenta de trabalho para a administração. Embora tenha sido o mapeamento da capital mais difundido e conhecido na época, tornando-se até mesmo emblemático para as comparações e as exposições sobre a grande transformação espacial de São Paulo, a planta de 1897 não é representativa do tipo de esforço empreendido pelos poderes públicos em relação ao conhecimento e controle da cidade.[144]

Naquele momento, em meados dos anos 1890, as atividades da municipalidade indicam uma mobilização singular em torno do domínio do espaço, levando a edilidade a sucessivas tentativas de estruturar a gestão da cidade, implicando, também nesse ponto, na intensificação da noção de uma cidade *em obras*. Nesse sentido, o ano de 1896 parece ter sido especialmente atribulado e decisivo no governo municipal, tanto ao se tomar a quantidade de obras contratadas com empreiteiros na cidade quanto a abundância de deliberações da Câmara aprovadas

---

cidadãos V. Steidel & Cia., para execução da impressão da planta da cidade de S. Paulo". Segundo o contrato, o mapa organizado e fornecido pela Intendência de Obras, deveria ser impresso em cinco cores indicativas das divisões distritais, conforme proposta e despacho do intendente. Seriam impressos 50.000 exemplares, sendo destes 2.000 em papel superior para a Câmara e ficando os 48.000 restantes aos contratantes, para deles se utilizarem como lhes convier (consistindo nessa propriedade o pagamento pelo serviço). Além disso, os contratantes obrigavam-se a fazer anualmente as alterações que se derem na planta (fornecendo dos mapas emendados 200 à Câmara até que se finde a venda da edição dos 48.000 exemplares). AHMWL-FCMSP, Vol.479. A planta foi publicada também na coleção de mapas de 1954: *Planta Geral da Capital de São Paulo.* Organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras, escala 1:20.000, 1897. In: SÃO PAULO (cidade) Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade.* – Serviço de Comemoração Cultural, 1954.

144 Sobre as plantas, além das interpretações de Rolnik e Simoni já mencionadas, o estudo de Brito sobre as iniciativas de particulares chamadas por ela de "urbanizadoras" evidencia outras relações, ao demonstrar de modo detalhado a distribuição espacial das companhias privadas que promoviam a formação de loteamentos no período, referindo-se também à distribuição dos interesses nesse campo. A autora utiliza amplamente os mapeamentos da capital de 1897, de 1905 e de 1914, e deixa fortes indícios das relações estreitas entre os poderes públicos e as iniciativas privadas na expansão da cidade. BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911.* Dissertação (Mestrado em Geografia), São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

na forma de leis, ou ainda as amplas reorganizações feitas nos setores da administração: são cerca de 250 contratos (contra menos de oitenta no ano anterior), mais de uma centena de leis (quando a média anual da década não chegava à metade) e pelo menos três importantes reformas nesse ano.[145] Nessas reformas, parece ganhar maior atenção a Intendência de Obras, reorganizada e problematizada em vários debates na Câmara Municipal, resultando na criação da Comissão de Melhoramentos da Capital. Sugerem a mesma tendência de especialização, de ordenação do pessoal do setor de obras para ações efetivas, desvinculando-os das funções administrativas.[146]

Segundo Gomes Cardim, então vice-intendente de Obras em exercício, autor do projeto da lei que reorganizou essa repartição em 1896 e também responsável pela planta geral da cidade citada, o aumento constante do volume de serviço da Intendência de Obras (para informações, elaboração de projetos e fiscalização) tornava cada vez mais insuficiente o pessoal técnico. Além disso, argumenta que a última reorganização do conjunto das intendências municipais teria ampliado de tal modo o trabalho administrativo do setor de obras que acabava "tomando todo o tempo de um engenheiro". Alega, por isso, a necessidade de se utilizar melhor o pessoal técnico nos serviços profissionais, "separando-o do trabalho administrativo", entendido como trabalho burocrático.[147] Outro projeto encaminhado

---

[145] Lei n.203, de 27/02/1896, reorganiza as intendências, a lei n.231, de 15/04/1896, separa a seção técnica e a administrativa do setor de obras (AHMWL-FCMSP, Vol.2182), e a lei n.286, de 20/08/1896, cria uma comissão de melhoramentos (Vol.2183).

[146] Campos, Leme e Simões referem-se à Comissão lembrando-a como uma tentativa incompleta de estabelecimento de um plano para a cidade.CAMPOS, Candido M. *Op. Cit.*; LEME, Maria Cristina da Silva. "Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional". In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, pp. 77-93; e SIMÕES Jr. *Op. Cit.*, 1990.

[147] Lei n.231, de 15/04/1896, referente à reorganização da Intendência de Obras, separou a seção administrativa da técnica (esta submetida ao diretor intendente), e classificou o espaço da cidade em três distritos, ficando cada um deles a cargo de um engenheiro. Foi aprovada meses depois da lei n.203, que havia reorganizado as quatro intendências e, na avaliação de Cardim, sobrecarregado o trabalho técnico. AHMWL-FCMSP, Vol. 2182.

por Gomes Cardim é complementar a esse, e revela a mesma preocupação: sugere a criação dos cargos de dois desenhistas ou auxiliares de engenheiro.[148] Aprovado na lei n.247, o projeto revelava preocupação com a atualização da planta cadastral do município – "se não queremos perder o valioso trabalho executado pelos Drs. Bueno de Andrade e Borges" – e alerta para o estado de abandonado desse ramo da repartição dependente das competências do "pessoal técnico". Segundo testemunho do engenheiro municipal Eugenio Guilhem, para atender às exigências do serviço, desviaram o desenhista encarregado da planta para diversos trabalhos:

> O pessoal técnico, apesar de toda a sua boa vontade, não pode dar conta dos trabalhos que lhes são afetos por causa da escassez de recursos de que dispõe como auxiliares. Para satisfazer as exigências do serviço, fomos obrigados a distrair do cadastro o desenhista encarregado desse serviço, afim de empregá-lo em diversos trabalhos, não podendo, especialmente à disposição dos engenheiros, atender a tudo em mesmo tempo. Essa insuficiência impede que se encaminhe simultaneamente duas obras, quando seria possível se cada engenheiro de distrito tivesse o seu desenhista particular. Apartando essas considerações, o fato real é que o cadastro está atualmente com atraso de mais de dois anos. (...) As plantas das edificações aprovadas e os alinhamentos dados estão arquivados em separado ano por ano para os dois próximos passados, mês a mês para o ano corrente, esperando a locação na planta cadastral.[149]

Os assuntos que vinham mobilizando os poderes públicos e os *especialistas* estão implícitos nessa justificativa.[150] A necessidade do cadastro é

---

[148] O pedido relativo à lei n.247, de 11/06/1896 partira do engenheiro Eugenio Guilhem em papel oficial da Diretoria da Intendência de Obras em 02/05/1896. AHMWL-FCMSP, Vol.2181.

[149] Processo da lei n.247, Vol. 2181.

[150] Cumpre indicar que as prioridades expressas nessa justificativa de Guilhem se diferenciam fortemente daquelas da década de 1870, por exemplo, quando a proposta

reafirmada enfaticamente quando o engenheiro questiona sua viabilidade diante da carência de pessoal habilitado para o trabalho técnico do setor de obras, além de uma organização mais racional da administração (para cada engenheiro, um auxiliar, por exemplo). O que ele parece questionar, de modo insidioso, é a capacidade da própria administração de prescindir da apreensão técnica e da intervenção *especializada* para gestão da cidade. Pode-se entender, assim, a municipalidade como um espaço largamente marcado por tensões naquele momento. Para escapar ao conflito e viabilizar os projetos, era preciso "fazer ver e fazer crer", conferindo o predomínio aos campos capazes de se mostrar menos questionáveis e mais neutros.[151] Isto é, para superação dessas tensões tornava-se especialmente favorável a percepção da legitimidade dos preceitos que norteavam as condutas e o reconhecimento de sua intencionalidade como objetiva – convergência apropriada aos saberes científicos e técnicos.[152] As sucessivas alterações na estrutura e organização da administração

---

de levantamento cadastral da cidade apresentada pelo engenheiro Chardon é recusada pela Câmara. Montóia, ao analisar esse pedido, expressa de modo simples e sintético o que diferenciava as duas posições: em 1870 "mal de 'conhecia' a cidade". MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. *Cidade e Política: São Paulo no século XIX.* Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1990, pp. 155-156.

[151] Isso implica na possibilidade de ser *reconhecido*, em vez de ser relegado como algo arbitrário, e está na base do que Bordieu nomeou "poder simbólico". O conceito é particularmente instigante para reflexões sobre saberes científicos ou dominância política, visto que opera com a idéia de um capital cultural e simbólico dinâmico, permitindo assim a apreensão desses processos de legitimação de projetos e planos como um campo de tensões mobilizadoras. (no texto, a expressão entre aspas é desse autor). BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, principalmente o primeiro capítulo.

[152] Ressalto, ainda, as reflexões de Bresciani sobre o processo de formação da questão urbana em que indica o solo tenso e conflituoso de sua formação (estruturada no e pelo debate político). Analisando a articulação do saber médico com o do engenheiro na configuração do esboço do saber sobre a cidade, aponta como nem o encontro desses saberes nem a pretensão da técnica à *objetividade* são suficientes para entender a formação dessa "ciência das cidades". Nesse processo, enquanto os médicos reclamavam parâmetros adequados para constituição do ambiente urbano saudável, "os engenheiros reivindicavam deter o saber fazer/produzir esse ambiente desejado por meio do domínio da técnica" afirma a prevalência aqui da "validade universal dos saberes insidiosamente vai oferecendo à linguagem técnica argumentos para se auto-apresentarem como saber neutro" (p. 26). BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Cidade e História". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 16-35.

municipal, com as graduais mudanças na forma da gestão da cidade, com a ampliação expressiva dos investimentos em obras, além do esforço incomum na determinação de leis normatizadoras e regulamentadoras das atividades urbanas, parecem indicar um projeto que se preparava ao longo da década de 1890 e abria caminho para a proeminência dos saberes técnicos no âmbito administrativo.

Para além dos ajustes de funções promovidos pelas leis anteriores, discutidas a partir das indicações dos engenheiros municipais, uma abrangente iniciativa do poder público tentava dar forma exequível, em 1896, aos projetos tidos como técnicos e necessários para a cidade. Pela lei n.264, destacada por sua amplitude e manifesta intencionalidade de planejamento, a Câmara Municipal criara a Comissão Técnica de Melhoramentos da Cidade.[153] Proposta como um corpo técnico da própria Intendência de Obras, seria chefiada por um engenheiro civil, com um ajudante engenheiro "igualmente habilitado", além de auxiliares agrimensores ou práticos capacitados, "a juízo e sob a responsabilidade do engenheiro chefe da Comissão". Encarregava também a Comissão dos serviços de tombamento dos terrenos Municipais, do complemento e ampliação da carta cadastral da capital e previa ainda o estabelecimento de contatos entre as chefias das repartições do Governo do Estado e da Comissão, para garantir a execução dos projetos "em harmonia com a organização do plano Geral da Cidade".[154] Embora a Comissão fosse assim cercada de tarefas abrangentes, a determinação legal não deixava dúvidas sobre seu objetivo essencial:

> [...] a organização do Plano ou Projeto Geral da Cidade, realizando para esse fim os serviços necessários e confeccionando os planos técnicos gerais, parciais e detalhes para o conjunto das obras ou

---

153 Processo da lei n.264 de 20/08/1896, criando uma comissão técnica na Intendência de Obras, incumbida do Plano ou Projeto Geral da Cidade. AHMWL-FCMSP, Vol.2183.

154 A preocupação explicitada na lei com a medição dos terrenos municipais aparecera anteriormente em um contrato estabelecido entre a Câmara e o engenheiro José Scutari, determinada pelo ato executivo n.6 em 1895; o contrato n.723 previa o serviço de discriminação e medição de terras de acordo com instruções da Intendência de Justiça e Policia, assinado dia 06/12/1895. (AHMWL-FCMSP, Vol.478)

> edificações a executar, para retificações, melhoramentos, embelezamentos e tudo o que seja necessário para que a Cidade seja colocada em condições estéticas e confortáveis.

O vereador Dr. José Mendes Gonçalves, autor do projeto, considerava lamentável, nos moldes de Adolpho Pinto em 1890, a ausência de um plano de edificações para a capital, que assim estava sendo construída "a esmo ou sem a necessária harmonia e preceitos técnicos". Ao contrário, considerava a necessidade de uma ação projetiva norteada pelo planejamento objetivo prévio, daí a urgência da "imediata organização do Plano Geral da Cidade". A proposta da Comissão estava apoiada primeiramente no levantamento detalhado do espaço construído na cidade e posterior projeção – consciente – dos melhoramentos a serem realizados.[155] Definia como pressuposto que "a construção de uma cidade, como toda obra arquitetônica, deve ser feita de acordo com um plano ou projeto geral pré-concebido", e por meio dele deveriam ser delineadas todas as características desejáveis e úteis à vida urbana: "as ruas, avenidas, praças, parques, jardins, mercados, fontes, cemitérios, canais, pontes, viadutos, nivelamentos, retificações ou transformações de terrenos e outras demais obras ou edificações necessárias".

Também os debates acerca da Comissão de Melhoramentos foram pontuados pela apreciação dos *especialistas* atuantes na gestão da cidade. A aprovação da determinação legal foi submetida à apreciação do engenheiro Eugenio Guilhem, chefe da seção técnica da Intendência de Obras, por iniciativa das comissões de vereadores da capital. Guilhem recebeu o projeto de lei com entusiasmo, afirmando tratar-se de uma iniciativa sensata de quem "prefere a reflexão à precipitação". No longo manuscrito que encaminhou à Câmara avaliando a proposta, reuniu argumentos favoráveis à adoção de métodos criteriosos e técnicos na determinação de "uma verdadeira linha de conduta" para as obras na cidade, ressaltando a

---

[155] Simões Jr. compara as iniciativas de 1850, 1863 e 1896, considerando para esta última a existência de elementos urbanísticos, na acepção que se firmaria posteriormente. SIMÕES Jr, *Op. Cit.*1990, cap. 2.

necessidade de se obedecer a planos pré-concebidos e "executar somente aquilo que for estudado, profundamente refletido tanto no ponto de vista técnico como econômico". Afirma ainda ser esse "o único meio de fazer bem" a administração da capital, constituindo assim uma necessidade imprescindível "melhorar as condições estéticas e topográficas da cidade", trabalho esse que reclama o concurso de pessoal habilitado, "munido dos estudos técnicos e conhecimentos de estética bastante extensos para dar à capital o caráter particularmente fino e belo que já alguns dos nossos arquitetos se comprazem a lhe impor." Destacou também a importância de se projetar novos parques e jardins para a cidade, apoiando-se em exemplos de outras cidades para então lamentar a ausência em São Paulo desses "locais de beleza e salubridade", como na Europa. Seria, portanto, para a capital paulista "de toda importância numa cidade de população diariamente crescente e me parece bem pensado querer proporcionar aos operários, às famílias, às crianças, aos empregados, a todo mundo enfim lugares frescos e saudáveis, onde depois do trabalho possam descansar e alegrar o espírito", conforme afirma. Enfatizou sua relevância em relação às condições higiênicas das cidades:

> [...] ressentem-se bastante da falta de vegetação e arborização, a tal ponto que o eminente Alphant, Diretor Geral das Obras Municipais de Paris, considera cada *square*, cada parque, cada jardim da capital da França como tantos pulmões pelos quais respira livre e beneficamente o grande colosso encerrado pelas espessas muralhas de suas fortificações, como numa golilha de ferro.

O quadro final apresentado pelo engenheiro se mostrava coerente e objetivo: de um lado, expõe as amplas necessidades supostamente imprescindíveis para se proporcionar um ambiente urbano salubre e sua percepção das carências desses melhoramentos na capital paulista, e de outro declara a insuficiência de pessoal técnico na Intendência para executar as determinações de um plano complexo naquele momento. Segundo ele, suas preocupações com essa lacuna que o projeto

vinha preencher eram constantes, principalmente considerando o excessivo trabalho de que se ocupa diariamente o pessoal técnico do setor de obras:

> informações, vistorias, projetos, fiscalizações, orçamentos, expediente tomam o tempo diminuto do pessoal de engenheiros sem permitir o estudo sério dos assuntos cuja solução depende desta repartição. [...] Como nestas condições ocupar-se do projeto geral de embelezamento e modificações de uma cidade cuja superfície iguala quase 27 quilômetros quadrados, isto é os 3/4 da área de Paris?

Conclui então ser necessária a Comissão, que deveria ser chefiada por um engenheiro de competência comprovada, "cheio de experiência da vida e dos homens, munido de conhecimentos técnicos e variados que deverá possuir, nome e influência bastante grandes para ter plena e inteira autonomia sem a qual nada se conseguirá de bom e durável".[156] Não chega a surpreender que, diante das amplas responsabilidades deliberadas para a Comissão, a Câmara determinasse vencimentos elevados para o pessoal empregado, apresentando como justificativa a necessidade de se atrair bons profissionais para essas funções.[157]

Dezessete meses foi o prazo de duração de tão festejada Comissão. Chefiada pelo professor da Escola Politécnica de São Paulo, o engenheiro João Pereira Ferraz, a Comissão de Melhoramentos contou durante sua existência com alguns

---

[156] Simões, Leme e Campos mencionam a experiência da Comissão, apontando os limites de sua implantação e os resultados parciais da iniciativa, além do caráter racional implícito na proposta. CAMPOS, Candido Malta. *Op. Cit.* capítulo 2, LEME, Maria Cristina da Silva. *Op. Cit.*, pp. 77 e 78, SIMÕES Jr., *Op. Cit.*, 1990.

[157] Art. 5º – O pessoal da Comissão será o seguinte: 1 Engenheiro chefe com o vencimento mensal de 1:500$000, 1 Engenheiro ajudante com o vencimento mensal de 1:000$000, 1 Desenhista arquiteto com o vencimento mensal de 600$000, 5 Auxiliares técnicos, cada um 500$000. O Art. 7º acrescenta ainda um aumento nos vencimentos do engenheiro chefe da seção técnica da Intendência de Obras, recém criada, e algumas pequenas alterações em relação aos outros empregados da mesma, completando as definições legais acerca do pessoal técnico do setor de obras ainda com a lei 265, de 21/08/1896, cria o lugar de diretor da secretaria da Intendência de Obras, substituindo o cargo de oficial, com 500$000 mensais. AHMWL-FCMSP, Vol.2183.

profissionais ligados a essa instituição e seguramente constituiu a iniciativa que viabilizou maior espaço para a Politécnica no âmbito dos poder público municipal, para o período em questão.[158] Na sua extinção no início de 1898, junto com vários empregos municipais de todas as intendências, a listagem dos profissionais a serem pagos pela Câmara dá uma idéia do aparato técnico empregado na breve iniciativa: Dr. João Pereira Ferraz (engenheiro diretor), Dr. José Brant de Carvalho (engenheiro ajudante), Victor Andrigo (arquiteto), José Maria de Sá (engenheiro auxiliar), Conrado Manoel Erickson, Frederico Guilherme Faria e Eugenio da Silva (engenheiros auxiliares), Florimond Colpaert e Jorge Bertoni (auxiliares técnicos), além da turma de trabalhadores de campo: Eduardo Kiehl (auxiliar), Caetano de Cristophoro (desenhista), Joaquim Adães (porta-mira), Antonio de Almeida Bicudo,

---

158 Além de Ferraz, essa comissão empregou também outros técnicos ligados à Politécnica paulista, como o professor José Brant de Carvalho (engenheiro ajudante), Conrado Manoel Ericksen (auxiliar técnico) e Eduardo Kiehl (auxiliar), ambos recém formados engenheiro-geógrafos pela Escola em 1896 (Eduardo Kiehl era então aluno do curso de engenharia civil da Politécnica, onde se formaria três anos depois, com seu irmão Carlos. Além desses, aparecem como empreiteiros de obras os seguintes engenheiros politécnicos no período estudado: Abelardo Soares Cahiuby (formado em 1897, consta entre os empreiteiros licenciados pela administração), Alberto de San Juan (concluiu o curso de geógrafo em 1898, realizou obras em pontilhões, na rua São Caetano e em bueiro na rua Palmeiras, contratos 1152, 1182 e 1211), Heribaldo Sciciliano (formado em 1903, foi engenheiro-chefe das oficinas da *Companhia Mechanica e Importadora de S. Paulo*, de propriedade de seu tio, Alexandre Siciliano, atuando na maquinaria e posteriormente na Seção de Construção; foi vereador por São Paulo em 1917; aparece entre os empreiteiros licenciados). Para informações sobre politécnicos: *Lista dos Formandos – 1895-1992*. SP: Expressão e Cultura, Associação dos Antigos Alunos da Escola Politécnica, 1992; sobre contratos, volume 367, para o pagamento de impostos pelos empreiteiros (dados entre 1897 e 1904), volume 1451, ambos do AHMWL-FCMSP. Considerando tal presença, devo registrar que a Comissão de Melhoramentos constituiu uma circunstância única em que as expectativas iniciais desta pesquisa foram correspondidas, uma vez que permitiu a localização de alguns desses "politécnicos". Cumpre, ainda, ressaltar que ao longo do trabalho de pesquisa tornou-se claro que o maior destaque a esses profissionais formados na Politécnica paulista tinha sido dado, também gradualmente, no nível dos poderes estaduais, notadamente comissões, secretarias e setores de obras públicas, mas a localização dos mesmos certamente implicaria em outra pesquisa e outras questões.

Adolpho Rodrigues, Domingos Cicarelli, Luiz Jacintho de Souza, Salvador Marquezi, José Benedicto Ferreira e José Rodrigues (trabalhadores).[159]

Segundo o relatório de atividades apresentado ao governo municipal, a Comissão chegou a identificar múltiplos problemas na cidade, enfatizando a inteira ligação e dependência destes em relação ao estudo do plano geral, ao qual deveriam se subordinar. Assim, teria priorizado, como base de tal estudo, também a elaboração da planta cadastral, chegando a dividir a área da cidade em 35 retângulos para planejá-la, mas concluindo três deles somente.[160] É inevitável neste ponto pensar na provável sobreposição de trabalhos e mesmo em uma certa desorganização desse setor da administração, ao menos quando se lembra o então recém-abandonado projeto de levantamento da Planta Cadastral de 1887. Os documentos gerados pelas duas iniciativas – principalmente mapeamentos e, no caso da Comissão, projetos de nivelamento e alinhamento de vias na cidade – aparecem em diversos processos entre os registros da Câmara, sendo empregados como ferramentas de trabalho pelos *especialistas* do setor de obras. Assim, apesar de terem sido iniciativas incompletas do ponto de vista da efetivação de suas propostas, os dois projetos de apreensão técnica do espaço urbano, com fins declarados de "conhecimento" e planejamento prévio, parecem ter confirmado sua validade como saberes e técnicas, embora seu reconhecimento possivelmente não tenha se estendido para o campo da política em sentido estrito.

As duas iniciativas voltadas ao levantamento amplo e técnico da cidade no final do XIX – de 1887 e de 1896 – sinalizam para relações mais complexas que o registro de insucessos ou incompletudes. Na abrangência desta pesquisa relativizam, primeiramente, o predomínio dos engenheiros, embora suas incursões no âmbito dos poderes públicos sejam cada vez mais incisivas. Indicam, mais uma vez, a existência

---

[159] Lei n.348, de 12/ 04/1898. AHMWL-FCMSP, Vol.1960.

[160] RELATÓRIO apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo intendente de obras Dr. Pedro Augusto Gomes Cardin – 1897. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1898.

de tensões e projetos plurais, políticos e técnicos, para a cidade, e atestam fortemente a prevalência de um espaço negociado, tanto na administração como na própria concretude da capital. Mais que constituir uma organização formada por *especialistas*, mobilizada em torno de questões técnicas e burocráticas ligadas à gestão material da cidade, a administração municipal e destacadamente o setor de obras públicas aglutinavam diversas preocupações, interesses e projetos. Parte expressiva dos temores, das precauções e das expectativas de diversos setores da população era reconhecida como ponto a ser debatido e resolução a ser encaminhada pelo setor de obras, e assim era sistematizada como questão urbana, de caráter técnico, reconhecida como tal. Suas ações relacionavam-se em parte às demandas de setores da população, orientações do corpo técnico e pressões do corpo político, e também envolviam inumeráveis empreiteiros e fornecedores, todos participantes ativos na transformação da cidade. Assim, ao lado dessa característica que legitima os problemas da cidade transfigurando-os em questão técnica, o setor de obras também exercia uma função importante na difusão dos conhecimentos objetivos sobre o urbano, imprimindo certa circularidade aos saberes. Além de setores da população que se apropriavam do discurso científico e de sua objetividade para argumentarem em favor de suas reivindicações sobre os *melhoramentos* urbanos, também os empreiteiros não capacitados oficialmente, habilitavam-se e apropriavam-se desses saberes por meio de suas relações com a administração.

Os usos plurais dos saberes e práticas de *especialistas* permitem ainda uma outra observação em relação ao espaço urbano naquele momento. Focalizo, nesse sentido, as relações dos empreiteiros de obras com a municipalidade e com os conhecimentos *especializados*, e transcrevo integralmente em seguida um contrato para execução de obras para permitir uma aproximação no sentido de tais relações – e também para que se tenha idéia da documentação que venho mencionando. Trata-se de um contrato usual na administração no período, relativamente padronizado para esse tipo de obra.

Termo de contrato que faz a Câmara Municipal de São Paulo com o cidadão Narciso Frediani, para a execução dos trabalhos de melhoramentos do Morro de Sant'Anna, determinados pela lei n.246.

Aos quinze dias do mês de julho de mil oitocentos e noventa e seis, presentes na Secretaria da Intendência de Obras o Dr. Pedro Augusto Gomes Cardin, Intendente de Obras, comigo diretor que este subscreve, aí compareceu o cidadão Narciso Frediani e declarou que na forma do despacho do Dr. Intendente datado de nove do corrente, aceitava o contrato para execução dos trabalhos de melhoramentos do Morro de Sant'Anna, constantes de aterro, construção de sarjetas e abaulamento do morro obedecendo às condições seguintes:

1ª O trabalho de aterro será executado de inteiro acordo com o orçamento que serviu de base à concorrência e segundo as mais rigorosas instruções da Intendência de Obras.

2ª As sarjetas serão construídas de alvenaria faceada sobre uma camada de areia de dez centímetros (0,10m) e observando as instruções da Intendência de Obras.

3ª O abaulamento do morro será executado de inteiro acordo com o que for determinado pelo engenheiro encarregado de fiscalizar a obra.

4ª A Câmara pagará pelos trabalhos acima especificados a quantia de vinte contos de reis (R$20:000$000) em duas prestações iguais, a primeira quando estiver executada a metade da obra contratada e a segunda quando terminada toda a obra contratada e recebida pela Intendência.

5ª O contratante obriga-se a começar a obra no prazo de cinco dias, a não interrompê-la por mais de oito e a terminá-la no prazo de noventa dias, contados da data da assinatura do presente contrato sob pena de multa de cinqüenta mil reis (R$50$000) por dia de excesso em qualquer dos prazos, salvo caso de força maior.

6ª A caução de um conto de reis (R$1:000$000) depositada nos cofres da Câmara para garantia provisória da assinatura do contrato e sua

fiel execução só será restituída ao contratante quando terminados todos os trabalhos contratados e aceitos pela Intendência de Obras.

7ª Pela infração de qualquer das clausulas do presente contrato para a qual não se haja estabelecido multa especial fica o contratante sujeito à multa de cem mil reis (R$100$000).

8ª De cada pagamento serão deduzidos dez por cento (10%) que ficarão em deposito para garantir a conservação da obra.

9ª Essa caução só será restituída ao contratante no fim do prazo de conservação que será de seis meses, durante cujo prazo o contratante obriga-se a conservar a obra em perfeito estado fazendo todos os reparos que forem julgados precisos pela Intendência, sob pena de serem os mesmo executados administrativamente, deduzindo a importância respectiva das quantias caucionadas.

10ª Como fiador do contratante também assina o presente contrato o cidadão Marco Carlotti, responsabilizando-se não só pela fiel execução do contrato, como pelas multas em que aquele por ventura vier incorrer.

E, de como assim o disse e se obrigou lavrou-se o presente contrato, que assina com o seu fiador e com o supra-referido Intendente de Obras, depois de haver para os respectivos emolumentos na importância de vinte mil reis (R$20$000) conforme o recibo do Tesoureiro Municipal sob n.68, assim como o selo no valor de vinte mil reis (R$20$000) como se vê na estampilha abaixo pregada e devidamente inutilizada. Eu Francisco de Souza Ribeiro, Amanuense o escrevi. [outra letra] Eu diretor o subscrevi Ruy [?] Bueno. S. Paulo, 15 de julho de 1896. Narciso Frediani. Como fiador Marco Carlotti[161]

O termo é claro, e como documento de caráter jurídico (em concordância com as cláusulas contratuais e leis pertinentes) não devia deixar

---

[161] Segue outra assinatura indecifrável e estampilho republicano correspondente aos emolumentos recolhidos. Contrato n.802, de 15/07/1896, AHMWL-FCMSP, Vol.479.

margem para dúvidas: estabelecia detidamente as condições e as obrigações envolvidas na execução da obra, as formas de fiscalização e penalidade, além das garantias e condições de pagamento. Diferenciava-se largamente de alguns contratos verbalmente estabelecidos no decorrer do século XIX e, pela sistematização em bases jurídicas, distanciava-se daqueles que eram lavrados a partir de cláusulas mais descritivas, pelo menos até 1892.[162] Muito provavelmente o empreiteiro em questão poderia assiná-lo sem ter total compreensão dos termos, mas certamente deveria aceitar sua sujeição às condições ali estabelecidas: as especificações do orçamento e as indicações técnicas (1ª, 2ª e 3ª cláusulas), os critérios de fiscalização e conservação da obra (3ª e 9ª), garantias (caução em dinheiro e fiança) e penalidades (7ª e 9ª), bem como os prazos e condições de pagamento (4ª, 5ª, 8ª e 10ª). São instruções que deveriam ser decifradas minimamente e informações que precisavam ser compreendidas ao menos do ponto de vista da execução, da prática – era, pois, indispensável o domínio desses códigos e a sujeição às condições colocadas, tanto para cumprimento do contrato quanto para se reclamar possíveis prejuízos.[163]

Outro aspecto de interesse em relação a contratos como esse se refere ao papel do fiador. Entre meados das décadas de 1860 e 1880 predominantemente notava-se uma tendência de identificação do fiador, a partir da origem ou nacionalidade, em relação ao contratado e, a julgar pelas características da assinatura, apresentava maior domínio da escrita. Provavelmente, nesse sentido, as "garantias" para o empreiteiro eram mais importantes que para o poder público, considerando o auxílio viabilizado pela presença de um fiador com mais recursos em termos das

---

[162] Pelos objetivos deste trabalho, deixo apenas indicada a possibilidade de uma comparação dos termos, e registro apenas a sistematização e a padronização dos mesmos, junto com outros documentos na mesma época, a partir da estruturação geral do governo republicano efetivada entre 1901 e 1892, após a aprovação da Constituição federal e também estadual.

[163] Era usual entre os documentos da Câmara, notadamente os livros de finanças, pedidos de empreiteiros reclamando a devolução do depósito-caução e de multas julgadas indevidas, bem como, entre os livros do setor de obras, pedidos para fiscalização das empreitadas a fim de viabilizar o pagamento das parcelas contratadas.

normas cultas da língua e dos códigos inscritos nos documentos, além das proximidades culturais e possíveis laços de solidariedade quando se tratava de imigrantes, e desse modo sua posição como garantia monetária do contrato poderia ser até mesmo secundária.[164] Narcizo Frediani, no caso relatado, recolhia imposto municipal anualmente habilitando-se com isso a ser contratado como empreiteiro, tendo então declarado residência no próprio bairro em que executou as obras referentes ao termo transcrito e ainda outro contrato no período também para Santana.[165]

Não há dúvidas sobre o caráter oficial do documento, tomado como parte das práticas administrativas, sujeito às normas e procedimentos oficiais inerentes aos poderes públicos. Poderia, assim, ser lido como tradução de projetos e preceitos políticos nos termos da prática administrativa. Entendido a partir da sua função para a gestão pública, o registro constitui uma outra tradução: de princípios e projetos de caráter técnico para a forma de procedimentos – que poderiam ser, em certos aspectos, padronizados e generalizados nas ações gerenciadas pelos poderes públicos. São dimensões válidas e importantes do documento, mas outra possibilidade de leitura me parece mais reveladora de seu alcance ou possibilidades. Um exercício de imaginação pode ajudar a desvelar a abrangência das questões que tangenciam um documento como esse, ao menos aquelas que me sugerem as leituras desse registro neste momento, ao tomá-lo como parte de um processo complexo. A rigor, o contrato expressa a efetivação de uma vontade, na medida em que viabiliza a

---

[164] Na verdade ao longo da pesquisa pude observar a presumível relativização desses laços de solidariedade, visto que vários fiadores começam a aparecer com tal freqüência que se chega a pensar numa certa "profissionalização" dessas garantias legais. Siriani deixa indicações interessantes acerca do médico alemão que parece ter convertido esses laços de solidariedade em lucrativos negócios financeiros, à medida que fazia empréstimos e apresentava-se como fiador cobrando porcentagens pelo "serviço", para pessoas de origem germânica ou não. SIRIANI, Silvia Cristina L. *Op. Cit.*, pp. 126-129.

[165] Residia à rua Voluntários da Pátria, 53, conforme indicação de imposto cobrado. Contrato 966 (12/11/1896) registrado no volume 479, impostos no 1451 e registro de pagamento no volume 1464, todos do AHMWL-FCMSP.

execução de uma determinação legal. Desde as apreensões e iniciativas que deram origem às discussões na Câmara, a questão abordada no contrato – *melhoramentos* no morro de Santana – foi lida, percebida e debatida por interlocutores plurais.[166]

A percepção da questão certamente era diversa e ampla, podendo estar ligada aos moradores da região em foco, aos fiscais e empregados municipais envolvidos na avaliação e encaminhamento da questão, aos edis exercendo suas funções deliberativas, ao "pessoal técnico" da Câmara por meio de seus levantamentos e pareceres, ao engenheiro de distrito responsável pela elaboração dos orçamentos e critérios objetivos de execução e fiscalização da obra, ou ainda aos leitores do *Correio Paulistano* ou de *O Estado de São Paulo* que então publicavam os editais e o expediente da Câmara – e no campo das conjecturas, pode-se imaginar um leitor ocupado em acompanhar os editais de chamada de empreiteiros e a publicação dos nomes dos concorrentes e escolhidos para execução das obras, seja para informar-se sobre eventuais oportunidades de participação nos empreendimentos, seja para estar ciente das ações da municipalidade e assim, possivelmente, formar sua opinião ou ainda mobilizar seus vizinhos em torno de alguma questão que de modo similar pudesse ser percebida por meio da sua experiência no espaço da cidade.[167] Toda essa

---

[166] Lei n.246, de 11/06/1896, que autoriza a contratação pelai Câmara de treze obras, todas tratando de melhoramentos na rua Manoel Dutra, no morro de Santana, na rua Major Diogo, no cemitério da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, na rua Conselheiro Ramalho, na rua Coronel Mursa, na rua d'Alegria, na rua Barão de Iguape, entre Glória e Glicério, na praça de São Paulo, na rua Humaitá, calçamento a paralelepípedos da rua Dutra Rodrigues, nas ruas Amaral Gurgel e da Consolação, obras hidráulicas e calçamento no largo de Riachuelo. No processo dessa lei, há vários documentos que registram os diálogos entre setores da sociedade, com abaixo-assinados, ofícios de órgãos estaduais e de fiscalização, além dos pareceres técnicos e das avaliações dos edis. AHMWL-FCMSP, Vol.2181.

[167] Lembro, no sentido da experiência urbana, das observações de Argan ao comparar o hipotético registro dos percursos individuais pela cidade, traduzidos graficamente, a um quadro de Jackson Pollok: "uma espécie de mapa imenso, formado de linhas e pontos coloridos, um emaranhado inextrincável de sinais, de traçados aparentemente arbitrários, de filamentos tortuosos, embaraçados, que mil vezes se cruzam, se interrompem, recomeçam e, depois de estranhas voltas, retornam ao ponto de partida." Apesar do aparente caos da imagem, seria possível, conforme afirma, perceber padrões e repetições entre a variedade plural que compõe a experiência

mobilização de opiniões e impressões era capaz de colocar, em sentido ampliado, a cidade *em obras* – isto sem imaginar na mesma direção os impactos das obras propriamente ditas na experiência cotidiana, vivenciada e percebida pelos citadinos.

Importa ainda observar a permanência de uma certa noção de pertencimento e participação no espaço da cidade – na política da cidade, inclusive – que permeia esse conjunto de impressões. O próprio Frediani, para além da formalidade subjacente ao qualificativo "cidadão" que precede seu nome na redação do contrato citado, certamente se percebia como parte dessa cidade e dessas decisões em sentidos diversos: por sua atuação prática como empreiteiro, por sua disposição em aceitar os preceitos técnicos envolvidos nas obras, por sua percepção da oportunidade de exercício da atividade, por sua disposição em reconhecer e se sujeitar às leis em vigor naquele momento na sociedade. De presumível origem estrangeira, o empreiteiro poderia se situar de várias maneiras na cidade; pensando a partir de algumas idéias sugeridas ao longo deste trabalho, suponho que poderia se perceber como morador de um bairro afastado do centro ou de um arrabalde da cidade, como habitante da capital, como parte do ampliado grupo de *especialistas*, por exemplo. Em cada uma dessas apreensões parece-me estar subentendida a idéia de pertencimento – noção ampliada quando se nota que, a despeito de não desfrutar do estatuto oficialmente reconhecido da cidadania por ser um estrangeiro no país, parecia perceber seu lugar como citadino atento a oportunidades e sobretudo direitos.[168]

---

urbana. ARGAN, Giulio Carlo. "O espaço visual da cidade" In: _____. *História da Arte Como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 225-241.

[168] Devo observar, em relação à cidadania, que apesar desse estatuto oficial exigir a condição de nacionalidade ou de naturalização de estrangeiros, as leis brasileiras indicavam também garantias expressivas aos não-nacionais residentes no país. A Constituição de 1891 apresenta uma extensa lista de garantias e direitos individuais (de propriedade, de isonomia perante as leis, de crença religiosa, de *habeas corpus*, de propriedade intelectual e artística, etc.) em seu extenso artigo n.72 (Declaração de Direitos, detalhada em mais de trinta parágrafos) e, segundo Baleeiro, o "longo e solene rol de direitos" não se diferenciava daqueles indicados na Constituição de 1824 e nas posteriores até a emenda constitucional de 1969. BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Coleção Constituições Brasileiras, Brasília: Senado

Como empreiteiro, poderia se perceber como parte de um setor cada vez mais numeroso, constituído no cotidiano das ações da administração, mas ainda permanecendo praticamente incógnitos, como "ilustres desconhecidos." Entre eles, alguns nomes se destacam pela freqüência com que aparecem entre os contratos, e assim indicam essa ampliação das ações. Dentre os mais freqüentes, os seguintes se destacam na execução de obras para administração municipal: Luiz Hyppolito (assina 92 contratos), Rocco Rienzi (47), major José Maragliano (30), Francisco Antonio Pedroso (25), Antonio Augusto Pedroso e Francisco Amaro & Cia. (23 contratos assinados por cada um deles), Raphael Ficondo (22), Benedicto Galvão de Moura Lacerda e Carmine Ferrara (cada um assina 19 contratos), Luiz Schiffinni e Pedro Furtado (cada qual com 18), Jacob Schmidt (16), Filoteo Beneducci e João Baptista Camargo Rangel (ambos com 15 contratos), Alfredo Luiz Flacquer (13), Pedro Di Lorenzi (12), Carlos Muro, capitão João Cezario de Abreu e Manoel Meirelles (cada um dos três assina 11 termos).[169]

A recorrência dos nomes, como nesses casos, permite a interpretação das ações junto ao setor de obras públicas como uma possibilidade de "profissionalização" ou "especialização", muito provavelmente acompanhada de um relativo aumento de seu prestígio nos espaços de convívio no cotidiano urbano.[170] Entre os empreiteiros, alguns também acabavam sendo incorporados ao grupo de

---

Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999, vol. 2, p. 41 e 97-100.

[169] Embora seja uma listagem elaborada a partir da análise global dos dados pesquisados nos contratos, a maior parte deles corresponde a documentos da década de 1890.

[170] Os dados da pesquisa não permitem afirmações categóricas nesse sentido, mas deixam indícios de uma certa ascensão social na medida em que os empreiteiros se especializavam, notadamente quando se observa a constante associação de dois ou mais empreiteiros. Organizavam-se em pequenas companhias e assim conseguiam arcar com os investimentos de recursos e de pessoal que as obras demandavam, de forma mais eficaz que nas ações inicialmente tomadas individualmente, por exemplo. Entre as "companhias" localizadas entre os contratos, cito os exemplos: Manuel Eugenio dos Reis & Junqueira (contrato n.240), Carmo Cintra & Irmão (contrato n.1362), Giacomo Giglio & Comp. (n.640), entre outros. AHMWL-FCMSP, volumes 362, 367 e 364, respectivamente.

empregados municipais, ou, pelo caminho inverso, deixavam um cargo técnico para entrar nas concorrências pela execução de obras, como ocorreu com João Lopes Calça, contratado em 1898 como ajudante de campo do setor de obras municipal e no ano seguinte figurando entre os empreiteiros.[171] Também chama atenção a presença dos estrangeiros entre os empreiteiros, notável também na listagem acima. A oportunidade constituía, ao mesmo tempo, um empreendimento econômico percebido de imediato em sua dimensão prática, e como possibilidade de atuação autônoma que parecia abrir espaço para uma forma de participação efetiva, mesmo que não estivessem integrados totalmente na sociedade em outros sentidos. Luiz Hyppolito, por exemplo, o mais atuante empreiteiro da Câmara na década de 1890, revela uma grande dificuldade em assinar e datar os termos de contrato respeitando os padrões correntes no país, e registra as datas invariavelmente com alguma interferência de outra língua, como "S. Paulo, 5 Aprile 1897", mas nem por isso deixa de se apresentar em inúmeras concorrências públicas e também não deixa de ser contratado quando o orçamento oferece vantagens para a administração, entre vários outros.[172]

---

[171] Aparece nas listas de empreiteiros (Vol. 1451) e de pagamentos de obras (Vol. 1551), além do registro como ajudante de campo (Vol. 755, todos do AHMWL-FCMSP). Observando tal passagem, arriscaria uma dedução a respeito da ascensão social possibilitada pelas obras, considerando por um lado os vencimentos do ex-empregado nas duas atividades, e por outro as presumíveis vantagens da transferência para outra atividade, considerando-se os riscos envolvidos nas concorrências para execução de obras.

[172] Registro citado de Hyppolito é o contrato 1041/539, obras de desobstrução de galerias de águas pluviais na rua Visconde de Rio Branco, 05/04/1897, e seguem outros exemplos: "26 de Aprile" (1052/603, construção de sarjetas na rua São Joaquim, 26/04/1897), ou suprime os artigos quando parece ter aprendido a língua, como "5 Maio" (1150, reconstrução e desobstrução de trecho das galerias na rua Dr. Abranches, 17/05/1899). Além dele, também Thomaz Morrone ao assinar, data "17 Julio 1899" (1185 melhoramentos na rua Lavapés, 17/07/1899). Já para Napoleão Bergamaschi, talvez tenha sido mais difícil a comunicação, pois nome e datas parecem de difícil tradução: "S. Paulo, 5 di 8tobre 1897, Bergamaschi Napoleone" (1084, reconstrução de um pontilhão sobre rio Tamanduateí, 05/10/1897). Hugo Bertozzi "data 21 ouctobro 1899" (1219, reforma completa do mictório da rua General Carneiro, 21/10/1899); Antonio Bianchini "data 5 di Aprile 1900" (1283, fornecimento de areia para reparação de calçamento, 05/04/1900).

A importância de tal participação é ampliada, ainda, ao se considerar outras circunstâncias que na época estavam ligadas de modo tenso à presença dos estrangeiros na cidade. Os conflitos e as desconfianças em relação aos imigrantes foram acentuados naquele momento por situações como a determinação de naturalização de todos os brasileiros, estabelecida logo após a instauração do governo republicano; as instabilidades sociais relacionadas às manifestações contrárias à imigração para o Brasil por parte da Itália, com repercussões que resultaram em conflitos e prisões na capital; as constantes reclamações dos comerciantes contra as atividades dos "ambulantes" nas ruas da cidade, voltadas decisivamente contra estrangeiros.[173] Não me parece possível afirmar categoricamente que as relações dos estrangeiros com o setor de obras públicas na capital paulista, em especial através dos contratos, significavam garantias de participação e apaziguamento das tensões existentes. Na verdade as alianças que se estabeleciam eram por vezes ambíguas e heterogêneas, mas é possível notar na intensa participação dos estrangeiros nas obras uma relação dinâmica pautada por expectativas positivas e negociações de espaços de

---

[173] As referências aos conflitos em São Paulo estão em Munhoz, que observa a presença estrangeira e os constantes conflitos entre nacionais e italianos (ou mesmo abusos de policiais contra esses estrangeiros) e apresenta indícios de certa animosidade em relação aos imigrantes, dadas as vantagens supostamente obtidas por estes para viagem e melhores empregos. Para dados sobre a naturalização dos estrangeiros, ver Carvalho, embora o autor interprete a participação estrangeira e naturalização como vinculadas à noção de "cidadania inativa", tomando-a estritamente em termos eleitorais. Boris Fausto indica a dificuldade de integração nas dinâmicas da sociedade paulista, em especial no setor público, por parte de estrangeiros, mas no campo das obras esse fato não me parece amplamente passível de comprovação. Por outro lado Siriani apresenta numerosos exemplos de profissionais de origem germânica envolvidos direta ou indiretamente em trabalhos públicos, principalmente através do exercício de profissões liberais ou afins, sempre destacando o suposto prestígio que desfrutavam ao longo do século XIX. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, capítulo 3; FAUSTO, Boris. "Imigração: cortes e continuidades". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 4: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 13-61 e também *Negócios e Ócios: histórias da imigração.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997; MUNHOZ, Sidnei. *Op Cit;* SIRIANI, *Op. Cit.*, principalmente a segunda parte.

atuação.[174] O que me parece mais significativo nesse processo se refere ao papel dos saberes e práticas especializados nessas negociações, aparentemente emprestando aos empreiteiros sua validade reconhecida e o poder simbólico positivo a eles relacionado naquele momento. Nesse sentido, são fundamentais para a atuação desses empreiteiros, notadamente os estrangeiros, a apropriação desse "capital simbólico" inerente a tais conhecimentos, tomando-os como instrumentos para suas ações – inclusive nas reivindicações e pressões diante dos mesmos poderes públicos – e também como formas de distinção, ascensão, reconhecimento. É, nesse sentido, um instrumento político.[175]

Entre os empreiteiros ou contratadores de obras, alguns acabam se especializando na execução de determinadas atividades, aprimorando as técnicas e

---

[174] Para pontuar as ambigüidades que também poderiam estar presentes nessas tensões, indico um abaixo-assinado subscrito por mais de cem comerciantes da cidade, encaminhado à Câmara em 1895, protestando contra o comercio ambulante que, segundo afirmam, "ultimamente tem constituído, sob todos os pontos de vista, a perdição dessa futurosa Cidade". Relacionam no documento a promoção da imigração em larga escala "após abolição pela lei de 1888", mas uma "imigração foi desnorteada", "verdadeiro despejo que só tem trazido a calamidade", visto que "os colonos permanecem nas colônias agrícolas até juntarem 200 a 400$000, não se casam, não constituem família e vão para as cidades dedicar-se ao comércio ambulante" (que também denominam "comércio de vagabundos", de "marimbondos", de "contrabandistas"). O que chama atenção no documento, além do vocabulário agressivo empregado em um pedido que em sentido prático se direcionava apenas a solicitar a fiscalização higiênica do comércio ambulante, é a presença massiva de estrangeiros entre os signatários, a maior parte deles revelando pouca familiaridade com a língua portuguesa (indicam, por exemplo, a localização de seus estabelecimentos comerciais com o registro: "rua de S. Giovanni", referindo-se à São João, e se identificam como "negoziantes"). Processo da lei n.189, de 12/12/1895. AHMWL-FCMSP, Vol. 2180.

[175] As reflexões de Bourdieu sobre as lutas simbólicas no campo político apontam nessa direção, notadamente ao demonstrar a forma como os "produtores culturais" promovem por sua atuação um desvio de "capital cultural acumulado", permitindo aos "dominados" os meios de constituição objetiva da sua visão de mundo e da representação de seus interesses "numa teoria explícita e com instrumentos de representação institucionalizados". BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, pp. 152-153. Também as instigantes reflexões de Thompson acerca da apropriação da noção de tempo e disciplina sob o capitalismo, empregadas pelos trabalhadores também como instrumentos de luta política, são importantes no encaminhamento dessas reflexões. "Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial" In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 267-304.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

provavelmente as táticas para vencer várias das concorrências feitas pelo poder público – além de certamente conseguir cumprir todas as cláusulas contratuais, algumas rigorosas em relação aos fiadores, ao depósito prévio de garantia da obra e ao período de conservação das mesmas, em que o empreiteiro não recebia o pagamento respectivo. O empreiteiro Raphael Ficondo assina mais de vinte contratos com o poder público – revelando em cada assinatura certa dificuldade em relação à língua escrita, também datando vários contratos em italiano – e acaba se convertendo em um *especialista* em obras hidráulicas. É provável que tenha continuado a cumprir esses contratos no período posterior a 1903 (quando a documentação pesquisada se torna lacunar), pois sua atuação como empreiteiro tem início nos últimos anos do século XIX, sendo cada vez mais ampliada. Outro dado interessante que me leva a supor essa continuidade é a existência de uma rua na capital em homenagem a Ficondo. Segundo a ficha existente na Seção de Logradouros do AHMWL, o pedido para essa homenagem foi feito em 1954, com a seguinte justificativa:

> Rafael Ficondo foi um dos grandes empreiteiros da Prefeitura de São Paulo. Foi chamado de "pai dos tubos de captação e escoamento de águas pluviais". De fato, foi ele quem trouxe para o Brasil tal novidade. Além disso militou no Brasil, em São Paulo, com grande intensidade, nos serviços públicos.[176]

Destacado, portanto, por seus trabalhos relativos aos melhoramentos, às "obras d'arte", o empreiteiro deve ter sido percebido por algo que o distinguia dos outros, já que todos permaneceram praticamente desconhecidos.[177] Entre esses,

---

[176] Ficha Referente à Nomenclatura de Rua: Rafael Ficondo.Cadlog 16814-9. Antiga rua da Paz. Começa na Estrada do Cursino e termina no córrego do Moinho- 22º subdistrito: Saúde. Lei 5190 de 24/05/1957. Histórico: no dia 01/09/1954 o vereador Farabulini Júnior apresentou o projeto de lei no 391/54.

[177] Há sinais de distinção nos registros, mas como empreiteiros seguem as mesmas condições Florimond Colpaert, a assinatura "artística" de Colpaert tem como complemento nos contratos 575, 586, 588 e 598 a especificação: "Architecto" (575, reparos no cemitério da Consolação, 28/03/1894); Saturnino da Veiga, o contratado assina Engenheiro Saturnino da Veiga (1019/484, obras reboco e caiação de muro no

Ficondo é exceção, sendo o único entre os empreiteiros mais recorrentes nos contratos do qual localizei alguma informação – embora permaneça em certo sentido ainda desconhecido enquanto é citado como endereço.[178] Assim, considero significativa essa lacuna, e parece-me estar nessa ausência também um aspecto importante para aprofundar as reflexões sobre o alcance dos saberes aqui envolvidos e sua capacidade/possibilidade de circulação na sociedade. Parece-me, assim, dissipadas ou relativizadas as certezas em relação à suposição da prevalência dos engenheiros e dos seus técnicos na condução dessas obras públicas. Não há dúvidas de que o que prevalece, nessa rede plural de intercâmbios, é o saber – ou saberes e práticas – dos *especialistas*, e não os profissionais formados institucionalmente com o auxílio de escolas como a Politécnica. Eles estão presentes e ampliam suas possibilidades de ação, mas sua atuação não é imprescindível diretamente. Na verdade, essa ação acaba adquirindo outros sentidos em intervenções indiretas, na difusão dos saberes técnicos sobre a cidade e, nesse processo complexo de inter-relações e influências, constituem com outros grupos os saberes dos *especialistas*.

Largo do Carmo, 13/03/1897) e em outro assina engenheiro civil (1048/553, construção de muro e pequenos melhoramentos do Largo do Carmo, 10/04/1897). Por outro lado, Giacomo Giglio & Cia, trata-se de uma Companhia formada por Giacomo Giglio, Pedro Gallo e Paulo Giraldo. (640, calçamentos de 3º grupo de paralelepípedos do plano geral, 25/04/1895). Mas em geral assinaturas que demonstram pouca familiaridade com a língua como Antonio Manuel da Guerra e Francisco Antonio Guerra, para nivelamento da rua do Pacaembu de Cima, 28/11/1885 (267) se distinguem pela pouca familiaridade, e João Ferraz de Campos assina a rogo de Antonio Manuel. Além de Ficondo, outro registro de reconhecimento do trabalho de um empreiteiro aparece na narrativa de Moreira Pinto, ao registrar suas impressões sobre o barracão do Largo de São Paulo: "tem no centro um pequeno chafariz com as seguintes inscrições: Intendente, J. T. Piza e Almeida – Construtor, José Maragliano. 1895 – Concluído, maio de 1898. Intendente de Obras Dr. Gomes Cardim." PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900, impressões de viagem*. 2ª. edição fac-similar, Col. Paulística, vol. XIV, São Paulo: Governo do Estado, 1979 (1ª. edição pela Imprensa Nacional, 1900), pp. 264-265.

[178] Mesmo tendo ampliado a busca de referências a esses empreiteiros em livros de variada natureza (dicionários biográficos, monografias de comunidades estrangeiras, bibliografia referente a escolas técnicas, trabalhadores, associações e obras), não foi possível localizar qualquer informação.

Volto, pois, a pensar as conseqüências dessa ampliação dos usos dos saberes científicos para a sociedade, para a cidade, para a própria participação dos citadinos no espaço urbano. Se por um lado o alargamento desses grupos de *especialistas* parece ampliar também as possibilidades de ações de setores da população, por outro a prevalência dos saberes científicos traz limites que me parecem cada vez mais significativos para essa mesma atuação, aos poucos dando origem a uma certa desmobilização da participação, com conseqüências importantes no nível da cidadania. Não se trata de um impedimento ou embate relacionados à aura de neutralidade que envolve os saberes científicos, mas de empecilhos outros, ligados à burocratização e ao distanciamento da população em relação ao corpo político – no sentido explicitado anteriormente nas dinâmicas das posturas municipais. Parece-me que as escolhas voltadas a uma apreensão técnica do espaço e da experiência urbana não podem ser entendidas, como promete o discurso "progressista" das ciências naquele momento, como uma garantia de liberdade, de autonomia para a própria cidade. Esse momento tenso e negociado que trato ao longo desta tese me parece uma primeira despedida da crença nessas "promessas" dos saberes e práticas das ciências, e uma entrada em outra forma de experiência urbana, de urbanidade, de espaço político.[179] A cidade é fonte de direitos reais, para além do conteúdo positivo da própria noção de progresso – que é por princípio ilimitado. Ter direito à cidade significa pois, o direito de participação nos valores, aqueles que distribuem desigualmente o mercado, e outros que se distribuem sob a forma de fluxos destinados a todos os valores simbólicos – são indicativos importantes para se

---

[179] Parece-me sugestiva, nesse sentido, a observação crítica de Mumford ao analisar as conseqüências para a sociedade contemporânea do desenvolvimento dos saberes das ciências: "Mas a fada boa que presidia ao desenvolvimento da técnica não conseguiu prever a maldição que acompanhava esta dádiva genuína: uma maldição que vinha de um autêntico excesso de confiança no formal, no quantitativo, no mensurável, no externo. Por isso a nossa vida interior ficou empobrecida: não só nas fábricas como em toda a sociedade, a máquina automática tende a substituir a pessoa e a tomar todas as decisões por ela." MUMFORD, Lewis. *Op. Cit.*, p. 15.

entender a participação na cidade, mais que a distribuição material de suas benfeitorias, até.[180]

Não são os saberes especializados ou as ações individuais dos *especialistas*, sejam os profissionais autorizados pelos conhecimentos da academia, sejam os construtores balizados por sua prática e aprendizado cotidiano, que possibilitam a mobilização mais intensa, efetiva e eficiente no campo das obras públicas na cidade de São Paulo. A própria noção de *melhoramentos urbanos* desempenha aqui papel mais relevante que os saberes, no sentido que permite uma aproximação de várias naturezas e assim se liga a idéia de costume, comunidade, corpo político. O que conferia certa identidade e identificação à experiência urbana na capital na passagem do século XIX para o XX estava posto em grande parte nessa percepção: uma cidade *em obras*, em *melhoramentos* – entendidas, ambas como imagens positivas.

---

[180] ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. *Penser la Ville. Choix dês textes philosophiques*. Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989, pp. 42-46.

"A própria função mecânica repousa em valores humanos: o desejo de ordem, de segurança, de poder; mas presumir que estes valores são, em qualquer circunstância, os predominantes, que excluem a necessidade de outras qualidades, é limitar a natureza do próprio homem unicamente às funções que servem à máquina." Lewis Mumford[1]

"O século XIX não soube corresponder às novas possibilidades técnicas com uma nova ordem social. Assim se impuseram as mediações falaciosas entre o velho e o novo, que eram o termo de suas fantasmagorias. O mundo dominado por essas fantasmagorias é – com uma palavra-chave encontrada por Baudelaire – a Modernidade." Walter Benjamin.[2]

EPÍLOGO: MODERNIZAÇÃO NO PLURAL

Uma cidade nova, pontuada por diferentes relações, emerge do complexo conjunto de transformações que transfigurava a capital paulista nos fins do XIX. Relações que tensionavam diversos grupos sociais, diferentes propostas políticas, aspectos culturais plurais, apreensões discordantes e diversas de cidade e de *melhoramentos urbanos*, enfim, situações nas quais dialogavam noções então bastante dilatadas de mudança, de *modernização*.[3] Ao mesmo tempo em que um ambiente –

---

[1] MUNFORD, Lewis. *Arte e Técnica*. Porto: Edições 70, 1986. p. 107.

[2] BENJAMIN, Walter. "Paris, Capitale du XIXe siècle" (1939), a partir da versão alemã da tradução, citado por BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: a representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 24.

[3] Assim como as expressões grafadas em itálico ao longo deste trabalho (*especialista/especializado, em obras, melhoramentos*), também *modernização* é assim

físico e social – amplamente alterado era constituído nesse processo, as mesmas mudanças engendravam outras transformações e, nesse movimento dialético, impulsionavam ainda novas perspectivas de maiores e persistentes alterações na experiência urbana. Para os sujeitos envolvidos nesse processo o movimento contínuo de uma *cidade em obras* parecia gerar uma certa vertigem: admiração, fascínio e expectativa pelo porvir colocavam-se ao lado desse processo intenso e complexo. Que experiência teria sido esta, de viver numa *cidade em obras*? Como teria sido percebida em relação ao passado e ao futuro de São Paulo?

"A capital transforma-se rapidamente. E, *como por encanto*, as suas planícies, ermas e sem valor em outro tempo, cobrem-se de edificações inúmeras, aninham-se, povoam-se e passam a valer milhões."[4] Com essas palavras o engenheiro Theodoro Sampaio retratava em 1900 um dos momentos mais marcantes na transformação urbana de São Paulo. Realçava as mudanças ocorridas a partir de meados do século XIX, com especial atenção à renovação material, que conhecia pontualmente – considerando-se suas competências profissionais e outras áreas às quais se dedicava. Além de atuar em diversos setores das chamadas obras públicas em São Paulo, Theodoro Sampaio interessava-se também por geografia, antropologia e história, além de cultivar relações políticas importantes e manter-se informado sobre os "assuntos palpitantes" na época.[5] Com tais qualificações dignas de um

---

registrada para que seja possível analisá-la claramente como conceito histórico, e não como categoria ou vocábulo que remeta diretamente à idéia de "atualização" – ou as correlatas *modernidade* e atualidade. *Modernização* é tomada aqui como um conceito operante, de significados historicamente anotados e, estritamente na abordagem que proponho, um conceito *plural*.

[4] SAMPAIO, Teodoro. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978, p. 99 9grifo meu).

[5] Trabalhou na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo na década de 1880, participou da construção de ferrovias e portos, chefiou a Repartição de Águas e Esgotos do Estado, elaborou vários pareceres técnicos ligados ao gerenciamento da cidade (como a análise de propostas para rede de esgotos em Santos e a canalização do rio Tietê em São Paulo) e trabalhou na Comissão de Inspeção de Habitações Operárias e Cortiços de Santa Efigênia em 1893. Mantinha relações de colaboração com o conselheiro Antonio Prado e outros políticos de prestígio na capital.

politécnico do Oitocentos seria plausível supor que o destaque dado pelo engenheiro às modificações no espaço da cidade estivesse ligado especificamente a seus interesses pessoais, a sua formação e atuação. Sem desprezar tal sugestão, evoco aqui os registros de Theodoro Sampaio em outra perspectiva. Tomando-o como um depoimento informado e *especializado*, procuro pontuar diferentes apreensões e impressões referenciadas no mesmo contexto de transformação, e que vêm contribuindo na constituição de certa imagem da capital norteada pela noção de prosperidade constante, de movimento continuamente revigorado.

Talvez seduzido pelas possibilidades literárias da linguagem, o engenheiro tenha registrado todo o impacto das aceleradas transformações ocorridas por meio de uma expressão singela: "como por encanto". Figura de retórica que parece traduzir certa apreensão da rapidez das transformações, tão velozes que podiam escapar à compreensão dos sentidos. Observar o uso de tal imagem não tornaria razoável atribuir-se a Sampaio a aposta no poder de uma magia, de um "encanto", para explicar as mudanças então processadas – principalmente considerando tratar-se do mesmo profissional capacitado para, entre outras ações similares naquele momento, decidir a respeito da adequação de um minucioso levantamento topográfico e cadastral da cidade, e ainda avaliar com rigor as impropriedades técnicas de habitações julgadas insalubres em São Paulo. Ele seguramente poderia situar em termos técnicos ou por meio da explicação de evidências materiais o intenso processo de mudanças pelo qual passava a capital. O recurso literário, nesse sentido, chama a atenção precisamente por tratar-se de uma apreensão informada, *especializada*, e assim sugere que os acontecimentos vivenciados na passagem do século XIX para o XX na capital paulista foram impactantes para

---

Analisando os diários do engenheiro, o estudo feito por Costa revela uma interessante passagem, em que teria visitado com Prado a então polêmica e preocupante Várzea do Carmo, a fim de combinar as obras a serem feitas, em 1902, ocasião em que teriam discutido também planos de conjunto para embelezamento de viadutos e o Jardim da Luz. COSTA, Luiz Augusto Maia. *O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Paulo: RiMa Ed./FAPESP, 2003, p. 247.

diversas sensibilidades: do olhar técnico ao passante, dos estudiosos da história aos registros de memorialistas, dos recém-chegados aos viajantes, dos administradores aos poetas. Os registros e as análises sobre esses impactos são amplos e variados, e abarcam, entre outros, trabalhos de memorialistas, literatos, viajantes, estudos históricos e comparativos – como o interessante trabalho de síntese de Freitas que mapeou em sua "Plan'Historia" algumas significativas transformações processadas na cidade ao longo do XIX, ou ainda o expressivo registro fotográfico das mudanças na aparência da cidade, feito por Militão de Azevedo para as décadas de 1860 e 1880.[6] Em sentido figurado também parecem colocar a capital paulista da transição para o século XX na perspectiva de uma *cidade em obras*, constituindo decisivamente o repertório sobre seu processo de *modernização*.[7]

Imagens desse processo – iconográficas ou textuais – são constantemente assinaladas por uma grande quantidade de trabalhos que versam sobre a história da capital, enfocando questões sociais ou culturais, o processo de desenvolvimento econômico, a industrialização, a urbanização e suas amplas decorrências. Mesmo em estudos que não têm a cidade como objeto as referências a essas transformações estão continuamente presentes, notadamente como explicação

---

[6] "Plan'Historia da cidade de São Paulo, 1800-1874" por Affonso A. de Freitas, publicada em FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e Reminiscências Paulistanas*. 3ª edição. São Paulo: Governo do Estado, 1978. O trabalho do fotógrafo Militão Augusto de Azevedo. *Álbum Comparativo da cidade de SP 1862-1887*. Texto de Benedito Lima de Toledo, Boris Kossoy e Carlos A. C. Lemos. São Paulo: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Cultura/DPH, 1981. cf. *Cadernos de Fotografia Brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto Moreira Salles. Número 2, janeiro de 2004, edição especial comemorativa da passagem do 450º aniversário da cidade de São Paulo. O mesmo Freitas cuidou também de registros fotográficos preciosos dessas transformações, embora sem o caráter profissional que marca a obra de Militão, reunido em parte em *Álbum de Afonso: a reforma de São Paulo*. Textos de Carlos A. C. Lemos, projeto e curadoria Emanuel Araújo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2001.

[7] Refiro-me, neste ponto, a trabalhos mencionados ao longo do texto, voltados à constituição de uma certa memória histórica da cidade no período em questão, aos quais também Brefe se refere em seu estudo sobre os memorialistas. BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A Cidade Inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.

para as alterações no cenário do estudo realizado, ou ainda como maneira de reforçar certos marcos entendidos no sentido de rupturas, separando uma cidade "atrasada" e outra "progressista". As descrições da capital anotadas por Moreira Pinto em 1900 são exemplares, nesse sentido, pois registram de forma abrangente e precisa as questões que então demarcavam tais oposições, norteando seu olhar por aspectos estéticos, sanitários, e principalmente por uma ênfase positiva nas transformações, no movimento da cidade próspera.[8] Algumas imagens anotadas por ele foram constantemente retomadas e tornaram-se referências, mesmo que indiretamente mencionadas. A narrativa sobre a chegada a São Paulo, por exemplo, a partir do Brás seguida da expressiva travessia da Várzea do Carmo norteia claramente as imagens construídas por alguns estudos sobre a capital, como Toledo. A partir da passagem pela ponte, significativamente são apontados por Moreira Pinto os sinais da prosperidade da cidade, com sua "febril circulação de milhares de indivíduos" e a "infinidade de casas comerciais" que marcariam também a passagem da cidade antiga para o novo centro urbano.[9]

---

[8] As anotações são marcadas por várias oposições e norteadas por uma comparação de fundo: a cidade em 1900 é comparada a suas lembranças e experiências vividas nela trinta anos antes. Refere-se, por exemplo, mais de uma vez, à movimentação da população pelas ruas da cidade, principalmente em função do comércio, ("movimento descomunal de transeuntes" na rua 15 de Novembro, afirma ser "incalculável o número de pessoas que pela manhã percorrem" a rua General Carneiro, entre outras observações). Mesmo a linguagem do autor é alterada ao descrever as áreas novas ou transformadas da cidade, visto que a listagem sucessiva das novidades, traçando um panorama dinâmico a partir de suas impressões, imprime velocidade ao próprio texto. PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900, impressões de viagem*. 2ª. edição fac-similar, Col. Paulística, vol. XIV, São Paulo: Governo do Estado, 1979 (1ª. edição pela Imprensa Nacional, 1900).

[9] Moreira Pinto acentua alguns aspectos desfavoráveis à apreciação da capital por quem desembarca na Estação do Norte, vindo do Rio de Janeiro. Entrando na cidade pelo Brás e atravessando a "extensa e maltratada" Várzea do Carmo para chegar ao centro, o viajante só começaria a formar uma boa impressão da cidade ao perceber seu movimento e "animação das grandes cidades européias." A apreensão panorâmica de Toledo, entre outros, daquilo que chama "evolução urbana" da cidade de São Paulo apresenta pontos de contato com os apontamentos de Moreira Pinto, e estabelece uma narrativa recorrente sobre a cidade. PINTO, Alfredo Moreira. *Op. Cit.*, pp.24-25. TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

Torna-se então recorrente uma imagem positiva dessas mudanças na cidade, não raramente tomando de empréstimo mesmo o vocabulário de alguns registros contemporâneos às transformações descritas, e de memorialistas – como renovação, melhoramento, embelezamento ou apenas *modernização* – que marcadamente carregam heranças dos julgamentos de valor elaborados no "calor da hora", quando se processavam tais mudanças.[10] Tal apropriação acaba transferindo para os estudos sucessivas traduções de uma dada concepção do progresso e da *modernização*, não raramente subvertendo-a em um discurso linear e hegemônico, inclusive remetendo-o a supostos programas de um único setor da sociedade. Ao entrecruzar o discurso positivo do progresso tomado dos contemporâneos às interpretações relativas ao processo de urbanização largamente apoiadas em análises estruturais, muitos estudos acabam, por um lado, reafirmando os valores tomados como *modernos* nos momentos descritos, e por outro revigorando como pressuposto de análise o domínio das elites políticas e econômicas.[11] Certamente não afirmo a

---

[10] Bresciani aponta com propriedade a presença marcante de imagens positivas das transformações de São Paulo como identificadoras da própria cidade. Compara, assim, as descrições de Moreira Pinto a outros registros de memorialistas, observando a recorrência da noção de contraste e oposição entre o velho e o novo nas narrativas sobre a São Paulo no período – diferença mantida mesmo quando os registros apontam discordâncias quanto ao momento inicial dessas transformações. Afirma, em relação à apreensão do autor sobre a cidade, que a ênfase dada às modificações na paisagem imprimem uma "relação estética entre o movimento e o crescimento", diferenciando-se da cidade acanhada do passado. Para ela, nessa oposição encontra-se a primeira marca identificadora da cidade, a alteridade: "O registro do contraste entre o novo e o velho, o impacto da velocidade a imprimir um ritmo que lhe vem de fora e a certeza da invasão, se impõem entre as imagens da cidade como o de um momento em que ela se deixou levar pela voracidade dos tempos modernos, centro distribuidor de café, indústrias se instalando, imigrantes europeus formando o batalhão do trabalho, novas línguas, novos hábitos." BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Imagens de São Paulo: estética e cidadania". In: FERREIRA, Antônio, LUCA, Tania Regina de, IOKOI, Zilda Grícoli (Orgs.). *Encontros Com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, pp. 11-45.

[11] Um ensaio elaborado na década de 1970 por Viotti da Costa sobre o processo de urbanização brasileiro no século XIX é significativo como síntese de determinadas matrizes de análise com larga repercussão na historiografia sobre cidades. Apresenta um esquema de análise enfaticamente baseado em abrangentes temas de caráter estrutural que teriam determinado todas as transformações na sociedade ao longo do

XIX: base econômica agrário-exportadora, sistema político paternalista e clientelista, marginalização das maiorias, excluídas ou alienadas em relação às variáveis do processo.a estrutura se repetiria nas cidades, mesmo após a introdução de algumas modificações, como o incremento da economia cafeeira, a expansão da rede ferroviária e a abolição da escravatura, a partir da década de 1850. A autora indica a permanência de "valores aristocráticos" e determinações econômicas no processo de urbanização no período, que resultaria, em última instância, em modernização sem mudança: "a natureza do processo de desenvolvimento, preservando intactas as estruturas fundamentais da economia brasileira durante o século XIX seria responsável pela sobrevivência de estruturas de dominação, valores e formas de comportamento compatíveis com a sociedade tradicional." Interpretações com abordagens semelhantes deixam larga herança na historiografia, obliterando a compreensão das dinâmicas e contradições existentes no processo estudado. Embora raramente referenciadas diretamente, visões fortemente marcadas por esquemas explicativos e estruturais, como essa, tornaram-se significativamente recorrentes na bibliografia sobre urbanização, presentes notadamente ao se vincular as renovações urbanas a "valores burgueses" de modo natural e pouco esclarecedor, ou ainda ao se reduzir a cidade a um projeto estratégico das elites políticas. Por exemplo, na difundida *História da Vida Privada no Brasil*, Marins parece tomar como pressuposto tal visão, a rigor reelaborada na idéia de vizinhança. Analisando a construção de novos espaços na capital paulista da virada do século XIX-XX, afirma que os "novos bairros elegantes, adequados aos preceitos sanitários, plásticos e comportamentais gerados no cotidiano burguês das cidades européias, conseguiu forjar em São Paulo uma mancha contínua de vizinhanças homogêneas", estas estreitamente ligadas à idéia de "civilização", segundo ele. Interpretação semelhante, também obliquamente apoiada nas estruturas explicativas de oposição parece nortear a noção de "segregação" na cidade de São Paulo, elaborada por Rolnik e acompanhada também por outros estudos recentes. Eudes Campos, por exemplo, emoldura toda sua vasta pesquisa sobre a arquitetura paulista imperial nos "projetos da burguesia" emergente, enunciando tal matriz interpretativa ao introduzir seu amplo estudo. Especificamente no caso da capital paulista, o entrecruzamento das análises estruturais com os discursos de "civilização" identificados às elites resulta ainda em outra visão, igualmente fértil na bibliografia, que opõe a presumida vida pacata da cidade no Setecentos com a emergência da metrópole cosmopolita no século XIX, novamente ocultando as fissuras e a pluralidade desses processos históricos – "São Paulo chegava à República recuperando-se do marasmo que estendera o aspecto setecentista até meados da década de 1870", afirma também Marins. O estudo de Montóia sobre a capital fornece elementos interessantes para se relativizar esse referenciado marasmo, atribuindo sentido político às oposições na metrópole, sintetizadas na idéia de sombra e luz na cidade. MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. *Cidade e Política: São Paulo no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1990. Outras indicações citadas nesta nota: COSTA, Emília Viotti da. "A urbanização do Brasil no século XIX". In _____ *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Unesp, 7ª edição, 1999; MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.), *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3 - República: da Bélle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 131-214; ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Col. Cidade Aberta. São Paulo: Studio Nobel-Fapesp, 1997; CAMPOS, Eudes. *Arquitetura Paulista sob o*

inexistência de movimentos decisivos no sentido do predomínio de certos grupos sociais nesse processo marcado fortemente por procedimentos de exclusão e diferenciação. Para além dessa caracterização, procuro dar relevo à imprudência de análises apoiadas nessa dupla herança interpretativa – discurso de *modernização* e projetos hegemônicos – que dificultam a compreensão das complexidades do processo, incorrendo no risco de se ocultar as fissuras, as contradições e os embates também nele fortemente presentes.

Por essa dinâmica, acabam apontando as transformações ocorridas na capital paulista como uma série de benfeitorias implementadas pelos poderes públicos e/ou de iniciativas particulares, empreendidas para a constituição desse ambiente renovado. Um ambiente em harmonia com os supostos "valores das elites", como se identificassem a predominância inquestionável de um projeto hegemônico excludente, por um lado, e reafirmassem a necessidade e/ou importância das obras, sem observar-lhes algum conteúdo político e ideológico, por outro. Reforçam, nessa medida, certo paradigma de interpretação progressista filiado a discursos supostamente lineares de um processo *modernizador* sem questionar-lhe a procedência ou outros possíveis significados.[12] A permanência de interpretações pautadas nesses

---

Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1997, 4 vol. (especificamente a introdução, no 1º vol.), entre outros.

[12] Estudos voltados a aspectos culturais são particularmente freqüentes nesse sentido, pois parecem incorporar com maior naturalidade as matrizes de análise estruturais ou suas decorrências, repetindo como preposto de seus estudos o progresso "em ritmo acelerado" de São Paulo. Camargos, por exemplo, estudando a *Belle Époque* paulistana pelas relações e atividades culturais de Freitas Valle apóia-se num esquema explicativo constantemente retomado: rompendo com a tradição do campo e do passado "atrasado", aspirando ao cosmopolitismo e à "civilização", a capital progredia. Afirma, contextualizando seu estudo temporalmente no início do século XX: "Sob o influxo comercial da concentração de recursos financeiros e da assimilação dos novos preceitos e valores burgueses europeus, a capital viu surgir palacetes, avenidas, desenhadas para receber os automóveis e diversos tipos de indústrias." Nesse mesmo sentido, também Naclério Homem, analisando detidamente as formas de morar e construir dos palacetes em período semelhante, declara: "nasceu a 'capital' dos fazendeiros de café". CAMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial: crônica da Belle Epoque paulistana.* São Paulo: Senac, 2000 (citação p. 32); HOMEM, Maria Cecília

paradigmas pode limitar a compreensão das experiências vivenciadas na cidade, além de constituírem, em última instância, uma visão linear, organicista e até teleológica de história urbana relacionada à própria história da cidade. Deixam de lado a interpretação dos projetos políticos inerentes às escolhas implicadas na transformação urbana, enquanto ocultam sentidos diferentes a respeito de noções como mudança e *modernização*.[13]

Algumas afirmações empregadas na descrição das transformações na paisagem urbana chamam a atenção pela recorrência a tais paradigmas. Nesse sentido, os julgamentos e descrições de Theodoro Sampaio não constituem exceção nem entre os contemporâneos nem para grande parte dos estudos posteriores. Embora me pareça uma possibilidade convidativa de análise, não abordarei

---

Naclério. *O Palacete Paulistano e Outras Formas de Morar da Elite Cafeeira, 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (citação p. 85).

[13] É significativo, ainda, pontuar a preponderância de interpretações que buscam relativizar tais paradigmas entre análises votadas aos estudos de espaços ou grupos considerados excluídos. São interpretações declaradamente atentas às contradições e às discrepâncias identificadas nos processos de transformação, mas invariavelmente tomadas pela visão das maiorias marginalizadas. O instigante estudo de Wissenbach, por exemplo, também anotado na *História da Vida Privada* citada, acrescenta elementos bastante interessantes para se pensar as contradições do processo de transformação da capital, ao acompanhar as experiências de constituição da liberdade de ex-escravos na capital: "Obliterar formas sociais e de convívio dissonantes ao projeto modernizador, negar a diversidade da nação por meio de um discurso que homogeneizava, foram intenções claras dos registros históricos produzidos no período que vimos abordando." Sem dúvida acrescentam elementos de grande significado para a compreensão da pluralidade e dissonâncias presentes nos processos históricos estudados, mas ainda assim parece-me que as interpretações dos projetos "hegemônicos e lineares" de modernização e "civilização" permanecem intactas. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Da Escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.).*Op Cit.*, pp. 49-130. Outros estudos norteados pela busca das fissuras do processo: MUNHOZ, Sidnei. *A Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: FFLCH-USP, 1997, SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 1998, entre outros citados ao longo do trabalho. Importa ainda pontuar que, a despeito de não ter como objetivo uma revisão crítica da bibliografia sobre cidades ou sobre a capital paulista do ponto de vista historiográfico, as leituras e análises inerentes à elaboração deste trabalho tornaram evidente a pertinência e a relevância de tal tarefa, e nesse sentido estas notas apontam apenas algumas direções possíveis de reflexões.

diretamente, neste epílogo, a produção bibliográfica sobre esse momento de grande transformação na capital, visto ter dialogado com ela ao longo do trabalho. Procuro esclarecer a importância para certas leituras da cidade dos paradigmas apontados, voltados à transformação da capital, e nessa perspectiva coloco em questão o próprio conceito de *modernização*, abarcando as maneiras plurais de apreensão das mudanças em curso por diferentes grupos sociais. Todo o estudo feito me permite, neste ponto, afirmar que o paradigma modernizador na cidade de São Paulo às vésperas do século XX expressa simultaneamente divergências e consonâncias, que desvelam tensões e conflitos, também eles *modernos*.[14]

---

[14] Muitas análises tocam a questão do moderno/modernização partindo de aspectos diversos a ela relacionados, e entre eles destaco o abrangente panorama dessa temática empreendido por Berman, principalmente por tomá-la como uma "experiência vital" compartilhada de modos diferentes em tempos e lugares também diferentes. Enfatiza os paradoxos e ambigüidades da experiência moderna indicando as formas contraditórias com que opera noções, dialeticamente postas, de permanência e mudança. O autor busca indicativos dessa experiência em muitas obras – de várias expressões da arte e também de intervenções urbanas, tomadas no exemplo de Nova Iorque – e pontua entre eles o paradigmático Walter Benjamin, notadamente em suas reflexões sobre o poeta Baudelaire. Aponta com propriedade as maneiras como as impressões de Benjamin são marcadas essencialmente pela experiência moderna, na medida em que sua sensibilidade o atrai para as seduções da vida urbana e ao mesmo tempo o faz perceber a opacidade e o caráter opressivo dessa realidade. Destaca-se, assim, um dos elementos essenciais da *modernização*, que consiste em seu caráter paradoxal, contraditório e tenso. Interessa também nesse sentido a idéia de que a *modernização* implica em um modelo ideal de sociedade e de futuro sobreposto às perturbações do presente, revelando sua dimensão de impulso para uma nova realidade, ao menos como sensibilidade. Lembro nesse sentido o trabalho de Schorske sobre as intensas transformações espaciais, políticas e culturais vivenciadas em Viena na segunda metade do século XIX. Ao detalhar os impasses e as escolhas que envolveram, por exemplo, as expressivas reformas efetivadas na região central da cidade o autor deixa indícios claros de tensões implicadas nessa experiência moderna, notadamente por meio das propostas em certa medida opostas de Camillo Sitte e Otto Wagner. Ainda pensando as tensões da experiência moderna nesse campo das intervenções e projetos urbanos, lembro as aproximações entre o mesmo Sitte e o engenheiro brasileiro Saturnino de Brito, analisadas por Andrade. O autor aponta algumas semelhanças nas concepções desses especialistas para destacar a dificuldade da tarefa de Brito ao tentar "conciliar concepções estéticas de Camillo Sitte com a necessidade de previsão do crescimento das cidades" e, nesse sentido, conciliar passado, presente e futuro, estética e salubridade, arte e técnica. Não estaria sintetizada, nessas tensões, a essência da experiência moderna? ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. "De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito" In: SITTE, Camillo. *A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Ática, 1992, pp. 206-234; BERMAN, Marshall. *Tudo o Que é Sólido Desmancha no Ar: a*

Entre as intensas transformações ocorridas na cidade de São Paulo na passagem do século XIX para o XX, algumas iniciativas no campo das obras urbanas mereceram destaque como ações *modernizadoras* Projetos como a construção do Viaduto do Chá – primeira importante intervenção a possibilitar a "passagem" do núcleo central da cidade para as áreas "além-Anhangabaú" –, a edificação do Teatro Municipal e a execução de melhoramentos urbanísticos no Vale do Anhangabaú, por exemplo, foram entendidos como sinais proeminentes dessas ações. Apesar de significativas e impactantes, tais transformações não foram percebidas e compreendidas da mesma forma por todos que vivenciaram tais experiências no espaço da capital. Há diferentes significados e dissonâncias que podem ser ocultados sob a abrangente idéia de *modernização*, expressas, por exemplo, nos projetos que envelheceram nas pranchetas, sem deixar a sala de sessões da Câmara ou o gabinete do Prefeito, ou ainda nas dinâmicas que originaram obras de menor impacto – ao menos nos registros dos contemporâneos usualmente selecionados pelos estudos e, conseqüentemente, na própria bibliografia – tais como outro teatro edificado na mesma época, o teatro Colombo, no distrito do Brás. Paradigmas como *modernização* e progresso, com toda a imprecisão que sua abrangência pode sugerir, parecem ter tido força aglutinadora tão significativa naquele momento que ainda hoje preservam sua tenacidade nas leituras das transformações ocorridas. Sem negar a importância de tais paradigmas no imaginário daquela sociedade, gostaria de acentuar o papel ativo das divergências e contradições, e mesmo conflitos entre diversos grupos na tecitura dessa experiência polissêmica de *modernização*.

---

aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-de-Siécle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras. Campinas: Ed. Unicamp, 1988, principalmente o capítulo: "A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano", pp. 43-124.

Ações e paradigmas modernizadores: perspectiva e prospectiva

1910. A Câmara autoriza o calçamento a asfalto na zona que circunda o Teatro Municipal às vésperas da conclusão de sua longa e esperada construção.[15] Obra que mobilizou vultosos investimentos financeiros, técnicos e políticos, e contou com a insistência da municipalidade que por vários anos empreendeu amplos esforços em prol da iniciativa, o Municipal já tinha se tornado uma edificação emblemática na capital antes mesmo de finalizada sua construção. Já seria, assim, merecedor desse destaque que também o novo calçamento lhe poderia imprimir. Embora tenha sido um assunto tratado com ênfase pela municipalidade, o asfaltamento do entorno do imponente Teatro não constituiu a primeira tentativa de aplicação da novidade em São Paulo. Não há registros ou notícias inequívocas sobre sua efetiva realização, mas a primeira aplicação do calçamento asfáltico na cidade – especificamente o "granito asphalto", como aparece na documentação – foi autorizada pela Câmara cerca de seis anos antes, e os registros que documentam a aplicação de tal novidade deixam significativos indícios da constituição de impressões *modernas* da/na cidade.

Assim como a autorização para "envolver" o Teatro Municipal pela novidade em 1910, a localização dessa primeira experiência também pode ser interpretada como de expressiva força simbólica: o calçamento seria feito na rua frontal à Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, entre o largo General Osório e a rua do Bom Retiro, ao lado da ponte sobre a Estrada de Ferro Inglesa (S. Paulo Railway), possibilitando a formação de um "tapete" nas imediações de duas importantes portas

---

[15] O processo da lei n.1304, autorizando o calçamento asfáltico em volta do Teatro, encontra-se extraviado das caixas do Arquivo desde 1927, conforme documento localizado na caixa 62, correspondente ao período. A informação se restringe, assim, à listagem do conteúdo legislativo municipal de CAMARGO, Bento de (org.). *Indice alphabetico das leis, resoluções e actos executivos do Municipio da Capital do Estado de São Paulo até 31 de dezembro de 1919*. SP: Typographia Piratininga, CMSP, 1920. a construção do Teatro Municipal, iniciada em 1903, foi planejada e autorizada pela primeira vez em 1895, mas a empreitada só foi efetivamente concluída em 1911.

de entrada na capital paulista.[16] Imaginar o ambiente viabilizado pelo conjunto construído, formado pelas duas estações ferroviárias de grande movimento e a novidade da pavimentação, pode levar a pensar na constituição de "cenários modernos" em São Paulo, projetados com intenção clara e por sujeitos específicos – interpretação que acaba por priorizar a apreensão de um projeto hegemônico, político ou estético. Proponho, noutro sentido, verificar possibilidades diferentes, relacionando a iniciativa a outras contemporâneas, problematizando o presumido percurso único da *modernização* da cidade.

A iniciativa para a implementação da novidade não tinha partido dos poderes públicos, mas de um engenheiro, Charles Vautelet, que se apresentava como representante comercial de uma empresa internacional de pavimentação e, notadamente, como portador de um discurso afinado com certas perspectivas *modernizadoras* – perspectivas que, aliás, parecia reconhecer na capital. Solicitando autorização da Câmara Municipal para fazer o calçamento por sistema especial nesse local a título de experiência, o Prefeito encaminhou a correspondência recebida do Rio de Janeiro, assinada pelo engenheiro, na qual propõe um novo sistema de calçamento.[17] O engenheiro promete ser "o mais aperfeiçoado que se conhece modernamente" na opinião insuspeita e autorizada de "notabilidades da Engenharia Francesa." Afirma ser o revestimento de pedra antiquado e imprestável, percepção que seria corroborada pela preferência ao calçamento de madeira ou de asfalto comprimido para as ruas e praças principais das grandes cidades européias, assim

---

[16] Processo da lei n.786, de 24/10/1904, autoriza o Prefeito a mandar calçar com paralelepípedo de pedra a rua Apeninos e por sistema especial o trecho em frente à estação da Estrada de Ferro Sorocabana (27 contos de réis). Na planta anexa ao processo da lei é possível verificar a localização indicada. AHMWL-FCMSP, Vol.1987. Trata-se da segunda Estação da Sorocabana, inaugurada em 1904, substituída dez anos depois pela grandiosa Estação Julio Prestes, nas proximidades da Estação da Luz, então recém-inaugurada.

[17] De 11/07/1904, longa carta na qual, diga-se de passagem, registrava-se obliquamente um sinal de distinção de valores reconhecidos como modernos, escrita em letra datilografada, que naquela época aparecia apenas entre os documentos da Light, entre os registros da Câmara. Processo da lei n.786, AHMWL-FCMSP, Vol. 1987.

como em Nova Iorque e Chicago.[18] Ainda de acordo com a correspondência do engenheiro, dois anos antes da Exposição Universal de Paris em 1900, o Sr. Arthur Metz, após esforçados estudos teria inventado o calçamento ideal, denominado "granito asphalto", que ofereceria "beleza, segurança, resistência, inocuidade completa para a saúde pública, impermeabilidade absoluta, conservação e economia". Enfim, encerrando a exposição circunstanciada, procura vincular o caráter de novidade do calçamento ao seu entendimento das iniciativas da municipalidade como *modernizadoras*, e chama a atenção do "ilustre progressista chefe do serviço Municipal de São Paulo", cujos destinos estaria dirigindo com o mais "acrisolado patriotismo e desinteressada abnegação", para a novidade apresentada, diante da qual não poderia ele ser indiferente. Suas observações sobre a cidade – diretas ou baseadas em informações obtidas na capital federal – norteavam sua sugestão para aplicação do asfalto: sugere iniciá-lo pela ligação da Estação da Luz ao Largo de São Bento (Florêncio de Abreu), depois o "famoso triângulo" (15 de Novembro, Direita e S. Bento), visto que em tais ruas "vivifica-se o alto comércio", além de abrigarem os restaurantes, os cafés, os hotéis, as livrarias, e a imprensa.

---

[18] Segundo ele, que afirmava ser representante da "conhecida firma comercial de Paris *Amedée Prince*", dois anos antes da Exposição Universal de Paris em 1900, o Sr. Arthur Metz, após esforçados estudos, teria inventado "o calçamento ideal: granito asphalto". Faz uma ampla exposição, localizando os empreendimentos que estariam utilizando o invento, indicando que teria sido utilizado em Paris, Clichy, Levallois, Mézières, teria sido solicitado pelo *Metropolitain de Paris*, por diversas companhias de docas e estradas de ferro, e ainda registra os profissionais que supostamente teriam aprovado o "calçamento Metz": engenheiro chefe da *École des Ponts et Chausses* de Paris, Dr. Thévenet le Boul, Dr. Sinchole de Clichy, o engenheiro Dr. Henrique de la Brosse da Companhia Orléans e o capitão de engenheiros de artilharia em Neully Dr. Leneveu. Cita ainda a opinião do Júri especial da Exposição de Paris, presidido pelo chefe de serviços de laboratórios da mesma *Ponts et Chausses*, Mr. Paulo Debray, que teria reconhecido o invento como vantajoso por não ser escorregadio e ser mais resistente que o asfalto comum. Acompanha a apresentação um relatório sobre o novo calçamento, incluindo correspondência dos engenheiros citados comentando a inovação, detalhes técnicos de construção e comparações sistemáticas com outros tipos de calçamento. Identificação "'O GRANITO-ASPHALTO' – Novo methodo de calçamento e lageamento (Systhema ARTHUR METZ), Amédée PRINCE, 34, Rue de Provence, PARIS, concessionario para o Brasil E. Charles VAUTELET, Representante, RIO de JANEIRO, 140, Rua do Ouvidor." Processo da lei n.786, AHMWL-FCMSP, Vol. 1987. [grifos no documento]

> [...] esse movimentado triângulo é o *tenderloin* da Cidade, assim chamado pelo habitante de New York, o belo trecho da 'Broadway Street'; que belo espetáculo para o viajante, previamente informado do progresso de S. Paulo, encontrar os grandes focos de luz elétrica da *Light & Power* refletindo-se nas superfícies luzidias, sonoras do calçamento mais perfeito dos tempos modernos – o granito asfalto? Pondo de parte o efeito estético, o aspecto encantador desse calçamento, quanta utilidade, quanto proveito, quanta economia, quanto asseio, quanta vantagem para a Saúde Publica! [grifo no documento]

O representante apontava as recomendações técnicas relativas à questão do calçamento – descrevendo, por exemplo, detalhadamente os materiais e procedimentos de construção do mesmo – e revelava ainda apurada percepção em relação aos aspectos percebidos como *modernos*, ao demonstrar preocupação com a salubridade e a funcionalidade da obra. Não deixa, porém, dúvidas sobre a ênfase de sua argumentação: o "efeito estético" que classifica como "encantador" e propício para uma cidade *moderna*. As imagens que oferece – do espetáculo iluminado ou da comparação com o movimento da afamada rua de Nova Iorque – abarcam o referencial de progresso que nelas se inscrevia, de modo a chamar atenção das autoridades para a perfeita sintonia, presumida, em relação aos projetos da municipalidade. O setor de obras públicas da capital, consultado pela Câmara sobre o assunto, apresenta um parecer lacunar em relação ao procedimento técnico. Ao encaminhar o orçamento das obras, apenas concorda com a escolha do local em frente à estação, justificando a aprovação da iniciativa para verificar "por si mesmo e independente de certificados comprobatórios" a eficácia do sistema Metz.[19] Seguramente se tratava de conhecer uma nova possibilidade e nesse sentido o "pessoal técnico", os edis e o Prefeito pareciam estar em sintonia com o engenheiro

---

[19] Segundo o engenheiro Eugenio Guilhem, o sistema "parece ter tido esplêndidos resultados na Europa". Processo da lei n.786, AHMWL-FCMSP, Vol. 1987.

Vautelet: constituía uma experiência de novidade – ou, para empregar uma expressão então largamente utilizada nesse sentido, daquilo que havia "de mais moderno". Apoiava-se em certa imagem da cidade e da administração percebida como próspera e vinculada ao "progresso", e assim apostava na suposta predisposição dos poderes públicos municipais em acolher as inovações. Não constituiu o único a empregar esse tipo de estratégia comercial, mas certamente foi um dos mais claros e enfáticos nessa tática: confiava na impossibilidade de ver sua proposta ignorada pelo "bravo *Maire* que está enchendo de encantos e de belezas a esplendida Capital". Se a experiência foi considerada bem sucedida ou inadequada naquele momento, é difícil deduzir pelos registros encontrados. Mas é possível imaginar que os valores e expectativas em pauta nesse diálogo teriam sido retomados nas decisões sobre o "envoltório asfáltico" do Teatro Municipal, em 1910, ao menos por sua plasticidade – "aspecto encantador" – ou ainda pelo sentido de novidade, tão reforçado nos esclarecimentos feitos em 1904.

Muitas outras propostas foram apresentadas à Câmara ou ao Prefeito naquele momento, invariavelmente apoiadas na apreensão de um ambiente favorável às mudanças, marcadas por justificativas como as necessidades presumidas de "cidade progressista", a suposta sintonia da "capital que se moderniza" em relação aos inventos recentes, entre outras imagens similares. Anunciavam a pretensão de dotar a cidade de equipamentos e "facilidades modernas", e por esse declarado propósito, é possível perceber aproximações entre iniciativas diferentes, que pareciam guardar a motivação essencial de promover impactos visuais e suscitar impressões *modernas* em São Paulo naquele momento. Abarcavam questões viárias, estéticas, econômicas, e tiveram em comum, além do perfil *modernizador* vinculado a uma iminente aposta no futuro da cidade, o fato de cada uma delas não ter sido concretizada: construção do "facil-motus-vehiculo," nas ruas, praças, alamedas e avenidas da cidade, autorizada em 1895; implantação de uma linha férrea circular na capital, aprovada em 1898 e anulada no ano seguinte; construção de outra estrada de ferro circular denominada "Metropolitano" no município da capital, autorizada em

1906, prorrogada até 1909; conversão do terreno denominado "Morro dos Ingleses" em um parque-terraço destinado ao público, em 1908; concessão aos arquitetos Fried & Ekman para construção, uso e gozo de um grande viaduto comercial entre o largo de São Bento e Santa Efigênia, no qual poderiam "estabelecer lojas, oficinas, restaurantes, botequins e divertimentos públicos, com trânsito livre e gratuito de pedestres".[20]

Uma proposta como a do viaduto-mercado, por exemplo, instiga o pesquisador a pensar as *modernizações* da capital, reais, projetadas ou desejadas, em detrimento de um percurso único. Plano ousado e suntuoso, o projeto era ainda

---

[20] Processos das leis: n.185, de 05/12/1895, autorizam o intendente de Justiça e Polícia a contratar o "facil-motus-vehiculo" com Joaquim T. F. Pennaforte, inventado por ele (AHMWL-FCMSP,Vol.2180); n.376, de 02/08/1898, autoriza o contrato para construção de uma linha férrea circular na capital, por Benedicto Galvão de Moura Lacerda, anulado pelo ato executivo n.20, de 15/3/1899 (volumes 1961 e 1997, respectivamente); n.880, de 03/03/1906, concede licença ao sr. Phelippe Antonio Gonçalves, ou companhia que este organizar, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro circular no município da capital (longo e extensamente documentado processo, juntamente com o anterior apresenta indícios relevantes das tensões entre os interesses privados envolvidos no transporte coletivo na cidade no final do século, apontando para conflitos diretos com a polêmica empresa *The Light and Power Tramway Company*); foi ainda prorrogado o prazo de P. A. Gonçalves para apresentação dos planos detalhados pela lei n.1056, de 5/11/1907 e pela n.1268, de 1/12/1909 (Caixas 49, 54 e 61 para as respectivas leis); n.1168, de 16/11/1908, autoriza o Prefeito a adquirir o terreno do Morro dos Ingleses para formação de parque-terraço (Caixa 57); n.503, 15/01/1901, faz a Fried & Ekman concessão por 20 anos para construção, uso e gozo de um viaduto entre o largo de São Bento e Santa Efigênia (Vol. 1970). Em relação aos três projetos viários importa apontar a necessidade de se aprofundar os estudos sobre os embates estabelecidos com a empresa *Light* mencionada, no sentido de enfatizar os constantes questionamentos feitos ao seu monopólio. Do ponto de vista dos monopólios e desentendimentos com os usuários do transporte, alguns trabalhos vêm tratando da temática, tais como CARONE, Edgard e PERAZZO, Priscila F. "Em São Paulo, lutas contra o monopólio. A mobilização social no conflito Guinle X Light" *Memória*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, ano III, n.7, 1990, pp. 38-45; CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Ritmos e Impressões: modernidade e cosmopolitismo em São Paulo: 1899-1920*. Dissertação (Mestrado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 2003, este último também preocupado com as dissonâncias ligadas à "modernidade" da capital. A primeira iniciativa da estrada de ferro circular foi citada também por Campos, que a compara aos planos viários elaborados pela Comissão de Melhoramentos da Capital (abordada no terceiro capítulo), enfatizando que nenhum dos dois projetos "logrou caráter hegemônico entre as esferas decisórias". CAMPOS, Candido Malta. *Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002, p. 75.

abrangente em relação aos assuntos mais relevantes nas pautas da municipalidade. Tinha um propósito viário claro e integrava regiões importantes da cidade (sob vários pontos de vista, considerando-se a possibilidade de comunicação mais eficiente ou "direta", conforme dizeres dos solicitantes, entre a região central e a área das estações ferroviárias); atendia a uma demanda então amplamente debatida nos periódicos e entre os edis, tratando da substituição do antigo mercado por outro em local mais apropriado, mais amplo e *moderno* (considerando sua suposta "vantagem comercial e higiênica", conforme também afirmam); estava em sintonia com as preocupações estéticas que então mobilizavam as autoridades públicas, tanto por sua localização quanto por seu projeto e garantia de uso de materiais "de primeira ordem"; enfim, observado a partir das justificativas que envolvia, pode parecer de execução inequívoca. O abandono do projeto, porém, mais uma vez deixa indícios de processos mais complexos ligados à *modernização* da capital.[21]

Os projetos foram numerosos, embora nem sempre aplicados, mas não são tomados aqui como iniciativas frustradas que apontariam inevitavelmente para noções de fracasso e inadequação. Na verdade, interessam precisamente como elaboração, como planos que indicam não apenas uma certa apreensão da cidade mas principalmente uma concepção projetiva que mobilizava a imaginação e os recursos – econômicos, políticos e técnicos – então disponíveis. Sua dimensão prospectiva, que faz ver ao longe, registra uma expectativa norteada por uma experiência *moderna* de

---

[21] No caso desse processo, da lei n.503, os debates são intensos e colocam em xeque a autoridade do setor técnico da administração em determinar todos os detalhes da obra, visto que os edis solicitam um estudo minucioso dos proponentes e, pela ampla documentação por eles apresentada, fica patente que prescindiam dos poderes públicos, de quem esperavam apenas autorização. Certamente há muito a se refletir sobre as relações entre os empreendimentos públicos e privados partindo dessa documentação, mas deixo esse registro, por ora, também como uma indicação dessa possibilidade de apreensão das transformações na capital paulista naquele momento. Importa lembrar, ainda em relação ao viaduto Santa Efigênia, outra proposta não executada supostamente apresentada em 1890, conforme observações de Segawa – esta bastante próxima ao projeto efetivamente executado. SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na Passagem do Século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, p. 28.

cidade – importante e válida para a compreensão do período em questão, embora não unânime.[22]

Polissemia e dissonância: Concórdia em uso

1908. Outro teatro, que não tinha a monumentalidade e a visibilidade imprimida ao Municipal depois de sua conclusão, foi inaugurado no bairro do Brás pela iniciativa particular. Trata-se do Teatro Colombo, no espaço que havia configurado anteriormente a única praça do bairro. O local parecia ter importância ímpar para a região, mesmo antes do Brás se converter no mais populoso bairro da capital (entre 1872 e 1893 registra um crescimento de mais de 1300%, enquanto a área central crescera cerca de 220% no mesmo período), servindo como espaço de convívio daqueles que atravessavam a estrada entre a Penha e o centro da cidade.[23] Na documentação administrativa da cidade o Largo da Concórdia aparece na segunda metade do século XIX como um espaço de convívio social privilegiado no bairro. É possível supor que, com o impressionante aumento populacional verificado, o Brás incitasse a preocupação e a atenção dos governantes, e especialmente por ser um espaço de convivência intensa como esse. Desde a década de 1870 o Largo vinha chamando atenção da municipalidade que se propunha a normatizar certos usos do

---

[22] Lembro, aqui, as observações de Perrot ao estudar as relações dos operários com a cidade de Paris no século XIX. Embora esteja pautada basicamente na questão da moradia e se refira a outro espaço urbano, destaco sua apreensão sintética da impossibilidade de se tomar uma única visão da cidade: "não se tomará como líquido e certo o pessimismo urbano das classes dominantes. Essas classes, que aliás fundaram seu poder sobre a Cidade e sua vida social e cultural numa divisão equilibrada entre o espaço urbano e o rural, desde o final do século XVIII e no século XIX desenvolveram uma representação antitética do campo virtuoso e paradisíaco e da cidade viciosa e infernal, corroborada pelas teorias medidas do bom e do mal ar. (...) A visão operária da Cidade certamente é diferente. (...) Essas pessoas têm uma capacidade surpreendente de aproveitar as potencialidades da cidade, não apenas pelo ângulo econômico, mas como local de prazeres." PERROT, Michelle. "Os operários, a moradia e a cidade no século XIX". In: _____. *Os Excluídos da História: mulheres, operários, prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 115-116.

[23] Dados sobre crescimento populacional das freguesias em MORSE, Richard M. *De Comunidade à Metrópole: biografia de São Paulo.* São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954, p. 187.

espaço, por exemplo, por meio da regulamentação do estacionamento de carroças (1870) e da limitação dos bebedouros e quiosques de venda de loterias (1890).[24] Em 1900 a localidade foi descrita por Alfredo Moreira Pinto sem muitos detalhes: menciona as ruas próximas, a existência de uma coluna com um bico de gás no centro e, nas adjacências, duas edificações: o Grupo Escolar e o Mercado[25] – foi precisamente a partir desse Mercado, arrendado por um empresário para servir como casa de diversões, que se edificou o Teatro Colombo do Brás, e a partir de uma ampla reforma física alterou-se também seu uso e significado para a região.

Talvez essa atenção tenha informado os motivos que levaram à edificação do Mercado de Verduras inaugurado em 1897, procurando dar uma destinação prática às relações socialmente estabelecidas no largo. Ao mesmo tempo, o Mercado poderia indicar certa possibilidade de estabelecer-se uma presença indireta do poder público naquele espaço. Mas o que se observou foi um relativo desinteresse pelo uso do Mercado, que o tornou um investimento constantemente deficitário para a municipalidade pelo alto custo da manutenção de seu funcionamento. Provavelmente a existência de outros mercados na cidade, nos quais certos hábitos de freqüência já tivessem sido incorporados pelos habitantes, contribuiu para tal fracasso. Devo ainda destacar a ausência de reclamações e requerimentos dos moradores nos documentos da Câmara e Prefeitura, relativos à construção, manutenção ou mesmo ao fechamento do Mercado da Concórdia – fato que chama a atenção devido à grande afluência de pedidos encaminhados freqüentemente por moradores do Brás, tratando dos mais diversos assuntos relativos ao bairro. Talvez tal desinteresse também ajude a esclarecer o caráter passageiro do Mercado, inaugurado e fechado em menos de dez anos.[26]

---

[24] TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O Bairro do Brás*. Série História dos Bairros de São Paulo, I, São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969, pp. 91-96.

[25] PINTO, Alfredo Moreira. *Op. Cit.* p. 264.

[26] Parece-me pertinente apontar, aqui, outra possibilidade de reflexão que se liga à própria discussão sobre os mercados na cidade, que ao longo deste trabalho vêm

Por outro lado, a permanência do Teatro que substituiu o Mercado sugere outros sentidos para aquele espaço, ou mesmo outras necessidades, outras vocações.[27] Após a completa transformação do Mercado em palco de espetáculos, aberto em fevereiro de 1908, o Teatro Colombo parece ter inaugurado certa tradição de uso dos espaços próximos ao largo da Concórdia no Brás, como lugares de divertimentos (alguns cinemas instalaram-se nesse espaço, por exemplo, décadas mais tarde, além de outros teatros). Observando os trâmites legais que autorizaram a construção do Teatro no Brás, é possível deduzir ter se tratado de obra bem sucedida e lucrativa, considerando-se as novações feitas no contrato de arrendamento ou ainda a autorização do mesmo poder público para conversão de outro mercado em teatro na capital nos mesmos moldes.[28]

---

sendo tocada tangencialmente. Seja em relação ao viaduto mercado não edificado, mencionado anteriormente, seja em relação às reformas projetadas, ou ainda em relação à regulamentação e usos desses espaços, o tema constitui um campo amplo de debates e reflexões, em que se entrecruzam aspectos estéticos, sanitários, sociais e políticos que marcaram fortemente a experiência urbana na capital. Registro, nesse sentido, as indicações de Bresciani, que articulam várias dessas questões a partir do Mercado Municipal. BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Sanitarismo e Preocupações Estéticas. O mercado central de São Paulo", *Seminário Internacional do Programa de Investigaciones sobre el Campo Urbano y lãs Condiciones Históricas de Mergencia de las Competencias Urbanísticas*. Vaquerias-Argentina, 1992, 22 p. (mimeo).

[27] Reformado pelo engenheiro August Fried (mesmo que projetou com Ekman o viaduto mercado, mencionado anteriormente), o Colombo foi inaugurado dia 20/02/1908 com a Companhia Bolognesi, de M. Balestros, apresentando o drama de Paulo Giacometti, "Maria Antonietta" e na noite seguinte a peça "Il padrone delle ferriere", de Georges Ahnet. A Companhia teria ainda apresentado outra peça de Giacometti, "Morte Civile" e outra de Herman Sudermann, "Onore". *Folha do Povo*, n.1, 15/03/1908 (AEL, MR/0010).

[28] A legislação que autorizara a abertura do Teatro Colombo, no Brás, é extensa, e tem início com a construção do mercado do largo da Concórdia, em 1896, que dentro de uma década seria transformado em teatro. Lei n.263, de 14/08/1896, autoriza o intendente de obras a gastar 123:815$296 com a construção de um Mercado para Verduras no Largo da Concórdia (AHMWL-FCMSP, Vol.2183); lei n.892, de 14/4/1906, aprova o ato do Prefeito mandando fechar o Mercado do Largo da Concórdia, por falta de locatários (Caixa 49); lei n.914, de 2/6/1906, autoriza o Prefeito a arrendar para casa de diversões o edifício desativado do Mercado do Largo da Concórdia, mediante a pensão anual a ser estabelecida em contrato até o prazo máximo de 20 anos, sem isenção de impostos e com a reversão das benfeitorias para a Câmara Municipal ao final do prazo, sem indenização. (Caixa 50); lei n.1111, de 8/8/1908, eleva a 30 anos o prazo do arrendamento do antigo mercado do Largo da

Um pedido do arrendatário do antigo Mercado para prorrogação do prazo do arrendamento pela terceira vez, destacava algumas características do empreendimento que podem ajudar a compreender parte do interesse dos poderes públicos na manutenção do local, e mesmo atestar o sucesso do Teatro no bairro. O empresário afirmava que a reforma interna e externa feita inicialmente no edifício do Mercado "de forma a torná-lo mais estético e de forma arquitetônica mais moderna" possibilitou o "seu notável desenvolvimento, nele trabalhando excelentes companhias – líricas, de operetas e dramáticas – e sempre funcionando, sem interrupção de um só dia." Valorizava as supostas vantagens que a Câmara teria ao renovar o contrato de arrendamento, afirmando ter "administrado e zelado a contento público" o Teatro Colombo, permitindo o desenvolvendo no bairro do Brás.

> [...] antes não tinha sequer uma modesta sala de espetáculos, o gosto pelas artes, pelas reuniões e divertimentos lícitos, pelas exibições teatrais das mais interessantes, instrutivas e atraentes, mediante uma renda que antes a Câmara não lograra com o antigo e condenado mercado da Concórdia.[29]

É interessante ainda a menção que faz ao Teatro Municipal – que na época do pedido funcionava havia dois anos –, considerando o investimento desproporcional ao retorno financeiro do mesmo, segundo ele, com renda falível e periódica, ao contrário do Colombo. A percepção do sucesso da iniciativa, todavia, não me parece suficiente para tecer conclusões sobre a apreensão do empreendimento na experiência cotidiana. Assim, alguns questionamentos permanecem instigantes nesse processo: que sentidos poderia ter tido o Teatro Colombo para a população da

---

Concórdia (Caixa 56); lei n.1393, de 20/3/1911, autoriza o Prefeito a arrendar outro mercado, que serve de depósito de carne, sito à Praça São Paulo, para ser transformado em casa de diversões, pelo prazo de 25 anos, nas mesmas condições do Teatro Colombo (Caixa 65); lei 1669, de 29/3/1913, eleva para 40 anos o prazo do arrendamento do antigo Mercado do Largo da Concórdia para Pedro França Pinto (esta, como as anteriores, localizada no AHMWL-FCMSP, Caixa 1399).

[29] Processo da lei 1669, de 29/3/1913

cidade naquele momento? Como teria passado a ser usado aquele tradicional espaço de conviviabilidade do bairro? Que impactos teria acrescentado às experiências *modernizadoras* da cidade em expansão? Como teria se coadunado às noções de *melhoramentos* e *modernização*, tão caras aos contemporâneos? Poucos registros permitem dar conta de questões como essas, restritos na literatura histórica a referências a impressões de viagens ou narrativas de memorialistas tradicionais.[30] Nestes, constantemente se aponta para o sucesso da empreitada e para as modificações vivenciadas naquele espaço do bairro, que teve sua importância ampliada para a população do Brás. Certamente os indícios mais relevantes sobre o significado e impressões que o Teatro Colombo possa ter causado estão no próprio bairro, permitindo alguns apontamentos de certas divergências na apreensão dessa experiência de modernização na cidade.

Entre vários periódicos que circulavam no Brás desde finais do XIX, alguns comentários da *Folha do Povo* possibilitam interessantes aproximações em relação aos sentidos e significados que poderiam ter para vida de seus moradores as mudanças por que passava a capital.[31] Já em seu primeiro exemplar em 1908, a *Folha* se autodefinia como um jornal independente, "dedicado à defesa dos interesses do bairro do Brás" e tratava longamente da inauguração do Teatro Colombo.

---

[30] Refiro-me aqui a PINTO, Alfredo Moreira. *Op. Cit.*, MOURA, Paulo Cursino. *São Paulo de Outrora (Evocações da Metrópole)*. 2ª edição. São Paulo: Livraria Martins, 1943 e BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991, Vol. III: *Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*, entre outros.

[31] No primeiro número, 15/03, esclarecem já no expediente essa motivação em favor do Brás, e ao definir as diretrizes do jornal afirmam não terem a intenção de "alimentar o estreito preconceito bairrista", mas sim "conhecendo melhor este pedaço da cidade em que vivemos, vendo-o habitado especialmente pelas classes pobres (...) é natural que nos ocupemos com preferência do esquecido, protestando contra a injustiça". Algumas edições adiante, no número 12, de 04/06/1908, nota-se a mudança da identificação colocada no expediente do jornal: "Semanário dedicado à defesa dos interesses do povo." Outro aspecto digno de nota é a distribuição do jornal em números avulsos: são em média oito pontos comerciais diferentes, sendo a maioria no Brás e dois no centro (largo do Tesouro e/ou rua S. Bento). *Folha do Povo*, n.1, 15/03/1908 (AEL, MR/0010).

Denunciava então um registro de outro periódico da capital, que considerava tradicional – *O Commercio de São Paulo* – por ter feito um comentário pouco respeitoso sobre o Colombo: afirma serem as comodidades, o conforto e a elegância desse teatro inadequados ao bairro, e conclui: "devia estar em outro ponto que não o bairro do Brás"[32]. Para os editores da *Folha do Povo*, tal comentário era inapropriado, por ser preconceituoso e revelar certo desprezo por aquela região da cidade. Comparam o juízo ali expresso ao desprezo manifestado por um jornal espanhol ao noticiar um descarrilamento de trem, anos antes, no qual teria sido informada a morte de muitas pessoas, embora todas da terceira classe. É incontestável tratar-se de uma forte crítica, destacada na comparação, e reafirmada quando concluem: "Ora, não podemos compreender a razão [d'*O Commercio*]. Será porque o teatro ficou bom? De forma que se ele não tivesse essas condições estaria muito bem aqui. E isso porque o Brás é quase exclusivamente habitado pela classe pobre?"[33]

Comenta ainda outras notícias da imprensa diária sobre a inauguração do Colombo, que ocorrera três anos antes do Teatro Municipal, apontando que alguns jornais perceberam tratar-se de um "teatro moderno, obedecendo todas as condições de segurança e a todas as regras de higiene", mas ainda destacando com especial crítica as apreensões carregadas de imagens pré-concebidas do distrito do Brás. Uma vez mais, ainda na mesma edição, a *Folha* denuncia o preconceito que teria sido manifestado na inauguração do Teatro Colombo apresentando uma narrativa bastante peculiar.

---

[32] "O 'Commercio' e o Colombo", *Folha do Povo*, n.1, 15/03/1908 (AEL, MR/0010). Também o periódico *O Estado de São Paulo* noticia os preparativos para a inauguração do Colombo e, de modo significativo, enfatiza os aspectos construtivos, destacando a adequação técnica da obra empreendida, além de destacar sua importância para o bairro: "O Teatro Colombo veio suprir essa lacuna e dotar o Brás de uma casa de espetáculos como ainda não temos em S. Paulo, quer o encaremos sob o ponto de vista de comodidade, quer o consideremos pelas suas condições de higiene e segurança". *O Estado de São Paulo*, 20/02/1908. (AEL, MR/0378).

[33] "O 'Commercio' e o Colombo", *Folha do Povo*, n.1, 15/03/1908 (AEL, MR/0010).

> Registramos também esta. Na noite da inauguração do Colombo, um bonde que desce à hora do espetáculo, tivemos ocasião de apreciar as sábias considerações dos que se dignaram a honrar-nos com as suas agradáveis visitas para virem assistir ao espetáculo da troupe Bolognesi. Realmente, nunca um bonde do Brás conduzira pessoal tão *chic*. Era de ver aquele todo *up-to-date*. Como quem viaja por paragens desconhecidas, os nossos *smart* visitantes vieram, durante todo o trajeto, a trocar impressões a respeito do que com original curiosidade vinham notando.
>
> – Olhem, o Brás já tem confeitaria...
>
> – E cinematógrafo também...
>
> –Deixe estar que o povo cá do bairro vai se civilizando...
>
> E por aí adiante, neste trenzinho elegante e inteligente, nesta fina e elevada ironia que nós, os humildes brasianos, não estamos à altura de compreender. Esta gente parece que tem mania de superioridade na massa do sangue.[34]

Texto pontuado de ironia, denunciava com certa mágoa as diferenças percebidas, sugeridas ou existentes na cidade. Aponta, assim, com clareza como experiências *modernizadoras* podiam ser apreendidas de formas diferentes, apesar de congruentes na forma, concepção e nas normas de execução. Não tenho dúvidas de que as preocupações estéticas e os critérios técnicos contemplados na reforma do edifício do Largo da Concórdia (explicitados, inclusive, por meio de cláusulas contratuais do arrendamento feito, e pontualmente fiscalizadas na entrega das obras) eram naquele momento semelhantes em vários empreendimentos em execução: nas reformas de outros mercados da cidade e mesmo na construção do imponente e emblemático Teatro Municipal. As experiências envolvidas nesses projetos *modernos*

---

[34] "Mais uma...", *Folha do Povo*, n.1, *15/03/1908* (AEL, MR/0010)

geravam, todavia, percepções menos equivalentes, talvez porque também menos equiparáveis fossem os lugares sociais nos espaços plurais do agrupamento urbano. O populoso distrito do Brás, de crescimento assombroso no último quartel do século XIX era percebido com certo estranhamento por setores da sociedade ligados às elites, estando ainda separado fisicamente da então valorizada região central da cidade pelos terrenos alagadiços atravessados pelos meandros do rio Tamanduateí – conjunto em dissonância com as imagens da cidade ligadas à noção de progresso.[35]

Outra vez 1908. É significativo apontar, no sentido destas reflexões, outro evento daquele mesmo ano vinculado fortemente às imagens *modernas* amplamente referenciadas. A Exposição Nacional comemorativa do centenário da abertura dos portos brasileiros, na capital federal, mobilizou amplos esforços de vários setores da sociedade. Os engenheiros e arquitetos paulistas projetaram, por exemplo, um imponente edifício que deveria ser representativo do estado de São Paulo, "para abrigar todos os produtos e dados que pudessem fazer referência e honrar o evento que se comemorava".[36] Cada estado da federação foi convocado a enviar para a grande exposição tudo que julgasse significativo e característico do progresso e *modernização* vivenciados por eles, da produção agrícola aos objetos expostos em museus de artes e ciências. A publicação oficial do evento, feita pela Diretoria Geral de Estatística do governo federal, preparou a partir desse envio e de seus levantamentos, um quadro detido de tudo que estivesse "destinado a marcar no

---

[35] Lembro que as ações do poder público municipal na região da Várzea e do Brás voltavam-se principalmente a atender demandas relativas à salubridade do meio urbano como um todo, à ordenação daqueles espaços da própria Várzea, por exemplo, ou ainda à fiscalização e normatização das moradias tidas como insalubres, mas raramente indicavam as mesmas preocupações e prioridades estéticas, em sentido estrito, relativas a áreas mais centrais da capital.

[36] O edifício projetado para a exposição pelo prestigiado arquiteto Ramos de Azevedo é amplamente debatido pelos especialistas em São Paulo, e a revista gerenciada pela Escola Politécnica divulga os projetos, as notícias e fotos da construção, que deveria, segundo artigo da revista, abrigar "os símbolos da vida estadual, as suas aspirações de livre progresso, as suas crenças em um futuro brilhante de prosperidade". SILVA, Raul. "O Pavilhão de S. Paulo na Exposição Nacional de 1908." In *Revista Polytechnica*, n.19-20, 1908, pp. 39-44.

caminho dos séculos o primeiro estádio da vida do Brasil no mundo civilizado", e para tanto propunha "apresentar aos olhos dos visitantes com os produtos de sua atividade no comércio, na indústria, na agricultura, assim como na ciência, nas letras e nas artes" todo progresso então alcançado.[37] O boletim é amplo e sistemático, e abrange os dados recolhidos e encaminhados pelas autoridades estaduais, tratando de quatro aspectos relativos ao país: o território, da população, do movimento econômico e do movimento social, reservando para este último um panorama educacional e artístico do país. Apresenta, então, dados exaustivos sobre os museus e teatros nacionais, nomeando cada uma das casas de espetáculos e indicando os dados respectivos: a freqüência de público e a natureza das peças exibidas. Entre mais de uma centena de teatros então anotados, segundo a publicação (sendo cerca de quarenta deles no estado de São Paulo), o boletim nomeia cinco deles na capital: Éden Teatro, Moulin Rouge, Polytheama, Teatro Santana e Teatro Municipal.

A ausência do Colombo, recém inaugurado, sugere alguma dúvida sobre os critérios para nomear as realizações dignas de serem entendidas como *modernas*, ou ainda enfatiza por esse outro lado as dissonâncias que esse impreciso conceito poderia ocultar. A presença do Municipal na lista da Exposição, que então estava ainda inacabado, parece-me significativa da força que se pretendia imprimir à *modernização* no período por meio da escolha precisa e sem hesitação dos seus símbolos. A inscrição do "inexistente" Municipal é indicativa das imagens que se pretendia formar dessa modernização, e quais os elementos que deveriam estar presentes e se ausentar dela. Ausências e silêncios como o Colombo constituem ruidosas maneiras, mesmo dissimuladas, de reproduzir social e politicamente diferenças e contradições marcadas economicamente. Com tudo isso devo rever as impressões sobre o Colombo, que parecem ser agora mais enfáticas e conseqüentes. As observações dos "viajantes" do centro da cidade de São Paulo em visita ao Brás no momento da inauguração do Teatro Colombo soam mais claras sobre seus

---

[37] *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*. RJ: Typographia de Estatística, 1908.

pressupostos: "devia estar em outro ponto que não o bairro do Brás" [38]. Nesse sentido, dar relevo a outras visões e interpretações sobre o processo intenso de transformações pelo qual passou a cidade de São Paulo na passagem do século XIX para o XX significa aclarar as tensões e pressões, igualmente conflituosas, que revelam a pluralidade desse espaço urbano, e não seu avesso. A ironia do cronista Gil Telles da *Folha do Povo* procura abrir espaço para se desvelar, ao menos no campo da crítica, essas tensões.

Cortinas entreabertas: cidade e política

Assinalo, com isso, os sentidos plurais que podiam ter os espaços e mesmo as novidades, dificilmente lidas pelo conjunto da sociedade com as mesmas perspectivas e raramente vivenciadas de maneira uniforme, embora comungassem seus pressupostos. Percebendo a pluralidade desses sentidos, enfatizo a necessidade de se trabalhar com as transformações processadas na capital sem vinculá-las a noções apenas positivas do "progresso" que não dão conta das dissonâncias e tensões expostas ao longo destas reflexões. As propostas reconhecidas como de racionalização e *modernização*, como os teatros, os mercados, os viadutos, os "Metropolitanos", eram não só destituídas de uniformidade em sua distribuição pelo espaço urbano, como também em sua apreensão nos diferentes grupos sociais. Mesmo reivindicações que poderiam ser entendidas como convergentes, como os pedidos de saneamento e embelezamento da Várzea do Carmo constantemente reiterados por governantes e grupos diferentes na capital, eram abarcados com utilidade e sentido diverso ou até contrastantes. A ênfase da imprensa diária e dos edis nesse assunto, por exemplo, jamais esteve posta no estabelecimento de uma continuidade do centro da cidade com o Brás, e a integração desses espaços jamais foi aventada como preocupação prioritária. É significativo, portanto, que os registros da

---

[38] "O 'Commercio' e o Colombo", *Folha do Povo*, n.1, 15/03/1908 (AEL, MR/0010)

inauguração do Teatro Colombo por olhares externos ao Brás fossem também tão afastados e estranhos a essa região da cidade.

Por outro lado, o mesmo periódico que pontua tais diferenças, autoproclamando-se porta-voz dos interesses dos "brasianos", também busca um certo afastamento baseado na diferença e na identificação de questões supostamente comuns às preocupações da coletividade dos moradores da região. Não apenas em relação ao Colombo o jornal *Folha do Povo* parece querer estabelecer comparações e sublinhar as diferenças, desníveis e discrepâncias perceptíveis ou visíveis na cidade e em sua suposta *modernização*, buscando um tom de crítica veemente às contradições notadas no espaço urbano.[39] Um dos mais ativos colunistas do periódico, por exemplo, arremata uma forte e reiterada crítica ao governo republicano comparando-o ironicamente à forma de governo entendida pelos republicanos como sua antítese, a monarquia: "O triângulo, ou a corte do terceiro Império, consome em um ano o que não se produz em dez, é um verdadeiro escoadouro das rendas municipais." Compara a área central aos espaços ao Brás, "onde pululam as fábricas e onde as casas comerciais se contam aos milhares, onde está a maioria do operariado que dá

---

[39] O colunista Gil Telles, por exemplo, que seria constantemente o porta-voz das críticas mais articuladas e ácidas do jornal, comenta uma comédia de Martim Francisco sobre o centralismo do Império estabelecendo uma analogia entre o governo imperial e a administração municipal: "Atualmente podia-se, e com muito mais razão, escrever uma outra comédia parafraseando a de Martin Francisco, em que entram em cena não os já agora Estados e a Capital Federal, mas sim o Brás e os demais distritos da capital de S. Paulo, desempenhando a Prefeitura o papel que outrora desempenhou o Império, o que cremos não ser coisa muito fora de propósito". Segundo ele, embora em um cenário menor, a comédia se repete mais escandalosa e odiosa: os "bairros aristocráticos" possuem muitos largos belamente ajardinados e as ruas, "mesmo as desabitadas", são calçadas com toda regra e arborizadas, embora esses bairros "em quase nada" contribuam para os cofres municipais, por não haver indústria ou comércio, já que "os ricos só compram nas casas atacadistas" ou encomendam "diretamente da Europa". "O Braz e o Imperio", *Folha do Povo*, n.1, 15/03/1908 (MR/0010).

vida a S. Paulo", e por outro lado teria dezenas de ruas intransitáveis pela lama e buracos:[40]

> [...] as ruas calçadas estão em completo abandono e casebres medievais e cortiços asquerosos demonstram que aqui habitam os parias da sociedade paulistana. Pagamos impostos que não podemos pagar e o nosso dinheiro é empregado em benefício dos que não precisam. Estamos fora da lei, não há dúvida, se não de todas, pelo menos das municipais, e, não obstante, já tomamos parte, representados pelas operárias fiandeiras, em grosso engrossamento à Prefeitura. É que isto de puxar nem todos sabem.

A percepção de uma certa injustiça na distribuição dos *melhoramentos* projetados pela administração põe em evidência uma concepção de direito ao espaço que configurava possivelmente o aspecto da transformação da cidade mais próximo do que se pode entender como uma perspectiva *moderna*. Não questionavam a distribuição igualitária dos recursos econômicos, que seria pauta de reivindicação de outros movimentos, mas a distribuição equânime das benfeitorias urbanas, uma vez que, como contribuintes, estariam todos os citadinos em condição de igualdade diante dos poderes públicos. A concepção moderna em termos políticos, está precisamente nessa reivindicação de direito ao direito, de tomada de posse do espaço da cidade, viabilizando também a ação sobre seus projetos *modernizadores*. Se já não tivessem sido expostos ao longo deste trabalho os inúmeros embates políticos que colocavam em questão demandas de caráter similar envolvendo diferentes sujeitos e espaços plurais de visibilidade e debates na cidade, seria mais prudente parar esses apontamentos aqui, diante da necessidade imposta pelo próprio ofício, de problematização das fontes de pesquisa. Questionaria, então, a legitimidade e a representatividade supostamente imprimidas à opinião de Telles sobre os

---

[40] *Folha do Povo*, n.1, 15/03/1908 (MR/0010); assuntos, aliás, que não deixavam as pautas de outros periódicos, de atas da Câmara, de pareceres de especialistas, entre outros, como venho apontando.

melhoramentos em relação ao Brás e o restante da cidade. No entanto, assegurando-me de não estar tomando pelas opiniões de um articulista de um periódico específico as impressões subjacentes a um numeroso e variado grupo da sociedade, creio ser pertinente e coerente com o amplo quadro desta pesquisa avançar um pouco mais quanto às possibilidades de leitura das mobilizações e ações na capital paulista na passagem para o século XX.

A idéia de pertencimento, que vinha sendo ampliada, ganhando força e alcance significativos por meio dos debates em torno dos *melhoramentos urbanos*, parecia adquirir também renovado sentido político, e também simbólico, na medida em que constituía um elemento decisivo na participação na cidade. Parece-me que o espaço público – na acepção política do termo – era então apreendido coletivamente por meio da idéia de *modernização*, fortemente identificada com a cidade e a sociedade de modo menos segregado e conflituoso que as apreensões plurais sobre as *modernizações* podem fazer supor. Mesmo inexata em sua abrangência e dissonância essa idéia aparecia fortemente identificada com a experiência na capital e mesmo com as expectativas relativas ao seu futuro. Assim, entrecruzada com a noção de pertencimento, a idéia de que a cidade se modernizava – e a reafirmação constante dessa trajetória como legítima – reforçava a mobilização em torno do *porvir*: empresários em busca de apoio para seus projetos *modernos*, moradores dos arrabaldes reivindicando participação equânime na experiência *moderna*, todos podiam se organizar em torno de questões urbanas e tomá-las como instrumentos políticos.[41] A cidade, ligada na etimologia tanto à idéia de agrupamento organizado,

---

[41] Ao introduzir sua coletânea sobre a importância do costume e da cultura para os movimentos e mudanças sociais na Inglaterra no século XVIII, Thompson faz alusão ao caráter instrumental dessas construções coletivas. Lembra que o sentido de permanência sugerido pela palavra tradição pode ocultar paradoxalmente um forte sentido de mudança e disputa, expressa no costume como uma arena na qual "interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes". (p. 17) Em sentido semelhante, entendo o processo de modernização paulista no período aqui abordado, notadamente pensando a circularidade dos saberes e conhecimentos, bem como os usos políticos de todo arcabouço simbólico envolvido nesse processo. "A cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o

quanto à do conjunto dos cidadãos que a constitui, pode engendrar, para além dessas noções, um forte ingrediente político.[42]

O urbano não constitui um cenário da *modernização*. Ambos os conceitos – *modernização* e cidade – expressam, na verdade, questões mais amplas do que a imagem de um cenário ou palco de embates poderia contemplar ou sugerir.[43] O

---

escrito e o oral, entre o dominante e o subordinado, entre a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa assume a forma de um 'sistema'." THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 12.

[42] A palavra *cidade*, segundo Machado, é originária do latim *civitate*, e reuniu os dois sentidos mencionados. MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*. Editorial Confluência, 1954.

[43] Nessa concepção, parece-me insuficiente tomar o ambiente urbano transformado em palco do moderno, pensado como um processo de modernização que toma como referência a organização, as atividades e o modo de viver do mundo europeu, como aponta, entre outros, Segawa. Também me parecem restritivas as explicações da modernização das cidades brasileiras, notadamente da capital paulista, baseadas em eventos de origem, como o desenvolvimento da rede ferroviária, da cafeicultura, da imigração, o crescimento populacional. Certamente são fatores importantes, mas não explicações profícuas, que possibilitariam abarcar a complexidade e amplitude do processo em questão. Assim como as análises pautadas em elementos estruturais já mencionadas – aliás, bastante próximas de tais abordagens – os estudos que explicam eventos de origem podem dar conta de realidades diversas, mas não de sua complexidade. Ao enfatizar o esforço de mobilização das elites para concretização de seus supostos valores por meio das intervenções sociais e urbanas, esses estudos dificultam a compreensão da própria *modernização* como uma possibilidade também plural em seus usos. A passagem seguinte, de autoria constantemente referenciada, sintetiza significativamente essa abordagem: "No afã do esforço modernizador, as novas elites se emprenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso". Ainda para esse autor, as tensões sociais e os espaços plurais da esfera privada que teriam sobrevivido a esse esforço das elites constituiriam o panorama contrastante desse projeto homogenizador, apenas tardiamente compreendido, conforme afirma. As tensões seriam, nessa perspectiva, desvios a reforçarem a interpretação baseada na existência de uma *modernização* operada apenas em função das elites. A meu ver, a transformação da cidade e da sociedade na passagem para o século XX não se deu apenas *em* solo tenso e conflituoso, mas principalmente *dele* se constituiu. Sobre o cenário: SEGAWA, Hugo. *Op. Cit.*; já os trechos e a interpretação citada, estão em: SEVCENKO, Nicolau. "Introdução. O prelúdio republicano, astúcias

primeiro, pensando especificamente a abrangência das leituras e reflexões desta pesquisa, pode ser entendido como um conceito mobilizador, uma idéia-força aglutinadora, capaz de ampliar as possibilidades de outra idéia correlata, a noção de *melhoramentos*, notadamente em função de sua possibilidade de constituição de projetos e idealizações identificáveis por um fundo comum.[44] A cidade, nesse sentido, exprime-se como uma aposta, uma possibilidade em latência cujos limites não são rígidos e permitem embates francos dos sujeitos envolvidos. A autoconfiança da sociedade nas possibilidades da *modernização* seguramente não era generalizada ou unânime, mas mobilizava recursos de tal ordem e com tal abrangência que poderia constituir uma espécie de ilusão sobre o *porvir* ou uma relativização ampla do que era vivenciado como um negativo do processo – na verdade o que era percebido negativamente reforçava contraditoriamente a idéia-força, na medida em que se exigia, com os mesmos recursos de ação, sua superação.

Novamente refiro-me às reflexões de Ansay e Schoonbrodt sobre a cidade moderna para pensar este estudo, dessa vez para remeter a uma idéia que me parece subjacente ao conjunto das reflexões que venho apresentando: a coexistência de um saber-fazer e saber-viver na cidade. Para os autores, há no espaço da cidade abertura concreta de um horizonte para a liberdade ativa, no cruzamento espacial dos conhecimentos científicos, o saber-fazer da técnica, as disponibilidades de acumulação de bens e de expressões simbólicas da cultura.[45] A capital *em obras*, assim, não se constituía apenas como espaço de concentração de riqueza, local de operações comerciais e prestação de serviços, e de oportunidades individuais. Na forma de um "gigantesco equipamento construído pela coletividade" implicava uma forma específica, historicamente constituída de transformação, situada entre a experiência

---

da ordem e ilusões do progresso". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.). *Op. Cit.*, 1998, pp. 7-48.

[44] A noção de idéia-força refere-se, mais uma vez aqui, ao conceito explicitado por Bourdieu em *O Poder Simbólico*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

[45] ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. *Penser la Ville. Choix dês textes philosophiques*. Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989, p. 109.

urbana e as expectativas que nela são geradas.[46] Quando afirmo estar presente no entendimento do conceito de *modernização*, tanto o saber-fazer quanto o saber-viver, entrecruzados pela idéia de pertencimento, a perspectiva da reivindicação do direito à cidade adquire nova abrangência. Remete à constituição do direito ao direito à cidade, à participação do cidadão num espaço específico, não limitado pelas formas institucionalizadas de atuação.[47]

Retomo, pois, o ponto de partida: as transformações e o desenvolvimento extraordinários da cidade de São Paulo na passagem do século XIX para o XX, redefinidos e reafirmados constantemente ao longo de todo o último século pelos estudos sobre a capital exercem fascínio e seduzem a imaginação, tanto dos contemporâneos quanto dos estudiosos. Aqueles que vivenciaram tal experiência tendiam a percebê-la como possibilidade e como *porvir*, mesmo a partir das tensões e dos embates vivenciados na cidade, enquanto os estudos e reflexões sobre esse processo parecem mais céticos ou desconfiados, e tendem a ler essa expectativa ou aposta como julgamentos equivocadamente otimistas ou até ingênuos, atribuindo-lhes motivações pouco claras ou o mero desejo de mimetismo de modelos estrangeiros.[48] Considerando as interpretações propostas ao longo deste trabalho e os

---

[46] Correlação estabelecida entre a experiência vivida e a expectativa de futuro, no sentido de uma interpretação sobre a cidade em termos gerais, está baseada também na apropriação de Paul Ricoeur feita por Lepetit em "é possível uma hermenêutica urbana?" In: LEPETIT, Bernard. *Por Uma Nova História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 137-153.

[47] Nesse sentido, para Ansay, a destruição espacial do espaço público pode acarretar a destruição da dimensão pública do espaço. ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René.*Op. Cit.* p. 43.

[48] Acredito não ser necessário, considerando as referências pontuadas ao longo deste trabalho, rever outra vez os estudos que tratam do processo de transformação de São Paulo. De acordo com as questões suscitadas ao longo destas reflexões, pude apontar algumas proximidades e diferenças entre os numerosos trabalhos que abarcam os processos de transformação e modernização na capital. Devo, por outro lado, pontuar uma concepção subjacente às análises apresentadas neste estudo dada sua relevância para estas reflexões e considerando a recorrência da questão na bibliografia concernente às transformações urbanas. Trata-se dessa interpretação voltada a apontar supostas evidências da falta de originalidade ou da hipotética insistência das elites nacionais em imitar modelos estrangeiros – interpretação especialmente

indícios amplamente analisados relativos aos significados contundentes e positivos da *modernização plural* em curso na capital paulista, devo afirmar que tais interpretações arriscam-se a alcançar apenas uma compreensão parcial desse processo de transformações, deixando de apreender questões fundamentais para aqueles que o vivenciaram.

Entre *urbs* e *civitas*, o espaço materialmente constituído e a sociabilidade urbana, configuram-se relações complexas. O conceito de cidade remete a desconfortos da lógica por não ser possível uma apreensão de modo linear ou uma caracterização abrangente. De modo similar, a compreensão do ambiente urbano, físico e social, como realidade que se constitui historicamente impõe uma predisposição em permitir abarcar essas relações complexas. No caso especial de São Paulo, cidade marcada por impactantes transformações cujas impressões significativas também pontuam suas narrativas históricas, esse desconforto se torna mais agudo. Talvez embotado das incertezas e temores que nas últimas décadas vêm dominando o saber-fazer e o saber-viver urbano, o observador atual apreenda com desconfiança ou reduzida credulidade o que se percebia no Oitocentos como crível e mobilizador de forças abrangentes. Talvez a noção de crise – que perpassa o conceito de cidade, os saberes especializados, a dimensão da experiência e dos projetos de cidade – esteja demasiado acentuada atualmente para que se possa compreender com clareza a especificidade do contexto urbano no final do século XIX. Naquele momento a realidade *modernizante* da cidade tinha um poder simbólico tal que poderia suplantar as percepções negativas e os desconfortos, constituindo-se como horizonte

---

profícua nos estudos urbanos – e que a meu vem se tornando um empecilho à compreensão dos sentidos e das posições plurais envolvidas nesse processo. Concordo, pois, com Bresciani, quando afirma ser a referência às "idéias fora do lugar" um rótulo estranho ao domínio acadêmico do urbanismo, "mas que aí facilmente ganhou adeptos da explicação fácil e adotada em todos os domínios das ciências humanas". Continua a autora afirmando que seu estudo "em nada se assemelha a aceitação de um mimetismo aborígene tacanho. Parte-se simplesmente do reconhecimento de que, no campo do urbanismo, e estreitamente vinculados às possíveis opções políticas, colocava-se ao dispor dos interessados, como um fundo comum do conhecimento e prática de interpretação das cidades, um leque de opções universalizantes." BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Op. Cit.*, 1999, pp. 36-37.

de expectativa e abranger projetos políticos tomados como legítimos. Na experiência urbana no contexto estudado, a cidade estava aberta. Temos que voltar ao entendimento das dimensões dessa experiência para poder apreender o potencial político latente desse espaço.

QUESTÃO URBANA EM FOCO:
PROJETO E EXPERIÊNCIA

As imagens escolhidas entre os documentos da pesquisa realizada não se configuram exatamente como ilustrações desta tese. São expostas, na verdade, como outros elementos de análise para enunciar algumas reflexões sobre a questão urbana na capital paulista na passagem do século XIX para o XX. A partir desses significativos registros acerca das questões interpretadas ao longo do trabalho proponho ora dar relevo ao que fora abordado, ora deixar entreabertos outros percursos possíveis. Isso esclarece, em parte, a forma como as reuni e organizei, avançando aos poucos pelos temas abordados ao longo deste estudo.

Essas imagens incluem algumas reproduções de fotografias e de mapas relativamente difundidos entre os estudos sobre São Paulo. Mas a maior parte do conjunto está baseada no acervo do AHMWL e sendo assim possui, de início, duas características essenciais. Primeiramente o relativo ineditismo de grande parte das reproduções, visto que as próprias condições de arquivamento e ordenação dos documentos do acervo não são facilitadoras do acesso direto dos pesquisadores ao material iconográfico referente aos processos das leis municipais. Outra característica das imagens decorre dessa primeira: a seleção e a análise das figuras foram feitas concomitantemente à pesquisa nos manuscritos por estarem atreladas no acervo, e nesse sentido guardam estreita relação com os momentos em que as questões foram paulatinamente desveladas no trabalho. Algumas delas, correspondentes a documentos analisados, informaram indiretamente as reflexões feitas no decorrer do estudo, mas por opção de ordenação e apresentação do trabalho aparecem apenas neste encarte. Quero crer que não há nisso prejuízo para as reflexões tecidas ou a serem feitas. Ao contrário, penso haver uma nova possibilidade de leitura do texto e das imagens. É nesse sentido que proponho os breves comentários que antecedem as figuras.

Devo confessar antes de apresentar as imagens outro objetivo que me move neste ponto do trabalho: poder repartir também com o leitor o prazer de escarafunchar um arquivo de uma cidade tão complexa e instigante.

Figura 1: Detalhe da Várzea do Carmo. *Planta Geral da Capital de São Paulo*, 1897.
Figura 2: Primeiro mercado municipal da cidade, c.1880, fotografia de Marc Ferrez, *Cadernos de Fotografia Brasileira*, n.2, p.73.
Figura 3: Lavadeiras às margens do rio Tamanduateí. c. 1890, fotografia de Marc Ferrez, *Cadernos de Fotografia Brasileira*, n.2, p. 79.

Área emblemática da cidade nas discussões sobre salubridade e estética nas décadas finais do século XIX, a Várzea do Carmo recebeu atenção especial dos poderes públicos e dos moradores. O espaço então preocupante - em função dos desconfortos provocados pelos alagamentos, pelas "águas estagnadas" e pelo aspecto geral dos terrenos - aparece nesses registros em diferentes apreensões. O traçado da malha urbana realizado pelo setor de obras municipal em fins do século XIX inscreve claramente os meandros do Tamanduateí nos planos para a cidade: a região tão próxima ao centro e ao populoso bairro do Brás deveria ser ordenada e os desconfortos eliminados pelo traço racional da canalização várias vezes projetada. [figura 1] Às margens do sinuoso curso d'água, o Mercado da rua 25 de Março parece indiferente ao cenário ao fundo: o vale alagadiço, os núcleos incipientes de futuros bairros e a farta vegetação. [figura 2] Contrastando com esse cenário bucólico, o movimento do mercado revela sinais de um ativo núcleo urbano de onde o fotógrafo escolheu os ângulos do registro. Outro contraste também vem da Várzea: uma canoa, algumas lavadeiras e crianças às margens do mesmo rio tornam difícil incluir essa cena nas noções correntes de espaço urbano, e deixa a impressão de uma imagem em descompasso com o anunciado crescimento da cidade. [figura 3]

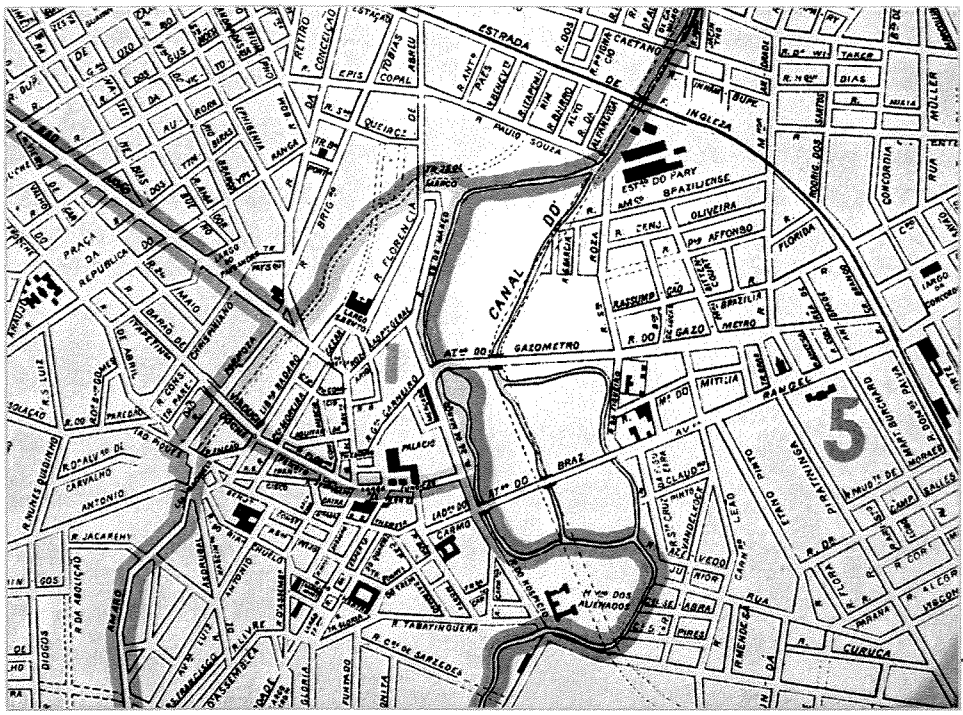


Figura 1

Figura 2

Figura 3

Figura 4 (a/b): Detalhe da região sul da Sé, rua da Assembléia. *Planta da Cidade de São Paulo*, 1881.

Figuras 5 e 6 (esta, na próxima folha): Processo da lei n.428, de 14/10/1899 requerimento contra demolição de casebres na rua da Assembléia, AHMWL-FCMSP, volume 1954.

Localizada imediatamente ao sul da região central, divisando com áreas desocupadas da malha urbana da capital na década de 1880, a rua da Assembléia [Figura 4 a/b], atual Rodrigo Silva, testemunhou em detalhe as tensões existentes no final do XIX envolvendo as ações dos poderes públicos e os interesses de seus habitantes. A singela moradia, [figura 5] muito provavelmente bastante semelhante a muitas outras na mesma rua e região, foi motivo de debates e reivindicações por parte dos moradores e dos administradores municipais, ambos empenhando argumentos norteados por saberes especializados para apoiar objetivos distintos. Nessa outra moradia da mesma rua, o traço do engenheiro da Câmara é uma marca suave na planta [figura 6, próxima folha], mas rígida em relação ao julgamento e decisão propostos. Os debates em torno da moradia, originários de uma reivindicação e uma tomada de posição clara de proprietários descontentes com os planos de intervenção que afetavam suas moradias, estão sintetizados na imagem. Constitui, assim, o registro visual raro de uma importante esfera da cidade que não se pode perder de vista: a política.

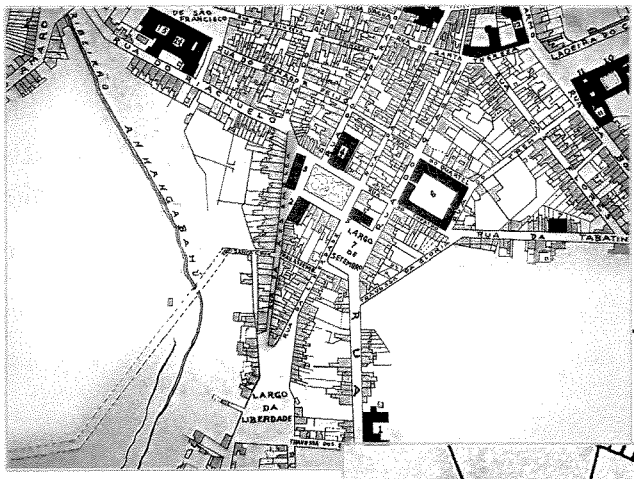


Figura 4a

Figura 4b

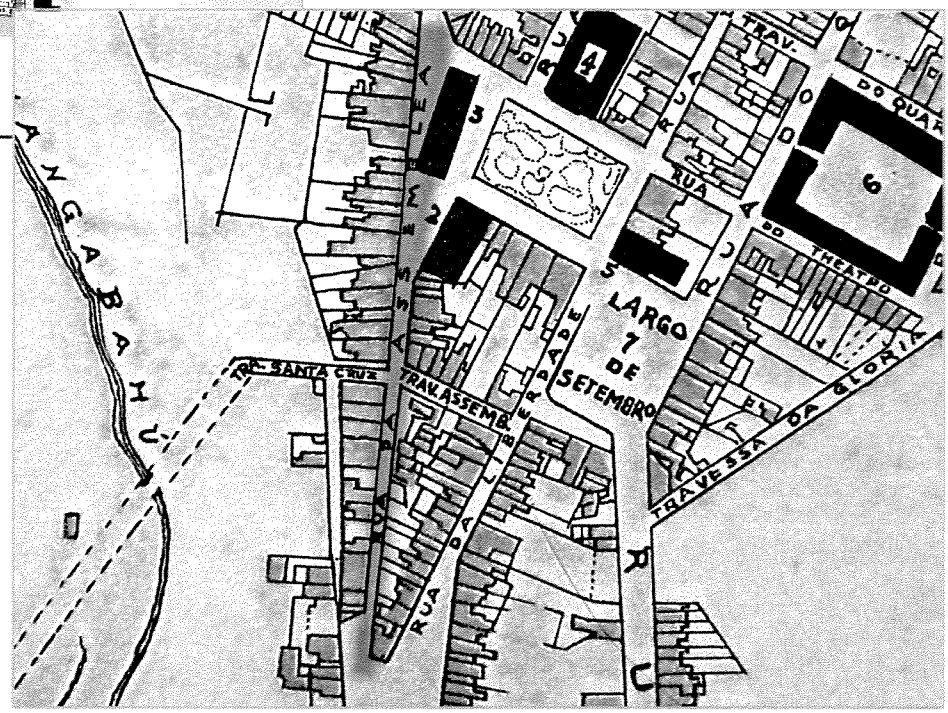


Figura 5

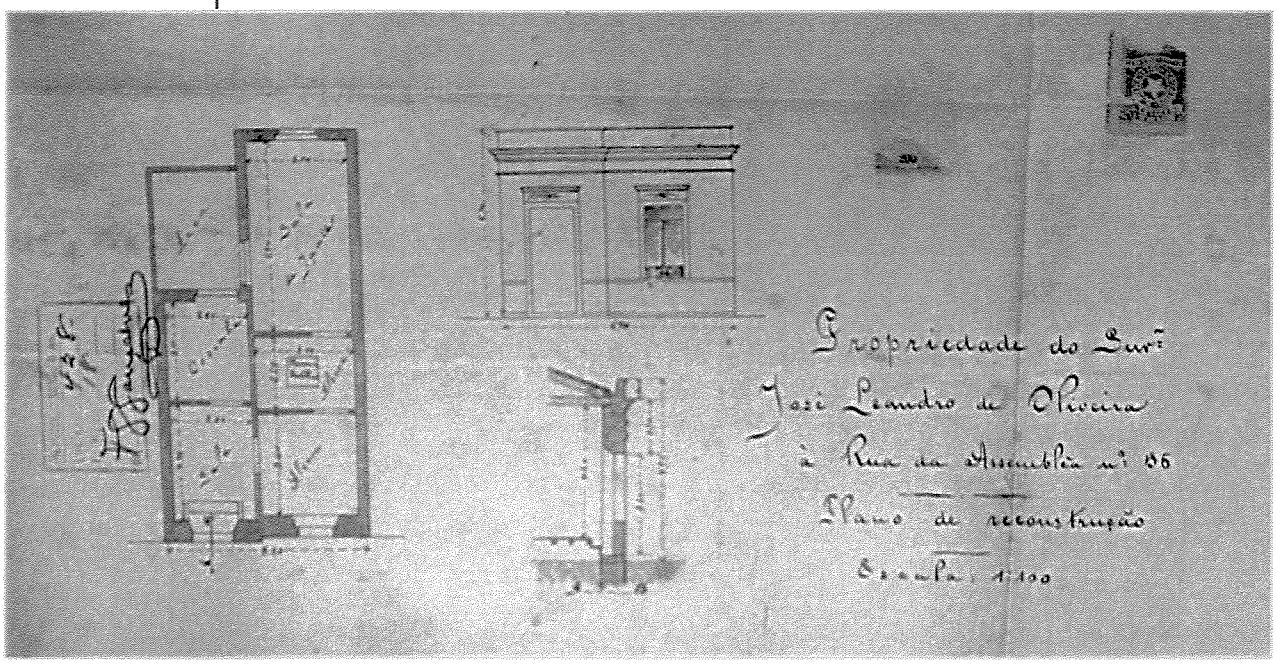


Figura 6

Figura 7 (a/b): Processo da lei n.465, de 19/05/1900, declara de utilidade pública o terreno e as casas n. 38, 40 E 40ª da rua Carvalho para alargamento da rua Victorino Carmillo, AHMWL-FCMSP, volume 1967.

Nestas imagens uma retórica de perdas se inscreve de modo claro no espaço da cidade. Para seguir o novo alinhamento da rua Victorino Carmillo, no bairro de Campos Elíseos, o plano traçado indica em linha reta a nova ordenação do espaço. [figura 7 a] Observado de perto, o alinhamento indica a necessidade de algumas pessoas reorganizaram suas moradias, removendo-as da nova rua. [figura 7 b] Os traços são inequívocos: as hachuras escuras indicam as edificações descartadas pelo novo alinhamento, e as largas hachuras claras abstratamente "limpam" o terreno a ser ocupado pela via. Nas avaliações dos gestores públicos, os "casebres" constituíam um "trambolho incômodo à vista" e ao trânsito.

Figura 7a

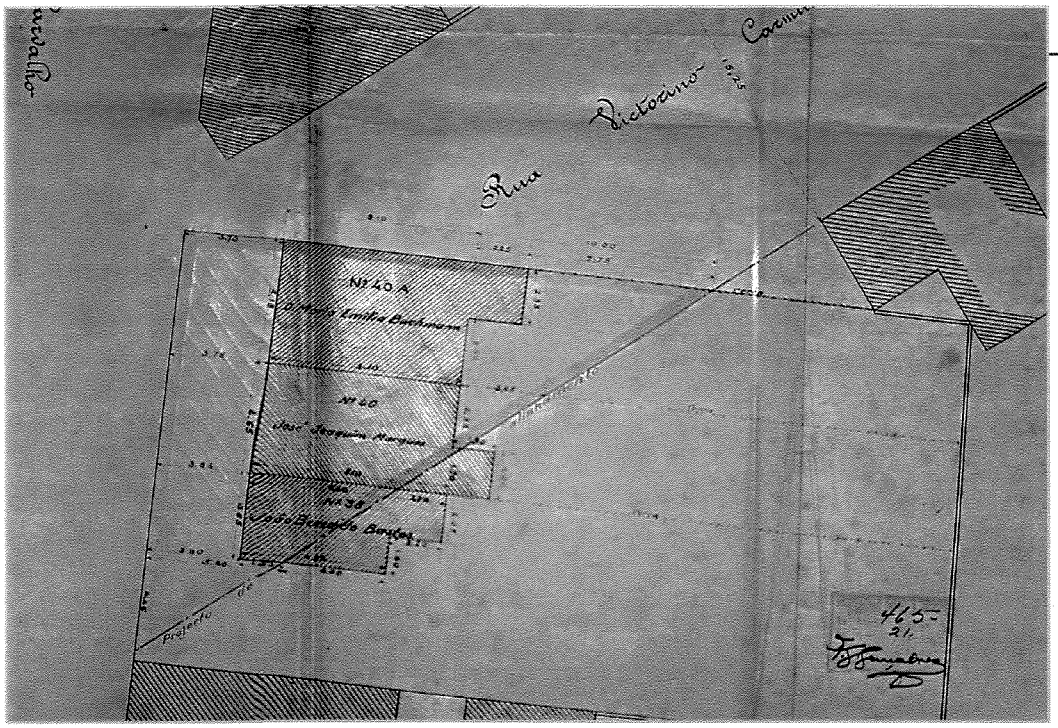


Figura 7b

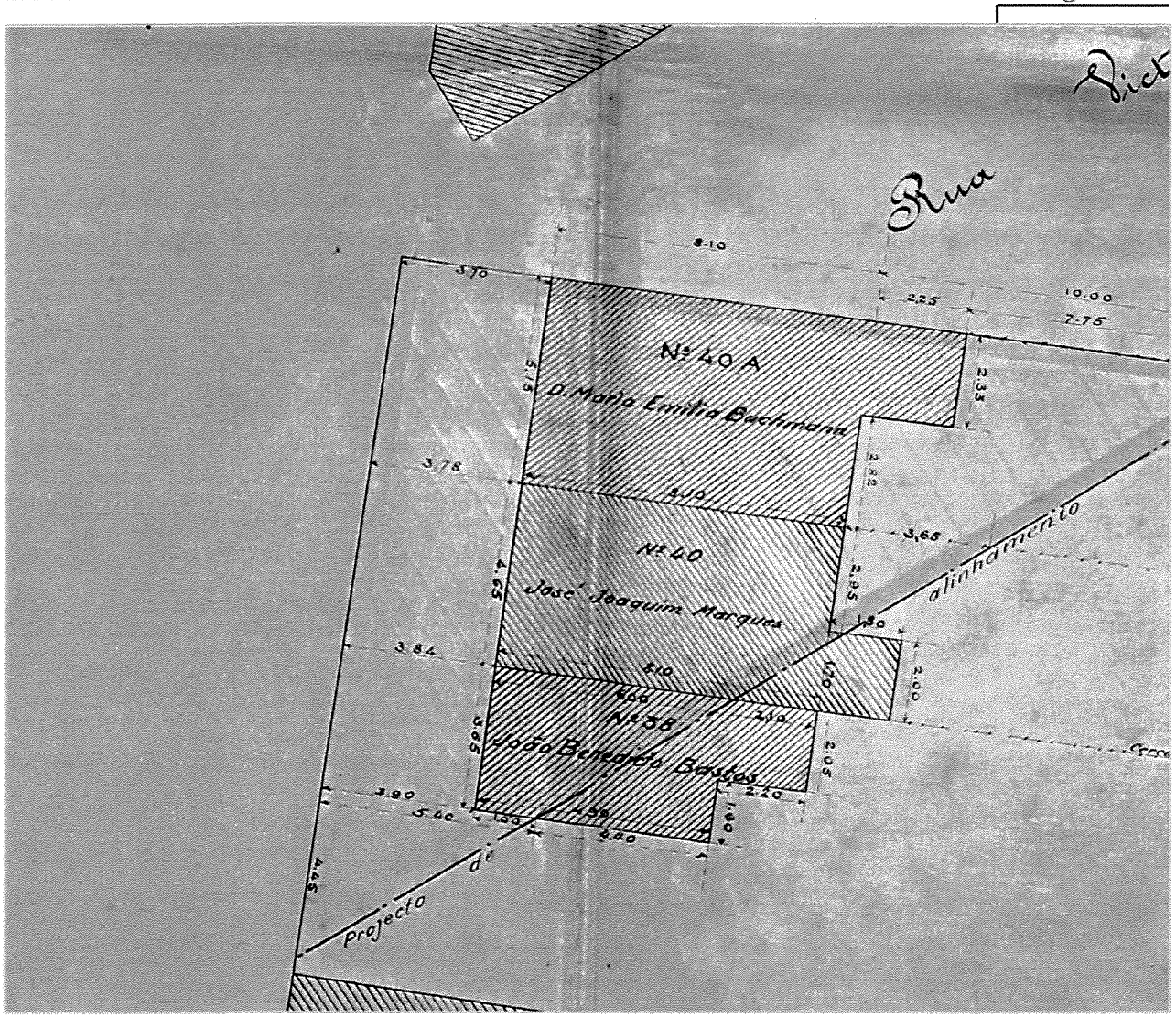


Figura 8 (a, b, c, d): Processo da lei n.1175, de 26/09/1908, autoriza obras diversas, obras no Cambuci, AHMWL-FCMSP, caixa 57.

A franca articulação dos argumentos e a demonstração de ciência dos trâmites burocráticos, observáveis no documento, não são exatamente exemplares dos requerimentos analisados ao longo do trabalho.[figura 8 a/b] Por outro lado, alguns aspectos do registro indicam com clareza questões que usualmente envolviam tais pressões: o modo como se direcionam às autoridades municipais - municiados de argumentos técnicos semelhantes aos da própria administração; os questionamentos norteados por noções de direitos individuais e interesses coletivos; e mesmo a apresentação dos signatários - que testemunha, por exemplo, a presença de estrangeiros, e alguma dificuldade com a língua escrita (notável na grafia ou naqueles que assinam "a rogo") [figuras 8 c/d, na próxima folha]. Fica clara na anotação a percepção da necessidade de aceitar os acordos socialmente reconhecidos e de negociar os interesses coletivos a partir de princípios também reconhecidos amplamente. Fazer parte da cidade, nesse sentido, liga-se fortemente à necessidade de participação em uma sociedade organizada em bases consensuais, contratuais.

Lei n.º 1775
Folha n.º 40
(a)

Illm.os e Exm.os Snrs. Presidente e mais Vereadores da Camara Municipal.

1ª Prefeitura
S. Paulo 22/9/05

Os abaixo assignados proprietarios, negociantes, e mais moradores do bairro do Cambuhy, pomposos no espirito de alta justiça e grande attenção que de VV. Exc.as tem todos os emprehendimentos que acarretam beneficios e progresso para esta Capital, não poupando esforços para os melhoramentos e embelezamento da Cidade, vem respeitosamente pedir a VV. Exc.as o seu poderoso auxilio para seus serviços que, nunca despendioso, importará todavia em grande e real melhoramento para a Cidade.

Queremos referir a que VV. Exc.as se dignem mandar executar a medicação n.º 115 de 1903 do ex-Vereador Dr. Jose Oswaldo, e reforçada com a medicação n.º 154 de 1905 do digno Vereador Snr. Goulart Penteado.

2.º Que egual execução tenha a medicação n.º 208 de 1904 do ex Vereador Snr. Dr. Adolpho Mayr, estas medicações Snrs. Vereadores referem-se ao calçamento de quatro ruas pelas Dr. Climaco Barbosa e Senador Jose Bento, pois estas ruas além de possuirem um transito mais que regular possuem a illuminação publica, acontecendo porem, que muitos destas ruas soffrem um rebaixamento que acabam de pagar estas calçadas, o que aliás não são hoje devido a enormes barrancos, que com esse rebaixamento ficarão ao lado das mesmas ruas, barrancos esses muito extraños de prejudicar por completo o transito de pedestres, a não

Figura 8a

com risco de serios perigos como já tem acontecido a diversas pessoas que forçadamente se tem delles precipitado, principalmente as crianças que no tempo das chuvas estão pondemadas a não poderem frequentar as escolas publicas.

E finalmente 3º Os abaixo assignados recorrem a especial attenção VV. Exc.as no sentido, de pedirem aos competentes por representando a "The São Paulo Tramway Light And Power Company, Limited" que faça estender suas linhas até ao fim da rua Doutor Climaco Barbosa, afim de dar facil execução ao art 4º do contracto de Municipação pelo qual ella se obriga dentro de 4 annos a limitar suas linhas por uma circumferencia de dez Kilometros de raio, quando é certo que a linha do Cambuhy ao que parece aos abaixo assignados poderá ter dois Kilometros pouco mais ou menos, ficando por esse modo respeitados, não só os supplicantes como quem tenha predios a fazer no bairro do Cambuhy, desde já protestamos a VV. Exc.as os nossos maiores e mais sinceros agradecimentos pela attenção que merecer esse nosso pedido, fundado no mais lisonjeiro principio de justiça.

E. E. R. Mce

São Paulo 22 de Setembro de 1905.

Leandrinho de Almeida Diogo

Por Rodrigo Pires, Firmino Dias

Por Fran.co Duarte, Firmino Dias

Rua Conselheiro Antonio Prado

Por Secretario

Por Sebastião Felippe, Proprietarios e Commerciantes

Figura 8b

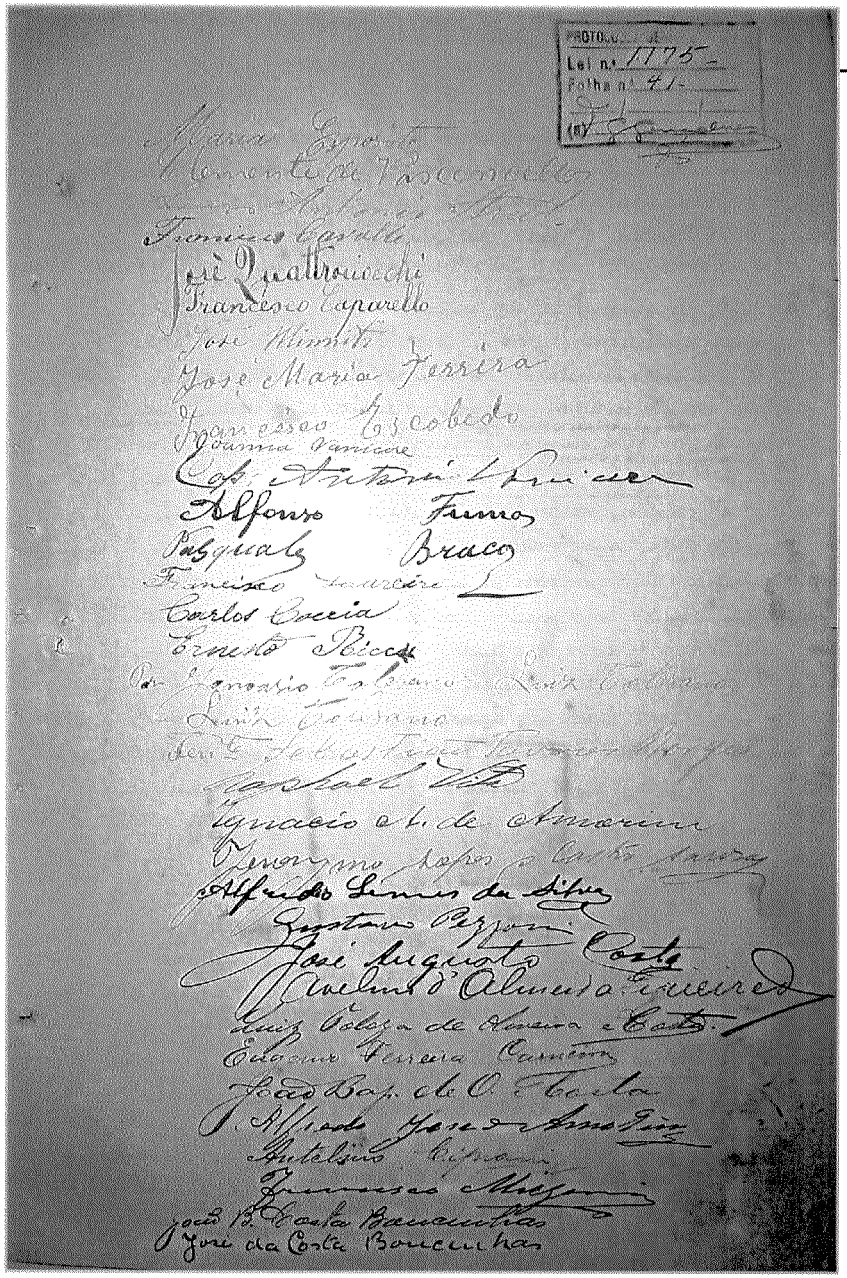


Figura 8c

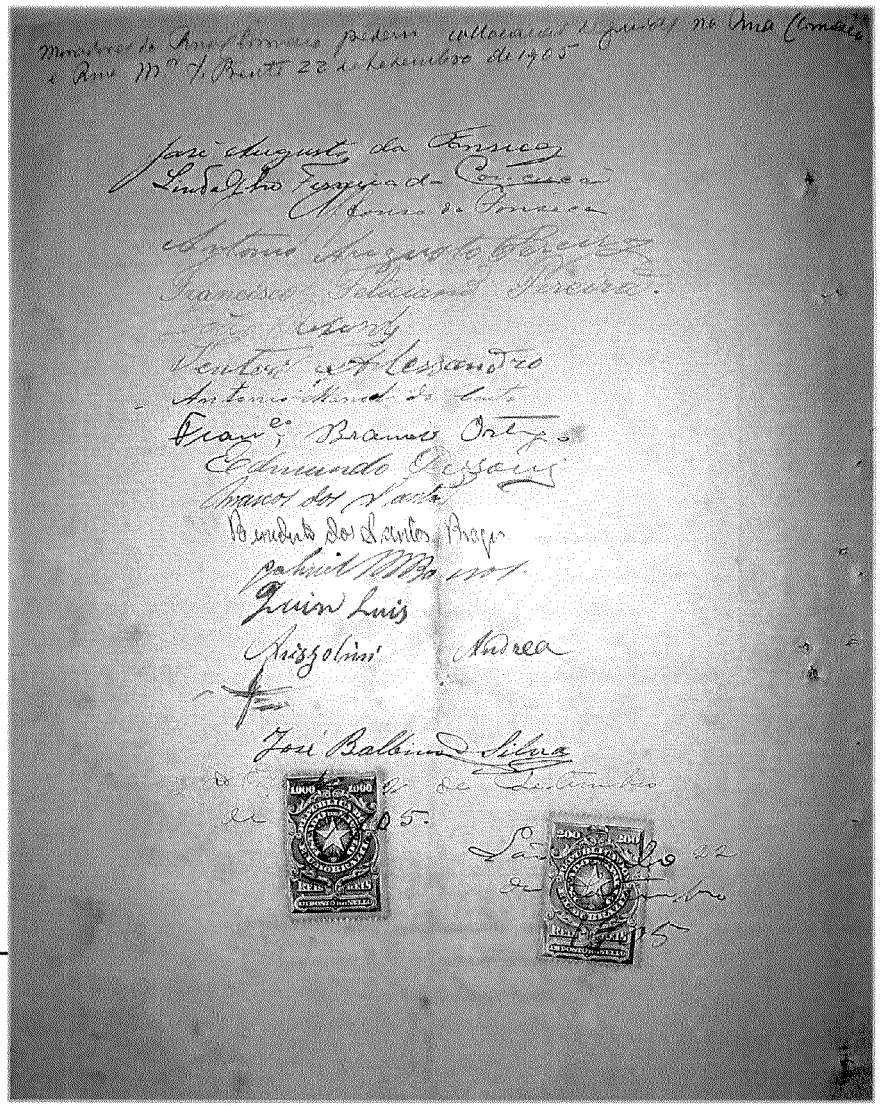


Figura 8d

Figura 9: Processo da lei n.455, 23/03/1900, com abaixo-assinado de moradores e desenhos de cortes transversais de ruas, em polêmica sobre calçamento da Celso Garcia, volume 1966.

Os detalhes desses cortes transversais que reproduzem ruas de Londres e Paris [figura 9] podem ser tomados como testemunhos da atenção dos poderes públicos com as questões discutidas na cidade. O documento integra um conjunto de argumentos que visava convencer os moradores da avenida de Intendência na capital (atual Celso Garcia), então insatisfeitos com a condução das obras públicas no local, acerca da razoabilidade dos planos apresentados. Diante de exemplos delicadamente traçados em linho, o engenheiro apresentava um panorama de comparação que deveria municiar as ações da Capital tornando-as inquestionáveis. O diálogo se estabelece claramente em bases técnicas e denota a relevância das negociações e pressões no processo de constituição do urbano – materialmente e como *questão*.

Observação: a escala, que na edição da imagem teve a visibilidade prejudicada, indica o seguinte: 0:01 por metro.

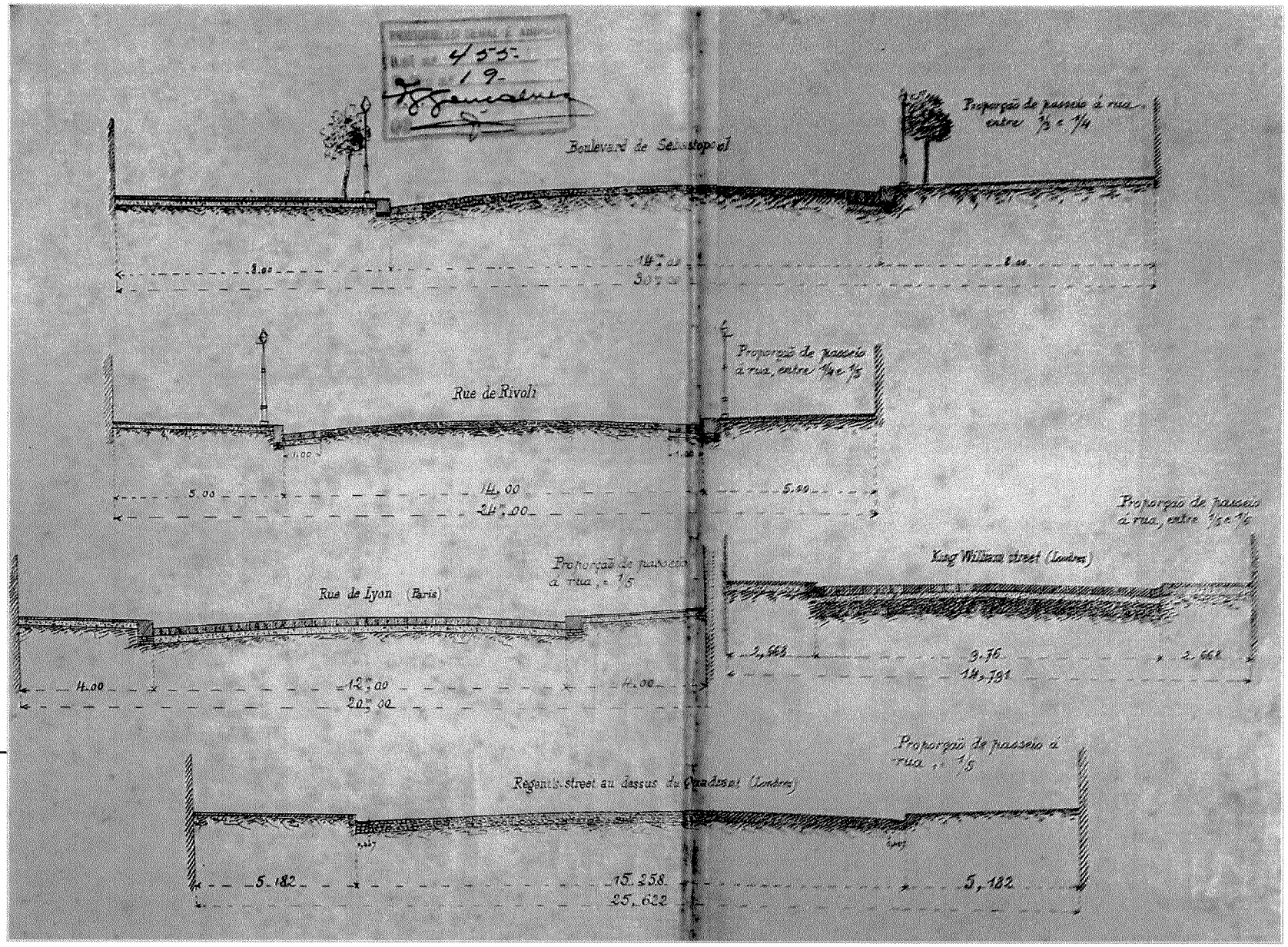

Boulevard de Sebastopol
Proporção de passeio à rua entre 1/3 e 1/4
Rue de Rivoli
Proporção de passeio à rua, entre 1/4 e 1/5
Rue de Lyon (Paris)
Proporção de passeio à rua, 1/5
King William street (Londres)
Proporção de passeio à rua, entre 1/5 e 1/6
Regents street au dessus du Quadrant (Londres)
Proporção de passeio à rua, 1/5

Figura 9

Figura 10: Processo da lei n.1566, de 25/7/1912: com trecho da planta cadastral, AHMWL-FCMSP, caixa 72.

Figura 11: Processo da lei n.413, de 08/08/1899, trata de três desapropriações de terrenos/planta (rua Leite de Moraes/Voluntários da Pátria), AHMWL-FCMSP, volume 1963.

Vestígio raro do uso da planta cadastral de São Paulo, localizado entre os documentos. [figura 10] No recorte, aponta um trecho do bairro do Brás no qual procura localizar uma rua a ser registrada oficialmente pela administração municipal (a letra "A" indicada no mapa, conforme anotação, é a suposta rua Sant'Anna). Estabelecendo uma verificação em minúcias da ocupação espacial da cidade, a planta tornou-se ferramenta de trabalho utilizada amplamente pelos setores técnicos da municipalidade. Poderia então facilitar decisões sobre alinhamentos, como este na rua leite de Moraes [figura 11]. Conforme documentação da Câmara, a construção a ser suprimida pelo novo traçado da rua era "um cortiço velho sem forro, sem soalho e sem altura, estando fora de todas as condições higiênicas", além de estar fora do alinhamento proposto. O que se evidencia pelo traçado é a inadequação da construção – condenada assim pela apreensão e gestão do espaço em bases técnicas e conceituais que reuniam padrões de salubridade e de funcionalidade do espaço urbano.

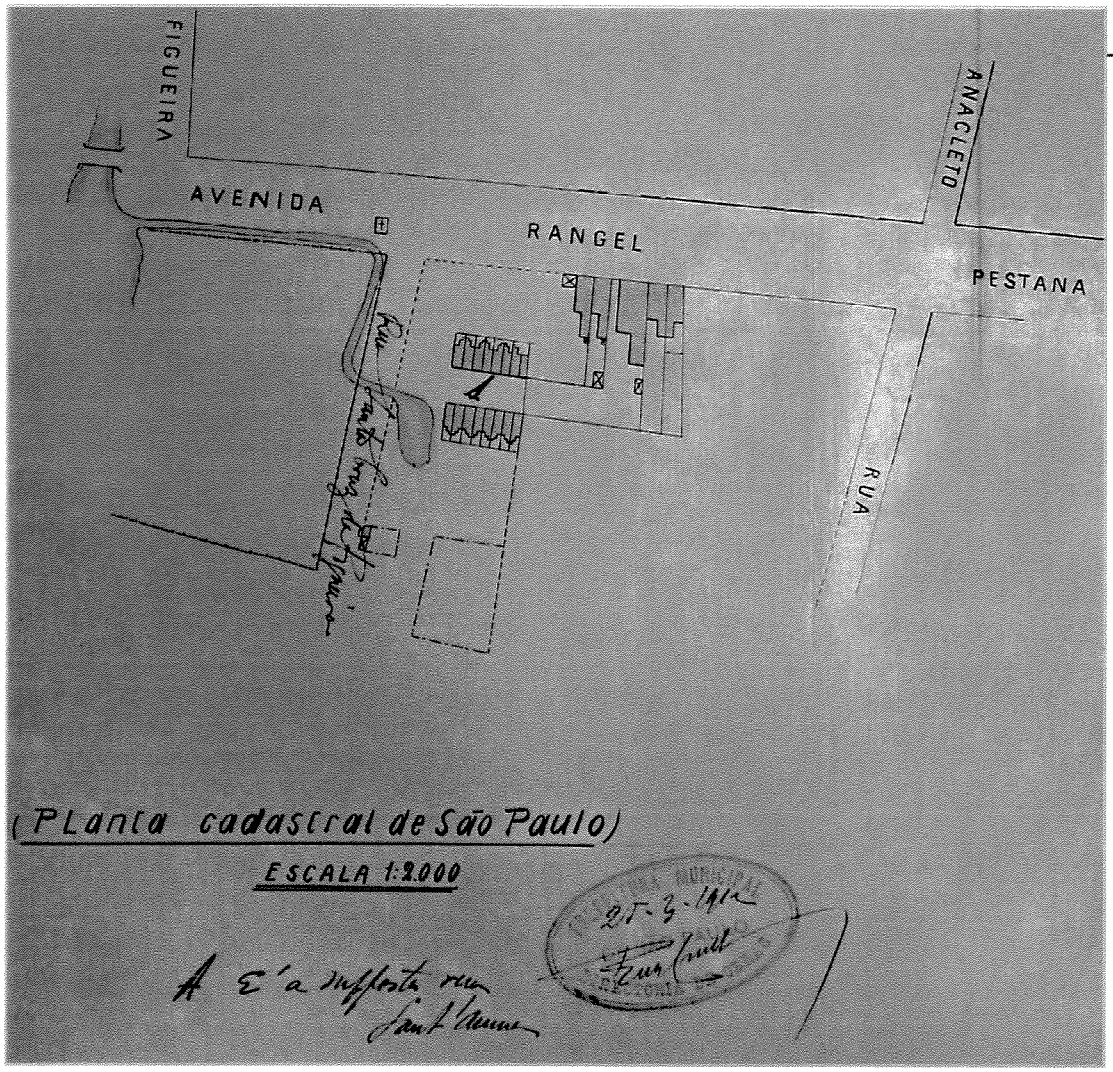


Figura 10

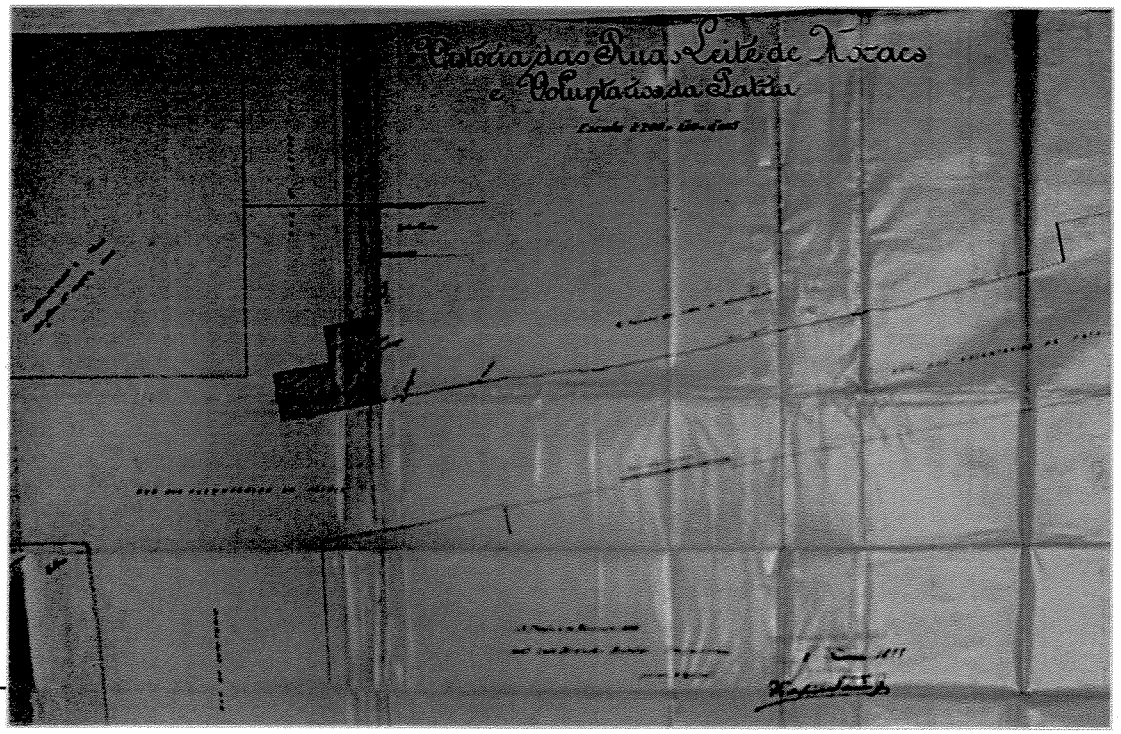
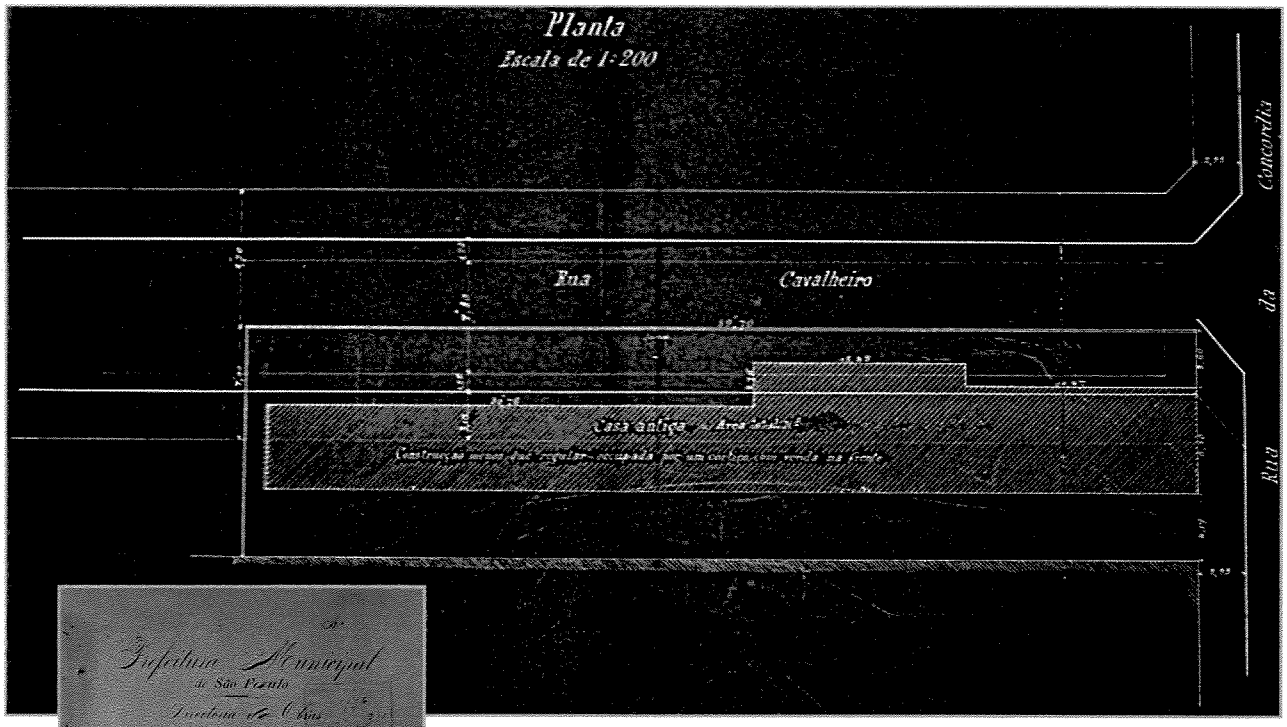


Figura 11

Figura 12: Processo da lei n.1516, de 01/04/1911: alinhamento, diversas obras como alargamento da rua Cavalheiro, AHMWL-FCMSP, caixa 70.
Figura 13: Processo da lei n.1516, de 01/04/1911: alinhamento, diversas obras como prolongamento da rua Paulo Afonso até a rua da Concórdia, AHMWL-FCMSP,caixa 70.

Exemplos de projetos do setor de obras, com capas e apresentação padronizadas, indicam com clareza os responsáveis pelas decisões: a prefeitura e a Diretoria de Obras Públicas, por meio dos engenheiros signatários - diretor, vice e engenheiros de distrito coordenam o aparato técnico. [figuras 12 a e 13 a]

No projeto de alargamento da rua Cavalheiro [figura 12 a] chama atenção o registro de uma argumentação de certo modo velada nas discussões na Câmara quando fora aprovada a intervenção: enquanto os debates explicitam as supostas necessidades de comodidade e funcionalidade da obra, o registro do engenheiro no projeto deixa uma outra possibilidade de leitura: "casa antiga: construção menos que regular - ocupada por um cortiço e uma venda na frente". [figura 12 b] Para execução do plano de prolongamento da rua Paulo Affonso, no Brás, [figura 13 a] novamente algumas edificações teriam que ceder espaço para o arruamento. Segundo avaliação anotada pelo engenheiro José de Sá Rocha a construção a ser desapropriada era formada por uma "casa antiga" e um "telheiro em mau estado". [figura 13 b] Muito provavelmente os motivos que levaram a tal alinhamento se fundiam na percepção dos sujeitos envolvidos, mas certamente relacionavam aspectos plurais nesse processo: salubridade, funcionalidade, estética, questões sociais e políticas, enfim, uma *questão urbana.*



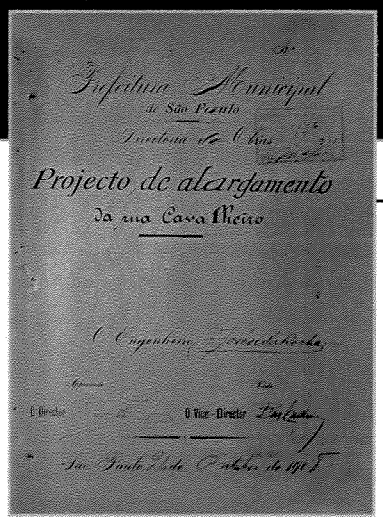


Figura 12 a/b

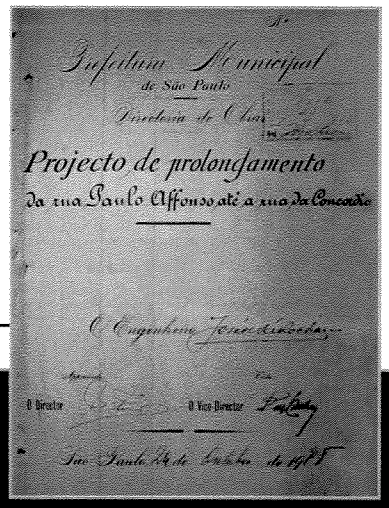


Figura 13 a/b

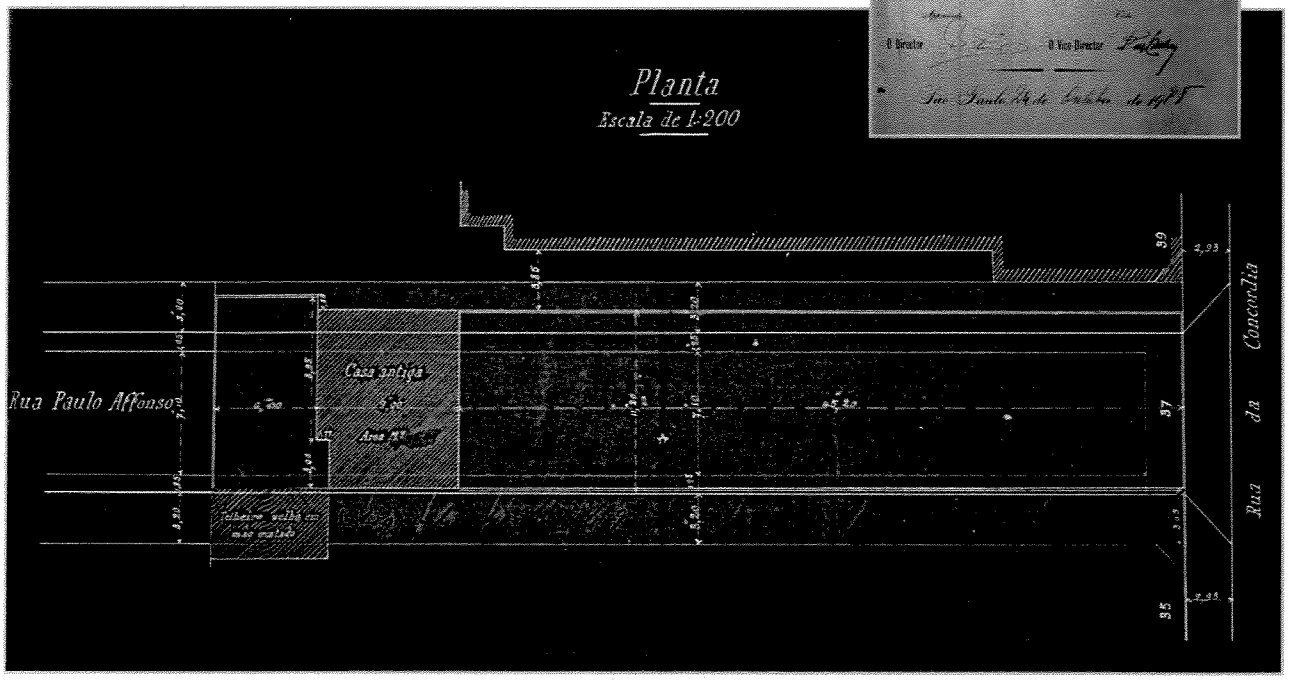


Figura 14 (a/b): Rua S. João, c1890. fotografia de Militão de Azevedo, *Cadernos de Fotografia Brasileira*, n.2, p.74.
Figura 15: Vila Operária, 1913, fotografia de Augusto Cesar de Malta Campos. *Cadernos de Fotografia Brasileira*, n.2, p. 100.

O conforto tinha um custo elevado, também perceptível na experiência cotidiana de maneiras diversas. A imagem ao lado constitui um flagrante das obras na capital na passagem para o século XIX: obras particulares na edificação à esquerda na foto, [figura 14b] com as estruturas dos andaimes e materiais de construção invadindo o espaço da rua; obras públicas expondo à experiência cotidiana o complexo trabalho que envolvia o calçamento e o assentamento de trilhos nas ruas da cidade. Também nesse nível essencialmente concreto da experiência urbana, viver em uma *cidade em obras* implicava em situações que não poderiam passar despercebidas aos citadinos.

A construção de casas higiênicas em vilas como essa [figura 15] expunha também os recursos empregados na transformação urbana da cidade. As crianças na foto, alguém que se pode vislumbrar através da janela à esquerda da imagem (ao lado de uma mulher que parece indiferente ao fotógrafo): esses elementos podem indicar que os imóveis ainda inconclusos já abrigariam alguns de seus habitantes. Fiscais, construtores, proprietários, ou responsáveis pela obra observam o trabalho empreendido. Em qualquer dessas hipóteses o grupo que posa em destaque na imagem parece exibir certo orgulho pela edificação, muito provavelmente cientes da importância da questão da moradia para os "desfavorecidos" naquele momento.

Figura 14a

Figura 14b

Figura 15

Figuras 16 e 17: Processo da lei n.1517, de 8/4/1912: plantas para viaduto Boa Vista, caixa 70.

No plano de construção do viaduto Boa Vista - projetado mas não executado na época - o Sr. Pedro Alegretti seria um dos mais atingidos pelo traçado pensado para o melhoramento.[figura 16] Deveria contentar-se com a indenização, já que toda a reorganização da área em que mantinha seus imóveis estava aparentemente condenada a desaparecer - o risco destacado em vermelho não deixa dúvidas acerca da intenção. No novo espaço, também o Teatro Santana perderia seu lugar para o viaduto - talvez também porque outro teatro, ao lado de outro viaduto, merecesse, então, maior atenção. [figura 17] Além das presumíveis contendas e negociações que deveriam envolver a concretização do projeto, o registro permite reconstituir uma apreensão da área central da capital configurada de modo bem diverso do atual. Para um olhar informado tecnicamente, permite perceber usos e noções diferentes desses espaços que rodeavam o Palácio do Governo: ajardinamento, traçado irregular, terrenos densamente ocupados nas ruas laterais, e grande parte dessa área seria redefinida em outras bases, como atesta o traçado no projeto.

Figura 16

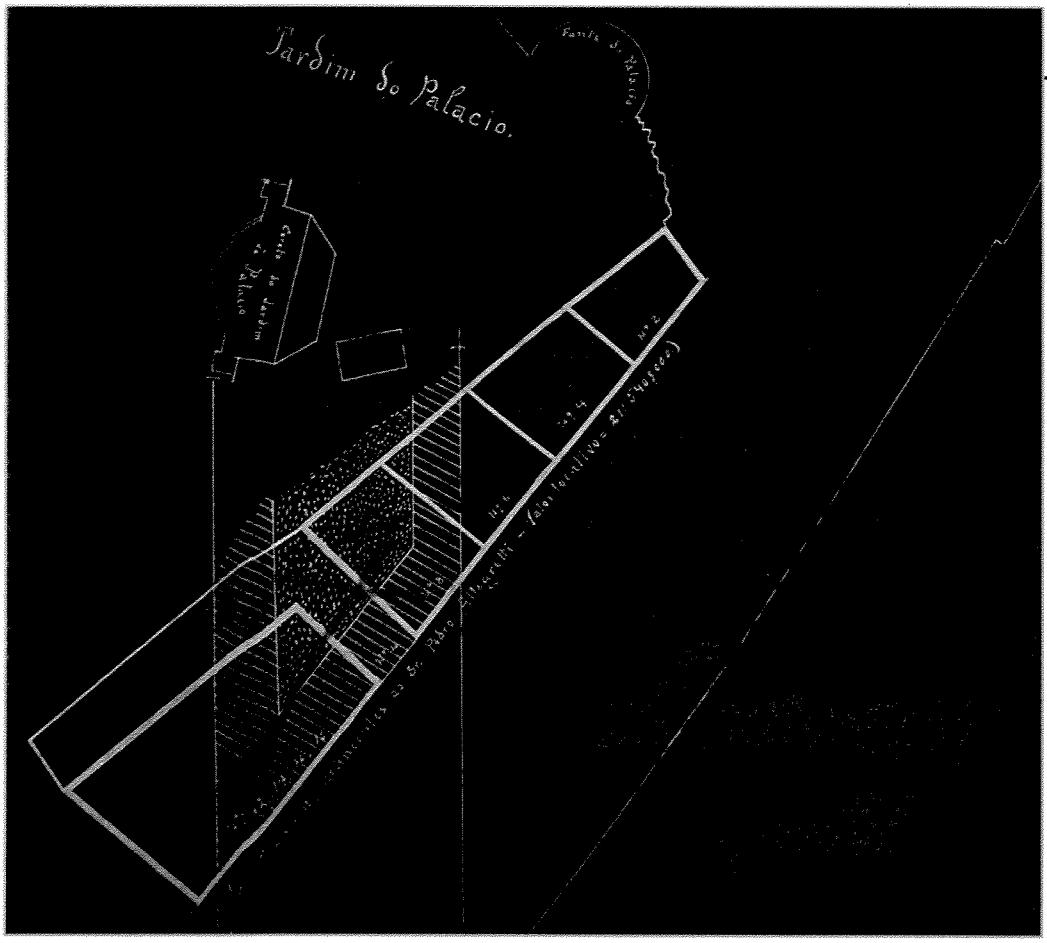


Figura 17

Figura 18 (a/b): Processo da lei n.412, de 08/08/1899, melhoramentos e embelezamentos no Largo do Arouche, AHMWL-FCMSP, volume 1963.
Figura 19 (a/b/c): Processo da lei n.1401, de 11/03/1911, autoriza diversas obras como galerias pluviais na travessa do Cemitério, AHMWL-FCMSP, caixa 65.

Novamente os projetos padronizados do setor de obras municipal [figuras 18 a e 19 a] deixam entrever o aparato técnico que cercava as intervenções na cidade. Entre as assinaturas que se identifica, o diretor de obras Vitor da Silva Freire, o ativo vice-diretor Eugenio Guilhem, que aparecem em ambos os projetos, e os engenheiros Joaquim Octavio Nebias e Adolpho Graziani.

Duas versões distintas dos *melhoramentos* aparecem nessas imagens: um ajardinamento [figura 18 b] e uma galeria de águas pluviais. [figura 19 b] Enquanto a primeira pode ser reconhecida de imediato, visualmente, como uma benfeitoria urbana, pela alusão à ordenação do traçado e à arborização do largo, a segunda implica uma apreensão mais atenta e informada tecnicamente da própria noção de *melhoramento*. O detalhamento das apreensões e intervenções implicadas na obra expõe de forma cifrada a complexidade técnica dessa outra benfeitoria: desenhos das bocas de lobo, com cortes transversais e indicações para o uso de cimento armado; esquematização em termos técnicos das obras a serem feitas; a construção das galerias subterrâneas e os nivelamentos desenhados minuciosamente.

(continua)

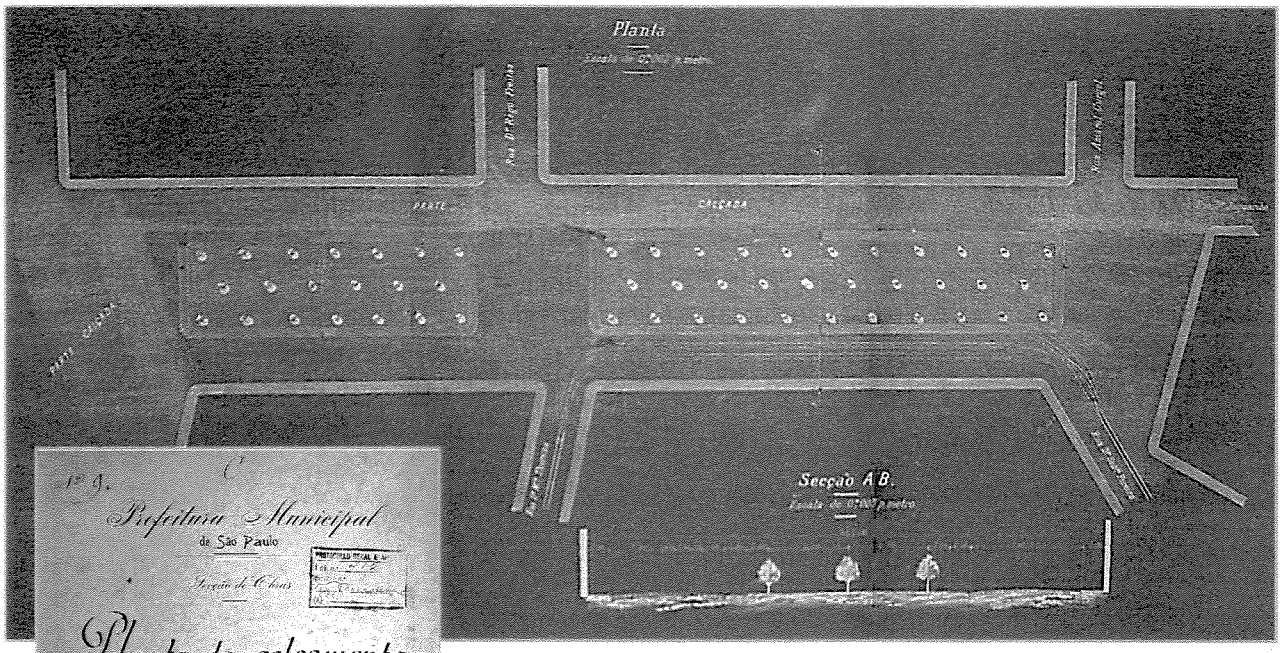


Figura 18 a/b

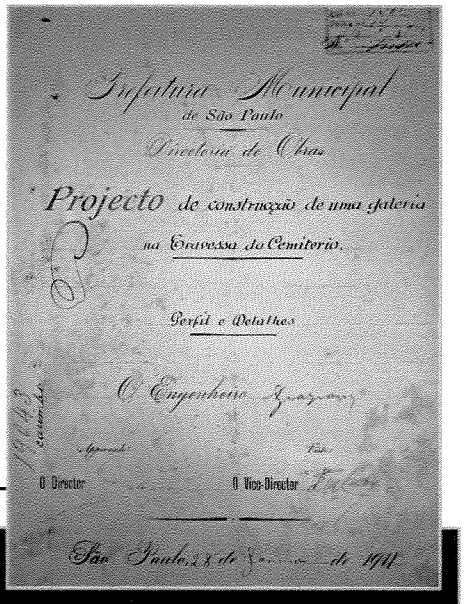
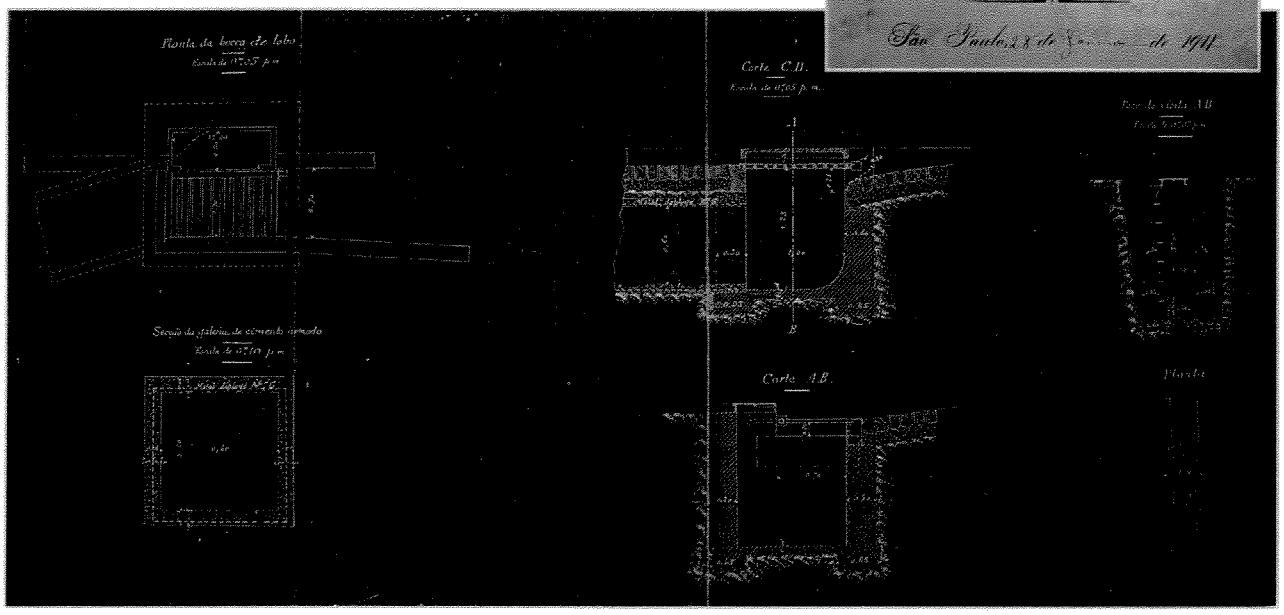


Figura 19 a/b



(continuação – figura 19 c)

A complexidade dessa "obra d'arte" se revela de outra forma no registro referente à mesma intervenção, visto que tornava necessário um detido levantamento topográfico, com registro das curvas de nível e estudo racional das possibilidades de implementação do melhoramento. O conjunto do projeto, para além do rico material e dos levantamentos detalhados que apresenta de uma pequena porção do espaço da cidade, testemunha ainda a reunião de recursos técnicos, financeiros e políticos na execução das maiores obras então projetadas para a cidade: as obras hidráulicas. Nesse mapeamento, o bairro de Higienópolis. [figura 19 c]

Planta Geral
CEMITERIO
AVENIDA
ALBUQUERQUE
VICENTE
ANGELICA
PAULA
FRANCISCO
MARTINS
BARROS
FERRAO
ROTHMANN
PYRENEUS
ITAGUAHY
ITAMBE
ITACOLOMY
ANGELICA
CAMPOS
MINAS
PARAHYBA
PIAUHY
VERGUEIRO
VILLAS
FORTUNATO
LOMBARDI
CAMOCIM
PIRAMIRIM
CAMPOS SALLES
BROTERO
SUPERFICIE

Figura 19 c

Figura 20 (a/b): Largo do Carmo, reforma terminada na década de 1920. *Álbum de Afonso*, p.56.
Figura 21: Rua da Liberdade, esquina com rua Livre, 1908, *Álbum de Afonso*, p.141.

O melhoramento que aparece discretamente no canto da foto [figura 20 b, detalhe da 20 a] configura a parte visível dessa obra que implicava em tão vasta e expressiva mobilização de recursos. Na imagem selecionada a "obra d'arte" se confunde com os outros melhoramentos da cidade: paralelepípedos calçando a rua, alinhamento marcado com guias e sarjetas, reforma da fachada da Igreja, iluminação das vias públicas. Trata-se de uma imagem dos anos 1920 indicando as reformas concluídas no largo e, embora não remeta diretamente ao período aqui estudado, está destacada como um dos raros registros iconográficos que deixa ver tão relevante melhoramento – obras subterrâneas, menos visíveis, mas muito expressivas e importantes para se compreender as dinâmicas que norteavam os espaços da cidade naquele momento. Sintetizavam uma forma específica de apreensão e gestão do urbano no início do século XX.

Na rua da Liberdade [figura 21] os antigos nivelamentos, indícios de outras preocupações e prioridades construtivas, estão postos lado a lado com os melhoramentos que tentam padronizar o espaço racionalmente modificado. O nivelamento irregular e a ausência de calçamento no pequeno trecho da esquina repartem o espaço com os postes e trilhos destinados aos bondes elétricos, a solitária luminária na esquina e o calçamento regularmente assentado no leito da rua. Também essa convivência denota uma *cidade em obras.*

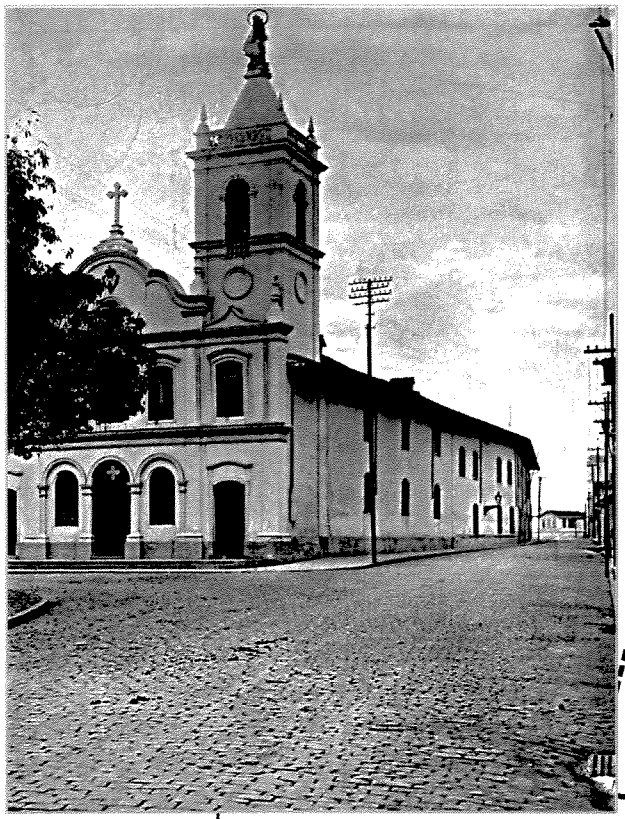


Figura 20a

Figura 20b

Figura 21

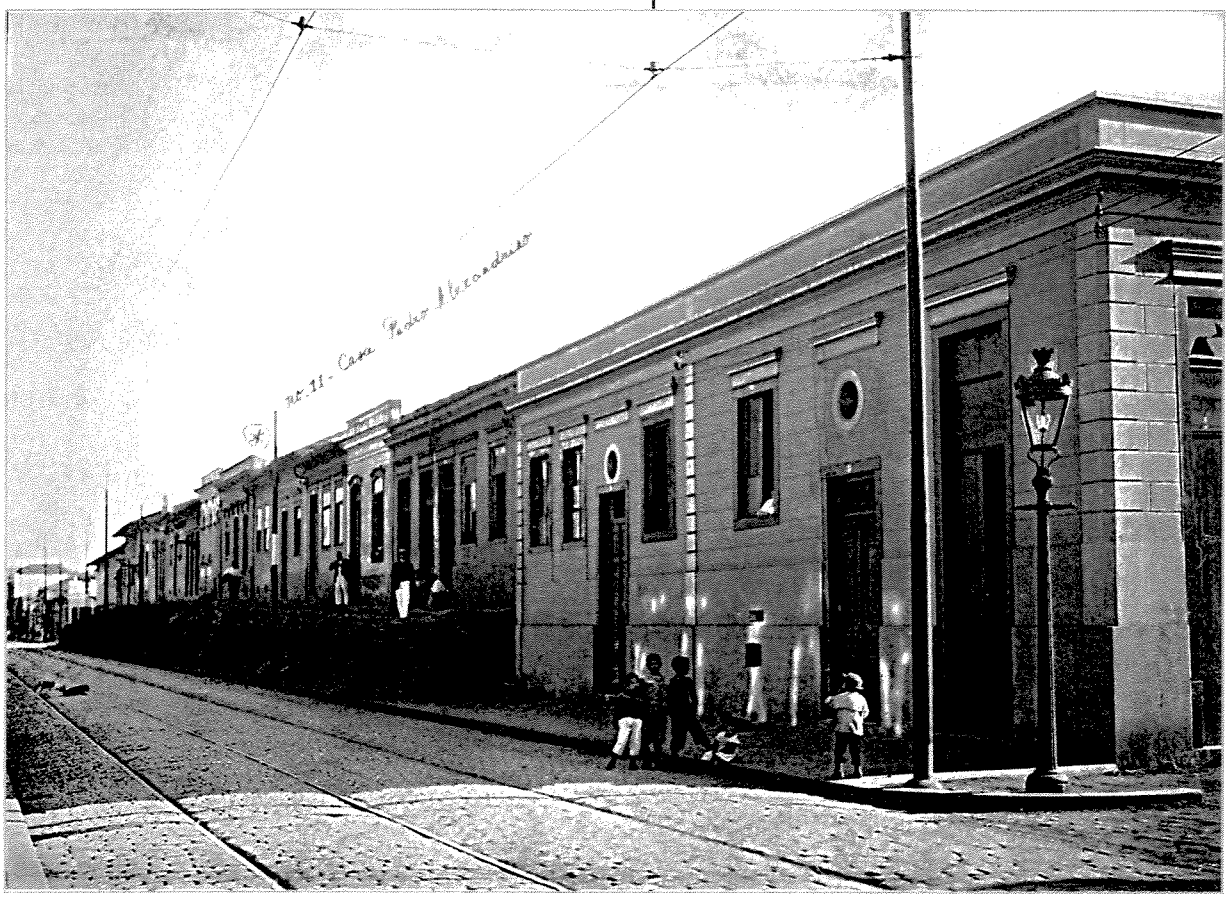


Figura 22: Rua Bonita (atual Dr. Tomáz de Lima), começo da rua da Glória, 1908, *Álbum de Afonso*, p.137.
Figura 23: Rua Bonita (atual Dr. Tomáz de Lima), esquina com Barão de Iguape, 1908, *Álbum de Afonso*, p.135.

Os contrastes e contradições dessa *modernização* que atravessava São Paulo estão estampados nesses dois registros. As duas imagens referem-se à mesma rua do bairro da Liberdade, vista por dois ângulos diferentes [figura 22 e 23] Parece um espaço fronteiriço esquecido: os vestígios do calçamento, a iluminação e os trilhos alcançam apenas o início da pequena ladeira. A precariedade do arruamento é patente no improviso das escadarias que vencem o desnível, no mato persistente entre os barrancos, no volume de terra que parece implorar uma intervenção mais incisiva, nos moldes dos nivelamentos então executados em outras partes da cidade. Roupas penduradas na rua denotam também outra fronteira: [figura 23] aqui os espaços da vida privada não pareciam demarcados com rigor pelo traço geométrico ou o ordenamento racional - o poste de iluminação isolado no canto da rua parece também uma demarcação dessa fronteira.

Figura 22

Figura 23

Figura 24: Detalhe do Largo da Concórdia. *Planta da Cidade de São Paulo*, 1881.
Figura 25: Largo do Brás, c.1862. fotografia de Militão de Azevedo. *Cadernos de Fotografia Brasileira*, n.2, p.68.

As duas apreensões do bairro do Brás foram tomadas antes da acentuada ocupação desses espaços no final do século XIX. O principal largo do bairro na década de 1860 [figura 25] contava já com alguns elementos que indicavam a presença atenta dos poderes públicos na região "além-Tamanduateí": alinhamento demarcado pelas guias, um poste de iluminação e um quiosque autorizado pela municipalidade. Fosse a mesma foto feita duas décadas depois, possivelmente teria também o movimento de transeuntes pela rua, visto que nas proximidades do mesmo largo estaria ativa a estação ferroviária que trazia os passageiros da Corte. No detalhe do mapa de 1881 [figura 24] os impactos da instalação da ferrovia e da estação na região são presumíveis, diante da proporção dessa intervenção no espaço do bairro. Desse período em diante as transformações nesses espaços serão tão expressivas que aparecerão nos mais diversos registros relativos ao Brás, notavelmente qualificado como "o populoso bairro" em notícias publicadas nos periódicos da cidade, nos debates da edilidade, nos jornais editados no próprio bairro, nas narrativas de viajantes e visitantes da cidade.

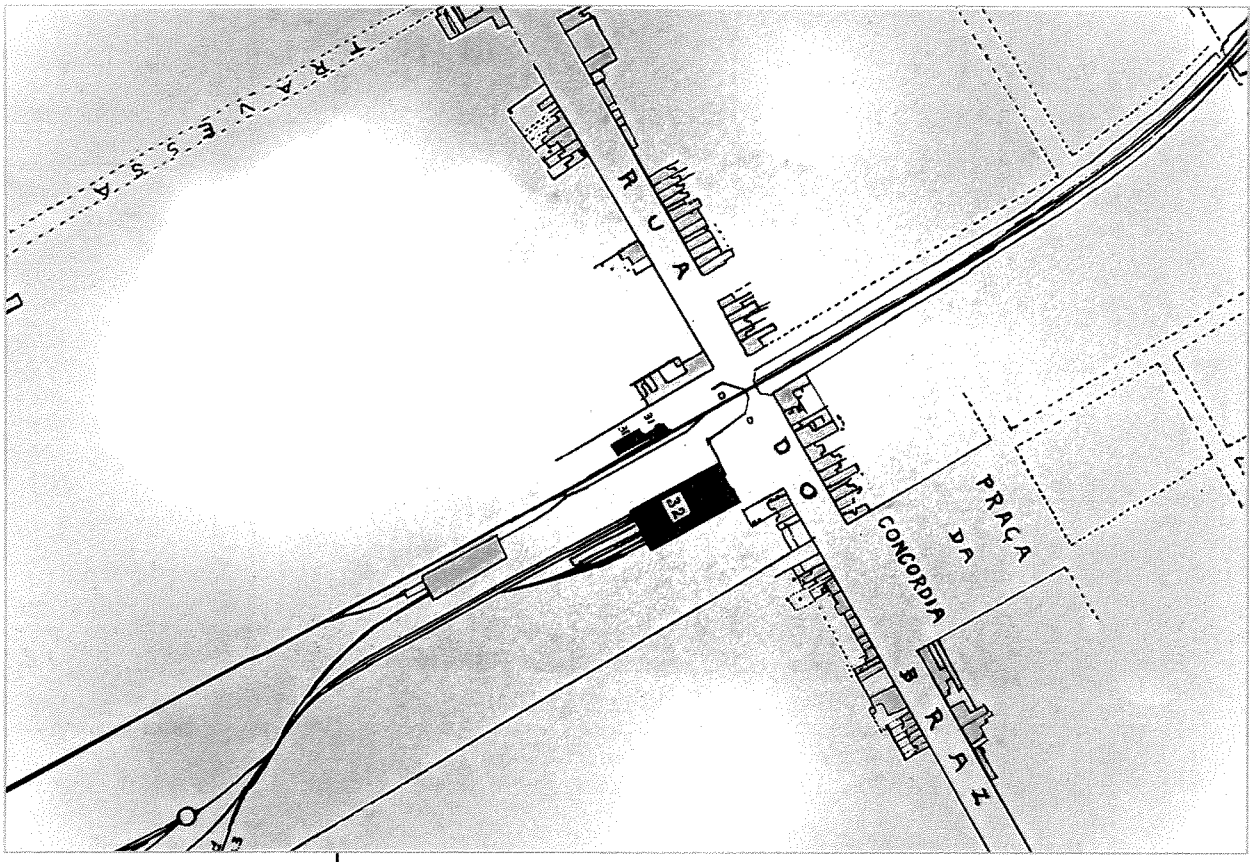


Figura 24

Figura 25

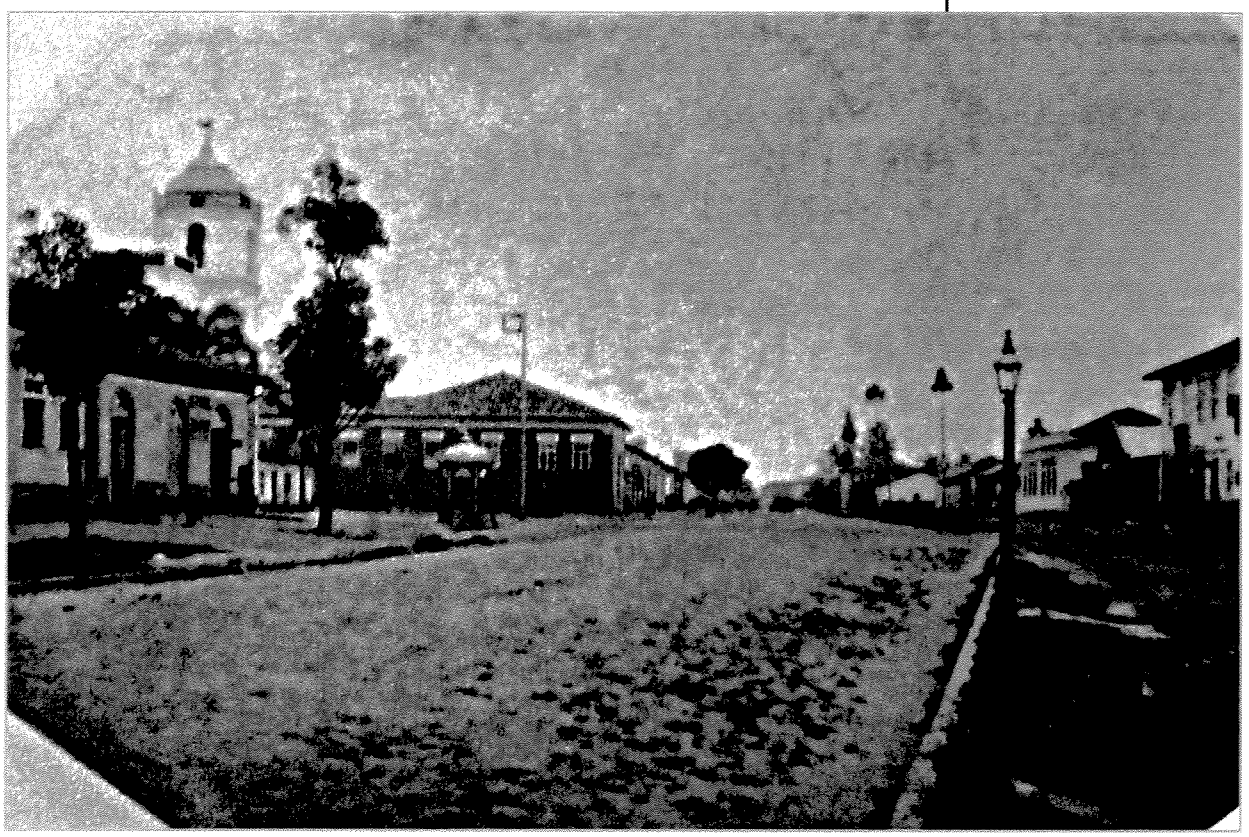


Figura 26: Detalhe da Penha. *Planta Geral da Capital de São Paulo*, 1897.
Figura 27: Detalhe da Quarta Parada. *Planta Geral da Capital de São Paulo*, 1897.

"Para *Leste* a cidade insignificante era", declara Everardo de Souza ao registrar suas reminiscências da capital na década de 1880.[1] A percepção constituída a partir deste estudo, no entanto, indica uma direção totalmente oposta. Essas duas regiões – Penha [figura 26] e Quarta Parada [figura 27] – situadas na parte leste da cidade tinham papéis ativos nas dinâmicas urbanas. As reformas no Cemitério da Quarta Parada, por exemplo, mobilizaram os habitantes, as autoridades municipais e estaduais nos intensos debates sobre os riscos das obras à saúde da população, revelando um poder de organização e reivindicação singular naquela região. Nesse fragmento de mapa, a distante Penha parece estar, em certa medida, integrada às dinâmicas da cidade, considerando-se a existência do ramal da Estrada de Ferro proveniente do Rio de Janeiro, solicitado por parte de seus habitantes. Entre outros aspectos, ambas estão significativamente presentes nos requerimentos de habitantes enviados à Câmara Municipal no período estudado. Indicam apreensões significativas de noções como pertencimento e direito à cidade – direito ao direito à cidade, diria Ansay.

[1] SOUZA, Everardo Vallim Pereira de. "A Paulicéia há 60 anos". In: *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura-DPH/PMSP, ano XIII, vol. 111, junho de 1946, p. 56.

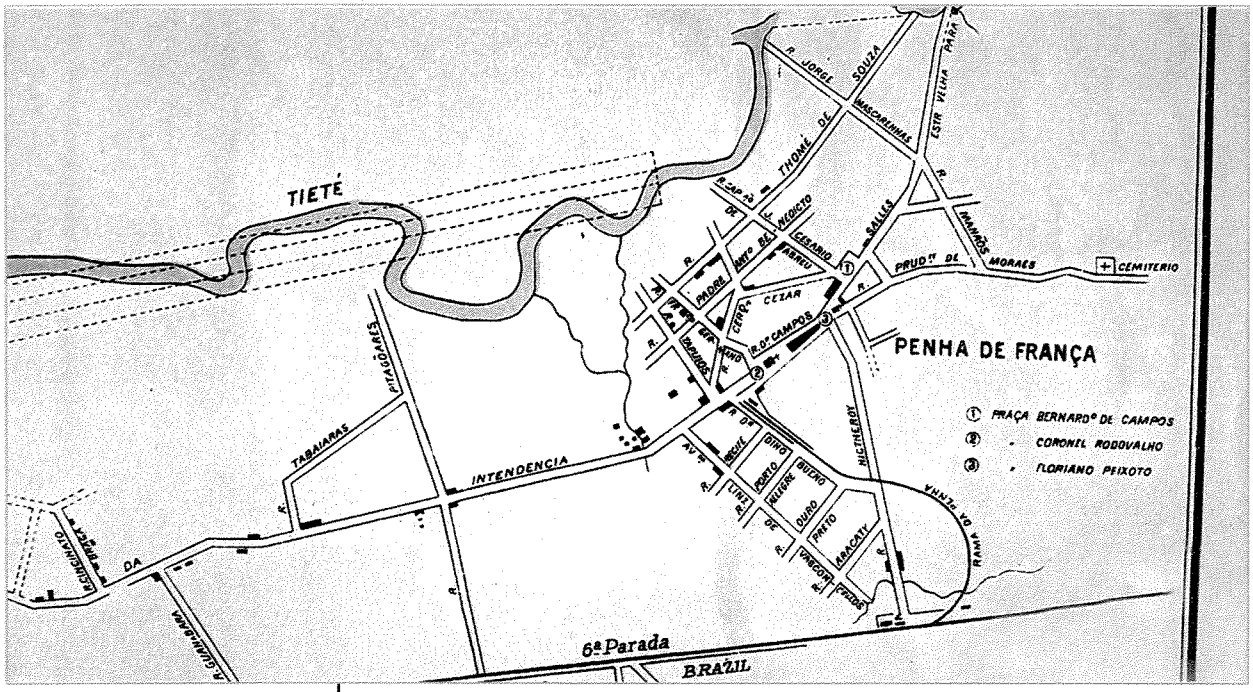


Figura 26

Figura 27

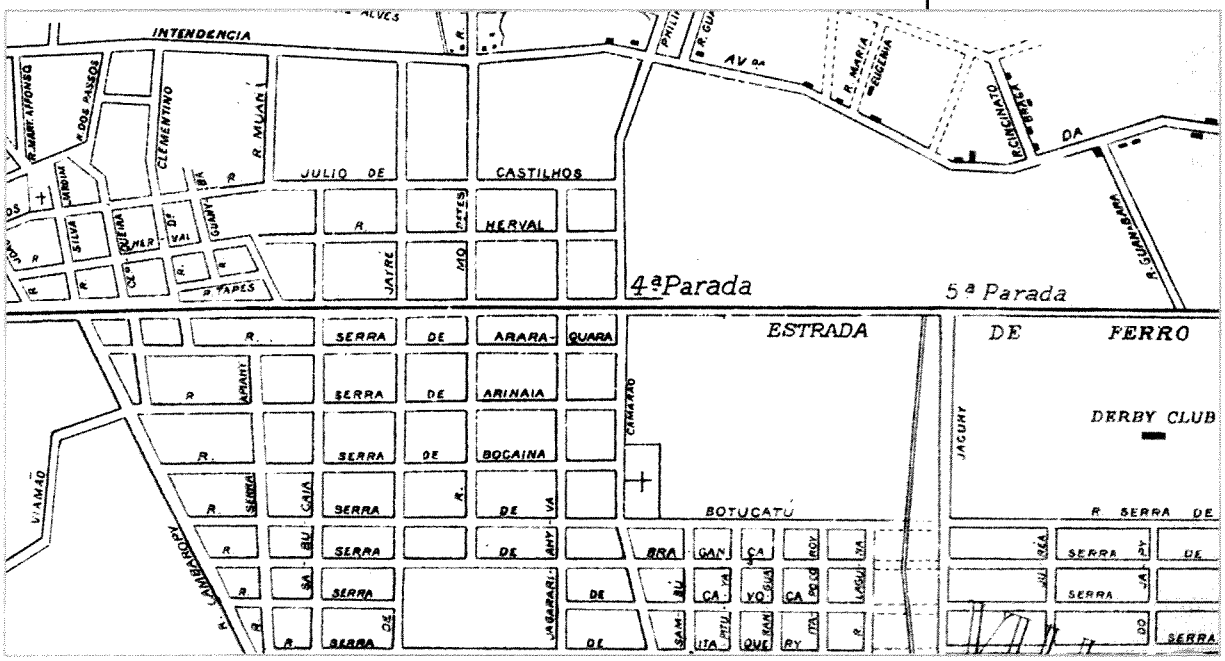


Figura 28: Detalhe da Planta do Município da Capital, 1897.
Figura 29 (a/b): Processo da lei n.880, de 03/03/1906, estrada de ferro circular no município da capital, AHMWL-FCMSP, caixa 49.

Na primeira imagem uma rara apreensão geral da área do município da capital, mapeada pela administração municipal.[figura 28] Evidencia-se por ela o quanto a idéia de pertencimento era construída social e politicamente, visto que não se dava espacialmente. O sentido de "agrupamento humano" dado à cidade, parece sobreposto ao de "conjunto de cidadãos", tomando-se por base, por exemplo, as distâncias que percorreria um morador da Freguesia do Ó, da Penha, de Pinheiros, ou mesmo de São Miguel para se fazer ouvir pelas autoridades municipais.

Na outra imagem, um pequeno trecho de uma proposta polêmica para a cidade no final do século XIX: o "Metropolitano". [figura 29 a] Sua abrangência, se concretizado, poderia ter ampliado a noção de pertencimento na cidade também para sua espacialidade, visto que propunha circundar grande parte da área habitada da capital. No detalhe desse desenho evidencia-se uma dificuldade imposta ao plano: vencer as várzeas do Tamanduateí e do Tietê com canais de drenagem e traçado meticulosamente pensado para torná-lo viável. Ampliando-se a visão do projeto com um raro registro de seu plano geral, [figura 29 b] é possível apreender a abrangência de tais dificuldades, proporcionais à abrangência do plano. As propostas tecnicamente analisadas, porém, foram aprovadas pelos poderes públicos – sob argumentação de serem exeqüíveis e vantajosas para a cidade –, mas esbarraram em embates políticos e interesses econômicos de outros investidores ligados aos transportes. Outra dimensão, portanto, de uma *cidade em obras*.

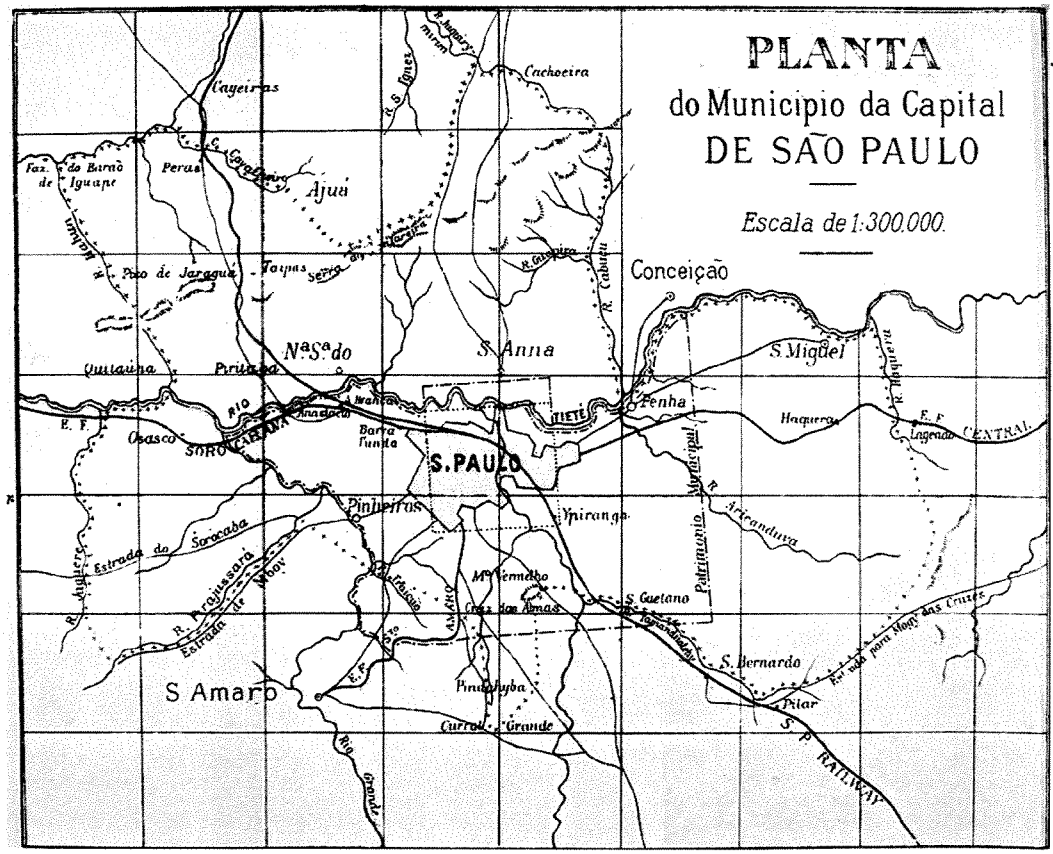
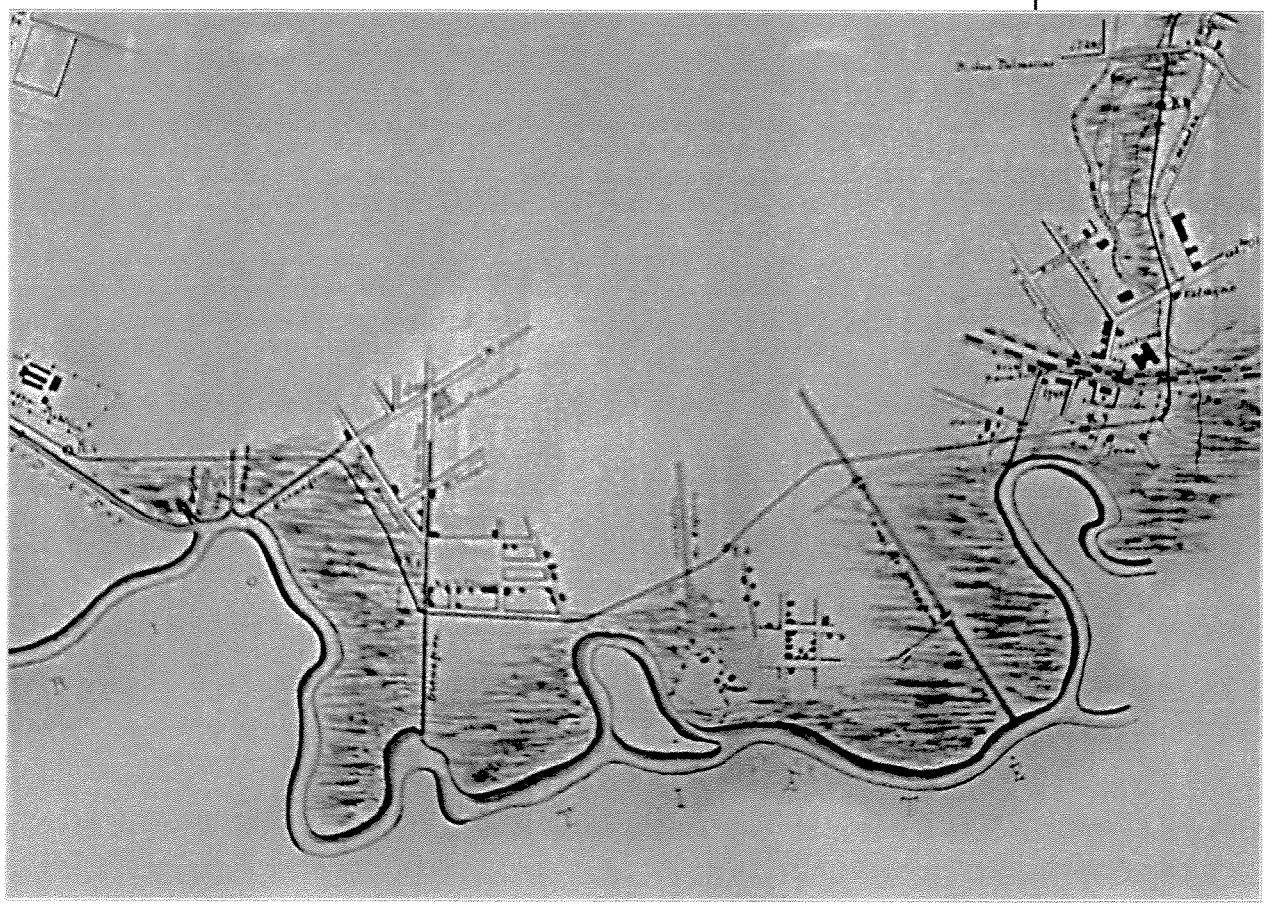


Figura 28

Figura 29a



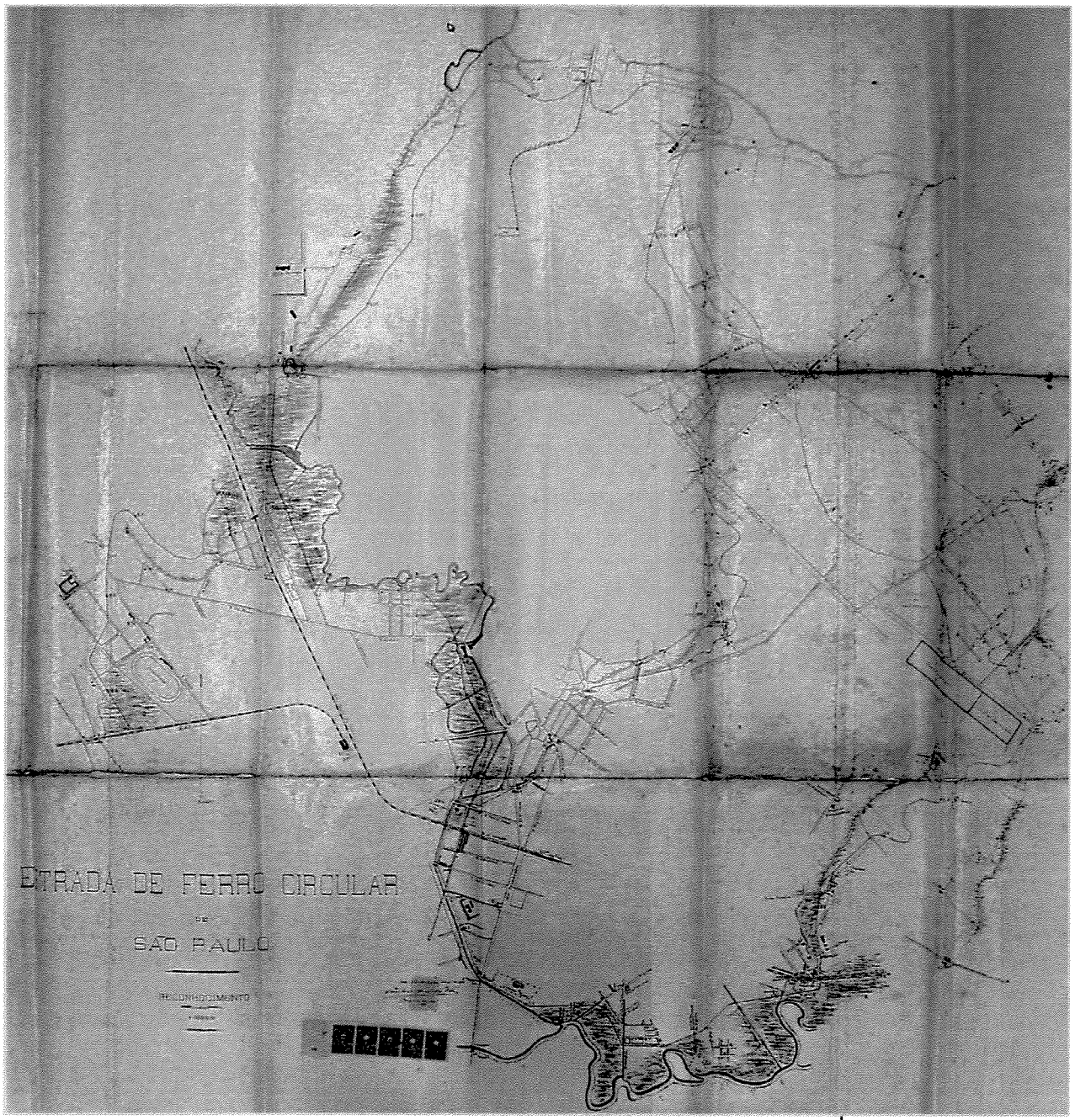
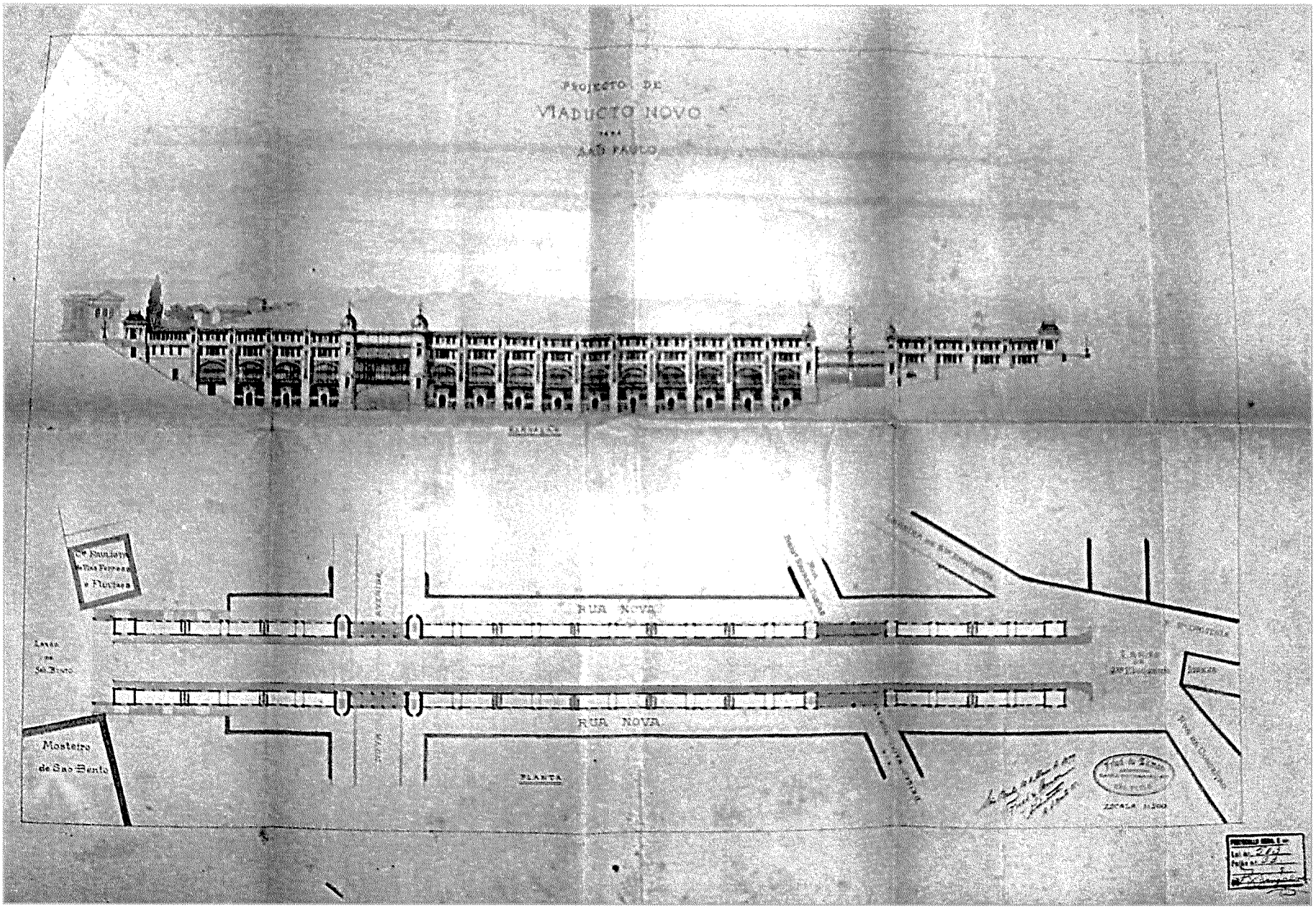


Figura 29b

Figura 30 (e ampliação): Processo da lei n.503, 15/01/1901, concessão a Fried & Ekman para construção do viaduto Santa Efigênia, AHMWL-FCMSP, volume 1970.

A justificativa do é clara: pretendia criar uma "nova entrada para o centro da cidade". O projeto é apresentado com chancela de um escritório de arquitetos situado nas imediações da própria obra: Fried e Ekman, rua São Bento, 85. Apresenta os estudos técnicos, os argumentos políticos e econômicos, o detalhamento da localização e de cada pormenor da proposta. O desenho do viaduto ocupando maciçamente o vale do Anhangabaú e unindo solidamente os largos de São Bento e Santa Efigênia parece contrastar com a leveza dos traços coloridos com aquarela. A imagem é impactante, e surpreende pelo menos por dois aspectos: pela revelação de outro projeto para o viaduto, tão diverso daquele concretizado, e pela veemência com que aposta no futuro supostamente promissor da cidade. Talvez os preceitos estéticos implícitos na obra e explicitados no desenho estivessem mais ligados a valores e imagens inspirados no passado dos grandes centros urbanos, mas a essência da proposta está em sintonia com as dinâmicas *modernizadoras* da capital naquele momento. Procurava mobilizar, assim, experiências e expectativas de mudança em torno do projeto. Na imagem (e na ampliação seguinte) São Paulo aparece para além de uma cidade real, transfigurada em uma cidade projetada, imaginada ou simplesmente sonhada.


PROJECTO DE
VIADUCTO NOVO
PARA
SÃO PAULO
RUA NOVA
RUA NOVA
PLANTA
Mosteiro
de São Bento
ESCALA 1:300

Figuras 31 e 32: Processo da lei n.503, 15/01/1901, concessão a Fried & Ekman para construção do viaduto Santa Efigênia, AHMWL-FCMSP, volume 1970.

O corte que apresenta o esquema da distribuição das funções no viaduto-mercado [figura 31] revela também uma hierarquia: oficinas, depósitos, lojas, sobrelojas, e termina coroada com uma elegante luminária a prestigiar os passantes da galeria-viaduto.

A obra aparece nesse levantamento devidamente situada em relação ao entorno, [figura 32] com destaque para a região central, a estação da Luz e a travessia do vale do Anhangabaú. A lógica funcional, priorizada por essa tomada do projeto do viaduto, focaliza destacadamente sua integração viária com o centro da cidade. Essa lógica é estendida pelo arquiteto às áreas não contempladas por seu projeto, na medida em que antecipa o futuro através do traçado: na continuidade do planejado viaduto, outro então inexistente, o Boa Vista, ganha uma visibilidade que não era real, mas desejada. Também por essa estratégia é possível perceber nesse projeto, como em outros similares, uma expectativa muito positiva em relação ao futuro – próspero – da cidade.

Figura 30, folha anterior

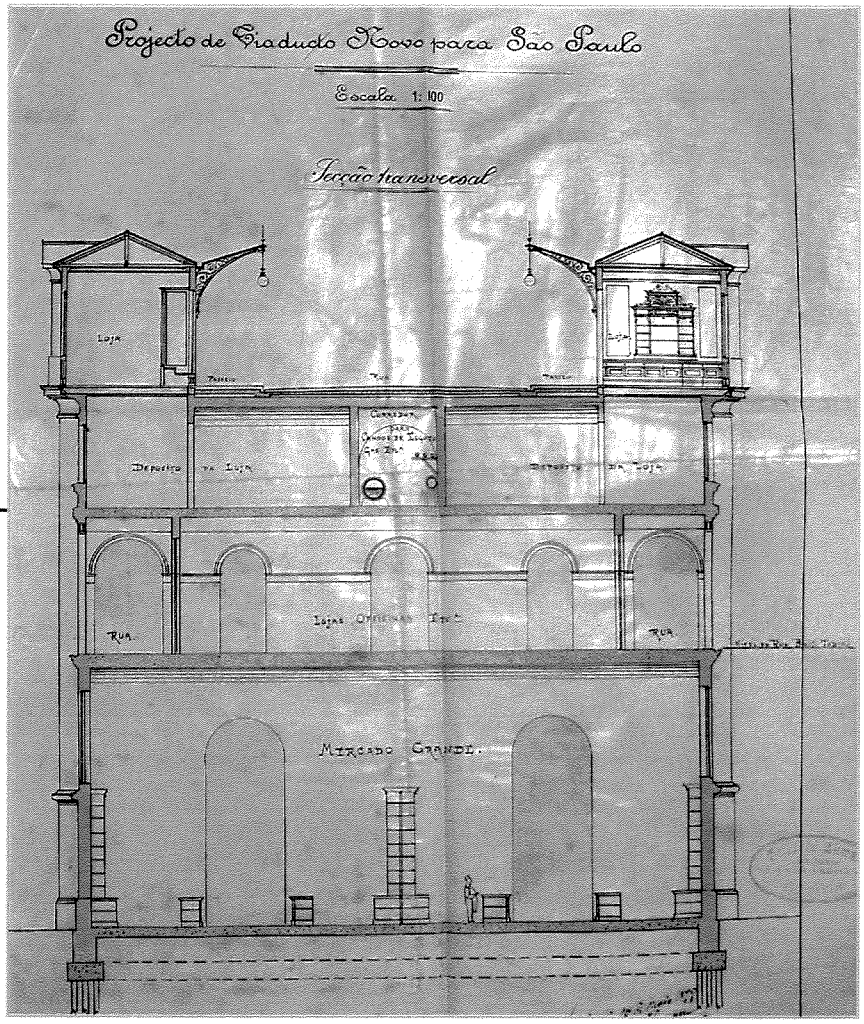


Figura 31

Figura 32

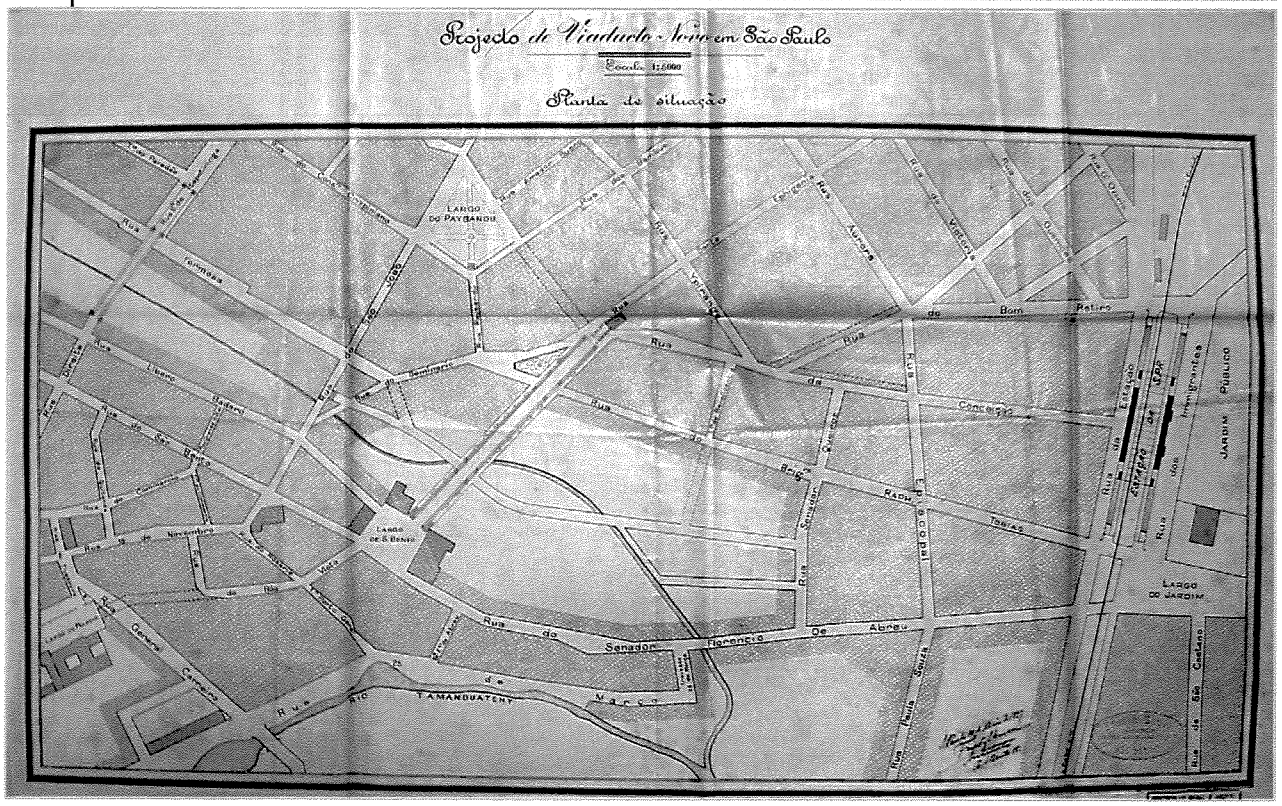


Figura 33: Viaduto Santa Efigênia, c.1920, fotografia de Guilherme Gaensly, *Cadernos de Fotografia Brasileira,* n.2, p. 114.
Figura 34: Postal da Estação da Luz, 1905, fotografia de Guilherme Gaensly, *Cadernos de Fotografia Brasileira,* n.2, p. 90.

O Viaduto Santa Efigênia efetivamente edificado. [figura 33] Obra construída entre 1910 e 1913, não guarda qualquer semelhança com o primeiro projeto. Na imagem que evidencia a elegante passagem por ele estabelecida entre os largos de São Bento e Santa Efigênia, os sólidos pilares da estrutura metálica parecem impor um contraste em relação às moradias que já ocupavam o vale do Anhangabaú. Vários proprietários das imediações acabaram recebendo indenizações da prefeitura em função de prejuízos provocados pelas obras do viaduto: rachaduras nas pareces das casas, terrenos que cederam, perdas na ocupação dos terrenos, entre outras alegações.

A harmoniosa paisagem tomada à distância nesse enquadramento da estação da Luz [figura 34] é capaz de retratar uma cidade menos tensa, revelando uma imagem da transformação da capital que enfatiza seu caráter *moderno*. Rodeada por jardins também racionalmente projetados e edificados, a estação aparece como resultado bem sucedido desses projetos de *modernização* da cidade tão apropriados para difusão dessa imagem por um postal – imagem, aliás, exposta nesse enquadramento para ser admirada.

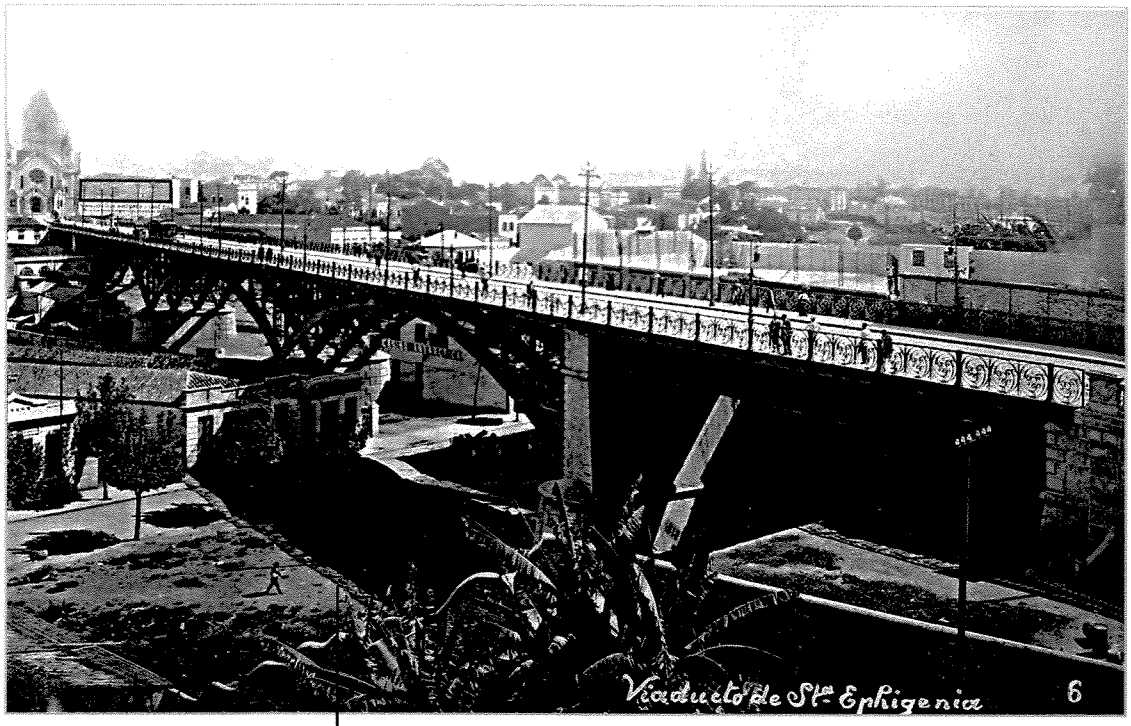


Figura 33

Figura 34

Figura 35: Estação da Luz, 1910, fotografia de Vicenzo Pastore, *Cadernos de Fotografia Brasileira,* n.2, 104.

O olhar sensível do fotógrafo nos permite apreender uma outra estação da Luz, [figura 35] aproximando-se mais da experiência cotidiana na cidade. Os carregadores de mala a espera dos viajantes, as crianças e os passantes em seu movimento diário, alguns atentos, outros aparentando certa tranqüilidade em relação ao que se passa ao redor. Em suas ocupações talvez habituais nas proximidades da estação estão rodeados de elementos que resultaram das transformações na capital na passagem do século XIX para o XX: calçamento a paralelepípedo regularmente assentado junto aos trilhos dos bondes, guias e sarjetas definindo racionalmente o alinhamento, postes da iluminação pública permitindo uma apreensão noturna do ambiente - ou simplesmente demarcando um ponto de encontro no espaço -, além do próprio edifício da estação ao fundo. Somente conjecturas podem nos aproximar hoje das percepções que essas pessoas apanhadas na imagem poderiam ter da cidade e dessa cena do início do século XX: perceberiam cada um desses elementos como *modernos*? Estariam vislumbrando sinais de *modernização* em seu entorno? Perceberiam a si mesmos como parte desse conjunto, desse ambiente, dessa cidade? São algumas indagações que não remetem a curiosidades apenas, mas às reflexões propostas ao longo deste trabalho. O compasso de espera que parece imperar na cena pode assim indicar expectativas e mobilizações possíveis no espaço dessa cidade, ou, outro sentido - tenso, mas não inverso - pode denotar certa desmobilização. Deveria ainda explorar certa simbologia implícita na presença de uma estação na imagem, tomada pelo ângulo da espera/expectativa, por ligar-se fortemente ao movimento analisado ao longo do texto e também aos possíveis desdobramentos imaginados para esta pesquisa. Deixo, porém, ao leitor somente a sugestão da idéia de movimento e mudança que se encerra numa estação - chegar e partir.

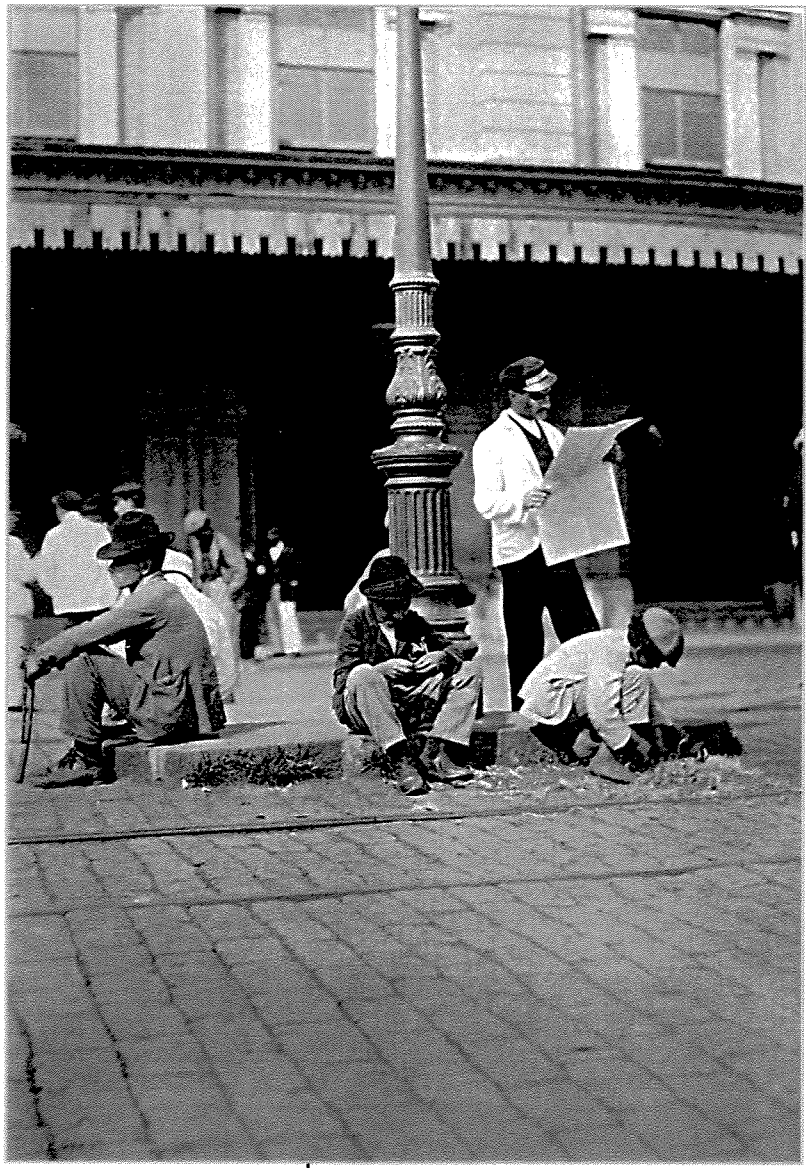


Figura 35

Fontes das ilustrações:

SÃO PAULO (cidade) Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade.* – Serviço de Comemoração Cultural, 1954.

Cadernos de Fotografia Brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto Moreira Salles. Número 2, janeiro de 2004, edição especial comemorativa da passagem dos 450º aniversário da cidade de São Paulo

Álbum de Afonso: a reforma de São Paulo. Textos de Carlos A. C. Lemos, projeto e curadoria Emanuel Araújo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2001.

Planta da Cidade de São Paulo. Companhia Cantareira e Exgottos, Henry Batson Joyner, engenheiro chefe, 1881.

Planta Geral da Capital de São Paulo. Organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras, escala 1:20.000, 1897.

Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus Arrabaldes, Desenhada e publicada por Jules Martin, 1890.

Arquivo Histórico Municipal Washington Luis – Seção de Manuscritos: Fundo Câmara Municipal de São Paulo e Fundo Diretoria de Obras Públicas (os direitos de uso das imagens aqui reproduzidas foram cedidos individualmente pelo arquivo para uso exclusivo nesta tese).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Acervos consultados

Arquivo do Estado – Obras Públicas.

Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH- Universidade Estadual de Campinas.

Arquivo Histórico Municipal Washington Luis.

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas.

Biblioteca Municipal Mário de Andrade – Seção de Obras Raras: Mapoteca.

Biblioteca da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Biblioteca Central da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis.

Centro Cultural São Paulo: Biblioteca Central e Volpi.

Center for Research Libraries – Latin American Microfilm Project – Brazilian Government Document Digitization Project – http://brazil.crl.edu.

Manuscritos utilizados – Arquivo Municipal Washington Luis – São Paulo

Arquivo Municipal - Obras Públicas (Caixas do Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo - Diretoria de Obras, Série Obras Públicas), 1906-1911.

Atos do Município de São Paulo, processos (1896-1914).

Editais, Intendência Municipal de Obras (1895-1898).

Fichas de Logradouros Municipais - Seção de Logradouros do Arquivo Municipal.

Funcionários Municipais - Cargos e Nomeações, Relação de Funcionários, Livro Ponto - Registro de Repartições Diversas (1869-1909).

Funcionários Municipais - Termos de Compromisso de Cargo, Pagamento e Gratificações - Intendência Municipal (1893-1899).

Funcionários Municipais, Secretaria da Câmara (1881-1894).

Leis do Município, processos (1 a 1837), Fundos Câmara e Prefeitura Municipal de SP (1892-1914).

Leis, Decretos, Resoluções, Posturas da Câmara Municipal (1830-1905).

Registro de Pagamentos de Empreiteiros de Obras (1882-1902).

Termo de Compromisso e Obrigação - Intendência Municipal (1894-1895).

Termos de Contratos de Obras - Câmara Municipal/Intendências (1865-1903).

Documentos impressos:

Almanach Litterario de S. Paulo para 1878, acompanhado de uma carta da província de S. Paulo e uma walsa de Elias Lobo – publicado por José Maria Lisboa. São Paulo: Typographia da Província de São Paulo, 1877, anno III. Edição fac-similar da Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado e IHGSP.

Almanach Litterario Paulista para o Anno de 1876 – bissexto; editado por José Maria Lisboa, Abílio Marques e J. Taques. São Paulo: Tipografia da "Província de São Paulo", 1875, anno I. Edição fac-similar da Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado e IHGSP.

Almanak da Provincia de São Paulo para o anno de 1873. São Paulo: Typographia Americana, edição fac-similar da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Atas da Câmara da Cidade de São Paulo, 1870-1881. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, volumes LVII a LXVIII, 1948-1950.

AYROSA, Plínio. "Nomenclatura das Ruas de São Paulo – de A a Z". In *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura, anos III e IV, vol. 34 ao 48, série publicada entre abril de 1934 e junho de 1938.

BACKHEUSER, Everardo. *Habitações Populares. Relatorio Apresentado ao Exmo. Sr. J. J. Seabra Ministro da Justiça e Negocios Interiores.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, Diretoria Geral de Estatística, 1908.

CAMARGO, Bento de (org.). *Indice Alphabetico das Leis, Resoluções e Actos Executivos do Municipio da Capital do Estado de São Paulo até 31 de dezembro de 1919.* SP: Typographia Piratininga, CMSP, 1920.

DINIZ, Firmo de Albuquerque (Junius). *Notas de Viagem.* São Paulo: Governo do Estado, 1978.

EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo.* São Paulo: Seção de Obras d' *O Estado de São Paulo,* 1927, volumes 1 e 2.

PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900, Impressões de Viagem.* 2ª. edição fac-similar, Col. Paulística, vol. XIV, São Paulo: Governo do Estado, 1979 (1ª. edição pela Imprensa Nacional, 1900).

SALLES, Alberto. *Sciencia Política.* Brasília: Senado Federal, 1997. Fac-símile de São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891.

SÃO PAULO (cidade), Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade* – Serviço de Comemoração Cultural, São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1954.

SÃO PAULO (cidade). *Ementário da Legislação Municipal. Leis 1892-1929 – vol. 1.* São Paulo: Departamento Administrativo do Município, Divisão de Documentação, 1971.

SÃO PAULO (cidade). *Leis do Municipio de São Paulo do Anno de 1903.* São Paulo: Typographia e Papelaria Vanorden & Comp., 1904.

SÃO PAULO (cidade). *Leis do Municipio de São Paulo do Anno de 1904.* São Paulo: Typographia e Papelaria Vanorden & Comp., 1905.

SÃO PAULO (cidade). *Leis do Municipio de São Paulo do Anno de 1905.* São Paulo: Typographia e Papelaria Vanorden & Comp., 1906.

SÃO PAULO (cidade). *Leis do Municipio de São Paulo do Anno de 1906.* São Paulo: Typographia e Papelaria Vanorden & Comp., 1907.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio Annual da Secção de Obras da Intendência Municipal de São Paulo – 1894. Apresentado ao cidadão Cesario Ramalho da Silva – M.D. Intendente Municipal, por José Floriano Ortiz (engenheiro chefe interino).* São Paulo: Typ. Espinola, Siqueira & Comp., 1895.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva, 1893.* São Paulo: Typographia á Vapor de Espindola, Siqueira & Comp., 1894.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Intendente de Policia e Hygiene Dr. Jose Roberto Leite Penteado -1896.* São Paulo: Typ. A Vapor de Pauperio & Comp., 1897.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Dr. Firmiano de Moraes Pinto – Intendente de Obras, ao deixar o exercício do cargo em 1896.* São Paulo: Typ. A Vapor Pauperio & Comp., 1896.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Intendente de Obras Dr. Pedro Augusto Gomes Cardin – 1897.* São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1898.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Intendente de Policia e Hygiene Dr. João Alvares de Siqueira Bueno -1898.* São Paulo: Imprensa da Casa Ecletica, 1898.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio de 1905 Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.* São Paulo: Typ. de Vanorden & Comp., 1906.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio de 1906 Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.* São Paulo: Typ. de Vanorden & Comp., 1907.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio de 1907 Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.* São Paulo: Typ. de Vanorden & Comp., 1908.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio de 1911 Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat.* São Paulo: Casa Vanorden, 1912.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio de 1916 Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Souza – 2 volumes.* São Paulo: Casa Vanorden, 1918.

SÃO PAULO (cidade). *Relatorio do Anno de 1899 Apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado em 31 de março de 1900.* São Paulo: Typ. A Vapor de Espinola, Siqueira & Comp., 1900.

SÃO PAULO (estado). Commissão de Saneamento do Estado de S. Paulo. *Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Firmiano de Moraes Pinto dignissimo secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo engenheiro chefe Alfredo Lisboa. 1897.* Seguido de um appendice relativo aos trabalhos effetuados em 1898 até a extincção da Commissao. Rio de Janeiro: Typographia L'Etoile du Sud, 1898.

SÃO PAULO (estado). *Exposição apresentada ao Dr. Jorge Tibiriçá pelo Dr. Prudente J. de Moraes Barros. 1º governador do Estado de São Paulo, ao passar-lhe a administração no dia 18 de outubro de 1890.* São Paulo: Typographia Vanorden & Comp., 1890.

SÃO PAULO (estado). *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo de S. Paulo, pelo Vice-Presidente do Estado, Dr. José Alves de Cerqueira César, no dia 17 de Abril de 1892.* pp. 14-16.

VALENTINI, C. "Villas Operarias na Europa e nos Estados Unidos do Norte - parte I e II" in *Revista de Engenharia - publicação mensal de Engenharia Civil e Industrial, Architectura e Agronomia.* Vol. II, n.6, dez. 1912, pp. 150-153, n. 9, mar. 1913, pp.228-232.

WODON, Léon. *Traité des Choses Publiques en General et des Droits qui en Derivent.* Bruxelles: Bruylant Christophe, 1870.

_____. *Traité Théorique et Pratique de la Possession et desAactions Possessoires.* 2a édition., intièrement revisée, considéranblement augmentée et mise au courant de la doctrine et de la jurispudrence. Bruxelles: F. Larcier, 1877.

Periódicos:

A Província (depois *O Estado) de São Paulo*, 1875, 1881, 1890, 1912.

Correio Paulistano, 1890.

Folha do Braz, 1899-1901.

Folha do Povo, 1908.

Gazeta Operária (RJ), 1906.

O Grito dos Pobres, 1889.

O Rebate, 1897-1899.

Semana Operária (RJ), 1907.

O Socialista, 1897-1898.

Revista dos Constructores (RJ), 1886.

Revista de Engenharia, 1911-1913.

Revista Polytechnica, 1904-1914

Mapas e iconografia

Álbum de Afonso: a reforma de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2001. Textos de Carlos A. C. Lemos, projeto e curadoria de Emanuel Araújo/

Cadernos de Fotografia Brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto Moreira Salles. Número 2, janeiro de 2004, edição especial comemorativa da passagem do 450º aniversário da cidade de São Paulo.

Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus Arrabaldes, Desenhada e publicada por Jules Martin, 1890. SÃO PAULO (cidade) Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade.* – Serviço de Comemoração Cultural, 1954.

Planta da Cidade de São Paulo. Companhia Cantareira e Exgottos, Henry Batson Joyner, engenheiro chefe, 1881. SÃO PAULO (cidade) Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade.* – Serviço de Comemoração Cultural, 1954.

Planta Geral da Capital de São Paulo. Organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras, escala 1:20.000, 1897. SÃO PAULO (cidade) Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade.* – Serviço de Comemoração Cultural, 1954.

Dicionários

AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário da História de São Paulo.* São Paulo: Governo do Estado, Coleção Paulística, 1980, vol. 19.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883 – 1902, 7 vol. (vol I: 1883, vol. II: 1893, vol. III: 1895, vol. IV: 1898, vol. V: 1899, vol. VI: 1900, vol. VII: 1902).

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia.* São Paulo: Ática, 1993 (1ª ed.: Paris, 1982).

CRETELLA Jr., J. *Dicionário de Direito Administrativo.* 3ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986 (coordenação geral: Benedicto Silva).

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados.* Editorial Confluência, 1954.

MOTA, Ignacio Francisco Silveira da. *Apontamentos Jurídicos.* Paris: Imprensa de V. Goupuy & Comp., Rio de Janeiro: Livraria Laenmert, Garnier e Freiras Guimarães, 1865.

NUNES, Pedro. *Dicionário de Tecnologia Jurídica.* 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1952.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VELHO SOBRINHO, J. P. *Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: 1937, vol. 1

Bibliografia utilizada

ADDUCI, Cássia Chrispiniano. *A "Pátria Paulista": o separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro.* São Paulo: Arquivo do Estado-Imprensa Oficial, 2000.

AGUIRRA, João B. C. "A Vida Orçamentária de São Paulo Durante um Século". In: *Revista do Arquivo Municipal*, n.2. São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura-DPH/PMSP, 1934.

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império.* São Paulo: Paz e Terra, 2003.

AMARAL, Pedro Ferraz do. *Celso Garcia.* São Paulo: Martins, s/d.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo Nesse Tempo: 1915 – 1935.* São Paulo: Melhoramentos, 1962.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1992.

_____. "De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito" In: SITTE, Camillo. *A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos.* São Paulo: Ática, 1992, pp. 206-234.

_____. "Projetos e Obras do Engenheiro Saturnino de Brito para Campinas em Fins do Século XIX". In *Oculum Ensaios – Revista de Arquitetura e Urbanismo.* 2, Campinas: FAU-PUC, jan. 2002, pp. 10-23.

ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. *Penser la Ville. Choix dês textes philosophiques.* Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989.

ARASAWA, Cláudio Hiro. *A Árvore do Urbanismo de Luiz Anhaia Mello.* Dissertação (Mestrado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte Como História da Cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ARNOULD, Jules. *Encyclopédie d'Hygiène et de Médicine Publique.* Paris, 1882.

BACELLI, Ronei. *A Presença da Companhia City em São Paulo e a Implantação do Primeiro Bairro-Jardim.* Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: FFLCH-USP, 1982.

BALCÃO, Lier Ferreira. "A Cidade das Reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)". In: FENELON, Déa Ribeiro (org.).

Cidades. Programa de Estudos Pós-Graduados em História -PUC-SP, Série Pesquisa em História, São Paulo: Ed. Olho D'água, 1999, pp.225-256.

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891.* Coleção Constituições Brasileiras, Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999, vol. 2.

BARLES, Sabine. *La Ville Délétère: médicins et engénierus dans l'espace urbain, XVIIIe – XIXe siècle.* Collection Milieux. Seyssel: Éditons Champ Vallon, 1999.

BARROS, Edgard Luiz de. "Desenvolvimento e Planejamento Urbano em São Paulo Durante a República Velha". In: *Revista do Arquivo Municipal* – DPH-SMSP, 1982, vol. 195.

BARROS, Liliane Schrank Lehmann e MOIZO, Rosana Pires Azanha. "Formação Administrativa da Cidade de São Paulo, 1554-1954". *Revista do Arquivo Municipal,* DPH-SP, 1991, vol. 199.

BASSANEZZI, Maria Silvia C. Beozzo e BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Levantamento de População Publicados na Província de São Paulo no Século XIX". Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, MG, 2002 (mimeo, 36p.).

BASTOS, Sênia. *Na Paulicéia por Conta Própria, 1870-1896.* Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: PUC-SP, 1996.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BÉGUIN, François. "As Maquinarias Inglesas do Conforto". *Espaço e Debates,* n.34. São Paulo: NERU, 1991, pp. 39-54.

BELHOSTE, Bruno, MASSON, Francine e PICON, Antoine. *Le Paris des Polytechnicens: des ingénieurs dans la ville, 1794-1994.* Paris: Délégation à L'Action Artistique de la Ville de Paris, 1994.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX.* Rio de Janeiro: SMC, 1992.

BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Presença, 1995.

BENJAMIN, Walter. "A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica". In: *Obras Escolhidas*, 4ª edição. *Vol I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

_____. "Paris, Capital do Século XIX". *Espaço e Debates*, nº 11, NERU, 1984, pp. 5-13.

BERMAN, Marshall. *Tudo o Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Educ-Ed. Unesp, 1998

BERTOLLI FILHO, *A Gripe Espanhola, 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 393p. (1ª edição 1986).

BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891-1925*. Coleção Tempo & Memória-3, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas, 2002.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: a representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 2000.

BONDUKI, George Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

BONTEMPI, Silvio. *O Bairro da Penha (Penha de França – Sesmaria de Nossa Senhora)*. Série História dos Bairros de São Paulo, III, São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969.

BOOTH, Charles. *On the City: physical pattern and social structure; selected writings*. Chicago: Phoenix Books, 1967.

BORGES, Maria Elízia. *Arte Funerária no Brasil (1889-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 9ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Publicações Europa-América, (1ª edição Paris: Ed. Seuil, 1983).

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A Cidade Inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. "A Algaravia das Pequenas Memórias Encontra-se com as Linguagens Cultas em São Paulo, 1890-1940", 28 p., originalmente comunicação apresentada no Seminário Internacional "Les Mots de La Ville", 1998, (mimeo).

_____. "As sete portas da cidade". In: *Espaço e Debates*, n.34. São Paulo: NERU, 1991, pp. 10-15.

_____. "Brasil: liberalismo, republicanismo e cidadania". In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.). *República, Liberalismo e Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003, pp. 17-30.

_____. "Cidade e História". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 16-35.

_____. *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. "Imagens de São Paulo: estética e cidadania". In: FERREIRA, Antônio, LUCA, Tania Regina de, IOKOI, Zilda Grícoli (Orgs.). *Encontros Com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, pp. 11-45.

_____. "Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos São Paulo – 1850-1950". In: _____. (Org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, pp. 343-366.

_____. "Nas Ruas, os Caminhos da Cidade". *Cadernos de História de São Paulo*, nº 2, São Paulo: Museu Paulista da USP: 1993, pp. 27-38.

_____. "Sanitarismo e Preocupações Estéticas. O mercado central de São Paulo", *Seminário Internacional do Programa de Investigaciones sobre el Campo Urbano y lãs Condiciones Históricas de Mergencia de las Competencias Urbanísticas*. Vaquerias-Argentina, 1992, 22 p. (mimeo).

_____. "Século XIX: a elaboração de um mito literário". *História: questões & debates*, nº 13, 1986, pp. 209-244.

BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911*. Dissertação (Mestrado em Geografia), São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991, 3 vol. Vol. I: *Arraial de Sertanistas (1554-1828)*; Vol. II: *Burgo de Estudantes (1828-1872)*; Vol. III: *Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*.

_____. *Memória da Cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553 - 1958*. São Paulo: DPH-SMC, PMSP, 1981.

BURKE, Peter. *História e Teoria social*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

BUTLER, Kim D. *Freedoms Given, Freendoms Won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

CAMARGOS, Márcia Mascarenhas de Rezende. *Villa Kyrial: crônica da Belle Époque paulistana*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

CAMPOS, Candido Malta. *Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CAMPOS, Eudes. *Arquitetura Paulista sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1997, 4 vol.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgard e PERAZZO, Priscila F. "Em São Paulo, lutas contra o monopólio. A mobilização social no conflito Guinle X Light" *Memória.* São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, ano III, n. 7, 1990, pp. 38-45.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A Construção de um Sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo - 1917/1940).* Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

_____. "O urbanismo do Instituto de Engenharia: São Paulo, 1920-1940". In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 227-244.

CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: tipos e percursos". Rio de Janeiro: *Estudos Históricos,* n. 18, 1996, pp.337-359.

_____. "Entre a Liberdade dos Antigos e a dos Modernos: a República no Brasil" *Revista de Ciências Sociais,* 32:3, 1989, pp. 265-280.

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Ritmos e Impressões: modernidade e cosmopolitismo em São Paulo: 1899-1920.* Dissertação (Mestrado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Ritmos e Impressões: modernidade e cosmopolitismo em São Paulo: 1899-1920.* Dissertação (Mestrado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil – "Andiamo in 'merica".* São Paulo: Martins, 1958.

CERASOLI, Josianne Francia. *A Grande Cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República.* Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.

CERDÀ, Ildefonso. *La Théorie Générale de l'Urbanization.* (adaptada por Antonio Lopez Aberasturi). Paris: Seuil, 1979.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. "O Reino do Urbano e a Morte da Cidade". *Projeto História*, nº 18, 1999, pp. 67-90.

_____. *The Modern City: planning in the 19th century*. London: Studio Vista, s/d.

_____. *Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Paulo: RiMa Ed./FAPESP, 2003.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. "Os Bacamertes da República: saberes e poderes no Brasil na virada do século". In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.). *República, Liberalismo e Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003, pp. 119-137.

DAUNT, Ricardo Gumbleton. "Diário da Princesa Isabel. Excursão dos Condes d'Eu à Província de São Paulo em 1884". In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial-Imprensa Oficial do Estado-Ed. Unesp-Secretaria do Estado de Cultura, 1998, p.242.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano e vida operária em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

DIAS, Márcia Lúcia Rebello Pinto. *Desenvolvimento Urbano e Habitação Popular em São Paulo, 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1989.

DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo, 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.

FALCON, Francisco J. C. "História e Cidadania". In: MARTINS, Ismênia de Lima *et al* (orgs.) *História e Cidadania: XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH*. São Paulo: Humanitas Publicações, ANPUH, 1998, vol.1, pp. 27-52.

FAUSTO, Boris. "Imigração: cortes e continuidades". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 13-61.

_____. *Negócios e Ócios: histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FICHER, Sylvia. *Ensino e Profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 1989.

FIGUEIROA, Silvia. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FINER, Samuel Edward. *The Life and Times of Sir Edwin Chadwick*. London: Methen & Co. Ldta., 1980 (First Published in 1952).

FLANAGAN, Maureen A. "The City Profitable, The City Livable: environmental policy, gender and power in Chicago in the 1910s". *Journal of Urban History*, 22:2, 1996.

FONSSAGRIVES, J. – B. *Hygiène et Assainissement des Villes*. Paris: J.-B. Billière et Fils, 1874.

FONTANA, Josef. *História: análise do passado e projeto social.* Bauru: Edusc, 1999.

FREHSE, Faya. "Cartões Paulistanos na Virada do Século XX: problematizando a São Paulo Moderna". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 200, vol. 13.

_____. *Entre o Passado e o Presente, Entre a Casa e a Rua: tempos e espaços na cidade de São Paulo de fins do Império.* (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e Reminiscências Paulistanas.* 3ª edição. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988-2002, 5 vol.

GEDDES, Patrick. *Cidades em Evolução.* Campinas: Papirus, 1994.

GLEZER, Raquel. "O Campo da História". In: *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo: Museu Paulista da USP, nº 1, 1992, pp. 9-14.

_____. "São Paulo, Cem Anos de Perímetro Urbano". *História*, nº 13, 1994, pp 155-166.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve História do Urbanismo.* Lisboa: Presença, 1996.

GOMES, Denise Maria Saliba Dias. *O Desvairar da Paulicéia: as propostas urbanísticas para a cidade de São Paulo no início do século XX.* Dissertação (Mestrado em Geografia), São Paulo: FFLCH- USP, 1996.

GOTTIDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano.* São Paulo: Edusp, 1997.

GOYARD-FABRE, Simone. *Os Princípios Filosóficos do direito Político Moderno.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUARALDO, Elaine. *Repertório e Identidade: espaços públicos em São Paulo, 1890-1930.* Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 2002.

_____. *São Paulo, Paisagem e Paisagismo na Primeira República.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1995.

Guia Arquivo Histórico "Washington Luís", Prefeitura Municipal de São Paulo-DPH, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUNN, Philip e CORREIA, Telma de Barros. "O Urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade". In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Palavras da Cidade.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, pp. 227-260.

HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil, 1870/1920.* Brasília: Ed. UnB, 1993.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e Outras Formas de Morar da Elite Cafeeira, 1867-1918.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Org.). *Bibliografia Comentada: industrialização, urbanização e migrações, São Paulo, séculos XIX e XX.* São Paulo: DH-USP, 1995.

_____. *O Legislativo na Construção da República.* Série República. São Paulo: Contexto, Brasília: CNPq, 1990.

JUILLERAT, Paul. *L'Hygiène Urbaine.* Collection Urbanismme. Paris: Éditions E. Leroux, 1921.

KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do Imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na "metrópole do café", 1890-1920.* São Paulo: Annablume-Fapesp, 2001.

KOLSON, Kenneth. *Big Plans: the allure and folly of urban design.* Baltimore-London: The Johns Hopkins University Press, s/d.

KOWARICK, Lúcio (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente.* 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

KROPF, Simone Petraglia. *Sonho de Razão, Alegoria de Ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX.* Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Puc, 1995.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas.* Coleção Debates, 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LANDES, David S. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até nossa época.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEAR, John. "México City: space and class in the Porfirian Capital, 1884-1910". *Journal of Urban History*, 22: 4, 1996.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade.* São Paulo: Centauro, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva. "Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional". In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Palavras da Cidade.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, pp. 77-93.

_____ (coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965.* São Paulo: Studio Nobel, FUPAM, FAU-USP, 1999.

LEPETIT, Bernard. *Por Uma Nova História Urbana.* São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica de consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954).* São Paulo: FAPESP, Campinas: Mercado das Letras, 1997.

LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e Cidade: o regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado.* Tese (Doutorado em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1996.

LOFEGO, Silvio Luiz. *Memória de uma Metrópole: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno.* São Paulo: Annablume-Fapesp, 2001.

LOPES, Myriam Bahia. *Práticas Médico-Sanitárias e Remodelação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro – 1880-1920.* Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1988.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *A Evolução da Casa Paulistana e a Arquitetura de Ramos de Azevedo.* São Paulo: Voz do Oeste, S.E. Cultura, 1981.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937.* Rio de Janeiro Paz e Terra, 1982.

LYNCH, Kevin. *The image of the city*. Cambridge: Harvard Press, 1960 (tradução pela Martins Fontes).

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da política: a capital federal, 1892-1902*. Tese (Doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da Rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas-Edusp, 2001.

_____. "Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.), *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3 - República: da Bélle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 131-214.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (1ª edição 1011/1912).

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, em que Termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MATOS, Maria Izilda S. de. "Corpos Numa Paulicéia Desvairada: mulheres, homens e médicos. São Paulo, 1890-1930". *Projeto História*, nº 25, 2002, pp. 381-395.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MEDEIROS, Océlio de. *O Governo Municipal no Brasil: introdução ao estudo do municipalismo através das constituições*. RJ: IBGE, s/d.

MELOSI, Martin V. *The Sanitary City: urban infrastructure in America from colonial times to the present*. Baltimore-London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. *Cidade e Política: São Paulo no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1990.

MORSE, Richard M. *De Comunidade à Metrópole: biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

MOTA, André e SANTOS e Marco A. C. "Entre Algemas e Vacinas: medicina, política e resistência popular da cidade de São Paulo (1890 – 1920)". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 65, 2003, pp. 152-168.

MOTA, André. *Tropeços da Medicina Bandeirante. Medicina paulista entre 1892 e 1920.* Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

MOURA, Paulo Cursino. *São Paulo de Outrora (Evocações da Metrópole).* 2ª edição, São Paulo: Livraria Martins, 1943.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.* 4ª edição. São Paulo, Martins Fontes, , 1998.

_____. *Arte e Técnica.* Porto: Edições 70, 1986.

MUNHOZ, Sidnei. *A Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX.* Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. *L'Hygiène dans la Republique: la santé publique em France, ou l'utopie contrariée (1870-1918).* Paris: Fayard, 1996.

NAGAMINI, Marilda. *Contribuições para a História da Construção em São Paulo: ensino e pesquisa.* Tese (Doutorado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras: 1824.* Coleção Constituições Brasileiras, volume 1 Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

OSELLO, Marcos Antonio. *Planejamento Urbano em São Paulo (1899-1961): introdução ao estudo dos planos e realizações.* Dissertação (Mestradon em Admnistração), São Paulo: FGV, 1983.

Palácio das Indústrias: memória e cidadania. O restauro para a nova Prefeitura de São Paulo. São Paulo: Ed. DPH/Método, 1992.

PAOLI, Maria Célia. "São Paulo Operária e suas Imagens (1900-1940)". *Espaço e Debates,* n.33. São Paulo: NERU, 1991.

PAULA, Eurípedes Simões de. "A Segunda Fundação de São Paulo (da pequena cidade à grande metrópole de hoje)", *Revista de História,* 1954, vol. VIII.

PECHMAN, Robert Moses e RIBEIRO, Luís César de Queiroz. "A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro: contribuição à história do capital imobiliário" *Revista Rio de Janeiro*, nº 1, 1985, pp 105-113.

PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil.* 1ª edição. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1918.

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época).* São Paulo: Martins, 1962.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: mulheres, operários, prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Adolpho Augusto. *Minha Vida (memórias de um engenheiro paulista).* Coleção História. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1970.

_____. *Viajando.* São Paulo: Vanordem e Co., 1901.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914).* São Paulo: Edusp, 1994.

PORTO, Antônio Rodrigues *História da Cidade de São Paulo Através de Suas Ruas.* São Paulo: Carthago, 1996.

_____. *História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554 a 1988).* São Paulo: Carthago e Forte Editores, 1992

REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Edusp, 1982.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História Sem Fim... inventário da saúde pública, São Paulo – 1880-1930.* São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

RICCI, Cláudia Thurler. *Adolfo Morales de los Rios – uma história escrita com pedras e letras.* Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Puc-RJ, 1996.

ROCHARD, Jules (Org.). *Encyclopédie D'Hygiène et de Médecine Publique. Livro III: Hygiene Urbaine.* Paris: Lecrosnier et Babé, 1891.

RODGERS, Daniel T. *Atlantic Crossings. Social politics in a progressive age.* Cambridge, Massachussetts and London: The Bellnap Press of Harvard University Press, 1998.

_____. "São Paulo na Virada do Século: o espaço é político". *Espaço e Debates*, n.17. São Paulo: NERU, 1986, pp. 44-53.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* Col. Cidade Aberta. São Paulo: Studio Nobel-Fapesp, 1997.

RONCAYOLO, Marcel. "Cidade". In: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, vol. 8, pp. 396-487.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O *Contrato Social: princípios de direito político.* Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.) *Cidades Capitais do Século XIX.* São Paulo: Edusp, 2001.

SAMPAIO, Teodoro. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos.* 2ª edição. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Petrópolis: Vozes, 1978.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. "O Corpo na Cidade das Águas: São Paulo (1840-1910)". *Projeto História,* nº 25, 2002, pp. 99-114.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915).* São Paulo: Annablume-Fapesp, 1998.

SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-de-Siécle: política e cultura.* São Paulo: Companhia das Letras. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990.* São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SESSO Jr., Geraldo. *Retalhos da Velha São Paulo.* 2ª edição revisada, São Paulo: OESP, Maltese, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. "Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3 - República: da Bélle Epoque à Era do Rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 7-48.

_____. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1880.* São Paulo: Moderna, 1984.

_____. "São Paulo: quatro séculos de história". *Cadernos de História de São Paulo,* nº 3/4, São Paulo: Museu Paulista da USP, 1994/1995, pp. 43-56.

SILVA, José Carlos Gomes da. "Negros em São Paulo: espaço público, imagem e cidadania (1900-1930)". In: NIEMEYER, Ana Maria de e GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos.* Campinas: Mercado de Letras, 1998, pp. 65-96.

SILVA, Regina Helena Alves da. *São Paulo, a Invenção da Metrópole.* Tese (Doutorado em História Social), São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

SIMÕES Jr., José Geraldo. *Anhangabaú: história e urbanismo.* Tese (Doutorado Administração Pública e Planejamento Urbano), São Paulo: FAU-USP, 1995, 2 vols.

_____. *O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo na Cidade de São Paulo.* Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Planejamento Urbano), São Paulo: EAESP-FGV, 1990.

_____. "O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo na Cidade de São Paulo". *Espaço e Debates,* n.34. São Paulo: NERU, 1991, pp. 71-74.

SIMONI, Lúcia Noemia. *O Arruamento de Terras e o Processo de Formação do Espaço Urbano no Município de São Paulo. 1840-1930.* Tese (Doutorado em Arquitetura). São Paulo: FAU-USP, 2003.

SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e Sociedades dos Trabalhadores do Bom Retiro. Organização, lutas e lazer em um bairro paulistano.* Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã: vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889).* São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SOUZA, Everardo Vallim Pereira de. "A Paulicéia há 60 anos". In: *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura-DPH/PMSP, ano XIII, vol. 111, junho de 1946, pp. 53-65.

STENGERS, Isabelle. *As Políticas da Razão: dimensão social e autonomia da ciência.* Lisboa: Edições 70, s/d.

SUZUKI, Júlio César. *A gênese da moderna cidade de São Paulo: uma contribuição da geografia urbana à história da cidade.* Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo: FFLCH-USP, 2002.

TELAROLLI Jr., Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos Serviços de Saúde em São Paulo.* São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, 2 vols.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Formação da Classe Operária Inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, Vol. 1.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Anhangabaú.* São Paulo: FIESP, 1989.

_____. *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo.* São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

_____. *São Paulo: três cidades em um século.* 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século.* Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.

TOPALOV, Christian. "Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX". PECHMAN, Robert Moses e RIBEIRO, Luís César de Queiroz (orgs.). *Cidade, Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno.* RJ: Civilização Brasileira, 1996.

_____. "Os Saberes Sobre a Cidade: tempos de crise?". *Espaço e Debates,* nº 34. São Paulo: NERU, 1991, pp.28-38.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O Bairro do Brás.* Série História dos Bairros de São Paulo, I, São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969.

[vários autores] "Jornada da Habitação Econômica". *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura-DPH/PMSP, ano VII, vol. 82, junho de 1942.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX.* Série Historiografia, Estudos CDAPH, Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.) *O Fenômeno Urbano.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

WAKEMAN, Rosemary. "Paris and London in the Nineteenth Century". *Journal of Urban History,* 27:2, 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Da Escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível". In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3 - República: da Bélle Epoque à Era do Rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 49-130.

YÁZIGI, Eduardo. *O Mundo das Calçadas: por uma política de espaços públicos em São Paulo.* Tese (Livre Docência em Arquitetura), São Paulo: FAU-USP, 1997.

ZAGOTTIS, Alberto de (engenheiro). "Estudos da Organização dos Serviços do Cadastro Geral, da Estatística Municipal e dum Órgão Coordenador, apresentado ao Sr. Prefeito pela Sociedade dos Engenheiros Municipais" *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura, anos IV, vol. 40, outubro de 1937, pp. 239-266.

ZMITROWICZ, Witold. *As Obras Públicas de Engenharia e sua Função na Estruturação da Cidade de São Paulo.* Tese (Doutorado em Engenharia), São Paulo: Poli–USP, 1984.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE